Economia Política da Comunicação da Cultura & da Informação

Eula Dantas Taveira Cabral
Organizadora

Economia Política da Comunicação, da Cultura e da Informação

Eula Dantas Taveira Cabral
Organizadora da obra

2025

EDITORA
MeusRitmos

EULA DANTAS TAVEIRA CABRAL
Organizadora da obra

Economia Política da Comunicação, da Cultura e da Informação

Adilson Vaz Cabral Filho
Akemi Nitahara
Ana Regina Rêgo
André Kron Zapani
Arthur Coelho Bezerra
Bianca da Costa Maia Lopes
Bruna Távora
Camilla Machuy
Chalini Torquato
Cintia Augustinha dos Santos Freire
Cinthya Pires Oliveira
Danielle Fernandes Rodrigues Furlani
Denise Jorge Trindade
Eduardo Klein Kohl
Eula Dantas Taveira Cabral
Francisco José Gonçalves Gomes
Gilberto Scofield Jr.
Gustavo Requião Correa de Monlevad
Jader C. Damasceno de Oliveira
Janaine Aires
Larissa Gama Louback
Larissa Morais
Larissa Souza Rosa Farinazzo
Luana Matos do Nascimento
Luanda Dias Schramm
Marco Schneider
Monique Figueira
Patrícia Maurício
Pedro Aguiar
Pedro Henrique Conceição dos Santos
Priscila Seixas da Costa
Raquel de Queiroz Almeida
Rosangela de Jesus Fernandes
Suzy dos Santos
Vitor Vieira Ferreira

2025



Meus Ritmos Editora & Producões Artísticas MEI.
Rua Cabo Mauricio Dos Santos, 42 – Anchieta
Divinópolis – MG – CEP 35502-825

Conselho Editorial
Dr. Adilson Vaz Cabral Filho (UFF), Dra. Ana Maria Martensen Roland Kaleff (UFF), Dra. Andrea Medrado (UFF), Dra. Ângela Maria Grossi (UNESP), Dra. Betânia Maciel (CLAEC), Dr. Bruno Lima Rocha (Unisinos), Dra. Carla Silva de Medeiros (IFRJ), Dra. Clarissa Alexandra Guajardo Semensato (UECE), Dra. Dayenny Neves Miranda (IFRJ), Dra. Eula Dantas Taveira Cabral (FCRB), Dr. Fernando Oliveira Paulino (UnB), Dr. Francisco Sierra Caballero (USAL), Dra. Giselle Carino Lage (IFRJ), Dra. Jacqueline Lima Dourado (UFPI), Dr. Juliano Maurício de Carvalho (UNESP), Me. Leonardo Salamanca López (Uniminuto), Dra. Lia Calabre Félix de Azevedo (FCRB), Dr. Luis Alfonso Albornoz (UC3M), Me. Marcelo Silva Bastos (IFRJ), Dra. Marcelo Viana Estevão de Moraes (FCRB), Dr. Marco Schneider (IBICT), Dr. Marcos Dantas (UFRJ), Dra. Mariluci da Cunha Guberman (UFRJ), Dr. Murilo César Ramos (UnB), Dra. Patricia Bandeira de Melo (Fundaj), Dra. Patrícia Maurício (PUC-Rio), Dr. Paulo Faustino (U.Porto), Dra. Ximena Antonia Díaz Merino (UFRRJ).

Contato:
editorameusritmos@gmail.com
www.facebook.com/editorameusritmos
Instagram: @MeusRitmosEditora
(21) 9 8441-1642

Economia Política da Comunicação, da Cultura e da Informação
Copyright ©2025 by Autores
editorameusritmos@gmail.com

Obra sob licença Creative Commons

Projeto editorial – Anderson Albérico Ferreira
Diretora da Coleção – Eula Dantas Taveira Cabral
Diagramação – Meus Ritmos Editora
Capa – Anderson Albérico Ferreira
Revisão – Eula Dantas Taveira Cabral

Dados Internacionais de Catalogação - CIP

C117

Economia Política da Comunicação, da Cultura e da Informação/ (org.) Eula Danta Taveira Cabral – Divinópolis-MG: Meus Ritmos Editora e Produções Artísticas, 2025.
727 p.: il.
Texto bílingue: Português/Inglês
ISBN: 978-65-01-75447-5
Formato: digital

1 . Informação. 2. Comunicação. 3. Cultura. I. Cabral, Eula Dantas Taveira. II. Título

Ficha Catalográfica Elaborada por Thais da Silva Vicente – Bibliotecária CRB-8/10941

Sumário

Apresentação:
Sobre Economia Política da Comunicação,
da Cultura e da Informação
Eula Dantas Taveira Cabral 8

PARTE 1
EMERGE: Centro de Pesquisas e Produção
em Comunicação e Emergência

Por uma Economia Política do Cotidiano
em diálogo com pesquisas de caráter participativo
Adilson Vaz Cabral Filho 19

Serviço público de mídia, democracia
e a utopia da EBC
Akemi Nitahara 47

O poderio da Globo nas transformações
tecnológicas da televisão: do analógico ao digital
Cintia Augustinha dos Santos Freire 73

Fluxos de atenção e construção de
pensamento crítico: considerações sobre
comunicação para mudança social
Cinthya Pires Oliveira 96

A Comunicação Comunitária como
ferramenta de justiça ambiental
Larissa Souza Rosa Farinazzo 111

Imagens de violência e as mídias do século XXI:
como a sociedade reflete nas redes sociais
o capitalismo neoliberal
Jader Cleiton Damasceno de Oliveira 128

A new data imperialism:
Trump's tariff threats against countries
seeking to regulate platforms
Gilberto Scofield Jr. 144

PARTE 2
EPC: Economia Política da Comunicação

Comunicação e jornalismo no mundo
capitalista globalizado e financeirizado:
uma visão a partir da Economia Política da Comunicação
Patrícia Maurício 166

Os impactos da inteligência artificial
para o jornalismo e o interesse público
Raquel de Queiroz Almeida & Patrícia Maurício 196

Influenciadores digitais:
uma nova forma de trabalho no neoliberalismo
Luana Matos do Nascimento & Patrícia Maurício 227

Jornalismo econômico e capital financeiro:
uma análise nos jornais O Globo e Valor
Larissa Morais & Patrícia Maurício 250

Apontamentos para uma crítica da economia política do tempo:
a percepção e a expropriação dos regimes de
temporalidade da modernidade ao capitalismo tardio
Gustavo Requião Correa de Monlevad 271

PARTE 3
EPCC: Economia Política da Comunicação e da Cultura

Democratização da TV aberta brasileira na era digital
Eula Dantas Taveira Cabral 302

As diferentes prosperidades segundo a IURD: sobre afinidades eletivas
entre neopentecostalismo e o pensamento neoliberal
Vitor Vieira Ferreira 330

O Cedet e o ecossistema editorial da Nova Direita: infraestrutura, estratégias e disputas simbólicas
Danielle Fernandes Rodrigues Furlani 359

Museu do Índio ou Museu Nacional dos Povos Indígenas?
Francisco José Gonçalves Gomes 393

Arquivo e arte contemporânea: a virada mnemônica nos 'Postcards from Brasil' de Gilvan Barreto
Denise Jorge Trindade 417

A memória de um tempo presente: O Memorial de Brumadinho
Larissa Gama Louback 431

PARTE 4
PERFIL-I: Perspectivas Filosóficas em Informação

O desenvolvimento irracional das forças produtivas e a alienação do tempo livre pelo capitalismo de plataforma
Marco Schneider, Arthur Coelho Bezerra & Ana Regina Rêgo 447

Hieróglifos sociotécnicos: a construção de invisibilidades no capitalismo de plataforma
Bianca da Costa Maia Lopes 473

The viral engine of disinformation: antivax and Bolsonarist mobilization and the threat to democracy in Brazil
Camilla Machuy 500

Behind the cloud, the ground: dialectical frameworks for the political economy of information and communication
Monique Figueira & Bruna Távora 523

Cultura em disputa: políticas culturais no Brasil sob o olhar da integridade da informação
Priscila Seixas da Costa & Pedro Henrique Conceição dos Santos.....549

PARTE 5
PEIC: Políticas e Economia da Informação e da Comunicação

Deus, mídia e família, não necessariamente nesta ordem: a parentela na estratégia de conquista, manutenção de capitais midiáticos e as relações informais da família Cunha Pereira com o Estado
Suzy dos Santos & André Kron Zapani.....573

Sentidos da democratização da comunicação na atualidade: desafios regulatórios do ecossistema digital
Chalini Torquato.....597

Mais que um eletrodoméstico, um centro de poder: apontamentos metodológicos para a análise do papel político da televisão aberta no Brasil
Janaine Aires.....625

Da Economia Política da Comunicação à Economia Política do Jornalismo: precursores, escolas e pesquisas do subcampo no Brasil
Pedro Aguiar.....643

Desinformação: múltiplos aspectos de um conceito em disputa
Rosangela de Jesus Fernandes.....666

Representação e representatividade no ecossistema midiático contemporâneo: problemas conceituais e políticos
Luanda Dias Schramm & Eduardo Klein Kohl.....690

AUTORES DA OBRA..... 720

Apresentação
Sobre Economia Política da Comunicação, da Cultura e da Informação

O ano de 2025 é um marco na redemocratização do Brasil. São 40 anos resistindo aos ataques à sua soberania e democracia. Um país que conseguiu se manter firme como Estado Democrático de Direito (art.1 da Constituição federal de 1988), lutando pela defesa de seu meio ambiente, pelos direitos e deveres de seus cidadãos, mesmo diante de tantos desafios que ainda se levantam contra o país, exigindo conhecimento e domínio de suas Leis e de seu papel de manter a harmonia entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Para entender melhor o que vem acontecendo no cenário brasileiro, nesta obra foram reunidos estudos científicos na área de Economia Política da Comunicação, da Cultura e da Informação feitos por 35 pesquisadores de cinco grupos de pesquisas registrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC), da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB); Políticas e Economia da Informação e da Comunicação (PEIC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Economia Política da Comunicação (EPC), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência (EMERGE), da Universidade Federal Fluminense (UFF); e Perspectivas Filosóficas em Informação (Perfil-i), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict).

A obra, **Economia Política da Cultura, da Comunicação e da Informação**, oferece ao leitor análises críticas e analíticas, em escritas acadêmicas claras e fundamentadas em investigações científicas que trazem à tona políticas comunicacionais, informacionais e culturais, regulação, regulamentação e democratização da comunicação, da cultura e da informação. Textos que questionam e evidenciam o papel e influência de instituições de memória, cultura digital, artes, cotidiano, serviço público, TV aberta, digitalização, comunicação comunitária, meio ambiente, dispositivos móveis, mudança social, jornalismo, Capitalismo, Inteligência Artificial, influenciadores digitais, religião, mercado editorial, arquivos, ecossistemas digital, ambiental e informacional, desinformação e capitalismo de plataforma. Capítulos que foram revisados pelos cinco coordenadores dos grupos de pesquisa EMERGE (CNPq/UFF), EPC (CNPq/PUC-Rio), EPCC (CNPq/FCRB), PEIC (CNPq/UFRJ) e Perfil-i (CNPq/IBICT), verificando o teor e contribuição de cada pesquisa, e passaram pelo crivo do Comitê Científico e Editorial, formado por investigadores científicos nacionais e internacionais que são especialistas e referências nas áreas abordadas.

Economia Política da Cultura, da Comunicação e da Informação reúne 35 pesquisadores e oferece ao leitor 29 artigos, organizados em cinco partes, analisando o cenário midiático brasileiro e a importância do direito e da democratização das áreas cultural, comunicacional e informacional. Textos resultantes de pesquisas científicas, em português e em inglês, feitas pelos membros de cinco grupos de pesquisa: EMERGE (CNPq/UFF), EPC (CNPq/PUC-Rio), EPCC (CNPq/FCRB), PEIC (CNPq/UFRJ) e Perfil-i (CNPq/IBICT). É importante ressaltar que, devido à importância e contribuição de cada pesquisa, além do impacto das investigações dos grupos no Brasil e em outros países (como Reino Unido, Alemanha,

Argentina, Portugal etc), o sumário da obra foi organizado em cinco partes a partir da ordem alfabética dos nomes dos grupos.

A primeira parte da obra, **Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência - EMERGE**, apresenta sete investigações científicas de sete pesquisadores do grupo de pesquisa que é cadastrado no CNPq e registrado na Universidade Federal Fluminense (UFF). A primeira é do líder do grupo, Adilson Cabral: "Por uma Economia Política do Cotidiano em diálogo com pesquisas de caráter participativo". A proposta é articular uma Economia Política da Comunicação (EPC) crítica e orientada às práticas sociais cotidianas disposta a compreender e visibilizar estruturas político-econômicas e ao modo como elas condicionam as práticas cotidianas. Mostra que o compromisso dos pesquisadores com a mudança social é o ponto comum determinante da EPC, permitindo a busca de articulações com outras perspectivas críticas, fornecendo ferramentas práticas para a realização de análises que as materializem na formulação de uma possível Economia Política do Cotidiano.

O segundo capítulo, "Serviço público de mídia, democracia e a utopia da EBC", de Akemi Nitahara, analisa as possibilidades democráticas proporcionadas pelo Serviço Público de Mídia (SPM) e a realidade materializada na Empresa Brasil de Comunicação (EBC). "O poderio da Globo nas transformações tecnológicas da televisão: do analógico ao digital", de Cintia Augustinha dos Santos Freire, verifica a transformação digital na televisão brasileira e a participação da Globo na implementação no Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre (SBTVD-T).

O quarto capítulo da obra, "Fluxos de atenção e construção de pensamento crítico: considerações sobre comunicação para mudança social", de Cinthya Pires Oliveira, examina o potencial transformador da Comunicação Pública Comunitária enquanto prática de

comunicação para mudança social na condução da atenção e no fortalecimento do pensamento crítico sobre os conteúdos locais veiculados na internet. Já Larissa Souza Rosa Farinazzo, com a pesquisa "A Comunicação Comunitária como ferramenta de justiça ambiental", mostra como a comunicação comunitária tem operado como ferramenta de resistência e transformação ecológica, atuando diretamente na defesa dos territórios, na denúncia de injustiças e na construção de alternativas sustentáveis.

"Imagens de violência e as mídias do século XXI: como a sociedade reflete nas redes sociais o capitalismo neoliberal", de Jader Cleiton Damasceno de Oliveira, investiga de que maneira o uso cotidiano das redes sociais e dos dispositivos móveis contribui para a adequação e alinhamento das formas culturais locais à lógica neoliberal. Gilberto Scofield Jr. fecha a primeira parte da obra com o capítulo "A new data imperialism: Trump's tariff threats against countries seeking to regulate platforms", analisando as estratégias narrativas do capitalismo financeiro-tecnológico e as motivações das ameaças tarifárias do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, contra o Brasil.

A segunda parte da obra, **Economia Política da Comunicação - EPC**, apresenta cinco capítulos de cinco pesquisadores do grupo de pesquisa, cadastrado no CNPq e registrado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). O primeiro é de sua líder, Patrícia Maurício: "Comunicação e jornalismo no mundo capitalista globalizado e financeirizado: uma visão a partir da Economia Política da Comunicação". A autora analisa, sob o ângulo crítico, a inteligência artificial (IA) generativa e agêntica, as plataformas digitais de comunicação, trabalho, jornalismo e comunicação, verificando seus contextos e influência do Capitalismo.

"Os impactos da inteligência artificial para o jornalismo e o interesse público", de Raquel de Queiroz Almeida e Patrícia Maurício, tem como

objetivo mostrar a relação atual de parte da grande imprensa com a IA generativa, marcada pela atuação indiscriminada das grandes plataformas estrangeiras, e as possibilidades de regulação. Já o terceiro capítulo, "Influenciadores digitais: uma nova forma de trabalho no neoliberalismo", de Luana Matos do Nascimento e Patrícia Maurício, busca revisitar o conceito de trabalho em Karl Marx para compreender a dinâmica atual da relação trabalhista inaugurada com a plataformização e as possíveis explorações impostas aos influenciadores digitais.

"Jornalismo econômico e capital financeiro: uma análise nos jornais O Globo e Valor", de Larissa Morais e Patrícia Maurício, examina, a partir da verificação de notícias nos dois jornais, as medidas de corte de custos governamentais, o que gerou queda nas bolsas de valores e elevação do dólar, diante de indicadores, como PIB e desemprego, que identificavam no Brasil um bom momento econômico. E, para fechar a segunda parte da obra, Gustavo Requião Correa de Monlevad, com o capítulo "Apontamentos para uma crítica da economia política do tempo: a percepção e a expropriação dos regimes de temporalidade da modernidade ao capitalismo tardio", trabalha com a hipótese que a percepção humana do tempo é historicamente determinada, derivada de complexos processos sociais e mediada, principalmente, pelas relações sociais de trabalho.

A terceira parte da obra, **Economia Política da Comunicação e da Cultura - EPCC**, apresenta seis capítulos de seis pesquisadores do grupo de pesquisa, que é registrado no CNPq e chancelado pela Fundação Casa de Rui Barbosa. O primeiro é da líder do grupo, Eula Dantas Taveira Cabral: "Democratização da TV aberta brasileira na era digital". A autora chama a atenção para a importância da TV aberta democrática para que as pessoas entendam e coloquem em prática a cidadania. O trabalho tem como base os estudos na área da Economia Política da Comunicação, da Cultura e da Informação, chamando atenção para os mercados midiático e cultural

brasileiro, a regulação promovida pelo Estado e a movimentação entre os diversos setores da sociedade.

"As diferentes prosperidades segundo a IURD: sobre afinidades eletivas entre neopentecostalismo e o pensamento neoliberal", de Vitor Vieira Ferreira, verifica a relação entre religião e pensamento neoliberal a partir da análise discursiva sobre o termo "prosperidade" registrado no jornal Folha Universal e na seção "Folha Universal" do site oficial da instituição. Em seguida, Danielle Fernandes Rodrigues Furlani assina "O Cedet e o ecossistema editorial da Nova Direita: infraestrutura, estratégias e disputas simbólicas", analisando, com estudos científicos no campo crítico, o papel do Centro de Desenvolvimento Profissional e Tecnológico (Cedet) na consolidação de um ecossistema editorial da nova direita no Brasil que vem disputando posições no campo cultural brasileiro.

O quarto capítulo, "Museu do Índio ou Museu Nacional dos Povos Indígenas?", de Francisco José Gonçalves Gomes, mostra a importância de se entender o cenário brasileiro a partir da relação do Estado com sua população, evidenciando o papel dos povos originários nas pesquisas científicas em uma instituição marcada pelo discurso autorizado de patrimônio e como lugar de memória. "Arquivo e arte contemporânea: a virada mnemônica nos 'Postcards from Brasil' de Gilvan Barreto", da pesquisadora Denise Jorge Trindade, verifica o uso de arquivos nas manifestações artísticas na contemporaneidade, como a série de fotografias utilizadas em "Postcards From Brazil", do artista Gilvan Barreto, que traz registros sobre um país que deixou feridas em sua história com políticas que mataram muitos brasileiros.

E para fechar a terceira parte da obra, Larissa Gama Louback registra "A memória de um tempo presente: O Memorial de Brumadinho", chamando atenção para a desinformação que afeta o cotidiano da sociedade, permitindo que a população, diante de tragédias

ambientais, seja vítima de ambições empresariais, impactando negativamente a história e a memória do povo brasileiro.

A quarta parte da obra, **Perspectivas Filosóficas em Informação - Perfil-i**, apresenta cinco capítulos de nove pesquisadores do grupo de pesquisa, cadastrado no CNPq e registrado no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). O primeiro capítulo, "O desenvolvimento irracional das forças produtivas e a alienação do tempo livre pelo capitalismo de plataforma", do líder do grupo, Marco Schneider, e dos pesquisadores Arthur Coelho Bezerra e Ana Regina Rêgo, analisa as contradições entre tempo livre ou de trabalho, tempo alienado ou autônomo, tempo vazio ou pleno de conteúdo, tempo linear ou disruptivo, tempo infernal ou messiânico: tempos que, conforme os autores, costuram assincronamente diversos passados e futuros em cada presente.

O segundo capítulo, "Hieróglifos sociotécnicos: a construção de invisibilidades no capitalismo de plataforma", de Bianca da Costa Maia Lopes, mostra como o capitalismo plataformizado trabalha novos aparatos para ocultar as mediações que separam a realidade vivenciada pelo capital, afetando a apropriação e o uso da informação no ambiente digital. Em seguida, Camilla Machuy assina "The viral engine of disinformation: antivax and Bolsonarist mobilization and the threat to democracy in Brazil", examinando como a desinformação em rede viabilizou a convergência entre grupos antivacina e bolsonaristas no Telegram, contribuindo para os ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023. A autora estuda mais de 500 mil mensagens, investigando o regime de desinformação e os riscos estruturais à democracia brasileira no contexto digital contemporâneo.

"Behind the cloud, the ground: dialectical frameworks for the political economy of information and communication", de Monique Figueira e Bruna Távora, apresenta dois esquemas de análise dialética sobre desordem informacional no uso do solo, verificando, a partir da

perspectiva sistêmica, questões socioambientais e problemas de pesquisa contemporâneos que impactam a área da Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura.

Para fechar a quarta parte da obra, Priscila Seixas da Costa e Pedro Henrique Conceição dos Santos assinam "Cultura em disputa: políticas culturais no Brasil sob o olhar da integridade da informação", averiguando os processos de desinformação e disputa simbólica em torno das políticas culturais no Brasil, tendo como foco a CPI da Lei Rouanet e a reconfiguração do setor cultural a partir das Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo. A hipótese dos autores leva em consideração a importância de se perceber as contradições nas narrativas por se tratar de um lugar político que possui seus próprios mecanismos e transparência, ocupando posição estratégica nas disputas pelo poder.

A quinta parte da obra, **Políticas e Economia da Informação e da Comunicação - PEIC**, apresenta seis capítulos de sete pesquisadores do grupo de pesquisa que é cadastrado no CNPq e registrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O primeiro, "Deus, mídia e família, não necessariamente nesta ordem: a parentela na estratégia de conquista, manutenção de capitais midiáticos e as relações informais da família Cunha Pereira com o Estado", de autoria da líder do grupo, Suzy dos Santos, e de André Kron Zapani. Os autores analisam o Grupo Paranaense de Comunicação, maior grupo comunicacional do Paraná, de Francisco Cunha Pereira, verificando seu posicionamento político a partir de laços formais e informais religiosos.

"Sentidos da democratização da comunicação na atualidade: desafios regulatórios do ecossistema digital", de Chalini Torquato, mostra como debater a democratização da comunicação na contemporaneidade, levando em consideração algoritmos, robôs, discursos de ódio nas redes, inteligência artificial e mercado de *streaming*, a partir do levantamento sobre esforços regulatórios, debates

e limites repressivos, propondo, assim, um formato mais propositivo de regulação, a partir de modelos coletivamente inclusivos.

O terceiro capítulo, "Mais que um eletrodoméstico, um centro de poder: apontamentos metodológicos para a análise do papel político da televisão aberta no Brasil", de Janaine Aires, trabalha os aspectos científicos sobre televisão aberta brasileira e seus impactos políticos, refletindo sobre os gêneros, as formas e os formatos da produção televisiva e política no país a partir de instrumentos de análise da comunicação política, das políticas de comunicação e da economia política da comunicação. Em seguida, Pedro Aguiar, com o trabalho "Da Economia Política da Comunicação à Economia Política do Jornalismo: precursores, escolas e pesquisas do subcampo no Brasil", traça um panorama dos estudos brasileiros de Economia Política do Jornalismo e analisa a agenda de investigações dentro da tradição da crítica da economia política.

"Desinformação: múltiplos aspectos de um conceito em disputa", de Rosangela de Jesus Fernandes, verifica as diferentes perspectivas sobre o tema, abordando aspectos como a intencionalidade na produção e disseminação da desinformação, o autoengano, o negacionismo e o novo conspiracionismo. A autora apresenta o mapeamento dos artigos apresentados no evento da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação (Compós), no período de 20 anos, verificando como a desinformação emergiu como tópico de pesquisa, os enfoques adotados e os tipos de mídia analisados pelos pesquisadores.

E, diante de tantas contribuições que traçam o panorama brasileiro e seu impacto no cotidiano das pessoas, Luanda Dias Schramm e Eduardo Klein Kohl assinam "Representação e representatividade no ecossistema midiático contemporâneo: problemas conceituais e políticos", trabalhando as disputas semânticas em torno das categorias de identidade, representação e reconhecimento,

com referenciais críticos da mídia, teoria política e estudos culturais. A pesquisa debate os limites e potencialidades das políticas de identidade no contexto da esfera pública midiatizada e marcada pela lógica da mercantilização da diferença.

As 29 investigações científicas dos 35 pesquisadores dos grupos de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC), da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB); Políticas e Economia da Informação e da Comunicação (PEIC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Economia Política da Comunicação (EPC), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência (EMERGE), da Universidade Federal Fluminense (UFF); e Perspectivas Filosóficas em Informação (Perfil-i), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), oferecem ao leitor a oportunidade de entender como a Comunicação, a Informação e a Cultura são impactadas pela economia, pela política e pelas novas tecnologias e como o cenário atual, que exige a defesa de regulamentação e regulação dos meios, em prol da sociedade, onde a democracia, a soberania nacional e a cidadania precisam ser defendidas, podem influenciar e interferir na vida dos brasileiros. Capítulos que nos levam a entender como os estudos científicos, que vêm sendo feitos nas instituições de ensino e pesquisa no país, são relevantes e essenciais para compreendermos o nosso cotidiano e como podemos viver dignamente em um país democrático.

Boa leitura!

Eula Dantas Taveira Cabral
Líder do grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC – CNPq/FCRB)
Organizadora da Obra

PARTE 1
EMERGE: Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência

Por uma Economia Política do Cotidiano em diálogo com pesquisas de caráter participativo

Adilson Vaz Cabral Filho

A Economia Política crítica e a Economia Política da Comunicação (EPC) têm, tradicionalmente, se concentrado em estruturas e instituições grandes e impessoais, como o capitalismo, o Estado, a mídia comercial e a publicidade corporativa. A justificativa para isso é que essas estruturas e instituições desempenham um papel determinante na vida cotidiana das pessoas e na distribuição e no exercício do poder social. Mas essas estruturas e instituições também são produzidas e transformadas por meio de práticas sociais cotidianas, como o trabalho assalariado, a produção e o consumo criativos e a participação política.

A economia política raramente considera como as pessoas interagem com esses sistemas nas suas vidas cotidianas, inclusive como se apropriam das tecnologias de informação e comunicação (TICs) para desenvolver alternativas sociais, como a mídia comunitária, independente ou até mesmo contra-hegemônica. A economia política também examina como as pessoas entendem e exercem o poder público, movimentando-se nele, incluindo as lutas para estabelecer leis e processos regulatórios baseados em uma política de comunicação democrática. Ainda assim, um envolvimento mais robusto com a vida cotidiana poderia reforçar a compreensão da economia política sobre as estruturas existentes e apoiar as lutas populares para criar um sistema de mídia e uma sociedade mais justos e democráticos.

Dispositivos metodológicos como a pesquisa-ação participativa (PAP) ou a pesquisa para a mudança social oferecem abordagens valiosas para compreender a vida cotidiana, baseando-se no trabalho de campo com comunidades, grupos sociais, coletivos e movimentos. São métodos concentrados nas necessidades, demandas, ações e formas de comunicação desses agentes, que se baseiam em práticas dialógicas e participativas que permitem a expressão e a reflexão de integrantes das investigações. Com isso, não apenas se proporciona uma compreensão mais matizada da vida social, como também pode se apoiar e facilitar a formação de comunidades e a mudança social emancipatória.

Entretanto, por suas próprias características, essas pesquisas nem sempre deram atenção suficiente às estruturas político-econômicas e ao modo como elas condicionam as práticas cotidianas. Por esse motivo, tais intervenções podem se deparar com barreiras estruturais inesperadas. Ao integrar abordagens da EPC com pesquisas centradas nas pessoas e transformações relacionadas às suas realidades, os pesquisadores da comunicação crítica podem produzir explicações mais profundas, contextualizadas e relacionais. Ao levar em conta tanto a totalidade social quanto a vida cotidiana - como estrutura e agência -, uma abordagem integrada pode produzir percepções sobre a consciência social e o empoderamento do cidadão, que se baseiam nas experiências vividas pelas pessoas, mas atentas às possibilidades e restrições de estruturas e intuições mais amplas. Além disso, ao atender tanto à ação coordenada quanto aos fatores estruturais, pode-se apoiar e facilitar o tipo de mudança social emancipatória que tanto a EPC quanto tais métodos buscam alcançar.

São aqui abordadas as principais preocupações de pesquisa de ambas perspectivas e apontadas suas principais limitações. No que diz respeito à EPC, o ponto cego da vida cotidiana é identificado, enquanto o estudo das estruturas de condicionamento aos processos regulatórios

geralmente não está presente nas pesquisas de caráter participativo. Em seguida, se discute o compromisso dos pesquisadores com a mudança social, como o ponto em comum da EPC e de pesquisas participativas, que permite a busca de articulações entre as duas perspectivas. Posteriormente, é apresentada uma proposta de integração da EPC com tais modelos participativos e, por fim, é fornecido um conjunto de sugestões práticas para a realização de análises integradas da EPC e de pesquisas participativas.

A economia política da comunicação e o ponto cego da vida cotidiana

Como abordagem crítica e sistêmica, a Economia Política examina os poderes do mercado e do Estado, como o mercado influencia o Estado, incluindo mecanismos de captura regulatória, e o papel de organizações e coletivos na criação ou influência na implementação de políticas públicas democráticas. A abordagem foi originalmente proposta por Karl Marx, em seu livro Por uma contribuição à crítica da economia política (1859/1993), de 1859. Essa perspectiva crítica e sistêmica sobre a influência da riqueza e do poder na história e na vida cotidiana é essencial para a compreensão e o aprimoramento de nossa sociedade complexa e global, marcada por riqueza e pobreza, inovações e destruições, solidariedade e guerra.

Tradicionalmente, a Economia Política se concentra mais em processos de nível macro, como mercados e regulamentações, do que em problemas da vida cotidiana. Com relação à Economia Política da Comunicação, isso inclui empresas relacionadas à imprensa, à radiodifusão, às telecomunicações e à Internet, mas também à cultura e ao entretenimento. Os estudos sobre a economia política da comunicação geralmente consideram os movimentos do mercado em relação ao seu alcance e cobertura, renda e participação orçamentária,

entre outras categorias e variáveis macro. A regulamentação é outra abordagem comum nesses estudos. Ela considera aspectos políticos que influenciam as políticas públicas e a forma como o Estado é concebido em relação ao mercado e ao poder político. Os estudos de EPC também se aprofundaram em como as indústrias culturais desenvolveram, ao longo do tempo, estratégias para captar a atenção das pessoas. De acordo com Cesar Bolaño (2015, p.161), essa indústria funciona como "uma criação do capital e do Estado e tem como objetivo a realização de um trabalho de mediação simbólica entre essas instâncias de poder e as massas de eleitores e consumidores". Portanto, um foco central da EPC é entender como a mídia e as tecnologias de informação são capturadas por poderosos conglomerados multilaterais, especialmente porque os equipamentos de transmissão e a infraestrutura e, atualmente, o uso de plataformas digitais são controlados por corporações privadas.

Um grande desafio para a EPC é articular os aspectos econômicos e políticos com os sociais e culturais. Isso é importante, uma vez que as questões tecnológicas, educacionais e de comunicação são centrais para os estudos de mídia e comunicação, e são cada vez mais consideradas em pesquisas que visam desenvolver reflexões e contribuições mais amplas e complexas. De acordo com Garnham (1990, p. 2), "só vale a pena estudar a mídia na medida em que ela focaliza problemas-chave dentro do projeto geral das ciências sociais". Essa abordagem da EPC para estudar a mídia em relação à totalidade social incentiva a multidisciplinaridade e, portanto, também permite analisar diferentes dimensões da realidade social. Isso inclui como as questões estruturais podem estar relacionadas aos sujeitos e ao sobre como são agenciados.

Em geral, a EPC se concentra mais em estruturas e instituições de grande escala - aparentemente impessoais - do que na ação por parte dos cidadãos. No entanto, algumas pesquisas sobre EPC abordam a vida cotidiana, a ação social e a participação. Por exemplo, Christian Fuchs

(2020, p.382) aplicou o trabalho de Lefebvre para estudar "como a crise do coronavírus suspendeu, destruiu e exigiu a reorganização das práticas, estruturas e rotinas da vida cotidiana". Isso reforça o que Fuchs chama de capitalismo do coronavírus:

> as atividades que os seres humanos normalmente desempenham em diferentes papéis sociais, em diferentes momentos e em diferentes locais, convergem em atividades que são conduzidas em um espaço-tempo universal, tendencialmente não zoneado e não estruturado em um local, o lar (Fuchs, 2020, p. 379).

A mídia e outros agentes poderosos e globais moldam ativamente a consciência pública sobre esses arranjos e promovem o desenvolvimento desse capitalismo extremamente racionalizado e tecnologicamente estruturado. No entanto, a pandemia derivada da Covid-19 não pode ser considerada a protagonista da mudança na vida cotidiana de muitas pessoas. Além disso, as tecnologias da Internet também são secundárias em muitos contextos, pois, em territórios de baixa renda em todo o mundo, o acesso doméstico à Internet não supera os limites nem mesmo reduz os efeitos das questões tecnológicas, econômicas, políticas e sociais levantadas pelas mudanças climáticas e pela disparidade de renda.

Os estudos de economia política precisam se concentrar mais nos problemas cotidianos para melhor caracterizá-los de forma crítica e sistêmica. Uma Economia Política da vida cotidiana incluiria a análise do papel da mídia e da comunicação no contexto de aspectos sociais complexos e multifacetados. Isso fortaleceria a EPC, atendendo não apenas às restrições estruturais da propriedade privada e ao imperativo do lucro no fornecimento de mídia, mas também às práticas e aos processos de negociação, resistência, oposição e transformação realizados por cidadãos, movimentos sociais, comunidades e outros grupos sociais. Essa abordagem precisaria considerar um compromisso

com métodos mais próximos das pessoas, grupos sociais e setores que estão diretamente envolvidos nos processos de pesquisa. Conforme desenvolvido na seção seguinte, tais métodos são potencialmente capazes de ampliar essa conexão.

Pesquisas participativas e o ponto cego das estruturas condicionantes

A pesquisa-ação participativa (PAP) foi desenvolvida sob o guarda-chuva do que era tradicionalmente chamado de Comunicação para o Desenvolvimento, que, por sua vez, faz parte do campo mais amplo da Comunicação para a Mudança Social (CMS). A CMS é um campo de estudo e prática que visa compreender e promover práticas de comunicação conducentes ao desenvolvimento de laços de solidariedade e à geração de mudanças que sejam democráticas, igualitárias e apoiem a diversidade. Na América Latina, há uma longa tradição de pesquisadores envolvidos em processos de comunicação com o objetivo de promover esse desenvolvimento e/ou mudança social, especialmente em áreas rurais e com grupos de trabalhadores e comunidades.

A CMS foi concebida e estruturada pelos importantes trabalhos de Luis Ramiro Beltrán, Juan Díaz Bordenave e Paulo Freire, entre outros. Em 2006, Thomas Tufte e Afonso Gumucio-Dagron compilaram muitos desses trabalhos na obra *Communication for Social Change Anthology: Historical and Contemporary Readings*. Em suas palavras introdutórias, Tufte e Gumucio-Dagron (2006, p. xix) consideram a CMS como "uma forma de pensar e praticar que coloca as pessoas no controle dos meios e do conteúdo do processo de comunicação". Eles também a caracterizam como um "processo de diálogo público e privado por meio do qual as pessoas determinam quem são, o que precisam e o que querem para melhorar suas vidas" (ibid).

A PAP foi desenvolvida dentro dessa perspectiva ampla, como um dos métodos preferidos para se envolver em processos de transformação comunitária e social com a mediação das tecnologias de mídia e comunicação. A razão dessa preferência é que o PAP oferece um meio coerente de promover uma sociedade mais democrática, igualitária e livre, pois se baseia na participação e no diálogo em condições de igualdade, que permitem a redistribuição do poder. Seguindo uma abordagem democrática radical, a voz, as ideias e as práticas das pessoas para melhorar a sociedade são consideradas centrais no processo de pesquisa. Os fins democráticos da mudança social são colocados em prática por meios democráticos. Assim, os fins se tornam os meios e vice-versa. Entretanto, a PAP não se aprofundou suficientemente devido ao fato de que o engajamento democrático dos participantes não envolver automaticamente uma mudança social mais ampla e estruturante. Para que isso ocorra, as práticas dos participantes precisam estar conectadas de alguma forma a setores mais amplos da sociedade. Embora a PAP tenha como objetivo promover essa transformação mais ampla, ela enfrentou importantes desafios e limitações, conforme discutiremos a seguir.

A PAP foi inicialmente proposta, na teoria e na prática, pelo sociólogo colombiano Orlando Fals Borda, que trabalhou com comunidades rurais na América Latina durante a segunda metade do século XX. Na síntese de exposição de sua abordagem (1978), Fals Borda se refere tanto aos aspectos democráticos internos do processo de pesquisa quanto à conexão com aspectos sociais mais amplos. Internamente, a PAP prioriza a autonomia dos participantes da pesquisa. Quando em contato com trabalhadores rurais ou grupos em associações comunitárias, por exemplo, os pesquisadores da PAP colaboram com indivíduos e grupos como "objetos" de seus estudos para entender possíveis soluções para situações problemáticas, mas também

se envolvem com as pessoas no processo de pesquisa, construindo com elas os caminhos para os resultados da pesquisa, envolvendo-as assim como "sujeitos" ou agentes.

Diante da hegemonia das abordagens positivistas ocidentais, Fals Borda trouxe para a prática transformadora e para a reflexão intelectual um método qualitativo, que colocava os agentes humanos no centro do processo de pesquisa. Em vez de tratar os agentes como meros objetos, sobre os quais se produz conhecimento supostamente objetivo com base em dados quantitativos, a PAP defendeu a hermenêutica baseada na liberdade dos participantes e na centralidade de suas vozes e decisões. O etnocentrismo ocidental foi desafiado por uma proposta decolonial que dá prioridade à agência das comunidades, tratadas, portanto, como sujeitos. O trabalho de Fals Borda mostra que esse processo de tratar as pessoas como pessoas reais, com inteligência, capacidade, necessidades e aspirações para viver uma vida boa, teve o resultado esperado de favorecer sua expressão e tomada de decisões na estrutura do processo de pesquisa-ação que elas mesmas estavam criando.

No que diz respeito à importância de se alcançar o exterior para promover a mudança social, a PAP propôs conectar a pesquisa e a participação com o sistema social mais amplo e suas estruturas. Ao escrever sobre a pesquisa-ação, Kemmis (2008, p. 123) salientou que essa proposta não se baseia apenas "na autorrealização das pessoas ou na realização de organizações mais racionais e coerentes, mas nos interstícios entre pessoas e organizações e nas fronteiras entre mundos da vida e sistemas". Isso se relaciona com o que Fals Borda chama de "participação simpática" (Reason e Bradbury, 2008, p. 42), na qual o pesquisador entra no processo que estuda como um parceiro pleno, obtendo uma visão privilegiada, mas ciente de que representa uma classe ou um grupo social diferente. Isso faz com que o pesquisador enfrente a questão do envolvimento político, pois o pesquisador sempre tem uma

visão de mundo que pode não ser a mesma dos participantes e deve ter cuidado para não impô-la. Portanto, quaisquer objetivos de transformação social que sejam fundamentais na PAP devem ser estabelecidos pelos participantes.

O que ainda falta ser feito pela PAP é uma articulação desenvolvida de como o processo de pesquisa-ação pode impactar - se é que impacta - as estruturas mais amplas que são necessárias para transformar a mudança social. Com base no trabalho de Orlando Fals Borda, Jair Vega-Casanova (2021, p. 110) argumenta que a PAP considera "a participação dos atores apropriados em cada contexto, desde o processo de produção do conhecimento até sua incorporação nas transformações sociais". Nessa visão, a PAP fornece as ferramentas necessárias para a realização de pesquisas que podem atuar como mediadoras entre as aspirações populares e sua realização, tornando-se "a base para a articulação entre conhecimento e poder nos processos de comunicação e educação popular na região da América Latina" (Vega-Casanova, 2021, p. 110).

Entretanto, há pouca discussão sobre como isso pode ser alcançado. A única ideia-chave é que a PAP tem a vantagem de "construir claramente uma ponte em direção à comunicação social, à mídia de massa e às técnicas jornalísticas" (Vega-Casanova, 2021, p. 123). A comunicação é fundamental nos processos participativos baseados na expressão e na tomada de decisões, e as ferramentas profissionais certamente podem ajudar no dinamismo do processo interno com os participantes, além de contribuir para a visibilidade pública por meio do uso da mídia. No entanto, é digno de nota o fato de não terem sido desenvolvidas propostas específicas para o impacto e a transformação social.

O que ainda resta a ser feito pelos pesquisadores e teóricos da PAP é uma articulação desenvolvida de como - se é que o faz - o processo de

pesquisa-ação pode impactar - se é que o faz - as estruturas mais amplas que devem ser transformadas para que a mudança social ocorra. Com base no trabalho fundamental de Orlando Fals Borda, Jair Vega-Casanova (2021, p.110) argumenta que a PAP considera "a participação dos atores apropriados em cada contexto, desde o processo de produção do conhecimento até sua incorporação nas transformações sociais". Nessa visão, a PAP fornece as ferramentas necessárias para a realização de pesquisas que podem atuar como mediadoras entre as aspirações populares e sua realização, tornando-se "a base para a articulação entre conhecimento e poder nos processos de comunicação e educação popular na região da América Latina" (Vega-Casanova, 2021, p. 110).

Entretanto, há pouca discussão sobre como isso pode ser alcançado. A única ideia-chave é que a PAP tem a vantagem de "construir claramente uma ponte em direção à comunicação social, à mídia de massa e às técnicas jornalísticas" (Vega-Casanova, 2021, p. 123). A comunicação é fundamental nos processos participativos baseados na expressão e na tomada de decisões, e as ferramentas profissionais certamente podem ajudar no dinamismo do processo interno com os participantes, além de contribuir para a visibilidade pública por meio do uso da mídia. No entanto, é digno de nota o fato de não terem sido desenvolvidas propostas específicas para o impacto e a transformação social.

Para ser eficaz, caberia à PAP ser amplamente contextualizada com uma perspectiva sistêmica baseada na Economia Política. Para Amparo Cadavid (2013, p. 40-41), a Comunicação para a Mudança Social enfrenta dois grandes desafios no contexto atual: (1) a gama infinita de possibilidades de existir como experiências de comunicação cidadã e comunitária, lidando com o risco de permanecer no local, no pequeno, e não transcender a partir daí, e (2) a grande variedade de aspectos que podem levá-los a se distanciar, a esbarrar uns nos outros e

a entrar em dinâmicas de competição e rivalidade, bem como a se envolver em efemérides, em vez de experiências sustentáveis. À luz desses desafios, pode-se argumentar que os estudos precisam aprender a articular diferenças e particularidades com estruturas mais amplas e com a totalidade social, tanto aquelas orientadas para o controle social quanto aquelas que incentivam a agência emancipatória.

Sem dar atenção a essas restrições e oportunidades estruturais mais amplas, a PAP pode, em certa medida, promover ações voluntaristas que superestimam possibilidades de transformação e que podem levar à frustração tanto de pesquisadores quanto de grupos que estudam e com os quais colaboram. Portanto, as intervenções desenvolvidas e buscadas pelos atores sociais devem ser consideradas em relação à totalidade social mais ampla. Especificamente, é necessária uma abordagem dialética que considere como as condições estruturais - tanto materiais quanto discursivas - estabelecem limites e oferecem oportunidades para a ação social.

Pontos em comum entre a EPC e a PAP: Um compromisso com a mudança social

Apesar de suas diferenças, a EPC e a PAP compartilham um compromisso com a mudança social. Na contribuição marxista para uma crítica da economia política, Max Horkheimer (1972/1975, p.241) propôs que "a transmissão da teoria crítica (...) não ocorrerá por meio de uma prática solidamente estabelecida e de formas fixas de agir, mas por meio da preocupação com a transformação social". Ao criticar o fato de que "a formação da teoria se tornou uma questão de construção matemática" (p. 190), Horkheimer destaca a famosa 11ª tese de Karl Marx sobre Feuerbach (1932/1998): "Os filósofos apenas interpretaram o mundo de várias maneiras; o objetivo é mudá-lo" (p. 571). Na formulação de Horkheimer (1972/1975, p.239), a teoria "não

é um depósito de hipóteses sobre o curso dos eventos na sociedade. Ela constrói um quadro em desenvolvimento de toda a sociedade, um julgamento existencial com uma dimensão histórica".

Isso significa que a economia deve ser considerada de forma não determinística, e o setor de mídia, como parte central da economia, deve ser analisado de acordo com os valores humanos. O estudo da economia deve se concentrar nas pessoas e não no design de modelos matemáticos. Essa estrutura dialética considera as relações bidirecionais entre as estruturas político-econômicas e a práxis. Isso requer uma análise multidimensional que leve em conta: múltiplas escalas de análise (global, regional, nacional, local); abordagens multi/transdisciplinares (Mídia e Comunicação, bem como as Ciências Humanas e Sociais mais amplas); e uma compreensão mais ampla de Comunicação, Mídia, Cultura, Entretenimento e Informação, incluindo uma noção de "alfabetização" que se estenda além das escolas para outros locais e espaços de compartilhamento de conhecimento e suas aplicações.

Com relação à PAP, Kemmis, McTaggart e Nixon (2014, p.20) propõem uma definição crítica que a considera como "um processo social de aprendizagem colaborativa em prol da auto-formação individual e coletiva, realizada por grupos de pessoas que se unem para mudar as práticas por meio das quais interagem em um mundo social compartilhado". Essas mudanças nas práticas são entendidas como a força central da mudança social; como a promulgação da mudança social. A PAP compartilha com a EPC o compromisso com a transformação social, mas tem se concentrado mais fortemente em diferentes aspectos da realidade. O desenvolvimento da Comunicação para o Desenvolvimento e a Mudança Social na América Latina é uma ilustração clara de um compromisso com a mudança social, baseado em contextos, conhecimentos e práticas particulares da região. A América Latina é, portanto, entendida como um locus específico e rico de

produção de conhecimento, no qual uma maneira de lidar com a comunicação e a aplicação de métodos participativos foi desenvolvida com base em uma variedade de processos culturais que caracterizam a região. Por exemplo, a larga tradição de estudos sobre as telenovelas, que têm sido entendidas não como produtos alienantes, mas à luz de conteúdos e formas de consumo que refletem a resistência à dominação e a subversão das hierarquias estabelecidas.

Além disso, a PAP está sendo cada vez mais valorizada em outras perspectivas que também visam à transformação social, como as epistemologias do Sul (Santos, 2009), o Buen Vivir (Barranquero e Baeza, 2017), a justiça comunicativa no pluriverso (Pedro-Carañana, Huérfano-Herrera e Ochoa-Almanza, 2023), a comunicologia do sul (Del Valle e Sierra Caballero, 2023), além dos estudos decoloniais que estão sendo realizados por organizações como CLACSO, FLACSO, ULEPICC (Economia Política da Comunicação) e até mesmo grupos de pesquisa da ALAIC (Associação Latino-Americana de Pesquisadores em Comunicação).

A EPC trata, em particular, da concentração da mídia e da ameaça ao pluralismo e à diversidade da mídia. Entretanto, a EPC latino-americana também está interessada em como pessoas de diferentes países do continente se apropriam das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação). Esse tipo de apropriação das TICs envolve processos regulatórios e de mercado. Como a Associação Mundial de Rádios Comunitárias deixa claro (AMARC, 2010), é necessário afirmar o compromisso do Estado com o desenvolvimento e a manutenção de políticas e iniciativas de comunicação, capazes de proporcionar viabilidade e legitimidade dos setores comunitários/sem fins lucrativos nas plataformas de mídia tradicionais e contemporâneas. Isso abre espaço para a análise de vários processos regulatórios em todo o mundo, como os tipos de concessão/licenças; limites de alcance,

frequência e potência; possibilidades de formação de redes; participação social na programação e gestão; e mecanismos de sustentabilidade, como fundos de apoio, limites de publicidade, patrocínio e apoio cultural.

Sem essa abordagem crítica e sistêmica mais ampla, a PAP não é suficiente para promover mudanças estruturais na vida cotidiana dos atores, bem como nos territórios em que suas iniciativas estão inseridas. Por outro lado, a EPC pode ser fortalecida considerando-se ainda mais o que os sujeitos fazem diante das estruturas sociais e de comunicação; como se organizam, o que pensam, como se comunicam e tomam decisões, que tipo de mudanças pretendem promover e como se relacionam com os atores institucionais. Uma lição importante que deve ser sempre lembrada em ambas as perspectivas é que a mudança estrutural só pode ocorrer por meio da prática das populações. A compreensão dos usos da mídia e da mudança social vem junto com as possibilidades de usos de coletivos, grupos, organizações e movimentos que podem estruturar o tecido social ao longo de comunidades, bairros e territórios de baixa renda, de modo que a comunicação possa ser exigida e implementada em perspectivas plurais, diversas, iguais, participativas e dialógicas com o apoio de uma legislação favorável.

A PAP, tal como a CMS, entende a mudança social como transformações em direção à justiça social. Chambers e Balanoff (2009, p. 84) propõem que "a justiça social exige um significado e uma prática diferentes de participação, que não sejam hierárquicos, nem baseados em classe ou raça", envolvendo contribuições comuns que incluem, de acordo com Kincheloe (2009, p. 112), "a interrogação dos entendimentos contextualizados dos pesquisadores, dos colaboradores e dos membros da comunidade reflexiva sobre o projeto de pesquisa e a construção de sua consciência em geral". Assim, as práticas participativas de justiça social de todos os atores envolvidos na PAP são concebidas como o meio mais adequado para promover a justiça social.

Para contribuir com a mudança social entendida como justiça, a dimensão do letramento dos participantes e a Economia Política da Comunicação (EPC) são fundamentais. Os pesquisadores que lidam com a PAP e trazem contribuições da EPC para a compreensão dos processos de mídia e comunicação podem considerar as referências e as expectativas dos membros da comunidade para estabelecer um diálogo viável de fluxo bidirecional entre o pesquisador e os membros da comunidade. Podem também contar com a possibilidade de que os atores solicitem contribuições ou envolvimento efetivo em seus processos, dada a crescente compreensão da importância que desempenham para os processos de pesquisa. Esses aspectos são extremamente diversos e demandam um ambiente mútuo de transparência e confiança, considerando contribuições e engajamento adequados de ambas as partes.

A pesquisa em comunicação trata das pessoas, de suas potencialidades e da necessidade de elevar as condições de cidadania que podem envolver um amplo conjunto de direitos humanos, incluindo o uso amplo das tecnologias disponíveis. Isso significa não apenas comunicação e mídia, mas o entendimento de que a comunicação e a mídia podem refletir a participação social em toda a sua extensão. Carpentier (2016, p.85) chama a atenção para a necessidade de se manter um olhar crítico sobre o processo participativo ao considerar que "a igualdade (de poder) nos processos participativos (...) termina no momento em que a crítica pode começar", e ao seguir uma abordagem política em relação à participação que visa a analisar "a intensidade dos processos participativos; ou, em outras palavras, quão iguais ou desiguais eles são".

Assim, é importante situar as melhores contribuições para a pesquisa de grupos comunitários, quando lutam contra as opressões ou propõem processos decoloniais, reconhecendo que a posição do

pesquisador pode reforçá-las. Esses lugares são relacionais, dependendo de como cada ator participa do processo e, ao final, podem não produzir resultados relevantes quando se trabalha exclusivamente com a PAP, sem articulá-la com uma perspectiva sistêmica. Isso ocorre porque os resultados da pesquisa podem levar a caminhos não previstos inicialmente e não relacionados às suposições da estrutura dos pesquisadores. Portanto, a melhor contribuição de pesquisadores a seus processos é encontrar uma posição adequada para formular perguntas de pesquisa que possam efetivamente contribuir para a justiça social e conscientizar os envolvidos.

Considerando as recentes mudanças nos processos de mídia e comunicação e suas plataformas de produção e distribuição, é também extremamente importante reformular definições de mídia e informação que sejam úteis para melhor compreender o panorama geral (comunidade; mercado local, nacional e global; Estado também em diferentes níveis). A mídia contemporânea tem uma função diferente da transmissão, especialmente as plataformas digitais. A informação funciona agora como uma mercadoria que favorece a concentração da riqueza e do poder dos gigantes da tecnologia. Tanto a mídia quanto a informação são produzidas e distribuídas em plataformas como lugares que orientam um processo caracterizado por Van Dijck, Poell e de Waal (2018) como sociedade de plataforma, também definida por Srnicek (2016) como capitalismo de plataforma.

Uma proposta para integrar EPC e pesquisas participativas

Uma abordagem combinada de economia política e pesquisas participativas para estudar mídia e comunicação teria como objetivo considerar as estruturas do Estado e do mercado, bem como as implicações complexas dos produtos e processos de comunicação na vida cotidiana das pessoas. Uma visão de economia política das

ferramentas e estratégias de comunicação pode ajudar atores de pesquisas participativas a se envolverem e gerarem conhecimento juntos, considerando as condições e os limites estabelecidos pelas forças estruturais.

Tomemos, por exemplo, as mudanças nos fluxos de conteúdo, produção e distribuição do analógico para o digital, por exemplo, da radiodifusão para as plataformas de vídeo sob demanda (VoD, do inglês *video on demand*). Essas mudanças evidenciam diferenças na inovação e revelam semelhanças em relação ao controle dos usuários e à desregulamentação de seus serviços, o que se torna ainda mais desafiador com a captura da Internet por conglomerados digitais transnacionais.

Além disso, as plataformas de mídia social são estruturadas para promover o individualismo. Também é possível observar usos baseados na solidariedade por coletividades e comunidades, mas a colaboração, a cooperação e o engajamento são mediados pela lógica das recompensas digitais por meio de reações e do uso de emoticons. Em tempos de colonialismo de dados (Couldry e Mejias, 2019), as pessoas não são interpretadas apenas como eleitores e consumidores, mas também como usuários. Nós e nossos dados estamos sendo usados tanto pelas corporações que controlam essas plataformas quanto por aquelas que adquirem dados estratégicos sobre usuários em todo o mundo.

Uma perspectiva de mudança social deve recuperar a dimensão da cidadania como sua principal tarefa na discussão das novas tecnologias de mídia. Isso está sendo feito, por exemplo, em relação à justiça de dados (Dencik et al., 2022) e à justiça de big data do Sul global (Milan e Treré, 2019). Além disso, também é necessário lidar com questões educacionais e políticas, considerando um ambiente em que os discursos que apoiam a meritocracia são disseminados por atores do mercado (bem como por universidades), com o apoio de conglomerados tradicionais e contemporâneos, do nível global ao local.

Compreende-se a vida cotidiana como arena de lutas e espaço de intervenção. Aqui, pessoas, grupos, organizações e movimentos sociais se articulam em torno de várias questões e podem lidar com as TICs para afirmar, divulgar e valorizar sua cultura. Pensar a comunicação na prática cotidiana é considerá-la como um direito humano fundamental e um componente determinante e comum a vários setores sociais. Assim, a comunicação está diretamente relacionada à construção de identidades e à produção de sentido nas relações cotidianas, podendo contribuir para o aumento da qualidade nesses diferentes contextos e para a valorização de outros direitos humanos fundamentais. Tomando essa como definição de trabalho, entende-se que a comunicação deva desempenhar papel fundamental na recomposição dos processos de aprendizagem e treinamento, bem como em sua estruturação profissional, para assegurar o direito à educação.

É possível identificar dois desafios importantes para o desenvolvimento de métodos eficazes das pesquisas participativas em uma pesquisa relacionada à EPC. Por um lado, quando colocada sob a lógica do mercado e do Estado, a comunicação não é tratada como prioridade ou é reduzida a um instrumento de controle social e de maximização de lucros. Por outro lado, quando temas como a luta contra a opressão ou a afirmação de territórios periféricos ganham visibilidade, a comunicação é frequentemente reduzida à identidade, deslocando o foco da formulação de políticas públicas específicas para a crítica e a produção de narrativas.

Essa perspectiva proposta afeta, de modo geral, a compreensão de aspectos sociais complexos e multifacetados, reivindicando a necessidade especial de uma Economia Política da vida cotidiana e de uma Comunicação pensada a partir da vida cotidiana, ou ainda, das pequenas coisas. Essa abordagem consideraria um compromisso com

metodologias mais próximas das pessoas, dos grupos sociais e dos setores diretamente envolvidos nos processos de pesquisa.

Foi observado que a PAP se concentra muito nas pessoas e, muitas vezes, desconsidera a importância das estruturas, mas coloca no centro da pesquisa um tipo específico de condições sociais, especificamente as relações a serem desenvolvidas entre os participantes. Uma característica fundamental dessa abordagem é que ela promove o envolvimento em exercícios de profunda reflexividade. Nesse sentido, ela sustenta que a reflexão sobre os resultados desejados e a definição de metas devem sempre incluir a identificação e a aplicação de processos que sejam coerentes com a obtenção de tais resultados.

Crucialmente, na PAP, a coerência entre meios e fins envolve a inclusão, no projeto de pesquisa, na aplicação e na discussão, da perspectiva imediata dos atores envolvidos. As vozes da comunidade expressam possibilidades e limitações da transformação. Igualmente crucial é o fato de que o diálogo constante com os atores exige não apenas o compromisso dos pesquisadores, mas também dos responsáveis pelos projetos que tornam a pesquisa possível. A necessidade de que esse diálogo ocorra e seja bem-sucedido é um fator condicionante central tanto para a PAP quanto para a mudança social, que muitas vezes é subestimado. As principais questões de pesquisa a serem enfrentadas devem ser estruturadas com isso em mente.

Idealmente, os processos dialógicos desenvolvidos na PAP levariam a uma indefinição dos papéis entre o pesquisador e o objeto de estudo. Como o pesquisador também se envolve nos processos da comunidade, ele também se torna um objeto de estudo. Da mesma forma, a comunidade que está sendo estudada também produz conhecimento, tornando-se assim pesquisadora e formada por pesquisadoras(es). A comunidade discute os resultados e planeja adequadamente a realização de novas ações. O que, nos estudos

tradicionais, é considerado o objeto, também se torna o sujeito ao combinar teoria e prática.

A PAP problematiza ainda mais as relações entre o sujeito e o objeto de pesquisa. É importante visualizar e estabelecer uma distância adequada dos objetos de estudo em relação ao processo de pesquisa, dada a questão estabelecida proposta para o trabalho de pesquisa. O compromisso com o desenvolvimento ou a mudança social não está necessariamente relacionado à proximidade emocional e/ou física do pesquisador em relação ao "objeto" de estudo. Em vez disso, envolve uma relação dialógica entre premissas em relação a uma primeira compreensão do contexto, dos temas-chave e de como eles são descritos. Há um diálogo com os atores durante a pesquisa, considerando a avaliação das premissas no processo de pesquisa. O compromisso é com o processo dialógico, não com resultados pré-estabelecidos pelo pesquisador.

O processo de comunicação com os agentes deve deixar claro que é necessário entender que tipo de produção de conteúdos pode ser praticado. Isso envolve a compreensão da economia política do ambiente de mídia e comunicação (incluindo o apoio das pessoas aos meios de comunicação de massa como público e consumidor), bem como a regulamentação pública e a apropriação social da mídia e das TICs. As mudanças nos ambientes de mídia precisam ser consideradas nos processos de pesquisa baseados na PAP, pois estão diretamente relacionadas ao apoio potencial que pode ser recebido pelas pessoas diretamente envolvidas nos projetos e pela população dos territórios onde as iniciativas ocorrem. Isso é importante para promover o processo comunitário de comunicação em ambientes digitais, compreendendo os limites e as potencialidades das ações necessárias para atingir os objetivos da pesquisa e dar respostas adequadas às perguntas da pesquisa.

A "ponte" proposta por Fals Borda e destacada por Vega-Casanova deve ser colocada em uma perspectiva crítica que capture todo o sistema, incluindo a comunicação interpessoal e social, a mídia de massa, a produção própria de conteúdos midiáticos e suas técnicas. Também deve considerar o envolvimento dos pesquisadores em relação ao seu tempo de pesquisa, já que os programas de pós-graduação geralmente levam de dois a quatro anos, mas os processos que envolvem a PAP geralmente são mais longos. Um modelo possível consideraria um supervisor ou orientador responsável pelos principais processos de pesquisa e pesquisadores de pós-graduação envolvidos em partes específicas, mas importantes, de todo o processo.

Para integrar EPC e PAP

Tendo em vista as considerações anteriores sobre EPC e PAP, é importante esclarecer certos aspectos ao trabalhar com EPC que envolva ação participativa. Isso inclui lidar com a participação das pessoas durante a realização da pesquisa.

1. A comunicação não é apenas uma ferramenta, mas um processo, um setor e uma área do conhecimento que conta com políticas constitutivas. Ao trabalhar com a PAP no campo de investigação, a comunicação precisa ser considerada como parte do processo ou uma etapa para alcançar a mudança desejada. Entretanto, mais do que a apropriação social da mídia, é importante ter em mente o apoio às iniciativas e as possíveis regulamentações que garantam sua sustentabilidade ao trabalhar com pessoas no campo.

Portanto, é importante considerar o panorama geral do sistema de comunicação no país, incluindo as possibilidades de ação relacionadas aos níveis locais e, quando possível, fomentar possíveis regulamentações democráticas que possam superar os limites no campo e as formas de implementá-las com políticas públicas.

2. Os pesquisadores devem ir a campo com referências sistêmicas. Para alcançar uma perspectiva ampla ao lidar com a comunicação, é importante que os pesquisadores tenham referências sistêmicas para entender não apenas a indústria da comunicação, mas como ela afeta os locais. Esse aspecto traz a compreensão de fazer pontes entre a PAP e a EPC, pois a perspectiva sistêmica também pode ser entendida por suas conexões dos níveis global para o local e vice-versa.

Diferentes aspectos da PEC devem ser considerados na construção dessas referências: aspectos regulatórios, composição dos diferentes mercados, relação de poder entre os diferentes setores da sociedade... a literatura é significativamente ampla (ver Mosco, 2009).

3. Em vez de ficarem presos às suas crenças, os pesquisadores devem ir a campo com a mente e o coração abertos para entrar em contato com as pessoas envolvidas em sua pesquisa. Essa também é uma dica que vale tanto para as crenças da EPC quanto da PAP, pois não só o conhecimento das pessoas sobre algumas áreas que parecem consolidadas na EPC pode trazer entendimentos novos ou mais complexos, mas também as ideias sobre a PAP podem melhorar ao integrar aspectos das experiências no campo que não foram levados em consideração quando a pesquisa foi construída.

É nesse ponto que os pesquisadores podem prestar atenção especial aos sentimentos, preocupações e emoções das pessoas no campo, mas também aos seus próprios sentimentos. Uma conversa participativa que traga conceitos e referências sobre EPC deve ser conduzida não apenas com atenção às crenças e referências do pesquisador, mas principalmente para ouvir as percepções pessoais que podem ser úteis no processo de pesquisa.

4. A mudança social é um processo anterior e externo no espaço e no tempo. A pesquisa pode dar a importância necessária ao que a mudança social realmente pode ser e às possibilidades que podem ser

alcançadas com ela. Os pesquisadores que trabalham com a PAP, mas também com a EPC numa perspectiva de PAP, não devem imaginar, desejar ou trabalhar no campo como se pudessem trazer soluções para as pessoas, mas entender seu trabalho como uma etapa de um processo que exigirá muito mais das pessoas envolvidas, mais trabalho, contato com autoridades, repensar prioridades, lutas sociais, conflitos etc.

É importante, portanto, entender onde a PAP quer chegar com uma perspectiva de mudança social, pois

> propõe um novo horizonte utópico, mas acaba involuntariamente preservando e reciclando a direção mecanicista e linear da antiga noção de desenvolvimento, apontando para um objetivo final: o crescimento econômico constante baseado na produção irrestrita às custas da natureza (Barranquero-Carretero e Baeza, 2017).

5. Os usuários de comunicação têm diferentes dimensões e estágios de aprendizagem. A contribuição mais significativa que se deve ter em mente é que a democratização da comunicação é um processo que exige aprendizado e aprimoramento contínuos. Os pesquisadores podem considerar seu conhecimento como parte de sua contribuição para o campo, mas também devem levar em conta que as pessoas podem ter diferentes formas de aprender com a mídia, inclusive as reconhecidas por suas tradições.

A comunicação deve ser entendida como um processo muito importante para fortalecer o tecido social das relações que podem trazer a participação popular numa perspectiva cidadã de construção da democracia em outros campos relacionados à vida cotidiana, como educação, saúde, segurança, renda e emprego, especialmente para os jovens, entre outros.

Como resultado do processo de pesquisa que envolve um dispositivo metodológico como a PAP a partir da EPC, tanto os pesquisadores quanto os participantes do campo estão envolvidos em

um mesmo processo de mudança de suas realidades, que não envolve apenas o movimento da posição A para a B por meio da participação social e da implementação de processos de produção em torno de práticas tecnológicas, mas considera a democratização da comunicação em uma perspectiva mais ampla de trazer justiça social para as pessoas.

Por exemplo, quando se trata de pesquisas que envolvem iniciativas de comunicação comunitária, a pesquisa pode não ser conduzida apenas com o objetivo de aprender as ferramentas para criar conteúdos que possam ser produzidos e compartilhados coletivamente. Ao contrário, entender a comunicação como um processo, com uma perspectiva sistêmica, mas também com atenção ao modo de trabalhar e de viver das pessoas, articulando pessoas de diferentes áreas e formações com diferentes níveis de aprendizado, pode contribuir para alcançar mudanças sociais focadas nos direitos humanos apoiadas no desenho de políticas públicas a serem implementadas no próprio campo ou estruturadas como demandas futuras.

É o que temos desenvolvido com o processo de pesquisa ao longo da construção da Conferência Municipal de Comunicação de Niterói, no Rio de Janeiro, Brasil, promovendo a participação de grupos locais no processo decisório de políticas públicas de comunicação, com o objetivo de aprimorar suas próprias iniciativas em seus territórios, pela via da promoção da participação das pessoas para lidar diretamente com a mídia, bem como nas práticas de comunicação como um processo, compreendendo as estruturas envolvidas. O principal objetivo da pesquisa é desenvolver uma rede de iniciativas de comunicação por meio de pequenos grupos que serão não apenas especialistas em ferramentas de comunicação, mas em processos de comunicação que possam apoiar o envolvimento das pessoas na construção, na proposição e na implementação de políticas públicas de comunicação em nível

municipal e nacional, bem como na compreensão do papel da comunicação na construção de políticas públicas em outras áreas.

Considerações finais

Foram demonstradas possibilidades de articulação da Pesquisa-Ação Participativa (PAP) com a Economia Política da Comunicação (EPC), considerando a EPC uma importante contribuição para a efetivação dos processos de PAP, devido à sua perspectiva crítica e sistêmica. Especificamente, essa combinação pode ser realizada quando os marcos macroestruturais podem ser articulados com o potencial de apropriação social das tecnologias de comunicação. Além disso, uma PAP pode ser estruturada por pesquisadores de EPC, considerando os processos de alfabetização e o compromisso com a mudança em uma base de justiça social.

Perspectivas críticas e sistêmicas devem ser construídas a partir de ambas as partes - atores e pesquisadores - em que a compreensão sobre mídia e comunicação - especialmente em tempos de colonialismo de dados e capitalismo de plataforma - bem como o papel que a pesquisa desempenha na vida cotidiana de grupos sociais e acadêmicos devem ser considerados. Isso deve ser feito com base nos fundamentos de um compromisso de tornar visível e afirmar a comunicação como um direito humano, ou seja, para a democratização da comunicação. Essa abordagem, que combina a PAP e a EPC, visa a promover e aprimorar as políticas de mídia e comunicação em bases democráticas, bem como sua relação com outros direitos humanos fundamentais, envolvendo Estados comprometidos em reforçar o tecido social de coletivos, grupos, organizações e movimentos.

Referências

AMARC. Asociación Mundial de Radios Comunitarias. **Principios para garantizar la diversidad y el pluralismo en la radiodifusión y los servicios de comunicación audiovisual**. Ago. 2012. Disponível em: http://legislaciones.amarc.org/40Principios/40_Principios_diversidad_pluralismo_libro.pdf. Acesso em: 30 jun. 2025.

BARRANQUERO-CARRETERO, Alejandro; BAEZA, Chiara. S. Latin American Critical Epistemologies toward a Biocentric Turn in Communication for Social Change: Communication from a Good Living Perspective.**Latin American Research Review**, vol. 52, n. 3, p. 431-445, 2017.

BOLAÑO, Cesar. **The culture industry, information and capitalism**. Londres: Palgrave Macmillan, 2015.

CARPENTIER, Nico. Beyond the ladder of participation: an analytical toolkit for the critical analysis of participatory media processes. **Javnost: The Public**, vol. 23, n. 1, p.70–88. 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1080/13183222.2016.1149760. Acesso em: 30 jun. 2025.

CHAMBERS, Cynthia; BALANOFF, Helen. Translating "Participation" from North to South: A Case Against Intellectual Imperialism in Social Science Research. *In*: KAPOOR, Dip; JORDAN, Steven (Orgs). **International perspectives on education, PAR, and social change**. Londres: Palgrave Macmillan, 2009.

COULDRY, Nick e MEJIAS, Ulises. **The costs of connection**: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism. Stanford: Stanford University Press, 2019.

DEL VALLE, Carlos e CABALLERO, Francisco Sierra. **Communicology of the South**: Critical Perspectives from Latin America. Londres: Palgrave Macmillan, 2023.

DENCIK, Lina et al. **Data justice**. Londres: Sage, 2022.

FALS BORDA, Orlando. Por la praxis: el problema de cómo investigar la realidad para transformala. **Simposio Mundial de Cartagena**, vol. 1, Bogotá, Punta de Lanza – Universidad de Los Andes, 1978, p. 209-249.

FUCHS, Christian. Everyday Life and Everyday Communication in Coronavirus Capitalism. **TripleC**, Paderborn, v. 18, n. 1, p. 375-399, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.31269/triplec.v18i1.1167. Acesso em: 30 jun. 2025.

GARNHAM, Nicholas. **Capitalism and Communication**: global culture and the economics of information. Londres: Sage, 1990.

HORKHEIMER, Max. **Critical Theory**: selected essays. Londres: The Continuum Publishing Company, 1975.

JENKINS, Henry. **Convergence culture**: where old and new media collide. New York: New York University Press, 2006.

KEMMIS, Stephen. Critical Theory and Participatory Action Research. *In*: REASON, Peter and BRADBURY, Hilary (Orgs.). **The SAGE Handbook of Action Research Participative Inquiry and Practice**. Sage: Londres, 2008.

_____; McTAGGART, Robin; NIXON, Rhonda. **The Action Research Planner**: Doing Critical Participatory Action Research. Berlim: Springer, 2014.

KINCHELOE, Joe L. Critical Complexity and Participatory Action Research: Decolonizing "Democratic" Knowledge Production. *In*: KAPOOR, Dip; JORDAN, Steven (Orgs.). **International perspectives on education, PAR, and social change**. Londres: Palgrave MacMillian, 2009.

MARX, Karl. **The german ideology**: including thesis on Feuerbach and introduction to the critique of the political economy. Nova York: Prometheus Books, 1998 (Original publicado em 1932).

_____. **A Contribution to the Critique of Political Economy**. Disponível em: https://www.marxists.org/archive/marx/works/download/Marx_Contribution_to_the_Critique_of_ Political_Economy.pdf. Marxist Internet Archive, 1993 (Original publicado em 1859). Acesso em: 30 ju. 2025.

MILAN, Stefania e TRERÉ, Emiliano. Big data from the South(s): Beyond data universalism. **Television & New Media**, v. 20, n. 4, p. 319-335, 2019.

MOSCO, Vincent. **The Political Economy of Communication**. Londres: Sage, 2009.

PEDRO-CARAÑANA, Joan; HERRERA-HUÉRFANO, Eliana; OCHOA ALMANZA, Juana (Orgs.). **Communicative Justice in the Pluriverse**: an international dialogue. Londres: Routledge, 2023.

REASON, Peter; BRADBURY, Hilary (Orgs.). **The SAGE Handbook of Action Research. Participative Inquiry and Practice**. Londres: Sage, 2008.

SANTOS, Boaventura de S. Toward a multicultural conception of human rights. *In:* GÓMEZ, F.; FEYTER, I. K. de (Orgs.). **International Human Rights Law in a Global Context**. 2009. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/tablas/r28067.pdf. Acesso em: 30 jun. 2025.

SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism**. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2016.

TUFTE, Thomas; GUMUCIO-DAGRON, Alfonso (Orgs). **Communication for Social Change Anthology**: Historical and Contemporary Readings. Londres: Communication for Social Change Consortium, 2006.

VEGA-CASANOVA, Jair. Disenchantment as a Path Toward Autonomy: Orlando Fals Borda, Participatory Action Research, Communication and Social Change. *In*: SUZINA, Ana Cristina (Org). **The Evolution of Popular Communication in Latin America**. Londres: Palgrave Macmillan, 2021.

VAN DIJCK, J.; POELL, T. ; DE WAAL, M. **The Platform Society**: Public Values in a Connective World. Oxford: Oxford University Press, 2018.

Serviço Público de Mídia, democracia e a utopia da EBC

Akemi Nitahara

> "A TV que nós queremos é a junção de todas as coisas boas que tem na cabeça de vocês sobre a TV pública" (Lula, encerramento do 1º Fórum Nacional de TVs Públicas, Brasília, 2007).

Neste trabalho, iremos discorrer sobre as possibilidades democráticas proporcionadas pelo Serviço Público de Mídia (SPM) e a realidade materializada na Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Tijolo a tijolo, foi sendo construída a utopia do SPM brasileiro. Enquanto, por outro lado, vários acontecimentos insistem em roubar esse sonho da sociedade.

> Como nós fizemos uma partilha disso com a sociedade, e o resultado são todos vocês, eu penso que as pessoas começam a compreender que é necessário. Muito mais do que um governo que quer é a sociedade brasileira que necessita de uma rede pública de comunicação. (...) Eu, como cidadão brasileiro, sinto ausência de debates dos grandes temas importantes deste País (Lula, 2007).

Se no início houve avanços significativos em direção à relevância da EBC, o Brasil ainda está muito distante de ter um sistema de comunicação pública consolidado e defendido pela população. A EBC é responsável hoje pelo Serviço Público de Mídia das históricas Rádio Nacional e Rádio MEC, às vésperas de completar 90 anos; a TV Brasil, criada da unificação da TVE-RJ e MA com a TV Nacional em Brasília; a Agência Brasil, que completou 35 anos em 2025; e a Radiogência

Nacional, que abastece de conteúdos jornalísticos sonoros milhares de rádios Brasil adentro.

> Vamos fazer um pacto entre nós? O primeiro mandato foi para a gente fazer o que fizemos mesmo. (...) Este segundo mandato é para a gente fazer o que não fez, é para a gente criar as coisas novas que podemos criar neste País. Eu estou pensando que a gente está criando, quem sabe, um PAC da cultura, Programa de Aceleração da Cultura. Ele pode começar com uma TV pública, pode começar com uma rádio pública (Lula, 2007).

Criada em 2007 para tirar do papel o texto constitucional que previa um sistema de radiodifusão pública, complementar ao estatal e ao comercial, a EBC representava, naquele momento, a realização de um ideal democrático.

> A construção de um sistema público de mídia apresenta-se como uma demanda histórica do movimento pela democratização da comunicação no Brasil, sobretudo em razão da hegemonia do setor privado-comercial no cenário midiático brasileiro. A Constituição Brasileira de 1988 abarcou esta noção, ao prever a complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal de radiodifusão, a partir das lutas por políticas democráticas de comunicação que tiveram lugar nos anos 1980 (Stevanim, 2017).

Com a posse de um governo progressista no Brasil, em 2003, o movimento pela democratização da comunicação começou a se rearticular na demanda por um sistema público de mídia (Stevanim, 2017). Ainda em 2003, a TVE Rede Brasil organizou o encontro "O Desafio da TV Pública", para debater os modelos e conceitos de TVs educativas e públicas existentes no Brasil e no exterior. Era necessário aproveitar o novo momento político para sensibilizar governos e sociedade sobre a importância do Serviço Público de Mídia.

> É preciso que os governos tenham sensibilidade para entender a importância desse tipo de serviço público e que o mercado reflita sobre a sua responsabilidade e pense em dirigir recursos para a sobrevivência de uma televisão mais cidadã. A TV feita para o cidadão dialoga com a sociedade civil e deve existir além da tela, sair do prédio das emissoras para buscar, nos centros urbanos e rurais, inspiração nos movimentos sociais de cultura e informação, retratando a dinâmica social de seu público (Carmona, 2003, p. 10).

Beth Carmona era presidente da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp), entidade gestora da TVE e uma das que deram origem à EBC. Em 2007 ocorreu outro debate importante para a base do SPM brasileiro: o I Fórum Nacional de TVs Públicas.

> Esse encontro ocorreu a partir da interlocução dos atores sociais que defendiam a agenda das mídias públicas - sobretudo associações de emissoras do chamado "campo público" e movimentos ligados à democratização da comunicação - com o Ministério da Cultura. Esse processo de mediação entre atores da sociedade civil e agentes governamentais possibilitou um contexto de formatação de um projeto de sistema público, a ser gerido pelo governo federal, o que desencadeou a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e o lançamento da TV Brasil, em dezembro de 2007 (Stevanim, 2017).

O Fórum foi convocado pela Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura e Casa Civil da Presidência da República. Participaram entidades ligadas ao setor público de televisão, como radiodifusoras públicas e educativas, TVs universitárias, TVs comunitárias, TVs legislativas e expositores internacionais, além de autoridades do Governo Federal, secretários estaduais de Cultura, organizações da sociedade civil e parlamentares.

> Todo mundo também sabe que televisão precisa de dinheiro, isso não vem de graça, acho que vai ser uma

> cotização entre nós. Tem que ter dinheiro, tem que ter publicidade, tem que ter programação de qualidade. Uma coisa que eu já aprendi a falar: tem que ter grade. Já aprendi, já estou sabendo das coisas (Lula, 2007).

No encerramento do fórum, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no início de seu segundo mandato, reafirmou o compromisso de implantar o projeto de uma rede nacional de TV pública, que, segundo ele, não seria porta-voz governamental nem refém da audiência.

> Nós não queremos, porque eu não acredito em coisa "chapa branca". A "chapa branca", o mal dela é que se desmoraliza por si mesma. Não adianta você querer fazer uma coisa para falar bem do ministro da Cultura ou para falar bem do presidente da República, isso não dura três meses. Nós queremos alguma coisa que tenha a dimensão de respeitar o povo na sua plenitude, nas coisas boas e nas coisas ruins. Respeitar, sobretudo, o povo (Lula, 2007).

Como documento final, o Fórum publicou a Carta de Brasília. O texto defendia uma rede com independência editorial de mercados e governos, que estimulasse a formação crítica do cidadão, valorizasse a produção independente e regionalizada, que expressasse diversidades como as de gênero, étnico-racial, de orientação sexual, regional e social do Brasil. O texto destacou a intenção do governo de unificar a Radiobrás e a Acerp para criar a TV Pública (Carta de Brasília, 2007).

> A gente está pensando em juntar um monte de gente que já tem emprego hoje para produzir uma coisa de qualidade. Quem sabe não tem até que contratar mais gente? Nós não sabemos, nós estamos começando. O dado concreto é que não pode continuar apenas do jeito que está, é preciso avançar. Eu acho que o País está maduro para isso, eu acho que a imprensa está madura para compreender a necessidade disso, eu acho que os artistas brasileiros estão maduros para compreender a necessidade disso (Lula, 2007).

Assim, cinco meses após o Fórum, foi publicada a Medida Provisória nº 398, de 10 de outubro de 2007, que "Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC, e dá outras providências" (Brasil, 2007a), convertida na Lei nº 11.652/2008 (Brasil, 2008). A criação da empresa foi efetivada pelo Decreto nº 6.246, de 24 de outubro do mesmo ano (Brasil, 2007b), e a TV Brasil entrou no ar no dia 2 de dezembro.

> Eu quero ouvir muita gente, quero chamar muita gente para conversar e, enquanto isso, a gente vai implantando, mas nós precisamos ter mais parceiros do que adversários. E a qualidade vai depender da nossa competência, vai depender da quantidade de recursos que a gente tiver e, volto a afirmar: ninguém pense que televisão custa barato. Custa caro. Eu não vou nem dar os números aqui de quanto custam as atuais redes de televisão no Brasil para não assustar vocês, mas televisão custa caro. O que vocês têm que acreditar é que o nosso empenho é para fazer o melhor que a gente tiver competência para fazer, sabendo os limites do nosso País e sabendo os limites da qualidade que queremos imprimir a uma TV pública (Lula, 2007).

De acordo com Stevanim (2017), "o Fórum antevia os riscos do modelo a ser implantado pelo governo, com perfil estatal e verticalizado, que relegaria as emissoras já existentes a um espaço de segunda categoria". Mas o discurso do presidente deu muita esperança a todo o campo público de radiodifusão.

> Na América do Sul, nós temos que ter uma participação maior na integração dessa coisa, ou seja, sem fazer algo que seja instrumento deste ou daquele pensamento ideológico, deste ou daquele partido político, desta ou daquela religião. Eu já disse para o Papa ontem: o Brasil é um país laico. E a

> nossa televisão será laica. Ela respeitará tudo e todos (Lula, 2007).

Essas foram as bases para a utopia da EBC. Como veremos adiante, boa parte das palavras do presidente Lula foram ao vento. E, definitivamente, a imprensa brasileira não estava (e não está) madura para aceitar no país um Serviço Público de Mídia forte e relevante. Tampouco os governos que se sucederam no Brasil resistiram à tentação de utilizar os veículos públicos da EBC para reforçar sua própria ideologia junto à população ou apenas divulgar seus atos. Da construção utópica, beiramos a distopia no SPM brasileiro nos anos que se seguiram.

Serviço Público de Mídia e utopia

Segundo o Dicionário Oxford de Filosofia (Blackburn, 1997, p. 397), utopia vem do grego e significa "lugar que não existe".

> Uma utopia é um lugar ou estado de vida ideal. O termo provém da obra *Utopia* de Thomas More (1516). As concepções acerca de comunidades e modos de vida ideais têm naturalmente dado forma a muitas propostas políticas, embora as concepções da natureza humana que implicam sejam, de modo geral, simplistas. Daí o utopismo, ou seja, o aconselhamento e crítica da ação política à luz de sistemas supostamente ideais ou utopias. As distopias tendem a ser imaginadas com maior vivacidade, tal como o Inferno é mais fácil de ser concebido que o Céu (Blackburn, 1997, p. 397).

Armand Mattelart (2002) discorre sobre o tema em "História da utopia planetária", relatando as impressões de Américo Vespúcio sobre os povos originários do que foi chamado posteriormente de Continente Americano, encontrados pelos invasores europeus na virada do século XV para o XVI. Povos que não tinham sistema judiciário ou de dominação, divisões religiosas ou territoriais, vivendo "com o que a

natureza lhes dá". O Novo Mundo era a descrição da Utopia de Thomas More, escrito em 1516.

> "In fine", conclui o navegador, "eles vivem de e se contentam com o que a natureza lhes dá. A riqueza da qual gozamos da nossa Europa e em outras partes, como ouro, diamantes, pérolas e outras coisas preciosas, eles tomam por nada; e mesmo que as tenham em suas próprias terras, não trabalham para obtê-las, nem lhes atribuem valor." O "estado de natureza" se torna a grade de leitura da invenção do Novo Mundo. Os relatos de viagens de Américo Vespucci são um dos maiores sucessos literários do século (Mattelart, 2002, p. 20).

A utopia descrita por More é a antítese do mundo verdadeiro. A melhor forma de comunidade se contrapõe à realidade vivida na Inglaterra naquele século XVI.

> Desde a primeira utopia de reforma da organização sociopolítica, as noções de crise e de solução para a crise servem de tela de fundo ao projeto da sociedade modelo. More fustiga os estragos do princípio do individualismo, o arbitrário de um poder real não temperado por uma Constituição, a ociosidade da corte e das "vespas" da nobreza (é o que explica por que os Utopienses praticam tanto a caça quanto a vagabundagem). Ele toma a defesa do povo esfaimado pelo sistema dos cercados que transforma as terras de trigo em pastagem e assim enriquece a aristocracia. Ele denuncia a cumplicidade dos teólogos e dos monges na perpetuação da ignorância e das superstições, assim como da guerra, da qual ele fala muito (Mattelart, 2002, p. 24).

É curioso pensar que, em se tratando de Serviço Público de Mídia, o modelo utópico perseguido é justamente o britânico da BBC, "A melhor TV do Mundo" (Leal Filho, 1997).

> Estas sociedades primitivas, estas sociedades sem tirano e sem Estado, não divididas segundo o eixo vertical do poder

> dominante/dominado, são sociedades de antes do "desencontro", quer dizer, de antes que o desejo de poder e de submissão tenha tomado posse do corpo da sociedade inteira e se tenha instalado como mecanismo da "servidão voluntária" dos indivíduos. Para La Boétie, estas sociedades de relações entre iguais nos remetem a imagem de um tempo no qual a obediência ao nosso próprio desejo de submissão não nos fizera perder a lembrança da liberdade e, por consequência, o desejo de reconquistá-la (Mattelart, 2002, p. 34).

Damos um salto temporal na narrativa de Mattelart para chegar à comunicação especificamente. O autor cita a "Carta da Comunicação" proposta pelo presidente francês François Mitterrand em 1982. O texto se organizava em torno de cinco princípios, como o respeito à diversidade de línguas; harmonizar a legislação dos países sobre informação e propriedade intelectual; regras comuns para a troca de dados; proteger a soberania dos Estados; e garantir o desenvolvimento dos países do Sul Global na área de tecnologia da comunicação (Mattelart, 2002, p. 387)

Essas colocações dialogam com as discussões sobre a Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (Nomic), debatida na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). A proposta foi materializada no Relatório MacBride (Unesco, 1983), consolidando a noção de comunicação como um direito humano.

> O direito à comunicação constitui um prolongamento lógico do progresso constante em direção à liberdade e à democracia. (...) Hoje em dia, prossegue a luta por estender os direitos humanos e conseguir com que o mundo das comunicações seja mais democrático que agora. Mas, na atual fase da luta, intervém novos aspectos do conceito fundamental de liberdade. A exigência de circulação em dupla direção, de intercâmbio livre e de possibilidades de

> acesso e participação dão nova dimensão qualitativa às liberdades conquistadas sucessivamente no passado. A ideia do direito a comunicar eleva todo o debate sobre a "livre circulação" a um nível superior e oferece a perspectiva de tirá-lo do beco sem saída onde se manteve durante os últimos trinta anos (Unesco, 1983, p. 287).

Porém, Mattelart descreve a interdição dessa ideia em meados da década de 1980, liderados por Estados Unidos e Inglaterra de Ronald Reagan e Margareth Thatcher.

> Nos países que ainda ontem estavam na linha de frente da Nova Ordem mundial da informação e da comunicação, as estratégias draconianas de "ajustamento estrutural" imposta pelas instituições financeiras internacionais desestabilizam a própria ideia de política pública nacional e incitam as autoridades a aliviarem-se de suas prerrogativas para melhor arranjar o quadro do laissez-faire (Mattelart, 2002, p. 388).

O Brasil incluído nesse pacote. Levou duas décadas para que o país ousasse construir sua utopia comunicacional.

> Quando eu convidei o Franklin [Martins] para ser ministro, uma das coisas que eu disse a ele foi o seguinte: nós vamos fazer a TV pública, vamos fazer sem trololó. Vamos fazer, porque é preciso fazer. Hoje, eu sou um homem convencido de que nós temos que fazer. Do Oiapoque ao Chuí, eu quero que as pessoas vejam uma TV fiel aos princípios da democracia, respeitando todo mundo, mas dizendo o que tem que ser dito e fazendo as coisas que, muitas vezes, não são feitas neste País (Lula, 2007).

A noção de "direito à informação" já constava na Radiobrás, antecessora da EBC, a partir de 2003. Embora não houvesse, naquela época, a separação oficial nem conceitual entre a comunicação de governo prestada pela estatal e os veículos públicos, foi quando se iniciou a prática do "foco no cidadão". Outro tijolo na construção da utopia do SPM brasileiro.

> A maior novidade desta gestão não foi a abertura de novos programas, novas emissoras, novos serviços eletrônicos; não foi o incremento da produtividade com base na revisão dos fluxos; não foi a criação de um novo plano de carreiras, implantado em junho de 2006; não foi a adoção de um método participativo para a preparação do orçamento e para a decisão sobre os gastos. O principal foi a mudança de postura e a qualidade editorial que ela gerou. O principal foi ter dirigido toda a empresa para trabalhar apenas para o direito à informação do cidadão brasileiro – e só isso. A mudança só aconteceu porque houve o envolvimento de gente, de muita gente muito boa. Muita gente mesmo: estamos falando aqui de centenas de profissionais dedicados e comprometidos. Novas emissoras, mais programas, mais serviços, mais horas de transmissão – tudo isso foi apenas consequência (Bucci *in* Nucci, 2006, p. 10 e 11).

Eugênio Bucci foi presidente da Radiobrás de 2003 a 2007, portanto, responsável por essas mudanças. Na lei que criou a EBC (Brasil, 2008), estão no artigo 2º princípios que remontam à Nomic, como a promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes; a produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas; a promoção da cultura nacional e produção regional e independente; a autonomia em relação ao Governo Federal; e a participação da sociedade civil.

Entre os objetivos, listados no artigo 3º (Brasil, 2008), muitos corroboram com a Carta de Brasília e com o discurso do presidente Lula no encerramento do Fórum de TVs Públicas, como oferecer mecanismos para o debate público acerca de temas de relevância nacional e internacional; desenvolver a consciência crítica do cidadão; fomentar a construção da cidadania e a consolidação da democracia; apoiar processos de inclusão social; ser um centro de inovação e formação de talentos; e direcionar a produção e programação pelas finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas, científicas e

promotoras da cidadania. A fundação do SPM brasileiro foi bem estruturada.

> Então, companheiros, se ninguém tinha falado, eu falei. Na verdade, se isso tivesse sido feito há 10, 15 anos, a gente poderia estar com uma coisa muito evoluída. Mas há sempre o primeiro passo. Vamos fingir que nós estamos começando a construir a Muralha da China. Demorou? Demorou, mas ela está pronta hoje. Então, nós já temos alguns passos dados nisso, não estamos começando do zero. Nós já temos vocês, que são profissionais altamente qualificados, e outros que, certamente, não estão aqui e que irão querer contribuir conosco. Então, a chance é esta. Deus me deu o segundo mandato para fazer coisas novas, e uma delas é a TV pública brasileira (Lula, 2007).

De acordo com a primeira diretora-presidente da EBC, Tereza Cruvinel, nos primeiros anos da empresa foram criadas as condições legais e jurídicas para o funcionamento do Sistema Público de Radiodifusão no Brasil.

> Fizemos até algumas coisas tidas como impossíveis, embora ainda haja tanto por fazer na construção do Sistema Público de Radiodifusão. Nessa infância da EBC, conseguimos plasmar sua natureza e sua personalidade, fixar seus princípios e compromissos, fundar seus alicerces institucionais e materiais (Cruvinel *in* Miguel e Santana, 2011, p. 11).

Ela destaca a função complementar de uma TV pública, de suprir espaços não cobertos pela TV comercial, "serviços que, nas democracias maduras, costumam ser prestados pela televisão pública, com sua programação diferenciada, de cunho mais educativo, cultural e informativo" (Cruvinel *in* Miguel e Santana, 2011, p. 12).

> No Brasil, muitos diziam na época da criação da EBC, que havia ficado tarde para termos uma TV Pública: o modelo

> comercial, com uma vantagem de 60 anos, impôs um modo de fazer e de ver televisão. No espectro, quase todas as frequências já foram ocupadas pelo setor privado. Apesar de tudo isso, implantamos a TV Pública. A TV Brasil hoje é uma emissora nacional, dotada de uma infraestrutura moderna e em expansão. Sua programação caberia na grade de outras boas TVs públicas do mundo. O mesmo vale para outros canais públicos geridos pela EBC, como as emissoras de rádio, a Agência Brasil e a TV Brasil Internacional (Cruvinel *in* Miguel e Santana, 2011, p. 12).

Muitos tijolos foram postos na utopia do SPM brasileiro na primeira década e meia do milênio. O orçamento da estatal passou de R$156 milhões da Radiobrás em 2007 (LOA 2007, p. 11)[1] para R$350 milhões nos primeiros anos de EBC (Miguel e Santana, 2011, p. 158). O quadro de pessoal foi de 1.160 (Bucci i*n* Nucci, 2006, p. 10) para 2.232 em 2013 (Relatório de Gestão 2013, p. 128)[2]. Em 2015, o Conselho Curador da EBC promoveu um seminário para debater o modelo institucional da empresa e formas de aprofundar a autonomia e a relevância dos meios públicos[3]. Em 2016, a Agência Brasil contava com correspondentes no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e Amazonas, além de Portugal, Colômbia, Estados Unidos e Dinamarca (Nitahara, 2019, p.143). Mas a muralha do Serviço Público de Mídia não foi construída firme o suficiente para garantir a longevidade sem desmoronar.

---

[1] Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2007/lei/070207_lei_11451_V4.pdf. Acesso em: 8 ju.2025.

[2] Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/uploads/2012/03/Relat%C3%B3rio_Gest%C3%A3o_EBC_2013.pdf. Acesso em: 8 jun.2025.

[3] Disponível em: https://www.ebc.com.br/conselho-curador/noticias/2015/08/acesse-os-conteudos-da-cobertura-do-seminario-modelo-institucional. Acesso em: 9 jun.2025.

Economia política, indústria cultural e SPM

As disputas de poder que envolvem o ambiente midiático colocam à prova a estabilidade do Serviço Público de Mídia em todo o mundo. Ainda mais em países periféricos e semiperiféricos do sistema-mundo capitalista, como o Brasil, onde o mercado privado dominou os meios desde o surgimento da comunicação de massa. As relações sociais envolvidas na produção e nas trocas, também na área de comunicação e cultura, são contempladas pelos estudos chamados de Economia Política.

> [...] a repartição do produto social global está conectada *ao regime de propriedade dos meios de produção fundamentais* e dele depende. Se essa propriedade é coletiva, a repartição tende a ser igualitária [...]; se a propriedade é privada, tende a ser profundamente desigual [...]. O exame referido, assim, comprova que **as *relações de distribuição* são determinadas pelas *relações de produção*** (Netto e Braz, 2012, p. 76).

Em teoria e na utopia, o SPM é um caso de propriedade coletiva dos meios de produção de informação e comunicação. Em países como Inglaterra, Japão, Portugal e Alemanha, o financiamento é feito pela população, por meio de uma taxa paga diretamente para a empresa de SPM. No modelo estadunidense, há doações de pessoas e empresas e um substancial aporte público por meio da Corporation for Public Broadcasting (CPB), que destina um quarto de seu orçamento para a rede da National Public Radio (NPR) e três quartos para a rede televisiva Public Broadcasting Service (PBS). A participação social é garantida por meio de conselhos curadores, comitês de ouvintes ou outros órgãos representativos da sociedade.

Mesmo nos Estados Unidos, em momentos de governos autoritários, o financiamento dos SPM via Erário não está garantido, vide o corte promovido pelo presidente Donald Trump em maio de

2025[4]. Isso vindo do principal ator do imperialismo cultural do globo, que promoveu a expansão do *American way of life* a partir da década de 1950 com um bombardeio midiático. Claro que uma Nomic não teria vez diante de império tão poderoso.

> Nessa expansão, que impôs - não sem resistências - valores especificamente norte-americanos a povos de distintas tradições culturais, inclusive tornando o inglês a "língua mundial", foi relevante o papel da *indústria cultural* (imprensa, rádio, cinema, discos, televisão). Aliás, uma característica dos "anos dourados" do imperialismo foi consolidar (uma vez que os primórdios desse fenômeno vinham da fase anterior) a dominação dos meios de expressão e de circulação de ideias pelo grande capital - no período posterior à Segunda Guerra Mundial, é ilustrativo o papel desempenhado pelos monopólios da produção cinematográfica (Netto e Braz, 2012, p. 211).

Portanto, no Brasil, como semi-periferia do capitalismo, fomos ensinados a assistir filmes estadunidenses e novelas da Rede Globo. São os modelos considerados "padrão de qualidade", dentro da indústria cultural hegemônica.

> A economia da comunicação e da cultura, na sua vertente crítica, ao contrário, tem procurado indagar-se sobre as funções dos meios no próprio processo de acumulação de capital, com o que prioriza, ora a problemática da publicidade, ora a dos meios de comunicação de massa como *locus* privilegiado da acumulação do capital no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo (Bolaño, 2000, p. 17).

Bolaño situa no pós-guerra o fortalecimento dos sistemas públicos de mídia na Europa, quando os países precisavam se reconstruir e implantaram o modelo do *Welfare State*. Naquele momento, por

[4] Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-05/radios-publicas-dos-eua-processam-trump-apos-corte-de-verbas. Acesso em: 8 jun.2025.

questões de ordem política, os mecanismos de propaganda foram provisoriamente superpostos aos da publicidade. O equilíbrio social era mais importante que a acumulação do capitalismo monopolista.

> Nesse momento, constituem-se, por exemplo, os dois modelos gerais (comercial e de serviço público) de organização dos sistemas nacionais de televisão, o que significa a adoção de duas soluções distintas, historicamente determinadas, que resolvem, de alguma forma e por algum tempo, as tensões entre as necessidades de publicidade e propaganda do sistema e entre os imperativos do Estado e do capital em relação à comunicação de massa. Estamos aqui em cheio na dinâmica regulação-crise-regulação (Bolaño, 2000, p. 21).

O autor destaca, também, que, na tradição marxista, os meios de comunicação fazem parte das "condições gerais para a reprodução do capital" (Bolaño, 2000, p. 28), assim como influenciam "na constituição dos mercados de consumo e no fornecimento de matérias-primas e produtos intermediários para o setor industrial" (idem) e que são produtivos, gerando valor.

> A internacionalização da concorrência no setor de televisão e o interesses de novos e grandes capitais - inclusive capitais financeiros que desejam explorar as perspectivas de integração entre as telecomunicações e o audiovisual para onde aponta o desenvolvimento tecnológico no momento - ameaçam as próprias estruturas oligopólicas que se desenvolveram nos países do sistema comercial, como os da América Latina, onde o tema das relações entre Estado e capital na Indústria Cultural adquire particular importância, num momento em que a consolidação da democracia exige discussão profunda sobre a democratização da informação e a estrutura ideal de sistemas de comunicação social (Bolaño, 2000, p. 22).

Trazendo para a realidade da EBC, Tereza Cruvinel, expõe a dificuldade de enfrentar o *status quo* midiático em um país com canais comerciais consolidados e com audiência fidelizada, que nunca passou pelo modelo do *Welfare State* nem incentivou o SPM. E onde a comunicação pública é associada à propaganda dos governos ou, quando muito, a canais educativos. A falta de incentivo se traduz, também, em baixo orçamento. O contrário do que Lula havia prometido em 2007.

> Da escassez de recursos derivam outros problemas, como a menor remuneração dos profissionais, a restrição aos custos de produção de conteúdos, atrasos tecnológicos e dificuldades para a auto-divulgação. Existem ainda as dificuldades derivadas da resistência dos canais comerciais à própria existência das TV Públicas. Uma resistência que não deriva da concorrência comercial, que inexiste na medida em que os canais públicos não veiculam publicidade, mas da diferenciação dos conteúdos, especialmente dos jornalísticos: sendo mais independentes e obrigatoriamente mais pluralistas e imparciais, passam a representar um contraponto ao jornalismo monolítico dos veículos comerciais, unificados por interesses políticos e ideológicos comuns numa espécie de "jornalismo do pensamento único". E, finalmente, persistem as resistências de setores políticos ultraliberais, que enxergam nas TVs Públicas uma manifestação de estatismo e intervencionismo antimercado (Cruvinel *in* Ramos *et al*, 2017, p. 235).

Ela destaca que, além de enfrentar "muita incompreensão e resistência" (*in* Paulino e Silva, 2013), o projeto não teve força política para chegar a todo o país.

> Todos acreditam que a escolha do meu nome tenha contribuído para sua aprovação [da lei da EBC], a partir do bom trânsito que construí junto a todas as correntes políticas nos 25 anos em que havia atuado no Congresso como jornalista e colunista política. Hoje, vejo que a missão de criar a TV Pública não foi acompanhada de um passo

> importante, a garantia de canais para a nova emissora pelo menos em três capitais. A União, na verdade, só dispunha de três canais: um em Brasília, outro no Rio e um no Maranhão. Mas, aos trancos, contornamos este grande obstáculo (Cruvinel *in* Paulino e Silva, 2013, p. 28).

Na tentativa de erguer a muralha do SPM, faltaram os tijolos do orçamento garantido e o da maturidade democrática por parte da mídia hegemônica em compreender a mídia pública como complemento à comercial, e não como uma concorrência direta. Mas não foram apenas esses tijolos que faltaram.

Estado e SPM

Por último, vamos retirar mais um tijolo que deveria ter sido colocado nessa construção utópica, que ficou pela metade: a dificuldade dos próprios governos em abrir mão do controle do Serviço Público de Mídia no Brasil. Cabe destacar que houve um grave vício de origem na criação da EBC, nunca corrigido. Além da empresa ficar responsável por gerir também a comunicação de governo, com a TV NBR, atual Canal GOV; o radiojornal A Voz do Brasil, criado por Getúlio Vargas para divulgar os atos do governo; e a Rede Nacional de Rádio, atual Rádio Gov, a EBC foi mantida vinculada à Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom). O perigo está hierarquicamente acima do SPM e a tentação é grande, principalmente em momentos de crise.

Eugênio Bucci defende que os seguidos abusos de poder que ocorrem em relação à EBC ferem o direito dos cidadãos a ter acesso a uma comunicação pública efetiva. O principal, segundo Bucci, é que os governos, nas três esferas, utilizam as emissoras para fazer propaganda eleitoral. Vimos muito isso na EBC, em particular sob o governo Jair Bolsonaro (Nitahara e Carvalho, 2024).

> Sem cerimônias, a maior parte deles se aproveita das emissoras públicas sob seu comando direto ou indireto para reforçar suas táticas de assalto à consciência do leitor. Salvo poucas exceções, o orçamento dessas emissoras ligadas a governos no Brasil vem crescendo a taxas bem acima da inflação. São chamadas de públicas, mas, na prática, são apenas governamentais – e, sendo governamentais, deveriam ser públicas, mas não são: são apenas partidárias. Se analisadas em conjunto, as emissoras "públicas" sob controle de governos e as campanhas de publicidade oficial, com verbas crescentes, formam a maior máquina de propaganda partidária em atividade no Brasil (Bucci, 2015, p. 24).

Com um certo complexo de vira-lata, ou visão norte-centrada, sem considerar os contextos geopolíticos e históricos, o autor diz que nações com "democracia duradoura e estável" desenvolveram formas de evitar o uso do SPM para comunicação de governo e promoção de autoridades. Em contraposição a "abusos exemplares" vistos no Brasil e em outros países da América do Sul.

> Nas principais nações europeias, nos Estados Unidos e no Canadá, entre outros países, os governantes estão impedidos de mandar e desmandar nas emissoras públicas, que foram protegidas dessa interferência nociva graças a marcos legais mais modernos que os nossos. Além disso, o volume de dinheiro público investido em publicidade governamental é proporcionalmente muito menor e o proselitismo não corre solto como aqui. A cultura democrática fincou raízes profundas nessas sociedades, naturalizando-se nos hábitos e na rotina das instituições e dos cidadãos, de tal modo que o governante enfrentará no mínimo críticas mais ácidas e mais consistentes caso incorra no desvio de usar dinheiro público para promover publicamente seus interesses pessoais (Bucci, 2015, p. 28).

Talvez os Estados Unidos tenham desestabilizado sua democracia com a eleição de Trump, que acusou a mídia pública de ser

"tendenciosa" e cortou o financiamento[5]. Porém, analisando a Lei 11.652 (Brasil, 2008), temos bons princípios e objetivos para a EBC, dentro do que reza a cartilha da Unesco para as emissoras públicas (Bucci, Chiaretti e Fiorini, 2012), que tem entre seus autores o próprio Bucci.

> 1) independência editorial e financeira; 2) autonomia dos órgãos de governança; 3) pluralidade, diversidade e imparcialidade da programação; 4) claro mandato de serviço público, estabelecido em documentos legais pertinentes; 5) prestação de contas (accountability) junto ao público e junto aos órgãos reguladores independentes (Bucci *et al*, 2012, p. 9).

Ou talvez o problema do marco legal do Brasil não seja o marco em si, mas a realidade política que se impõe sobre esse marco. Já que, em 2016, imediatamente após a destituição da presidenta Dilma Rousseff por meio de um processo de impeachment incentivado pela mídia hegemônica, o presidente Michel Temer interveio na EBC. A MP 744, convertida na lei nº 13.417/2017, retirou do SPM em construção dois pilares fundamentais: o mandato do diretor-presidente, que garantia alguma autonomia da empresa; e o Conselho Curador, que exercia a participação social com 15 representantes da sociedade civil, além de quatro ministros, dois representantes do Congresso Nacional e um dos trabalhadores da EBC.

Após o processo antidemocrático do impeachment, percebeu-se que, na verdade, o que foi construído não passou de uma pequena e frágil mureta para o SPM brasileiro, que se desfez rapidamente e nunca mais voltou ao patamar alcançado, a duras penas, em 2016. Apesar dos abusos apontados, o próprio Bucci admite os avanços conseguidos pela EBC.

---

[5] Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/colunista/diracom-comunicacao-e-democracia/2025/06/03/ataque-de-trump-contra-emissoras-publicas-nos-eua-e-as-licoes-para-o-governo-lula/. Acesso em: 09/06/2025.

> Comparada às instituições que lhe deram origem, a EBC trouxe mais racionalidade à gestão das emissoras federais. O simples passo de agrupá-las num só organismo gerou mais eficiência. Com a administração centralizada, a economia de recursos e os ganhos de escala se tornaram mais viáveis. Com a TV Brasil, cuja programação passou a ser repetida em diversas emissoras públicas do país todo, a EBC elevou consideravelmente a média de qualidade dos programas de TV produzidos pela Radiobrás. A EBC é uma empresa bem mais rica que suas antecessoras. Enquanto a Radiobrás, em 2004, tinha um orçamento anual de pouco menos de 102,4 milhões de reais, a EBC, em 2013, teve um orçamento autorizado de 516,7 milhões (Bucci, 2015, p. 113).

Ainda em 2016 foi formada a Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública. Trabalhadores da empresa, pesquisadores, artistas, sindicatos, conselheiros cassados e muitas organizações se uniram para defender o projeto assim que surgiram os primeiros boatos de que a empresa poderia ser privatizada. A Frente foi, e tem sido, fundamental para resistir ao desmonte do SPM brasileiro, fazendo denúncias e o registro histórico dos abusos cometidos contra a EBC, como censura, perseguição a trabalhadores e uso para propaganda do governo e de autoridades, campanha eleitoral e até tentativa de golpe (Nitahara e Carvalho, 2024). Porém, destruir é mais fácil do que construir. E mais ainda do que reconstruir.

Conclusões

O projeto de Serviço Público de Mídia brasileiro não durou uma década. Apesar de algumas bases terem sido lançadas a partir de 2003, a EBC teve seu marco legal e saiu do papel apenas em 2007. E a partir de 2016, o desmonte foi devastador. Foram seis anos respirando por aparelhos, com a censura institucionalizada e retrocessos editoriais para

fins descaradamente governamentais. Tanto no jornalismo como no entretenimento (Nitahara, 2019).

Em 2019, a tênue linha que separava a comunicação de serviço público da governamental dentro da EBC, foi extinta. Alegando falta de pessoal, depois de promover dois Programas de Demissão Voluntária, a empresa unificou a grade das duas TVs, extinguindo o nome TV NBR, mas passando na prática a utilizar a TV Brasil para a transmissão de atos oficiais. Assim, a programação da TV pública passou a ser interrompida a qualquer momento, inclusive na faixa infantil, para passar, por exemplo, cerimônias militares mil que Bolsonaro gostava de acompanhar enquanto presidente (Nitahara e Carvalho, 2024).

Desde a edição da Portaria 216[6], em abril de 2019, até 31 de dezembro de 2022, a grade da TV Brasil foi interrompida por 430h09m17s para a transmissão desses eventos (Nitahara e Carvalho, 2024). Inclusive lives e outros atos em que o presidente promovia seu discurso contra as urnas eletrônicas, que o levaram à condenação de inelegibilidade pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE)[7]. Riscos de abusos apontados por Bucci anos antes:

> A qualquer momento, sob a justificativa mais personalista ou sob o pretexto mais idealista, as prerrogativas poderão ser acionadas, o que vai mandar por água abaixo o esforço de criar e manter a independência editorial (Bucci, 2015, p. 114).

Vencido esse período sombrio para o SPM brasileiro, que nem poderia ser assim considerado nessa época, em 2023, com o retorno de Lula ao governo, eram esperadas mudanças radicais. Algumas vieram de

[6] Disponível em: https://acessoainformacao.ebc.com.br/institucional/atos-normativos/portarias/portarias-2019/portaria-presidente-n-216---programac-a-o-televisiva-da-ebc. Acesso em: 10/06/2025.

[7] Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-06/por-5-votos-2-tse-torna-bolsonaro-inelegivel-por-oito-anos. Acesso em: 15/06/2025.

fato, mas nem tão radicais e nem tão rápidas. Levou seis meses para que os canais de TV público e governamental fossem separados, o que só ocorreu depois de muita cobrança da Frente e dos trabalhadores[8]. E ao custo de muitos cargos que foram remanejados para a comunicação governamental, deixando o jornalismo público sobrecarregado [9]. Alguma iniciativa em relação à volta da participação social também só veio depois de muita cobrança[10]. O grupo de trabalho para tratar do tema foi instalado apenas em dezembro de 2023 e a escolha dos membros ocorreu em novembro de 2024. Os comitês, muito mais frágeis e praticamente sem poderes diante do que foi o Conselho Curador – que já não tinha todas as funções elencadas nos manuais de boas práticas do SPM internacional –, só foram de fato instalados em julho de 2025, passados dois anos e meio de governo[11].

Muitos problemas persistem, o principal, para muitos pesquisadores, é a vinculação com a Secom. Isso foi apontado no Seminário promovido pelo Conselho em 2015 e o ex-presidente da Radiobrás propôs uma solução para isso.

> As atividades das emissoras públicas têm uma afinidade natural com o escopo do Ministério da Cultura. Elas levam ao ar um conjunto de conteúdos que vão da música clássica, orquestral (algumas das emissoras públicas mais respeitados do mundo tem suas próprias orquestras), as manifestações do folclore regional e o repertório ultra específico de certas comunidades quilombolas. O cinema nacional responde por outro componente bem familiar às estações públicas de TV em todo mundo em alguns países, há políticas públicas de

[8] Disponível em: https://ouvidoriacidadaebc.org/fim-da-confusao-entre-comunicacao-publica-e-governamental-na-ebc/. Acesso em: 10 jun.2025.
[9] Disponível em: https://www.sjpdf.org.br/noticias-teste/4594-diretora-de-jornalismo-da-ebc-ataca-dirigente-do-sjpdf-em-plena-redacao. Acesso em: 10 jun.2025.
[10] Disponível em: https://ouvidoriacidadaebc.org/nota-publica-oito-meses-de-governo-sem-comunicacao-publica/. Acesso em: 10 jun.2025.
[11] Disponível em: https://ouvidoriacidadaebc.org/ebc-instala-comites-de-participacao-sem-dar-posse-aos-integrantes/. Acesso em: 15 jun.2025.

> incentivo ao cinema que passar por parcerias com elas. Também o debate tipicamente jornalístico está mais próximo dos afazeres de um ministério da cultura do que de um organismo encarregado da propaganda governamental, sem nenhuma dúvida (Bucci, 2015, p. 116).

A cada tijolo colocado e retirado na construção e desconstrução da EBC, cada vez menos o muro segue na direção da utopia imaginada em 2007 para o SPM brasileiro.

> Uma vez que a soberba está profundamente encravada nos homens, não pode ser facilmente arrancada. Alegro-me que tenha existido essa forma de república, que eu gostaria que fosse de todos, ao menos entre os utopienses, que, seguindo na vida essas instituições com que lançaram os fundamentos da república não só de modo felicíssimo, mas que, tanto quanto pode a conjectura humana pressagiar, - durará eternamente. Pois, tendo sido extirpado de lá, juntamente com os outros vícios, as raízes da ambição e da sedição, não ameaça nenhum perigo, que labore pelos distúrbios internos, e que, muitas vezes, aniquilou as cidades mais ricas e bem guarnecidas. Mas, mantida a salvo a concórdia interna, e graças às instituições saudáveis, a inveja de todos os príncipes vizinhos, que já algumas vezes outrora tentou abalá-los, nunca pode sacudir ou mover aquele império (More, 2017, pp. 205 e 207).

Enquanto a sociedade brasileira espera que algum governo decida implantar um projeto que possa ser de fato chamado de Serviço Público de Mídia, com orçamento e autonomia adequados, segue a persistência de trabalhadores, trabalhadoras e da sociedade civil em busca da empresa construída em seus sonhos. E resistindo contra diretores[12], ministros[13] e

[12] Disponível em: https://ouvidoriacidadaebc.org/diretora-da-ebc-da-entrevista-sem-base-na-realidade-da-empresa/. Acesso em: 10 jun.2025.

[13] Disponível em: https://oglobo.globo.com/blogs/bernardo-mello-franco/post/2025/06/sidonio-diz-a-servidores-que-quer-usar-ebc-para-recuperar-imagem-do-governo.ghtml. Acesso em: 10 jun.2025.

a fatalidade da realidade que se impõe e acaba por virar objeto de estudo da Economia Política da Comunicação.

Referências

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BOLAÑO, César. **Indústria cultural**: informação e capitalismo. São Paulo: Hucitec/Polis, 2000.

BRASIL. **Medida provisória nº 398**, de 10 de outubro de 2007. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2007a.

BRASIL. **Decreto nº 6.246**, de 24 de outubro de 2007. Cria a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, aprova seu Estatuto e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2007b.

BRASIL. **Lei nº 11.652**, de 7 de abril de 2008. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.417**, de 1º de março de 2017. Altera a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que "Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências", para dispor sobre a prestação dos serviços de radiodifusão pública e a organização da EBC. Brasília: Secretaria-Geral, 2017.

BUCCI, Eugênio; CHIARETTI, Marco; FIORINI, Ana Maria. **Indicadores de Qualidade nas Emissoras Públicas**. Brasil: Unesco, 2012. (Série Debates CI nº10).

BUCCI, Eugênio. **O Estado de Narciso** – A comunicação pública a serviço da vaidade particular. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CARMONA, Beth (org.). **O desafio da TV Pública**. Rio de Janeiro: TVE, 2003.

CARTA DE BRASÍLIA. **Manifesto pela TV Pública independente e democrática.** I Fórum Nacional de TVs Públicas. Brasília: 11 mai. 2007. Disponível em: https://obscom.intervozes.org.br/?tag=carta-de-brasilia. Acesso em: 07 jun. 2025.

LEAL FILHO, Laurindo. **A melhor TV do mundo**. São Paulo: Summus, 1997. (Coleção Novas Buscas em comunicação; v. 55)

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República na cerimônia de encerramento do I Fórum Nacional de TVs Públicas.** Brasília: Hotel Nacional, 11 de maio de 2007. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/11-05-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-encerramento-do-i-forum-nacional-de-tvs-publicas. Acesso em: 03 jun. 2025.

MATTELART, Armand. **História da utopia planetária**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2002.

MIGUEL, Ana; SANTANA, Érica (coord.). **4 anos de um ideal democrático** – 2007-2011. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, outubro de 2011.

MORE, Thomas. **Utopia.** Tradução de Márcio Meirelles Gouvêa Júnior. Edição bilíngue português/latim. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. Coleção Clássica.

NETTO, José Paulo; BRAZ. Marcelo. **Economia Política:** Uma introdução crítica. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NITAHARA, Akemi. **As origens da EBC**: Mapa Interativo Histórico da Empresa Brasil de Comunicação: 1923 a 2019. 2019. 213 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Criação e Produção de Conteúdos Digitais da Escola de Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

NITAHARA, Akemi; CARVALHO, Mariana M. de. Interrupções da grade da TV Brasil durante o governo Bolsonaro: uma análise do uso da TV pública. **Compolítica**, v. 14, n. 1, 2024. DOI: 10.21878/compolitica.2024.14.1.688.

NUCCI, Celso (org). **Manual de Jornalismo da Radiobrás**. Radiobrás: Brasília, 2006.

PAULINO, Fernando Oliveira; SILVA, Luiz Martins da (Org.). **Comunicação pública em debate:** ouvidoria e rádio. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

RAMOS, Murilo Cesar et al (Org.). **Em defesa da comunicação pública.** Brasília: FAC Livros, 2017.

STEVANIM, Luiz Felipe Ferreira. Democratização da comunicação e sistema público de mídia. **Revista Eptic**, São Cristóvão, v. 19, n. 3, set-dez. 2017.

UNESCO. **Um mundo e muitas vozes**: comunicação e informação na nossa época Comissão internacional para o estudo dos problemas de comunicação. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

O poderio da Globo nas transformações tecnológicas da televisão: do analógico ao digital

Cintia Augustinha dos Santos Freire

Historicamente, a sociedade passou por transformações culturais, sociais, econômicas e políticas. Em alguma medida essas mudanças foram possíveis com os avanços tecnológicos relacionados às tecnologias desenvolvidas na Primeira Revolução Industrial, que ocorreu na segunda metade do século XVIII, a partir da substituição das ferramentas pelas máquinas, e o surgimento de uma nova ordem comercial e financeira, liderada pela Inglaterra, ancorada no liberalismo econômico e chamada de capitalismo industrial. Para o historiador Eric Hobsbawm "a Revolução Industrial assinala a mais radical transformação da vida humana já registrada em documentos escritos", pois "durante um breve período ela coincidiu com a história de um único país, a Grã-Bretanha. Assim, toda a economia mundial foi edificada com base na Grã-Bretanha, ou antes, em torno desse país" (Hobsbawm, 2014, p. 1).

Por volta do século XIX ao XX, na Segunda Revolução Industrial, outros países da Europa, Estados Unidos e Japão investiram também na formação e expansão de suas indústrias, de novos meios de produção em massa, automatização e racionalização do trabalho bem como da organização da produção industrial, conhecidos como taylorismo[1] e

[1]Frederick Winslow Taylor criou meios de controle para que a capacidade produtiva dos homens e máquinas atingisse seu patamar máximo.

fordismo[2]. Segundo Hobsbawm, graças ao aumento de escala das empresas, através dos processos de concentração e centralização de capital, gerou uma economia amplamente oligopolizada (Hobsbawm, 2014). Ainda nesse período, o desenvolvimento da energia elétrica possibilitou transformações nas comunicações. O telégrafo eletromagnético desenvolveu-se em 1837/38. Em 1851 inaugurou-se o primeiro cabo submarino de comunicações e em 1866 o cabo entre a Inglaterra e os Estados Unidos da América. Já em 1876 desenvolveu-se o telefone, as ondas de rádio foram descobertas em 1883 e em 1895 o telégrafo sem fio (Landes, 1969). Já a televisão teve a sua primeira transmissão em 1930 na Inglaterra, depois de décadas de pesquisas (Ruíz, 1971).

O avanço das tecnologias de comunicação foi fundamental para a nova face do capitalismo financeiro, pois "a expansão capitalista a nível mundial e o desenvolvimento de um sistema financeiro articulado internacionalmente exigem a expansão paralela dos sistemas de comunicações e de transportes" (Bolaño, 1993, p. 54).

A Terceira Revolução Industrial, conhecida também como revolução digital, ocorreu entre os séculos XX e XXI, principalmente nos Estados Unidos e no Japão, e o desenvolvimento da informática e das telecomunicações foram centrais, pois permitiram o surgimento da Internet, dos computadores pessoais, da Inteligência Artificial, da robótica e estabeleceu a Nova Ordem Mundial, que se caracteriza pela globalização, ou seja, a financeirização da economia pela integração entre a atividade do mercado financeiro e as grandes empresas transnacionais que investiram ainda mais nas TICs e "passaram a exigir crescentemente meios de comunicação adequados às novas bases

[2]Henry Ford concebeu a chamada linha de produção e conseguiu fabricar uma quantidade de automóveis nunca antes imaginada em que cada operário desempenhava uma pequena parcela da montagem do produto através de uma esteira rolante que conduzia a mercadoria.

(ampliadas) de funcionamento do sistema, impondo o aperfeiçoamento dos meios de comunicação a distância" (Bolaño, 1993, p. 54).

Já a Quarta Revolução Industrial teve seu início no século XXI, devido a expansão da internet, plataformização, algoritmos, Inteligência Artificial, robótica, sistemas de Big Data, que se tornaram as novas formas de produção, consumo, comunicação e interação. A criação das redes sociais e dos dispositivos móveis, dados como matéria-prima, fazem da comunicação e da informação centrais para a ampliação do capitalismo. Esse cenário vem sendo dominado pela GAFAM (Google, Amazon, Facebook/Meta, Apple e Microsoft), conglomerados estadunidenses de monopólios digitais (Valente, 2019). Em âmbito global, "esse cartel atenderia às necessidades de organizações e indivíduos, usando o controle sobre vários estágios no processo de produção e distribuição que impulsiona o capitalismo global para expandir o lucro e o controle" (Mosco, 2014, p. 58).

Acompanhando as mudanças tecnológicas compreende-se que o surgimento da Internet, juntamente com os dispositivos móveis (smartphones, tablets), TV a Cabo, TV por assinatura, TV Digital, interatividade e convergência, compõem a maior transformação na comunicação e na forma como a informação passou a circular entre as pessoas, do sinal analógica para o digital.

Para compreendermos essas mudanças, adotou-se a pesquisa bibliográfica, tendo como base os estudos sobre TV digital, TV Interativa, Convergência, Plataformização e Economia Política da Comunicação. Propõe-se neste artigo verificar a transformação digital na Televisão brasileira e a participação da Globo na implementação no Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre (SBTVD-T).

Do analógico para o digital

A Etimologia da palavra analógico deriva-se de analogia[3]. Essa refere-se a uma figura de linguagem que compara duas coisas diferentes, mas que possuem características em comum, buscando estabelecer uma relação de semelhança entre dois elementos. Foi desse modo que surgiram os primeiros registros da comunicação humana com as pinturas rupestres, onde é possível verificar a reprodução do mundo real o mais semelhante possível. Portanto, analógico refere-se a objeto que faz uma analogia com coisas reais. O processo analógico envolvido nas pinturas rupestres consistia em reproduzir as formas básicas do contorno de pessoas e objetos, nas paredes das cavernas através de desenhos, que formavam imagens em dimensões bidimensionais ou 2D.

Por outro lado, ao falar em formato analógico, se faz necessário dizer que sua composição se dá por um sinal contínuo, que muda em função do tempo, como uma curva, que apresenta intervalos com valores que variam entre 0 e 10, resultando em uma grande faixa de frequência. Carlos Montez e Valdecir Becker (2005) verificam que "o sinal é a medida de uma grandeza de natureza física – seja acústica, ótica ou elétrica – que veicula algum tipo de informação. (...) Um sinal de TV corresponde a uma onda eletromagnética que veicula informações sobre áudio, vídeo e dados de sincronização, usadas pelo aparelho receptor. Todo tipo de sinal em que a amplitude varia continuamente no tempo é denominado sinal analógico" pois, "na natureza, as variáveis físicas correspondentes ao áudio e ao vídeo se propagam desde sua origem até os ouvidos e olhos humanos através de formas de onda" (Montez; Becker, 2005, p.41), dispositivos eletrônicos que foram concebidos em

[3] analógico – no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto Editora. Disponível em https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/analógico. Acesso jun. 2025

tecnologia analógica como telefone, celular e televisão, recentemente tornaram-se aparelhos com tecnologias digitais.

O termo "digital" que vem do latim "digitalis" e "digitus" significa dedo, elemento do sistema decimal. Na contemporaneidade, refere-se a dados em forma de dígitos binários e é usada para definir sinais de comunicação digital.

De acordo com Monteiro (2012), o sinal digital não é contrário ao analógico, "o sinal é discreto, com a informação a ser mapeada num conjunto finito de símbolos, que, no fundo, são números (...) processo tecnológico que reduz a informação a um sistema binário, isto é," aquele "que usa dois algarismos: 0 e 1. Em computação, chama-se um dígito binário (0 ou 1) de bit, (...). O bit é, por sua vez, a unidade mínima que sustenta a transmissão da informação" (Monteiro, 2012, p,21).

Nicholas Negroponte define digital como "formados por bits" (1995), já que o digital permite convergir tudo para uma representação numérica binária. É importante lembrar que a computação lida com o tratamento de informações através de máquinas programáveis, como os computadores. Motivo pelo qual o digital ganhou terreno em relação à tecnologia analógica, uma vez que este constitui o fundamento, a essência tecnológica (Castells, 2011) sobre o qual se desenvolveram as TICs[4], em conjunto: a computação, microeletrônica, informática e as telecomunicações "são o material base da sociedade em rede à medida que interage com a economia e a sociedade" (Castells, 2011, p.70).

Tal cenário traz à tona o processo histórico, mais especificamente para o fim da Segunda Guerra Mundial, período em que as revoluções tecnológicas trouxeram transformações política, econômica, cultural e social, principalmente na maneira como as pessoas interagem umas com

[4] tecnologias de informação e comunicação.

as outras. A comunicação digital através do computador encurtou as distâncias.

Portanto a tecnologia digital "desligou" o analógico devido aos benefícios que o sistema digital possibilita, pela "capacidade de ser processada em computadores é com certeza a grande vantagem da representação digital dos dados multimídia. (...) passam a ter representação universal: qualquer mídia digital é codificada em uma sequência de bits". Assim, "todos os tipos de informações digitais (inclusive as que não são multimídia) podem ser manipulados, armazenados e transmitidos da mesma forma, usando o mesmo tipo de equipamento". Já que "as mídias em formato digital podem ser integradas com outros dados digitais, compartilhando os mesmos recursos" (Montez; Becker, 2005, p.44).

No que se refere a televisão, de acordo com Brittos (1999), é preciso considerar que ela possui uma cadeia de valor de três estágios: produção, programação e distribuição, também o que ele chama de quarta fase onde há necessidade de dispositivos multitelas e o do espectador. Para o autor, a audiência indica o sucesso da programação, "utilizando-se desse índice, entre outros elementos, para delimitar o valor da venda de publicidade relacionada àquele audiovisual. Em outras palavras, a programadora vende a audiência do público aos patrocinadores, audiência essa dada em troca da permissão de assistir ao produto simbólico" (Brittos; Simões, 2011, p. 41).

Nesse sentido, a emissora Globo, historicamente entre todas as emissoras do país encontra-se na liderança desse processo na radiodifusão, pois possui cadeia de valor. Por outro lado, é importante lembrar que o digital não só atua na cadeia de valor da TV, a digitalização altera a produção, programação e distribuição, ao mesmo tempo aumenta as possibilidades de atuação mercadológica televisiva.

O poder da Globo no Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD)

A substituição do sistema analógico para o sistema digital começou em 2018, tendo o desligamento da televisão analógica ocorrido em todo o Brasil no dia 31 de dezembro de 2023.

O Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD) foi criado em 2003, através do Decreto 4.901, de 26 novembro de 2003, com o modelo de referência para o modelo de televisão digital em todo o Brasil e institui o Comitê de Desenvolvimento (CD), o Grupo Gestor (GG) e o Comitê Consultivo (CC), cada um com um nível de responsabilidade no processo de análise, concepção, desenvolvimento e proposição desse sistema.

No Brasil, a televisão surgiu como a tecnologia que revolucionou a comunicação e a cultura e ainda vem desempenhando grande influência na construção identitária dos brasileiros, impondo "uma visão de fundo autoritário, geralmente expressa na afirmação de que o rádio e a televisão devem educar, informar e moldar o povo de acordo com os mais altos padrões culturais e ideológicos da sociedade", representando, então, "os padrões das elites sociais dominantes, particularmente a alta classe média" (Jambeiro, 2002, p.28).

Assim, embora a TV digital apresente uma TV com melhor imagem como amplamente divulgada pelo governo e os representantes das emissoras, seu processo transcende essa questão, uma vez que o digital já apresentava o seu potencial tecnológico com a digitalização da cadeia de produção audiovisual desde a década de 1990. Durante o período de transição do analógico para o digital as nTICs[5] trouxeram novos parâmetros e mutações para o espectro televisivo, já que o digital possibilita a emergência de processos inovativos devido a convergência entre mídias, além da criação de experiências diferenciadas pela

[5] Novas Tecnologias de Informação e comunicação

possibilidade de ações multiplataforma, alterando o modo como o espectador se relaciona com o assistir televisão.

Assim, a implantação do Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre (SBTVD-T) deve ser compreendido através das muitas camadas que o constituem. A maior delas foi a imposição da Globo e do SBT pelo padrão de modulação japonesa, cujos interesses foram atendidos pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em detrimento dos cidadãos, como verifica Patricia Mauricio (2016) "a multiplicidade de canais não interessava de forma alguma às emissoras privadas da TV chamada de gratuita. O bolo publicitário da TV aberta, ou seja, tudo o que os anunciantes investem em publicidade nas emissoras, seria dividido com mais concorrentes". Assim, "todas as emissoras comerciais esqueceram suas diferenças e lutaram juntas contra esta proposta inicial de Lula" (Mauricio, 2016, p. 65), que era promover a inclusão social através da televisão digital, criar uma rede de educação à distância, visando à democratização da informação por meio do acesso à tecnologia digital entre outros.

Entretanto, de acordo com Patrícia Maurício (2016), foram evidenciadas o poder da Globo nas decisões do governo quanto às políticas de comunicação

> A entrada de Hélio Costa no Ministério das Comunicações e a consequente guinada da política do governo para a tv digital de uma que visava ao interesse público para outra que atendia aos interesses das emissoras levantaram suspeitas e até mesmo certezas (no movimento popular, na academia e entre empresas como as de telefonia e a indústria de equipamentos) de que houve uma troca de favores: as emissoras fariam um ministro que atenderia aos seus interesses, indicado pelas Organizações Globo, e elas e outros meios de comunicação ligados a elas não acusariam o presidente da República pelo mensalão (Maurício, 2016, p.57).

A autora cita Adilson Cabral, que analisa o cenário em entrevista concedida em Natal, no dia 5 de setembro de 2008. Para ele, outra questão importante refere-se à atuação da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão nesse processo, pois "o problema da Abert não era com a sociedade civil, era com as telefônicas, porque se fosse o modelo europeu ia ter o operador de rede. Para tirar este ator de cena o modelo japonês foi providencial," pois "seria bom ter um operador de rede de caráter público, agenciando setores público, privado e estatal, usando a mesma torre de transmissão de forma proporcional, conforme a Constituição afirma quando fala em mútua complementaridade entre sistemas".

Uma preocupação das emissoras em relação ao poder econômico das operadoras de telecomunicações. "O problema não é as teles entrarem no mercado de televisão paga, mas monopolizarem o acesso ao cliente. Hoje elas já detêm mais de 90% do mercado de telefonia fixa, 95% em alguns casos – ou seja, não há concorrência" (...), pois, "conceder mais poderes às teles significa lhes dar a possibilidade de chegar a 100%. É fundamental que se entenda isso. Elas não são mais uma competição, são o fim da competição" (Nucci, Meio e Mensagem, 2006 apud Maurício, 2016, p.57).

Atualmente as telecomunicações se expandem ao mesmo tempo que inovam, transformam e remodelam as indústrias, a sociedade, a cultura, a economia e a política, através do 5G, computação em nuvem, IA e etc. O processo de convergência e a interatividade foi retardado para atender apenas os interesses comerciais das emissoras e principalmente da Globo, uma vez que o avanço tecnológico das telecomunicações era inevitável, sendo que a não escolha do Ginga trouxe sérios prejuízos para o Brasil.

O software, desenvolvido por cientistas brasileiros na PUC-Rio e na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), poderia ter sido um marco tecnológico para o Brasil ao desenvolver uma tecnologia própria interativa e de valor competitivo, mas foram desconsideradas todas as implicações econômicas, sociais e de políticas públicas de desenvolvimento tecnológico, em favor dos interesses comerciais do setor privado.

Adilson Cabral (2007) aponta que "a adoção do padrão de modulação japonês de TV Digital terrestre por parte do governo brasileiro foi uma derrota tão lastimosa quanto a perda da Copa do Mundo na Alemanha, especialmente para os ativistas e técnicos" que estavam "mais diretamente envolvidos com a possibilidade de efetivação do padrão desenvolvido por cientistas brasileiros" (Cabral, 2017, p.102), que foram capazes de desenvolver um software diferente de outros sistemas de TV digital existentes no mundo, que permite a interatividade[6] e interoperabilidade[7] na produção de conteúdos digitais, além de poder realizar cross media e disponibilizado em dispositivos móveis e fixos (Mauricio, 2022, p.64).

Os cientistas brasileiros não desistiram do middleware Ginga e, mesmo sem apoio do governo federal, o projeto foi "reconhecido pela União Internacional de Telecomunicações (UIT) como o quarto padrão mundial para interatividade, ao lado do americano ATSC, do europeu DVB e do japonês ISDB" (Cabral; Cabral Filho, 2010, p.08).

O poder da Globo na escolha do Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD), mostrou-se também referente à multiprogramação, ao colocar-se contrária a tentativas de regulamentação por parte do

[6] Uma comunicação bidirecional, cria possibilidade de interação do usuário com a informação que está sendo exibida

[7] É a capacidade de sistemas (informatizados ou não) se comunicarem com outros sistemas, por meio do compartilhamento de dados.

Governo, alegando que a liberação de faixas pode dificultar o negócio sob o risco de que haja pulverização da audiência e desmembramento de verba publicitária.

Entretanto a Globo já possui um número de canais que atende às suas necessidades desde a promulgação do Decreto 5820/2006, que definiu também o SBTVD-T e consignou faixas extras às concessionárias de radiodifusão que, passados os testes em transmissão simultânea analógica e digital (*simulcasting*), não tiveram devolvidas as faixas para a União (Cabral, 2017, p.105). Isso porque o decreto em questão foi omisso em relação à multiprogramação das redes comerciais, explicitando a questão apenas em relação aos canais públicos, deixando brecha para "estimular a evolução das atuais exploradoras de serviço de televisão analógica, bem assim o ingresso de novas empresas" (Decreto 4.901/2003 apud Cabral, 2017, p.105).

Por outro lado, o governo, querendo passar uma impressão positiva junto à sociedade, alegou temor de que emissoras pudessem alugar ou vender canais, dentro do seu espectro, para igrejas e empresas de vendas, ignorando uma prática que já era existente. No governo de Jair Bolsonaro, a Lei 14.408/22 alterou o Código Brasileiro de Telecomunicações de 1962, ao regulamentar a atuação das emissoras, podem legalmente transferir, comercializar ou ceder, o tempo total de programação para a veiculação de produção independente, desde que mantenham sob seu controle a limitação de publicidade comercial e a qualidade do conteúdo da programação produzido por terceiro nas grades das emissoras. Essa comercialização, anterior à promulgação da Lei 14.408/22, muitas vezes foi combatida pelo Ministério Público por considerá-la ilegal, uma espécie de concessão dentro de outra concessão pública.

Resgatando a multiprogramação, em 2006, Patrícia Zimmermann[8], escreveu na Folha de São Paulo que o vice-presidente das Organizações Globo, João Roberto Marinho, questionado sobre o interesse da emissora na multiprogramação, respondeu: "nós acreditamos que a televisão aberta no futuro será toda em alta definição. A aposta da Rede Globo, é que a qualidade da imagem é um atrativo fundamental para a televisão, principalmente para o canal aberto".

Patricia Mauricio (2022) afirma que, em agosto de 2008, Fernando Bittencourt, diretor da Central Globo de Engenharia, ao participar do 5º Fórum Internacional de TV Digital, disse que a multiprogramação na TV digital não é uma opção para a Globo, pois não traria mais anunciantes. Segundo ele, não há motivo para as TVs oferecerem mais programações, "porque o dinheiro para a produção de programas era o mesmo, e não faz muito sentido gastar para produzir mais". "O modelo de publicidade não vai mudar por ser multiprogramação" (Mauricio, 2020, p.127).

Carina Teixeira, no site Cultura e Mercado (2009[9], aponta que Fernando Bittencourt, diretor de engenharia da Globo, ao falar sobre a multiprogramação, voltou seu foco para os aportes publicitários, "a TV aberta sobrevive de publicidade – essa não sabe se é analógica ou digital, quem sabe é a gente. Nós não temos dinheiro novo na TV digital. Então, se você assumir a multiprogramação, significa [...] que o dinheiro que a gente tem é o mesmo para produzir mais de um, dois programas". O fato é que a Globo e demais emissoras não queriam a multiprogramação, nem que novos canais fossem criados com os mesmos donos, quanto mais ter novos concorrentes.

---

[8] Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u109010.shtml. Acesso mar.2025

[9] Disponível em: https://culturaemercado.com.br/governo-bloqueia-multiprogramacao-na-tv-digital/amp/. Acesso mar.2025.

A televisão "produz de acordo com as suas próprias leis internas e não segundo as necessidades do processo social" das reais necessidades do telespectador, como "instituição autônoma estruturada sob o modelo da empresa capitalista" (Bolaño, 1993, p. 54). Por isso "a televisão apresenta ao público uma realidade fragmentada e rearticulada de acordo com uma lógica distinta, baseada nas suas próprias necessidades (econômicas e políticas) e das necessidades do capital e do Estado" (Bolaño, 1993, p. 143).

Nesse sentido, a TV digital contribui com a ressignificação da existência da emissora e a multiplicação das suas formas de penetração e recepção, frente a uma radiodifusão que se reconfigura. No âmbito desse espectro, a Globo continua líder no mercado, mantendo o controle da produção simbólica maciçamente consumida, com seu sedimentado "padrão de qualidade". Assim, a Globo vem realizando mudanças estratégicas não somente em suas produções, mas na atuação de novos colaboradores, seja no jornalismo, novelas, *reality shows* ou programas ao vivo, mostra-se mais diversa, mais próxima do público. Mudanças na marca foram feitas, para expressar o compromisso da emissora com o futuro. "A nova identidade preza pelo alinhamento gráfico de nosso ecossistema e tem como objetivo construir unidade e consistência para nosso portfólio", afirma António Rocha, gerente de Marca Globo (2025)[10].

Desde o início da transformação digital a Globo busca manter vínculo com o telespectador, considerando seu processo migratório para outras mídias. Por isso se faz necessário "pensar os novos conteúdos para TV a partir da própria TV" (Fechine, 2009, p. 141), mesmo que ela se desdobre em multitelas ou em novo meio, no contexto de múltiplas ofertas em que se encontra, "a televisão – assim como qualquer outra

[10]Disponível em: https://memoriaglobo.globo.com/exclusivo-memoria-globo/noticia/o-novo-memoria-globo-esta-no-ar.ghtml. Acesso em mai. 2025

mídia ou veículo de comunicação – também está envolvida num constante processo evolutivo e de adaptação às novas tecnologias e necessidades sociais" (Montez; Becker, 2005, p. 7).

Nos anos 2000, como estratégia para entrar no crescente mercado de conteúdo, a Globo começou a disponibilizar e criar conteúdos para serem acessados via telefone celular, inserindo no mercado a interatividade paga, a partir do *reality show* Fama (Brasil, 2022), versão brasileira do *Operación Triunfo*, criado pela Endemol (empresa holandesa - 2021). Através do celular, o usuário era dirigido para o site globo.com, encontrava imagens exclusivas para assinantes, podendo acessar o conteúdo e participar ao votar por mensagens de texto via celular e pela Internet.

Esse conceito estendeu-se para o *Big Brother Brasil* (2022), o *reality show* criado também pela Endemol com o nome *Big Brother* em 1999, foi lançado em um contexto de ascensão de programas interativos, na Globo, o telespectador pode assinar o *pay-per-view* ou acompanhar o programa sem essa exclusividade, mas podendo votar por telefone, internet e SMS. Atualmente a votação do BBB é feita exclusivamente pela internet, na página do Gshow e só assim poderá ter acesso à votação. Desse modo, a Globo faz a captação algorítmica dos usuários para gerar produtos mais assertivos e individualizados de maneira que possa garantir proximidade com seu público. Shoshana Zuboff (2020) compreende essas mediações sociotécnicas como a nova face do capitalismo, que vem ordenando a vida cotidiana em todas as práticas sociais. A autora diz que "se o futuro digital deve ser nosso lar, então somos nós que devemos transformá-lo nisso" (Zuboff, 2020, p. 33).

Todavia essa é uma questão para a qual ainda não há resposta. O fato é que existe uma concentração de recursos por parte da emissora para se fazer presente em espaços comunicacionais e com atuação cross media em sites oficiais, blogs de personagens, de atores de telenovelas,

de participantes de reality show, de comentaristas esportivos, seja em redes sociais, em plataformas digitais de vídeos, o foco vem sendo seguir os avanços tecnológicos, desenvolvendo estratégias capazes de estimular a interatividade, pois o público quer olhar, comentar e, sempre que possível, participar diretamente do produto ofertado. A emissora busca consolidar sua imagem, algo fundamental no mundo digital, onde o cidadão pode escolher, o que, como e onde assistir.

Para o diretor de assuntos institucionais da Globo, Marcelo Bechara, ao falar com Danilo Paulo, do site Telaviva (2025)[11], afirma que, a despeito do digital revolucionar a televisão, só a radiodifusão é capaz de realizar distribuição de conteúdo em larga escala e usar uma única antena para transmitir o sinal para milhões de telespectadores. A Globo visa uma linha de produção, em que se prima pelo custo-benefício, seguindo padrões comerciais alinhados às necessidades de mercado. Essa assimetria mercadológica deve-se à liderança entre as demais emissoras, na arrecadação publicitária, gerando um grande distanciamento, quantitativo e qualitativo, das suas concorrentes. A constante evolução dos mecanismos tecnológicos, as novas formas de consumo e interação entre consumidor e marca tornam a transformação digital um desafio constante.

Convergência tecnológica na TV Digital

O digital trouxe a convergência entre mídia (Jenkins, 2008), possibilitou a TV digital e contribuiu para a propagação do conteúdo televisivo por outras plataformas digitais. O digital não visa a extinção das mídias anteriores, mas uma ferramenta tecnológica que as potencializa. Quanto à televisão, percebe-se que a TV Digital vem contribuindo na manutenção das suas potencialidades e suas

[11] Disponível em: https://telaviva.com.br/18/02/2025/streaming-ainda-nao-iguala-radiodifusao-em-distribuicao-de-conteudo-avalia-globo/. Acesso em: 16 jun.2025.

características, como a alta penetração, facilidade de uso e acesso, interface simples e interação.

A convergência tecnológica entre telecomunicações, informática e a TV linear (aberta e paga) ocorreu com a participação e expansão das redes digitais de banda larga, por terra (fibra ótica) ou ar (satélites), lembrando que as telecomunicações estão nas mãos de grupos estrangeiros dominando quase 100% do território nacional (Vivo; Oi; Claro; Tim e SKY), atuando na área de telefonia fixa e celular, banda larga e TV por assinatura. "Diante de um cenário midiático interessante para os grupos de radiodifusão e de telecomunicações, oligopólios são formados" (Cabral, 2022, p.16) e tais mudanças já haviam sido preconizadas antes mesmo da disseminação da TV digital.

Para Valério Brittos e Denis Simões (2011), seu início ocorreu primeiro na TV por assinatura, com a Fase de Multiplicidade de Oferta, ela trouxe uma mudança na estrutura de negócios relacionados a televisão no Brasil, alavancou um nicho sem "expressividade econômica e social, sendo também o segmento que primeiro investiu em transmissão de conteúdos com sinal digital, neste caso via cabo, satélite, microondas ou mesmo rede telefônica.' Assim, "esse princípio deu base para a constituição de uma cultura de consumo de canais diferenciados, focados em públicos específicos" (Brittos; Simões, 2011, p. 32)

Valério Brittos (1999) verifica que o amplo processo de convergência, mas especificamente da TV por assinatura, impulsionou parcerias entre corporações brasileiras e transnacionais, visando recursos financeiros e tecnológicos. "Com isso, os grupos brasileiros, estruturados em torno de poucas famílias, tiveram que associar-se a outros, mas a concentração da propriedade - e de poder - não diminui, amplia-se" (Brittos, 1999, p. 7).

De acordo com Brittos e Simões (2011) desde o momento em que "duas indústrias, de televisão aberta e por assinatura, passaram a

concorrer", a multiplicidade de oferta acontece e, de certo modo, a situação "permanece até hoje e é caracterizada pelo aumento do número de canais", compreendendo que a atuação das plataformas digitais audiovisuais provoca uma maior disputa entre as emissoras e também pela atuação de novos agentes.

> Sob esse foco, a expansão da televisão gera efeitos colaterais em todos os envolvidos, forçando mudanças de postura de múltiplos lados. O espectador passa a ter uma nova relação com o conteúdo audiovisual e gradativamente perde o encantamento que antes tinha, assim como a fidelidade ao meio, compartilhando com outras mídias o tempo que antes era exclusivo para ver um programa de auditório, telejornal ou teledramaturgia. Os patrocinadores acabam por pulverizar seus investimentos, já que percebem que as audiências também estão distribuídas de forma mais ampla, e passam a focar segmentos-alvo e menos massificados. As emissoras, que se posicionam no Brasil como produtoras, além de programadoras, deslocam investimentos para outros acessos ao público, diversificando seus conteúdos e meios (destacando aqui a internet) e tentando manter a liderança na captura da maior fatia do bolo publicitário. O Estado passa a tentar regular essa nova estrutura mutante, todavia, é lento diante da velocidade das alterações e a pressão dos agentes econômicos, que criam fatos precedentes, adiantando-se ao mercado (Brittos; Simões, 2011, p. 66-67).

Não por acaso, as emissoras brasileiras, principalmente a Globo, interferiram na escolha do sistema de digitalização brasileiro, se opondo ao middleware Ginga em detrimento do sistema SBTVD-T, de modulação japonesa. Isso porque a escolha, na visão das emissoras, deveria considerar os interesses comerciais delas, ao impedir a atuação de novos agentes de comunicação no ramo televisivo e coibir a migração das audiências da televisão para outros meios. Entretanto, a reconfiguração da televisão continua acontecendo em meio a um cenário de forte concorrência e de disputa em novos mercados.

Para Bolaño (2008), o debate não foi suficiente, nem claro sobre a realidade do digital na vida cotidiana dos brasileiros. "Os movimentos sociais, os consumidores, os usuários não são ouvidos e, quando escutados, não são levados em consideração". Corroborando com esse pensamento, Adilson Cabral (2007, p.109) verifica que

> [...] ao longo de seu processo, principalmente quando de seu início, o SBTVD não teve o devido acompanhamento das organizações da sociedade civil, que não se constituíram como força reivindicatória suficientemente significativa para reverter o processo decisório. De um modo geral, a comunicação vem sendo tratada ainda, por parte do Governo, como um negócio que diz respeito aos empreendedores corporativos do setor, compreendendo as empresas de telecomunicações, de software e indústrias como a de equipamentos de informática e de eletroeletrônicos. Se mesmo um governo oriundo de setores populares não foi capaz de estabelecer um devido diálogo com a sociedade civil organizada que pleiteia a democratização da comunicação, a própria sociedade precisa se organizar a despeito de suas expectativas, para reivindicar suas bandeiras históricas (Cabral, 2007, p.109).

O interesse dos grupos de mídia nessa questão fica evidenciado, enquanto fosse possível retardar a entrada de novos atores, a audiência não seria fragmentada, dando fôlego às emissoras e principalmente a Globo de se adequarem ao novo cenário digital e suas implicações, pois a disputa de mercado, no contexto global, já apresentava rupturas no modo de produzir e distribuir conteúdos digitais, bem como a necessidade de tecnologias convergentes do analógico para o digital, atendendo as audiências e o mercado publicitário.

Nesse sentido, Bolaño e Brittos (2007) afirmam que, entre as emissoras, a Globo se encontrava à frente das demais no desenvolvimento da digitalização na área de produção, mas que ainda era incipiente para atender as demandas da TV digital, assim a

transmissão e a captação continuavam analógicas. A Globo, seguida pelas outras emissoras, desenvolveu estratégias próprias para digitalizar seus acervos e na criação de novas produções. Os veículos precisaram se readequar a um orçamento insuficiente para suas produções e para atender as novas configurações da TV Digital e foram em busca de novos faturamentos.

Os autores argumentam que as TICs são o marco para o desenvolvimento do capitalismo e sua reestruturação a medida que os mercados são impactados com a agilidade das informações, garantindo maior eficiência e inovação em seus produtos atendendo às diferentes demandas "estimulando o consumo, permitindo o funcionamento sincronizado de mercados e acelerando a transmissão de informações". Quando se fala de inovações tecnológicas, compreende-se que estão "ligadas ao conjunto dos processos de comunicação, que modificam a estrutura das indústrias culturais, criando inclusive novas, e alteram as formas de interação e de reprodução simbólica do mundo da vida" (Bolaño, 2002, p.66).

A Economia Política da Comunicação compreende que a indústria da televisão, busca implantar uma dinâmica baseada na interação comunicativa entre veículo e telespectador/usuário e, que a audiência vem a ser a mercadoria de valor nessa relação. Na convergência para a representação digital, a preservação do acervo da Globo, vem sendo considerado um ativo fundamental, pois as produções, mantém uma proximidade com o público de diferentes gerações. Essa é uma vantagem técnica, um diferencial importante na relação da emissora com o público, historicamente construída e que busca se manter relevante no broadcast.

Panorama final

A proposta central deste trabalho buscou apresentar as mudanças do analógico para o digital empreendidas durante a implementação da TV digital no Brasil, mais especificamente a atuação da Globo e sua força política no que refere-se à escolha do Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD). No que diz respeito às novas experimentações da emissora para atrair o telespectador, hoje dividido entre múltiplas plataformas, foram mapeadas algumas estratégias que revelam a busca da emissora em se manter relevante no mercado televisivo, mesmo numa disputa com grandes empresas de tecnologias que abarcam o mercado digital.

Verificou-se que o novo cotidiano social em que os cidadãos se encontram, está atravessado pelo digital e pela Internet, isso interfere diretamente na maneira como se assiste à televisão e se consomem os produtos televisivos. Nesse sentido, a mídia tradicional busca se realinhar ao novo contexto social, sem perder de vista suas produções, à manutenção das audiências e a sua venda para anunciantes, pois o digital juntamente com a convergência, interatividade e multiprogramação, além dos serviços cruzados (ações *cross media*) entre empresas de diferentes setores da indústria de comunicação e entretenimento, são elementos que em vez de tornar a televisão obsoleta trouxe mais potência para o modo de produção das emissoras, principalmente da Globo.

Sobre essa questão, os estudos da Economia Política da Comunicação aqui elencados verificam que a comunicação vem sendo usada de forma estratégica pelos governos em âmbito global e que no Brasil isso ocorre de forma similar, uma vez que o modelo de comunicação brasileiro é marcado historicamente pela omissão do Estado, não apenas em relação à concentração político-econômica dos meios, mas ao atender a lógica capitalista das emissoras, tendo a Globo

como principal representante ao regular o digital nos processos concorrenciais. Lembrando que no Brasil a televisão ainda é o meio mais acessível da população e continua atuando na construção do cotidiano ao legitimar e reforçar os valores impostos pelo mercado.

Referências

BOLAÑO, César Ricardo S. TV Digital: um mal-estar no ar. Entrevista especial com César Bolaño. **Instituto Humanitas Unisinos**. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/14884-tv-digital-um-mal-estar-no-ar-entrevista-especial-com-cesar-bolano. Acesso em: 30 jun.2025.

BOLAÑO, César Ricardo S. Trabalho intelectual, comunicação e capitalismo. A re-configuração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva. **Revista Eptic**, São Cristóvão, n.11, p.53-78, 2022. Disponível em: https://eptic.com.br/wp-content/uploads/2020/06/Trabalho-intelectual-comunica%C3%A7%C3%A3o-e-capitalismo-Bola%C3%B1o.pdf. Acesso em: 30 jun.2025.

BOLAÑO, Cesar Ricardo S. **Capital, Estado, indústria cultural.** 1993. 318f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/62525. Acesso em: 30 jun.2025.

_____, César Ricardo S.; BRITTOS, Valério C. **Políticas de comunicação, governo Lula e TV digital**: Políticas de comunicação, a presidência Lula e a TV digital. Disponível em: http://bocc.ufp.pt/pag/bolano-cesar-politica-comunicacao-mudanca.pdf. Acesso em: 30 jun.2025.

BRASIL. Decreto nº 4.901, de 26 de novembro de 2003. Institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital - SBTVD, e dá outras providências. **Planalto**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4901.htm. Acesso em: 30 jun.2025.

BRITTOS, Valério C. A televisão no Brasil, hoje: a multiplicidade da oferta. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, ano 20, n. 31, p. 9-34, 1999. Disponível em:

https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/f598158a628de8a08b91a34c9ebd7e5b.PDF. Acesso em: 30 jun.2025.

BRITTOS, Valério C.; SIMÕES, Denis G. **Para entender a TV digital:** tecnologia, economia e sociedade no século XXI. São Paulo: Intercom, 2011. Disponível em: https://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/Para-entender-a-TV-digital.pdf. Acesso em: 30 jun.2025.

CABRAL, Eula D.T. Cultura, comunicação e informação na era digital: temas sob análise científica para entender o cenário brasileiro. *In:* CABRAL, Eula D.T. (org.). **Nos trilhos da cultura e da comunicação**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2022. E-book. Disponível em: https://epccbrasil.wixsite.com/epcc2/pesquisas. Acesso em: 30 jun.2025. E-book.

CABRAL, Adilson V. Teses interativas sobre um debate analógico a respeito da novela da implementação da TV digital no Brasil. **Liinc em Revista**, v.3, n.2, p.101-112, 2007. Disponível em: https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3125/2811. Acesso em: 30 jun.2025.

CABRAL, Eula D.; CABRAL FILHO, Adilson V. TV Digital terrestre no brasil: inovação tecnológica para uma expansão sem novidades. *In:* XXXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2010, Caxias do Sul. **Anais** [...]. Caxias do Sul, 2010. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-1772-1.pdf. Acesso em: 30 jun.2025.

FECHINE, Y. A programação da TV no cenário de digitalização dos meios: configurações que emergem dos reality shows. In: FREIRE FILHO, J. **A TV em transição**: tendências de programação no Brasil e no mundo. Porto Alegre: Sulina, 2009.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

LANDES, David S. (1969). **Progreso Tecnologico y Revolucion Industrial**. Madrid: Editorial Tecnos, 1979.

MAURICIO, Patricia. Apagão analógico e digital na TV aberta brasileira e a falácia da interatividade. **Revista Latino Americana de Ciencias de la Comunicación**, v. 13, p. 60-71, 2016. Disponível em: https://www.revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/download/239/242. Acesso em: 30 jun.2025.

MAURICIO, Patricia. **Conflitos na TV digital brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio,2022. Disponível em: http://www.editora.puc-rio.br/media/TV%20digital_p3%20(1).pdf. Acesso em: 22 de abr. de 2022.

MONTEIRO, David José M. **Comunicação Estratégica Digital:** Otimização das Estratégias Comunicacionais através de Novas Plataformas Sociais na Web. 2012. Trabalho de projeto de Mestrado em Novos Media e Práticas Web. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Universidade Nova de Lisboa, 2012.

MONTEZ, C.; BECKER, V. **TV Digital interativa:** conceitos, desafios e perspectivas para o Brasil. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.

HOBSBAWM, Eric J. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

RUÍZ, Anibal Arias. **O mundo da televisão.** Madri: Guadarrama. 1971. Disponível em: https://bibliotecadigital.oducal.com/Record/oai:ucb.edu.bo:biblio:67464. Acesso em: 30 jun.2025.

Fluxos de atenção e construção de pensamento crítico: considerações sobre comunicação para mudança social

Cinthya Pires Oliveira

Fluxos de atenção humana na internet

No século XXI, a partir das bases que encadearam as diversas noções de periferias em âmbito político, socioeconômico e cultural, uma outra noção de periferia agregadora das lutas sociais emerge com o suporte das tecnologias digitais. O cenário de plataformização e lógica algorítmica proporciona novos desafios sociopolíticos para a comunicação comunitária na Internet na medida em que "colonializa" (Couldry, 2019) e intensifica a disputa por direcionamento e padronização da atenção coletiva.

Assim, as noções de periferias econômicas, urbanas, culturais e sociais podem ser compreendidas como expressão do estar à margem da atenção da sociedade. Nesse caso, a periferia (in)visível estaria associada não exclusivamente às condições materiais precarizadas nas quais se encontram essas populações (como pessoas em situações de rua, usuários de drogas, imigrantes e emigrantes, trabalhadores informais), mas à confluência de problemáticas histórico e socioeconômicas que desembocam na arena simbólica de disputa por atenção como um brado de potencialidades, resistência e (re)existências dos sujeitos periféricos.

Em essência, a comunicação se desvela como campo de disputas políticas, econômicas e sociais, mediante recorrente reprodução da ideologia dominante. E considerando o avanço tecnológico com o passar do tempo, a mesma tecnologia que aumenta a potencialidade dos

fluxos comunicacionais também aumenta a complexidade dos discursos e negociações, com a reconfiguração dos usos do espaço e do tempo à medida que novas mídias e tecnologias são estabelecidas.

Devido a este contexto de comunicação como campo de disputa política e o crescente aumento de complexidade para participar desta disputa, é pertinente reconhecermos as iniciativas pontuais que buscam de algum modo destoar do discurso homogêneo e apresentar outros pontos de vista a partir das construções noticiosas.

A partir do campo da Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura, este estudo se propõe a refletir sobre possíveis caminhos a serem percorridos por iniciativas de comunicação comunitária na internet para instigar o pensamento crítico e o bem comum a partir da dinâmica conversacional mediada por tecnologias digitais. Acredita-se que as práticas de ações coletivas e comunicações comunitárias para a defesa dos direitos humanos podem ser concebidas mesmo diante das limitações impostas pelos modelos de negócio na internet, estruturas que privilegiam a hierarquização de temas e interesses com consequente (re)direcionamento da atenção coletiva. Sendo assim, ao longo do estudo proposto, discorreremos sobre o fortalecimento das iniciativas comunitárias e sua legitimação enquanto espaço público democrático a ser referenciado como (1) espaço crítico da comunicação e da educação, (2) ambiência da periferia no circuito da atenção – disputa inevitável para reconhecimento das periferias pela sociedade e Estado em tempos de plataformas digitais de redes sociais na internet e ativismo digital.

Entre cidades e favelas: "senso comum" e pensamento crítico

Nesse cenário de convergência midiática e suposta multiplicação de vozes, adquire maior importância o desenvolvimento de estudos sobre a comunicação comunitária enquanto prática que proporcione

identificação de caminhos a serem percorridos para a construção crítica da sociedade.

Ao reconhecer o lugar da tecnologia no desenvolvimento da indústria midiática, é essencial considerar o viver do homem e a interdisciplinaridade de suas realizações na sociedade, recorrendo à dialética para compreensão dos impactos das tecnologias digitais no seu cotidiano. Assim, "o pensamento crítico e dialético impõe-se como elemento-chave para afugentar o culto celebratório do novo e o alarido por abundância mercadológicas, bem como para qualificar intervenções autenticamente transformadoras da cena pública" (Moraes, 2009, p.19).

A visão otimista sobre o uso da tecnologia tem como principal fator a percepção de redução de distâncias espaciais e temporais, construindo "espaço público" ao permitir que informações estejam acessíveis a todos de modo praticamente simultâneo em diferentes localidades. Se por um lado a tecnologia é reverenciada como recurso endossador da democracia participativa, evidenciando positivismo embasado em argumentos míopes e utópicos, por outro, não podemos negar o seu suporte em mobilizações dos sujeitos sociais e na diversificação de vozes a serem constituídas com a distribuição de conteúdo.

Embora a suposta celebração em prol da diversidade de vozes possa ser suplantada pela valorização do capital e seus mecanismos de reprodução de poder, há fluxos de comunicação a serem estabelecidos para gerar compreensões e perspectivas diferenciadas. Ou seja, fissuras comunicacionais a serem evidenciadas para despertar o interesse dos sujeitos sociais em prol de lógicas que desafiem o "senso comum".

Indo além, embora desafiador, é necessário o reconhecimento da tecnologia como facilitador e relevante dispositivo que permite a atuação e a expressão de sujeitos sociais atingirem novos espaços e territórios. Porém, seu benefício como organizador perceptivo não deve

ser superestimado, mas também compreendido como mecanismo de disputas na arena das relações sociais, políticas e econômicas. É uma armadilha a negação ou omissão da sinergia dos fatos que compõem a complexidade do cenário midiático e das plataformas digitais.

A partir dessa percepção, a revolução tecnológica deve ser compreendida como parte do processo de desenvolvimento capitalista (Bolaño, 2000). A não percepção ou omissão deste fato, dificulta tanto o pleno entendimento sobre as disputas simbólicas, quanto a identificação de instituições que visam a apropriação da tecnicidade, negando, portanto, opções que viabilizem a visibilidade de vozes no contexto cotidiano de produção e distribuição de conteúdo na Internet pelas periferias.

Para ampliar essas brechas e para evidenciar os desníveis da lógica dominante imposta, a qual gera superexposição ao "senso comum", depreendemos que a partir da reflexão crítica, os sujeitos sociais podem buscar o desenvolvimento de maior autoconsciência sobre os motivos pelos quais seus interesses são configurados em contexto histórico-social, diante de conteúdos hegemônicos.

Como desafio ainda maior, embora necessário e urgente, a trajetória pedagógica precisa ser inserida na rotina da sociedade, assim como questionamentos e reflexões devem ultrapassar ações pontuais de digressão. Dessa forma, o indivíduo nega ou provoca afastamentos em relação às formas de alienação que lhe são apresentadas para, num esforço crítico, atuar como observador de negociações forjadas pela indústria midiática. O ato de afastar-se e reconhecer-se como parte dessa negociação pode proporcionar a transformação de sua perspectiva inicial de interesse em relação aos conteúdos disponibilizados na Internet.

Embora a busca por essa constante prática possa ser exaustiva, assim como no ensino pedagógico, é preciso treino para que a mente

possa "filtrar" e analisar as recepções. Nesse caso, o suporte da Comunicação Pública Comunitária pode ser fundamental tanto pela sua disponibilidade em estar presente no cotidiano local dos indivíduos, quanto pela possibilidade de fornecer outros caminhos para a interpretação e análise das informações, opções diferenciadas e diversas de conteúdo.

E como os processos de transformação devem ocorrer na essência do sujeito, sob as bases das perspectivas histórica e social (Heller, 2000), a alfabetização crítica para a mídia não somente possibilita que os sujeitos adquiram maior independência interpretativa perante os conteúdos hegemônicos, como desenvolvam capacidade de questionar o "senso comum" para, então, potencialmente compreenderem o ambiente de disputas simbólicas no qual estão inseridos. Nesse caso, a trajetória pedagógica pode ser fortalecida a partir de situações de interesse comum vivenciadas por grupos locais.

Pensamento crítico e Comunicação Pública Comunitária

Enquanto notícias massificados e conteúdos homogêneos são disponibilizados para a sociedade, outras tantas informações não são levadas ao público – seja devido a nítidos interesses de pequenos grupos e/ou, seja devido às publicações dos meios de comunicação priorizarem outros critérios relacionados à financeirização e à busca pela atenção dos indivíduos. Em qualquer um dos casos, prevalecem estratégias para a manutenção do poder baseadas em táticas financeiras e ideológicas. Assim, ao longo da história, identificamos momentos de conflitos, alianças e novas disputas de poder entre mercado e Estado que de certa forma influenciam na composição dos espaços de comunicação gerenciados por grupos privados.

O volume exponencial de conteúdos provenientes de diferentes plataformas de comunicação dificulta a ativa atuação dos indivíduos no

desenvolvimento de percepção crítica para o estabelecimento de filtros de interesse e níveis de participação em relação ao que é produzido e distribuído nos ambientes digitais.

Adicionalmente, a quantificação de possibilidades de acesso aos meios não necessariamente confronta os territórios simbólicos construídos. Ao contrário, são oportunidades de reforço de mensagens conservadoras e hegemônicas emitidas por uma minoria. Ademais, a oportunidade de acesso e uso efetivo dos meios como canal dialógico não se estende a todos. Portanto, a democracia advinda do paraíso tecnológico ainda representa uma utopia para a maioria das sociedades, mantendo grupos a margem.

Tal como exposto por Kellner (2001), apesar da multiplicidade de dispositivos de recepção e avanços na tecnologia, essa não é condição *sine qua non* para a formação de indivíduos mais críticos e aptos a avaliar os conteúdos que lhe são apresentados. Se não houver um esforço da parte de intelectuais para ir de encontro aos modelos hegemônicos, apresentando outras opções à sociedade, não será a tecnologia que por si só fará.

De acordo com Bolaño (2007), o trabalho intelectual é o elemento central da Terceira Revolução Industrial. E justamente devido à sua natureza, torna-se possível a resistência (ainda que parcial) à política mercantil, criando não somente novas estratégias de sobrevivência como possibilitando que a "mutação tecnológica" seja orientada para transformações sociais baseadas no acesso democrático à comunicação.

Para Gramsci, a proximidade entre os intelectuais e o povo é uma proposta capaz de difundir conhecimento, reconfigurar o senso comum e forjar uma práxis que a partir do pensamento crítico viabilize a ação. O autor marxista, que também atuou como jornalista ao longo de sua carreira profissional, reforça que todos os homens são intelectuais,

embora nem todos desempenhem a função de intelectuais (Gramsci, 2001, p.18). Crítico árduo do jornalismo e, também, apaixonado pelo potencial da profissão, Gramsci elaborou análises aprofundadas sobre o papel dos intelectuais para a mobilização política. Escritos há quase 90 anos, os estudos de Gramsci proporcionam contribuições para a comunicação não hegemônica.

A partir desse entendimento, é possível localizar a relevância da Comunicação Pública Comunitária e da constituição do pensamento crítico. Mesmo diante do cenário hegemônico, alternativas podem ser traçadas e apreendidas das estruturas sociais cotidianas, das mudanças espaço-temporais, da tecnicidade e dos modelos de comunicação que se estabelecem nos espaços comunitários alternativos.

Enquanto proposta de perspectiva local da vida cotidiana de um grupo, observa-se na Comunicação Pública Comunitária a possibilidade de distanciamento da voz hegemônica da mídia corporativa, do estabelecimento de novos enquadramentos e da publicização de questões até então não ditas.

Sob essa diretriz, a Comunicação Pública Comunitária deve pautar suas atividades para o interesse público[1], atuar como "canal de expressão do povo, que respeite a diversidade e esteja a serviço de interesse público" (Peruzzo, 2007, p. 52). Por essa abordagem, vale destacar principalmente o "objetivo comum" de um grupo e a produção de conteúdos voltados para o "interesse público".

Compreendemos que seja possível percorrer condições que se estabeleçam como pilares para a constituição do pensamento crítico da sociedade, e consequentemente, percepção sobre os fluxos

[1] Para esse estudo, optamos por não aprofundar questões sobre o conceito de público. De modo breve e para o entendimento da exposição, destacamos público como o não privado e não estatal, interesses relacionados ao bem comum.

comunicacionais e as disputas por atenção inerentes aos processos histórico-sociais.

Sobre este tema, "Gramsci realça a importância de recusarmos proposições ocasionais e desarticuladoras, que querem nos incluir em 'multiplicidades de homens-massa', tentando afastar os 'homens-coletivos' da consciência fundamental contra o conformismo, a apatia e a alienação" (Moraes, 2009, p. 19).

Desse modo, compreendemos que a Comunicação Pública Comunitária possui potencial desalienante à medida que a práxis esteja imbuída de norteadores voltados para a construção crítica da sociedade, para o estímulo à reflexão e para maior inserção dos indivíduos nos processos de construção social do conhecimento.

Ainda a respeito do potencial transformador da comunicação a partir de ações desenvolvidas por indivíduos voltados para o "bem comum", os escritos de Gramsci apontam os intelectuais como elemento central e estratégico para fortalecimento político e desenvolvimento de hegemonia (Bianchi, 2008).

Para tanto, o escritor marxista indica a necessidade de aproximação entre intelectuais e o povo com o objetivo de promover a disseminação de ideias. Logo, os intelectuais seriam os responsáveis por conduzir o povo para outro patamar de reflexão e concepção da vida, possibilitando o distanciamento do "senso comum" ou a sua ressignificação.

Sobre a proximidade com o "povo", em síntese, o pensamento político gramsciano direciona aos intelectuais o papel definidor de "pensador coletivo" para mobilizar as massas e proporcionar conscientização da totalidade concreta dos fatos, com ênfase para as disputas de classes.

Com esse entendimento, podemos conjecturar que a partir da cotidianidade, a Comunicação Pública Comunitária pode contribuir

com avanços de centelhas de pensamento crítico junto aos indivíduos. É a respeito desse aspecto que compreendemos a importância da comunicação comunitária e seu potencial de proporcionar aos, para e pelos indivíduos reflexões críticas a partir da vida cotidiana local.

Essa abordagem não está relacionada à imposição de vivências ou de normativo intelectual diante do homem comum, mas do fortalecimento e manutenção do diálogo, do estímulo à reflexão sobre o cotidiano, sobre os mais diversos saberes.

A partir de aspectos locais e por meio de perspectiva diferenciada, a Comunicação Pública Comunitária possui capacidade de transformação social ao proporcionar análise crítica e evidenciar questões que contribuem para a superação de entraves cristalizados por discursos hegemônicos. Desta forma, visões estabelecidas como senso comum em detrimento das circunstâncias sociopolítico, cultural e econômica da comunidade local, podem ser rejeitadas ou ressignificadas.

A vida cotidiana viabiliza a supremacia da proximidade. E, por questões de sobrevivência e de percepção, a proximidade relativa aos fatos tende a gerar maior envolvimento emocional e político dos indivíduos.

A Comunicação Pública Comunitária com viés crítico poderá funcionar metaforicamente como "ponte" para os movimentos e para a "suspensão do cotidiano". Trata-se, portanto, em não creditar à comunidade a capacidade de "libertação" ou "instauração da autonomia", mas de considerar caminhos para a constituição de comunicação em que o envolvimento dos indivíduos e a reflexão crítica sejam elementos promotores da mudança social.

Pelo exposto, a indústria midiática constitui-se como "palco" em que a realidade social é ao mesmo tempo construída e representada a partir de filtros políticos, econômicos, históricos e ideológicos. E, sendo esta a lógica da comunicação de massa, nem sempre os cidadãos são

informados ou orientados devidamente, visto que a maioria não possui acesso ou conhecimento sobre alternativas. Nesse caso, o fortalecimento das iniciativas comunitárias alternativas e sua legitimação como espaço público democrático pode ir além da prestação de serviços à sociedade a partir da sua apropriação como espaço crítico da comunicação e da educação.

Deslocamento de olhares na esfera pública digital

Revisitamos o conceito de Habermas (2003) sobre "Esfera Pública" para atualizarmos o debate sobre democracia participativa no cenário de ampla difusão do uso de tecnologias digitais, quando também consideramos importante o deslocamento de olhar para a internet e plataformas de redes sociais a partir da subalternidade, a partir do referencial de "Esfera Pública Oposicional" (Caballero, 2020).

Com esse esforço normativo, torna-se possível identificar questões aprofundadas sobre a atuação de movimentos sociais e ONGs em prol de iniciativas de comunicação comunitária nas plataformas de redes sociais, uma vez que esses atores sociais podem levar a um outro patamar as recorrentes discussões sobre determinismo tecnológico que reduzem e simplificam as ações coletivas. Em outras palavras, acreditamos que um possível caminho seja pensar mais sobre comunicação e informação a partir das estruturas instituídas, com menor ênfase (mas sem desconsiderá-la, obviamente) no potencial da transmissão que seduz o cognitivo.

Por essa condução, as questões indicadas por Caballero (2020) com relação às percepções de atuação das ações coletivas no digital podem ser somadas às preocupações de Couldry (2019) a respeito da datificação e do colonialismo de dados que asseveram a expansão do capitalismo por meio de estruturas digitais que tendem a cercear a liberdade humana.

Ou seja, diante do aparato estrutural instituído pelas tecnologias digitais e do sistema de gestão das plataformas de redes sociais na internet, precisamos estar atentos aos processos que possuem características de democracia participativa. Faz-se necessário identificar ações coletivas que busquem exercer contra potência ou mecanismos de resistência ao cerceamento das relações sociais e à massiva apropriação de recursos como parte da "colonização da vida" por lógicas de datificação.

Sendo assim, cabe refletirmos como se estruturam as iniciativas de Comunicação Comunitária. Há atuação em ambiente físico ou somente no digital? Quais formas de interação ocorrem, incluindo possibilidades de acessos, rastros digitais, disponibilização de dados, etc? De que modo se constituem os processos de produção de mensagens para atrair a atenção da cidade, da opinião pública? De que modo os conteúdos publicados podem alcançar outros espaços, gerar visibilidade e reverberar em políticas públicas eficientes?

A democracia participativa sofre os reflexos das potencialidades e limitações estruturantes do ideal de "conexão pública" em que há partilha de experiências e temas de interesse prioritários no coletivo. Por outro lado, a interpretação de coletivo precisa ser contextualizada e sua representatividade ponderada. Uma vez que a dinâmica de participação política perante as tecnologias e plataformas digitais sofre reveses no digital, devemos ser céticos em relação às nascentes de "preocupação compartilhada" (Couldry, 2010), visto que a noção de "coletivo" é constituída a partir da lógica algorítmica, do controle sistemático por grupos econômicos e financeiros que ditam as regras das plataformas digitais.

Para a mídia, enquanto ordenadora da percepção social, as periferias urbana, econômica e social ocupam espaços distantes do círculo tradicional da atenção humana. Mas, diante da desafiadora

conciliação entre as dimensões de direitos individuais e coletivos, mecanismos para fortalecimento da participação e da cidadania podem ser observados em iniciativas comunitárias que fazem uso da comunicação como processo estratégico e instrumento para acesso a direitos como segurança, saneamento básico, saúde e educação nas periferias.

Considerações

A partir do desenvolvimento da prensa, com a multiplicação de exemplares de livros, expansão da imprensa e do jornalismo comercial, e principalmente com o surgimento das mídias eletrônicas e tecnologias digitais, a demanda para acesso à atenção humana cresceu exponencialmente. Em contraposição, o fato de o público mediatizado ter ao seu dispor opções de esferas públicas proporcionadas pelos meios de comunicação, não necessariamente indica que há de fato distribuição igualitária de poder ou exercício do seu poder enquanto participante.

Ademais, a acessibilidade aos recursos tecnológicos proporciona falsa expectativa de que os meios de comunicação democratizam os processos de circulação de mensagens. A competição pela atenção humana e, consequente disseminação de mensagens, pode nos conduzir ao raciocínio equivocado de que os debates em torno de temas de interesses comuns é também demonstração dos benefícios e caráter democrático dos meios.

No entanto, a arena da atenção é apenas a ponta do iceberg estruturado nas dinâmicas política, econômica, tecnológica e cultural que permeiam os fluxos comunicacionais. Justamente por isso acreditamos que o recorte investigativo a partir da problemática da atenção possa contribuir com olhar diferenciado a respeito das descontinuidades e rupturas que impactam no fortalecimento da Comunicação Pública Comunitária para a mudança social

Entre os cinco bilhões de conectados[2], de modo alegórico, podemos conjecturar: se há intensa fala, quem escuta? Se a menor parte da população conectada escuta, como pode ocorrer o diálogo e a construção efetiva de discussões que fomentem a mobilização política? E se a qualidade ou embasamento das falas também pode ser questionável, em que medida as falas subsequentes podem romper o ciclo vicioso? De que modo é possível repensarmos redirecionamentos de atenções mediadas online para tópicos de interesse público que propiciem mudanças sociais, diante da sistemática das plataformas?

A recente transformação nos traz um outro elemento mais importante, relacionado ao limiar do que podemos compreender apenas como mídia. Se a internet se coloca como ambiente comunicacional no qual estamos imersos em diversas atividades cotidianas, a mídia é apenas uma delas e precisa, ao mesmo tempo, ser descolada e evidenciada quando necessário, como também ser caracterizada no contexto do debate recente sobre midiatização e plataformização.

Assim, temos elementos significativos para compreender uma Economia da Atenção que se coloca em outros termos, compreendida a complexidade recente, como também a reconfiguração do debate sobre a comunicação afirmada como direito humano.

Desse modo, temos uma significativa e revigorada agenda para recolocar os debates sobre a Comunicação Pública Comunitária, mas, principalmente, em termos de justiça social. Contexto em que ações coletivas em torno de movimentos sociais são significativamente necessárias, compreendida a necessidade de atuação no combate à concentração e na exposição das contradições e dos limites das corporações em fomentar processos democratizantes.

---

[2] Relatório União Internacional de Telecomunicações (UIT), 2022.

Referências

BOLAÑO, César. **Indústria Cultural**: Informação e Capitalismo. São Paulo: Hucitec / Polis, 2000.

CABALLERO, Francisco S., GRAVANTE, Tommaso. **Networks, movements and technopolitics in Latin America.** Critical analysis and current changes. United Kingdom, Palgrave, 2018.

CABRAL, Adilson; OLIVEIRA, Cinthya. Democracia em vertigem: reflexões sobre os fluxos de atenção e ações coletivas para mudança social na Internet. **Liinc em Revista**, v. 18, n. 2, p.1-22, 2022. DOI: 10.18617/liinc.v18i2.6052. Disponível em: https://revista.ibict.br/liinc/article/view/6052. Acesso em: 19 nov. 2024.

COULDRY, Nick and MEJIAS, Ulises. **The costs of connection**: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalismo. Stanford, Stanford University Press, 2019. Pags: 187-216.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HABERMAS, Jürgen, **New social movements. Telos**, New York, n. 49, p. 33-37, 1981.

_____. **Mudança estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flávio R. Kothe. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia:** estudos culturais, identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: EDUSC, 2001.

_____; SHARE, Jeff. Educação para a leitura crítica da mídia, democracia radical e a reconstrução da educação. **Educ. Soc., Campinas**, vol. 29, n. 104 - Especial, p. 687-715, 2008. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 24 set. 2019.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MORAES, Dênis de. **A batalha da mídia.** Governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.

OLIVEIRA, Cinthya Pires. **Mercado da atenção e arena midiática**: conteúdo, participação e audiência – perspectivas, processos sociais e disputas na comunicação. Curitiba: Editora Appris, 2025.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum**: comunidade, mídia e globalismo. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

PERUZZO, Cicília. **TV Comunitária:** dimensão pública e participação cidadã na mídia local. Rio de Janeiro: Mauad-x, 2007.

A Comunicação Comunitária como ferramenta de justiça ambiental

Larissa Souza Rosa Farinazzo

A crescente intensificação das crises ambientais — desde mudanças climáticas até a degradação de territórios e o comprometimento de recursos naturais essenciais à vida — revela uma dinâmica profundamente desigual na forma como riscos e impactos ecológicos se distribuem pelo globo. No Brasil, essa desigualdade ambiental se expressa de modo contundente: comunidades periféricas, indígenas, quilombolas e ribeirinhas são, historicamente, as mais expostas a projetos extrativistas, poluição, desmatamento e conflitos fundiários. No entanto, essas populações frequentemente permanecem invisibilizadas nos meios de comunicação de massa, cujas agendas raramente contemplam suas vozes e perspectivas. Nas palavras de Santos (2007, p. 280-281),

> Se a desigualdade é um fenômeno socioeconômico, a exclusão é sobretudo um fenômeno cultural e social, um fenômeno de civilização. Trata-se de um processo histórico através do qual uma cultura, por via de um discurso de verdade, cria o interdito e o rejeita. Estabelece um limite para além do qual só há transgressão, um lugar que atira para outro lugar, a heterotopia, todos os grupos sociais que são atingidos pelo interdito social, sejam eles a delinquência, a orientação sexual, a loucura, ou o crime. Através das ciências humanas, transformadas em disciplinas, cria-se um enorme dispositivo de normalização que, como tal, é simultaneamente qualificador e desqualificador.

É nesse cenário que a comunicação comunitária se apresenta como uma ferramenta política e pedagógica de grande potência. Trata-se de um modo de comunicar que nasce nos territórios, baseado na escuta ativa, na produção colaborativa de sentidos e na valorização dos saberes locais. Diferente da lógica vertical e massiva dos meios hegemônicos, a comunicação comunitária promove a participação ativa, a construção coletiva do conhecimento e o fortalecimento das redes sociais locais, o que a torna especialmente estratégica na promoção da justiça ambiental.

A justiça ambiental, por sua vez, ultrapassa o campo técnico das políticas públicas ambientais e adentra o terreno dos direitos humanos, da cidadania ecológica e da diversidade epistemológica. Sua efetivação exige não apenas o combate ao racismo ambiental e às desigualdades territoriais, mas também o reconhecimento das populações como sujeitos políticos capazes de narrar suas próprias histórias e experiências com a natureza. Nesse sentido, democratizar o acesso e o uso dos meios de comunicação e dos espaços públicos é também democratizar a própria luta ambiental.

Esse reconhecimento parte de uma crítica profunda à forma como o modelo hegemônico de desenvolvimento — sustentado por uma racionalidade instrumental e mercantil — estrutura a distribuição dos benefícios e dos danos ambientais. Nesse contexto, a comunicação, sobretudo quando centralizada em grandes corporações midiáticas, atua não como mera observadora dos processos sociais, mas como agente ativo na construção de sentidos sobre a natureza, os territórios e os sujeitos. A mídia hegemônica, ao privilegiar determinadas vozes e apagar outras, não apenas reproduz, mas também reforça desigualdades estruturais. É nesse ponto que a comunicação se entrelaça à questão ambiental: ela define o que é visível, o que é audível, o que é legítimo. Por essa razão, a comunicação comunitária surge como um elemento crucial em situações de crise ambiental, pois ela é capaz de informar,

educar e mobilizar uma comunidade em prol da sustentabilidade, diferente do que muitas vezes é construído pela mídia hegemônica.

Partindo desse contexto, percebe-se que parte da construção violenta e estigmatizante operada pela grande mídia tem múltiplas relações com a formação territorial, o crescimento urbano desordenado e os processos históricos de segregação socioespacial. Como observa Henri Lefebvre (2001), em O direito à cidade – industrialização e urbanização, o que define a nossa realidade social contemporânea é, antes de tudo, a sociedade urbana. A cidade moderna, longe de ser apenas um espaço físico ou administrativo, torna-se um campo de disputa simbólica, política e ecológica. A industrialização, nesse sentido, não apenas reorganizou o espaço físico das cidades, mas também transformou as formas de vida, os ritmos do cotidiano e as dinâmicas de poder que operam sobre os corpos e os territórios.

Para Lefebvre, a urbanização é o motor silencioso da modernidade. É a partir dela que se instituem novas relações de produção, consumo, circulação e controle. A indústria atua como força indutora — define ritmos, impõe lógicas e ordena os fluxos da cidade — enquanto a sociedade é empurrada a adaptar-se a essa lógica produtivista. No entanto, esse processo não ocorre de maneira neutra: ele seleciona, hierarquiza e marginaliza. Certas regiões tornam-se "valorizadas", enquanto outras são abandonadas à precariedade. Certos corpos são desejáveis na cidade — os que consomem, circulam, investem —, enquanto outros são empurrados para as margens — os que resistem, cultivam, cuidam.

Essa lógica espacial de valorização desigual impacta diretamente a forma como se distribuem os riscos e as proteções ambientais. Nas periferias urbanas, nas áreas ribeirinhas, nos territórios quilombolas e nas aldeias indígenas, os efeitos da expansão urbana se manifestam sob a forma de poluição, assoreamento de rios, desmatamento, especulação

imobiliária, remoções forçadas e falta de saneamento básico. Essas populações são não apenas socialmente vulnerabilizadas, mas também ecologicamente ameaçadas. E o que a comunicação hegemônica faz, muitas vezes, é ocultar essa realidade ou, pior, culpabilizar as próprias comunidades pelos problemas que enfrentam.

Nesse ponto, torna-se essencial retomar a proposta de Lefebvre sobre o direito à cidade: mais do que o direito de estar no espaço urbano, trata-se do direito de transformar, habitar, comunicar e produzir o espaço segundo outras racionalidades — mais solidárias, coletivas, sustentáveis. Essa ideia está profundamente alinhada à noção de justiça ambiental, pois pressupõe o reconhecimento de que o espaço urbano é um bem comum, e que sua gestão não pode estar submetida apenas aos interesses do mercado ou às dinâmicas da acumulação.

Por isso, incluir a comunicação como eixo estruturante da justiça ambiental é também reivindicar o direito à cidade narrada pelas próprias comunidades e pela comunicação comunitária presente nestes espaços. É afirmar que os sujeitos que vivem nas favelas, nos morros, nas margens e nos assentamentos têm o direito de dizer o que é natureza, o que é cidade, o que é qualidade de vida. Trata-se de uma comunicação que não apenas informa, mas que constrói outro imaginário urbano e ambiental, descolonizando a paisagem e a linguagem.

A cidade — e seus conflitos ambientais — é também um território simbólico. E, nesse território, a disputa pela palavra é central. A justiça ambiental, nesse cenário urbano industrializado e midiaticamente concentrado, precisa se apoiar em uma ecologia da escuta, que reconheça a pluralidade dos modos de vida, dos saberes sobre o ambiente e do fazer comunicacional. Só assim será possível construir uma cidade realmente inclusiva, ambientalmente justa e comunicacionalmente democrática entre as comunidades.

Quando falamos de comunidade, comunicação comunitária, subúrbio e periferia, considera-se importante entender tais conceitos aqui estudados como espaços que vão além de sua localização geográfica, pois esses representam realidade complexas e diversas que furam as barreiras impostas pela grande mídia. Essas designações carregam consigo uma carga social e cultural significativa. Ao analisar esses conceitos, é necessário levar em conta não apenas os aspectos físicos e geográficos, mas também as relações sociais, as identidades coletivas e as dinâmicas culturais que moldam essas comunidades.

A fim de promover uma compreensão aprofundada, é de suma importância enfatizar o paradigma conceitual adotado em relação à comunidade, bem como o entendimento subjacente ao conceito de comunicação comunitária. A partir dos escritos de Muniz Sodré (2003, p. 17), sobre as contribuições de Raquel Paiva para a compreensão da comunicação comunitária, é possível entender o conceito de comunidade como:

> [...] um instrumento cultural - logo, como uma significação transformadora - voltado para a compreensão de variados e fragmentários projetos de autonomia social por parte de grupos emergentes no quadro das complexas relações entre globalização financeira do mundo e da sociedade. Comunidade não é, para ela, simples conceito sociológico, descritivo de uma forma de estruturação social classicamente oposta a sociedade, mas significação (ideia, imagem) mobilizadora de mudança social. Isso implica dizer que sua abordagem culturalista (por vias da problemática dos meios de comunicação) da questão comunitária tem foros políticos, não na acepção partidarista do termo, e sim no sentido de *criação política* com vistas à instituição global da sociedade.

Nessa conjuntura, o conceito de comunidade rompe as barreiras da sociologia e da estrutura social para constituir um processo de

mudança social e que, a partir da popularização da Internet, que segundo a pesquisa do IBGE, ganhou seu ápice de 90,0% nos lares no Brasil[1], utilizaram-se deste meio tecnológico para promover de forma extensa o dissenso do estigma construído pelas mídias hegemônicas, que reflete no cotidiano da população do subúrbio e das periferias.

Ainda segundo Muniz Sodré (2008, p. 7), que situa a comunicação comunitária em relação à mídia hegemônica, podemos compreender que "a comunicação comunitária não é entendida como uma alternatividade "não-tecnológica" à mídia hegemônica, mas como uma outra perspectiva, um outro viés, para incorporar a tecnologia, sem que se perca o enraizamento local ou comunitário". No que tange a comunicação comunitária, é possível dizer que, por meio de tais mídias digitais, tem sido viável que as reais emergências do subúrbio recebam visibilidade. Dessa forma, os perfis criados por esses coletivos têm se transformado em uma "potência realizadora de pulsões coletivas" (PAIVA, 2003, p. 17).

Nessa perspectiva, no atual contexto, é essencial realizar uma reflexão aprofundada acerca das definições de subúrbio e periferia, a fim de proporcionar uma compreensão mais abrangente do objeto de pesquisa. Para início, destacar que existem distintas abordagens teóricas que podem contribuir para a compreensão desses conceitos se faz importante. Considerá-las é, também, perceber que essas variações surgem em contextos geográficos e culturais distintos.

Este artigo propõe uma reflexão teórica e analítica sobre como a comunicação comunitária tem operado como ferramenta de resistência e transformação ecológica, atuando diretamente na defesa dos

[1] Dados sobre a Internet em domicílios disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34954-internet-ja-e-acessivel-em-90-0-dos-domicilios-do-pais-em-2021#:~:text=Internet%20chega%20a%2090%2C0,%25%20para%2092%2C3%25. 17 Abril 2023.

territórios, na denúncia de injustiças e na construção de alternativas sustentáveis. Para tanto, dialoga com os campos da comunicação popular, da educação ambiental crítica e da ecologia política, reconhecendo as mediações culturais como fundamentais na articulação entre linguagem, território e vida.

Justiça Ambiental: Perspectivas Críticas

A noção de justiça ambiental surge da articulação entre os movimentos sociais e o pensamento crítico diante das desigualdades estruturais que atravessam as questões ecológicas. Inicialmente formulada por organizações e ativistas norte-americanos na década de 1980 — em resposta à instalação de depósitos tóxicos em comunidades afro-americanas —, o conceito expandiu-se rapidamente na América Latina, incorporando as lutas de povos indígenas, quilombolas, populações tradicionais e moradores de periferias urbanas, onde a injustiça socioambiental se manifesta de forma aguda e cotidiana. Nas palavras de Acselrad (2004),

> Consideramos que o termo justiça ambiental é um conceito aglutinador e mobilizador, por integrar as dimensões ambiental, social e ética da sustentabilidade e do desenvolvimento, frequentemente dissociados nos discursos e nas práticas. Tal conceito contribui para reverter a fragmentação e o isolamento de vários movimentos sociais frente ao processo de globalização e reestruturação produtiva que provoca perda de soberania, desemprego, precarização do trabalho e fragilização do movimento sindical e social como todo. Justiça ambiental, mais que uma expressão do campo do direito, assume-se como campo de reflexão, mobilização e bandeira de luta de diversos sujeitos e entidades, como sindicatos, associações de moradores, grupos de afetados por diversos riscos (como as barragens e várias substâncias químicas), ambientalistas e cientistas.

Ao contrário de abordagens tecnicistas e universalistas da sustentabilidade, a perspectiva crítica da justiça ambiental compreende o ambiente não apenas como espaço físico ou recurso natural, mas como território vivido, simbólico e político. Nesse sentido, a luta por justiça ambiental está diretamente ligada ao direito à terra, à água, à moradia, ao ar limpo, à saúde e, sobretudo, ao direito à autodeterminação dos povos em seus modos de vida, trabalho e relação com a natureza.

A justiça ambiental se opõe, portanto, ao modelo hegemônico de desenvolvimento baseado na exploração intensiva dos recursos e na invisibilização dos impactos sobre os corpos e territórios mais vulnerabilizados. A construção de hegemonia, segundo Dênis de Moraes (2016, p.4), "cada vez mais se baseia em disputas ideológicas e culturais que influenciam e condicionam o imaginário social, a opinião pública, os sentidos de compreensão da realidade e as decisões eleitorais".

No Brasil, essa crítica se expressa, por exemplo, nas denúncias de racismo ambiental, conceito que explicita como as populações negras, indígenas e pobres são sistematicamente expostas a maiores riscos ambientais, seja por viverem em áreas de alagamento, próximos a lixões ou em regiões de intensa atividade mineradora.

Para além da denúncia, os movimentos por justiça ambiental também constroem alternativas políticas, culturais e epistemológicas ao modelo dominante. Inspirados pela ecologia de saberes (Santos, 2006), esses movimentos reivindicam o reconhecimento das práticas ecológicas tradicionais, da cosmologia dos povos originários e da sustentabilidade como expressão da diversidade cultural. Essa dimensão exige, necessariamente, o acesso à comunicação como um direito fundamental, pois sem voz e visibilidade, a justiça ambiental não se realiza.

Entendendo a comunicação como práticas sociais, Jesús Martín-Barbero (1987) considera que as mudanças tecnológicas estão sendo responsáveis por alterar a forma humana de se comunicar e se informar. Se a comunicação é essencial à vida humana, pode-se compreender que a mídia é elemento determinante da configuração da vida na sociedade contemporânea, a forma como se estrutura, tendo como base a Internet com toda a mobilidade que o meio permite para a emergência das novas tecnologias.

A desigualdade presente nas redes sociais é, ainda, um ponto que deve ser constantemente debatido para que sejam encontradas soluções para promover uma rede mais democrática. Para Cabral (2017, p. 55), "apesar de os grupos privados e muitos políticos ignorarem a sociedade civil, seu papel é fundamental para mudar o quadro atual de concentração e de irregularidades da mídia brasileira".

De acordo com o Ministério da Justiça[2], a ausência de uma regulamentação adequada das plataformas midiáticas representa uma séria ameaça à democracia contemporânea, isso inclui o fazer comunicacional pelos pequenos grupos que objetivam uma visibilidade no que tange ao combate das injustiças ambientais e ao racismo ambiental[3] (causado pela exclusão de determinados grupos em relação às políticas públicas para melhoria e combate do cenário de destruição do meio ambiente. Como resultado, áreas que sofrem racismo ambiental sofrem com enchentes, assoreamento de rios, deslizamentos de terra e exclusão de políticas para o combate do calor extremo, como planejamento de plantio de árvores para diminuição da temperatura).

---

[2] Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/redes-sociais-devem-ser-responsabilizadas-por-ataques-contra-a-democracia-diz-dino. Acesso em: 5 mar. 2023.

3 André Borges. **Folha Dirigida**. Governo cria comitê para planejar ações de combate ao racismo ambiental. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/05/governo-cria-comite-para-planejar-acoes-de-combate-ao-racismo-ambiental.shtml. Acesso em: 1 jul. 2025.

Conforme a comunicação e o acesso à informação são cada vez mais intermediados por essas plataformas digitais, torna-se essencial estabelecer um conjunto de normas e regulamentações que assegurem a transparência, a igualdade e a responsabilidade em seu funcionamento. As mídias sociais, os mecanismos de busca como o Google e serviços de streaming, desempenham um papel fundamental na disseminação de notícias, opiniões e conteúdos em escala global. Essas ferramentas se tornaram pontes de comunicação relevantes, transformando-se em canais de comunicação com capacidade de influenciar os sujeitos e exercer impacto significativo nas esferas política e social. Entretanto, a falta de regulamentação efetiva permite que essas plataformas possam se tornar ambientes nocivos, que operam em um ambiente virtual praticamente livre de restrições, o que levanta preocupações legítimas acerca da concentração de poder, influência, manipulação de informações, das fake news, da criminalidade e da violação da privacidade. Para Cabral Filho e Cabral (2020, p.6)

> Se, por um lado, democratizar a comunicação significa recobrar o que esta atividade tem de vital, ou seja, reivindicar a dimensão original de diálogo e horizontalidade da comunicação, a ideia de lutar pelo direito humano à comunicação está diretamente relacionada à mobilização tanto daqueles que buscam exercê-la mais diretamente na prática - ativistas e jornalistas, por exemplo, como expandindo esse direito àqueles que têm competência para tanto, ou seja, à sociedade como um todo. A mobilização em prol da democratização da comunicação na América Latina vem demonstrando, portanto, que há muitos espaços a se conquistar por parte dos movimentos sociais, no tocante ao envolvimento pleno e não hierárquico das pessoas e organizações.

A inexistência de regras claras possibilita a disseminação de conteúdo nocivo, como desinformação, discursos de ódio e propaganda

extremista, sem que haja uma devida responsabilização. Como forma de proteger a integridade do espaço público digital e promover democracia, é necessário criar métodos regulatórios que garantam a transparência dos algoritmos, a proteção dos dados pessoais dos usuários, a difusão da diversidade de vozes e a responsabilização das plataformas em relação a conteúdos prejudiciais.

A comunicação, nesse contexto, deixa de ser um instrumento neutro ou secundário, passando a ser compreendida como dimensão estruturante da luta ambiental. A maneira como os conflitos ecológicos são narrados — ou silenciados — interfere diretamente na formação da opinião pública, na formulação de políticas e na legitimação de saberes. Por isso, pensar a justiça ambiental requer também pensar a justiça comunicacional, ou seja, o direito dos povos de se expressarem a partir de seus próprios códigos, meios e experiências.

Comunicação Comunitária e Direito à Voz

Falar de justiça ambiental sem falar de voz é correr o risco de reforçar silêncios. Por isso, é necessário compreender a comunicação comunitária não apenas como uma forma alternativa de informar, mas como expressão direta da vida nos territórios. Mais do que uma técnica, trata-se de uma prática cultural e política que nasce de dentro das comunidades, articulando saberes, afetos, histórias e resistências diante das estruturas de opressão e invisibilidade impostas pelo modelo dominante de mídia.

A comunicação comunitária se distancia do modelo comunicacional vertical e massivo característico das grandes corporações midiáticas. Enquanto estas operam sob a lógica da audiência e da mercadoria, a comunicação comunitária se fundamenta na participação ativa, na horizontalidade e na reciprocidade das trocas simbólicas. Ela não fala "sobre" os sujeitos, mas com eles — e, muitas

vezes, a partir deles. Cicília Peruzzo (2023) destaca que essa comunicação não se limita a adaptar as formas tradicionais à periferia, mas constrói outras formas de narrar o mundo, baseadas na escuta e na convivência. Nas palavras da pesquisadora (2023),

> A era digital simboliza um novo tempo para a Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa em múltiplos sentidos, tais como: a) Potencializa a abertura de novos canais próprios para se comunicar; b) Democratiza o acesso à comunicação mediática historicamente concentrada em conglomerados econômicos; c) Se beneficia da simultaneidade na disseminação de conteúdos; d) Propicia a criação de novos ambientes comunicativos, mais interativos.

Nos contextos de conflito ambiental, essa diferença é fundamental. Grande parte dos desastres socioambientais — como a contaminação de rios por rejeitos de mineração, o avanço do agronegócio sobre áreas de proteção, ou a supressão de nascentes em áreas urbanas — é negligenciada ou minimizada pelos meios de comunicação de massa, quando não completamente ignorada. A comunicação comunitária, ao contrário, amplifica as narrativas locais, transforma os acontecimentos em denúncia pública e, sobretudo, mobiliza redes de solidariedade e resistência.

Para Kaplún (1998), a comunicação popular se realiza no processo de construção conjunta do conhecimento, em que o comunicador deixa de ser apenas um emissor para tornar-se um facilitador de diálogo. Nessa chave, a comunicação é educativa e política ao mesmo tempo, pois permite que os sujeitos reconheçam sua própria voz como parte de um coletivo, e sua experiência como parte de uma luta mais ampla. Essa escuta ativa e a circulação de sentidos tornam-se, então, condição para a emergência da justiça ambiental como prática e não apenas como conceito.

A defesa dos territórios passa, assim, pela defesa da palavra. A comunicação comunitária reivindica o direito de narrar a própria existência, não como objeto da notícia, mas como sujeito da história. Segundo os estudos de Marilena Chaui (2008, p.56), esse pressuposto construído pelas mídias que detém grande poder tem a ver com a hegemonia e na supressão de outras culturas a partir do pensamento de que uma visão do mundo é melhor que a outra. Para a pesquisadora, a noção do primitivo só pode ser elaborada se for determinada pela figura do não-primitivo, portanto pela figura daquele que realizou a "evolução". Isso implica não apenas um juízo de valor, porém mais do que isso, significa que aqueles critérios se tornaram definidores da essência da cultura [...].

Em comunidades rurais, aldeias indígenas, favelas e assentamentos urbanos, meios como rádios comunitárias, jornais de bairro, murais, rodas de conversa, documentários artesanais, redes sociais e arte pública tornam-se instrumentos de visibilidade e preservação, que muitas vezes escapam à lógica institucional e se conectam diretamente com o cotidiano das populações.

Nesse sentido, garantir a existência e o fortalecimento desses meios é também garantir o direito à terra, à água, à cultura e à vida. A comunicação comunitária, quando enraizada no território, é um território em si: espaço de disputa, pertencimento e possibilidade. E por isso, ela não é apenas ferramenta de justiça ambiental — ela é justiça ambiental em movimento.

Considerações finais

Pensar a justiça ambiental a partir da comunicação comunitária é, antes de tudo, um gesto político de reordenação das prioridades epistemológicas e simbólicas da sociedade contemporânea. Num mundo em que a devastação ambiental caminha de mãos dadas com a

concentração de voz, poder e terra, defender o direito à comunicação dos povos é também defender o direito à terra, à água, ao ar, à floresta, ao território como corpo coletivo. A justiça ambiental não se realiza apenas por meio de legislações ou tecnocracias: ela exige uma reconfiguração profunda das formas de escuta e de fala pública.

A comunicação comunitária, nesse sentido, emerge como uma resposta insurgente à invisibilidade imposta pelas lógicas hegemônicas de mídia. Ela não compete com os grandes conglomerados de informação, mas se enraíza onde estes não chegam — ou, se chegam, é para apagar, simplificar ou deformar as vozes locais. A rádio da comunidade, o boletim do assentamento, o mural da escola rural, a conta de Instagram do coletivo de jovens periféricos — todos esses são espaços vivos de articulação política e cultural. Eles não são "alternativos" por estarem à margem, mas porque criam alternativas ao modo dominante de narrar o mundo.

Essa prática comunicacional enraizada nos territórios não apenas amplia o acesso à informação, como também cria repertórios de resistência, fortalece vínculos identitários e permite a construção de futuros possíveis a partir dos saberes locais. É por isso que ela se torna tão central na luta por justiça ambiental: ao mediar a relação entre sujeitos e ambiente, entre linguagem e território, entre experiência e denúncia, a comunicação comunitária constrói novas cartografias de poder e de sensibilidade.

Ao longo deste trabalho, evidenciamos que a justiça ambiental não é apenas uma pauta ecológica, mas uma pauta de direitos, de cultura e de linguagem. E nesse escopo ampliado, a comunicação se torna vetor fundamental para o reconhecimento das diversidades ecológicas e socioculturais. Como afirmou Martín-Barbero (2001), é preciso deslocar o foco dos meios para as mediações — e a mediação

comunicacional, quando realizada a partir do chão da comunidade, carrega em si as marcas da terra, do conflito e da esperança.

Não há comunicação neutra. Toda prática comunicativa implica escolhas: sobre quem fala, sobre quem escuta, sobre o que se mostra e o que se silencia. A comunicação comunitária, ao se posicionar como contradiscurso, como prática autônoma e coletiva, reivindica uma escuta ética e política do mundo. Ela não se limita a dar voz — ela parte do reconhecimento de que a voz sempre existiu, mas foi historicamente negada, desqualificada ou abafada.

Por isso, ao defender a comunicação comunitária como ferramenta de justiça ambiental, este artigo também propõe a urgência de políticas públicas que sustentem essas práticas. Não basta reconhecer a importância desses meios: é necessário garantir sua existência material e simbólica. Isso inclui desde a legalização de rádios comunitárias, o financiamento público e independente de mídias populares, a inserção da educomunicação ambiental nas escolas públicas, até o fortalecimento de redes locais de informação. Sem comunicação livre e plural, a democracia ambiental permanece incompleta.

Ao final, talvez seja possível afirmar que a comunicação comunitária não é apenas uma ferramenta de justiça ambiental — ela é o próprio exercício da justiça em seu caráter mais radical e cotidiano. Quando uma moradora de uma vila costeira denuncia um vazamento de óleo por meio de um podcast caseiro; quando um grupo de estudantes quilombolas documenta o desaparecimento de uma nascente por meio de vídeos produzidos com celulares; quando uma rádio da floresta transmite, em língua originária, informações sobre o avanço do desmatamento — nesses gestos há mais do que denúncia. Há resistência, há reinvenção, há direito à vida sendo enunciado em sua forma mais digna: com voz própria.

Referências

ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (orgs). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.p.18.

BAIENSE, Carla; PITASSE, Mariana; COSTA, Andrew. Entre o comunitário, o popular e o contra-hegemônico: limites teóricos e aproximações cotidianas. **Questões Transversais**: Revista de Epistemologias da Comunicação, São Leopoldo, v. 5, n. 10, 2017.

CABRAL, Adilson; CABRAL, Eula D.T. Cultura e comunicação como direitos humanos: aproximações diante da nova onda neoliberal. **Liinc em Revista**, v.16, n.1, p.1-12, 2020. Disponível em https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5082/4651. Acesso em: 25 jun. 2025.

CABRAL, Eula D.T. Mídia concentrada no Brasil: até quando? **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v.13, n.24, p.48-59, 2017. Disponível em: http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/238/241. Acesso em: 25 jun. 2025.

CHAUI, Marilena. Cultura e democracia. **Crítica y Emancipación**: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales, año 1, n. 1, jun. 2008.

BRASIL. O que é racismo ambiental e de que forma ele impacta populações mais vulneráveis. **Secom**. Disponível em: https://encurtador.com.br/qrQfH. Acesso em: 2 jul. 2025.

KAPLÚN, Mario. **Comunicacion entre grupos**: el método del Cassete-Foro. Buenos Aires: Humanitas. 1988.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**: Industrialização e Urbanização. 5ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Centauro, 2011.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

MORAES, Dênis de. **Crítica da mídia e hegemonia cultural**. Rio de Janeiro: Mauad / FAPERJ, 2016.

PERUZZO, Cicília Maria K. Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa na Era Digital: Entre Utopias Freireanas e Distopias. **Media & Jornalismo**, v. 23, n. 42, p. 23-38, 2023. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/12200. Acesso em: 18 set. 2023

SANTOS, Boaventura de S.. Para além do pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. **Revista crítica de Ciências Sociais**, n. 78, 2007.

SODRÉ, Muniz. Prefácio. *In:* PAIVA, Raquel. **O Espírito Comum**: Comunidade, Mídia e Globalismo. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

SODRÉ, Muniz. Prefácio. *In:* PAIVA, Raquel; DOS SANTOS, Cristiano Henrique R. (orgs.). **Comunidade e Contra-Hegemonia**: Rotas de Comunicação Alternativa. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

Imagens de violência e as mídias do século XXI: como a sociedade reflete nas redes sociais o capitalismo neoliberal

Jader Cleiton Damasceno de Oliveira

Esse texto nasce em um momento histórico de profundas transformações sociotécnicas em paralelo à exponencial escalada da disputa pela hegemonia das IAs, bem como as ameaças e deflagração de ataques militares e mortes em várias partes do globo. Podemos citar dois massivos exemplos midiatizados, a invasão da Ucrânia (iniciada em 2022) e, mais recentemente, ataques a Gaza e Irã (2025).

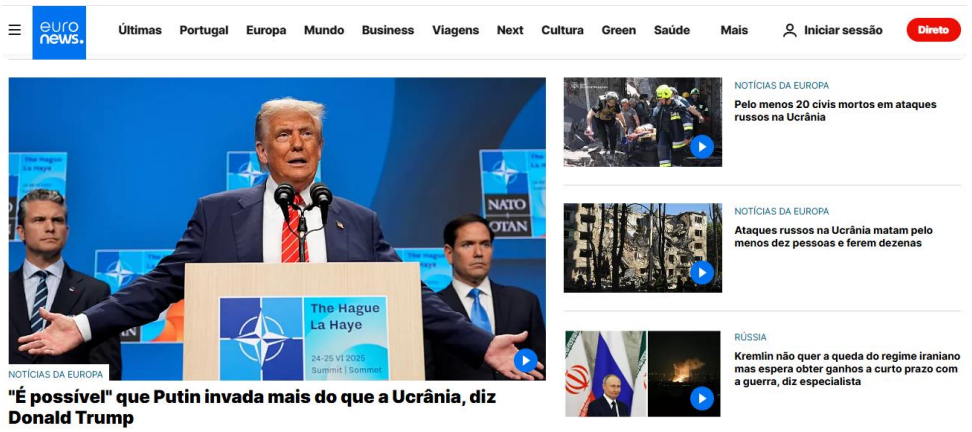
Neste contexto, como humanidade, nunca tínhamos observado tão fria e massivamente a quantidade de notícias jornalísticas (Figura 1) e compartilhamentos de imagens (Figuras 2 e 3) em tempo real, a nossa animalização desnuda. Os dilemas e contradições das democracias modernas ocidentais se assentaram com a chegada das mídias sociais. Tornaram-se visíveis tanto nossos monstros, quanto os desejos utópicos de uma sociedade não violenta.

A convergência promovida pela globalização (Santos; Arroyo, 1997, p. 57) entre redes sociais digitais, dispositivos móveis de espalhamento e o modelo de vida neoliberal ocidental, revela um conjunto complexo de transformações não apenas no campo da comunicação, mas sobretudo no campo sociocultural, onde as contradições sistêmicas e os isolamentos sociais mostram-se mais naturalizados e intensos.

Para isso, é necessário e urgente compreender a cultura do presente em uma esfera outra das ações pontuais e festivas. Ela deve ser

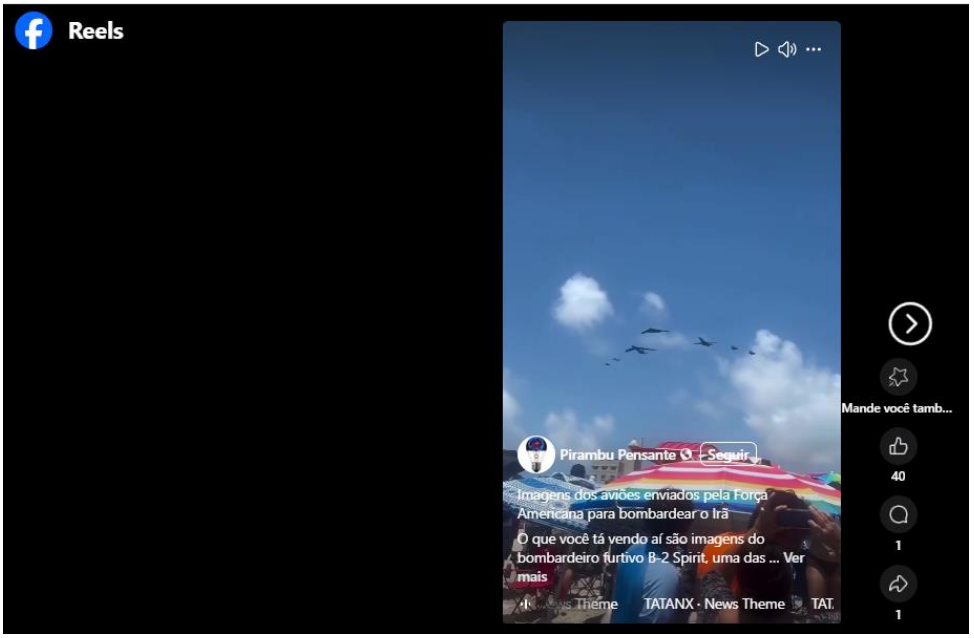
compreendida como rituais cotidianos cristalizados em processos políticos, econômicos e comunicacionais de um povo no tempo em que tanto instituições e sujeitos isolados produzem e reproduzem diversos modelos de violência com naturalidade e frieza. Neste sentido, revelam-se nas mídias digitais sintomas mórbidos de uma tragédia anunciada, tanto na forma quanto no conteúdo, um cenário de manutenção do sistema em relação à materialidade histórica.

Figura 1: Página inicial do Euro.News com inúmeras notícias de guerra e morte (2025)



Fonte: Acervo Digital Euro News

Figura 2: Compartilhamento de imagens dos aviões enviados pela Força Americana para bombardear o Irã no Facebook (2025)



Fonte: Acervo Digital Facebook.

Figura 3: Imagens do Massacre Gaza no Twitter (2025)



Fonte: Acervo Digital do Twitter

Evidenciar o impacto da indústria de tecnologia neste século é sobretudo escancarar a relação entre mídia e política. Dessa forma, destacamos o papel das mídias como um espaço de produção, distribuição e consumo de realidades sociopolíticos onde as violências simbólicas e/ou físicas podem ser — e estão sendo — naturalizadas e perpetuadas. Discutir a mídia enquanto instituição, mas também como amplificadora da globalização neoliberal, é de fundamental importância, tendo em vista o seu impacto na construção do imaginário coletivo e suas implicações na vida cotidiana de todos os cidadãos (Lima Dourado, 2013, p. 18).

A Economia Política da Comunicação (EPC) nos ajuda a compreender a presença das plataformas digitais e o uso massivo de smartphones na reconfiguração das formas de sociabilidade, trabalho, lazer e subjetivação. Neste contexto, torna-se urgente investigar como essas tecnologias têm sido apropriadas pelas sociedades contemporâneas em virtude do projeto neoliberal e como os mesmos operam na formação de sujeitos fragmentados e hiperconectados, consumidores e

produtores de processos políticos agudos de violências contra os sujeitos e direitos.

Propomos investigar de que maneira o uso cotidiano das redes sociais e dos dispositivos móveis de espalhamento contribui para a adequação e alinhamento das formas culturais locais à lógica neoliberal. O objetivo geral é refletir criticamente sobre o papel da comunicação e mídias como reflexos culturais dos nossos modos de vida na atual fase do capitalismo digital.

O uso insensível das redes sociais durante a produção, distribuição e consumo de imagens e narrativas de violências é reflexo da lógica neoliberal na qual corpos, sujeitos e contextos são reduzidos a produtos numéricos capitalizáveis. A análise parte da articulação teórica entre a Economia Política da Comunicação, os Estudos Culturais e a Teoria Crítica da Comunicação. O método adotado é a análise bibliográfica, com base em estudos contemporâneos sobre cultura digital.

A Comunicação, Mídia e Midiatização dos sentidos capturados

A comunicação não é apenas transmissão de informação, mas um processo simbólico e cultural, atravessado por mediações (Martín-Barbero, 2001) que se cristalizam no tempo e consolidam modelos sociais nos quais toda a sociedade será afetada, apesar das suas interseccionalidades e geografias.

> Mais do que objetos de políticas, a comunicação e a cultura constituem hoje um campo primordial de batalha política: o estratégico cenário que exige que a política recupere sua dimensão simbólica – sua capacidade de representar o vínculo entre os cidadãos, o sentimento de pertencimento a uma comunidade – para enfrentar a erosão da ordem coletiva (Martín-Barbero, 2001, p. 15).

No contexto de redes sociais e criadores de conteúdo autônomos, a midiatização das relações sociais, como define Verón (2014), produz

novíssimas formas de presença no mundo. Redes sociais como Facebook, Instagram, TikTok, YouTube e X (antigo Twitter) são espaços audiovisuais simbólicos onde os sujeitos, grupos e instituições performam e constroem identidades e narrativas de si e do outro, muitas vezes moldadas pelas lógicas do mercado dos afetos e da visibilidade ranqueada.

> O crescimento de meios operando através de um novo dispositivo técnico-comunicacional, tipicamente produz efeitos radiais, em todas as direções, afetando de diferentes formas e com diferentes intensidades todo os níveis da sociedade [...]. O caráter radial e transversal dos efeitos produzidos é resultado de sua natureza sistêmica, implicando em uma enorme rede de relações de retroalimentação [...]. resulta que nos últimos dez anos a internet alterou a condição de acesso ao conhecimento científico, dado, instituições e pessoas (Verón, 2014, p. 16-17).

Esses efeitos tendem a se aprofundar à medida que nossa régua social se aproxima das diretrizes centrais do neoliberalismo de precarização e a fragmentação da vida coletiva. Este fenômeno é o que Andreas Hepp (2018) chama de midiatização profunda. Para ele, a condição e ambiência de midiatização profunda é um importante marcador de poder na contemporaneidade e isso implica na tomada de decisões que envolvem muitos campos sociais.

> Ser capaz de se apropriar e se ajustar a certas inovações de mídia significa estar em uma posição de poder, não importa se isso é dentro da família, um grupo de amigos ou em certas organizações. [...] A midiatização não é um processo homogêneo, mas difere muito de uma área para outra. É um fenômeno específico de domínio (Hepp, 2018, p. 22).

Economia da comunicação em um mundo plataformizado

A Economia Política da Comunicação (EPC) destaca o papel estruturante da economia na produção e circulação dos bens simbólicos. Segundo Smythe (1981), o "público como mercadoria" é parte central para compreender a comunicação de massa no modelo clássico, mas sobretudo no modelo contemporâneo, onde o público também é produtor ativo de informação e sentido dessa mercadoria. No capitalismo de plataformas, a mercantilização atinge também os dados pessoais, o tempo de atenção e a própria subjetividade, deixando de ser coisa para ser processo (Poell et al. 2020, p. 4).

Nesta lógica, Helena Martins (2022, p. 6) aponta que as plataformas operam como centrais de expropriação de valor cultural, articulação comunicacional, vigilância e, sobretudo, lucro. A autora aponta que a perspectiva cultural é importante sinalizador das reconfigurações sociais provocadas pela presença das plataformas no modelo de organização ocidental. Elas atuam em movimentos de retroalimentação sistêmica, à medida que contribuem com as transformações, ela sofre mutações consideráveis em virtude de seu interesse capital.

Sob as lentes de Andrade (2015, p. 52), "[...] a EPC tem numerosos interesses temáticos, grande parte envolvendo as transformações contemporâneas advindas da reconfiguração capitalista de modo global", alimentado pelo seu discurso de progresso e modernidade inevitáveis.

A partir da comunicação crítica, as imagens, especialmente as de guerra, violência e barbárie, devem ser lidas como um ato sociopolítico carregado de sentidos, emoções e posicionamentos ideológicos. E, por não serem neutras e fazer parte desde sua origem na construção ativa da narrativa midiática, as imagens sociais devem ser consideradas partes

fundamentais dos processos de mediação (Martín-Barbero, 1997, p. 44).

As imagens fotográficas, em diferentes dispositivos e suportes, como jornais, redes sociais ou documentários, produzem muito mais que recortes do tempo. Elas formam parte de um mosaico pelo qual os acontecimentos serão compreendidos, legitimados ou contestados.

Assim, podemos dizer que as imagens fotográficas estão na comunicação relacionadas a suas múltiplas camadas de sentido que ora podem ser atreladas à materialidade, ora a nuances da subjetividade.

Nesta pesquisa focaremos no papel material-histórico pelo qual as imagens de violência estão atreladas como uma das faces deste novíssimo momento do sistema capitalista, onde todos nós estamos sujeitos a ser coautores do sistema de opressões e violência.

O *ethos* das imagens na sociedade midiatizada e plataformizada.

A busca por sentidos em um mundo cada vez mais fragmentado e descolado da concretude espírito da modernidade clássica tem sido substituída e/ou dissolvido exponencial e progressivamente em direção à universalização pasteurizada (Kosík, 1969, p. 65).

Compreender a cultura como campo de lutas sociais por significado é fundamental para compreender as políticas e a comunicação pós-revolução industrial.

No sistema capitalista, o sujeito é convocado a gerir sua própria vida como um empreendimento de si, bem como interatuar no mundo que o cerca. Essa racionalidade se expressa na cultura digital através do culto à performance, à produtividade e à imagem.

Atualmente influenciadores digitais representam o padrão a ser atingido como desempenho. Esse modelo de sujeito que monetiza afetos, estética e cotidianos, independente das marcas sistêmicas promovidas em diferentes camadas e extratos sociais.

A violência presente na comunicação produzida nas redes e plataformas pode tratar-se do que Han (2015) identifica como a natureza violenta do próprio sistema capitalista neoliberal. Para ele a "sociedade do desempenho" (Han 2015, p. 20) é forma especificamente social, resultante da exploração dos sujeitos e contextos subjetivos; a autoexploração da vida banal enquanto modelo de negócio estimulado pela positividade da recompensa material e financeira conquistada individualmente vendida pelo capital plataformizado. A cultura do tempo, capturada em múltiplas telas e compartilhada indiscriminadamente, naturaliza rastros de agressões.

A violência fotografada, filmada e espalhadas em rede atua como atestados das nossas experiências vividas — ou aproximadas — em busca das gratificações publicizadas cotidianamente pelo próprio sistema. Elas representam a experiência das mídias digitais onde todos são produtores de conteúdo "autônomos", e por tal, estão aptos a performar relevância independente das questões sociais e morais que atravessam as suas lentes.

Sontag (2004) fala que as imagens fotográficas, apesar de soarem como resultados ingênuos e banais da cotidianidade dos sujeitos comuns, podem representar muitas camadas e revelar-se como fragmentos históricos sociopolíticos carregados de informações sociais.

> [...] tirar fotos é um evento em si mesmo, e dotado dos direitos mais categóricos – interferir, invadir ou ignorar, não importa o que estiver acontecendo. [...] torna fácil sentir que qualquer evento, uma vez em curso, e qualquer que seja seu caráter moral, deve ter caminho livre para o prosseguir até se completar – de modo que outra coisa possa vir ao mundo: a foto (Sontag, 2004, p. 21).

As imagens e notícias, outrora produzidas e mediadas por jornalista seguindo um pretenso código ético, disputam as atenções com conteúdo algorítmicos e personalizados ao desejo do freguês, também

comerciante. Plataformas como Facebook, Instagram, YouTube e mais atualmente TikTok, moldam o consumo de notícias, criando bolhas informativas, agrupam coletividades e distorções à esfera pública com base na mineração de dados sociais de todo o globo conectado à rede.

A lógica do capital plataformizado interfere em vários ambientes e esferas da sociedade, criando assim um imaginário visual, linguístico e político que exige cada vez mais adaptações rápidas aos padrões de recompensas a uma mentalidade métrica (Bolin, 2020, p. 2) exigida pelo sistema.

Desta forma as fotografias de tragédias e violências podem atuar, em duas camadas, com a técnica que envolve métodos, aplicações, estilos e ponto de vista estético e/ou político, operando dispositivos de poder sobre o fato histórico. Esse último ultrapassa a mera documentação histórica do acontecimento, tornando-o um fenômeno a ser desejado por massas de curiosos em escalas ainda maiores que as do século passado, quando a fotografia digital é introduzida e ganha destaque. Para Benjamin (1987), a captação das imagens deve ser analisada criticamente, pois elas são capazes de pegar uma ação, mas não os fragmentos e atitudes das mesmas.

> A natureza que fala à câmara não é a mesma que fala ao olhar; é outra, especialmente porque substitui a um espaço trabalhado conscientemente pelo homem, um espaço que ele percorre inconscientemente (Benjamin, 1987, p.94).

Em todo o processo de produção, reprodução e consumo das fotografias de destruição, dor, sofrimento e violência, as imagens estão produzindo um imaginário pedagógico com base no visual. Esse imaginário impacta frontalmente as coletividades sobre a produção de uma dualidade moldada em inimigos e heróis. Deixando de lado a presença das vítimas e naturalizando a existência de copos desumanizados, violáveis e matáveis.

Sontag (2025, p. 66) afirma que as novíssimas mídias são parte fundamental para pensarmos este fenômeno. Para ela, as "tecnologias mais recentes proporcionam uma alimentação incessante: todas as imagens de desgraça e de atrocidade que conseguirmos ver, no tempo que conseguirmos arranjar".

Ainda segundo Sontag (2025, p. 68), o contato reiterado com imagens pode dessensibilizar a sociedade, tornando a violência algo banal. Neste contexto, a mídia é um importante intensificador para a utilização do horror em um conteúdo digno de consumo, ao passo que capitalizam a violência ao apagar ou diminuir as questões éticas e políticas dos conflitos compartilhados em rede. Assim, as imagens atuam no cotidiano social tanto como documentação histórica quanto instrumento de barbárie replicável. Todos esses fatores mencionados, a) fragmentação e individualização das experiências; b) diluição do espaço-tempo; c) avanços técnicos e d) capitalização da violência, reforçam marcadores sociais voltados a desigualdade geopolítica histórica com base em uma forma de olhar ocidentalizada, na qual certos corpos podem ser mais expostos e violáveis do que outros.

As redes sociais como dispositivos neoliberais e o sujeito neoliberal nas redes

As redes sociais não são apenas ferramentas de relação, interação social, mas tecnologias de poder que modulam condutas e reorganizam sistemas culturais complexos. O Instagram, por exemplo, premia estéticas da produtividade organizada milimetricamente, corpos saudáveis, viagens, empreendedorismo dos sujeitos individualizar. O TikTok incentiva financeiramente via abrangência das performances curtas com potencial virulento que frequentemente reproduzem valores do mercado e/ou atacam os direitos humanos.

No sistema de likes, seguidores e comentários, sustenta uma dinâmica de capitalização dos alcances em detrimento dos conteúdos e violações sociais. As tecnologias, como nos aponta Sherry Turkle (2011), em seu artigo "Sozinhos Juntos: Por Que Esperamos Mais da Tecnologia e Menos Uns dos Outros", a tecnologia e suas possibilidades, apesar de horizontes de avanços sociais, também tem criado abismos cognitivos e políticos com real impacto nas nossas formas relacionais, pois estão já se condensaram extensões corpo-mente das nossas sociedades.

Em um ambiente infocomunicacional dominado por lógicas algorítmicas onde a "tendência a transformar tudo em mercadoria, mas com anabolizantes" (Morozov, 2018, p. 22) as imagens são produzidas e consumidas em alta velocidade, frequentemente esvaziadas de contexto, reforçando o que Galtung (1990) alcunha por cultura da violência. Para ele a é um catalizador onde a sociedade "[...] prega, ensina, adverte, incita e nos induz a ver a exploração e/ou a repressão como normais e naturais" (Galtung, 1990, p. 295).

A digitalização, ao dissolver as fronteiras entre trabalho e lazer, criou um estado de permanente disponibilidade a ser compartilhado e visualizado. Subtraído a relevância dos direitos humanos e suas civilidades em busca de capitalizar a dor coletiva.

O modo de vida conectada é também uma vida mensurada e vigiada, na qual dados-chave como palavras, localizações, preferências e comportamentos nutrem os sistemas algorítmicos e naturalizam as barbáries. Como já nos dizia Benjamin (1987, p. 225) em "Magia e técnica, arte e política", "nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie".

Se for dessa forma, ao experienciarmos novas formas culturais, suas experiências e suportes, estamos imediatamente presenciando as estruturas movimentarem suas garras virulentas sobre as pautas sociais à

medida que as naturalizam como práticas desumanas aceitáveis e admissíveis de replicabilidade. Assim, a monetização da vida violentada por imagens torna-se critério de valor social aceitável.

Considerações finais

Este artigo buscou refletir de forma crítica como as redes sociais e dispositivos móveis se articulam ao projeto de manutenção neoliberal de naturalização de práticas culturais violentas a partir do uso irrestrito de imagens estáticas e de movimento em redes sociais digitais. Um dos mecanismos para o êxito desta forma cultural está atrelado à sua capacidade de condicionar na sociedade tanto o sentimento de participação via métricas e alcances algorítmicos, quanto a promessa de recompensas simbólicas e materiais.

Observou-se que, através da ausência ética nas imagens mediadas por sujeitos comuns nas redes sociais, valores como autonomia, produtividade e visibilidade são capturados pelo mercado das plataformas sem qualquer relação com as pautas de direitos humanos e responsabilidade social. Esse caminho acaba promovendo uma naturalização de posturas violentas e alimentando novos sentidos sociais.

Neste sentido, fica evidente que tanto a divulgação quanto a anestesia social diante das realidades barbaras são reflexos da forma material na fase atual do capitalismo neoliberal em que nos encontramos. Assim, as imagens de violência e barbárie, portanto, não apenas informam, ela configura formas de ver, sentir e agir no mundo.

Outro indicador deste fenômeno é a falta de legislação e debate sobre a responsabilidade e responsabilização das plataformas digitais como espaços de reprodução da racionalidade neoliberal comprometida com a barbárie indiscriminada, mesmo podendo conter potencialidades contestadoras desde que analisadas de forma situada e crítica.

Apontamos a necessidade de mais estudos voltados para o uso político e econômico da cultura, no qual processos e práticas artísticos estejam sendo usados como instrumentos de manutenção do sistema de opressões. Neste sentido, a fotografia desempenha um papel central na construção simbólica dos conflitos e contradições contemporâneos, operando não apenas como registro visual, mas como linguagem carregada de ideologias.

A partir de uma perspectiva da crítica da cultural no centro dos estudos de EPC, as imagens categoricamente não são neutras, elas produzem narrativas que capturam a face do tempo bem como a percepção pública sobre quem pode ser visto como vítima, inimigo e/ou herói, reproduzindo desigualdades raciais, geopolíticas e culturais numa lógica maniqueísta binaria ocidental.

Compreendemos que a exposição recorrente à dor e sofrimento do outro pode resultar na produção de densas aglomerações sociais anestesiadas e antipáticas à realidade de grupos vulneráveis. A banalização da violência e a naturalização da barbárie no cotidiano social podem ser importantes caracterizadores de uma lógica sistêmica que opera no limite da dor para a manutenção do *status quo*.

Dentro do campo da comunicação, as fotografias de violências sociais atuam como dispositivo de mediação que estruturam os fluxos de informação e emoção nas sociedades midiatizadas alimentadas pelos algoritmos de atenção e alcance.

Nesta temporalidade de redes sociais digitais e consumo acelerado, as fotografias e vídeos circulam frequentemente descaracterizadas de realidade enquanto fato, o que acaba promovendo a espetacularização da dor a partir da produção de sentidos orientados por interesses econômicos. Essa lógica midiatizada das experiências coletivas influencia não apenas a opinião pública, mas também as formas de engajamento político institucional e as políticas de memória social.

Entretanto, por outro lado, as imagens também podem ser percebidas como ferramentas de resistência social via técnicas de cultura e comunicação. Fotógrafos amadores, artivistas e coletivos têm proposto novos usos e olhares aos enquadramentos hegemônicos. A produção de arte de guerrilha é um dos importantes exemplos enquanto projeto de denúncia contra as violações dos direitos civis e humanos ao questionar as narrativas dominantes e suas técnicas de violência.

A partir do encontro entre crítica cultural e economia política da comunicação, permitiu-se compreender o impacto profundo dos usos da fotografia no cotidiano midiatizado.

Propomos que futuros estudos sobre cultura, imagens e violências no digital posam aprofundar essa investigação a partir de estudos de casos mais pontuais capazes de, ao produzirem levantamentos de ações, encontrar experiências e técnicas práticas bem-sucedidas, fortalecendo os campos sociais e comunicacionais ao criar um banco de resistências replicáveis.

Indicamos que outras investigações sobre o tema podem seguir o caminho a partir de estudos de casos mais pontuais com a participação de sujeitos ou o uso de métodos netnográficos (Fragoso et al., 2011, p. 194), contribuindo para reflexões ainda pouco presentes no campo da Economia Política da Comunicação. Essas tangentes transdisciplinares fazem-se necessárias, de modo a jogar luz sobre as diferentes intensidades das crises geradas pelas plataformas e o neoliberalismo.

Referências

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política.** Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas. Vol. 1. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOLIN, Göran. **A mentalidade métrica:** vida social em cenários de mídia datafiados. Sapiens Midiatizado – Conhecimento Comunicacional na Constituição da Espécie, 2020.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet.** Porto Alegre: Sulina, 2011.

GALTUNG, J. Cultural Violence. **Journal of Peace Research**, v. 27, n. 3, p. 291-305, 1990. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/423472. Acesso em: 12 jun. 2021.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço.** Editora Vozes Limitada, 2015.

HEPP, Andreas; BREITER, Andreas; HASEBRINK, Uwe. **Figurações comunicativas:** Transformando comunicações em tempos de profunda midiatização. Springer Nature, 2018.

KOSÍK, Karel. **Dialética do Concreto**: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**. Comunicação, cultura e hegemonia. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

MARTÍN-BARBERO. Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação. cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1997.

MARTINS, Helena. A vigilância no capitalismo contemporâneo: Olhar desde a Economia Política da Comunicação. **E-Compós**, v. 25, 2022. Disponível em: https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2592. Acesso em: 30 jun. 2025.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização. **Revista Fronteiras**, v. 22, n. 1, 2020.

SANTOS, Milyon; ARROYO, Mônica. Globalização, Regionalização: a proposta do MERCOSUL. *In:* **Indústria e globalização da economia**. Brasília: Sesi – DM, (Caderno Técnico; 24), p. 55 – 65, 1997.

SMYTHE, Dallas W. **Estrada da dependência**: comunicações, capitalismo, consciência e Canadá. Norwood, NJ: Ablex, 1981.

SONTAG, Susan. **Diante da Dor dos Outros**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2025. E-book.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004.

TURKLE, Sherry. Sozinhos **Juntos**: porque esperamos mais da tecnologia e menos uns dos outros**.** Nova York: Basic Books, 2011. Disponível em**:** https://escholarship.org/content/qt35k2p4b6/qt35k2p4b6.pdf. Acesso em: 5 dez. 2024.

VERÓN, Eduardo. Teoria da midiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. **Matrizes**, v.8, n.1, São Paulo: ECA/USP, 2014.

A New Data Imperialism: Trump's Tariff Threats Against Countries Seeking to Regulate Platforms

Gilberto Scofield Jr.

The study of the complex and multifaceted relationship between technology and power has gained priority contours over the past few years, as techno-media platforms have assumed a central role in shaping contemporary dynamics of social and political interaction and influence (Morozov, 2018). They have also become the main channel through which news consumers obtain information today (Newman *et al.*, 2025). The transition, from a socio-communicational point of view, was significant: from a media environment still guided by the logic of the traditional mass society, dominated by communication conglomerates responsible for curating information flows, to the emergence of a network society (Castells, 2009), characterized by greater horizontalization of communicative exchanges (Martino, 2015) and, more recently, by the consolidation of techno-media oligopolies in an environment of networked digital disinformation often used as a resource to protect or promote the interests of certain fractions of the ruling classes (Schneider, 2022).

In this fragmented ecosystem, where the interests of content producers or the algorithms that distribute them are often unclear, platforms such as Facebook, Instagram, X, TikTok, as well as search engines like Google and messaging apps like WhatsApp and Telegram, have profoundly redefined the ways in which social, cultural, and symbolic capital are distributed and valued (Poell; Nieborg; Van Dijck,

2019). Adding to these dynamics is an unprecedented acceleration in informational circulation circuits (Braga, 2017), in which the viralization of content emerges as a central strategic objective. This logic is sustained by mechanisms that, by stimulating continuous user engagement via algorithms, enable massive monetization of data and social interactions of vast populations (Zuboff, 2021), even exacerbating polarization (Nunes; Traumann, 2023) and creating real threats to democratic systems worldwide (O'Neil, 2021).

The intrinsic algorithmic functioning of these techno-media platforms, combined with the dissemination of sponsored content, plays a decisive role in the redistribution of symbolic capital (Bourdieu, 1989), creating new forms of domination and social recognition (Charaudeau, 2022; Wardle, 2019). New forms of mediation are underway, which nevertheless have some characteristics similar to those problematized by Martin-Barbero (2015) - a phenomenon, permeated by cultural and social dynamics, involving the interrelationship between technology, meaning-making, and communicative practices. Advancing this discussion, Hjarvard (2016) introduces a dimension of technicality that further complicates everyday interactions. As a result, techno-media platforms assume a bigger role in the constitution of contemporary public opinion (Martino; Marques, 2020). Van Dijck (2006) reinforces this perspective by arguing that these digital spaces function as arenas of social influence, where visibility and content sharing operate as central mechanisms, challenging traditional models of public opinion formation. Or, as Mesquita (2025) puts it, *Big Techs* have achieved near-total control over society's information flows and, consequently, over public debate.

Technology and Power

Dias (2021), when analyzing the concept of technoscience, observes that society's daily interaction with technological devices and programs places technology in a central role regarding economic development and notions of prosperity today, as it permeates not only daily life and the social fabric but also public systems (digitalized and interconnected) and the production-distribution-consumption chains of goods and services. The mechanistic and utilitarian view of technology in a neoliberal capitalist environment underpins values typical of contemporary societies (rationality, productivity, efficiency, speed, competitiveness, among others), which begin to be evaluated from the perspective of technological development. In other words: a country only grows when it applies technology to public and private processes while, at the same time, relegating—or simply rejecting—anything that might delay technological adoption:

> Technoscience (the inseparable union of science and technology under the command of capital), imbued with these values, is a powerful force (though not the only one, of course) that produces a particular ordering of the contemporary world. Through technoscience, speed and efficiency are put at the service of the imperative of profit maximization. Worker well-being, social justice, ecosystem preservation—in short, perspectives of sustainable development in its various dimensions—are compromised by this condition. (Dias, 2021, p. 56, own translation).

The processes of globalization and financialization, expanded with the strengthening of capitalist neoliberalism still in the 20th century, are framed by Cassolato *et al.* (2025) as the backdrop for the expansion of a technological determinism and imperative that have always been accompanied by references to utopian possibilities: eventual reductions in working hours, use of shared knowledge,

empowerment of peripheral groups, among other scenarios never fully realized or only partially implemented. To this end, economic elites have taken advantage of this narrative to expand power in an unregulated environment, culminating in the control of data and information by a select group of large digital corporations—and their monetization—seeking profit maximization through the exploitation of personal data.

The domination of technology, affirms Sergio Amadeu da Silveira in the preface to the book *Political Economy of Data and Digital Sovereignty* (2025), has always been linked to political, cultural, and economic power: "controlling data, processing infrastructure, and patenting technoscientific knowledge, especially AI, is part of the current geopolitical and economic landscape" (Silveira, 2025, p. 10). Martins and Sardinha (2024) observe that, given this technological power placed in the hands of a group of companies—mostly American—a growing concern has emerged among scholars of the Political Economy of Communication regarding national sovereignties. It is clear that national control of certain technologies ensures a level of autonomy over who—governments, corporations, civil society institutions, and society itself—holds power over the circulation of data and the data itself, compared to those who depend on oligopolies to manage that data.

> Given the digital dominance (Moore; Tambini, 2018) operated by a few essentially North American platforms, there is a growing appeal for national sovereignty, not only from countries seeking relative cultural autonomy, such as China (Bolaño, 2023), but also from those that actively participated in the neoliberal market-opening project, like the European Union countries, which have identified digital sovereignty as a strategic agenda of the present (Perarnaud, 2024). This call is also growing in Brazil. In the country, the Brazilian Artificial Intelligence Plan (PBIA),

> launched in August 2024, points out that national control of this technology can help Brazil achieve digital sovereignty (Martins; Sardinha, 2024, p. 20, own translation).

José Francisco Cassino (2021) cites Couldry and Mejias (2018) to conceptualize this reality from the perspective of data colonialism, which combines the exploitative practices of classical colonialism with the datafication and platformization already mentioned above in the new network society. In this new appropriation, the control of information flows of people, corporations, institutions, and governments "becomes part of informational connection infrastructures" (Cassino, 2021, p. 27), also transnational, part of the concept that Zuboff (2021) calls "surveillance capitalism."

The high capacity to cause instability that characterizes contemporary communication ecosystems makes it imperative to develop and implement legal mechanisms aimed at reducing their effects on the public debate space and social integrity (Träsel, 2024). This need becomes even more relevant in light of the orchestrated dissemination of intentional disinformation strategies and the amplification of hate speech marked by a strong emotional charge (Rêgo; Barbosa, 2020). The planned and recurrent spread of disinformation and hate manifestations in digital media is defined by Schneider (2022) as Networked Digital Disinformation (DDR), a formulation that distinguishes it from traditional models of collective manipulation, although they share certain characteristics. Bezerra (2024), addressing this discursive configuration, argues that it is not an isolated or episodic occurrence but an ongoing process whose developments are even more disturbing: the hypertrophy of hate and, as a derived consequence, the atrophy of reason. This movement, according to the author, "blocks reflection, consideration, balance, and

the reasonableness of thought" (p. 74), directly compromising the rational pillars that sustain public debate in a democratic society.

The Challenges of (Non-)Regulation

The theoretical framework previously discussed has been widely employed by proponents of regulation, as evidenced, for example, in the context of the European Union (EU). Although the guidelines established by EU Competition Law have, on different occasions, been directed at techno-media platforms, the existing legal apparatus has proven insufficient to satisfactorily contain the abusive conduct perpetrated by these corporations (Lomas, 2024). Such conduct includes the excessive use of market power, the circulation of disinformation and hate speech, as well as the adoption of unfair commercial practices. Faced with the rapid expansion of these companies and their progressive incorporation into the daily lives of much of European society, the European Commission concluded that it was essential to formulate a new regulatory framework capable of responding to the various challenges associated with the activities of *Big Techs*. A broader regulatory package was created under the banner of "A Europe Fit for the Digital Age,"[1] a program consisting of more than 15 legislative proposals, including, among others, the Digital Services Act (DSA)[2], the Digital Markets Act (DMA)[3], the Artificial Intelligence Act (AI Act)[4], and the Data Governance Act (DGA)[5]. The two main legislative pillars—the DMA and the DSA—were published in 2022.

[1] Available at: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/europe-fit-digital-age_en

[2] Available at: https://publications.europa.eu/resource/cellar/3ff67256-55c4-11ed-92ed-01aa75ed71a1.0006.01/DOC_1

[3] Available at: https://digital-markets-act.ec.europa.eu/index_en

[4] Available at: https://artificialintelligenceact.eu/

[5] Available at: https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/policies/data-governance-act

The Brazilian government's initiatives aimed at creating legal instruments to regulate *Big Techs* have, for several years, faced significant opposition. This resistance is not limited to the technology companies themselves but extends to different sectors of power, both nationally and internationally, which take advantage of the lack of regulation to implement disinformation tactics and stimulate polarization to benefit individual projects or specific interests (Feldman, 2024). The expectation of containing the circulation of fake news through Bill No. 2630, widely known as the Fake News Bill (Brasil, 2020), proved frustrating after prolonged years of heated debate and the subsequent shelving of the proposal. It is worth noting that the regulation initiative did not even address aspects related to the economic concentration of power by techno-media platforms, with its focus restricted to social effects and repercussions on public debate.

Currently, the debate on the subject in Brazil unfolds across three institutional spheres: the Executive, the Legislature, and the Judiciary. In the Federal Supreme Court (STF), the constitutionality of Article 19 of the Civil Rights Framework for the Internet is under review, with a majority of votes already consolidated in favor of recognizing the responsibility of techno-media platforms for content posted by third parties (Lacerda, 2025). In the National Congress, two legislative proposals are pending, while the Executive Branch is working on drafting two bills. In December 2024, federal deputies Silas Câmara (Republicans-AM) and Dani Cunha (União-RJ), both linked to center-right parties, introduced Bill No. 4691/24, called the "Law for the Protection of Constitutional Freedoms and Fundamental Rights" (Brasil, 2024). Silas Câmara, who has presided over the Evangelical Parliamentary Front since 2024, and Dani Cunha, daughter of the impeached former Speaker of the House of Representatives Eduardo Cunha, both evangelicals, have taken leading roles in driving this

legislative initiative. Traditionally, the so-called "Bible Caucus" has opposed Bill No. 2630/20, popularly known as the "Fake News Bill," which gives significant political weight to the participation of its members in constructing a new proposal to regulate techno-media platforms (Rittner, 2025).

Träsel (2025) analyzes Bill 4691/24 and states that the proposal's content totals 11 pages and 22 articles, compared to the 48 pages and 60 articles of the previous Bill 2630. The textual overlap between the two texts does not exceed 5%, indicating that much of the public debate that served as the basis for the drafting of the report by Deputy Orlando Silva, responsible for the original text, was disregarded by the authors of Bill 4691. One notable omission is the concept of the "duty of care," a provision that requires techno-media platforms themselves to moderate content that constitutes offenses with significant social impact (crimes against the Democratic Rule of Law, acts of terrorism and preparations for terrorism, crimes of inducement, instigation, or assistance to suicide, among others). Without this obligation, Träsel calls the proposal a "toothless law." Another front in the Legislature is Bill No. 2768/22 (Brasil, 2022), which seeks to grant the National Telecommunications Agency (Anatel) the authority to regulate the operation and functioning of techno-media platforms operating in Brazil.

In the Executive branch, the agenda for digital platform regulation has been developing along two distinct fronts. One of them is being led by the Ministry of Justice, through the Secretariat for Digital Policies (Sedigi), which coordinates an interministerial group dedicated to the subject. This proposal is centrally guided by the supervision of digital services, with special attention to guaranteeing consumer rights, placing the direct application of sanctions on techno-media platforms in the background (Caetano, 2025). The draft text seeks to create mechanisms that expand transparency in interactions with social media

users. Among its main points are the requirement for more accessible language in terms of use and the obligation to explicitly label content of an advertising nature. In parallel, the Ministry of Finance is developing a second normative proposal, which focuses on the economic and competition-related aspects of the sector. This second project proposes the expansion of the prerogatives of the Administrative Council for Economic Defense (Cade), granting it greater authority to investigate anti-competitive practices and to establish new regulatory responsibilities for technology companies. The declared objective of this initiative is to strengthen Cade's role in preserving competition and preventing abuses of economic power by large digital corporations (Caetano, 2025).

A New Data Imperialism/Colonialism

It is important to emphasize that any regulatory proposal currently under discussion in Brazil must take into account the fact that these techno-media platforms operate within a capitalist context, in which alignment with influential political groups often constitutes an essential business strategy (Morozov, 2018). A striking example of this logic is the announcement made earlier this year by Mark Zuckerberg, CEO of Meta, informing the termination of fact-checking activities on the platform—a move that echoes Elon Musk's adoption of so-called "community notes" on his social network X (Narazaki *et al.*, 2025). Another episode illustrating this dynamic was the $1 million contribution made by each of the major U.S. technology giants to Donald Trump’s inauguration ceremony (Day, 2025). These cases reinforce the perception that, within the capitalist logic prevailing in Washington, the non-implementation of regulations is seen as the most convenient choice to ensure profit maximization and the maintenance

of corporate power both within the United States and in the international arena (Montanini, 2025).

In February 2025, Donald Trump's administration in the United States published a memorandum[6] detailing the actions it intends to take should other countries impose regulatory obstacles on American technology and digital innovation companies operating in their territories. This document marked the beginning of an official policy aimed at curbing international initiatives to regulate techno-media platforms (Urupá, 2025). Although the guidelines primarily target the European Union, they extend to any state that implements similar restrictions. The Trump administration's statements have been characterized by a strongly critical tone, especially directed at proposals involving measures such as network usage fees, taxes on streaming services, and regulatory rules that include sanctions related to transparency and content control in the digital environment.

This controversy also encompasses the role of the Brazilian Supreme Federal Court (STF) regarding techno-media platforms—with particular attention to the case on Article 19 of the Brazilian Civil Rights Framework for the Internet—especially concerning content removal and user accountability. The U.S. government, through the State Department, has expressed concern over what it considers censorship and interference with freedom of expression, even going so far as to announce visa restrictions for foreigners involved in such actions (Chaib, 2025). Estima (2025) refers to this alliance between Donald Trump's government and the U.S. tech giants as the creation of an institutional-political-ideological support system against any form of democratic platform regulation, labeling it a form of techno-regulatory denialism. This phenomenon is analogous to the traditional

[6] Available at: https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/02/defending-american-companies-and-innovators-from-overseas-extortion-and-unfair-fines-and-penalties/

historical colonialism exercised by the Global North, which depended on territorial and infrastructural ownership and control, the extraction of labor, knowledge, and commodities, and the exercise of state power. Today, however, it operates in the technological domain—through the capture and commercialization of data, ownership and operation of large communication infrastructure such as undersea cables and satellites, the manipulation of perceptions in digital environments for purely economic interests, as well as the ownership of massive datasets by large technology corporations. According to Estima (2025):

> (...) the adjective techno-regulatory emphasizes not only that it is a form of denialism seeking to reject democratic regulations but also that it involves the defense of another type of regulation. (...) For what is not regulated by law is being disciplined by the logics embedded in technologies. One of the main powers of digital platforms lies in their ability to mediate broad sectors of society until regulating their effects becomes a challenge with social and political costs that can no longer be ignored. But while these effects remain unregulated, their terms of use, interfaces, privacy policies, business models, and algorithms regulate society in a broad sense. Technologies and corporations redefine socioeconomic logics in pursuit of reproducing their market-driven logics. The race to avoid regulation, paradoxically, is a race over who (or what) will exercise greater regulatory power over the world: whether it will be society or the technology oligopolies (Estima, 2025, own translation).

Martins and Sardinha (2024) observe that American data imperialism/colonialism developed as a result of state-supported encouragement of internet commodification. They argue that today geopolitical rivalry revolves predominantly around control over information and communication technologies. This scenario is particularly evident in disputes between the United States and China

over the so-called fifth-generation internet (5G) and, more recently, artificial intelligence (AI). In addition to attempts to block Chinese companies from operating in the U.S. market—a movement mirrored by China's restrictions on U.S. companies—during Donald Trump's administration, there was strong pressure for trade partners such as Canada, New Zealand, Australia, and the European Union to ban the use of equipment manufactured by Huawei, a Chinese company that holds a prominent position at the forefront of this emerging technology.

Sovereign Issues

Silveira (2021) highlights four important issues that need to be addressed despite all attempts by American neoliberal informational capitalism, organized around the data economy, to mask them in some way:

- The belief that companies and techno-media platforms are neutral and do not interfere in daily life;
- The doubt about the existence of local and national negative consequences arising from the use of technological structures (from data centers to data management programs) by corporations, given that they comply with contracts;
- The idea that the effects of data capture and use for market-oriented purposes have the same impacts in Global North countries as in Global South countries;
- The question of whether it would be possible to create and develop Brazilian computational intelligence, advancing algorithmic sovereignty and understanding technology as a free, non-proprietary knowledge.

In 2024, the Ministry of Management and Innovation in Public Services (MGI) signed Technical Cooperation Agreements (ACTs) with Dataprev and Serpro (which manages the database of the Gov.br Portal) with the aim of enabling the provision of cloud computing services for the Federal Government, known as the Sovereign Cloud (Gestão assina..., 2024). According to the government, this cloud model, officially launched in June of that year, allows public agencies to use data in an integrated and secure manner and represents an important step towards the construction of the so-called National Data Infrastructure (IND), a set of guidelines, public policies, technical architectures, standards, technological tools, and information assets aimed at promoting the strategic use of data under the responsibility of federal government bodies and institutions. At the time, it was stated that the implementation of the IND would ensure the security and sovereignty necessary for the country to expand the strategic use of information to improve public services, enforce rights, and combat fraud. At the same time, the announcement celebrates—within the same IND implementation project as support—the contracting of cloud services from major international American and Chinese technology corporations, such as Amazon Web Services, Google, Huawei, and Oracle.

Cougler (2025) recalls these partnerships and highlights that in May 2025, Finance Minister Fernando Haddad announced a proposal to exempt Big Techs from taxes to encourage them to build data centers in Brazil, without making clear the benefits for the country. He argues that the contracts lay bare the country's dependence on these major corporations and do not encourage, in the case of data centers, the construction of such centers with Brazilian technology, which would be more strategic. For him, "this is an asymmetric relationship in which the country acts as a passive client, while technical and commercial

decisions continue to be made abroad." In a lecture at the University of Brasília, Belarusian researcher Evgeny Morozov (Léon, 2023) argued that countries like Brazil should pursue technological autonomy by developing their own digital techniques and infrastructures so as not to depend on foreign Big Techs. He stated:

> In essence, we are becoming increasingly dependent, paying more and more for services and infrastructures that, ideally, should be developed under a different model. They should be developed under the control of the country that consumes them, just as we wish to have control over our fundamental infrastructures, such as oil and electricity (Léon, 2023, own translation).

Final considerations

Brazil's dependence on foreign technologies and the lack of regulations over the digital ecosystem owned by the technical-media platform oligopoly based in the United States and China place the country in a vulnerable position regarding its digital sovereignty. Lastres *et al.* (2025) observe that, by privatizing the country's digital infrastructure through the privatization of telecommunications, the country, in turn, "gave up on knowing the dimension and dynamics of its Data Economy" (Lastres *et al.*, 2025, p. 495–496).

In a political and economic scenario dominated by neoliberal capitalist logic and by the concentration of political and economic power in the hands of elites, there is a need for broad mobilization of civil society to pressure the government and legislators for democratic regulation of the network and for the rejection of the false dichotomy between regulation and freedom of expression—a dichotomy that, by the way, has never allowed the Brazilian broadcasting sector to be properly regulated. It is also necessary to demand investments in the development of technology that guarantees the country's sovereignty

not only in the capacity to manage data independently of American infrastructure but also in the development of technology in the new frontiers of the financialized technology market, such as Artificial Intelligence.

Immobility on these points relegates Brazil to a scenario of eternal digital colonization, with the consolidation of great vulnerability in terms of the perception of public policies—in the public interest—within the social fabric, as well as in terms of the protection and security of the data of millions of Brazilians who currently transit through American and Chinese tools. In the current format, there is no proper guarantee that episodes of international monitoring and surveillance led by the U.S. and denounced by former CIA technician Edward Snowden will not be repeated (Greenwald; Kaz; Casado, 2013). These originate from the same country that now violates all principles of national sovereignty and seeks to prevent, through tariff punishments, nations that attempt to regulate techno-media platforms on their territories.

Since technological sovereignty is an expression of the dispute for leadership in the current configuration of capitalism, it must therefore involve control over infrastructure, the ability to ensure the protection of information, and the authority to determine the purposes of digital products and processes. Above all, it requires the articulation of scientific and technological development with a broader national project for the country.

References

BEZERRA, Arthur C. **Miséria da informação**: dilemas éticos da era digital. Rio de Janeiro: Garamond, 2024.

BOLAÑO, Cesar. **Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?** São Paulo: Paulus, 2007.

BOLAÑO, Cesar. A regulação das plataformas e o projeto nacional. **Outras Palavras**, 12 mai 2023. Disponível em: https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/a-regulacao-das-plataformas-e-o-projeto-nacional. Acesso em: 5 mar. 2024.

BOURDIER, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 2630 de 2020.** Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Altera as Leis nº 10.703 de 2003 e 12.965 de 2014. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2256735. Acesso em: 13 mar. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 2768 de 2022**. Dispõe sobre a organização, o funcionamento e a operação das plataformas digitais que oferecem serviços ao público brasileiro e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2022. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2337417. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 4691 de 2024.** Dispõe sobre o direito e a garantia fundamental à livre manifestação do pensamento na internet, os termos da vedação ao anonimato na internet, o livre exercício da atividade econômica na internet, a organização e funcionamento das plataformas, serviços e mercados digitais na internet e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2024. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2475865. Acesso em: 9 fev. 2025.

CAETANO, Gustavo. Governo Lula prepara dois projetos para regular plataformas digitais; entenda. **O Estado de S. Paulo**, Política, 09 fev. 2025. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/governo-lula-prepara-dois-projetos-para-regular-plataformas-digitais-entenda/?srsltid=AfmBOop93TeWgpaDJ8_3BfWzur-xvvS81-qYAzjK5ipcZKs9feKxt-V6. Acesso em: 09 fev. 2025.

CASSINO, J.F. O Sul Global e os desafios pós-coloniais na era digital. In: SILVEIRA, S.A.; SOUZA, J.; CASSINO, J.F. **Colonialismo de dados**: como

opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede:** a Era da Informação: economia, sociedade e cultura. Vol.1. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

CHAIB, J. EUA anunciam restrição de visto para quem 'censurar' americanos, e Moraes pode ser alvo. **Folha de S. Paulo**, Política, 28 mai. 2025. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/05/governo-trump-diz-que-restringira-visto-de-quem-censurar-americanos-nas-redes-sociais.shtml#:~:text=O%20Departamento%20de%20Estado%20da,americanos%2C%20assim%20como%20residentes%20no. Acesso em: 1 jun. 2025.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias.** São Paulo: Contexto, 2012.

COUGLER, E. Sim, a Inteligência Artificial já foi regulada no Brasil. Só que não foi por você. **The Conversation Brasil**, 12 jun.2025. Disponível em: https://theconversation.com/sim-a-inteligencia-artificial-ja-foi-regulada-no-brasil-so-que-nao-foi-por-voce-257675. Acesso em: 14 jun. 2025.

COULDRY, N.; MEJIAS, U.A. **Data Colonialism**: Rethinking Big Data's relation to the contemporary subject. Sage Journals, set. 2018. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1527476418796632. Acesso em: 12 set. 2024.

DAY, M. Microsoft e Google se juntam a Amazon e Meta e doam US$ 1 mi para a posse de Trump. **Bloomberg Línea**, 9 jan. 2025. Disponível em: https://www.bloomberglinea.com.br/negocios/microsoft-e-google-se-juntam-a-amazon-e-meta-e-doam-us-1-mi-para-a-posse-de-trump/. Acesso em: 10 jan. 2025.

DIAS, Rafael. Tecnologia e poder: uma interpretação da tecnologia como elemento fundamentalmente político. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v.17. n.46, p. 55-72, 2021. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/12278/8107. Acesso em: 5 jun. 2025.

ESTIMA, W. A era Trump e o negacionismo tecnoregulatório. **Le Monde Diplomatique**, 18 jun. 2025. Disponível em: https://diplomatique.org.br/a-era-trump-e-o-negacionismo-tecnoregulatorio/ Acesso em: 19 jun. 2025.

FELDMAN, P. O assombroso poder das *big techs* na economia e na política dos países. **Jornal da USP**. 24 abr. 2024. Disponível em: https://jornal.usp.br/articulistas/paulo-feldmann/o-assombroso-poder-das-big-techs-na-economia-e-na-politica-dos-paises/. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. Gestão assina acordos com serpro e dataprev para criação de nuvem de governo. **Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos**, 12 nov. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2024/novembro/gestao-assina-acordos-com-serpro-e-dataprev-para-criacao-de-nuvem-de-governo. Acesso em: 13 jan. 2025.

GLEENWALD, G.; KAS, R.; CASADO, J. EUA espionaram milhões de e-mails e ligações de brasileiros. O Globo, Mundo, 06 jul. 2013. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/eua-espionaram-milhoes-de-mails-ligacoes-de-brasileiros-8940934. Acesso em: 7 jul. 2013.

HJARVARD, S. Midiatização: conceituando a mudança social e cultural. *In:* **Midiatização em processo**: epistemologias e análises empíricas, 29 ago. 2016. Disponível em: https://www.midiaticom.org/stig-hjarvard-midiatizacao-artigo/ Acesso em: 12 mar. 2021.

LACERDA, P. STF tem maioria para responsabilizar plataformas por posts de usuários. **RádioAgência**, Justiça, 11 jun. 2025. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/justica/audio/2025-06/stf-tem-maioria-para-responsabilizar-plataformas-por-posts-de-usuarios. Acesso em: 12 jun. 2025.

LASTRES, H.M.M.; LEMOS, C.; ARROIO A.; CASSIOLATO, J.E.; *et al.* Políticas para a soberania digital em países selecionados e caminhos para o Brasil. In: LASTRES, H.M.M.; CASSIOLATO, J.E.; LÉON, L.P. Big techs aprofundam dependência econômica do Brasil, diz pesquisador. **Agência Brasil**, 02 set. 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-09/big-techs-aprofundam-dependencia-economica-do-brasil-diz-pesquisador. Acesso em: 12 jun. 2025.

DANTAS, MARCOS. **Economia política de dados e soberania digital**: conceitos, desafios e experiências no mundo. Avaré, SP: Editora Contracorrente; Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, 2025.

LOMAS, N. DSA vs. DMA: How Europe's twin digital regulations are hitting Big Tech. **TechCrunch**, Government & Policy, 03 ago. 2024. Disponível em: https://techcrunch.com/2024/08/03/dsa-vs-dma-how-europes-twin-digital-regulations-are-hitting-big-tech/. Acesso em: 8 dez. 2024.

MARTÍN-BARBERO, JESÚS. **Dos meios as mediações**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MARTINO, L. M. **Teoria das Mídias Digitais**: linguagens, ambientes e redes. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

MARTINS DO RÊGO BARRETO, H.; SARDINHA LOPES, R. Soberania tecnológica e disputa por hegemonia em um mundo em transformação. **SER Social**, Brasília, v. 27, n. 56, 2024. DOI: 10.26512/ser_social.v27i56.55499. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/55499. Acesso em: 16 jun. 2025.

MESQUITA, R. A falência do jornalismo das rotativas. **Observatório da Imprensa**. Ed. 1343. 19 de jun. 2025. Disponível em: https://www.observatoriodaimprensa.com.br/digital/a-falencia-do-jornalismo-das-rotativas/?utm_source=substack&utm_medium=email. Acesso em: 19 jun. 2025.

MONTANINI, M. Como as *big techs* podem se beneficiar do alinhamento a Trump. **Nexo**, 08 jan. 2025. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2025/01/08/governo-trump-meta-big-techs-alinhamento. Acesso em: 15 jan. 2025.

MOORE, M.; TAMBINI, D. **Digital dominance**: the power of Google, Amazon, Facebook, and Apple. New York: Oxford University Press, 2018.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2018.

NARAZAKI, F.; SOARES G.; TEIXEIRA, P.S. Meta elimina checagem e critica cortes latinas por derrubarem conteúdos em segredo. **Folha de S. Paulo**, 7 jan. 2025. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/tec/2025/01/meta-elimina-checagem-e-ataca-decisoes-secretas-de-tribunais-da-america-latina.shtml. Acesso em: 7 jan 2024.

NEWMAN, N.; ARGUEDAS A.R.; ROBERTSON, C.T.; NIELSEN, R.K.; FLETCHER R. **Reuters Institute Digital News Report 2025**. Reuters Institute for the Study of Journalism. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2025-06/Digital_News-Report_2025.pdf. Acesso em; 17 jun. 2025.

NUNES, F.; TRAUMANN, T. **Biografia do abismo**: como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil. Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2023.

O'NEIL, C. **Algoritmos de destruição em massa**: Como o Big Data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia. São Paulo: Editora Rua do Sabão, 2021.

PERARNAUD, C. Finding the path to a more open internet. A new European approach toward internet standards. Open Future, 12 fev. 2024. Disponível em: https://openfuture.eu/publication/finding-the-path-to-a-more-open-internet. Acesso em: 10 jun. 2025.

POELL, T.; NIEBORG, D.; VAN DIJCK, J. **Platformisation**. Internet Policy Review, 29 nov. 2019 Disponível em: https://policyreview.info/concepts/platformisation. Acesso em: 22 out 2020.

RÊGO, A.R.; BARBOSA, M. **A construção intencional da ignorância**: o mercado das informações falsas. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2020.

RITTNER, D. Novo projeto da centro-direita vira alternativa ao PL das Fake News no Congresso. **CNN Brasil**, Política, 15 jan. 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/novo-projeto-da-centro-direita-vira-alternativa-ao-pl-das-fake-news-no-congresso/. Acesso em: 2 fev. 2025.

SCHNEIDER, MARCO. **A Era da Desinformação**: pós-verdade, fake news e outras armadilhas. Rio de Janeiro: Garamond, 2022.

SILVEIRA, S.A. A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. In: SILVEIRA, S.A.; SOUZA, J.; CASSINO, J.F. **Colonialismo de dados**: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal, p. 32-50. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2021.

SILVEIRA, S.A. In: LASTRES, H.M.M.; CASSIOLATO, J.E.; DANTAS, M. (orgs.). "**Economia política de dados e soberania digital**: conceitos, desafios e experiências no mundo". Avaré, S.P.: Editora Contracorrente; Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, 2025.

TRÄSEL, M. Panorama do combate à desinformação através da regulação no Brasil. **E-Compós**, v. 27, 2024. Disponível em: https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2994. Acesso em: 22 nov. 2024.

TRÄSEL, M. Legislação sem dentes: regulamentação das plataformas digitais no Brasil está em vias de sucumbir aos interesses das *Big Techs*. **The Conversation Brasil**, 29 mai. 2025. Disponível em: https://theconversation.com/legislacao-sem-dentes-regulamentacao-das-plataformas-digitais-no-brasil-esta-em-vias-de-sucumbir-aos-interesses-das-big-techs-257583. Acesso em: 29 mai. 2025.

URUPÁ, M. Governo Trump promete retaliar países por fair share ou tributação de streaming. **Teletime**, 28 fev. 2025. Disponível em: https://teletime.com.br/28/02/2025/governo-trump-promete-retaliar-paises-que-regularem-big-techs/. Acesso em: 02 mar. 2025.

WARDLE, C. Misinformation Has Created a New World Disorder. **Scientific American**. 01 set. 2019. Disponível em: https://www.scientificamerican.com/article/misinformation-has-created-a-new-world-disorder/ Acesso em: 17 de maio de 2024.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

PARTE 2
EPC: Economia Política da Comunicação

Comunicação e jornalismo no mundo capitalista globalizado e financeirizado: uma visão a partir da Economia Política da Comunicação

Patrícia Maurício

Interesse público e ética. Essas deveriam ser as bases para o jornalismo e, por que não, para a comunicação como um todo. Mas por que nem sempre é assim e, dependendo do tipo de empresa de comunicação, quase nunca é assim? A resposta para as causas não pode ser encontrada nas narrativas, nas análises de discurso ou de conteúdo. Essas são úteis para entender as consequências. Se alguém quer entender o que move, o que determina que as coisas sejam como são, deve sair olhando o que está por trás da fachada, abrindo os véus e limpando o glitter. Lá por baixo e lá por trás, invariavelmente, vai encontrar a sede por dinheiro e poder. Estamos no capitalismo, é assim que funciona. É para entender esses determinantes que a Economia Política da Comunicação serve.

Segundo Mattelard & Mattelard (1995), a Economia Política da Comunicação (EPC) começa a se desenvolver nos anos 60 questionando os desequilíbrios dos fluxos de informação entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. A partir de 1975 se encaminha para reflexões sobre as indústrias culturais. Bolaño & Brittos (1997) afirmam que a EPC se interessa pelo estudo da totalidade das relações sociais que formam os campos econômico, político, social e cultural, objetivando compreender a mudança social e a transformação histórica e como ela

repercute e se imbrica com o mundo da comunicação em todos os sentidos.

A partir do ponto de vista da EPC, neste capítulo vamos tratar de inteligência artificial (AI) generativa e agêntica, de plataformas digitais de comunicação, de trabalho, do jornalismo, da comunicação como um todo e do contexto que envolve tudo isso, que é o do capitalismo. O capitalismo mudou? Sim, mas isso já estava previsto, estamos chegando à IA seguindo o mesmo caminho traçado desde o início.

O mundo da comunicação de hoje ou está ou precisa se colocar de alguma forma nas principais plataformas digitais de comunicação, e há nesse mercado uma gigantesca concentração nas norte-americanas Google (e sua empresa-mãe Alphabet) e Meta. A Alphabet é dona, entre outros, do buscador Google, que tem sempre em torno de 90% das buscas mundiais (Freitas, 2025), do agregador de vídeos YouTube, e de toda uma gama de produtos e serviços que vão desde cabos terrestres e submarinos para conectar mais pessoas aos seus serviços a produtos ligados ao dia-a-dia, como o e-mail Gmail, o Google Meet (para reuniões virtuais, muito usado pelas universidades públicas brasileiras durante a pandemia de covid-19), o navegador Google Chrome, o sistema operacional de celulares Android, o Google Voos, e segue o baile. Com tudo isso, é colossal a quantidade de dados que a empresa coleta dos usuários para direcionar anúncios ao exato público-alvo dos anunciantes. Este é o modelo de negócios das plataformas, que sugou boa parte da publicidade que sustentava os veículos privados tradicionais de comunicação, incluindo os jornalísticos. A Meta (antes Facebook), segue pelo mesmo caminho e é dona das redes sociais Facebook e Instagram e do onipresente aplicativo de mensagem WhatsApp, usado no Brasil tanto para conversas pessoais e de grupos, com envio de fotos, vídeos e dados, como para todo tipo de relação

profissional. Quem não tem WhatsApp no Brasil pode ser classificado como um pária.

Na China, as plataformas utilizadas são as do próprio país, mas para o dito mundo ocidental no qual estamos incluídos, apenas o TikTok, da ByteDance (fundada em 2012 em Pequim), atinge corações e mentes com seu *feed*[1] infinito. Podemos perceber o tamanho dessas *big techs* na vida das pessoas através do número de usuários ativos das redes sociais no mundo em fevereiro de 2025. O Facebook tem 3 bilhões e 70 milhões de usuários (há também empresas); o YouTube vem em segundo com 2,530 bilhões, seguido do Instagram e WhatsApp com 2 bilhões cada (também incluindo empresas). O TikTok aparece em quinto com 1,590 bilhão de usuários (Statista, 2025).

No momento em que escrevo este capítulo, a lista das dez pessoas mais ricas do mundo da revista Forbes mostrava apenas duas pessoas não diretamente ligadas à indústria da computação e de plataformas digitais de comunicação. O francês Bernard Arnault (76 anos) e família são os donos do império de marcas de luxo LVMH, que inclui a Louis Vuitton, Christian Dior, Fendi, Givenchy, Bulgari, Tiffany & Co., Moët et Chandon, Dom Pérignon e outras. A fortuna alcançava US$ 150,6 bilhões e eles, como família, estavam em quinto lugar na lista. Em sétimo figura Warren Buffett (94 anos), com US$ 143,7 bilhões. Ele é dono da Berkshire Hathaway, que por sua vez foi comprando ao longo do tempo empresas de setores os mais variados, e também participações substanciais de companhias como Coca-Cola, The Washington Post, Gilette, American Express, Moody's e muitas outras.

Em primeiro lugar da cobiçada lista estava o dono da rede social X (ex-Twitter), Elon Musk (54 anos), figura alucinada do mundo dos negócios norte-americano (embora tenha nascido na África do Sul) que

[1] Feed é a sequência de postagens de fotos ou vídeos de usuários ou de publicidade, escolhida para cada pessoa pelos algoritmos das plataformas.

decidiu entrar para a política de extrema direita no governo Donald Trump (com quem acabou se desentendendo), e usa o X também para isso. Ele é dono também, entre outras empresas, da SpaceX, que lança foguetes no espaço no lugar da Nasa, e da Tesla, de carros elétricos, mas fez questão de ter uma plataforma de rede social para chamar de sua.

Em segundo vem Larry Ellison (80 anos), dono da Oracle - multinacional de norte-americana especializada no desenvolvimento e comercialização de hardware, softwares, bancos de dados e serviços de nuvem - com US$ 279, 8 bilhões, seguido do principal acionista e fundador da Meta, Mark Zuckerberg (41 anos), com US$ 252,8 bilhões. Este é o dono do Facebook, Instagram e WhatsApp, que lutou com todas as suas forças (inclusive as ocultas) para evitar pagar impostos e ter suas plataformas reguladas. Depois de Zuck, em quarto, temos Jack Bezos (61 anos), dono da Amazon, a plataforma de vendas on-line e do streaming Amazon Prime Video. Bezos, do alto de seus US$ 236 bi, passou por um dissabor em 2025 ao ver sua megafesta de casamento em Veneza ser eclipsada por protestos de moradores com faixas e cartazes contra ele e sobre a transformação "da cidade em um playground particular para os ricos" (Casamento..., 2025). Em sexto lugar está o co-fundados do Google Larry Page (52 anos), com US$ 146,1 bi, mas seu sócio e também co-fundador da empresa Sergey Brin (51), aparece em décimo lugar na mesma lista, com US$ 139,7 bi.

Continuando antes da interrupção para unir os sócios e pulando o já citado Buffett, o oitavo da lista é Steve Ballmer (69 anos), CEO da Microsoft entre 2000 e 2014[2], com US$ 142.6 bilhões. Em nono, o co-fundador e presidente da Nvidea Jensen Huang (62). Ele nasceu em Taiwan, mas é cidadão dos EUA, onde mora desde os nove anos de idade, e tem US$141.9 bilhões. A Nvidea, fabricante de chips de

[2] Bill Gates, co-fundador da empresa, já não está entre os dez mais, mas mesmo com a estranha mania de doar muito dinheiro para causas é o 13º da lista.

inteligência artificial, foi a primeira empresa a atingir valor de mercado de US$ 4 trilhões nos EUA, em julho de 2025 (Bradshaw, 2025).

Com oito da mesma indústria nessa lista, não é de se estranhar que o brasileiro mais rico continue a ser Eduardo Saverin, hoje com modestos US$ 40,2 bi. Ele foi co-fundador do Facebook, ao ser o colega de dormitório de Zuckerberg com dinheiro para o investimento inicial. Mas por que essa indústria da computação, informática, plataformas, inteligência artificial e que tais está no topo do mundo das fortunas? Responder a essa pergunta olhando a raiz das coisas e não só o fruto demanda entendermos o curso do capitalismo de máquina em máquina até chegar à assustadora e comedora de empregos IA, que pode ser compreendida em vários aspectos no capítulo "Os impactos da inteligência artificial para o jornalismo e o interesse público" deste livro.

O capital

Para entender o capitalismo evitando as superficialidades, as aparências e seus enganos, recorremos aqui a Marx (2016), que desmontou o capitalismo para conhecê-lo em seus diversos ângulos. As condições para o surgimento do capitalismo, no século XVI, se deram principalmente porque a colonização de países cheios de riquezas levou para a Europa boa parte delas, gerando um acúmulo de dinheiro nas mãos de alguns, e o desenvolvimento dos bancos para financiar novas empreitadas. Mas nada disso levaria ao capitalismo se não fosse a aparição de um novo personagem, a partir do cercamento dos campos, com a expulsão de muitos dos seus habitantes, que não tinham mais terra para plantar nem florestas onde caçar. Pessoas sem acesso aos meios de produzir sua comida, suas roupas e mesmo suas casas estavam livres (repare como é linda a liberdade pregada pela direita) para ser exploradas pelos novos donos dos meios de produção.

O capitalismo começou pelas manufaturas, onde cada empregado usava não mais as suas ferramentas (pois não tinha mais como comprá-las), mas as do dono do negócio, e fazia apenas uma parte do produto que seria vendido, passando a perder o conhecimento sobre como fazer um produto inteiro. É o começo do fim do artesanato como modo de produção principal. Ali já foi criado o jeito de transformar dinheiro em capital: pagando ao empregado menos do que seu trabalho vale. Como isso é feito? O dono do negócio vende a mercadoria por um valor que inclui, proporcionalmente em cada produto, o que ele gastou com matéria-prima, ferramentas, o prédio, etc, o que pagou aos trabalhadores para produzir esta mercadoria, a remuneração pelo seu próprio trabalho e um valor a mais. Ora, se quem produz o valor novo a partir desses meios de produção, quem transformou uma coisa em outra para ser vendida, foi o trabalhador, este valor a mais também foi produzido por ele, deveria pertencer ao trabalhador. Essa retirada de valor pelo capitalista para acrescentar ao valor que ele já tinha ao começar o negócio foi batizada por Marx de valor a mais, também chamada de mais-valor e, no Brasil, devido a uma tradução do francês, de mais-valia. É no consumo da força de trabalho comprada que se extrai o valor a mais, e essa extração é contínua. Mas não vamos confundir o dono do pequeno negócio com o capitalista:

> Se esse trabalhador possuir seus próprios meios de produção e contentar-se em viver como trabalhador, bastar-lhe-á trabalhar o tempo necessários para reproduzir seus meios de subsistência, digamos, 8 horas por dia. Precisará também de meios de produção para 8 horas de trabalho. Em contraposição, o capitalista que lhe impõe, digamos 4 horas de trabalho excedente acima das 8 horas precisa de uma soma de dinheiro adicional para adquirir os meios de produção suplementares. Todavia, de acordo com nossa suposição, já terá de empregar dois trabalhadores, para viver da mais-valia de que se apropria diariamente, como se fosse

> um trabalhador, isto é, em condições de satisfazer suas necessidades indispensáveis. Nesse caso, o objetivo de sua produção seria apenas a manutenção da vida, e não o aumento da riqueza; e esse aumento é fundamental para a produção capitalista. A fim de viver duas vezes melhor que um trabalhador comum e, ao mesmo tempo, converter a metade da mais-valia produzida em capital, terá de multiplicar por 8 o número de trabalhadores e aquela quantidade mínima de capital variável. Na verdade, ele pode, como seu empregado, trabalhar, participar diretamente do processo de produção, mas será então um ser intermediário entre capitalista e trabalhador, um pequeno patrão. [...] As corporações da Idade Média procuraram impedir coercitivamente a transformação do mestre artesão em capitalista, limitando a um mínimo o número máximo de trabalhadores podia empregar. O possuidor de dinheiro ou de mercadorias só se transforma realmente em capitalista quando a soma mínima adiantada para a produção ultrapassa de muito esse limite medieval. (Marx, 2016, p. 354-355).

A manufatura já rendia o mais-valor, mas, existindo a concorrência entre os capitalistas, cada um queria poder vender mais do seu produto e/ou barateá-lo para conseguir mais valor ainda. O capitalista é assim, quanto mais tem, mais quer, é da natureza dele. Ele está nessa pelo dinheiro, não para prestar serviço à sociedade ou ao trabalhador. Senão tiraria seu pró-labore no lugar da mais-valia. Correndo o risco de me repetir, se um capitalista parar de extrair a mais-valia, deixa de ser capitalista. É por isso que o keynesianismo do pós-Segunda Guerra Mundial serviu para atenuar males do capitalismo ao instituir o Estado do bem-estar social, mas não teve como se sustentar por muito tempo. Já na década de 1980 a ganância estava a todo o vapor para conseguir concentrar de novo nas mãos de poucos a riqueza que vinha sendo melhor distribuída, não apenas por melhores salários (conquistados pela luta sindical), mas também por serviços públicos de

saúde e educação de alta qualidade. Isso, vamos combinar, aconteceu principalmente na Europa. Pegamos aqui a rebarba. No Brasil, só conseguimos construir o Sistema Único de Saúde a partir da Constituição de 1988, após a ditadura militar, mas já no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) o neoliberalismo, com sua concentração de renda e suas privatizações, se instala oficialmente no país, suplantando um capitalismo keynesiano que mal vimos, como país dependente que somos, da periferia do capitalismo.

Marx (2016, p.420) conta que:

> A economia política, que só aparece como ciência autônoma no período manufatureiro, observa a divisão social do trabalho em geral do ponto de vista exclusivo da divisão manufatureira do trabalho, e vê nela apenas o meio de produzir, com a mesma quantidade de trabalho, mais mercadorias, barateando-as e apressando assim a acumulação do capital.

É por isso que ele propõe a crítica da economia política, e essa visão crítica é a base da Economia Política da Comunicação.

Para ajudar no processo de acumulação de capital, os capitalistas perceberam que poderiam lançar mão de uma coisa que já existia na história, a máquina, que teve no capitalismo terreno fértil para ser criada e desenvolvida de várias formas, cada vez mais "inteligentes". O ponto da virada, início da Revolução Industrial, foi o aprimoramento da máquina a vapor. Mas antes de nos aprofundarmos no motivo do capitalismo sair criando cada vez mais máquinas, e mais aprimoradas, vamos esmiuçar um pouco mais sobre a situação do trabalhador no capitalismo. Marx (2016, p. 219) reforça que o produto (a mercadoria, aquilo que é comprado e vendido) é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador.

> Ao penetrar o trabalhador na oficina do capitalista, pertence a este o valor de uso de sua força de trabalho, sua utilização, o trabalho. [...] Do seu ponto de vista [do capitalista], o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. (Marx, 2016, p. 219).

Para entendermos o valor da força de trabalho (o tempo que um trabalhador está disponível para trabalhar para o dono dos meios de produção), pensemos no exemplo de um(a) jornalista. O valor da força de trabalho é o valor da subsistência do trabalhador naquele período, no caso típico dos assalariados brasileiros, um mês. Já no caso de um frila (trabalho por peça), deve ser o do tempo médio em horas para se fazer aquele trabalho. É quanto custam os meios de subsistência para produzir a força de trabalho, para a pessoa ter condições físicas (inclui-se o cérebro) para trabalhar naquilo.

Mas esse valor é sempre menor do que vale o trabalho feito. Sempre tem horas de trabalho não pagas. No valor total do produto, tem ali, digamos, 160 horas de trabalho, que transferiram ao valor do produto, digamos, R$ 3.000,00. Mas no contrato de trabalho está que o trabalhador vai ter salário de R$ 1.500,00 pelas 160 horas. O dono dos meios de produção paga o salário combinado correto, o salário da subsistência, mas não o valor das horas todas trabalhadas. Este é o processo de produção da mais-valia. Ela é produzida na esfera da produção, onde o capitalista consome a mercadoria força de trabalho, que foi comprada no mercado de mão de obra, esfera da circulação. E nem estamos falando ainda do lucro com a venda por um preço acima da média ou de um salário de fome que não cobre as necessidades básicas do trabalhador (a superexploração do trabalhador). Segundo Marx, sem

o trabalho humano, os meios de produção ficariam parados e esquecidos, podendo se deteriorar e nunca mais serem usados.

Os capitalistas não são apenas os industriais, e aqui incluímos a indústria cultural. Existem os capitalistas que compram uma mercadoria e vendem mais caro: os comerciantes. Isso acontece na esfera da circulação. Dinheiro compra mercadoria para vender por dinheiro a mais: D – M – D'. E existem os capitalistas que emprestam dinheiro: os banqueiros. Nesse caso, dinheiro emprestado gera dinheiro a mais: D – D'. Mas eles só podem existir porque existe a esfera da produção. É na produção que se cria valor e mais-valor (mais-valia). Vamos tratar aqui, em primeiro lugar, dos novos tipos de empresas de comunicação (as plataformas), indústrias culturais todas trabalhadas em cima da tecnologia, vulgo máquinas. Mas tudo está hoje permeado pelo capital financeiro.

O que podemos observar, e que Marx já esclarecia no século XIX, é que o valor mínimo necessário para um possuidor de dinheiro ou de mercadorias virar capitalista varia de acordo com os diferentes estágios da produção capitalista e, em determinado estágio de desenvolvimento, também varia nos diferentes ramos de produção, segundo as condições técnicas de cada um. Já naquela época havia setores em que era impossível transformar os recursos de uma pessoa só em capital. "Isto faz surgirem os subsídios oficiais a particulares, como na França, no tempo de Colbert, em muitos estados alemães, até nossa época, e nas sociedades com monopólio legal para explorar determinados ramos industriais e comerciais, as precursoras das modernas sociedades por ações". (p. 356) Isso nos faz lembrar, no Brasil, de subsídios estatais como o Plano Safra, para agricultores e o agronegócio, e os financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Do lado do mercado de capitais, ainda hoje a abertura de capital, ou IPO, em inglês, é usada não apenas para levantar o capital inicial, mas

também para ampliar o capital de quem já está estabelecido, mas não tem ainda ações em bolsa. Foi o caso tanto do Google quanto da Meta.

Mas o que faz a máquina para o capitalista, seja ele industrial, comerciante ou banqueiro?

As máquinas, a IA e a ilusão da nuvem

> Toda maquinaria desenvolvida consiste em três partes essencialmente distintas: o motor, a transmissão e a máquina-ferramenta. [...] O motor e a transmissão existem apenas para transmitir movimento à máquina-ferramenta [...]. É desta parte da maquinaria, a máquina-ferramenta, que parte a revolução industrial no século XVIII. E a máquina-ferramenta continua a servir de ponto de partida, sempre que se trata de transformar um ofício ou manufatura em exploração mecanizada" (Marx, 2016, p. 429)

Só com a segunda máquina a vapor de Watt, a máquina rotativa de ação dupla, se encontrou um motor que produzia sua própria força motriz, consumindo para isso carvão e água, com potência que podia ser inteiramente controlada; um motor que podia ser transferido de um lugar para outro e servir de meio de locomoção, utilizável na cidade e não exclusivamente no campo como a roda hidráulica, permitindo concentrar a produção nas cidades, em vez de dispersá-la pelo interior.

Quando se produz muito de uma mercadoria por conta da máquina, toda a cadeia produtiva acaba precisando ser mecanizada. Se a fiação produz muito mais fios, conta Marx, foi preciso inventar uma descaroçadora de algodão para produzir algodão mais rápido. Com mais fios, a tecelagem também precisa ser mecanizada. Do mesmo modo, o transporte e a comunicação têm que correr atrás e ser mais rápidos. Se a produção é mais rápida, tem que ser colocada mais rapidamente no mercado. É aí que entram as máquinas na comunicação, começando pelo telégrafo. As agências de notícias em tempo real surgiram para levar

as informações importantes para se tomar decisões de compra e venda nas bolsas de valores e no mercado financeiro como um todo. Os terminais (como se chamavam à época os computadores que recebiam essas informações) existiam inicialmente em corretoras de valores e bancos.

Em todos os setores, as máquinas (a automação) servem para baratear as mercadorias, reduzir o tempo de trabalho necessário para a subsistência do trabalhador e aumentar a mais-valia. Isso porque elas são criadas para fazer o trabalho mais rápido que os seres humanos. Mas quem criou as máquinas foram seres humanos. Isso significa que tem trabalho humano cristalizado naquela máquina, que o Marx chama de trabalho morto.

E quem vai operar a máquina é também um ser humano. O capitalismo foi se desenvolvendo até criar máquinas que produzem outras máquinas, mas vamos enfatizar que estas primeiras também foram criadas por humanos. O que acontece é que, conforme as máquinas vão sendo implantadas, o trabalho de operá-las fica desintelectualizado, ou seja, exige menos qualificação do trabalhador operar a máquina do que fazer o produto ele mesmo. Com isso o seu salário cai, porque no capitalismo existe uma divisão de valor entre trabalhos qualificados e não-qualificados. Obviamente só interessa ao capitalista comprar uma máquina (ou automatizar toda a produção) quando o preço da máquina, mais o da força de trabalho que vai operá-la, for mais baixo do que os salários atuais dos trabalhadores que fazem o produto. Isso se pode ver com mais detalhes no capítulo deste livro que trata da IA.

A máquina fazer o trabalho humano, em si, não é o problema. Marx fala da luta capital/trabalho já no período manufatureiro, e conta no livro O Capital vários episódios de trabalhadores destruindo máquinas, inclusive ainda no século XVII na Alemanha e na Inglaterra,

para evitar que elas substituíssem trabalho humano, já que muitos estavam ficando sem emprego ou tendo que migrar para empregos mal qualificados e mal remunerados. "Era mister tempo e experiência para o trabalhador aprender a distinguir a maquinaria de sua aplicação capitalista e atacar não os meios materiais de produção, mas a forma social em que são explorados" (Marx, 2016, p. 489). A atual campanha pelo fim da jornada de trabalho de seis dias com uma folga só por semana, sem redução de salário, capitaneada pelo deputado estadual do Rio Rick Azevedo (PSOL) e cristalizada no projeto de lei da deputada federal Érika Hilton (PSOL-SP), não é uma novidade entre os trabalhadores.

> O aperfeiçoamento rápido das máquinas durante a crise algodoeira permitiu aos fabricantes ingleses, logo após o término da Guerra Americana de Secessão, abarrotar prontamente o mercado mundial. Os tecidos ficaram quase invendáveis já no decurso dos últimos 6 meses de 1866. Com isso, começou a consignação de mercadoria à China e à Índia, o que agrava ainda mais a inundação do mercado. No começo de 1867, recorreram os fabricantes a seu expediente habitual, reduzindo os salários em 5%. Os trabalhadores se opuseram e declararam, teoricamente com razão, que o único remédio era trabalhar menos tempo, quatro dias por semana. Depois de resistirem bastante, os capitães de indústria, promovidos ao posto por si mesmo, decidiram-se por essa solução, reduzindo os salários, em alguns casos, em 5%, e, em outros, não fazendo nenhuma redução. (Marx, 2016, p. 495).

Hoje, a automação da vez é a da inteligência artificial. Depois da IA generativa, caso do ChatGPT, que responde com linguagem humana, o desenvolvimento chegou aos agentes de IA, ou IA agêntica. Os agentes de inteligência artificial não são apenas modelos de linguagem, que têm acesso a documentos e arquivos e dão respostas. Eles podem se conectar a vários dispositivos e ferramentas e, a partir disso,

tomar decisões e agir. A empresa de consultoria e pesquisa norte-americana Gartner, especializada em tecnologia e presente em 85 países, prevê que mais de 40% dos projetos de inteligência artificial agêntica serão cancelados até o final de 2027. Os motivos incluem o aumento dos custos, valor pouco claro para negócios e controles de risco inadequados. Uma reportagem publicada pela revista Teletime sobre essa pesquisa traz informações úteis, mas também é reveladora da forma como na maior parte das vezes o jornalismo, incluindo o dos veículos tradicionais, cobre IA.

> Uma pesquisa do Gartner de janeiro de 2025 revelou que 19% das empresas fizeram investimentos significativos em IA agêntica, enquanto 42% fizeram aportes conservadores e 31% estão em "espera". Muitos fornecedores também contribuem para o *hype* através do **"agent washing"**, que é o renomear de produtos existentes (como chatbots e a Automação Robótica de Processos, ou RPA) sem recursos agênticos substanciais. **O Gartner estima que apenas cerca de 130 dos milhares de fornecedores de IA agêntica são realmente legítimos.**
>
> Avanços
>
> Apesar desses desafios, a IA agêntica representa um avanço significativo, com potencial para aprimorar a eficiência, automatizar tarefas complexas e introduzir inovações de negócios, destaca a consultoria. O Gartner projeta que, até 2028, **15% das decisões diárias no trabalho serão tomadas autonomamente por IA agêntica** (contra 0% em 2024), e **33% das aplicações de software corporativas incluirão essa tecnologia** (contra menos de 1% em 2024). Para ter sucesso, o Gartner **recomenda que a IA agêntica seja adotada apenas onde houver um claro valor de negócio ou de retorno sobre investimento**. A integração em sistemas legados pode ser complexa e cara, sendo muitas vezes ideal repensar os fluxos de trabalho desde o início. As **empresas devem focar na produtividade geral**, começando com a IA agêntica para decisões, automação de rotinas e assistentes simples, buscando valor em termos de

> custo, qualidade, velocidade e escala, afirma a consultoria. (MATOS, 2025, grifos da reportagem)

Na matéria, nenhuma palavra sobre como isso afetará os trabalhadores. Nenhum sindicato ouvido, nenhum economista voltado aos trabalhadores. Poderíamos argumentar que é uma matéria voltada exclusivamente para empresas não fosse esse tipo de cobertura recorrente em diversos veículos de imprensa. Não é algo específico desta reportagem ou deste site, e existem muitas reportagens que chegam a torcer os fatos para defender os interesses do capital contra o dos trabalhadores, o que não é o caso desta (alguns desses casos podem ser vistos no capítulo "O jornalismo econômico e o mercado financeiro deste livro"). O que mais importa para os veículos que têm donos capitalistas, e para os que têm como público-alvo executivos de empresas capitalistas, é a redução de custos, o aumento da produtividade para o consequente aumento de ganhos e a manutenção do sistema para que continuem a ser capitalistas.

Entre os 27 artigos do Código de Ética dos Jornalistas (Fenaj, 2007), está definido que a informação divulgada pelos meios de comunicação se pautará pela real ocorrência dos fatos e terá por finalidade o interesse social e coletivo; que o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação. O interesse social e coletivo deveria ser o norteador de todas as matérias, mas nem sempre é. Os jornalistas já tentaram diversas vezes criar uma entidade como a OAB que fiscalize o exercício da profissão para que a ética e o interesse público prevaleçam, mas sem sucesso (Maurício, 2015).

A IA agêntica vem sendo alvo de um crítico inusitado. Em 2023, Geoffrey Hinton, conhecido como padrinho da IA, deixou o cargo de vice-presidente do Google para, segundo ele, falar mais livremente sobre

como os agentes de IA podem se tornar mais inteligente do que o ser humano e ser uma ameaça à própria existência da nossa espécie. Há controvérsias sobre isso entre cientistas, mas Hinton, ganhador do prêmio Nobel de Física pelas "descobertas e invenções fundamentais que permitam o aprendizado de máquina com redes neurais artificiais" (The Nobel Prize, 2024) e pesquisador do tema por mais de 40 anos, é uma voz respeitável. Ele saiu dando entrevistas para grandes veículos jornalísticos afirmando que precisamos colocar um freio na IA antes que seja tarde (PBS, 2023; DW, 2023). Mas, novidade, estamos no capitalismo e o lucro dos grandes grupos empresariais vem em primeiro lugar, como se pode ver ao redor com a mudança climática se agravando cada vez mais enquanto capitalistas e políticos financiados por eles esperam pelo fim da espécie em berço esplêndido.

Fez lembrar Tim Berners Lee, criador da World Wide Web (www), que no dia do aniversário de 29 anos desta, em 2018, listou, em carta, ameaças à manutenção da web como um "espaço livre, aberto e criativo para todos" (Matsuura, 2018). As ameaças eram a desinformação, a questionável publicidade política, perda de controle sobre nossos dados pessoais e a concentração de poder em plataformas dominantes, que criam barreiras para os competidores. Berners-Lee pediu o estabelecimento de padrões que equilibrem os interesses das empresas com os dos cidadãos.

Depois desse panorama geral do contexto, podemos voltar às grandes plataformas digitais de comunicação, Google e Meta.

O Google

Na fase inicial do Google, fundado em 1995 por Larry Page e Sergey Brin, os dados dos usuários eram coletados para melhorar os serviços para eles.

A vantagem do Google sobre outros espaços para anunciar é que ele rastreava quantas pessoas clicaram no anúncio. Com a criação do Adwords, quem buscava uma palavra-chave de anunciante recebia um box de texto dele e um link para sua página inicial. Nessa fase, havia muitos investidores para as novas empresas de tecnologia que despontavam, principalmente, no Vale do Silício da Califórnia (EUA), e muitas iam gastando na criação de novos tipos de empresa e novas tecnologias, mas sem pensar num modelo de negócios que desse retorno sustentável dos investimentos (vulgo lucro). O estouro da bolha das empresas .com na bolsa que negociava suas ações, a Nasdaq, em 2000, deu um choque de realidade: estamos no capitalismo, os investidores querem lucro. Mais de 500 empresas quebraram. Isso trouxe a virada para a extração de dados dos usuários visando lucro via publicidade direcionada, com a concretização do novo modelo pelo Google em 2002. O requinte foi passar a prever o comportamento do usuário para enviar anúncios (Zuboff, 2020).

Em 2003, a Applied Semantics patenteou uma tecnologia que, de acordo com sua própria descrição, "compreende, organiza e extrai conhecimentos de sites e de repositórios de informação de uma forma parecida com o pensamento humano", e usou seu sistema no produto chamado AdSense. Ainda em abril de 2003, o Google comprou a Applied Semantics por US$ 102 milhões e com isso adquiriu a patente do AdSense, o qual em 2010 rendeu mais de US$ 10 bilhões. Todas as ações dos usuários passaram a ser computadas e analisadas por inteligência artificial. Alguns nomes de pedidos de patentes dos primeiros anos da virada no modelo de negócios dão a dica do que se começava a fazer: "Sistema e método para segmentar anúncios e outras informações usando informação geográfica do usuário"; "Publicidade com conteúdo segmentado usando dados de comportamento coletados

do usuário" e "Serviço de anúncios usando informação associada com e-mail" (Zuboff, 2020).

Aos poucos, os donos do Google foram comprando outras empresas e concentrando mercado em suas mãos, além de criar novas. As principais compras foram a Motorola Mobility, por US$ 12,5 bilhões; a Mandiant, por US$ 5,4 bilhões; a Nest (de casas inteligentes), por US$ 3,2 bi; a Double Click, por US$ 3,1 bi; a Looker, US$ 2,6 bi; a Fitbit, US$ 2,1 bi; o famoso YouTube, por módicos US$ 1,65 bi, e o Waze (aplicativo de trânsito, que precedeu e concorria com o trânsito via Google Maps), US$ 1,15 bi, e segue a lista, mas paramos por aqui para não cansar o leitor. Fato é que, se havia concorrência, ou se surgia uma novidade interessante para acoplar ao grupo, o Google tentava comprar. Assim, em 2015 os sócios decidiram criar uma empresa mãe, a Alphabet, tendo sob ela o Google, com suas várias empresas, e a Other Bets, com start ups, apostas de criação ou investimento em negócios emergentes.

Aos poucos, a tendência das plataformas de comunicação americanas à extrema-direita começa a ficar clara. Descobre-se que os algoritmos têm viés, e podem escolher que conteúdo mandar e para quem com base nessa tendência política. Reportagem do The Intercept, em julho de 2016, mostrou que seis blogueiros políticos foram convidados pela Google, no Brasil, para receber um treinamento de como aumentar os ganhos através do AdSense. Lembremos que, para as plataformas, é importante ter bastante conteúdo circulando para que muitos usuários permaneçam ali e vejam a publicidade. O *case* de inspiração foi o site de direita O Antagonista, que recebia uma grande quantia de dinheiro em anúncios. Os blogueiros aprenderam a usar as ferramentas do Google para aumentar a audiência, a relevância e, assim, os lucros. Para isso, contaram com o auxílio técnico da empresa. Segundo a reportagem, o grupo teria saído da reunião com a convicção

de que uma agenda contra o PT e a presidente da República, Dilma Rousseff, era o caminho para ter lucro. A participação de Google e Meta na convenção nacional do Partido Liberal (PL), o partido do ex-presidente extremista Jair Bolsonaro, ensinando os mesmos tipos de truques (Sousa, 2025), entre outros acontecimentos da política brasileira envolvendo as plataformas, mostra que nada mudou.

Em tempos em que muito se fala em transparência, o Google é uma empresa opaca.

> Seus executivos elaboram com o maior cuidado suas mensagens de evangelismo digital em livros e postagens em blogs, mas as operações da companhia não são acessíveis com facilidade para pesquisadores ou jornalistas externos. Em 2016, um processo jurídico movido contra o Google por um gerente de produto alegava um programa de espionagem interna no qual se espera que funcionários identifiquem colegas de trabalho que violem o acordo de confidencialidade da firma: uma proibição abrangente quanto a divulgar qualquer coisa sobre a companhia para qualquer pessoa. O mais próximo que temos de um Buck Weaver ou James Couzens codificando as práticas e objetivos do Google é o economista-chefe da empresa já há muitos anos, Hal Varian, que ajuda a causa da compreensão da área com artigos acadêmicos que exploram temas importantes (Zuboff, 2020, p. 81).

A Alphabet tem três classes de ações. O código GOOGLE representa as ações classe A da empresa e são negociadas como ações ordinárias, com uma estrutura de "uma ação um voto". A Google representa as ações classe C da Alphabet, que não têm direito a voto. A empresa também possui ações classe B, que são detidas pelos fundadores e alguns funcionários de alto escalão, e valem 10 votos por ação. As ações classe B da Alphabet não são negociadas em bolsa. Atualmente, Larry Page tem 45,5% de todas as ações classe B da empresa, o que equivale a 27,1% de poder de voto nas assembleias de acionistas. As ações classe B

de Sergey Brin representam 42,4% do total de ações e 25,2% do poder de voto (Alphabet, 2025). Juntos, portanto, eles têm maioria para aprovar o que quiserem na empresa. Page é membro do conselho da Alphabet, e foi CEO do Google desde a fundação da empresa até 2001, e novamente de 2011-2015. Ele também foi CEO da Alphabet de 2015 até o final de 2019, quando deixou o cargo. Brin também é membro do conselho da Alphabet e foi presidente da empresa até dezembro de 2019.

As ações com direito a voto tanto do Google quanto da Meta (veremos adiante) estão concentradas nas mãos dos donos fundadores. Mas, obviamente, há as ações negociadas em bolsa que qualquer pessoa com dinheiro suficiente pode comprar e receber dividendos (pedacinhos do lucro) ou ter direito a voto. Só que, até mesmo nesse mercado que poderia estar pulverizado nas mãos de muitos investidores, e parte está, há um nível de concentração, e é aí que se vislumbra o lado ultrafinanceirizado do capitalismo atual, de como o mercado financeiro está metido em quase tudo.

Vamos tratar aqui principalmente do Google, mas na Meta acontece o mesmo, e isso se repete em uma quantidade extraordinária de empresas, é só sair buscando. Estamos falando dos chamados investidores institucionais, que são fundos de investimento que administram recursos monstruosos e podem afetar os mercados com suas movimentações. Vamos sair dos adjetivos e partir para dados. Os investidores institucionais detêm cerca de 34,4% do total de ações classe A em circulação da Alphabet e cerca de 31,6% do total de ações classe C. Os quatro principais investidores institucionais da Alphabet são o Vanguard Group, o BlackRock, o T. Rowe Price e o FMR LLC.

O Vanguard Group é uma das maiores empresas de gestão de investimentos do mundo, com cerca de 440 fundos tradicionais de baixo custo e fundos negociados em bolsa (ETFs). São cerca de US$ 7,2

trilhões em ativos globais sob gestão). A Vanguard detém cerca de 8,5% do total de ações classe A da Alphabet.

O BlackRock Inc., uma potência ainda maior no mercado financeiro, é principalmente um fundo mútuo e uma empresa de gerenciamento de ETF com aproximadamente US$ 11,6 trilhões em ativos geridos ao final de 2024. Fica até difícil entender a magnitude dessa quantia, mas para efeito de comparação, o PIB do Brasil em 2024 (ou seja, tudo o que o país produziu no último ano inteiro) foi de R$ 11,7 trilhões, ou em torno de US$ 2,1 trilhões. O BlackRock detém 7,1% das ações de classe A da Alphabet. Perto da posse de Donald Trump na presidência norte-americana, a BlackRock, retirou-se da Net Zero Asset Managers, aliança criada com apoio da ONU para alinhar os interesses do setor financeiro com os desafios da agenda climática. A "BlackRock tinha US$ 138 bilhões investidos em estratégias de transição energética de seus clientes e US$ 300 bilhões em petroleiras e outras empresas tradicionais do setor de energia" (Balthazar, 2025).

Os outros dois fundos citados são menores, mas ainda assim também gigantes. Todos eles têm participações relevantes em inúmeras empresas ao redor do mundo.

A Meta

Enquanto o mundo aprendia a levar a vida com o Google tomando conta de quase tudo, a Meta tomava conta de outra parte da vida dos outros. Em 2003, quatro universitários de Harvard, Mark Zuckerberg, Chris Hughes, o brasileiro Eduardo Saverin e Dustin Moskovitz criaram um site com o nome inicial de theFacebook. Eles colocaram fotos de universitárias, retiradas sem consentimento do sistema de Harvard, para que os usuários escolhessem as mais atraentes. Já dava para ver que ética não era exatamente o forte da empreitada. Nas

primeiras quatro horas de funcionamento, o site gerou 450 visitas e 22 mil visualizações, e dias depois a universidade o removeu.

O The Facebook, "diretório online que conecta pessoas através de redes sociais em faculdades", desta vez criado de acordo com as regras de segurança e privacidade de Harvard, foi lançado em 4 de fevereiro de 2004. Os convites para os colegas entrarem na plataforma foram feitos via e-mail e, em menos de 24 horas, 1,5 mil alunos estavam cadastrados. Um mês depois, metade dos estudantes de Harvard tinham aderido à rede, que rapidamente se alastrou para outras universidades. O site fechou o ano com 1 milhão de usuários e US$ 500 mil do cofundador do PayPal Peter Thiel, como investidor anjo. Em maio de 2005, com Sean Parker, co-fundador do Napster, como seu primeiro presidente, a empresa recebeu US$ 12,8 milhões da Accel Partners e comprou em agosto, por US$ 200 mil, o domínio Facebook.com.

Em maio de 2012, quando foi feita a oferta pública inicial de ações (abertura de capital), o preço das ações era de US$ 38, chegando a atingir US$ 43,02 na primeira sessão. O Facebook tornou-se a primeira empresa dos Estados Unidos a chegar à Bolsa com um valor de mercado acima de US$ 100 bilhões, no mesmo período em que conquistava o marco de 1 bilhão de usuários. Neste mesmo ano, adquiriu o Instagram por US$ 1 bilhão e, em 2014, o WhatsApp por US$ 22 bilhões. Hoje o principal acionista é Mark Zuckerberg, com 99,8% das ações de classe B, concentrando 61% do poder de voto (Meta, 2025, p, 73).

Para dar lucro, a empresa adotou o mesmo modelo lançado pelo Google de coleta de dados dos usuários, e com isso se meteu em dois grandes escândalos. Em 2018 os jornais The New York Times e The Observer denunciaram que a empresa britânica de análise de dados Cambridge Analytica colheu ilegalmente informações privadas de mais de 50 milhões de usuários do Facebook em 2014 (via um aplicativo que seria, teoricamente, usado para fins acadêmicos por um professor russo-

americano). Os dados foram usados para criar um software poderoso para ajudar a prever e influenciar escolhas na eleição de 2016 nos EUA, beneficiando Donald Trump. Eleitores indecisos recebiam posts direcionados com argumentos pró-Trump, que venceu as eleições por pouco.

Em 2015 o The Guardian já tinha feito reportagens investigativas mostrando o uso de dados do Facebook pela Cambridge Analytica na pré-campanha do senador ultraconservador Ted Cruz, e o Facebook tinha se comprometido a banir o aplicativo criado pela empresa e destruir os dados coletados irregularmente, mas isso não foi feito. No Reino Unido, a Cambridge Analytica usou o mesmo método na campanha em favor do Brexit (campanha de saída do Reino Unido da União Europeia). Anúncios extremamente bem feitos eram enviados via Facebook às pessoas cujos dados mostravam que estavam indecisas, como o que mostrava uma senhora numa cama de hospital sendo muito bem cuidada e os dizeres: "Todos os dias nós enviamos 350 milhões de euros para a UE, o suficiente para construir um novo hospital público a cada 7 dias. Clique para ajudar o sistema público de saúde".

Facebook, antes ou depois do Meta, e Google, já foram e voltaram ao Congresso americano para depoimentos. Na primeira rodada, em 2018, após o escândalo, Mark Zuckerberg admitiu que o Facebook coletava dados até mesmo de pessoas que não estão registradas como usuários, e disse que a empresa usa *cookies* para rastrear o que fazem seus usuários na rede quando não estão logados ao Facebook. Também admitiu que informações dos usuários foram vendidas a terceiros. Um senador perguntou: quem vai nos proteger do Facebook?

Em outro escândalo, o Facebook Papers, milhares de documentos internos do Facebook foram vazados a partir de outubro de 2021 por uma ex-funcionária da empresa, Frances Haugen. Ela virou delatora após divulgá-los para a Comissão de Valores Mobiliários dos EUA

(SEC, na sigla em inglês) e para a imprensa, incluindo os veículos, brasileiros Agência Pública e Núcleo. Entre os problemas demonstrados estavam: a falta de investimento em moderação de conteúdo, o que favorece a disseminação de discursos de ódio e campanhas de desinformação; erros no sistema automatizado de detecção de conteúdos violentos; um teste feito por uma funcionária mostrou que o Facebook é capaz de estimular o sentimento de ódio e radicalizar pessoas; os algoritmos da rede social são mal compreendidos pelos próprios funcionários da empresa; a empresa sabia que empregadas domésticas filipinas eram "compradas" na rede e não fez nada; a empresa censurou opositores de governos, como no Vietnã, onde Facebook chegou a bloquear mais de três mil postagens contrárias ao regime vigente só em 2020. O Vietnã é um dos seus mercados mais lucrativos na Ásia (Popli, 2021; Vasconcelos, 2021).

De acordo com um dos documentos do Facebook Papers, a empresa alocou 87% de seu orçamento para desenvolver seus algoritmos de detecção de desinformação para os EUA em 2020, contra apenas 13% para o resto do mundo; ela toma medidas em apenas 3% a 5% dos conteúdos contendo discurso de ódio e 0,6% de conteúdo violento. De acordo com as denúncias, a plataforma leva em consideração movimentos de lobistas e políticos na hora de decidir o que deletar ou qual produto lançar, quando se trata da aplicação da política de conteúdo.

Várias tentativas de regulação, algumas com sucesso parcial, tiveram lugar ao redor do mundo para tentar conter o poderio abusivo das plataformas. Não entraremos no tema neste capítulo por falta de espaço, mas o Grupo EPC PUC-Rio/CNPq tem um livro que trata em detalhes sobre este tema que ainda se desenrola, no Brasil tendo o projeto de lei 2630/2020 está empacado no Congresso por obra e graça

da relação estreita entre parlamentares de direita e as plataformas norte-americanas (Maurício e Saback, 2023).

Foi em 2021 que o Facebook trocou de nome para Meta, numa tentativa de lavar a imagem. Mas será possível que as plataformas precisam mesmo fazer tanta coisa feia e suja para lucrar? E será que elas não têm dinheiro para contratar funcionários que evitem o envio de desinformação e coisas piores para seus usuários? A resposta é que elas nadam em dinheiro, e só uma palavra explica o que fazem, e por que evitam as regulações: ganância.

A receita do Google em 2024 foi de nada menos que US$ 348,16 bilhões. Lembra que o PIB do Brasil foi de US$ 2,1 trilhões em 2024? Ou seja, 6,03 Googles equivaleriam a um Brasil inteiro. Pensa no poder de uma empresa dessas. A receita da Meta em 2024 foi de US$ 164,5 bilhões. Sobre os lucros, já vimos acima que levaram os principais acionistas ao top 10 dos bilionários da Forbes. Do total de receita do Google, US$ 264,59 bilhões são só com anúncios, o que explica porque tantos veículos jornalísticos que dependiam de publicidade fecharam ou minguaram na última década. Aliás, a própria Globo, rede de TV do maior grupo de comunicação jornalismo do país, começou a colocar conteúdo na nuvem do Google (o Google Cloud), dependendo da plataforma em mais um aspecto. Diz o site da Google Cloud[3]:

> Desde o início de 2021, a empresa passou a contar com os serviços Google Cloud. A intenção é que o Google Cloud se torne seu principal provedor de soluções em nuvem e também um catalisador de inovação para a empresa de comunicação. O planejamento prevê a migração para a nuvem de etapas relevantes dos processos de produção e de distribuição de conteúdos produzidos pela Globo, o que irá preparar o terreno para as novidades concretizadas em um futuro próximo.

[3] Disponível em: https://cloud.google.com/customers/globo/?hl=pt-br.

E por falar em nuvem, que é o serviço de armazenamento de dados prestado por plataformas como o próprio Google, Meta, Microsoft e Amazon, o nome não podia ser mais ofuscador da realidade. A nuvem fica na terra, e suga muitos recursos da terra. Os centros de processamento de dados (*data centers*) onde ficam e-mails do Gmail, postagens no Instagram, as conversas do WhatsApp, dancinhas no TikTok, arquivos de texto e imagem, fotos, etc, são prédios formados por fileiras de computadores que exigem grande extração de minérios muitas vezes em condições de superexploração dos trabalhadores, entre outros problemas. Esses centros exigem uma quantidade enorme de energia, como veremos no exemplo abaixo, e o uso dessa energia gera muito calor, então para evitar incêndios, é preciso fazer o resfriamento dos equipamentos. Isso é feito com muita água, e nesse processo a água evapora. Já passamos no Brasil por muitas situações de falta dá'gua e também de falta de energia, mas mesmo assim o governo brasileiro vem mantendo um plano do governo anterior de atração de data centers, colocando o chamado desenvolvimento à frente do meio ambiente, cujo ministério sequer foi convidado para estar à mesa de negociações (Martins, 2025).

> O data center que o Tiktok pretende instalar em Caucaia, município da região metropolitana de Fortaleza, no Ceará, projeta consumir em um dia a mesma quantidade de energia gasta por 2,2 milhões de brasileiros em suas casas. Isso significa que, sozinho, ele gastará mais energia do que 99,9% dos municípios brasileiros – se a sua demanda for comparada diretamente com o consumo médio por habitante de cada cidade (Martins e Amorim, 2025).

No fim das contas, a quem serve tudo isso?

Vimos que sem trabalho não existe valor. Não adiantaria existir dinheiro sem o valor, e o valor vem do trabalho. O fetiche, a cortina de

fumaça da burguesia é que faz parecer que o dinheiro é valor. Existe uma quantidade total de valor produzida na sociedade, o dinheiro não é criado do nada, mas a distribuição desse valor na versão neoliberal do capitalismo é muito desigual. O Brasil, com um governo de esquerda, volta a redistribuir renda, mas a passos lentíssimos dado o Congresso estar dominado pela direita e extrema-direita. E é nesse contexto que está a comunicação hoje, voltada não ao interesse público em primeiro lugar, mas a interesses privados, com uma profunda concentração de poder e capital nas mãos das plataformas globalizadas, cujas ações estão concentradas em pouquíssimas mãos. A busca desenfreada das *big techs* por lucro tem atingido a vida diária de muita gente ao redor do mundo, incluindo aí a criação de novas máquinas, com destaque para a IA, que tira empregos e desintelectualiza trabalhadores e usuários.

No sistema de divisão social do trabalho, mostrava Marx, como nós não estamos mais próximas do processo de trabalho das outras pessoas, achamos que somos independentes deles, passamos a achar que somos dependentes do dinheiro. Hoje existe a ilusão de que podemos ficar sozinhos dependendo de máquinas, da mesma forma que o dinheiro faz com que tenhamos a ilusão de que dependemos dele, e não do trabalho de todos que gera o valor que é representado pelo dinheiro. É preciso nunca esquecer de que por trás das máquinas existe o trabalho vivo de pessoas. Continuamos dependendo uns dos outros. Está na hora de tomarmos as rédeas dessas revoluções tecnológicas para que elas sirvam a nós, o povo.

Referências

ALPHABET. **Proxy Statement**, p. 34-35. Disponível em: https://abc.xyz/investor/annual-meeting/. Acesso em: 7 jun. 2025.

BALTHAZAR, Ricardo. Crédito à transição verde em revisão. **Valor Econômico**, 2 mai. 2025. Disponível em: https://valor.globo.com/financas/noticia/2025/05/02/credito-a-transicao-verde-em-revisao.ghtml . Acesso em: 3 mai. 2025.

BRADSHAW, Tim (2025). "Nvidia é a primeira empresa a atingir US$ 4 trilhões". **Valor Econômico**, 10 jul. 2025. Disponível em: https://valor.globo.com/empresas/noticia/2025/07/10/nvidia-e-a-primeira-empresa-a-atingir-us-4-trilhoes.ghtml. Acesso em: 12 jul. 2025.

CASAMENTO de Bezos gera protestos em Veneza. **G1**, 28 jun. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2025/06/28/casamento-de-bezos-gera-protestos-em-veneza.ghtml. Acesso em: 7 jul. 2025.

FENAJ. **Código de ética dos jornalistas brasileiros**. 2007. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso em: 11 jul. 2025.

FORBES. **The real time billionaires list**. Disponível em: https://www.forbes.com/real-time-billionaires/#2492ff63d788. Acesso em: 9 jul. 2025.

FREITAS, Felipe. Busca do Google fica abaixo dos 90% pela primeira vez em uma década. Tecnoblog, 30 abr. 2025. Disponível em: https://tecnoblog.net/noticias/busca-do-google-cai-pela-primeira-vez-em-uma-decada/. Acesso em: 11 jul. 2025.

MARTINS, Laís. (2025). A boiada da IA: Governo escanteia Ministério do Meio Ambiente e ignora riscos em política nacional de data centers. **Intercept Brasil**, 28 abr. 2025 https://www.intercept.com.br/2025/04/28/governo-escanteia-ministerio-do-meio-ambiente-e-ignora-riscos-em-politica-nacional-de-data-centers/. Acesso em: 9 jul. 2025.

MARTINS, Laís; AMORIM, Francisco. (2025). 'Para ficar árido, é só um empurrãozinho': TikTok construirá mega data center em cidade com histórico de seca no Ceará. **Intercept Brasil**, 22 mai. 2025. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2025/05/22/tiktok-data-center-cidade-seca-no-ceara/. Acesso em: 9 jul. 2025.

MAURÍCIO, Patrícia. Regulação do audiovisual no Brasil: tudo outra vez de novo. **Revista Eptic**, v. 17, n. 2, 2015. Disponível em:

https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/137/pdf. Acesso em 11 jul. 2025.

MAURÍCIO, Patrícia; SABACK, Lilian (Orgs.). **Regulação das Comunicações e o Interesse Público**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2023.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I vol. 1 – o processo de produção do capital; tradução de Reginaldo Sant'Anna. 34ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MATOS, Mara. Para Gartner, mais de 40% dos projetos de IA agêntica vão falhar. In: **Teletime**, 7 jul. 2025. Disponível em: https://teletime.com.br/07/07/2025/para-gartner-mais-de-40-dos-projetos-de-ia-agentica-vao-falhar/. Acesso em: 9 jul. 2025.

MATSUURA, Sérgio. Web celebra aniversário preocupada com ameaças. **O Globo**,

12/03/2018. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/web-celebra-aniversario-preocupada-com-ameacas-22476062. Acesso em: 12 jul. 2025.

META. **Annual meeting and proxy statement**. Disponível em: https://d18rn0p25nwr6d.cloudfront.net/CIK-0001326801/817c2e5b-b0be-40f5-8b52-4f5a0db288c5.pdf. Acesso em: 12 jul. 2025.

PBS. "Godfather of AI" Geoffrey Hinton Warns of the "Existential Threat" of AI. **Amanpour and Company**, 9 mai 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=Y6Sgp7y178k&t=77s. Acesso em: 12 jul. 2025.

POPLI, Nik. The 5 Most Important Revelations From the 'Facebook Papers'. **Time**, 25 out. 2021. Disponível em: https://time.com/6110234/facebook-papers-testimony-explained/. Acesso em: 12 jul. 2025.

SINDICATO dos Bancários da Bahia. Graças a FHC, donos do Itaú recebem R$ 9 bi, 2 mai. 2018. Disponível em: https://www.bancariosbahia.org.br/noticia/23740,gracas-a-fhc-donos-do-itau-recebem-r-9-bi.html. Acesso em: 9 jul. 2025.

SOUSA, Sérgio de. Treinamento de guerra. **Intercept Brasil**, 4 jun de 2025. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2025/06/04/oficinas-google-meta-partido-bolsonaro/. Acesso em: 5 jun. 2025.

STATISTA. Most popular social networks worldwide as of February 2025, by number of monthly active users. 2025. **Statista**. Disponível em: https://www.statista.com/statistics/272014/global-social-networks-ranked-by-number-of-users/. Acesso em: 10 jul. 2025.

THE NOBEL PRIZE. Geoffrey Hinton: Fatos. 2024. Disponível em: https://www.nobelprize.org/prizes/physics/2024/hinton/facts/. Acesso em: 5 mai. 2025.

VASCONCELOS, Rosália. Perdido com os Facebook Papers? Entenda as denúncias contra a rede social. Uol, Tilt, 10 nov. 2021. Disponível em: https://encurtador.com.br/DMnmo. Acesso em: 12 jul. 2025.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilancia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

Os impactos da inteligência artificial para o jornalismo e o interesse público

Raquel de Queiroz Almeida
Patrícia Maurício

A Inteligência Artificial (IA) generativa ganhou maior popularidade entre o público em geral em 2023, especialmente por conta das respostas praticamente humanas dadas a perguntas feitas ao ChatGPT e pelo lançamento do sistema do Google, o Bard, posteriormente rebatizado de Gemini. O encanto de muitos com mais essa maravilha da tecnologia escondeu, no entanto, que esta é mais uma forma da subsunção real do trabalho intelectual no capital[1], e que carrega com ela ainda outros riscos. O reconhecimento do DeepSeek, empresa chinesa de IA criada por um dono de fundo de investimentos do mercado financeiro[2], como rival à altura do americano ChatGPT (e com código aberto) no início de 2025, somado à posse de Donald Trump na presidência dos EUA, trouxe de volta o acirramento da briga entre estes dois países pelo domínio das tecnologias de informação e

[1] O jornalismo, um dos últimos redutos do trabalho intelectual após as revoluções industriais, se vê a ponto de ser feito em boa parte por máquinas a serviço do capital, conforme aconteceu com outras profissões: "Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, serve à máquina [...] A separação entre as forças intelectuais do processo de produção e o trabalho manual e a transformação delas em poderes de domínio do capital sobre o trabalho se tornam uma realidade consumada [...] na grande indústria fundamentada na maquinaria." (Marx, 2016, p. 483)

[2] Disponível em Quem é o fundador da DeepSeek? Conheça a história de Liang Wenfeng | Exame. Acesso em 25/06/2025.

comunicação de ponta, na qual o Brasil é mero mercado consumidor (Maurício, Almeida e Soares Jr., 2021).

A IA de que trata este artigo é chamada de generativa porque estes aparatos tecnológicos, a partir dos dados que coletam (textos, imagens etc), podem gerar conteúdos novos, com linguagem humana. Podem, por exemplo, escrever novos roteiros de filmes a partir de muitos outros roteiros onde "aprenderam" a reproduzir padrões desse tipo conteúdo; criar quadros com o estilo de um artista a partir da repetição de modelos, e também escrever reportagens a partir da coleta de dados sobre os fatos e de outras reportagens já publicadas. E estes grandes modelos de linguagem (LLM) são apenas a ante-sala de algo mais poderoso e, por que não dizer, assustador, que são os agentes de IA, que podem fazer tudo isso e ainda se conectar com ambientes externos a eles, e assim tomar decisões e agir. Nem é preciso lembrar (mas lembramos) que máquinas de IA, além de seguir os objetivos traçados pelas empresas que são suas proprietárias, também "alucinam", apresentando comportamentos fora dos padrões, ou seja, trazendo um problema a mais para o já problemático fato de que os donos de IA estão no negócio pelo lucro em primeiro lugar, e não pelo interesse público.

Relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2025) aponta que a IA Generativa impactará 25% dos empregos existentes hoje no mundo, com maior exposição especialmente para aqueles com tarefas administrativas ou trabalhos cognitivos mais digitalizados, como os de setores de comunicação, software e finanças. O trabalho dos jornalistas está acossado pela IA generativa tanto na produção de conteúdo – o que afeta o número de empregados necessários – como no uso, pelas empresas donas da tecnologia, de conteúdo produzido por jornalistas sem que sejam respeitados os direitos autorais. Ao mesmo tempo, jornalistas já trabalham de forma precarizada para plataformas de IA. Nos EUA, a plataforma Outlier foi

lançada em 2023 pela Scale AI, uma empresa de anotação de dados (para treinamento de IA) que vem recrutando jornalistas desempregados ou precarizados. Entre seus clientes estão OpenAI, Meta e Microsoft.

> Outlier e plataformas semelhantes como CrowdGen e Remotasks usam redes de trabalhadores humanos remotos para melhorar os modelos de IA de seus clientes. Os trabalhadores são pagos por hora para tarefas como rotular dados de treinamento, redigir instruções de teste e avaliar a precisão factual e a gramática dos resultados. Muitas vezes, o seu trabalho é realimentado num modelo de IA para melhorar o seu desempenho, através de um processo denominado aprendizagem por reforço com feedback humano (RLHF). Esse ciclo de feedback humano tem sido fundamental para a construção de modelos como o GPT da OpenAI e o Llama da Meta (Deck, 2025)[3].

O objetivo deste capítulo é mostrar a relação atual de parte da grande imprensa com a IA generativa neste contexto marcado pela atuação indiscriminada das grandes plataformas estrangeiras, e as possibilidades de regulação em curso. Para isso, levantamos dados de fontes documentais e realizamos uma revisão bibliográfica sobre inteligência artificial e plataformização a partir de artigos e livros sob a ótica crítica da Economia Política da Comunicação, e analisamos 32 publicações no período de um ano (março de 2023 a março de 2024) sobre o tema na imprensa em geral e especializada. Fizemos também entrevistas em profundidade, por telefone com o presidente executivo da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Marcelo Rech, e por meio de

[3] Tradução livre de: Outlier, and similar platforms like CrowdGen and Remotasks, use networks of remote human workers to improve the AI models of their clients. Workers are paid by the hour for tasks like labeling training data, drafting test prompts, and grading the factual accuracy and grammar of outputs. Often their work is fed back into an AI model to improve its performance, through a process called reinforcement learning with human feedback (RLHF). This human feedback loop has been core to building models like OpenAI's GPT and Meta's Llama.

uma plataforma online de vídeo com o presidente da Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner), Rafael Soriano, para compreender as motivações que levaram ambas as associações a evitar que IAs usassem acervos dos veículos de comunicação para os aprendizados de máquina.

A análise das publicações na imprensa permitiu indicar que esse foi o comportamento adotado por todos os veículos que não conseguiram acordos comerciais com as empresas detentoras dos sistemas de inteligência artificial, caso dos jornais e revistas brasileiros. As informações compiladas mostram que esse posicionamento se deu ao mesmo tempo em que muitos dos veículos brasileiros experimentam a aplicação de IA generativa de grandes conglomerados de tecnologia em seus fluxos internos de produção de notícias. Para entender a visão e o uso da IA por jornalistas, em junho de 2024 fizemos entrevistas por áudio de WhatsApp com a presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e por telefone com dois jornalistas experientes de editorias diferentes de dois grandes jornais da Região Sudeste. Ambos pediram para não ser identificados, por isso vamos chamá-los de X e Y, sem discriminar gênero.

IA como forma de criar mais valor para os capitalistas

A tecnologia da inteligência artificial é recente, mas o motivo pelo qual ela foi criada é o mesmo desde os primórdios do capitalismo, conforme Marx já constatava n'O Capital. Após analisar o capitalismo nos mínimos detalhes para entender o seu modo de funcionamento, Marx (2016) explica que a relevância da máquina para esse sistema é produzir muito mais rapidamente um produto, e substituir trabalhadores, aumentando por isso os ganhos do capitalista, desde que o preço da máquina seja inferior ao dos salários dos trabalhadores que conseguirá substituir. Uma nova máquina é criada quando os

produtores de um produto já usam as mesmas tecnologias e o lucro começa a cair. É preciso então, do ponto de vista do capitalista, criar uma nova máquina que traga para ele um lucro extraordinário, ao ter mais produtos para vender que os outros e ainda poder barateá-los. Desta forma o capitalismo segue de máquina em máquina, sempre colocando nelas o conhecimento do trabalhador sobre como fazer determinado produto.

Bolaño (2002) afirma que houve três revoluções industriais: na primeira, o conhecimento do artesão sobre como fazer um produto foi colocado em máquinas; a segunda se deu com a criação de máquinas que faziam máquinas; e as mudanças tecnológicas que trazem a terceira revolução industrial são, principalmente, a microeletrônica, a informática e as tecnologias da informação e da comunicação. Segundo o autor, em cada uma dessas revoluções, mais conhecimento do trabalhador sobre como fazer seu ofício foi sendo colocado em máquinas, que passaram a ser operadas por trabalhadores menos qualificados e, portanto, mais baratos para o empregador. A inteligência artificial generativa e a agêntica são mais uma dessas formas de fazer com que os donos dos meios de produção, os donos dessas máquinas, lucrem mais. O capitalista não pensa em criar as máquinas para que os trabalhadores possam ter mais tempo livre, mas para se apropriar de mais tempo do seu trabalho que gera lucro – o mais-valor, ou mais-valia.

Yi (2020) cita as desigualdades que a IA já provoca entre trabalhadores (os que têm o conhecimento intelectual para orientar e mandar nas máquinas e os que são mandados por elas), entre as empresas (as que têm capital para produzir/comprar as máquinas de IA e as que ficam para trás na tecnologia) e entre os países (os que têm ou não empresas dominantes de IA). Suas ideias de criar leis internacionais de proteção ao trabalhador e mecanismos antimonopólio e de distribuição do capital para regiões menos desenvolvidas são importantes, mas com

alta complexidade de implantação em países que, mesmo que estejam em regime democrático, tenham um sistema capitalista neoliberal. Essas conquistas se dão na política, e a política vem sendo em parte subordinada ao grande capital, que financia as campanhas dos políticos para levá-los ao poder.

O capitalismo tende à concentração, como se tem visto ao acompanhá-lo historicamente. Conseguir fazer esta mudança dentro do sistema capitalista exige um nível de mobilização da classe trabalhadora difícil de existir após décadas de difusão das ideias neoliberais através de *think tanks* e da própria mídia tradicional, sem o contraponto de teorias econômicas que levem em conta os efeitos de políticas econômicas sobre os trabalhadores e a população em geral (Brandão, 2013; Silva, 2018). De acordo com Morozov (2018), não existiria o Uber sem as décadas de afrouxamento das legislações trabalhistas ao redor do mundo. O mesmo ocorre nas redações jornalísticas, com a diminuição dos salários e benefícios, a transformação de celetistas em pessoa jurídica (PJ) para reduzir os custos do emprego e o uso constante de profissionais freelancers. Essa redução de custos com a força de trabalho aumenta com a aplicação de novas tecnologias que substituem o trabalho humano quando isso se torna economicamente vantajoso.

> Atualmente, a tecnologia de inteligência artificial está em constante desenvolvimento, mas no processo de seu desenvolvimento e aplicação, ela é alienada e se opõe a nós. [...] definimos o fenômeno de alienação relacionado à Inteligência Artificial como o problema da alienação de inteligência [...]. A capacidade de pensar não será mais exclusividade dos humanos. Assim como as máquinas superam os humanos em força física, a inteligência artificial provavelmente superará os humanos em "poder cerebral" e os humanos se tornarão cada vez mais dependentes dela. Da teoria Lamarckiana à teoria da obsolescência, podemos

> prever que o cérebro humano neste ambiente tem tendência a degenerar (Yi, 2020, p. 183-184)[4].

As reflexões de Yi dialogam, mas apenas em parte, com observações do neurocientista Miguel Nicolelis em entrevista ao programa Reconversa[5], em 2023:

> O cérebro humano evoluiu para otimizar as nossas chances de sobreviver, e não para decifrar o que está aqui fora. Evoluiu para extrair do que está aqui fora as relações causais para maximizar a nossa sobrevivência. E ele utiliza a estatística que é criada pelo grupo social ou pelo mundo exterior de recompensas para calcular o caminho que eu devo seguir para maximizar a sobrevivência. Então o problema não é a IA substituir o ser humano, como muitos temem. O problema é que se todas as recompensas do mundo atual forem ditadas pela lógica digital, sim ou não, não existir um intervalo de cinzas entre branco e preto, o cérebro vai entender que, para sobreviver, tem que copiar essa lógica, tenho que passar a me comportar dessa maneira. Então todo o sistema emocional, límbico, se torna binário. Pesquisas norte-americanas já mostram uma queda brutal no vocabulário dos adolescentes, da interpretação de texto e do raciocínio lógico. Nós estamos contraindo certas habilidades básicas cognitivas que foram fundamentais para chegarmos aqui. O cérebro está constantemente se automodelando de acordo com o que a gente oferece para ele.

---

[4] Tradução livre de: At present, Artificial intelligence technology is constantly developing, but in the process of its development and application, it is alienated and opposed to us. [...] we define the alienation phenomenon related to Artificial intelligence as the problem of intelligence alienation [...]. The ability to think will no longer be the exclusive preserve of humans. Just as machines surpass humans in physical strength, Artificial intelligence is likely to surpass humans in "brain power," and humans will become increasingly dependent on it. From Lamarckian theory to the theory of obsoletion, we can predict that the human brain in this environment has a tendency to degenerate.

[5]" Miguel Nicolelis explica por que a IA nem é inteligência nem é artificial", 7 ago. de 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Fw8fJxWhQX8. Acesso em: 19 fev. 2024.

Segundo o cientista, esse nivelamento por baixo da utilização dos cérebros, junto com a distribuição em massa de desinformação, acaba com a política, porque a política pressupõe escolha. Como se pode escolher baseado em informação errada e cérebro com cognição reduzida? Um estudo do MIT publicado em 2025 corrobora o que Nicolelis já vinha informando: a capacidade cognitiva de pessoas que usam sistemas de inteligência artificial pode ficar realmente comprometida após determinado período de tempo. Os cientistas analisaram os comportamentos neurais de 54 pessoas divididas em três grupos para redigir redações a partir de temas sugeridos, sendo que um deles usava exclusivamente LLM, IA que pode reconhecer e gerar textos. Um outro grupo usou apenas mecanismos de busca de conteúdo para redigir os textos, e o terceiro não teve acesso a nenhuma ferramenta digital, apenas o próprio cérebro e informações que já possuíam sobre as temáticas apresentadas pelos cientistas. A pesquisa concluiu que, ao longo de quatro meses, os usuários de LLM apresentaram desempenho consistentemente inferior nos níveis neural, linguístico e comportamental, e concluiu que há o risco de implicações educacionais de longo prazo com a dependência desses sistemas, além de efeitos negativos na aprendizagem (MIT, 2025).

Nicolelis alerta que a IA não é nem inteligência (que é uma propriedade emergente da matéria orgânica) nem é artificial, mas sistemas algorítmicos: "Tem milhões de seres humanos trabalhando e alimentando esses sistemas, inclusive os subcontratados a preço de banana para ver atrocidades na internet, classificar tudo o que é de pior para ensinar os algoritmos sobre o que devem bloquear". Gong também afirma que mesmo com toda a evolução tecnológica, a IA não pode substituir o ser humano.

> Embora a inteligência artificial possa substituir atividades humanas específicas em algumas práticas, as atividades em si

> não são práticas [práxis]. Mesmo através da aprendizagem profunda [deep learning], todas as atividades da IA são apenas a introdução de regras e a expressão de programas. [...] Na prática, a inteligência artificial não tem capacidade de raciocínio e não consegue julgar diferentes ambientes. A inteligência artificial não tem como ter autoconsciência, então a inteligência artificial é apenas uma tecnologia, uma ferramenta e um produto da prática humana[6]. (Gong, 2021, p. 153)

Em pesquisa para a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e apresentada em fórum da ONU, Berg e Gmyrek (2023) afirmam que, no caso do trabalho intelectual, a atenção costuma estar focada no desemprego, mas o maior efeito será no dia-a-dia do trabalho. Para este estudo, eles utilizam uma tabela internacional de ocupações e resumem a identificação dos trabalhadores intelectuais como não apenas quem cria, analisa e compartilha informação, mas os chamados "colarinhos brancos" somados aos clérigos e técnicos em áreas como educação e direito. Eles informam que a maioria dos trabalhadores intelectuais do mundo está nos países de renda mais alta (de 35% a 54% de todos os empregos) e de renda média-alta (22% a 35%).

Segundo Berg e Gmyrek (2023, p.3), "ainda é cedo para dizer, mas tem havido relatos na imprensa popular de jornalistas, ilustradores e redatores que receberam uma oferta de uma fração do seu salário habitual pela edição baseada em consultoria de conteúdo gerado automaticamente". E este conteúdo gerado é baseado justamente em trabalhos de profissionais capturados pela IA. Os pesquisadores são moderadamente otimistas em relação à diminuição de vagas de trabalho

[6] Tradução livre de: Although artificial intelligence can replace human specific activities in some practices, activities themselves are not practices. Even through deep learning, all activities of AI are just the input of rules and the expression of programs. [...] In practice, artificial intelligence has no thinking ability and can't judge different environments. Artificial intelligence has no way to have self-consciousness, so artificial intelligence is just a technology, a tool, and a product of human practice.

e outros efeitos negativos sobre o trabalho, com muitos "se" (se os trabalhadores tiverem voz na implantação da tecnologia no ambiente de trabalho, se houver treinamento e proteção social etc), mas não atingem a questão crucial que é a da concentração do capital e a busca voraz por lucro que estão na base deste desenvolvimento tecnológico.

Impactos da Inteligência Artificial no jornalismo

O jornalismo é um dos territórios onde a Inteligência Artificial pode gerar mais impactos e consequências negativas. No contexto econômico atual, as empresas jornalísticas tradicionais (e também os empreendimentos jornalísticos nativos digitais) têm perdido cada vez mais recursos de publicidade, principal fonte de remuneração do segmento, devido à atuação das plataformas digitais dos grandes conglomerados de tecnologia. Ao capturar os dados dos usuários para enviar publicidade direcionada, gigantes como o Google (através do mecanismo de busca e do Youtube), Meta (com Instagram e Facebook, além da captura no WhatsApp) e Tik Tok vêm há anos recebendo a maior parte da verba publicitária, deixando pouco para os veículos de mídia tradicional (Maurício, Almeida e Soares Jr., 2022). Dessa forma, ponderações sobre se a IA pode ou não contribuir para a qualidade do jornalismo e se o ser humano executará melhor as tarefas ficarão em segundo plano diante da sustentabilidade financeira dos veículos e do lucro para seus donos. Além da redução de postos de trabalho para os profissionais que ali atuam, a aplicação de IA de forma indiscriminada pode contribuir para nova perda de relevância dos veículos jornalísticos no fornecimento de informações para a população, e, consequentemente, na credibilidade e veracidade das notícias em circulação, o que está diretamente relacionado ao interesse público e à democracia.

Mecanismos de busca como o Google já utilizam LLM para construção de respostas a buscas em seus sites, deixando de levar os usuários para links dos sites de notícias que traziam as informações procuradas, assim como faz o ChatGPT e similares. Veículos norte-americanos como o *Huffington Post* e o *Washington Post* tiveram queda de acessos de cerca de 50% desde 2022, segundo dados da Similarweb (Bernardi, 2025). No *Business Insider*, o recuo foi de 55% em três anos, o que levou à demissão de 21% da equipe editorial. No *The New York Times* o tráfego gerado pelos mecanismos de busca caiu de 44% para 36%.

Muitas dessas tecnologias de inteligência artificial para manipulação de grandes volumes de dados, checagem de informações, produção de textos a partir de dados e até de manipulação de imagens já têm sido usadas tanto por redações de veículos de comunicação hegemônicos, como por projetos alternativos de jornalismo (Simon, 2024), de forma indiscriminada ou estimulada pelas grandes empresas de tecnologia, que apregoam ganhos de produtividade e eficiência em sua adoção. Já é possível encontrar cursos para ensinar jornalistas a usar diversas plataformas de IA. Um deles apregoa que, pelos R$ 39,90 do curso o aluno ganha ainda "um e-book com comandos avançados para otimizar seu uso do ChatGPT em várias áreas do jornalismo, incluindo produção de conteúdo, investigação, verificação de fatos, redação e análise de dados"[7].

Ao mesmo tempo, no entanto, escaldados pelos efeitos negativos gerados pela plataformização (Srnicek, 2017) e pela vigilância (Zuboff, 2020) praticada pelas plataformas digitais em seus modelos de negócio voltados à publicidade, há movimentos de resistência de empresas de comunicação que produzem jornais, jornalismo de rádio e de TV: elas

[7] Disponível em: https://iaparajornalistas.com.br/

têm impedido que os grandes grupos à frente dos sistemas de IA acessem seus arquivos de conteúdo para a aprendizagem de máquinas. Os veículos ganham tempo para achar outras soluções para mitigar os danos que se avizinham, como a regulação.

Steinhoff (2021) alerta para o fato de as tecnologias de IA serem mais um exemplo de como o capitalismo avança sobre o trabalho e os trabalhadores, precarizando ainda mais alguns deles, dividindo e criando novas categorias de trabalhadores, especialmente porque o aprendizado das máquinas faz com que novos aparatos maquínicos possam ser criados. E o jornalismo, neste caso, sendo justamente usado no aprendizado de máquinas, está servindo a essa dinâmica de extração de mais valor, dinâmica primordial do capitalismo. O primeiro veículo a se posicionar de forma incisiva e beligerante contra o acesso das tecnologias de inteligência artificial em seu acervo foi o *The New York Times*, em agosto de 2023[8]. O principal argumento usado para o bloqueio era garantir o direito autoral de seus conteúdos jornalísticos. A postura de negar acesso aos robôs da Open AI adotada pelo jornal norte-americano foi seguida por outros grandes conglomerados jornalísticos, como *CNN, Reuters, Washington Post, Financial Times, Chicago Tribune* e *ABC*.

O *NYT* ainda abriu um processo judicial, em dezembro de 2023, contra o consórcio da Open AI e a Microsoft, maior grupo empresarial investidor da iniciativa, alegando que o ChatGPT reproduzia seus artigos infringindo os direitos autorais e de uso e prejudicava suas receitas. Citou como exemplos trechos de reportagens transcritos literalmente pelas ferramentas e sem crédito. Ao mesmo tempo, o jornal

[8] Disponível em https://www.theverge.com/2023/8/21/23840705/new-york-times-openai-web-crawler-ai-gpt. Acesso em 18/03/2024.

montou seu próprio time de engenheiros de computação para pesquisar e criar soluções proprietárias de IA para a produção jornalística[9].

A reação da OpenAI foi ruidosa, alegando ter sido pega de surpresa com o processo judicial, uma vez que as negociações com o *NYT* caminhavam bem, e refutando um dos argumentos do jornal de que os conteúdos produzidos pela IA estavam com erros grosseiros de informação. Segundo informações que constam em postagem no site do consórcio sobre a disputa entre as partes[10], os erros nas matérias derivam de informações inconsistentes de fontes terceirizadas ainda usadas pelo próprio *The New York Times*.

No Brasil, a Editora Globo, que reúne títulos como *O Globo*, *Valor*, *Extra* e várias revistas (e é parte do Grupo Globo, dono da maior emissora de televisão do país), anunciou o bloqueio de acessos às ferramentas de inteligência artificial em novembro de 2023[11]. Sob o argumento de proteger o jornalismo profissional, alterou seus termos de uso, vetando expressamente a utilização de seus conteúdos por essas ferramentas, "uma vez que se beneficiam de um manancial de informações já publicadas em uma apropriação de conteúdo sem remuneração e que enfraquece as empresas de jornalismo" (Valor, 2023).

A Associação Nacional de Jornais (ANJ), por sua vez, já vinha orientando seus associados a impedir e proibir o uso de conteúdos jornalísticos sem autorização ou acordo compensatório pelos desenvolvedores de sistemas e aplicativos que usam IA. A ANJ foi uma

[9] Disponível em https://www.theverge.com/2024/1/30/24055718/new-york-times-generative-ai-machine-learning. Acesso em 18/03/2024.
[10] Disponível em https://openai.com/blog/openai-and-journalism. Acesso em 11/03/2024.
[11] Disponível em https://valor.globo.com/empresas/noticia/2023/11/24/editora-globo-atualiza-regras-e-impede-acesso-de-ferramentas-de-inteligencia-artificial-generativa-a-seus-sites.ghtml. Acesso em 11/03/2024.

das entidades que lançaram um movimento global com outros 25 signatários para que sejam respeitados os direitos de autor e de propriedade intelectual dos veículos de jornalismo, além de exigir transparência sobre a origem dos conteúdos usados pelos sistemas IA. A associação reconhece a importância institucional da desautorização global e coletiva como forma de apressar uma regulação com alcance mundial sobre as empresas de tecnologia, mas admite que somente esse expediente não tem força legal. "A recomendação fundamental dos especialistas internacionais é para que não se cometa o mesmo erro dos primórdios da internet ao se conceder livre e gratuitamente à IAG o acesso ao uso de valiosos conteúdos jornalísticos", afirmou, em comunicado aos membros da associação, o jornalista e presidente executivo da ANJ, Marcelo Rech. Em entrevista para esse capítulo, Rech alerta que o momento é de gravidade nunca vivida pelo jornalismo:

> É uma ameaça existencial. Não podemos cometer o mesmo erro de 25 anos atrás quando houve um deslumbramento pelas empresas de tecnologia e ficamos repetindo para nós mesmos que o conteúdo é rei e que sobreviveríamos apenas de recursos de publicidade. A inteligência artificial é a maior ameaça de nossa história. Ela pode extinguir o jornalismo e trazer consequências geopolíticas não imaginadas com o fim da pluralidade e o crescimento da desinformação (Rech, 2024).

O jornalista destaca, no entanto, que essa não é a realidade percebida pela maior parte dos veículos de comunicação brasileiros: poucos foram aqueles que adotaram as recomendações, devido a algumas dificuldades técnicas para sua execução. O motivo, segundo o executivo, é o fato de a maior parte dos veículos ter outras prioridades a enfrentar no território da tecnologia ou mesmo dos resultados financeiros dos negócios abalados pela perda de recursos de publicidade. Rech acredita que somente um pacto amplo e global poderia ser capaz

de frear as ameaças e riscos trazidos pela IA ao jornalismo. Nem mesmo a regulação é para ele um caminho possível, uma vez que ela surge apenas algum tempo após as práticas de mercado estarem implementadas e, no caso do PL 2338/2023, que tramita no Congresso brasileiro, não atua sobre os direitos autorais no jornalismo.

Presidente da Associação de Editores de Revistas (Aner), o advogado Rafael Soriano também reconhece a baixa adesão ao debate sobre o tema entre as empresas associadas. E atribui o fato ao desconhecimento e até à dependência de plataformas como Google por parte de alguns desses pequenos veículos.

> Editor de revistas hoje tem perfil muito específico. Tirando os grandes grupos, é profissional de um veículo pequeno, regional e muito nichado. E ele não está nem pensando nisso, está batalhando para sobreviver. A estratégia dos grandes grupos tem sido se associar à capacitação e ganhos que podem ser obtidos com essas tecnologias. Como posso usar a IA para produzir textos e reduzir o custo com equipe? (Soriano, 2024).

Entretanto, Soriano identifica, no atual momento, percepção e postura diferentes dos veículos de comunicação em relação à atuação das grandes empresas de tecnologia. "A visão crítica mudou completamente em relação ao que vivemos com as redes sociais e as plataformas digitais. Há uma tomada de consciência de que o risco é grande para o jornalismo", garante o advogado. Rech, presidente da ANJ, também reconhece esse comportamento diferenciado dos veículos de comunicação em relação aos grandes *players* que lideram a nova corrida da inteligência artificial.

Mas o presidente da Aner lembra que há subjetividades na apreciação e avaliação de ações legais em relação ao conteúdo gerado a partir da consulta a outros conteúdos já publicados pelos veículos.

> Em que medida o *machine learning* é uma utilização que vai contrária ao *copyright*, ao uso indevido de conteúdo protegido? Para fins de plágio, esse conteúdo deveria ser remunerado, mas o ser humano também pode fazer isso, pode se informar e criar algo novo. Diante da forma como esse uso será feito depois, com fins de remuneração pelas empresas detentoras dessas tecnologias de inteligência artificial, entendemos que precisa ser remunerado sim, mas o debate é amplo (Soriano, 2024).

Rech, da ANJ, aponta como um problema adicional os acordos que estão sendo fechados por grandes grupos de comunicação na Europa e nos Estados Unidos com a OpenAI e o Google, definindo valores e parâmetros de futuros acordos em outras partes do mundo. O Google, por exemplo, iniciou em fevereiro de 2024 um projeto piloto com um grupo de veículos que fazem parte de seu programa de incentivo ao desenvolvimento do jornalismo (Google News Initiative), fornecendo acesso para uma nova plataforma generativa de inteligência artificial[12]. Em troca, os veículos são remunerados para produzir um volume de conteúdo diariamente e oferecer avaliação sobre o uso da plataforma pelo período de 12 meses.

Segundo o Google, a plataforma experimental foi criada para ajudar pequenos editores locais a produzir jornalismo utilizando dados públicos com base em IA. É mais um passo no marketing do Google de se colocar como apoiador do jornalismo para evitar regulação. Há décadas a *big tech* promove programas de "incentivo" ao jornalismo fornecendo recursos tanto para grandes e tradicionais veículos de mídia como para novos empreendimentos liderados por jornalistas como forma de demonstrar sua isenção e sua preocupação com o jornalismo

[12] Disponível em https://www.adweek.com/media/google-paying-publishers-unreleased-gen-ai/?ref=nucleo.jor.br#. Acesso em 19/03/2024.

de interesse público diretamente corroído por sua ação predatória (Almeida, 2024).

Outras organizações têm fechado acordos com o consórcio da OpenAI para garantir remuneração pelo uso de seus conteúdos no aprendizado dos sistemas de inteligência artificial. A agência de notícias *Associated Press* (AP) anunciou em julho de 2023[13] que licenciaria parte de seu arquivo de reportagens em um acordo financeiro com a OpenAI pela exploração do acervo no uso de IA generativa em notícias. Em contrapartida, a *AP* passou a ter acesso aos sistemas de tecnologia da OpenAI, assim como pagamento de um valor não revelado pelas partes pelo acesso aos conteúdos.

O grupo alemão Axel Springer assinou acordo histórico de licenciamento de seu conteúdo com a OpenAI em dezembro de 2023[14]. Pelo acordo, que não é exclusivo e cujos valores oficiais não foram divulgados, a criadora do ChatGPT poderá usar conteúdo histórico de títulos como *Político, Build, Business Insider*, entre outros. Além disso, há outro fluxo de pagamento exclusivo por novos conteúdos publicados pelos veículos jornalísticos do grupo, em valores avaliados em dezenas de milhões de euros por ano. Haverá também desenvolvimento dos times de tecnologia das redações. Os veículos, nesses casos, passam a ser prestadores de serviços às plataformas, e aumentam ainda mais sua dependência delas para continuar existindo. Em março de 2024, duas grandes editoras europeias também assinaram acordo com a OpenAI: *Le Monde*" e *Prisa*[15]. O licenciamento prevê oferta de notícias em

[13] Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/07/associated-press-faz-acordo-com-openai-para-usar-ia-em-noticias.shtml. Acesso em 11/03/2024

[14] Disponível em https://valor.globo.com/empresas/noticia/2023/12/16/ft-acordo-entre-openai-e-axel-springer-da-novo-modelo-para-empresas-de-midia-e-big-techs.ghtml. Acesso em 12/02/2024

[15] Disponível em https://valor.globo.com/empresas/noticia/2024/03/13/chatgpt-tera-conteudo-de-noticias-do-le-monde-e-prisa-diz-openai.ghtml. Acesso em 22/03/2024

francês e espanhol para o ChatGPT, que irá auxiliar no treinamento de modelos de IA do consórcio tecnológico.

Em paralelo aos posicionamentos divergentes sobre os acessos dos robôs aos conteúdos jornalísticos, o uso de ferramentas de IAG tem crescido exponencialmente entre os veículos de comunicação, tanto pelas empresas de comunicação hegemônicas, como por projetos de jornalismo independente. O *Estadão*, por exemplo, lançou em outubro de 2023[16] chatbot que usa conteúdos de suas reportagens e do acervo para responder dúvidas de seus leitoresl. Segundo o veículo, o robô Leia constrói as respostas com base no arquivo do jornal.

Já nas rotinas de produção jornalística o veículo relata usar ferramentas de inteligência artificial para planejar reuniões, entrevistas e grandes coberturas[17]. O *Estadão* diz reunir semanalmente um comitê com profissionais dos departamentos editorial e jurídico para estudar as aplicações da IA, e que os jornalistas são proibidos de publicar textos ou imagens produzidos ou modificados por IA. No jornal *O Globo*, a publicação de conteúdo produzido por IA pelos jornalistas também não está autorizada. Mas o veículo oferece em seu site links de recomendação de notícias selecionados por IA a partir da navegação de seus leitores, assim como incentiva os profissionais a usarem ferramentas de IA que permitam melhorias nos processos de produção, como transcrição de áudios ou processamento de grande volume de dados. Um chatbot piloto chamado de Irineu também tem sido testado internamente como assistente de acesso ao acervo do veículo, e intertítulos já são feitos por IA.

[16] Disponível em https://www.estadao.com.br/link/cultura-digital/conheca-a-leia-a-ferramenta-de-inteligencia-artificial-do-estadao/. Acesso em 22/03/2024.
[17] Disponível em https://www.meioemensagem.com.br/midia/jornalismo-brasileiro-uso-de-ia. Último acesso em 22/03/2024.

Projetos de jornalismo independente, como a agência alagoana de notícias *Tatu*, também têm experimentado projetos de IA. Um exemplo é o SururuBot, que gera conteúdos semanais sobre as vagas de emprego na cidade de Maceió, por meio de uma aplicação tecnológica que colhe dados do banco de empregos local[18]. O robô foi criado com o sistema da OpenAI e faz parte do programa Acelerando Negócios Digitais, do Centro Internacional para Jornalistas (ICFJ) e da Meta, empresa proprietária das plataformas digitais Facebook e Instagram, que financiou o projeto. O conteúdo produzido pelo robô também passa por revisão da equipe editorial antes da publicação final.

A *Agência Pública* criou um leitor de textos por inteligência artificial para ampliar a acessibilidade de suas reportagens[19]. Na seção "*Reportagem para Ouvir*" os usuários podem escutar as reportagens produzidas pela redação lidas por uma voz feminina. O veículo também definiu uma política[20] para o uso de IA em suas reportagens, que prevê, entre outros pontos, sempre adotar a transparência na metodologia e nos sistemas a serem empregados e não publicar conteúdos noticiosos escritos por inteligência artificial.

O site *Núcleo* é outro exemplo de projeto independente que tem usado ferramentas de inteligência artificial generativa. Em março de 2024, criou uma aplicação que resume diariamente em apenas três pontos todos os conteúdos publicados no site naquele período. E, mesmo com uma aplicação cuidadosa, atenta e protegida por políticas de uso, o editor do veículo, Sergio Spagnuolo, reconhece que as

[18] Disponível em https://www.agenciatatu.com.br/noticia/agencia-tatu-lanca-robo-que-escreve-materias-de-utilidade-publica-com-auxilio-de-ia/. Acesso em 13/03/2024.
[19] Disponível em https://ajor.org.br/agencia-publica-narra-reportagens-em-audio-com-a-ajuda-da-inteligencia-artificial/. Acesso em 14/03/2024.
[20] Disponível em https://apublica.org/politica-de-uso-de-inteligencia-artificial-ia/. Acesso em 13/03/2024.

aplicações de IA trazem risco para o jornalismo, como afirmou em editorial publicado no próprio site.

> Eu sou fascinado pelas novas ferramentas generativas e as utilizo no meu dia a dia e no do Núcleo (dentro das nossas políticas de uso responsável). E pode ser que eu esteja errado e no fim das contas isso seja melhor pra todo mundo. Mas é difícil aceitar passivamente que o jornalismo vai ser inundado por esse tsunami de conteúdo artificial, assim como já está acontecendo em escala em outros lugares da internet (Núcleo, 2024).

Simon (2024) mostra, em pesquisa realizada com 134 jornalistas de 35 veículos nos Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha, que os motivos que levam à adoção de sistemas de inteligência artificial generativa pelos jornalistas têm como pontos de convergência a busca por melhorias nos processos de produção de notícias. Já em relação às empresas de notícias a adoção de IA tem sido resultado dos avanços tecnológicos, de pressões de mercado decorrentes de desafios financeiros e da generalizada sensação de incerteza, entusiasmo e esperança em torno da nova tecnologia. Mas o principal objetivo tem sido, segundo a pesquisa, alcançar uma maior produtividade e eficiência na produção e distribuição das notícias, com soluções como sistemas de cobrança dinâmicos, transcrição automatizada de conteúdos e ferramentas de análise de dados. O levantamento mostra, no entanto, que muitas das vezes as soluções de IA apresentadas são simplórias e não conseguem gerar uma automação de 100% das tarefas.

> Com base nas evidências disponíveis, parece cada vez mais claro que a IA desempenhará papel transformador na remodelação do trabalho noticioso, desde o editorial até os objetivos de negócios. O que creio que estamos a testemunhar é — até certo ponto — uma maior racionalização da produção de notícias com o uso de IA, à medida que os processos de trabalho que tradicionalmente

> dependiam da intuição humana estão cada vez mais sendo automatizados e substituídos por uma tecnologia imbuída de ideias de racionalidade, eficiência, e velocidade – algumas das quais a IA realmente oferece. É importante reconhecer que a extensão desta remodelação irá variar com base no contexto específico e na tarefa em questão, e também será influenciada por incentivos e decisões institucionais (Simon, 2024).

Ao mesmo tempo em que há aceleração na adoção da tecnologia pelos veículos de todos os tamanhos, começam a surgir diversos exemplos de mau uso, com desrespeito à propriedade intelectual e até mesmo produção de notícias falsas, que podem promover a desinformação e gerar impacto na relevância da imprensa junto à sociedade, como já ocorreu com a atuação das plataformas digitais. Em fevereiro de 2024, por exemplo, a revista *Veja* publicou uma capa[21] com imagem de um homem com seis dedos, gerando questionamentos sobre o compromisso da revista com a veracidade. Esse não foi o único caso envolvendo a Editora Abril, que apagou mais de 50 textos publicados em um site sob a URL bebe.com.br que haviam sido produzidos pelo ChatGPT[22].

A presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Fenaj, Samira de Castro, contou que a publicação demitiu todos os funcionários e, "num curto período de tempo, publicou mais de 300 matérias em janeiro, todas assinadas por uma pessoa chamada Vanessa Tavares e todas idênticas a reportagens publicadas originalmente pela Folha e por outros veículos como Uol, O Globo, Revista Crescer e BBC Brasil". Samira explicou que A Fenaj ainda não tem uma posição fechada sobre o uso da IA generativa pelos jornalistas, mas "tem princípios que passam

[21] Disponível em https://revistaforum.com.br/midia/2024/2/16/erro-grotesco-da-veja-em-capa-produzida-com-inteligncia-artificial-154101.html. Acesso em 25/03/2024.
[22] Disponível em https://www.aosfatos.org/noticias/site-editora-abril-excluiu-textos-indicios-inteligencia-artificial/. Acesso em 20/03/2024.

pelo nosso Código de Ética, que é dar crédito a um texto que não foi intelectualmente criado por você, e pode ter sido fruto de dados raspados e treinados dentro dos sistemas de IA".

Outro caso que ganhou destaque foi a denúncia de que a editora do Grupo Jovem Pan, que conta com emissoras de rádio e TV e portal de notícias, estava usando um sistema de IA para plagiar conteúdo de outros veículos, como *G1, Folha, CNN, Valor* e *Estadão* sem dar créditos aos autores[23]. Este levantamento do site *The Intercept* indica que 66% do material produzido pela Jovem Pan é feito por inteligência artificial. O grupo promoveu demissões após o fim do governo Bolsonaro e estaria usando os sistemas de IA para garantir a produção de conteúdo jornalístico após o encolhimento das redações.

No Reino Unido, em maio de 2023, o grupo antidesinformação News Guard encontrou chatbots fingindo ser jornalistas administrando quase 50 "fazendas de conteúdo"[24] geradas por IA e usando conteúdo de outros veículos, como *CNN* e *Reuters*, sem lhes garantir o devido crédito[25]. Os sites produzem conteúdo sobre política, saúde, meio ambiente, finanças e tecnologia, e é cheio de anúncios com fins lucrativos[26].

---

[23] Disponível em https://www.intercept.com.br/2024/01/25/jovem-pan-usa-plataforma-de-plagio-com-nome-de-samy-dana-para-copiar-reportagens-de-outros-sites/. Acesso em 25/03/2024.

[24] As chamadas fazendas de conteúdo são sites especializados em atrair publicidade com conteúdo de baixa qualidade, mas que atraem a atenção.

[25] Disponível em https://olhardigital.com.br/2023/08/24/pro/chatbots-de-ia-sao-usados-para-plagiar-sites-de-jornalismo/. Acesso em 25/03/2024.

[26] Disponível em: https://www.theguardian.com/technology/2023/may/02/chatbot-journalists-found-running-almost-50-ai-generated-content-farms#amp_tf=De%20%251%24s&aoh=16831110535187&referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&ampshare=https%3A%2F%2Fwww.theguardian.com%2Ftechnology%2F2023%2Fmay%2F02%2Fchatbot-journalists-found-running-almost-50-ai-generated-content-farms. Acesso em 02/05/2023.

O jornalista X, entrevistado para este artigo, disse que "está todo mundo muito atônito, principalmente os mais velhos" e "E o projeto de lei que vai regular a informação? É censura ou não é censura?". Segundo ele, "quem está dentro não consegue pensar, quem está dentro tem que entregar. No caso do impresso, não pode ter erro, no caso do digital, tem que ter duas ou três assinaturas a mais por dia". O jornalista explica que já se usa em parte das redações o repórter gravar uma entrevista, a IA transcrever e o editor acessar este texto diretamente para publicar a matéria, sem o olhar do repórter que estava no local. Sobre as redações terem um robô de IA abastecido com conteúdo próprio, como no caso citado acima do *Estadão*, a preocupação deste jornalista é com "que informações são estas, qual o recorte". X diz saber que o jornalismo não é perfeito, mas se preocupa também com o abastecimento de IAs generativas com outros tipos de conteúdo que vão passar para a história sem a curadoria de um jornalista ou um historiador.

Y, profissional de outra grande redação, diz que "mudou tudo muito rápido, os jornais foram atropelados por essa coisa toda" e "o que eu vejo é que algumas pessoas passaram a usar o ChatGPT, meio assim, sem regra. Se usa para resumir, por exemplo, documentos, como uma peça judicial, fazer tradução, mas nunca sem checar depois. Já está claro que tem muita coisa errada, muita coisa estranha". Outro uso observado pelo jornalista é, quando se está sentindo que pode descobrir alguma coisa, ver quantas vezes tal palavra aparece, por exemplo.

Samira de Castro, da Fenaj, diz que já vê o uso de IA em redações para escrever notas como boletins eleitorais ou resultados esportivos há cerca de uma década. Y se mostra favorável: "É para a gente conseguir dar conta, é para liberar uma pessoa para achar aquilo que o robô não vai achar, porque a gente tem o conhecimento para entender. O repórter fala com a fonte, junta lé com cré, tem um monte de coisas na cabeça de uma vida cobrindo".

No que diz respeito à IA afetar o número de vagas em redação ao substituir parte do trabalho do jornalista, Y diz que está otimista só no curto prazo: "Não vejo muito no curto prazo corte de empregos, vejo mais que as empresas de IA ficam chupando as coisas e vão acabar com o nosso negócio". Samira de Castro afirma:

> Há uma possibilidade real, e já acontecendo, de demissões por conta do uso de IA. A gente defende princípios de que essa tecnologia não sirva para desempregar, e que o governo brasileiro pense também em categorias que vão precisar de treinamento para se recolocar no mercado em novas funções, porque a IA vai, sim, retirar uma parcela dos empregos dos jornalistas. Além disso, a gente defende a remuneração das matérias jornalísticas que são utilizadas nos treinos dos sistemas de IA. A regulação da IA precisa tocar nisso (Castro, 2024).

Como diz Marx (2016, p. 465): "A aplicação capitalista da maquinaria [...], ao dispensar trabalhadores substituídos pelas máquinas, produz uma população trabalhadora excedente". O principal projeto de lei sobre o tema, o PL 2338 (BRASIL, 2023) foi apresentado em maio de 2023 pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), aprovado no Senado em dezembro de 2024, e em 2025 tramita na Câmara dos Deputados. Os interesses em disputa apareceram em audiências públicas da comissão especial do Senado: numa delas, o líder do Grupo de Trabalho de Inteligência Artificial da Associação Brasileira de Empresas de Software (Abes), Loren Spíndola, afirmou que "precisamos estar numa corrida para inovação, e não para a regulação de IA". O PL propôs, entre outros, a criação do Sistema Nacional de Regulação e Governança de Inteligência Artificial e o pagamento de direitos autorais pelas empresas de IA, mas a ser negociado entre as partes. Numa Câmara dos Deputados pouco comprometida com os interesses dos trabalhadores, é duvidosa a aprovação de uma lei

preocupada com o emprego e com direitos autorais dos jornalistas, e não apenas das empresas jornalísticas, que têm maior poder de lobby – poder esse que não é tão grande quanto o das *big techs*.

A União Europeia aprovou a sua Lei de IA em 2024. Mesmo considerada ainda frágil por especialistas em Direito Digital por permitir o monitoramento comportamental por uso de biometria em espaços públicos em situações extremas, como atos terroristas, o acordo prevê obrigações de transparência na construção dos algoritmos que regerão os sistemas de IA, assim como avaliações periódicas de riscos sistêmicos e multas que chegam a 35 milhões de euros em ações movidas por consumidores que se sentirem lesados[27].

Nos EUA, há algumas leis estaduais que regem aplicações de inteligência artificial locais, mas o então presidente Joe Biden assinou, em novembro de 2023, uma "ordem executiva abrangente" com regras e barreiras para o uso e desenvolvimento de IA. O documento previa que o governo deveria ser informado sobre os sistemas em desenvolvimento em grande escala e as empresas compartilhariam resultados de testes independentes para provar não haver riscos para a segurança nacional. A ordem, abrangente e sujeita a interpretações, não desagradou as empresas de tecnologia. Mas a situação melhorou para elas assim que Donald Trump assumiu a presidência dos EUA, em janeiro de 2025. O republicano revogou a medida e anunciou investimentos de US$ 500 bilhões no desenvolvimento de IA no país até 2029[28]. O projeto, cunhado de Stargate, reúne o gigante SoftBank, a empresa tecnológica Oracle e a OpenAI. E garante caminho livre e financiado para atender as necessidades dos capitalistas ali reunidos.

---

[27] Disponível em https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-12/europa-fecha-acordo-historico-para-regulamentacao-da-ia. Acesso em 25/03/2024.

[28] Disponível em https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2025/01/21/trump-anuncia-projeto-de-a-stargate-com-investimentos-de-pelo-menos-us-500-bilhoes-nos-eua.htm. Acesso em 10/02/2025

Considerações finais

A implantação da IA é mais um passo na terceira revolução industrial, num capitalismo cada vez mais concentrador. No caso da comunicação, isso se deu por meio da concentração global da publicidade nas mãos de poucas empresas, primeiro norte-americanas e em seguida também chinesas. A maior parte da remuneração dos veículos jornalísticos privados vinha de espaço publicitário aos anunciantes, que pagam por esses espaços de acordo com o público que acessa os veículos (o ibope na televisão, número de acessos e engajamento no digital, etc). Como as grandes plataformas de busca e redes sociais coletam dados dos usuários e vendem espaço já direcionado ao público do cliente, e tanto a busca quanto o conteúdo das redes são grandes chamarizes de público, a verba publicitária passou a ser concentrada por elas, enfraquecendo o financiamento do jornalismo. Com a chegada da inteligência artificial generativa, as big techs passaram também a usar conteúdo jornalístico para seu aprendizado de máquinas e para dar respostas a usuários sem pagar direitos autorais.

Se vivêssemos em outro sistema, que remunerasse a cada um por seu trabalho e as plataformas fossem públicas, a informação e o conhecimento seriam disseminados e não haveria necessidade de pagamento de direitos autorais. Mas o capitalismo segue em outro sentido. A realidade é de jornalistas trabalhando para empresas que querem o lucro e, portanto, pagam menos aos empregados do que vale o seu trabalho. Na sequência concentradora, plataformas se apropriam do conteúdo digital criado tanto por jornalistas autônomos quanto por empregados de veículos jornalísticos sem pagar direitos a todos. Quem paga a conta são os jornalistas, cada vez mais mal remunerados e com menos direitos trabalhistas.

Também é importante lembrar que hoje o jornalismo se encontra ultradependente dos algoritmos de busca do Google, precisando usar

métodos, como a linguagem que atende aos sistemas de busca da plataforma (SEO), para garantir que o link para a matéria apareça nos primeiros resultados ("Você vê jornal hoje e está todo mundo muito parecido, né? Mas precisa ter clique", disse X). Gemini, ChatGPT e que tais já começam a jogar no lixo essas estratégias, dando a resposta direto ao usuário, sem necessidade de ele clicar no link. Além disso, os veículos precisam expor seus conteúdos nas redes sociais dessas plataformas para garantir a visibilidade aos leitores e, com isso, acabam dividindo o valor da publicidade com as *Big Techs*.

O trabalho jornalístico no Brasil já tinha o complicador de estar quase todo atrelado a grandes empresas nacionais privadas concentradoras de poder e capital e, como tal, defensoras do capitalismo neoliberal, o que afetava e continua afetando o conteúdo. A atuação globalizada das plataformas digitais e a inclusão da IA generativa neste cenário só acirram o quadro.

Diante dos fatos e evidências aqui elencados, e no contexto político-econômico em que estamos inseridos, concluímos que o caminho para garantir menor ameaça da IA ao interesse público e à democracia em sua aplicação pelo jornalismo seria por meio de legislação reguladora do ambiente de desenvolvimento e de aplicação dessas tecnologias, bem como a criação de uma empresa pública nacional para disputar com estas gigantes estrangeiras o desenvolvimento e aplicação dessas inteligências artificiais. No entanto, a regulação, como é de praxe numa democracia, demora a nascer. Como começaram antes de nós, europeus e americanos já estão mais adiantados, mas não no ritmo de alcançar as inovações tecnológicas antes que danos sejam causados.

Ao mesmo tempo que os negócios das organizações de notícias serão diretamente afetados e remodelados pela IA, o mesmo se dará com a arena pública. São as organizações privadas ou projetos independentes de imprensa que fornecem à opinião pública informações diversas sobre

assuntos de interesse público. Embora saibamos que, em alguns temas específicos de interesse do capitalismo neoliberal, os grandes grupos de comunicação defendem somente esses interesses, a disputa deve ser em busca de regulação para que a produção jornalística atenda ao interesse público, em vez de descartar o jornalismo.

Por isso, acreditamos que é fundamental identificar e entender as forças que disputam o controle desse ambiente, assim como, reiteramos, fortalecer estruturalmente a posição das organizações de notícias como guardiões de um sistema de informação que atenda ao interesse público, por meio de ação efetiva e coordenada entre a sociedade civil, governos e órgãos reguladores.

Referências

ALMEIDA, Raquel de Queiroz. **Jornalismo empreendedor sob plataformas**: a reconfiguração do ambiente de produção de notícias e o interesse público. Rio de Janeiro, 2024. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, PUC – Rio. Disponível em https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=66544&idi=1. Acesso em: 30 jun. 2025.

BOLAÑO, César. Trabalho intelectual, comunicação e capitalismo: a re-configuração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva. **Revista Soc. Bras. Economia Política**, Rio de Janeiro, nº 11, p. 53-78, 2002. Disponível em: http://eptic.com.br/wp-content/uploads/2020/06/Trabalho-intelectual-comunica%C3%A7%C3%A3o-e-capitalismo-Bola%C3%B1o.pdf. Acesso em: 13 nov. 2023.

BRANDÃO, Rafael. **Ajuste neoliberal no Brasil**: desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). 2013. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, 2013. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/td/1461.pdf. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. Projeto de Lei n° 2338, de 2023. **Congresso**. Disponível em: https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-bicamerais/-/ver/pl-2338-2023. Acesso em: 24 fev. 2025.

CASTRO, Samira de. **IA e jornalismo**. Entrevista para este artigo realizada por áudio de Whatsapp em 11 jun. 2024.

DECK, Andrew. Meet the journalists training AI models for Meta and OpenAI. *In:* **NiemanLab**, 20 fev 2025. Disponível em: https://www.niemanlab.org/2025/02/meet-the-journalists-training-ai-models-for-meta-and-openai/. Acesso em: 30 jun. 2025.

GONG, Wanwan. Artificial Intelligence from the Perspective of Marxist Philosophy. **International Journal of Social Science and Education Research**, v. 4, n.9, 151-156, 2021.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I vol. 1 – o processo de produção do capital; tradução de Reginaldo Sant'Anna. 34ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MAURÍCIO, Patrícia; ALMEIDA, Raquel de Q.; SOARES Jr, Creso. Imperialismo cultural e econômico do duopólio Google/Meta no Brasil: o caso do jornalismo do Grupo Globo. *In:* CABRAL, Eula D.T. (org.). **Marcas do bicentenário da Independencia do Brasil**: Cultura, Informacão e Comunicacão. Coleção Comunicação, Cultura e Informação - Vol.4. Divinópolis (MG): Meus Ritmos Editora, 2022. E-book. Disponível em: https://e4e47cdb-2958-4c86-b975-30657abd4737.filesusr.com/ugd/ad71bb_3cd90d3b5a92416783625d0643a47736.pdf. Acesso em: 30 jun. 2025.

MAURÍCIO, Patrícia; ALMEIDA, Raquel de Q.; SOARES Jr, Creso. O Brasil na periferia da disputa geopolítica sobre o 5G. **Revista EPTIC**, v. 23, n.2, p. 124–138, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/15695. Acesso em: 30 jun. 2025.

MIT. **Sobre IA**. 2025. Disponível em: https://www.media.mit.edu/projects/your-brain-on-chatgpt/overview/ Acesso em: 26 jun 2025.

MOROZOV, E. **Big techs**: A ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu editora, 2018.

OIT. Um em cada quatro empregos corre o risco de ser transformado pela IA generativa, mostra o novo índice global OIT-NASK | International Labour Organization. **OIT**. 2025. Disponível em https://www.ilo.org/pt-pt/resource/news/um-em-cada-quatro-empregos-corre-o-risco-de-ser-transformado-pela-ia. Acesso em: 5 jun. 2025.

OIT. BERG, Janine; GMYREK, Pawel. Automation Hits the Knowledge Worker: ChatGPT and the Future of Work. *In:* **UN Multi-Stakeholder Forum on Science, Technology and Innovation for the SDGs** (STI Forum). 2023. Disponível em: https://papers.ssrn.com/abstract=4458221. Acesso em: 15 jul. 2023.

RECH, Marcelo. **IA e jornalismo**. Entrevista para este artigo realizada por telefone em 19 mar. 2024.

SIMON, Felix. **AI in the News: Retooling, Rationalizing, and Reshaping Journalism and the Public Arena.** Tow Center, Oxford, December 2023. Disponível em: https://journalism.columbia.edu/news/tow-report-artificial-intelligence-news-and-how-ai-reshapes-journalism-and-public-arena. Acesso em: 22 mar. 2024

SILVA, Daniel Reis. Think Tanks ideológicos e a formação da opinião pública: reflexões sobre grupos conservadores, suas redes e os estudos de comunicação. *In:* 27º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2018, Belo Horizonte. ***Anais***... Campinas, 2018. Disponível em: <https://proceedings.science/compos-2018/papers/think-tanks-ideologicos-e-a-formacao-da-opiniao-publica--reflexoes-sobre-grupos-conservadores--suas-redes-e-os-estudos-d>. Acesso em: 1º mar. 2022.

SORIANO, Rafael. **IA e jornalismo.** Entrevista para este artigo realizada por telefone em 15 de fev. de 2024

SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

STEINHOFF, James. Labour, Capital, Machine: Marxist Theory and Technology. In: _____. **Automation and Autonomy.** Marx, Engels, and Marxisms. Cham: Palgrave Macmillan, 2021.

YI, Chengcheng. A Brief Analysis of the Alienation of Artificial Intelligence: Taking Marx's Theory of labor Alienation as an Analytical Tool. **Frontiers in Economics and Management**, v.1, n.11, p. 182-188, 2020.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilancia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

Influenciadores digitais: uma nova forma de trabalho no neoliberalismo

Luana Matos do Nascimento
Patrícia Maurício

Com o avanço da internet houve a popularização de uma nova atividade: os influenciadores digitais. A partir daí, muitos novos criadores de conteúdo acreditam na possibilidade de rápido enriquecimento com posts e vídeos em plataformas de comunicação. Mas a que custo? Já é possível identificar que criadores de conteúdo são impactados por mudanças nas plataformas, pela necessidade de atender a um público exigente, pelas marcas que eventualmente anunciem e também pelo discurso de ódio nas redes, e um estudo da ConvertKit apontou que 63% dos criadores de conteúdo em tempo integral tiveram *burnout* (Farias, 2023). Isso nos levanta o questionamento sobre se, apesar do discurso meritocrata e da suposta fácil ascensão financeira, trata-se de trabalhadores, e cada vez mais explorados. Para poder responder a essa questão do ponto de vista da economia política crítica, precisamos compreender o conceito de trabalho em Karl Marx (2016), os influenciadores e as plataformas digitais, sistemas tecnológicos organizados em nuvem, onde seu conteúdo está inserido e através das quais é distribuído.

> As plataformas digitais possuem como principal ativo a facilitação do acesso entre diferentes agentes posicionados em distintos lados, conectando usuários, vendedores, anunciantes e trabalhadores, entre outros, em diversos arranjos econômicos e institucionais. Um segundo elemento constitutivo é o exercício do papel de mediação ativa entre

> os diversos lados. Em que pese uma construção pelas plataformas de uma autorreferência para afirmar-se como espaços de facilitação desinteressados, essas empresas estabelecem as regras do jogo, as lógicas por meio das quais as interações e transações acontecem e os limites destas. Assim, as plataformas digitais não são sistemas neutros (Valente, 2020, p. 80).

O *Instagram* (da *Meta*), por exemplo, se tornou uma referência de infraestrutura organizada para o processamento algorítmico, monetização e circulação de dados de seus usuários. Uma plataforma à qual cada vez mais pessoas têm acesso e, consequentemente, disponibilizam mais seus dados – dos mais aos menos sensíveis – ao postarem fotos, *stories*, vídeos, comentários e bate-papos. A partir disso, a plataforma consegue oferecer, para as empresas de publicidade, uma audiência cada vez mais qualificada para seus anúncios (Poell, Nieborg e Dijck, 2020, p. 3).

Com o acesso a essa quantidade de dados, a plataformização tem significado a penetração das infraestruturas digitais na economia e nas estruturas governamentais. Essa nova configuração de atores vem minando a ideia clássica de que os Estados teriam a capacidade de regular o mercado. A influência das plataformas já supera a da política de governos, conseguindo, inclusive, barrar marcos regulatórios nacionais e supranacionais (van Djick, 2022). O fenômeno se apresentou no Brasil, por exemplo, no *lobby* que impediu a votação do Projeto de Lei 2.630/2020 – mais conhecido como PL das *Fake News* – que buscava regular a atuação das plataformas de comunicação (como Google e Meta).[1]

Van Dijck (2022) levanta a necessidade de compreendermos o funcionamento da plataformização a partir da metáfora da árvore. As

[1] Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/957318-deputados-criticam-ofensiva-de-empresas-de-tecnologia-contra-o-projeto-de-lei-das-fake-news/. Acesso em: 23.dez.2024.

raízes são as infraestruturas digitais – cabos, satélites, microchips –, os troncos são as plataformas que se ramificam em setores industriais e sociais, como saúde, educação etc. Todo esse processo é concentrado em cinco *Big Techs* norte-americanas: *Alphabet*, Meta, *Amazon*, *Apple* e *Microsoft*. Podemos acrescentar também a chinesa *ByteDance*, dona do *TikTok*. É nesse processo que os dados dos usuários são coletados e absorvidos.

> Trata-se, portanto, de um novo tipo de empresa: a empresa informacional caracterizada pela prestação de serviços especificamente voltados às necessidades de acessibilidade, comunicação e informação (provedores de acesso à rede, hospedagem de conteúdo, correio eletrônico, grupos de interesse, salas de bate-papo, mecanismos de busca, comércio eletrônico, dentre outros). Ou seja, empresas que funcionam e obtêm lucro com a manipulação (produção/ processamento/ distribuição) de informações [...] que representam nova fase de acumulação capitalista no âmbito da produção capitalista de informações (Monteiro, 2008, p. 2).

Nesse cenário, surgem os influenciadores digitais. Antes desse termo, já foram chamados de blogueiros (*bloggers*), vlogueiros e *youtubers*. No início, o trabalho se vinculava à plataforma utilizada pelo indivíduo para estabelecer contato com seus seguidores. Como hoje existe mais de uma plataforma, o termo se ampliou para influenciador digital, uma designação a quem cria conteúdo e tem muitos seguidores.

> O influenciador digital é uma pessoa que está diariamente conectada à internet e produz conteúdos relevantes para seu público. Ele conversa com seus seguidores e zela por essa relação. A métrica para avaliá-los e classificá-los como influenciadores digitais é o número de compartilhamentos, comentários, curtidas e marcações que eles recebem. Existem diversas empresas que medem, para as agências de

> publicidade, quem influencia mais e em que segmentos. (Maurício, Gerolis e Medeiros, 2017).

Como ressalta a Karhawi (2017, p.54), "[n]o escopo dos influenciadores digitais, assume-se que há sempre produção de conteúdo. Trata-se de uma condição *si ne qua non* para ser considerado um influenciador". Mas entendemos que o influenciador é também aquele que utiliza a plataforma como uma forma para ganhar a sua subsistência. Porém, ela não é apenas uma ferramenta utilizada pelo influenciador. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

Os criadores de conteúdo não estão sempre imbuídos de crédito prévio – por exemplo, uma formação acadêmica ou técnica[2] –, mas, segundo Karhawi (2017) possuem um nível de conhecimento um pouco acima da média de seus seguidores, mesmo não sendo, necessariamente, especialistas. Em vista disso, passam a atuar como formadores de opinião horizontais, tendo um peso significativo na opinião dos que lhes seguem (Cruz, 2011, apud Karhawi, 2017). Também há espaço nas redes para quem apenas finge ser uma coisa que não é, como demonstrou o humorista Vinicius Antunes ao criar o personagem "Caco", um piloto de avião. Ele criou um perfil no Instagram para discorrer sobre fatos e conhecimento aeronáuticos, conseguindo atrair uma quantidade substancial de seguidores que acreditavam nele. Depois de meses, disse aos seguidores que tudo era uma experiência para a sua pesquisa de doutorado sobre mentiras na rede – e isso também era mentira. Isso sem falar em influenciadores da política mentirosos e/ou ignorantes.

---

[2] Ver, para mais detalhes, *Homem finge ser piloto de avião e revela farsa nas redes: 'Pesquisa do doutorado'*, publicado pelo jornal Estado de Minas. Disponível em: https://www.em.com.br/nacional/2024/03/6817309-homem-finge-ser-piloto-de-aviao-e-revela-farsa-nas-redes-pesquisa-do-doutorado.html. Acesso em: 23.dez.2024.

Para Karhawi (2017, p. 60), ser influenciador digital é uma profissão, porque

> essa competência profissional do influenciador acaba servindo como estratégia de comunicação para indústrias mais diversas; ao optar por uma parceria comercial com um blogueiro, youtuber, instagramer, aproxima-se a marca de um nicho que já está definido pelas dinâmicas de construção de comunidade do próprio influenciador.

Ou seja, ser influenciador requer consistência na produção de conteúdo, manutenção das relações, boa reputação e destaque em sua comunidade, para que as marcas se apropriem e consigam uma ponte entre os consumidores e seus produtos.

Entendemos que há necessidade de entender o trabalho no sistema capitalista antes de definir se esta é ou não uma profissão. Mas podemos dizer que é possível verificar que a ampliação do digital causou uma reconfiguração do mercado de trabalho, com surgimento de novas profissões. Diante disso, este capítulo busca revisitar o conceito de trabalho em Karl Marx para compreender a recente dinâmica da relação de trabalho inaugurada com a plataformização e as possíveis explorações impostas aos influenciadores digitais.

O conceito de trabalho em Karl Marx e as plataformas digitais

Karl Marx (2016) afirma que a riqueza no capitalismo se baseia na acumulação de mercadorias. Antes a reprodução da vida não era baseada necessariamente na mercadoria, passa a ser assim no sistema capitalista. Para ser mercadoria é necessário ter *valor de uso* e *valor de troca*. Enquanto o valor de uso é entendido como a utilidade, o valor de troca se baseia em quanto de trabalho humano é depositado na mercadoria (Marx, 2016, p. 66). Valor de troca é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessária para produzir a mercadoria, ou seja,

quanto tempo em média os trabalhadores levam para fabricar aquele produto. Um exemplo dado pelo filósofo é o casaco de linho e o linho. O casaco custa mais que o linho por ter mais trabalho embutido nele. No valor de troca do casaco, tem o trabalho gasto no linho mais o de transformá-lo em casaco. É importante lembrar que no sistema capitalista, uma mercadoria existe para dar lucro ao capitalista, e não pelo seu valor de uso.

Contudo, no cotidiano, ao comprarmos uma mercadoria esquecemos do trabalho embutido nela – e, consequentemente, da exploração dos trabalhadores. Esse movimento é o que Marx denomina de fetiche da mercadoria: a ideia de que o valor está no dinheiro e não no trabalho depositado na mercadoria. O dinheiro, segundo Marx, apenas equivale ao valor da mercadoria para facilitar as trocas.

Mas, e a força de trabalho? Como explicado, o trabalho abstrato para a produção de uma mercadoria é o que define se ela vale mais ou menos que outra, e o trabalho abstrato socialmente necessário é a média social para a produção de uma mesma mercadoria. A força de trabalho, por outro lado, é a mercadoria que o proletário vende para o capitalista e que lhe pertence durante a jornada de trabalho (Marx, 2016, p. 270).

> O valor da força de trabalho é determinado, como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e, por consequência, à sua reprodução. Enquanto valor, a força de trabalho representa apenas determinada quantidade de trabalho social médio nela corporificado. Não é mais que a aptidão do indivíduo vivo. [...] Para manter-se, precisa o indivíduo de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho reduz-se, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor. (Ibid., p. 200).

Em resumo, considerando que no sistema capitalista o proletariado só possui sua força de trabalho, torna-se ela sua própria mercadoria, a fim de garantir sua subsistência. O conceito de trabalho está, então, atrelado à ideia de subsistência. É partindo desse pressuposto que transportaremos o conceito de trabalho para os debates atuais, incluindo o das plataformas digitais.

Na Economia Política da Comunicação houve um debate sobre o usuário de internet ser qualificado como um trabalhador das plataformas digitais, em escala 24/7, culminando do debate Fuchs-Bolaño e Eloy Vieira. Quando se utiliza as redes sociais, os usuários fornecem dados que serão utilizados pelas empresas para produzir o que Bolaño e Eloy Vieira (2014) chamam de mercadoria audiência. Bolaño (2016) expõe as diferenças entre a TV e os sites de redes sociais. Segundo ele, tanto na televisão quanto nas redes sociais, os usuários têm acesso aos conteúdos de forma gratuita. A diferença é que, no primeiro caso, a recepção é passiva. Os anunciantes compram estatísticas sobre a atenção do público. No segundo caso, a audiência é também ativa, deixando dados para as plataformas nesse processo. Como as plataformas têm acesso aos dados dos usuários, é possível fazer uma seleção mais direcionada para o receptor do anúncio.

Nesse sentido, Bolaño (2014) afirma que embora o consumidor utilize as plataformas digitais e ceda voluntária e gratuitamente seus dados, é apenas com o *know-how* dos trabalhadores de tecnologias que se consegue converter esses "dados brutos" na mercadoria audiência. Ou seja, o usuário não estaria trabalhando para as plataformas.

> Ora, a Google não teria porque pagar aos usuários pelo produto que lhes oferece. Se se tratasse de uma lógica mercantil pura, de exclusão pelo preço, como na TV segmentada, estes é que pagariam pelo acesso ao serviço. Isto não ocorre porque o modelo de financiamento adotado é o da venda da mercadoria audiência, como nos sistemas de TV

> de massa. A principal diferença é que a produção da audiência é feita com base nas informações do próprio usuário, em geral sem que ele perceba. (Ibid., p. 78).

Em sentido contrário, Fuchs entende que o uso das redes sociais pelos consumidores equivale a uma relação de trabalho. Ele qualifica os usuários como *prosumer*, ou seja, usuários que durante o consumo das plataformas digitais também estariam produzindo dados para a mercadoria audiência. Por isso, estariam trabalhando para as plataformas digitais. Nesse sentido, o autor afirma que "Devido à atividade permanente dos destinatários e ao seu estatuto de prosumidores, podemos afirmar que, no caso do Facebook e da Internet, o produto de consumo do público é um produto de consumo prosumidor da Internet." (Fuchs, 2012, p.43, tradução nossa).[3]

Neste ponto, é necessário lembrar que força de trabalho, para Karl Marx (2016), é uma mercadoria que o trabalhador vende para garantir sua subsistência. Dito isso, embora o usuário comum ceda seus dados às redes sociais, ele não os está vendendo para assegurar sua subsistência. A ausência dessa função rompe com a ideia de uma relação de trabalho, porque é permitido ao usuário não utilizar a plataforma sem prejuízo de sua subsistência.

De forma coerente, Bolaño e Vieira (2014, p.80) não qualificam usuários – ou *prosumers*, na definição de Fuchs (2012) – como trabalhadores porque inexiste exploração da força de trabalho em suas interações com as redes sociais – uma ausência que impede uma aplicação técnica do conceito de trabalho.

> Apesar disso, ao contrário do que defende Smythe, nos anos 1960, quando afirma que as pessoas que assistem TV estão

[3] Tradução livre de ""[d]ue to the permanent activity of the recipients and their status as prosumers, we can say that in the case of Facebook and the Internet the audience commodity is an Internet prosumer commodity" (Fuchs, 2012, p.43).

> trabalhando para os anunciantes, não podemos dizer que o usuário é um trabalhador que tem sua força de trabalho explorada. O erro de Fuchs é idêntico. O trabalho produtivo é somente aquele dos trabalhadores informacionais capazes de transformar os dados em mercadoria audiência e de criar ferramentas que transformam toda a informação coletada da rede em bancos de dados. São estes profissionais que empregam produtivamente sua força de trabalho.

O ajuste conceitual de Bolaño (2014) se limita aos usuários comuns de plataformas digitais. O debate, no entanto, não se encerra aí. Como exposto, existem indivíduos que alcançam uma projeção acima da média que possibilitou a formação de uma nova profissão: os influenciadores digitais. Trabalhadores estes que garantem sua subsistência – por vezes, de forma integral – a partir da mercadoria audiência das plataformas digitais. O próximo tópico abordará esses usuários excepcionais.

A indústria dos influenciadores digitais: um trabalho de verdade

Parece contraintuitivo formular a questão, mas é possível formar um mercado de R$ 100 bilhões (Bishop, 2023) sem trabalhadores? Apesar de a resposta imediata ser negativa, é preciso considerar que há pouco tempo ser *influencer* não era visto como uma profissão séria e a produção divulgação de conteúdo via plataformas digitais não era entendida como trabalho[4]. Contudo, com a profissionalização do uso das redes sociais, determinados usuários alteraram a natureza de sua relação com essas plataformas. Por extensão, alguns usuários passaram, então, a ser vistos como verdadeiras empresas na produção e divulgação de conteúdos, passaram a receber lucros vultuosos e reconhecimento das

[4] Ver, para mais detalhes, a reportagem "Negócio bilionário: por que muitos ainda dizem que influencer não é 'trabalho sério'?", publicado pela BBC, em 23.set.2023. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4njnylve14o. Acesso em: 26.dez.2024.

próprias plataformas digitais com a evolução de "sua" própria audiência[5].

Quando se examina esse modelo, a impressão que nos dá é que os influenciadores digitais trabalham exclusivamente para si, embora o trabalho tenha surgido e aconteça necessariamente nas plataformas. Essa aparente independência entre os influenciadores e as plataformas ocorre por conta da inexistente ou baixa remuneração das plataformas pela mercadoria audiência garantida pelos influenciadores – afora raríssimos casos.[6] Em regra, apesar de alguns influenciadores atuarem como trabalhadores das plataformas – verdadeiros proletários digitais – , 52% ainda não conseguem garantir a sua subsistência através das plataformas, mesmo todos garantindo a mercadoria audiência, numa pesquisa em era considerado influenciador quem tinha a partir de 10 mil seguidores e com 74% de alcance (Wake, 2025).

Pois é a partir do engajamento obtido em seus canais e perfis que os influenciadores celebram parcerias de publicidade e, é claro, monetizam sua existência nas plataformas digitais. E é a partir da mercadoria audiência que as próprias plataformas conseguem seus lucros. Audiência essa, gerada em grande parte pelos influenciadores digitais.

---

[5] Ver, para mais detalhes, a postagem "Vamos celebrar seu esforço" do *Youtube*. Disponível em: https://www.youtube.com/intl/pt-BR_ALL/creators/how-things-work/get-involved/awards/. Acesso em: 26.dez.2024.

[6] Ver, para mais detalhes, a reportagem "Quanto o Instagram paga? Saiba como funciona para ganhar dinheiro na rede" publicada na TechTudo, em 20.set.2020. Disponível em: https://www.techtudo.com.br/listas/2020/09/quanto-o-instagram-paga-saiba-como-funciona-para-ganhar-dinheiro-na-rede.ghtml. Acesso em: 26.dez.2024. Em mesmo sentido, remeta-se a reportagem "Cresce o número de criadores pagos por plataformas como YouTube e Twitch" publicada pela Forbes, em 04.mar.2023. Disponível em: https://forbes.com.br/forbes-tech/2023/03/cresce-o-numero-de-criadores-pagos-por-plataformas-como-youtube-e-twitch/. Acesso em: 26.dez.2024.

> A despeito de se apresentar, pelo discurso das corporações, como uma relação 'horizontal', Burgess defende que os "[...] creators tiveram um papel central na construção de culturas e audiências dentro das plataformas, mas [...] as plataformas têm o poder de criar ou quebrar a carreira dos creators" (2021, p. 23, tradução nossa). Não se trata de uma atuação apenas 'situada 'nas plataformas de redes sociais digitais, mas marcada pela penetração de "[...] infraestruturas, processos econômicos e estruturas governamentais de plataformas [...]" (POELL; NIEBORG; VAN DIJCK, 2020, p. 5). A centralidade das plataformas acarreta orientação das transações econômicas que se dão nesses espaços e também conformação da interação dos usuários. (Karhwi, 2022, p.806).

Nesse sentido, Bolaño (2014, p.75) afirma que a audiência é fundamental para o modelo de negócio adotado pelas plataformas:

> O segundo e crucial elemento é a adoção de uma forma de financiamento já conhecida da Indústria Cultural: a produção da mercadoria audiência, um produto intermediário comercializado num mercado intracapitalista, essencial na organização de um fator chave para a reprodução do capital monopolista, como é a publicidade. Antes da Internet, as empresas nunca tiveram tantas oportunidades de rastrear e reunir tanta informação sobre seus consumidores. Isso ocorre porque na nova plataforma, a informação, transformada em bits, torna-se passível de rastreamento, armazenamento e manipulação num nível sem precedentes.

Para termos uma ideia da remuneração dos influenciadores, podemos detalhar como se dá a monetização no YouTube.

Monetização no Youtube

Pensar a monetização pelo Youtube envolve diversos fatores em conjunto, como anúncios, visualizações e cliques e os pagamentos só se dão a partir do acúmulo de US$ 100. O quanto o influenciador recebe

pode variar de acordo com o número de visualizações, tipo de conteúdo, localização do público e engajamento. Mas, de forma geral, os critérios para o ganho através da plataforma são:

- Ter pelo menos 500 inscritos no canal;
- Pelo menos 3 mil horas de exibição públicas em vídeos nos últimos 365 dias;
- Ou pelo menos 3 milhões de visualizações públicas dos Shorts (vídeos curtos na plataforma) nos últimos 90 dias

Segundo o site Remessa on-line, a partir de dados disponibilizados por youtubers – já que a própria plataforma não divulga esses dados -, o ganho por anúncio costuma variar de US$ 0,25 a US$ 4,50 por mil visualizações. Estima-se ser em torno de 55% da receita. Os critérios para monetização pode ser o tempo de visualização ou se o usuário clica no anúncio. O valor recebido pode mudar conforme o nicho do canal, a localização do público, o tipo de anúncio exibido e outros fatores. Nesse caso é necessário:

- ter pelo menos 18 anos ou um responsável legal acima dessa faixa etária para gerenciar seus pagamentos por meio do Google AdSense;
- criar vídeos que atendam às diretrizes de conteúdo adequado para publicidade;
- ter 1.000 inscritos no canal;
- ter 4.000 horas de exibição públicas em vídeos mais longos nos últimos 365 dias ou 10 milhões de visualizações públicas dos Shorts nos últimos 90 dias.

Isso demonstra como o influenciador fica refém de critérios fluidos e pouco claros. Importante dizer que esses critérios são para que o perfil comece a ser monetizado. Contudo, quanto vale um clique, quanto vale cada tempo de visualização são dados que não temos. Pois,

esses valores variam conforme diversos fatores já expostos: nicho, região e outros.

As outras formas de monetização são através dos fãs, mas o youtube absorve uma parte da receita, cerca de 30%. Uma delas é a "Mensalidade de Clubes dos canais". Nesses casos os usuários pagam um valor mensal para o canal e em troca recebem conteúdos exclusivos e benefícios como emojis diferenciados, selos e outros produtos (o mesmo sistema também existe no Instagram). Para receber essas mensalidades o influenciador precisa ter:

- pelo menos 500 inscritos;
- feito três envios públicos válidos nos últimos 90 dias;
- 3.000 horas de exibição públicas em vídeos mais longos nos últimos 365 dias ou três milhões de visualizações públicas dos Shorts nos últimos 90 dias.

O valor a ser recebido vai variar do quanto o próprio influenciador vai cobrar. Contudo, é necessário ter uma noção de quanto os pares costumam cobrar. O pagamento ocorre através da plataforma.

Há também a possibilidade de ganho através do "Shopping Youtube", um recurso no qual os influenciadores podem expor e vender seus produtos ou de outras marcas no próprio Youtube. Para exporem seus próprios produtos precisam ter:

- pelo menos 500 inscritos;
- feito 3 envios públicos válidos nos últimos 90 dias;
- 3.000 horas de exibição públicas em vídeos mais longos nos últimos 365 dias ou 3 milhões de visualizações públicas dos Shorts nos últimos 90 dias.

Para promover produtos de outras marcas, precisa ter:

- pelo menos 1.000 inscritos no canal;

- 4.000 horas de exibição públicas em vídeos mais longos nos últimos 365 dias ou 10 milhões de visualizações públicas dos Shorts nos últimos 90 dias.

Outra forma de ganho é pelo "Valeu Demais", quando os usuários pagam para enviar mensagens personalizadas nos vídeos.

Nesse caso, é necessário ter:

- pelo menos 500 inscritos;
- feito 3 envios públicos válidos nos últimos 90 dias;
- 3.000 horas de exibição públicas em vídeos mais longos nos últimos 365 dias ou 3 milhões de visualizações públicas dos Shorts nos últimos 90 dias.

A mesma dinâmica também ocorre para vídeos ao vivo, sendo denominadas de "Super Chat" e "Super Stickers". Os critérios continuam sendo os mesmos.

Em relação ao "Superchat" e o "Clube de Canais", 70% da receita fica para o influenciador. Por último, uma parte da receita do Youtube Premium vai para os influenciadores. Essa parte é referente às pessoas que têm conta premium (paga e sem anúncios) e assistem aos vídeos daquele criador de conteúdo.

E os critérios são:

- pelo menos 1.000 inscritos;
- 4.000 horas de exibição públicas em vídeos mais longos nos últimos 365 dias ou 10 milhões de visualizações públicas dos Shorts nos últimos 90 dias.

Issaaf Karhawi (2016) afirma que os influenciadores digitais possuem o "Eu como uma *commodity*". Ou seja, os influenciadores fazem parte da comoditização, que nada mais é "o ato de transformar diferentes processos sociais (não apenas bens e serviços clássicos) em mercadorias" (Ibid., p.42). O "Eu" não pode ser comprado e vendido,

portanto não é uma mercadoria, mas podemos levar em conta essa definição como uma figura de linguagem ou uma licença poética. Assim, diferente dos famosos que interagem com o seu público a partir da mídia tradicional – e podem escolher ou não se exibirem nas redes sociais -, os criadores de conteúdo atuam a partir do Eu estabelecendo uma aproximação com o seu público.[7] A autora também ressalta que uma empresa, ao entrar em uma parceria com os influenciadores, precisa entender que é uma relação de marca com marca, porque o Eu como *commodity* significa que o próprio influenciador é sua marca (empresa). Essa constatação dialoga diretamente com a concepção do sujeito neoliberal, que, diferente do sujeito liberal, torna-se cada vez mais a própria empresa (Dardot; Laval, 2016). Se antes o trabalho se dava para um crescimento próprio no neoliberalismo ganha uma camada a mais: o crescimento da empresa "equivale" ao crescimento do indivíduo.

> Porque o efeito procurado pelas novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito é fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo e, assim, eliminar qualquer sentimento de alienação e até mesmo qualquer distância entre o indivíduo e a empresa que o emprega. Ele deve trabalhar para sua própria eficácia, para a intensificação de seu esforço, como se essa conduta viesse dele próprio, como se esta lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo, à qual ele não pode resistir. (Darnot, Laval, 2016, p.322).

No caso, Darnot e Laval (2016) estão dissertando sobre o indivíduo que trabalha para uma empresa, mas ao debatermos sobre influenciadores digitais, essa lógica pode se expandir ainda mais, visto que o Eu se torna a própria empresa. Além disso, como já exposto, eles agregam audiência às plataformas digitais sem receber (ou recebendo

[7] Apesar de estarmos focando nos influenciadores que possuem o Eu como commodity, há aqueles que não estão associados necessariamente ao Eu. Contudo, estes possuem menos engajamento (Karahwi, 2016).

muito pouco) por isso. Esse modelo de visibilidade do Eu leva os influenciadores a trabalharem em uma escala quase 24/7, pois o que mantém o seu engajamento é a relação de proximidade com os seus seguidores, e as plataformas digitais funcionam com a lógica do *feed* infinito com o intuito de manter o usuário ali o máximo de tempo possível. Nesse cenário, as plataformas digitais precisam que os conteúdos sejam postados constantemente. No próprio *Instagram*, por exemplo, ao se considerar os *stories*[8], muitas vezes, os influenciadores postam de segunda a segunda, com mais de uma publicação ao dia. Na pesquisa Censo dos Criadores de Conteúdos (Wake, 2025), que ouviu mais de 4.500 influenciadores, ao abordar os desafios da profissão, 50% acham que é manter seu público engajado, 44% manter frequência nas postagens e 22% estar sempre conectado e online. Em contrapartida, somente 2% consideram desafiadora a pressão das marcas, o que demonstra que lidar com a plataforma é mais difícil do que com as marcas em si.[9]

O processo produtivo pode desumanizar o influenciador digital. Nesse caso, existe a exploração da força de trabalho, mas desorganizada de tal forma que não existe mais a própria jornada de trabalho que delimita o que seria ou não trabalho. Cada aspecto da vida do influenciador digital torna-se uma possível história a ser compartilhada para milhões.

> [...] embora a jornada de trabalho não seja uma grandeza fixa, mas flutuante, só pode variar dentro de certos limites. [...] há, primeiro, o limite físico da força de trabalho. [...] durante uma parte do dia, o trabalhador deve descansar, dormir; durante outra tem que satisfazer necessidades físicas, alimentar-se, lavar-se, vestir-se, etc. [...] o trabalhador precisa

[8] Vídeos curtos que desaparecem da plataforma após 24h.

[9] Disponível em: https://campaings.wake.tech/Censo_de_Criadores_de_Conteudo_2025, Acesso: 07.jun.2025

> de tempo para satisfazer necessidades espirituais e sociais cujo número e extensão são determinadas pelo nível geral de civilização. Esses limites são de natureza muito elástica. (Marx, 2016, p. 270).

Com essa fragilização, a relação de trabalho começa a suprimir as necessidades espirituais e sociais indicadas por Marx, impondo invariavelmente um caminho de desgaste dessa nova espécie de trabalhador.

> [...] o capital não se preocupa com a duração da vida da força de trabalho. Interessa-lhe exclusivamente o máximo de força de trabalho que pode ser posta em atividade. [...] aumenta o tempo de produção do trabalhador num período determinado, encurtando a duração da sua vida. (Marx, 2016).

Quando falamos de influenciador digital, por em geral não ser uma profissão que exige tanto do físico, esse processo se dá de forma mais mental. Podemos dar como exemplo, o crescimento de transtornos psicológicos como ansiedade e *burnout*.[10]

Nesse sentido, Issaaf Karwhi (2022, p. 806) afirma:

> No entanto, a tentativa de atuar de forma mais independente – sem a necessidade de prestar contas ao chefe ou bater ponto às 8h e sair às 18h – tem encontrado entraves impostos pela plataformização: influenciadores digitais não são chefes de si – trabalham não apenas 'nas', mas 'para 'as plataformas. A despeito dos ganhos em publicidade oriundos da atividade, a ingerência das plataformas cerceia o trabalho, conforma conteúdos, limita discussões e gera problemas de saúde típicos de distorções nas relações de exploração da força trabalho.

[10] Disponível em https://www.meioemensagem.com.br/comunicacao/saude-mental-dos-creators, acesso: 19 dez. 2024.

Reportagem da BBC News (Bishop, 2023), ao questionar sobre se ser influenciador é um trabalho de verdade ou não, levanta o caso da influenciadora Chloe Homan. Ela diz que trabalha cerca de 80 a 90 horas por semana, o que por dia (contando os fins de semana) totaliza de 11 a quase 13 horas de trabalho. Isso pode ocorrer por diversos fatores, mas um deles é a lógica algorítmica das plataformas digitais que, buscando ter cada vez mais mercadoria audiência, impõe um modo de agir. Se torna necessário ter a maior quantidade de publicações, stories todos os dias, reels pelo menos uma vez na semana e fotos/vídeos no feed e até uma fiscalização do que será postado ou não, pois alguns conteúdos terão menos visualizações. Isso resulta em uma lógica na qual o influenciador precisa atender ao algoritmo para não perder engajamento, na maior parte das vezes não clara e por trás de um discurso de autogestão. (Karhawi, 2022).

O Censo dos Influenciadores Digitais (Wake, 2025) levantou que 28% dos influenciadores que se sustentam da criação de conteúdo separam todos os dias um tempo para planejamento. Além disso, 40% dos influenciadores trabalham em média três horas para criar uma publicação de 30 segundos[11], 26% gastam de quatro a seis horas, 16% de seis a oito. Alguns chegam a mais de 8 horas de produção.

Matos (2020) ao analisar os youtubers mostrou as consequências dos algoritmos para os influenciadores digitais. Segundo a autora, há uma exaustão algorítmica, na qual os criadores de conteúdo se veem precisando escolher entre qualidade e quantidade e por diversas vezes recorrendo à segunda opção. Dessa lógica, resulta uma sobrecarga de trabalho e prejuízo à saúde mental dos influenciadores. Lehto (2020), partindo desse cenário, cunhou o conceito de "influenciador

[11] Neste caso, é considerado um post em vídeo e todo o processo de criação: pesquisa, roteiro, filmagem/produção, etc.

neurótico", devido à atuação deste ser baseada na ansiedade.[12] Um estudo da Criadores ID que entrevistou 450 influenciadores com uma média de 950 mil inscritos apontou que 22,2% deles sofriam de transtorno de ansiedade; 6,4% estavam com depressão; e 81% diziam se sentir pressionados a produzir novos conteúdos (Faria, 2023)

Podemos falar de autogestão quando é preciso atender a lógica algorítmica para manter sua profissão? Não seriam as plataformas patrões dos influenciadores, já que estas impõem um fluxo de trabalho, ainda lucram com ele e os influenciadores precisam delas para manter sua subsistência? Grohman (2020, p,105), ao abordar a plataformização do trabalho, diz:

> [...] rastreamento permanente [que] são a concretização de um trabalhador quantificado a partir de métricas de performance e desempenho geridas por algoritmos, com as técnicas de gestão indo além do sujeito impelido a 'transcender-se pela empresa 'ou 'motivar-se cada vez mais para satisfazer o cliente'. Trata-se do transcender-se e motivar-se por si mesmo, a partir de suas próprias métricas, como mecanismos de autocoerção e autoculpabilização [...]

Essa lógica se reproduz para os influenciadores digitais. Para além, existem influenciadores digitais sem plataformas? Esse contexto expõe uma nova dinâmica, uma nova profissão – não regulamentada – que precisa ser discutida.

Considerações finais

A partir do exposto, esta pesquisa pontua que não existe uma relação de trabalho entre usuários que consomem conteúdo de plataformas digitais, nem mesmo quando postam por lazer, porque

[12] A título de exemplo da ansiedade de influenciadores devido a lógica algorítmica: https://www.youtube.com/watch?v=n14ye_LvIoM e https://www.youtube.com/watch?v=9tNnvgiogH0, acesso 07.jun.2025.

inexiste uma exploração de força de trabalho nos termos propostos por Marx (2016). Embora a discussão já tivesse tomado forma há cerca de uma década (Bolaño e Vieira, 2014), fato é que a evolução das redes sociais permitiu o surgimento dos influenciadores digitais, e estes deixaram de ser usuários comuns.

Por mais que as redes tenham surgido do compartilhamento entre amigos, o que as mantêm em grande medida é o trabalho desenvolvido por um grupo qualificado de profissionais responsáveis por conteúdo (*creators*), munidos por vezes de uma sofisticada infraestrutura e até de funcionários especializados em conteúdo para internet. Embora exista considerável glamour na profissão, especialmente entre os usuários mais novos, tem se verificado cada vez mais a precarização desses novos atores.

Assim, apesar da propagada ideia de que as redes sociais são uma ferramenta que permite aos influenciadores abrir suas próprias empresas ou trabalhar por conta própria e ser seu próprio empregador, existe um nebuloso modelo de negócios que não leva em consideração o quanto as redes sociais lucram com tais profissionais.

Nesses ambientes, ainda que não exista a figura formal do empregador, muito já tem se relatado sobre a "exaustão algorítmica" (Matos, 2020; Lehto, 2020; Karawhi, 2023) que tem forçado a contínua participação dos influenciadores digitais sob pena de puni-los com queda de alcance. O algoritmo se torna um chefe oculto, sem qualquer freio legal, ante a falta de regulação das redes sociais e sua interação com os usuários comuns e com os produtores de conteúdo em tempo integral. Mas quem manda criar os algoritmos são os patrões ocultos, os donos dos meios de produção: as plataformas digitais de comunicação, a quem os influenciadores entregam seu trabalho por peça (Marx, 2016) em busca da subsistência.

Referências

BOLAÑO, C; VIEIRA, E. Economia política da internet e os sites de redes sociais. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, São Cristovão, v. 16, n. 2, p. 71–84, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/2168. Acesso em: 23 dez. 2024

BISHOP, K. Negócio bilionário: por que muitos ainda dizem que influencer não é 'trabalho sério'?. **BBC NEWS**. 2023. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4njnylve14o. Acesso em: 26.dez.2024.

CRUZ, M. A mídia e os formadores de opinião no processo democrático. Ponto-e-Vírgula. **Revista de Ciências Sociais.**, n. 9, 2011.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A fábrica do sujeito neoliberal. *In:* **A nova razão do mundo**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2016.

FARIAS, Taís. Sobrecarga e burnout: a saúde mental dos creators. **Meio & Mensagem**, 14 fev. 2023. Disponível em: https://www.meioemensagem.com.br/comunicacao/saude-mental-dos-creators. Acesso em: 23.dez.2024.

FUCHS, Christian. **Google Capitalism.** 2012. Acesso: http://www.triple-c.at/index.php/ tripleC/article/view/304/330. Acesso em: 23.dez.2024.

KARHAWI, Issaaf. Influenciadores digitais: conceitos e práticas em discussão. **Revista Communicare,** v. 17 – edição especial de 70 anos da Faculdade Cásper Líbero, p.46-61, 2017. Disponível em: https://static.casperlibero.edu.br/uploads/2017/09/Artigo-1-Communicare-17-Edi%C3%A7%C3%A3o-Especial.pdf . Acesso em: 30 jun.2025.

KARHAWI I. O Eu como mercadoria. *In:* SAAD, E.; SIVEIRA, S. **Tendências em comunicação digital.** São Paulo: ECA/USP, 2016.

LEHTO, Mari. Neurotic influencers: feeling rules and the affective practice of anxiety in social media influencer work. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE ASSOCIATION OF INTERNET RESEARCHERS, 21., 27-31 out. 2020. Disponível em: https://spir.aoir.org/ojs/index.php/spir/article/view/11259. Acesso em: 30 jun.2025.

MAGALHÃES, Williane. **Monetização do YouTube 2024:** como funciona o pagamento para youtubers?. 2024. Disponível em: https://www.remessaonline.com.br/blog/monetizacao-do-youtube/, Acesso: 08.jun.2025.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I vol. 1 – o processo de produção do capital; tradução de Reginaldo Sant'Anna – 34ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MAURÍCIO, Patrícia; GEROLIS, Bruna; MEDEIROS, Maria Gabriela. Influenciadores digitais como parte da disrupção do modelo de negócios do Jornalismo. *In:* 40º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2017, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba, 2017. Disponível em: https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0502-1.pdf. Acesso em: 30 jun.2025.

MATOS, Ludimila. **"O YouTube não liga pra gente":** agenciamentos sociotécnicos na percepção de criadores de conteúdo brasileiros para o YouTube. 2020. 282 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

MEIO & MENSAGEM. Creators, precisamos falar sobre burnout: Série Saúde Mental & Criatividade. [São Paulo: s. n.], 2018. 1 vídeo (5 min). Publicado pelo canal Meio&Mensagem. **Youtube.** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9tNnvgiogH0&t. Acesso em: 07 jun.2025.

MONTEIRO, Arakin Queiroz. Orkut, Subjetividade Coletiva e Valor: considerações preliminares. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Co municación**, v. 10, n. 2, 2008. Accesso: http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/ view/181. Acesso em: 30 jun.2025.

PINEDA, Juliana. **Como funciona a monetização do YouTube:** veja quanto a plataforma está pagando. 2024. Disponível: https://tray.com.br/escola/como-funciona-a-monetizacao-do-youtube/#:~:text=O%20YouTube%20remunera%20os%20criadores,oficialmente%20os%20valores%20de%20pagamento. Acesso em: 08.jun.2025.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; DIJCK, José Van. Plataformização. **Revista Fronteiras** – estudos midiáticos, v. 22, n. 1, 2020.

VALENTE, Jonas. Apresentação do dossiê temático 'Plataformas digitais, economia e poder'. **Revista Eptic,** v. 22, n.1, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/eptic/issue/view/964/v.%2022%20n.%201%20%282020%29. Acesso em: 30 jun.2025.

VAN DIJCK, José. Ver a floresta por suas árvores: visualizando plataformização e sua governança. **MATRIZes**, v. 16, n. 2, p. 21-44, 2022. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/201591. Acesso em: 30 jun.2025.

WAKE. **Censo dos Influenciadores Digitais**. 2025. Disponível em: https://campaings.wake.tech/censo-de-criadores-wake-creators-2025, Acesso em: 7 jun.2025.

Jornalismo econômico e capital financeiro: uma análise nos jornais O Globo e Valor

Larissa Morais
Patrícia Maurício

No dia 3 de dezembro de 2024, o IBGE liberou os dados sobre o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no terceiro trimestre do ano. O resultado mostrou um crescimento significativo de 0,9%, tornando possível prever que a economia do país poderia crescer 3,5% no ano. É um percentual acima da média da expansão econômica nas últimas décadas, portanto uma notícia relevante e, a princípio, positiva. Como seria de se esperar, o anúncio do PIB foi manchete na imprensa, mas o destaque nem sempre recaiu sobre o significado favorável do indicador. Ao contrário, alguns dos principais jornais brasileiros enquadraram a elevação do PIB como um risco para o país. O Globo escolheu como manchete "PIB mantém ritmo acelerado e pressiona juros e ajuste fiscal", e o Valor Econômico, "Demanda interna sustenta PIB, mas incerteza fiscal e juro elevado turvam quadro para 2025". Em ambas as matérias, o foco ficou sobre possíveis consequências negativas do aquecimento econômico: pressão sobre a inflação e possível alta dos juros, como meio de contê-la. O potencial de geração de empregos e renda, que ocorre quando a economia cresce ou a perspectiva de aumento de arrecadação, não entraram no debate.

Esse é apenas um exemplo do pacto que o jornalismo econômico brasileiro tem mantido, nas últimas décadas, com a agenda neoliberal e, mais especificamente, do mercado financeiro. Neste trabalho,

discutimos o tema a partir de uma análise de uma semana de noticiário sobre o anúncio do pacote fiscal do governo Lula pelo ministro da Fazenda Fernando Haddad, num momento de muita tensão no mercado financeiro. As bolsas de valores caíram e o dólar aumentou por vários dias seguidos, chegando ao patamar de R$ 6, com os principais agentes de mercado alegando que as medidas de austeridade anunciadas foram tímidas e, portanto, incapazes de conter o déficit das contas públicas. Foi no contexto da pressão que o mercado exerceu sobre o governo para cobrar mais cortes de gastos que a notícia sobre a expansão do PIB acabou apresentada sob as lentes distorcidas do debate sobre o ajuste fiscal.

A análise é realizada pela perspectiva da Economia Política da Comunicação, que produz estudos críticos sobre seus objetos buscando entender os determinantes econômicos e políticos que estão por trás do que acontece na comunicação. Para entendermos objetos do campo jornalístico, é importante considerar o modelo de negócios dos veículos, a posição ideológica de seus donos e o contexto político-econômico em que está inserido.

Analisamos O Globo e Valor Econômico (chamaremos de Valor) de 28 de novembro a 4 de dezembro de 2024. Destacamos num quadro analítico todas as notícias sobre o ajuste fiscal chamadas na primeira página das edições impressas e digitais dos dois jornais. As edições digitais são as que consolidam o noticiário do dia e estão disponíveis para consultas nos sites dos veículos pesquisados. Somente no fim de semana em que o Valor não teve esse tipo de edição, colhemos matérias do site daquele jornal. Assinalamos chapéu [1] (quando relevante), título e subtítulo, além do destaque da notícia. Levamos em conta tanto elementos quantitativos e/ou objetivos (como número de matérias e

[1] Em jornalismo, chapéu é a palavra ou expressão curta colocada acima de um título. Normalmente indica o tema do assunto principal do texto.

destaque) como qualitativos e, por vezes, de ordem mais subjetiva (como enfoques utilizados, palavras escolhidas e informações omitidas).

Em O Globo, foram selecionadas 16 chamadas de primeira página ou manchetes, sendo 11 referentes a matérias ou reportagens, 4 a artigos e um a editorial. Mais 27 conteúdos da parte interna foram lidos e considerados na análise. No Valor, foram 11 chamadas de primeira página, 38 matérias, 5 colunas, 5 artigos de opinião e 4 editoriais. Realizamos também um levantamento de pesquisas acadêmicas sobre jornalismo econômico no Brasil, a partir do catálogo de teses e dissertações da Capes[2]. Os dados mostram que ainda há muito a se explorar sobre o tema. De 1996, quando estão catalogados os primeiros trabalhos, até hoje, existem apenas 56 pesquisas sobre o tema, sendo apenas 18 na grande área de Comunicação e Informação (16 na área de conhecimento da Comunicação). São apenas 6 teses e 46 dissertações, 41 delas realizadas em mestrados acadêmicos e 5 em mestrados profissionais.

Dos trabalhos mapeados, um se destaca e é fonte inspiração para este trabalho: a tese de Paula Puliti, de 2009, orientada por Bernardo Kucinski. Jornalista como as autoras deste artigo, Paula percebeu em seu cotidiano profissional, nos anos 1990, a forte influência que os bancos e financeiras exerciam sobre pautas e abordagens do noticiário econômico e entrevistou jornalistas e fontes para dissecar como isso acontecia. Ela chamou esse processo de financeirização do noticiário, expressão que adotamos. Aqui constatamos a mesma simbiose entre a imprensa econômica e o mercado de capitais, num momento político-econômico que adiciona complexidade à análise, seja pelo impacto de *big techs* como agentes da engrenagem neoliberal (Maurício; Saback, 2020), seja pela ascensão da extrema direita em países de todo o mundo.

[2] Disponível em: https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/

Também buscamos dados sobre a história do jornalismo econômico no Brasil. A expansão do segmento se deu durante a ditadura militar, quando as notícias econômicas passaram a ocupar o vácuo que a censura provocou no noticiário político (Caldas, 2003; Puliti, 2013b; Quintão, 1987). O conteúdo do noticiário econômico como conhecemos hoje, com forte viés financeiro e inclinação neoliberal, consolidou-se no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), quando o Brasil adotou, em caráter definitivo, as políticas preconizadas pelo chamado "Consenso de Washington" (Puliti, 2013; Brandão, 2013), formulado em 1989 pelo FMI, BID, governo americano e o *think tank* neoliberal Institute for International Economics, entre outros agentes de menor importância.

> [...] o congresso realizado na capital dos EUA permitiu a elaboração de um conjunto de medidas neoliberais que deveriam ser seguidas pelos países da América Latina em troca da continuidade do financiamento por parte das agências e organismos internacionais (FMI e Banco Mundial). [...] Basicamente, podemos afirmar que o consenso de Washington fazia parte de um amplo conjunto de reformas neoliberais que estava centrado na desregulação dos mercados, na abertura comercial, na liberalização dos fluxos de capitais, em uma rigorosa política monetária e fiscal e, fundamentalmente, na redução do papel do Estado nos países latino-americanos. Na verdade, o consenso de Washington significou, no contexto político e socioeconômico da América Latina, o mesmo movimento reacionário do capital em relação às conquistas das classes trabalhadoras europeias e norte-americanas nas décadas de 1950 a 1970 (Brandão, 2013, p. 61-62)

O contexto da financeirização do jornalismo econômico

Os veículos analisados são empresas privadas, portanto visam o lucro, sendo que *Valor* e O Globo pertencem ao Grupo Globo, da

família Marinho. Ambos, por óbvio, defendem o sistema capitalista, e, nas últimas décadas, estão alinhadas ao modelo neoliberal. Mas há casos de interferência mais direta. A Exame, antes do grupo Abril, pertencia à família Civita, mas foi comprada em 2019 pelo banco BTG Pactual. O dono do Banco Inter, Rubens Menin, é também dono da franquia brasileira do canal de TV por assinatura CNN. É o mercado financeiro na imprensa sem intermediários.

> O que salta aos olhos em alguns desses exemplos é a evidente agenda de divulgação de temas interessantes à ideologia neoliberal de ampliação da financeirização, seja na compra de veículos tradicionais como o grupo Abril pelo Cavalry Investments [...] até a criação de sites de notícias por fintechs, como o Portal 6 minutos pelo C6 (Maurício; Almeida, 2021, p. 6).

Tudo isso acontece no contexto do capitalismo globalizado, financeirizado e plataformizado. O jornalismo produzido pelos veículos analisados, O Globo e Valor, pode ser considerado um produto intermediário. "Um produto que existe em forma final para consumo pode tornar-se matéria-prima. Ou o trabalho dá ao produto formas que só permitem sua utilização como matéria-prima. Nesse caso chama-se a matéria-prima de semiproduto, ou melhor, de produto intermediário [...]". (Marx, 2016, p. 216) O produto final a ser vendido é principalmente o espaço publicitário (além das assinaturas, que sempre ficaram longe de pagar os custos), mas também, mais recentemente, venda de ingressos e de patrocínio para eventos organizados pelos jornais, como salões de negócios de moda e de automóveis (Maurício, 2018) e mesas de debates com jornalistas e especialistas sobre temas do momento. Isso se deu pelo fenômeno da plataformização da comunicação, em que plataformas americanas passaram a concentrar em suas mãos a publicidade global, ao captar dados dos usuários e poder enviar a eles publicidade voltada ao seu perfil e suas necessidades

(Zuboff, 2020). Isso deixou a imprensa tradicional com menos dinheiro e vulnerável em relação aos grandes donos do capital de hoje: as próprias plataformas e os bancos.

A possibilidade de as empresas de plataformas entrarem no Brasil e no mundo mediando a comunicação de várias formas (o acesso às notícias é feito principalmente pela busca do Google ou a partir de links postados em grupos de Whatsapp ou em perfis do Facebook, ambos da Meta) é dada pela globalização. Este é um fenômeno que está na própria gênese do capitalismo, com as riquezas arrancadas das colônias e levadas à Europa (Marx, 2016) formando uma espécie de capital inicial. Na busca incessante por mais valor, o grande capital vai quebrando barreiras os países da periferia do capitalismo para se instalar ou apenas explorar de longe as riquezas, criando para isso uma rede de comunicação em tempo real (Martins, 2020).

No prefácio do livro *O juro da notícia*, Kucinski lembra que, pouco a pouco, o capital financeiro foi se descolando das bases materiais de produção de riqueza, e passou a subordinar tanto o poder político quanto os aparelhos de Estado e suas agências de regulação. O jornalismo econômico, em especial, é utilizado pelo capitalismo financeiro como arma estratégica, instrumento de manutenção da hegemonia conquistada, a partir de práticas como o direcionamento de coberturas e da criação de significados, num processo construído por pessoas e instituições do capital financeiro, com objetivos estratégicos bem definidos (Puliti, 2013).

A cobertura do ajuste fiscal

Em 27 de novembro de 2024 o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou um pacote fiscal que vinha sendo planejado desde os primeiros meses do terceiro governo Lula e que estava para ser

anunciado há semanas. Os adiamentos, atribuídos a negociações e verificações técnicas, mantiveram os jornalistas econômicos em alerta.

O pacote reuniu medidas de cortes de gastos públicos numa Proposta de Emenda à Constituição (PEC), um Projeto de Lei Complementar (PLP) e um Projeto de Lei Ordinária (PL), e no dia 28 foi dada uma entrevista coletiva para detalhá-lo. O pacote anunciado buscou atender as demandas neoliberais do mercado e de um Congresso com maioria de direita e, ao mesmo tempo, melhorar a distribuição de renda, bandeira de um governo que se quer de esquerda, duas coisas difíceis de conciliar. Haddad anunciou corte de despesas de R$ 70 bilhões em dois anos; isenção de imposto de renda para quem ganha R$ 5 mil mensais (antes era R$ 2.824); aumento da taxação sobre rendas acima de R$ 50 mil para compensar; limite para o aumento do salário mínimo acima da inflação (2,5% ao ano), para reduzir as despesas com aposentadoria; e abono salarial apenas para quem ganha até R$ 2.640, em vez dos anteriores R$ 2.824. Vale destacar que, em janeiro de 2025, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas, seguindo as determinações da Constituição, deveria ter sido de R$ 7.156,15, pelas contas do DIEESE (2025)[3]. Também constavam do pacote, entre outras medidas, o limite de ganhos de servidores para além do teto constitucional.

No dia 28, o anúncio foi manchete no jornal O Globo: "Lula inclui isenção de IR em pacote de ajuste, e dólar tem máxima histórica", com o subtítulo "Medidas são anunciadas, mas mercado reage e eleva moeda a R$ 5,91 após inclusão de promessa eleitoral que impacta receitas". A reação negativa do mercado ganhou destaque maior que as informações sobre o próprio pacote, e as fontes ouvidas não expõem ponto de vista que não fosse de cobrança por cortes mais acentuados.

[3] Em 2025, o salário mínimo é de R$ 1.518,00 mensais.

As medidas foram apresentadas como insuficientes para conter o desequilíbrio fiscal do país; esse seria o motivo da reação negativa do mercado financeiro. Em duas pequenas entrevistas sobre o tema, os entrevistados – ambos ligados a empresas do setor bancário – partilharam da mesma opinião que ganhou destaque na matéria principal. A cobertura do dia foi composta por quatro matérias e as duas entrevistas, em três páginas. Mesmo tendo sido manchete, a notícia não ocupou a capa da Economia, que tratou de uma disputa entre mineradoras e advogados envolvidos no desastre de Mariana.

Já no *Valor* do dia 28, a chamada principal da primeira página teve três parágrafos, sob o título "Haddad anuncia corte de R$ 70 bi, isenção de IR até R$ 5 mil e taxação de renda acima de R$ 50 mil". O subtítulo, "Ministro informou linhas gerais do pacote após dia de tensão nos mercados; medida do Imposto de Renda pode custar mais de R$ 40 bi aos cofres públicos", trata a isenção do IR para pessoas de renda mais baixa apenas como perda para os cofres públicos, sem considerar o que uma renda de R$ 5 mil pode pagar para uma família viver. Diz a chamada que este aumento na isenção "provocou a disparada do dólar e dos juros e a queda da bolsa". Não se questiona por que o mercado reagiu desta maneira, ou se esta foi a única razão para isso.

Na matéria interna principal sobre o tema, título e subtítulo deixaram evidente que não há preocupação com os trabalhadores de renda mais baixa: "Corte de R$ 70 bi em 2 anos contrasta com maior isenção para IR; Renda até R$ 5 mil mensais ficará isenta de Imposto de Renda, o que surpreende mercado; rendimentos acima de R$ 50 mil serão mais tributados". O mercado foi ouvido, mas os trabalhadores, não. Os presidentes da Câmara e do Senado foram ouvidos informando que pretendem aprovar o pacote ainda este ano. A matéria lembrou que o salário mínimo "dita os gastos do governo com a maior parte das aposentadorias e pensões, além do Benefício de Prestação Continuada

(BPC), abono e seguro-desemprego", mostrando a importância que um salário mínimo mais baixo tem no controle dos gastos do governo.

O texto segue dizendo que a contenção do aumento do salário mínimo é impopular, "Por isso, foi incluída junto ao anúncio do pacote de corte de gastos a isenção do IR, uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com forte apelo entre os mais pobres e parte da classe média". A matéria silenciou para o fato de que não há este "apelo" para quem ganha um salário mínimo, já que havia isenção para até dois salários mínimos. Sobre a alíquota maior para quem ganha acima de R$ 50 mil, o *Valor* informou que o jornal apurou ser possível "que haja algum fator de redução para quem tenha renda total de R$ 600 mil a R$ 1,2 milhão por ano. Já para quem ganha mais de R$ 1,2 milhão, a alíquota efetiva de 10% incidirá integralmente". É uma informação importante no que diz respeito à distribuição de renda no país, já que fica claro quem está cortando mais, mas o texto passa a impressão de ser mais informativo para quem tem esta renda do que crítico.

Outra matéria interna tem o título "Economistas veem pacote 'ruim 'nas medidas já conhecidas" e subtítulo "Conteúdo é considerado decepcionante; principais críticas são ao reajuste da isenção para Imposto de Renda na fonte", este claramente contrário a uma medida de distribuição de renda por meio do IR, via entrevistados. Foram ouvidos cinco economistas: um da Oriz Asset Managements, um pesquisador do Insper, outro da XP, outro da Warren Investimentos e um da Rio Bravo Investimentos, que tem em seus quadros o ex-presidente do Banco Central no governo FH Gustavo Franco. O Insper é uma instituição de ensino derivada do Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais e cujo primeiro curso foi um MBA em Finanças. São sócios do Insper os ex-sócios do Banco Garantia e figuras notórias no mercado: Claudio Haddad, Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto

Sicupira (via esposa), e seu vice-presidente chegou à instituição após 30 anos no Itaú-Unibanco (Insper, 2023). Ou seja, todas as fontes são do mercado financeiro ou de instituição de ensino voltada a passar as ideias do mercado.

Na matéria sobre alta do dólar e dos juros futuros e queda da bolsa, novamente as fontes ouvidas foram apenas do mercado (mas nesse caso era uma matéria sobre ele próprio), e houve ênfase na "surpresa" com o IR. Outras matérias tratam de PEC de deputados propondo cortes maiores de gastos e mais repercussões com economistas favoráveis a cortes.

Em O Globo, o dia 29 foi o de cobertura mais extensa na semana analisada. Só a primeira página teve cinco chamadas sobre o pacote fiscal, além da manchete. Foram destacadas três notícias, dois artigos e um editorial. O tema ganhou 8 matérias, ocupando quatro das cinco páginas da Economia. A manchete seguiu linha próxima à da véspera, com ênfase ainda maior na crítica: "Ajuste fiscal tímido frustra, e dólar chega a bater R$ 6"; subtítulo "Governo projeta economia de R$ 327 bi até 2030, mas analistas consideram pacote insuficiente para reduzir a dívida pública. Juros futuros disparam". Toda a parte superior da primeira página é ocupada por notícias sobre o pacote, com o enquadramento variando entre a preocupação, pela suposta insuficiência do pacote, e o alarme, pela reação negativa do mercado.

Além de um dos dois editoriais, os quatro artigos assinados do dia abordaram o tema, sendo o mais crítico o da jornalista Vera Magalhães, cuja chamada ganhou mais destaque na primeira página. A coluna que fez o principal contraponto crítico à visão do mercado não ganhou chamada. Foi a de Bernardo Mello Franco, que mencionou a reação negativa do mercado, mas também o mérito de medidas como o corte de benefícios de militares e o endurecimento no combate a fraudes contra o Bolsa Família. O texto termina dizendo que "a derrapada do

governo no anúncio do ajuste não quer dizer que ele errou por não se curvar aos interesses da Faria Lima". Flávia Oliveira também aborda a insatisfação do mercado de outra forma, ao dizer que as medidas fiscais, "embora desidratem direitos sociais, não satisfazem os bambambãs das finanças". Para ambos, o pacote tem problemas, mas não os que são apontados pelos interlocutores do mercado financeiro.

No *Valor* do dia 29, foram três as chamadas de primeira página sobre o pacote. Seus títulos e subtítulos são "Governo estima poupar R$ 327 bi até 2030; especialistas avaliam pacote fiscal como insuficiente": Proposta tem 13 medidas para conter gastos; para analistas, não garantem sustentabilidade do arcabouço"; "Proposta muda forma de cálculo do IR devido: Mudanças dividem contribuintes em quatro faixas, com isenção para quem tem renda de até R$ 5 mil e taxação mínima para rendas acima de R$ 50 mil"; e "Decepção com medidas faz dólar bater em R$ 6, Ibovespa perder 2,4% e juros dispararem: Instituições financeiras avaliam que o Banco Central pode intensificar o aumento da Selic em dezembro, com projeções apontando a taxa básica acima de 14% ao fim do ciclo".

Na parte interna, seis matérias foram relativas às chamadas. Há declarações do presidente Lula, todas a favor do corte de gastos, e os economistas ouvidos, todos do mercado e um da FGV – que também atua como um *think tank* neoliberal (Silva, 2018), dão declarações que a matéria resume: "Pontos considerados importantes pelos especialistas, como mudanças no seguro-desemprego e redução da rigidez dos pisos de saúde e educação ficaram de fora". A matéria sobre IR esclarece que apenas quem tem renda acima de R$ 100 mil mensais pagará 10% de imposto como tarifa mínima, mas de forma acrítica. Também chamada na primeira página estava uma entrevista com o ministro da Casa Civil, Rui Costa, destacando seu pedido "à sociedade que, aqueles que moram na cobertura com piscina, paguem um pouco mais de imposto" e "ao

mesmo tempo, pedimos compreensão a quem ganha um mínimo para [receber] um reajuste mais lento."

No dia 30, O Globo amenizou um pouco o tom alarmista, mas manteve a crítica. O pacote voltou a ocupar o espaço da manchete, que simbolicamente destaca o principal assunto do dia. O chapéu foi "TURBULÊNCIA" e a manchete, "Haddad admite 'corrigir 'pacote após Congresso cobrar rigor fiscal". Quer dizer, a primeira palavra acionou o enfoque de crise, para depois a mensagem enfatizar que os supostos erros do governo podem ser contornados, se o governo estiver realmente comprometido com o ajuste das contas públicas. O subtítulo foi "Pacheco [então presidente do Senado] e Lira [então presidente da Câmara] não endossam isenção de IR. Dólar fecha a R$ 6 pela primeira vez na História e pressiona BC a subir mais os juros", novamente enfatizando a insatisfação do mercado financeiro.

A primeira página trouxe ainda um artigo de Carlos Alberto Sardenberg ("Pacote não reduz gasto") e uma matéria sobre o suposto sucesso do governo Javier Milei, da Argentina, em cortar os gastos públicos ("Com corte de gastos de Milei, inflação cai, e recessão acaba"). No contexto dos debates no Brasil, o destaque dessa matéria dá a entender que o modelo adotado no país vizinho deve servir como exemplo. A íntegra do texto não aborda as graves consequências sociais das medidas de contenção tomadas pelo presidente argentino, tais como retração econômica e aumento do desemprego.

Como O Globo, no dia 30 o *Valor* destacou que a declaração de Haddad de que novas medidas de ajuste podem ser tomadas, caso o pacote não seja suficiente. Foi uma reação às críticas do mercado, numa tentativa do governo de acalmá-lo. Apenas pelo meio da matéria o jornal incluiu: "Haddad disse ainda que a inflação no país está sob controle, a taxa de desemprego é a menor da história do Brasil, mas é necessário manter a sustentabilidade da economia". Mesmo esta frase tem um

'mas', insinuando que as coisas não vão tão bem assim. Outra matéria informou que Lula discutiu com o ministro da Defesa e Forças Armadas a proposta de se estabelecer a idade mínima de 55 anos para os militares se aposentarem.

No dia 1º, domingo, o Valor não circula e não tem edição consolidada, assim como no sábado, mas no site foi colocada a matéria intitulada "PEC alternativa a pacote fiscal do governo é melhor, mas não tem chance de passar, dizem economistas", sobre proposta de três deputados de oposição ao governo que corta mais gastos em benefício dos mais pobres que a versão governamental. Foram ouvidos economistas do mercado e de consultorias, todos com declarações de cunho neoliberal, como "A ideia de desindexar, desvincular, mexer nos pisos [constitucionais de saúde e educação], parece tudo dentro do ideal. [...] Seria uma surpresa muito positiva, mas não me parece factível".

Nos dias 1º, 2 e 3, o assunto ainda se fez presente na primeira página do jornal O Globo, mas perdeu um pouco de força – considerando o número de chamadas. No dia 1º, a chamada informou que "Apoio limitado de Lula mantém Haddad entre a credibilidade e a política". Foi a matéria principal da Economia, tratando dos bastidores do anúncio do pacote. O texto contou que Haddad tentou dissuadir o presidente Lula de anunciar o aumento da isenção do IR junto com o pacote fiscal, mas não conseguiu. O ministro da Fazenda Fernando Haddad foi apresentado como alguém que vem tentando manter a credibilidade, mas acabou cedendo a pressões políticas. A matéria é favorável a Haddad, mas não ao governo, tampouco ao pacote.

No dia 2, o assunto voltou à manchete do jornal O Globo com um estudo da Instituição Fiscal Independente (ligada ao Senado) alertando que uma série de despesas públicas relevantes não estão sendo levadas em conta no cálculo do déficit público. A manchete, depois do chapéu "PRESSÃO FISCAL" é "Créditos extras e precatórios fazem dívida

pública disparar". O subtítulo diz que "Gastos não contam para meta, mas podem levar endividamento a 84,1% em 2026". Só foram ouvidos economistas críticos ao pacote e à política fiscal do governo, e nenhum deles ponderou a importância de se manter políticas sociais, dada a realidade brasileira.

O Valor do dia 2 voltou à carga com críticas ao pacote na primeira página, com o título e subtítulo "Frustração com fiscal piora cenário no mercado: Para especialistas do mercado, níveis mais elevados para o dólar não estão descartados, bem como a necessidade de uma Selic ainda mais alta". A chamada trouxe o ponto de vista do mercado, e inclui seu alívio nas indicações do governo Lula para o BC, mantendo o ponto de vista neoliberal: "Por outro lado, a indicação dos novos diretores do Banco Central (BC) ajudou a desanuviar o cenário de ruptura. Sem nomes considerados heterodoxos no grupo, a decisão serviu para tirar incertezas que restavam em relação ao que deverá ser o novo Comitê de Política Monetária (Copom), agora totalmente indicado pelo governo Lula". A primeira página traz também uma chamada sobre a negociação do governo com o Congresso e com os militares para aprovação do pacote. O conteúdo interno foi na mesma linha, informando em tom de alívio que os presidentes das casas do Congresso preveem a análise das medidas do IR apenas para 2026, e as que são de cortes para 2025.

Houve novamente duas chamadas de primeira página no Valor do dia 3 ligadas ao pacote. Uma, com suas matérias internas, com informações sobre o envio ao Congresso com alguns ajustes, e outra sobre a alta do dólar, colocando como causa principal as ameaças do presidente americano Trump, mas incluindo a questão fiscal brasileira como pano de fundo. Numa matéria sobre palestra do então diretor de política monetária e futuro presidente do BC, Gabriel Galípolo, na XP Investimentos, tratando da alta do dólar, a questão fiscal do país foi abordada, e apenas no pé da matéria entra uma afirmação dele diferente

da visão do mercado: "Curiosamente, quem não tem mecanismo de defesa para alta de juros é o Tesouro Nacional. É um tema que precisa ser enfrentado". Este foi o único dia a trazer uma matéria que tratava mais especificamente do pequeno efeito de distribuição de renda na proposta do governo para o IR, a partir de estudo da USP.

No dia 3, O Globo trouxe o assunto em chamada: "Fazenda fará ajustes na proposta que altera previdência de militares". No contexto da tramitação das medidas do ajuste fiscal, a cúpula das forças armadas pediu a Lula uma transição mais suave em relação aos ajustes previdenciários previstos no pacote. Este previa a idade mínima de 55 anos para os militares (dez menos do que os trabalhadores da iniciativa privada e cinco a mais do que a idade mínima vigente), mas a cúpula das forças armadas pediu ao presidente Lula uma transição lenta. O tom neutro do texto destoou da abordagem crítica utilizada durante a cobertura em relação à urgência no corte de despesas públicas. O Globo – que defendeu veementemente o rigor em outros cortes – não ouviu nenhuma fonte que defendesse as mudanças nas aposentadorias dos militares.

No mesmo dia, o editorial explicitou o que uma matéria de 30/11 havia dado a entender: "Milei dá lição fiscal ao continente e Argentina terá primeiro superávit fiscal em 16 anos". O texto posicionou a Argentina como um exemplo a ser seguido, não só pelo Brasil, mas na América do Sul. O editorial admitiu a piora de quatro pontos no índice Gini (indicador de desigualdade social) na Argentina, para afirmar em seguida que "a pobreza é difícil de medir" e que o Brasil tem mais problemas nessa seara do que o país vizinho. O jornal afirmou ainda que "o 'louco 'da campanha eleitoral ao menos no aspecto fiscal tem mantido um nível de sanidade que faz falta no Brasil." Na mesma edição, a coluna de Míriam Leitão analisou os motivos do desempenho desfavorável do mercado daquele dia e, ao final, lembrou o que nenhuma

fonte ouvida nas matérias, no período analisado havia dito: que a economia brasileira tem bons indicadores, e que o crescimento do PIB será significativo, da ordem de 3%.

No dia 4, o tema principal em O Globo foi o resultado do PIB, com a manchete mencionada na abertura deste artigo e o subtítulo "Alta foi de 0,9% no 3º trimestre, puxada pelo consumo das famílias e por investimentos. Analistas temem impacto na inflação". Apesar do significativo aumento da atividade econômica de julho a setembro, vimos que o enfoque ficou sobre a pressão que o crescimento econômico pode exercer sobre a inflação e, consequentemente, a política de juros. Os economistas ouvidos, mais uma vez todos ligados a consultorias e instituições financeiras, afirmaram que com a economia aquecida as pessoas consomem mais, pressionando os preços. O ajuste fiscal foi apontado como fator que, junto com o aquecimento da atividade econômica, pode levar o Banco Central a promover novas elevações da taxa básica de juros. Nesse dia, O Globo mencionou o pacote fiscal em 7 matérias e um artigo de Zeina Latif. No texto, a economista afirmou que está instalado um "medo do porvir", em função do teor do pacote fiscal.

Na sequência, três matérias tangenciaram o tema fiscal. A mais relevante ("Governo prevê economia maior com salário mínimo") avaliou positivamente o fato de que, com a aprovação do ajuste fiscal, o salário mínimo vai subir menos, dando alguma folga às contas do governo. O foco é 100% fiscalista. A matéria sobre mercado financeiro informou que o dólar caiu depois de uma sequência de aumentos, e que a bolsa subiu 0,72% no pregão. Essa notícia positiva foi para a parte inferior da página.

Como O Globo, o Valor anunciou o resultado do PIB pela ótica da questão fiscal. Estes são os títulos e subtítulos da primeira: "Demanda interna sustenta PIB, mas incerteza fiscal e juro elevado

turvam quadro para 2025: Com investimento e consumo em alta forte, economia cresceu 0,9% no 3º tri e deve avançar mais de 3% em 2024; cenário à frente, porém, está indefinido". De novo um 'mas 'e um 'porém 'para dizer que a notícia boa para o país é ruim, e sem ouvir fontes com explicações econômicas favoráveis à notícia boa, como se estas não existissem. Em duas matérias internas também sobressaem as adversativas nos títulos: "Análise: Investimento e consumo das famílias puxam o PIB, **mas** incerteza fiscal e juro em alta nublam o cenário" e "Investimento é destaque no PIB do 3º tri, **mas** cenário para 2025 é adverso". O mesmo acontece num artigo de opinião de economista do mercado: "As surpresas no PIB persistem, **mas** até quando?: Brasil atravessa um período de crescimento resiliente, **mas** precisa avançar em reformas estruturais que aumentem a produtividade e reduzam ineficiências". As matérias internas seguem esta lógica de contrapor o bom resultado a possíveis problemas futuros. A chamada da primeira página traz essa dubiedade também no texto, e afirma algo não visto nos demais dias: "A dúvida é saber como a economia vai reagir a partir de 2025, dadas as incertezas fiscais, que jogaram o dólar acima de R$ 6, e o ciclo de alta dos juros, que tende a afetar especialmente o investimento". Ou seja, informa-se ali que o juro alto prejudica justamente um grande instrumento de combate à inflação de demanda: a capacidade de as empresas investirem para aumentar a produção e atender à demanda.

Conclusão

Neste artigo, discutimos o posicionamento do jornalismo econômico brasileiro em favor dos interesses do mercado financeiro através da análise de uma semana da cobertura do anúncio do pacote fiscal do governo Lula nos jornais O Globo e Valor, de uma breve análise do contexto e referências bibliográficas sobre o tema. A premissa foi confirmada e ganhou nuances, como a revelada nesta frase de uma

matéria do *Valor* em 29/11: "a frustração [em relação ao pacote], assim, fez importantes bancos estrangeiros revisarem [para cima] suas projeções para a trajetória da Selic". São bancos operando para que os juros subam no mercado futuro e criando o cenário para que o Banco Central de fato os suba.

Outra frase trata de relatório do banco J.P. Morgan: "Mesmo sob a premissa otimista de que essa reforma é neutra em termos de impostos, ela não é neutra em termos de demanda, pois aumenta a renda disponível de indivíduos com alta propensão ao consumo. Consequentemente, ela também não é neutra em relação à inflação". Há sempre ênfase na inflação de demanda, sem nem dar como solução uma maior oferta de produtos para atender a esta demanda. Não há visão humanitária em relação aos "indivíduos" que hoje não ganham o suficiente para viver com dignidade. Suas necessidades não podem sobrepujar a de bancos em lucrar ao investir para seus clientes num país com a maior taxa de juros acima da inflação do mundo.

Para os dois jornais da família Marinho, a pauta de interesses do mercado financeiro se fez claramente refletida na abordagem sobre o ajuste fiscal. Ambos defendem cortes como único meio para evitar a inflação – indicador que, se aumentar para além da meta perseguida pelo Banco Central, deve ser enfrentado com alta na taxa de juros. É omitido o fato de que quem paga as taxas de juros altas dos títulos públicos é este mesmo governo. Há uma separação contábil do déficit total e do déficit primário (sem contar os pagamentos dos juros), e só este último é levado em conta pelo mercado e seus porta-vozes, fontes constantes do jornal, ao ditar qual política o governo deve ter para a vida econômica da população. Não há contrapontos, como seria esperado de um jornalismo sério, instrumento de debate público. No conteúdo analisado, a alternância de ponto de vista apareceu praticamente só nas colunas dos

jornalistas Bernardo Mello Franco e Flávia Oliveira e, no Valor, em matéria sobre estudo da USP.

A economia não é tratada como uma ciência humana, com efeitos sobre a vida diária das pessoas. Os conteúdos analisados, com raras exceções, passam a impressão de que o país não pode distribuir renda, porque isso afeta a contenção dos gastos do governo. Visões econômicas que levam em conta os trabalhadores e a população em geral praticamente inexistem, e as grandes fortunas não são incomodadas.

O trabalho abre espaço para novas perguntas, em pesquisas que virão: qual o impacto da cobertura jornalística hegemônica sobre os fatos econômicos? Até que ponto as previsões de agentes de mercado – que a imprensa está sempre reproduzindo, apesar de seu alto índice de erro – influenciam nas políticas econômicas governamentais? Há algo que os jornalistas possam fazer para quebrar a simbiose entre o mercado financeiro e as notícias econômicas nos grandes veículos?

Referências

BRANDÃO, Rafael. **Ajuste neoliberal no Brasil:** desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). 2023. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/td/1461.pdf. Acesso em: 30 jun.2025.

CALDAS, Suely. **Jornalismo Econômico**. São Paulo: Contexto, 2003.

DIEESE. Valor da cesta básica aumenta em 13 capitais em janeiro. Nota à imprensa, 6 fev. 2025. **Dieese**. Disponível em: https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2025/202501cestabasica.pdf. Acesso em: 13 fev. 2025.

INSPER. Guilherme Martins assume a presidência do Insper. 31/05/2023. **Insper.** Disponível em:

https://www.insper.edu.br/pt/noticias/2023/5/guilherme-martins-assume-a-presidencia-do-insper. Acesso em 13 fev. 2025.

INSPER. Assembleia de associados. **Insper.** Disponível em: https://www.insper.edu.br/pt/quem-somos/governanca/assembleia-de-associados. Acesso em: 13 fev. 2025.

MARTINS, Helena. **Comunicações em tempos de crise**: economia e política. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I vol. 1 – o processo de produção do capital; tradução de Reginaldo Sant'Anna. 34ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MAURÍCIO, Patrícia; SABACK, Lilian (orgs.). **Relatório EPC PUC-Rio**: Plataformas digitais e a relação com o jornalismo. Rio de Janeiro, Plataforma Maxwell, nov. 2020. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/series/EPC/EPC.php?strSecao=artigos. Acesso em: 25 fev. 2025.

MAURÍCIO, Patrícia, ALMEIDA, Raquel. Novas possibilidades para o financiamento do jornalismo no Brasil. *In:* 44º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2021. **Anais** [...]. 2021. Disponível em: https://portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt8-ep/patricia-mauricio.pdf. Acesso em: 30 jun.2025.

MAURÍCIO, Patrícia. Estratégias do Grupo Globo na disrupção do modelo de negócios do jornalismo. **Líbero**, Ano XXI, n. 41, 2018. Disponível em: https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/download/922/955. Acesso em: 30 jun.2025.

MAURÍCIO, Patrícia. O jornalismo econômico. **Alceu**, v.5, n.10, p. 146 a 163, 2005. Disponível em: https://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=183&sid=22. Acesso em: 12 jun. 2025

QUINTÃO, Aylê-Salassié Filgueiras. **Jornalismo Econômico no Brasil depois de 1964**. Rio de Janeiro: Agir, 1987.

PULITI, Paula. **A Financeirização do Noticiário Econômico** (1989-2002). 2009. Tese (Doutorado em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2009.

PULITI, Paula. **O juro da notícia.** Jornalismo econômico pautado pelo capital financeiro. Florianópolis: Insular, 2013.

SILVA, Daniel Reis. Think Tanks ideológicos e a formação da opinião pública: Reflexões sobre grupos conservadores, suas redes e os estudos de comunicação. *In:* 27° ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2018. **Anais** [...]. Campinas, 2018. Disponível em: <https://proceedings.science/compos-2018/papers/think-tanks-ideologicos-e-a-formacao-da-opiniao-publica--reflexoes-sobre-grupos-conservadores--suas-redes-e-os-estudos-d>. Acesso em: 1 mar. 2022.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilancia.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

Apontamentos para uma crítica da economia política do tempo: a percepção e a expropriação dos regimes de temporalidade da modernidade ao capitalismo tardio

Gustavo Requião Correa de Monlevad

> O tempo é o campo do desenvolvimento humano. O homem que não dispõe de nenhum tempo livre, cuja vida, afora as interrupções puramente físicas do sono, das refeições etc., está toda ela absorvida pelo seu trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga. (Marx, 2017, p. 371)

Das representações artísticas ao desenvolvimento do debate teórico, há certo consenso sobre processos de alteração da percepção hegemônica do tempo a partir da modernidade. A consolidação das grandes metrópoles urbanas é um marco do capitalismo industrial do século XIX, berço da modernidade. Autores dos mais diversos campos, como Walter Benjamin, Sigmund Freud, Karl Marx etc., abordaram os fenômenos e consequências sociais da modernidade urbana e do capitalismo industrial na Europa dos séculos XIX e XX – o padrão moderno é exportado para as colônias, mas sofre deformações ao se instalar em outras formações sociais. Autores como Georg Simmel já descreviam uma "intensificação da vida emocional decorrente da mudança brusca e continuada dos estímulos internos e externos" em

comparação com o "fluir sensorial e mental mais lento, mais familiar e mais tranquilo, característico das pequenas localidades e da vida rural" (Simmel, 1997, p. 33-34). A modernidade é um tempo de fragmentação e ruínas, onde o novo é erigido sobre os escombros de um antigo que ainda não se foi totalmente. Quando "tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado" (Marx; Engels, 2010, p. 43), o assim chamado progresso avança predatoriamente sobre as tradições. O tempo produtivo do capital consome o tempo humano.

O contínuo revolucionamento das relações produtivas e, consequentemente, das relações sociais, abalou os regimes de temporalidade humanos. Esse giro perceptivo provocou as mais diversas explicações e justificativas nos últimos dois séculos: espaços foram encurtados pelo avanço dos meios de transporte, diminuindo o tempo necessário para atravessar as mais variadas distâncias; a informação passou a ser difundida com mais celeridade como resultado do avanço das tecnologias de imprensa; o relógio de bolso trouxe ao ser humano a possibilidade de consultar o horário a cada momento, desprendendo-se da medição pela luz natural, do badalar dos sinos das igrejas ou mesmo dos relógios públicos estrategicamente espalhados pelos centros urbanos; a difusão da eletricidade estendeu a possibilidade de iluminação em espaços internos e externos durante a noite, etc.

Defendemos que todos esses fatores, frequentemente interpretados como possíveis causas das mudanças de percepção da passagem do tempo são, na verdade, consequências superestruturais de processos infraestruturais mais complexos que vinham se mundializando. Tais processos foram tomados como regra a partir de uma Europa que exportava seu modo de vida para as mesmas colônias das quais se ocupava de extrair valor. A causa comum a todos esses processos é a alteração das relações sujeito-trabalho.

Existem duas considerações prévias à análise: em primeiro lugar, considerar a existência de um regime de temporal hegemônico implica, necessariamente, reconhecer a possibilidade de temporalidades não hegemônicas. A exportação colonial de um regime temporal produtivo – um tempo sequestrado para a produção de valor – desde a modernidade não anula a concomitância de outras formas de percepção. Mas quanto mais totalizante o regime produtivo, mais hegemônica se torna a imposição de uma régua homogeneizante a serviço de padrões dominantes. Evidentemente, onde há contra-hegemonia, há disputa. Essas disputas serão temas de futuros trabalhos. Em segundo lugar, se esta pesquisa é o início de uma investigação sobre as origens da alteração dos regimes temporais na modernidade, cabe verificar os eventuais resultados dessa mudança. Esses resultados superestruturais se materializam nos mais diversos campos, como a produção estética, no cotidiano, nas relações de trabalho, na saúde mental e outros. Assim como no caso das disputas, uma análise das consequências do giro perceptivo será desenvolvida a *posteriori*.

A hipótese desta pesquisa é justamente, portanto, que a percepção humana do tempo é historicamente determinada, derivada de complexos processos sociais e mediada, principalmente, pelas nossas relações sociais de trabalho. Alterações na forma de organização do trabalho vão impactar diretamente na nossa percepção sobre o tempo, dando origem a novos regimes de temporalidade. O modo de produção capitalista surge como um sistema de otimização produtiva do tempo, voltada para a máxima extração de mais-valor e dominação de uma classe específica sobre todas as outras.

A forma capitalista do trabalho é, por sua vez, mediada pelo avanço das forças produtivas, principalmente na forma de avanços tecnológicos. É fundamental ressaltar, porém, que a técnica em si não é um determinante autônomo dos processos sociais, uma vez que "a

tecnologia é sempre uma parte concomitante ou subordinada a outras forças" (Crary, 2012, p. 17). O desenvolvimento técnico é historicamente determinado e pode ser um catalizador de processos já em curso em cada formação social. Como aponta Marx, a partir das revoluções industriais e do desenvolvimento da forma capitalista da maquinaria, o emprego capitalista das forças produtivas avançadas se torna um fator de subordinação dos trabalhadores aos seus meios de trabalho: o tempo da produção deixa de ser o tempo hábil humano e passa a ser o tempo maquínico (Marx, 2017, p. 486).

No capitalismo tardio, as relações humanas, mediadas por novos avanços produtivos, ampliam e aprofundam a sensação de aceleração do tempo: uma ilustração que poderia ser feita por um artista em horas ou dias é realizada por softwares de inteligência artificial em segundos; um artigo ou resumo que poderia levar semanas de trabalho e dedicação humanas, é apresentado depois de poucas palavras de um comando *prompt* bem direcionado. Nessa quadra histórica, surgem as mais diversas explicações, hipóteses, sintomas e teorias para a percepção acelerada do tempo. Adiante, vamos tentar compreender algumas de suas possíveis causas, contradições e consequências no tecido social.

O tempo e a tecnologia

O Filme A Chegada (2016), de Denis Villeneuve, trabalha com a ideia de que uma mudança na nossa forma de expressão e apreensão simbólica de ideias alteraria, também, nossa percepção e organização de temporalidade: a partir de um dispositivo de ficção científica, uma raça alienígena desenvolveu uma percepção cíclica, completa e fechada do tempo por se expressar a partir de uma forma de escrita também circular. A protagonista do enredo, uma linguista que se empenha em desvendar a linguagem dos extraterrestres, passa também a perceber o tempo de forma circular à medida que começa a compreender a maneira como se

expressam os visitantes. Sua visão de mundo entra em conflito quando duas formas de percepção de temporalidade, linear e cíclica se sobrepõem. Ao comunicar o mundo através de um código circular, a linguista passa a ter flashes de outros momentos de sua vida. Passado e futuro se fundem ao presente enquanto se forma em sua mente a ferramenta/arma presenteada pelos alienígenas: uma visão do tempo que permite que a história e o porvir convivam com o presente. O curioso é que, apesar de o filme brincar com percepções temporais, a própria obra se estrutura como um clássico narrativo, sem grandes experimentações formais, fora algumas tímidas inserções de flashbacks e flashforwards, que já são lugar-comum na linguagem cinematográfica hegemônica.

A despeito de uma representação estética trivial da passagem do tempo, a obra apresenta uma ponte dialógica entre tempo e escrita que nos interessa debater: uma redação linear levaria a uma leitura linear do tempo, enquanto outras formas de expressão abririam espaço para outras percepções do fenômeno. Esse artifício narrativo é levado ao limite a partir de elementos próprios da ficção científica no filme, mas não é de todo estranho às investigações das ciências humanas sobre o tempo. Em seu *O Mundo Codificado*, o filósofo Vilém Flusser (2024), preocupado com as mudanças de regime de comunicação contemporâneas, compara o que ele chama de pensamento linear com o pensamento de superfície. Assim como no filme de Villeneuve, o pensamento linear seria mediado pela nossa configuração ocidental hegemônica do texto: da esquerda para a direita, com início, meio e fim. Por sua vez, o pensamento de superfície, característico da leitura de imagens, ofereceria uma perspectiva menos presa a uma linearidade cronológica. Para Flusser, em um mundo mediado primordialmente pelas relações visuais imagéticas, nossa percepção do tempo estaria

passando por uma nova fase, mais fragmentada e com múltiplas camadas de significação estimuladas pela predominância das imagens.

Existem problemas na interpretação de Flusser acerca da centralização da leitura – de textos ou de imagens – como fator determinante na instauração de novos regimes de temporalidade. Abordaremos, primeiro, o caso específico da escrita enquanto encadeamento lógico-cronológico de início-meio-fim. Entre pesquisadores das mais diversas áreas, existe uma tendência geral de favorecer o próprio campo científico em vez de produzir articulações mais amplas, entre campos diferentes. Então, não é incomum a busca de explicações pautadas exclusivamente nas próprias áreas para questões humanas fundamentais. É comum a linguistas buscarem explicações de um mesmo fenômeno pela via da linguagem, matemáticos pelos números, químicos pelos processos e reações, e assim por diante. Uma consequência dessa tendência é a dinâmica das contradições que alimenta o motor do método científico. Outra consequência é a comum inversão da causa pela consequência. Quando aplicado a pesquisadores de tecnologias – e linguagem é tecnologia –, não é incomum que se tome o desenvolvimento da técnica como motivo gerador de processos sociais quando, muitas vezes, o próprio avanço é consequência desses processos. Quando a técnica se objetiva no mundo, os processos em curso podem ser catalisados ou mesmo redirecionados, tendo sempre em vista o fato de serem componentes – e não geradores – de dinâmicas sociais.

Nesse sentido, o desenvolvimento da Prensa de Gutenberg, por volta do século XV, acelerou processos de troca de informações, formalização de processos jurídicos e incentivou a produção artística que já ocorriam antes do invento. Da mesma forma, Marx aponta o desenvolvimento da grande indústria como o catalizador de um processo de diferenciação, divisão e particularização do trabalho que já tinha suas sementes plantadas na manufatura, na cooperação ou mesmo,

a exemplo de Engels (2019, p. 65), na separação de funções entre homens e mulheres na aurora da humanidade [1]. Sim, a prensa popularizou e expandiu a possibilidade da escrita e da leitura, mas até o século XIX nos centros imperiais ou o século XX na periferia dependente do capitalismo global, a alfabetização era privilégio de elites econômicas, sociais e intelectuais. Ou seja, de um número proporcionalmente restrito de pessoas. Um giro perceptivo coletivo não poderia ser originário da leitura e da escrita.

Se o próprio literato Charles Baudelaire, por volta de 1860, afirma que "a forma de uma cidade muda, infelizmente, mais rápido do que o coração humano" (Crary, 2013, p. 109) podemos aferir que a dificuldade da subjetividade humana de se adaptar à velocidade das transformações do cotidiano na modernidade não provém necessariamente do avanço das tecnologias linguísticas. A cidade *aparece* para o autor como o coração da mudança e o epicentro da velocidade. E a experiência urbana nunca foi exclusiva dos letrados. Para compreender uma mudança de perspectiva tão generalizada, significativa e fundamental quanto a percepção do próprio tempo, é preciso pensar nas modificações estruturais no cotidiano das formações sociais. As causas que transformaram as próprias cidades em epicentros da aceleração. Ou, antes, o conjunto de fenômenos que gerou as cidades modernas a partir da diferenciação dos antigos burgos feudais e da vida no campo. Como logo veremos, a alteração mais significativa que a porção majoritária da população urbano-industrial experienciou foi a relação sujeito-trabalho.

Outra proposta explicativa do fenômeno da aceleração temporal vem do teórico da comunicação James Carey. Em seu livro *Comunicação como Cultura*, o autor analisa a importância dos telégrafos como as

[1] Evidentemente, avanços posteriores dos campos da antropologia e da arqueologia apontam que não existiu apenas uma origem de cisão de classes para todos os povos e sociedades humanas e, portanto, possibilitam diferentes modos de divisão originária do trabalho.

primeiras máquinas que efetivamente separaram o transporte da comunicação. Segundo Carey, "esse instrumento alterou os limites temporais e espaciais da interação humana"[2] (Carey, 2009, p. 157. Tradução livre). O comunicólogo ainda defende que "o telegrafo reorganizou a natureza da língua escrita e, finalmente, a natureza da própria consciência"[3] (Carey, 2009, p. 162). As razões que ele dá para isso variam entre a limitação técnica do aparelho, que incentivaria uma linguagem mais objetiva, e a instantaneidade da possibilidade de comunicação, muito mais rápida do que qualquer meio de transporte poderia cruzar longos espaços geográficos. Carey cai nas mesmas armadilhas metodológicas de centralização do próprio campo e de determinismo tecnológico de Flusser, "no qual uma dinâmica independente de invenção, modificação e aperfeiçoamento mecânicos impõe-se em um campo social, transformando-o a partir de fora" (Crary, 2012, p. 17). Essas dinâmicas se originam e retornam ao próprio processo social.

O telégrafo é produto de relações sociais e, uma vez objetivado, só produz alterações nas relações e percepções quando ativado por trabalho vivo. Além disso, a qualidade das alterações produzidas vai variar de acordo com a formação social do local onde a inovação for aplicada. O telégrafo não é apenas o aparelho transmissor-receptor, mas o conjunto de torres, fios e energia que transmitem a informação. Todos os seus componentes são produto do trabalho humano objetivado – também referido por Marx como sinônimo de trabalho pretérito ou passado (Marx, 2017, p. 271), enquanto o trabalho vivo é trabalho presente (*idem*). Existe, ainda, o trabalho morto, um tipo específico de trabalho objetivado que assume a forma de meio de produção e, quando em

[2] Original: "this instrument altered the spacial and temporal boundaries of human interaction"
[3] Original: "the telegraph reworked the nature of written language and finally the nature of awareness itself"

contato com o trabalho vivo, se reativa no processo de produção de valores de uso e valorização do valor. Um meio de produção, por si, não cria valor, apenas quando reativado pelo trabalho vivo.

De maneira semelhante, um instrumento em si não altera os regimes de percepção de temporalidade humanos, mas a junção de um primeiro conjunto de relações sociais que projetou e objetivou o instrumento no mundo, uma práxis criativa; um segundo conjunto que o faz funcionar segundo funcionalidades pré-determinadas durante a criação; e um terceiro conjunto que repropõe seu uso a partir de finalidades e parâmetros não necessariamente previstos originalmente em sua concepção é capaz de alterar as próprias relações sociais que objetivaram o instrumento e, como consequência, a percepção do tempo. Por exemplo, drones foram criados como instrumentos de guerra e reapropriados para fotografia e filmagem, monitoramento agrícola ou entrega de mercadorias. Ou relógios criados originalmente para marcar o tempo e reapropriados para controlar com precisão o tempo de trabalho.

São processos necessariamente dinâmicos onde os produtos das relações sociais se cristalizam e se torna *um* dos fatores determinantes – nunca *o* único fator determinante – de alterações da própria estrutura produtiva. Dessa forma, um texto é trabalho objetivado e só é ativado quando em contato com a *práxis* da leitura, interpretação e transmissão do texto pelo sujeito-leitor. Da mesma forma, um professor pode ler e criticar um autor em sala de aula para seus alunos e suscitar debates. Textos, meios de transporte ou de comunicação são ativados em contato com trabalho em sentido amplo, ontológico – um duplo processo, fisiológico e teleológico, de mediação, regulação, controle metabólico a partir de um objeto externo e que produz valores de uso – e não necessariamente sua forma histórica particular capitalista.

A forma produtivista de aplicação da tecnologia do telégrafo em uma sociedade capitalista pode sim ser um dos fatores que causaram alterações na percepção e expressão. Mas afirmar que o telégrafo em si é a causa dessas mudanças é cair num fetichismo da tecnologia, atribuir ao maquinário uma autonomia apartada das relações humanas que a geraram e lhe atribuem uso. É, também, fixar usos particulares para cada tecnologia, apagando outras possibilidades de uso passado e futuros. É considerar que o usufruto capitalista atual é a única possibilidade para cada invenção, invisibilizando potencialidades transformativas. Não por acaso o sociólogo Álvaro Vieira Pinto (2005, p. 40) alerta:

> Nas sociedades divididas, os elementos dominantes sempre exaltam o presente, no qual se acham bem instalados, elevando ao plano da ideologia as condições sociais, científicas e técnicas que o caracterizam. Seu desejo, muito compreensível, seria sustar o curso da história, o que intentam fazer contrapondo-se a todo ensaio de modificação da realidade.

É fundamental, portanto, fazer a distinção entre a técnica e a aplicação social da técnica em determinadas condições históricas. Sem essa distinção, caímos na armadilha ludita de culpar as máquinas por processos sociais predatórios. Se, como defende Carey, uma linguagem mais objetiva foi adotada a partir do telégrafo, isso tem mais a ver com a necessidade econômica de compressão da informação disseminada em pontos distantes de sua origem do que com uma alteração na forma de comunicação gerada pelo telégrafo em si. A máquina tinha a capacidade de comportar mensagens mais longas, as relações econômicas que a cercavam é que limitavam seu uso. O próprio autor admite que os primeiros usos do telégrafo foram para jogar partidas de xadrez a longas distâncias e só depois foi apropriado pela indústria e comércio, que reapropriaram sua *função*. Da mesma forma, Paul Virilio nos lembra que, apesar de ser uma invenção progressivamente desenvolvida entre o

final do século XIX e o início do XX, "apenas em 1914 o avião deixará de ser um simples meio de voar, de bater recordes [...] para tornar-se um modo de ver" (Virilio, 2005, p. 44) como observador aéreo de guerra e, logo, como máquina de artilharia. Sua função e uso se adaptou às necessidades históricas. A técnica é catalizadora das dinâmicas sociais existentes onde quer que seja aplicada, mas não é, em si, criadora dessas dinâmicas. Como nos lembra Marx, quando aumentou a necessidade de matéria prima para produção fabril e, consequentemente, o excedente de produção já não podia mais ser escoado localmente, "o sistema de comunicação e transporte foi gradualmente ajustado ao modo de produção da grande indústria por meio de um sistema de navios fluviais transatlânticos a vapor, ferrovias e telégrafos" (Marx, 2017, p. 457-458).

A apropriação e consequente expansão de redes de telégrafo foram necessidades produtivas que afastaram a invenção de seus primeiros usos históricos. Jonathan Crary reconhece essa importância na própria organização e percepção temporal da sociedade quando afirma que "a instalação do transporte ferroviário e das linhas de navios a vapor dentro do contexto da fase histórica específica de redução do tempo e do fluxo do *movimento*" (Crary, 2013, p. 152. Grifo do autor) correspondia a uma necessidade de acelerar os fluxos de capital circulante e reduzir ao mínimo o tempo de trânsito. A forma histórica do uso dos transportes, não sua existência em si, provocou uma "redução semelhante no tempo da percepção, do modo que a visualidade passou a coincidir com a velocidade e a temporalidade tanto da circulação quanto da telecomunicação" (*idem*). É justamente o fator da historicidade que leva um setor produtivo impulsionar o desenvolvimento de outros. Nisso, a compreensão de Marx e de Crary se aproximam das reflexões de Carey sobre o avanço conjunto das tecnologias espaciais e temporais. O trabalho gera avanço das forças produtivas, que estimula novas

dinâmicas de trabalho historicamente determinadas que impulsionam ou limitam outras relações que ainda vão se objetivar.

> Os atrasos na exploração espacial não foram causados por deficiências no impulso dos foguetes. O verdadeiro atraso foi o desenvolvimento de um sistema de comunicação que permitisse que a viagem espacial fosse controlada a partir da Terra. Assim como a impressão acompanhou a navegação marítima e o telégrafo acompanhou a ferrovia, a comunicação eletrônica e computacional acompanhou a nave espacial. (CAREY, 2009, p.131. Tradução livre)[4]

Uma vez que toda tecnologia é historicamente determinada, criada a partir de relações sociais específicas; uma vez que seu desenvolvimento, não apenas seu uso, é carregado de ideologia de classe; uma vez que é comumente reapropriada; seria leviano afirmar que ferramentas, inventos, máquinas, instrumentos, são neutros. Em um mundo em que todas as relações sociais são mediadas pela técnica, é preciso encarar o desenvolvimento tecnológico a partir de uma visão dialética que vá além da falsa polêmica que separa os "apocalípticos" dos "integrados". Como elaborou Vieira Pinto em seu *O Conceito de Tecnologia*, devemos fugir do "*endeusamento da tecnologia*, aquele que visa unicamente fortalecer ideologicamente os interesses dos criadores do saber atual, a fim de conservá-los no papel de instrumento de domínio e espoliação econômica da maior parte da humanidade", mas também não podemos cair na armadilha de '"pensadores 'que julgam a técnica instrumento de desumanização do homem, inimigo do 'espírito 'e outras tantas tolices" (Pinto, 2005, p. 44).

[4] Original: "The delays in space exploration did not derive from deficiencies of rocket thrust. The real delay was the development of a system of communication that would allow space travel to be controlled from earth. As printing went with seagoing navigation and the telegraph with the railway, electronic and computer-based communication go with the space ship"

Essa distinção do papel e usos produtivos da tecnologia é fundamental ao pensar no impacto na percepção do tempo. Marx de fato considera que o avanço produtivo trazido pela maquinaria, em sua forma particular capitalista, aumenta a intensidade e a duração da jornada de trabalho. A aplicação de uma ou um conjunto de máquinas, ao aumentar a quantidade de mercadorias produzidos em determinada quantidade de tempo, ou seja, aumentar a quantidade de produtos, poderia diminuir o tempo de trabalho humano se empregado para produzir a mesma quantidade anterior de mercadorias, ou ainda, uma quantidade superior, daquela determinada mercadoria em organizações sociais não voltadas para a expropriação de mais-valor. Em vez disso, o que vemos no nosso modo de produção vigente é que o avanço das forças produtivas transforma "em capital constante, que não produz mais-valor, uma parcela do capital que antes era variável" (Marx, 2007, p. 479). Em vez de diminuir o tempo de trabalho dos trabalhadores empregados, diminui-se a quantidade de trabalhadores realizando aquela mesma jornada. Em sociedades organizadas para extração máxima de mais-valor, que "provém unicamente da parcela variável do capital" (*idem*, p. 478) – ou seja, dos trabalhadores ocupados na produção –, surge a necessidade de extrair quantidades maiores de mais-valor de cada trabalhador individual. Em outras palavras, a criação de novas máquinas produtivas em sociedades capitalistas gera 1) a diminuição do número total de trabalhadores ocupados – capital variável substituído por capital constante, trabalhadores substituídos por máquinas, trabalho vivo parcialmente substituído por trabalho morto[5]; 2) um necessário aumento da intensidade da jornada dos trabalhadores, que agora precisam se ocupar também das funções dos trabalhadores dispensados para aumentar a extração de mais-valor

[5] O trabalho vivo não deixa de ocorrer, sendo ainda necessário para a operação das máquinas. Mas é drasticamente diminuído.

relativo; 3) um aumento necessário da jornada de trabalho, principalmente em países de capitalismo dependente, para aumentar a extração de mais-valor absoluto de um número menor de trabalhadores ocupados; e 4) um aumento consequencial do volume total de mercadorias produzidas, que precisarão ser escoadas para outros mercados para dar vazão ao aumento de estoque. Essa necessidade de escoamento é o que vai se apropriar ou impulsionar o desenvolvimento das indústrias de transporte e comunicação, que precisam agora dar conta de um volume muito maior de mercadoria produzida. Novamente: o papel da tecnologia é desenvolver, intensificar e tensionar as relações sociais já existentes, mas seu papel poderia ser diverso em outros modelos de organização social.

Se, como defendeu Geörgy Lukács (2012, p. 30), "a ontologia se eleva do solo do pensamento cotidiano" e o trabalho é o fenômeno socialmente generalizado que mais orienta as relações do cotidiano, então as significativas mudanças de chave na organização do trabalho alterarão a forma humana de estar e se relacionar com o mundo. Mais do que isso, a forma de *ser* no mundo. Se a tecnologia influencia de alguma forma nossa percepção de tempo, não é por ser sujeito autônomo da história, mas sim produto histórico da objetivação do trabalho (Marx, 2017, p. 258). As forças produtivas de caráter tecnológico são trabalho morto cristalizado a ser reavivado apenas quando em contato com o trabalho vivo. É a relação dinâmica dessas duas formas de trabalho – morto e vivo – que possibilita alterações na percepção social do tempo.

O assim chamado determinismo tecnológico é, portanto, um processo social com múltiplas determinações: o que faz parecer determinismo tecnológico é o processo de alienação do sujeito em relação ao produto de seu próprio trabalho, no caso, a tecnologia. Evidentemente, a tecnologia, uma vez objetivada, se torna potente elemento de mediação das relações sociais existentes. Essa mediação,

porém, não é autônoma e depende do próprio conjunto de relações sociais que operam em torno da criação.

Uma história do avanço das forças produtivas é, portanto, uma história particular da história geral do avanço das relações sociais de trabalho. Quando um modo de produção começa seu processo de mundialização, os regimes de temporalidade locais, tradicionais vão entrar em conflito com o tempo hegemônico do autointitulado progresso. Uma das consequências desses conflitos, como veremos, é uma alteração na nossa percepção para uma temporalidade cada vez mais acelerada, que nos aprisiona numa lógica produtivista onde cada segundo de ócio é um momento perdido.

O tempo e o trabalho

> O modo pelo qual o homem vê o mundo tem como uma das causas condicionadoras a natureza do trabalho que executa e a qualidade dos instrumentos e processos que emprega (Pinto, 1960, p. 110)

Para investigar processos de mudanças, conflitos, sobreposições ou superposições de regimes múltiplos de temporalidade sob um regime dominante de aceleração, devemos compreender não apenas a mediação dos avanços tecnológicos em nossa sociedade, mas também quais foram as mudanças estruturais que permitiram que a aceleração se infiltrasse no cotidiano. Tendo em vista que os relatos sobre a aceleração dos modos de vida se intensificaram no que é reconhecido como modernidade, a investigação deve focalizar esse fenômeno. Se considerarmos que a modernidade é uma forma cultural derivada do modo de produção capitalista industrial – em uma articulação dinâmica e variável em cada tempo e local que se instaura, não uma transposição mecânica –, e levarmos em conta o aspecto do cotidiano mais influenciado por esse modelo de capitalismo, aquele que mais ocupa o

tempo humano nesse período, chegaremos no denominador comum do trabalho.

Ao se mundializar, o modo de produção capitalista produzirá uma exportação de modelos específicos de comportamento, assim como de percepção. Mas cabe apontar que se esse modo de produção capitalista se instaura de forma desigual nas diferentes formações sociais onde é aplicado, a transposição do que é banalmente generalizado como modernidade também deve sofrer alterações onde quer que seja instalado. Se é significativo considerarmos a existência de um capitalismo dependente, é justo pensarmos na possibilidade de uma modernidade dependente que o acompanhe. Em cada uma dessas formações, a disputa sobre o tempo vai assumir uma forma específica derivada dessas transposições particulares. Essas dinâmicas periféricas serão abordadas em futuros desenvolvimentos dessa pesquisa.

Quando Marx (2017, p. 78) inicia sua investigação sobre o processo de produção do Capital, ele percebe que sua análise deveria começar pela sua "forma econômica celular", aquela que daria a base material primordial para o desenvolvimento do complexo de relações sociais capitalistas: a mercadoria. Logo no início da análise, aponta que ao abstrair dos valores de uso de quaisquer dos corpos-mercadorias, resta apenas a propriedade comum de serem produtos do trabalho (*ibid.*, p. 114). Portanto, para determinar o valor de qualquer corpo-mercadoria e encontrar a expressão equivalente de seus valores para que uma mercadoria possa ser trocada por outra sem prejuízo de nenhuma das partes envolvidas no processo de troca, se faz necessário medir a grandeza de valor de sua propriedade comum, o próprio trabalho – em sua forma abstrata. A quantidade de trabalho cristalizada em cada mercadoria só pode ser medida com justeza mediante uma propriedade comum a todos os trabalhos: o tempo de duração de cada trabalho (*id ibid.*, p. 116). Como o processo de produção capitalista é derivado da

forma-celular da mercadoria, o tempo de trabalho é a medida determinante de valor em sociedades capitalistas. Se o capitalismo é um sistema composto pelo conjunto de relações sociais que visa a valorização e extração do valor; e se o trabalho é o motor por trás dessas relações, então o tempo é a medida que dá sentido a essas relações. O modo de produção capitalista é um conjunto de processos de disputa pelo tempo: pela duração da jornada de trabalho, pelo tempo de trabalho vendido, pelo trabalho objetivado numa mercadoria mediante determinado tempo etc. *O Capital* é, portanto, uma obra que também analisa a forma e os mecanismos de expropriação do tempo humano para produção e extração de valor do trabalho. *O Capital* é, de muitas formas, uma obra sobre o tempo.

Da mesma forma que Marx começa a análise de O Capital pela mercadoria, Lukács vai iniciar sua investigação sobre a ontologia do ser social pelo trabalho. Já vimos que o trabalho é um duplo processo de mediação, fisiológico e teleológico, entre o sujeito humano e objetos externos a si e que produz valores de uso. Existem outras determinações importantes para considerarmos o trabalho como "o fenômeno originário, o modelo do ser social" (Lukács, 2013, p. 44), mas no momento, vamos focar no aspecto diferencial: a teleologia, a "vontade voltada a um fim" (Lukács, 2017, p. 256). Aferimos tanto em Marx (2017), quanto em Lukács (2013), quanto em Engels (2020), que a teleologia é o processo que diferencia as operações naturais das operações sociais do trabalho humano. A teleologia nada mais é do que uma forma de mediação temporal, é a atividade voltada para um fim, é a capacidade de antever um objeto que ainda não existe, de presentificar possibilidades antes de realizá-las.

O trabalho humano, por sua capacidade de projetar, é necessariamente uma atividade relacionada ao tempo. O processo do trabalho humano em geral é dialético: por um lado é social, fundante da

ontologia do ser social, presente em todas as formações sociais a partir da diferenciação da humanidade em relação ao resto da natureza e, portanto, essencialmente trans-histórico. Por outro lado, seu caráter se modifica de acordo com seu tempo, local e formação social e é, portanto, essencialmente histórico: tanto no sentido de ser determinado quanto no sentido de determinar historicamente. Essa aparente contradição se realiza da seguinte forma: o trabalho é a essência *fixa* do ser social, aquilo que lhe dá estrutura e o diferencia e, ao mesmo tempo, caracteriza-se enquanto um processo dinâmico que, por sua própria natureza, *modifica* e determina o ser social. Esse caráter dialético do trabalho é o que dá à humanidade a capacidade de se autotransformar. O que é fixo na humanidade é a autoprodução humana, sua capacidade própria de permanente transformação, de constante inconstância. Essa face trans-histórica desenvolvida por Lukács já era presente em Marx (2017, p. 120. Grifo nosso):

> Como criador de valores de uso, como trabalho útil, *o trabalho é, assim, uma condição da existência do homem, independente de todas as formas sociais,* eterna necessidade de mediação natural do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.

A partir dessa consideração, podemos diferenciar a forma geral do trabalho em si, processo que origina e particulariza o ser social em relação ao conjunto de seres naturais da forma particular capitalista de trabalho, que é apenas uma fase histórica recente da história geral do trabalho. Evidente apontar que a particularização do sujeito humano em relação ao mundo natural não implica apartá-lo deste mundo, uma vez que o integra por inteiro. Vamos analisar agora como as formas históricas de trabalho influenciam na apreensão cotidiana do tempo e aponta para uma dinâmica acelerada dos processos sociais.

O historiador inglês E.P. Thompson (1998) considera que as mudanças estruturais na percepção da temporalidade ocorreram ainda mais cedo do que na própria modernidade, entre os séculos XIV e XVII (Thompson, 1998, p. 268). Mas o processo foi lento e gradual e encontrou sua estabilização e ápice na modernidade industrial. Thompson levanta hipóteses sobre a instalação dos relógios de igreja no século XVI, a criação de relógios caseiros de pêndulo, mais precisos, por volta da década de 1.660 e de relógios portáteis a partir do século XVIII. Mas o autor também aponta que a chave da mudança está no cercamento do tempo cotidiano por novas relações de trabalho, que precede a popularização dos relógios.

Thompson descreve que o tempo pré-industrial era majoritariamente mediado pelos ciclos da natureza, além de ser determinado por tarefas que teriam durações próprias a depender de suas particularidades e necessidades. Nesse período, "as relações sociais e o trabalho são misturados — o dia de trabalho se prolonga ou se contrai segundo a tarefa— e não há grande senso de conflito entre o trabalho e o passar do dia" (Thompson, 1998, p. 271-272), mas o trabalho era irregular, com pausas e intensidade variável. Quando as dinâmicas de trabalho deixam o espaço imediatamente doméstico, "assim que se contrata mão-de-obra real, é visível a transformação da orientação pelas tarefas no trabalho de horário marcado" (*idem*, p. 272). A luta pelo tempo começa, então, na venda da força de trabalho por um tempo determinado para o empregador.

Esse é um momento chave na disputa pelo controle da força de trabalho. O produtor direto deixa de ter acesso ao meio de produção do seu trabalho e se vincula, por contrato, ao meio de produção alheio. Enquanto o tempo de trabalho era mediado por tarefas e pelos ciclos da natureza, o produtor detinha e acessava diretamente o próprio meio de produção. Mesmo em casos em que era servo feudal da gleba e tinha que

trabalhar durante um período determinado nas terras do senhor feudal, o mais-trabalho – a porção do trabalho que produz valor acima do valor de sua própria força de trabalho – que realizava era deslocado geograficamente. Era evidente o limite de onde terminava o trabalho realizado para si e onde começava o trabalho realizado para o senhor. Mesmo que houvesse a separação de um período do ano para produzir nas terras do senhor, todo o cotidiano de trabalho era deslocado e depois realocado para a própria terra. A partir da hegemonização do sistema de venda da força de trabalho, a organização cotidiana dos produtores passou a ser medida temporalmente. A *percepção* do limite do mais-trabalho fica borrada. É muito mais difícil compreender a partir de que ponto a produção é realizada para própria subsistência e a partir de que ponto é realizada para o outro. A partir desse ponto, quanto mais tempo o empregador conseguir manter o produtor, maior vai ser a quantidade de mais-trabalho e, consequentemente, de mais-valor que ele vai conseguir extrair. É por isso que "a relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de realização do trabalho" (Marx, 2017, p. 786) e essa é a razão das violentas expropriações de terra, dos meios de trabalho, de uma massa enorme de trabalhadores: forçar uma mudança de controle da produção de mercadorias que deixa de se organizar espacialmente para se organizar temporalmente. Evidentemente, aos trabalhadores escravizados nem isso era garantido. Toda sua existência era expropriada pela raiz: o tempo, o espaço e a força de trabalho foram retirados e o próprio valor de subsistência e reprodução de seu trabalho era quase nulificado, mantido ao mínimo ou mesmo abaixo do mínimo. Quando a totalidade do tempo humano é expropriada, também a totalidade do valor humano é expropriada.

Ao longo dos capítulos 12 e 13 do Capital, Marx apresenta as formas e consequências econômicas das revoluções produtivas da

transição da cooperação artesanal para a manufatura capitalista e, finalmente, para a grande indústria. A divisão manufatureira do trabalho é a primeira a forma particularmente capitalista da divisão social do trabalho. Nesse momento, um conjunto de trabalhadores que vendeu sua força de trabalho por um tempo determinado é alocado para um mesmo local para agir como trabalhador coletivo e parcial. Sua atividade não é mais voltada para a realização completa de uma mercadoria, apenas para numa tarefa repetitiva específica da atividade total. "De uma sucessão temporal, os diversos processos graduais se convertem numa justaposição espacial" (Marx, 2017, p. 419). A primeira consequência disso é que o produtor já não vê o produto de seu trabalho como realização própria, sua criação é alienada de si. A segunda consequência é que "quando observamos a manufatura como um mecanismo total, vemos que a matéria-prima se encontra simultaneamente em todas as suas fases de produção" (*idem*). O produtor está sempre estagnado numa temporalidade repetitiva, sem início, meio ou fim além da própria duração da jornada de trabalho. A mercadoria, por sua vez, está descolada da cronologia de produção: uma vez que a matéria-prima passa por todas as etapas simultaneamente, seu tempo de produção fica praticamente anulado. A repetição no trabalho capitalista oculta o próprio aspecto teleológico do trabalho. Já não existe mais finalidade última no trabalho a não ser o próprio ato sempre presentificado de ter que trabalhar. O cotidiano, a vida humana passa a ser um eterno meio sem fins. Enquanto a atividade do trabalhador nunca avança, repete-se eternamente num esforço sisífico, a mercadoria aparenta estar pronta instantaneamente. Quando esse processo se aplica à circulação de mercadorias, o resultado é uma oferta e diversidade aparentemente inesgotável de produtos. Cria-se uma lógica em que o consumo é infinitamente mais rápido do que o labor.

Se na manufatura o trabalhador já era submetido à disciplina e ao tempo do capital, esse processo se intensifica com a introdução da maquinaria e criação da grande indústria. A partir desse ponto, influenciar a maneira que os trabalhadores percebem o tempo torna-se uma forma eficaz de dominação social. Crary aponta que o que importa para o poder institucional "é apenas que a percepção funcione de tal modo a garantir que um sujeito seja produtivo, controlável e previsível, que seja adaptável e capaz de integrar-se socialmente" (Crary, 2013, p. 29). Na organização produtiva anterior, o tempo era dominado pelo capitalista, mas ainda era uma mediação diretamente humana. Na grande indústria o tempo é determinado pela máquina. Antes as ferramentas aceleravam o processo de trabalho, agora a maquinaria controla o tempo do trabalhador. Pausas e intervalos ficam mais raros enquanto o trabalhador deixa de controlar seu meio de trabalho para se tornar um apêndice dele. "Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, ele serve à máquina. Lá, o movimento do meio de trabalho parte dele; aqui, ao contrário, é ele quem tem de acompanhar o movimento" (Marx, 2017, p. 494)

Na condição de trabalhador parcial, torna-se incapaz de efetivar por conta própria a produção de uma mercadoria completa. Não existe mais escolha senão vender sua força de trabalho por determinado tempo para um proprietário dos meios de produção. Com jornadas de trabalho cada vez mais longas e intensas, a efetivação do tempo maquínico é um fator que generaliza no cotidiano a percepção acelerada do tempo para largas camadas da população. A máquina não cansa, está sempre pronta para seguir realizando tarefas. Os ciclos sazonais do trabalho ou a possibilidade de realização de tarefas completas são substituídos pela repetição monótona e incansável de um trabalho homogêneo e vazio de significado. O trabalho-por-peças produzidas, precursor do trabalho sob demanda atual, exige uma intensificação e dedicação muito maior

dos trabalhadores que querem receber uma quantia mínima para sobreviver. Durante o século XIX, mulheres e crianças passam a ter que complementar o trabalho do homem adulto, que já não conseguia mais sustentar a família sozinho. Vilas operárias atrelam o cotidiano do sujeito ao seu posto e o tempo do não-trabalho passa a ser mediado pelo tempo do trabalho. Com a aplicação da eletricidade em locais de trabalho, o labor se desprende do ciclo natural do dia, coloniza a noite e sequestra o descanso (Crary, 2016, p. 71-73). Os próprios capitalistas têm que revolucionar continuamente os meios de produção para não ficar para trás na concorrência pela mais eficaz produção e extração de valor. Progressivamente, o capitalismo se torna um sistema-mundo totalizante que exporta a percepção de um tempo produtivo para todo o globo. Quem não acompanhar, fica para trás.

Apontamentos sobre o tempo contemporâneo: o celular e o trabalho iMaterial

Já vimos que os avanços tecnológicos, em si, são resultado de um conjunto de relações sociais, e sua aplicação tende a catalisar dinâmicas produtivas já em curso. Depois vimos como, na sociedade capitalista, objetivo do Capital se torna "transformar todo o tempo de vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho disponível para a valorização do Capital" (Marx, 2017, p. 480). A fábrica é o principal laboratório da organização capitalista do trabalho e lógica da produtividade fabril avança sobre múltiplos aspectos do cotidiano para máxima extração de mais-valor aonde for possível. Agora faremos alguns apontamentos sobre como essa lógica de extração opera para acelerar a percepção do tempo contemporâneo e quais os efeitos desses processos.

Apresentamos uma definição marxiana e marxista de trabalho em geral e suas particularidades históricas para poder repensar as bases de sua derivação informacional particular. A forma contemporânea do

trabalho passou por mudanças significativas a partir do avanço das dinâmicas de trabalho e suas mediações pelos avanços das forças produtivas informacionais da assim chamada indústria 4.0 no capitalismo tardio. A disseminação do trabalho informacional provocou uma progressiva, mas rápida, colonização do trabalho para todos os momentos da vida, além do avanço da subsunção do trabalho intelectual ao Capital, um aprofundamento qualitativo importante em relação às dinâmicas de exploração anteriores.

Diferente do que é mais ou menos estabelecido no campo informacional, defendemos que não existe trabalho imaterial. Mesmo quando o produto do trabalho é não-material, espiritual, o suporte da atividade e sua realização em si são materiais. Não existe mineração de dados sem mineração de silício. Mas é mais do que isso. Para compreender a categoria de materialidade em Marx, precisamos retornar à crítica do que ele chama de materialismo vulgar, capitaneada em sua época pelo pensamento de Feuerbach (Marx, 2007).

Em suas onze *teses sobre Feuerbach*, o Marx apresenta sintética e dialeticamente os determinantes do que compreende como materialidade. Logo na primeira tese, afirma que o problema do materialismo vulgar é a redução da materialidade somente à forma dos objetos ou da contemplação, "mas não como *atividade humana sensível*, como *prática*, não subjetivamente" (*idem*, p. 533). O resultado seria a cisão entre os objetos sensíveis, domínio desse materialismo vulgar, dos objetos do pensamento, sequestrados pelo idealismo que tanto criticava. Marx entende a *práxis*, própria da atividade humana, como o elo perdido do materialismo dialético. A *práxis* é o fator que traz essa atividade humana, seja qual for, para o mundo sensível. Não à toa ele fala de objetivação, em vez de materialização, quando se refere aos produtos do trabalho: por ser *práxis*, o trabalho já é material em si

mesmo. Assim, o pensamento, mesmo que não seja objetificado, está no campo da materialidade. Portanto, "a disputa acerca da realidade ou não realidade do pensamento – que é isolado da prática – é uma questão puramente *escolástica*" (*idem*). O pensamento e tudo mais que é considerado imaterial, portanto, não é *apenas* reflexo do sensível: parte do mundo sensível para, então, retornar a ele. A relação não é apenas unilateral, mas dialética. É necessário suprassumir, superar a contradição da aparente separação entre o material e o imaterial.

O materialismo de Marx "concebe o sensível como atividade prática" (*idem*, p. 535). A materialidade é social. Todo trabalho é material no sentido de que é gasto de energia humana voltado para um fim, está inserido nas relações sociais de produção e produz valor. Portanto, nem o argumento de Christian Fuchs, quando afirma que todo o mundo é puramente material, nem as respostas de seus críticos, abordadas pelo professor Kaan Kangal (2020) sobre a produção imaterial do assim chamado trabalho espiritual são suficientes para considerar imateriais um conjunto de processos materiais. Nesse sentido, apesar de defender a possibilidade de trabalho imaterial, a conclusão de Kangal é certeira quando afirma que "os produtos do trabalho mental *parecem* ser entidades imateriais, que são essencialmente materiais" (2020, p. 74, grifo nosso).

Como abordar, então, a particularidade do trabalho digital? A partir do trabalho informacional, portanto, o meio e o objeto de trabalho passam por uma diferenciação: ao mesmo tempo que são *hardware* e, portanto, objetos físicos, sensíveis, também são *software*, ferramentas não necessariamente sensíveis em si, apesar de dependerem de um suporte sensível para seu funcionamento. Portanto, adotaremos o termo iMaterial para referir ao trabalho informacional. O "i" minúsculo antes de uma maiúscula foi popularizado pela Apple para

diferenciar seus produtos, mas nos apropriaremos como sinônimo de informacional. Dessa forma, é possível ressaltar a materialidade do trabalho em si e a particularidade híbrida de que a atividade é realizada através de ferramentas não-imediatamente-sensíveis.

Focaremos agora em um pequeno aparato do oceano informacional contemporâneo: os telefones celulares. Apesar de variações de tamanhos e modelos, os celulares aglutinam em si um conjunto múltiplo de ferramentas que ocupavam espaços e tomavam tempos muito distintos antes de sua popularização: calculadoras, GPS, sistemas diversos de comunicação, jogos e, mais recentemente, sistemas de inteligência artificial generativa, só para citar alguns. O celular oferece a capacidade de utilização em rede ou isolada. A portabilidade aqui parece ser tão catalisadora de tendências sociais quanto a segunda máquina de vapor de Watt. Principalmente por um aspecto fundamental: o celular é capaz de mediar tanto questões do cotidiano do trabalho quanto do tempo de não-trabalho. Em decorrência disso, assim como quando da hegemonização do contrato por tempo de trabalho, as percepções de tempo passam a ficar cada vez mais borradas.

Por ser um híbrido de ferramentas e dinâmicas, o celular é e não é, ao mesmo tempo, maquinário segundo a teoria marxiana. Enquanto aparelho individual utilizado fora de uma lógica produtiva, podem ser considerados apenas um conjunto de ferramentas avançadas. Mas quando utilizados como meios de trabalho, como instrumentos produtivos, podemos muito bem inseri-los numa lógica coletiva de extensão do maquinário capitalista, um sistema de máquinas espalhado globalmente. Os celulares são compostos por um componente gerador de força motriz, a bateria; mecanismos de transmissão internos, tanto na forma de *hardware*, compostos por peças como processadores, antenas, chips, cabos, eixos, circuitos e outros, como na forma de *software*, como o sistema operacional e outras formas de conexão e

interfaces, que geram e conectam o conjunto de ferramentas; e ferramentas de trabalho, também tanto no formato hardware, como as câmeras e microfones, quanto no formato dos *softwares*, aplicativos, que podem mediar o trabalho e inseri-lo numa lógica de produção e extração de valor.

Se, para Marx, a inserção da maquinaria numa lógica produtiva capitalista implica aumento da jornada de trabalho, intensificação do trabalho, diminuição de trabalhadores ocupados em áreas anteriormente à aplicação da força produtiva, aumento na produção de mercadorias e outros, a aplicação de uma forma híbrida que pode ser ao mesmo tempo máquina e não máquina, ferramenta de uso pessoal ou meio produtivo de extração de valor, que borra ainda mais os limites e percepções do tempo de trabalho, trará novas e particulares consequências para as dinâmicas já estabelecidas e para a percepção humana, incluindo do tempo. O mesmo gestual de operação que fazemos ao falar com pessoas amadas nós usamos para operações financeiras: "Dado que nossas contas bancárias e nossas amizades podem ser administradas por operações e gestos maquinais idênticos, há uma crescente homogeneização do que antes eram áreas de experiência inteiramente estanques" (Crary, 2016, p. 67-68).

Ao carregar uma máquina no bolso a todo o tempo de todos os nossos dias, carregamos um instrumento que nos realoca, mais uma vez, de uma dinâmica de trabalho onde o tempo é humanamente mediado para um tempo maquínico. A velocidade e a intensidade do trabalho são hibridamente alocadas, ora para o tempo da máquina que carregamos, ora para o tempo humano. Esses *regimes de descontinuidade* do trabalho precarizado contemporâneo são sustentados por discursos ideológicos que mistificam ideias de liberdade e flexibilidade. Liberdade para sermos explorados, flexibilidade para a exploração ser a qualquer momento.

Essa lógica se estende para a problemática do *fracionamento do tempo de trabalho* através de empresas que pagam apenas o tempo de disponibilidade do trabalhador. Motoristas de aplicativos, por exemplo, não recebem enquanto não estão fazendo corridas. Isso permite que os empregadores possam "fracionar o período de trabalho ao máximo, fazendo com que só seja pago o tempo efetivamente gasto na execução da tarefa demandada e não o tempo necessário para sua realização" (Festi, et al., 2024, p. 23). Nesse contexto fracionado e descontínuo em que não trabalhar significa não receber, "o tempo é controlado por uma autogestão que produz a obrigação de *perceber todos os momentos* como potencial de produtividade e, portanto, de trabalho exaustivo" (idem, p. 22-23. Grifo nosso). A possibilidade de produção a todo e qualquer tempo torna todo e qualquer tempo potencialmente produtivo.

Crary afirma que "o capital, como processo de troca e circulação aceleradas, produziu no homem essa capacidade de adaptação da percepção" (Crary, 2013, p. 53) e é justamente essa adaptabilidade que permite a normalização de regimes predatórios de exploração. Mas a subjetividade parece estar sempre um passo atrás do processo contínuo, gradual, acelerado e modular de avanço tecnológico (*idem*, p. 54). Quando o meio de trabalho se torna uma tecnologia avançada, pessoal, híbrida e portátil no bolso do trabalhador, o tempo de trabalho e a vida além do trabalho se confundem até que o primeiro passe a predar vorazmente o segundo. A jornada de trabalho, sem um conjunto de leis que limitem o tempo de trabalho precarizado e a superexploração do iProletário, avança sem freios para consumir todo o tempo de vida desses trabalhadores, criando um precariado sempre disponível para a valorização do Capital e que não conhece nenhuma possibilidade de vida além do trabalho.

Referências

CAREY, James W. **Communication as culture:** essays on media and society. New York: Routledge, 2009.

CRARY, Jonathan. **Técnicas do observador:** visão e modernidade no século XIX. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

CRARY, Jonathan. **Suspensões da percepção:** atenção, espetáculo e cultura moderna. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

CRARY, Jonathan. **24/7:** capitalismo tardio e os fins do sono. São Paulo: Ubu editora, 2016.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Boitempo, 2019.

ENGELS, Friedrich. **Dialética da natureza.** São Paulo: Boitempo, 2020.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialimo digital:** por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Boitempo, 2023.

FESTI, Ricardo; PELEJA, João Pedro; SANTOS, Kethury; GONTIJO; Laura. Consciência em Paralaxe: tensões e ambiguidades entre entregadores de aplicativos. *In:* **As novas infraestruturas produtivas:** digitalização do trabalho, e-logística e indústria 4.0. São Paulo: Boitempo, 2024.

FLUSSER, Vilém. **O Mundo Codificado.** São Paulo: Ubu, 2024.

KANGAL, K., Dourado Bastos, M., & Bernardi, G.. Discussões marxistas na Economia Digital: uma crítica a Christian Fuchs. **Revista Eletrônica Internacional De Economia Política Da Informação Da Comunicação E Da Cultura**, v.22, n.2, p. 67–82, 2020. Recuperado de https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/13727

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social I.** São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política:** livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista.** São Paulo: Boitempo, 2010.

PINTO, Álvaro V. **Consciência e Realidade Nacional.** V. 1. Rio de Janeiro: Iseb, 1960.

PINTO, Álvaro V. **O Conceito de Tecnologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida do espírito [1903]. *In:* FORTUNA, C. (Org.) **Cidade, Cultura e Globalização**. Oeiras: Celta, 1997.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VILLENEUVE, Denis (direção). **A Chegada**. Estados Unidos: Paramount Pictures, 2016. 1h56min. Disponível em: Amazon Prime. Acesso em: 16 de maio de 2025.

VIRILIO, Paul. **Guerra e cinema.** São Paulo: Boitempo, 2005.

PARTE 3
EPCC: Economia Política da Comunicação e da Cultura

Democratização da TV aberta brasileira na era digital

Eula Dantas Taveira Cabral

Como democratizar a TV aberta diante do controle dos conglomerados? É fato que a concentração dos meios de comunicação e de telecomunicações no Brasil é realidade. "É um fenômeno onde as indústrias midiáticas passam a ser agrupadas nas mãos de poucas corporações. Isso tanto do âmbito regional quanto mundial" (Cabral, 2023, p.42), resultando em interferência no cotidiano da sociedade e refletida na falta de diversidade cultural, desinformação e manipulação de informações e dados no país.

O Brasil é o maior país da América Latina e o quinto do mundo em extensão territorial. Sua interligação é marcada pelos meios de comunicação, principalmente, pela TV aberta, que foi utilizada como estratégia dos militares e de seus políticos para manter o controle de suas terras e população. Realidade que escancara a falta de regulamentação e regulação, com poucas leis voltadas para a área midiática, pondo em pauta os interesses mercadológicos e deixando de lado a sociedade civil.

Mas, por que não se tem uma mídia democrática no Brasil se a democracia, a cidadania e a soberania são fundamentais para o desenvolvimento do país? Não há como negar que muita coisa mudou no país, nos últimos anos, diante de tantos golpes sofridos, fazendo com que a sociedade olhasse para a relevância de se manter a redemocratização do Brasil como bandeira de luta dos que acreditam em um país melhor para todos.

Não se pode ignorar sua história marcada por exploração de colonizadores, imperadores, "senhores" e "coronéis". Mesmo sendo proclamado República em 1889, foi comandado por militares, com uma Ditadura (1964 a 1985) que matou muitos brasileiros, e somente em 1985, do século passado, com o processo de redemocratização, vem investindo em se tornar um lugar que seja justo para todos. Leis democráticas, Constituição democrática (1988), poderes Executivo, Legislativo e Judiciário trabalhando em harmonia e uma mídia democrática se tornaram fundamentais para que todos os segmentos do país não sejam alvos dos que não prezam por sua soberania e democracia.

Neste cenário, a TV aberta democrática se torna essencial para que as pessoas entendam e coloquem em prática a cidadania. Mas, isso é um grande desafio diante de um país que é regido pelas imagens que passam na telinha. Para entender esse fenômeno e buscar alternativas científicas, neste artigo trabalha-se com pesquisas bibliográfica e documental, tendo como base os estudos na área da Economia Política da Comunicação, da Cultura e da Informação (EPCCI), uma vez que ela possibilita análises com viés crítico e analítico, verificando os "mercados midiático e cultural brasileiro, assim como a regulacão promovida pelo Estado, a partir da movimentacão entre os diversos setores da sociedade", além de

> compreender o jogo empreendido pelos atores sociais e a atuacão da sociedade civil, fornecendo subsídios mais estruturados para uma melhor compreensão das reais capacidades da sociedade de poder dar as cartas e fazer valer suas necessidades, afirmando a comunicacão e a cultura como direitos humanos em prol do interesse público (Cabral, 2019, p.169).

Também é fundamental entender que, nas instituições de ensino, pesquisa e cultura, deve-se trabalhar com a EPCCI nos estudos sobre transformações tecnológicas e seus impactos no mercado e na entrada dos novos e diferentes atores. "Dinâmicas de produção, circulação e

consumo de conteúdos e os negócios estabelecidos em torno de tecnologias como a internet, a digitalização das comunicações e suas implicações na configuração de novos cenários" precisam levar em consideração o capitalismo contemporâneo, compreendendo "as nuances de sua lógica para melhor assimilar seus impactos" (Cabral Filho, Cabral, 2018, p.16).

O século XXI apresenta inúmeros desafios para os países. A era digital traz mudanças significativas ao cotidiano da população. Estudar, trabalhar e viver sob as transformações que vêm ocorrendo nas áreas social, cultural, econômica, política e tecnológica necessitam de conhecimento e de democratização da comunicação, da cultura e da informação.

Diante deste cenário, tornou-se fundamental entender como a comunicação, a cultura e a informação vêm sendo trabalhadas no país e o papel da sociedade civil como peça fundamental para mudar esta realidade, tendo como base a EPCCI. De acordo com Cabral Filho e Cabral (2018, p.17), "a sociedade civil é, portanto, uma alternativa viável de produção de novas hegemonias emancipatórias". Assim, é preciso "compreender a composição e orientação do que se tem por sociedade civil, sua consequente visão de transformação do Estado e a elaboração de leis mais democratizantes e estruturas cogestionárias como resultados e não causas da mobilização de organizações e movimentos civis".

O desafio da democratização da TV aberta brasileira

Democratizar a TV aberta no Brasil é um grande desafio para a sociedade, para o governo e para o setor privado, pois os interesses são diferentes. Cabral e Cabral Filho (2024, p. 16) verificaram que, para se democratizar a mídia no Brasil, deve-se levar em consideração

> [...] a reformulação das políticas públicas, a apropriação das novas tecnologias pela sociedade, a diversidade de produtores capacitados e qualificados para acessar e exercer o controle sobre os meios de grande circulação, a implementação de meios locais e comunitários e a defesa da comunicação, da cultura e da informação como direitos de todos.

Os pesquisadores, no capítulo "Democratização da comunicação, da cultura e da informação no Brasil e o papel das rádios comunitárias", trabalham com o conceito, explicando como colocar em prática esses cinco desafios: 1. Reformulação das políticas públicas; 2. Apropriação das novas tecnologias pela sociedade; 3. Diversidade de produtores capacitados e qualificados para acessar e exercer o controle sobre os meios de grande circulação; 4. Implementação de meios locais e comunitários; e 5. Defesa da comunicação, da cultura e da informação como direitos de todos (Cabral, Cabral Filho, 2024). Pois, é preciso conhecimento e prática/ação para que se torne realidade.

Para isso, necessita-se de envolvimento do Estado e da sociedade civil, pois são os atores que podem implementar a democratização da mídia brasileira. O setor privado, mesmo que seja um dos principais interessados, mira apenas no lucro, estuda como aumentar o número do público, garantindo mercado lucrativo e demarcando a televisão como um negócio que deve gerar vantagem econômica. Não leva em conta, em sua programação, a multiplicidade de culturas existentes no país, oferecendo conteúdo feito e voltado para o eixo Rio-São Paulo.

É fato que a TV aberta no Brasil, que completa 75 anos no ano de 2025, tem impacto significativo na vida de cada brasileiro. É o meio de comunicação mais consumido pelas pessoas, alcançando mais de 80% dos domicílios. E isso acontece porque desde sua implantação no país é estratégica para interesses diversificados. De acordo com o Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024)[1], em sua publicação Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, que analisou o tema Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal em 2023, os aparelhos de televisão estão em 94,3% dos domicílios particulares permanentes do país, sendo que 88% têm acesso à TV aberta e 42,1% ao serviço pago de *streaming*. Quanto à TV por assinatura, alcança 25,2% dos domicílios brasileiros.

Os dados do IBGE (2024)[2] apontam para uma realidade que, mesmo com o avanço da tecnologia, evidenciam que a TV aberta ainda reina nos lares brasileiros e o *streaming* vem conquistando a população. Não é à toa que, na mesma pesquisa, o IBGE (2024)[3] registrou que o telefone móvel celular está em 96,7% dos domicílios e o fixo convencional, em 9,5% dos lares. No que tange à internet, verificou-se que era utilizada em 92,5% dos domicílios permanentes, sendo o celular o equipamento mais usado para navegar na rede (91,9%). De acordo com a Teleco (2025)[4], em maio de 2025 foram registrados 266,1 milhões de telefones celulares no Brasil. Ou seja, mais celulares do que a população brasileira (220 milhões).

Para entender a importância da democratização da TV aberta na era digital, é fundamental resgatar a história da TV no Brasil. Não se

---

[1] IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2023. **IBGE**, 2024. Disponível em <https://static.poder360.com.br/2024/08/pnad-acesso-internet-ibge-16ago2024.pdf>. Acesso em 11jun.2025.

[2] IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2023. **IBGE**, 2024. Disponível em <https://static.poder360.com.br/2024/08/pnad-acesso-internet-ibge-16ago2024.pdf>. Acesso em 11jun.2025.

[3] IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2023. **IBGE**, 2024. Disponível em <https://static.poder360.com.br/2024/08/pnad-acesso-internet-ibge-16ago2024.pdf>. Acesso em 11jun.2025.

[4] Disponível em https://www.teleco.com.br/ncel.asp

pode analisar a televisão aberta no Brasil sem entender seu aparecimento e implicações no país. É imprescindível que as pesquisas trabalhem e analisem o contexto histórico. Deve-se "compreender a manutenção dos negócios de mídia, considerando suas constantes mutações como inerentes ao próprio processo, e a afirmação do sistema capitalista no bojo dessas mudanças, que conjugam aspectos político-econômicos e socioculturais na renovação de suas formas de controle" (Cabral Filho, Cabral, 2018, p.15).

Sérgio Mattos (2000) registra fevereiro de 1949 como o período de implantação da TV aberta no Brasil e 18 de setembro de 1950 de inauguração, com a TV Tupi Difusora de São Paulo, de Assis Chateaubriand, empresário e político que comandou o maior conglomerado de comunicação do país, da época, o Emissoras e Diários Associados, que englobava também jornais, rádio, revistas e agência telegráfica.

O início da TV aberta no Brasil é feito por um conglomerado midiático que é responsável também pelo segundo canal, TV Tupi – canal 6, lançado em 20/1/1951 no Rio de Janeiro. É importante ressaltar que no período da implantação dos dois canais televisivos, estava na presidência do país Eurico Gaspar Dutra (PSD), um incentivador da importação de equipamentos, máquinas e outros insumos[5]. O primeiro canal televisivo é inaugurado em São Paulo e o segundo no Rio de Janeiro, cidades estratégicas na transformação do país.

Em 1955 começa a transmissão nacional e, em 1956, a primeira transmissão direta interestadual. Nestes dois anos estiveram como presidentes do Brasil João Café Filho (1954 a 1955), Nereu de Oliveira

[5] Sobre o presidente Eurico Gaspar Dutra (1946 a 1951) - https://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/60-servicos/registro-de-autoridade/102-gaspar-dutra

Ramos (1955 a 1956) e Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956 a 1961). É importante destacar, ainda, que em 1957 são registradas 10 emissoras em operação no país, sendo que, em São Paulo, são feitas transmissões sistemáticas para o interior do Estado.

É preciso relembrar que a década de 50 é marcada politicamente[6] pelo final do governo de Getúlio Vargas (PTB) [7] e de Juscelino Kubitschek (PSD)[8], que fica na presidência do Brasil no período de 1956 a 1961. Anos voltados para o processo de industrialização nacional, abertura ao capital externo para investimento, planejamento estratégico, construção de rodovias, aeroportos, etc, além da promoção da indústria de base e de produção de bens de capitais. Época em que eletroeletrônicos e eletrodomésticos entram nos lares das classes média e alta, facilitando a difusão do rádio, do cinema e da televisão em nome do progresso.

De acordo com o pesquisador norte-americano Straubhaar (1983, p.63), a TV no Brasil, na década de 50, era elitista: "Poucas cidades estavam sob o raio de ação dos transmissores e, mesmo nessas, os preços dos aparelhos de televisão limitavam a audiência à elite econômica". Período em que anunciantes de multinacionais americanas tinham interesse no mercado brasileiro, porém, nem todos os diretores de TV foram favoráveis a anunciar produtos estrangeiros. A nacionalidade era mais forte para muitos, que não aceitavam o domínio dos norte-americanos na América Latina.

---

[6] Para entender a história política do Brasil, é interessante consultar os relatos registrados na página da Câmara federal - https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/visitantes/panorama-das-decadas/decada-de-50

[7] Sobre Getúlio Vargas - http://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/60-servicos/registro-de-autoridade/103-getulio-vargas

[8] Sobre Juscelino Kubitschek de Oliveira - http://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/60-servicos/registro-de-autoridade/113-juscelinol-kubitschek

Com um cenário midiático em transformação no Brasil, a abertura de estações televisivas nas cidades e o processo de industrialização no país levaram à diminuição dos preços dos aparelhos de televisão que passaram a ser fabricados no Brasil em 1959. Isso é possibilitado também com o videoteipe que, em 1959, levou a programação televisiva às capitais e demais municípios. Entretanto, de acordo com Ortiz (1988, p.47), a produção da programação televisiva ainda era restrita ao eixo Rio–São Paulo. Ou seja, às duas cidades que tinham como moradores grandes políticos e empresários.

Para Straubhaar (1983, p.70), o videoteipe se tornou a peça fundamental na formação de redes de televisão, sendo que "a TV Tupi teve a primeira organização como uma rede, por volta dos anos 50, como parte do grupo dos Diários Associados", mas só passou a usar o videoteipe em 1960. Época em que os programas televisivos gravados em videoteipe e produzidos no Rio e em São Paulo eram repassados em todo o país.

Nos anos 50 observa-se que o grande desafio da democratização da TV brasileira era o seu acesso a todos os brasileiros, pois os equipamentos eram caros. Além disso, surge nas mãos de um empresário influente no país e totalmente ligado à política. Já nos anos 60, Renato Ortiz (1988, p.113) destaca que a televisão "se concretiza como veículo de massa", registrando-se no Brasil, de acordo com Sérgio Mattos (2000), 20 emissoras nas principais cidades e 1,8 milhão de televisores no país.

No campo da regulamentação, em 30 de maio de 1961 é criado o Conselho Nacional de Telecomunicações, pelo Decreto nº 50.666, com o objetivo de regulamentar a radiodifusão no Brasil. O presidente Jânio Quadros (PTN) propõe a redução do prazo para revisão da exploração dos serviços de radiodifusão para três anos e João Goulart (PTB) aprova o Código Brasileiro de Telecomunicações, que vigorou até 1988.

Destaca-se, ainda, o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, onde João Goulart (PTB) regulamenta os serviços do rádio e da TV, considerados de interesse nacional.

Com o enfraquecimento do conglomerado de Assis Chateaubriand, em 1962 é fundada a TV Globo por Roberto Marinho, resultado de acordos financeiros com norte-americanos, como o assinado em 1965 com o grupo Time-Life para auxílio financeiro e assistência técnica em troca de participação nos lucros futuros. Ano em que a Globo inaugura sua segunda emissora no Rio de Janeiro, em 26 de abril de 1965.

Straubhaar (1983, p.71 e 72) registrou que os acordos que a Globo assinou com o grupo Time-Life "foram de questionável legalidade e uma campanha de transmissores rivais contra ela culminou com o cancelamento negociado dos acordos em 1968 e reembolso dos empréstimos e custos de Time-Life até 1971". Entretanto, a Globo "até 1968, tinha implantado a sua organização de rede, conseguido primazia na avaliação da audiência, colocando-se no topo dos três mercados (Rio, São Paulo e Belo Horizonte) e já não necessitada dos extensivos financiamentos, além de contar com o total dos seus rendimentos publicitários". Em 2025 ainda se mantém como o maior grupo midiático brasileiro e seus canais de televisão são os que têm maior audiência no país.

É importante destacar que, com a destituição do presidente João Goulart (em 1964) até a posse do presidente José Sarney (15/3/1985), o Brasil ficou sob a Ditadura Militar. Mesmo sendo um período complexo para a população, a televisão aberta no Brasil se manteve em destaque no cenário brasileiro. "A ditadura plantou nesta terra a televisão via Embratel, integrou o imaginário nacional-continental em novas bases e encontrou meios de fazer com que o telespaço público que disso resultou fosse gerido a seu favor" (Bucci, 2016, p.4). Caparelli,

Ramos e Santos (1999, p.4) ressaltaram que as telecomunicações faziam parte do grupo de setores estratégicos dos militares. De 1965 a 1972 foram criados Embratel, Ministério das Comunicações e o sistema Telebrás, possibilitando a implantação de infraestrutura com redes de microondas, satélites e fibras óticas. "Esses investimentos do Sistema Telebrás favoreciam, no campo da comunicação de massa, a formação de redes de televisão nacionais". Além disso,

> durante a década de 70 a Globo se firmaria como maior conglomerado de comunicação do país. O incentivo dos militares à formação de outras redes só viria no governo Figueiredo, já na década de 80, com a divisão do espólio da antiga Tupi entre os grupos Bloch e Silvio Santos, gerando a Rede Manchete e o SBT, paradoxalmente como um esforço, tardio, da ditadura de tentar reduzir o enorme poder político que adquirira a rede de Roberto Marinho (Capparelli, Ramos, Santos, 1999. p.4).

A relação entre políticos e empresários não pode ser ignorada nas pesquisas sobre a mídia brasileira. No Brasil, os maiores conglomerados de televisão aberta são: Rede Globo, Rede Bandeirantes, Rede Record, SBT e Rede TV![9] No caso da Rede Globo[10], tem cinco emissoras próprias e 118 afiliadas, atingindo 98,5% dos municípios brasileiros, ou seja, 5.488[11]. É "o maior grupo brasileiro de radiodifusão e um dos principais da América Latina" (Cabral, 2023, p. 120), registrando a maior audiência em suas programações televisivas. Na área digital, em 1999 lançou o canal TV Globo Internacional, contando com 500 mil assinantes em 114 países nos cinco continentes. Em 3 de novembro de

[9] Ver dados de alcance da TV aberta em https://midiadados.gm.org.br/view-content/44 . Sobre a história dos cinco conglomerados, é registrada na obra "Concentração da mídia no Brasil: radiodifusão e telecomunicações" (CABRAL, 2023).

[10] Para entender melhor o conglomerado Globo e a concentração da mídia no Brasil, consultar Cabral (2023).

[11] Dados disponíveis em Cabral (2025, p.3).

2015, lançou a Globoplay, uma plataforma digital de *streaming* de vídeos e áudios sob demanda. A Globo foi a primeira a criar seu próprio serviço de *streaming*, competindo com a Netflix. Em 2020, conquistou 25 milhões de usuários, tornando-se líder nacional de *streaming* (Cabral, 2023). Além de um catálogo de produções, disponível mediante assinatura, retransmite sua programação televisiva gratuitamente.

A Rede Bandeirantes[12] obteve sua primeira concessão de televisão na década de 50 por João Saad, mas seu canal só entrou no ar no dia 13 de maio de 1967 em São Paulo. Ano de Ditadura no Brasil e sob égide de Artur da Costa e Silva (1967 a 1969). Tem 101 emissoras de TV aberta, atingindo 3.693 municípios, ou seja, 66,3%[13]. Na área de *streaming*, criou a Band Plus, que, após testes, se consolidou como Band Play, aplicativo gratuito com a programação televisiva do grupo, resultado dos investimentos de uma de suas empresas, a Vibra, voltada para conteúdos e soluções digitais.

A Record[14] sofreu alterações em seu comando e sua história é marcada com seu primeiro canal televisivo em 27 de setembro de 1953 em São Paulo. Sob o comando do empresário Paulo Machado de Carvalho, a primeira tentativa de expansão nacional se deu em 1959, mas só se tornou rede em 1990. É importante ressaltar que, na década de 70, Silvio Santos (SBT) adquiriu 50% da TV Record, levando-a à queda de audiência e faturamento quando adquiriu sua própria emissora. Somente em 9 de novembro de 1989, com sua venda por US$ 45 milhões ao empresário e bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, Edir Macedo, é que se torna uma das maiores redes nacionais de TV

[12] Para entender melhor o conglomerado Bandeirantes e a concentração da mídia no Brasil, consultar Cabral (2023).
[13] Dados disponíveis em Cabral (2025, p.3).
[14] Para entender melhor o conglomerado Record e a concentração da mídia no Brasil, consultar Cabral (2023).

aberta. Registram-se 12 emissoras próprias e 96 afiliadas, atingindo 5.019 municípios brasileiros, ou seja, 90,1%[15].

Na área do *streaming,* os investimentos da Record começaram com o R7 Play, em 2015, onde seus conteúdos eram passados no youtube. Durou até 2017. Em 2018 criou o PlayPlus com conteúdos exclusivos, com as programações da TV aberta e com parceiros, sendo alguns gratuitos e outros pagos. Com o crescimento de número de assinantes, em 2025, mudou o nome para RecordPlus, realinhando a marca ao nome do grupo. Com seu canal televisivo internacional, o Record Internacional, sua transmissão atinge 150 países.

Os investimentos do SBT[16] na área televisiva iniciam em outubro de 1975, quando Silvio Santos venceu a concorrência para o Canal 11, do Rio de Janeiro, e o recebeu em 22 de dezembro de 1975. Entretanto, somente no dia 14 de maio de 1976 é que entrou no ar o canal Studio Silvio Santos Cinema e Televisão Ltda., conhecido como TVS. Tem 110 emissoras, atingindo 4.889 municípios, ou seja, 87,8%[17]. Na área do *streaming*, os investimentos iniciaram em 2020 com o SBT Vídeos, que era acessado pelo site do SBT ou pelo youtube. Em 19 de agosto de 2024 lançou oficialmente o +SBT (Mais SBT) e em fevereiro de 2025 reformulou o conteúdo, de acordo com a aceitação do público. É gratuito e retransmite sua programação.

O grupo mais novo é a RedeTV![18], porém é o que tem mais emissoras no país (Cabral, 2023). Foi fundado em 15 de novembro de 1999, resultado da compra das concessões das cinco emissoras próprias da Rede Manchete pelos empresários Amilcare Dallevo Jr. e Marcelo de

[15] Dados disponíveis em Cabral (2025, p.3).
[16] Para entender melhor o conglomerado SBT e a concentração da mídia no Brasil, consultar Cabral (2023).
[17] Dados disponíveis em Cabral (2025, p.3).
[18] Para entender melhor o conglomerado Rede TV! e a concentração da mídia no Brasil, consultar Cabral (2023).

Carvalho, que eram sócios da TeleTV, uma empresa que prestava serviço telefônico Tele900 para os canais de televisão. Tem 155 emissoras, atingindo 5.554 municípios, ou seja, 99,7%[19]. Na área do *streaming*, em 28 de abril de 2020 a RedeTV lançou o RedeTV Plus, com acesso à programação da emissora e a sorteios de prêmios, mediante pagamento. Em 2022 lançou o RedeTV!GO, seu aplicativo de *streaming* para celulares e TVs conectadas, totalmente gratuito, retransmitindo a sua programação televisiva. Na área de canais de TV internacionais, registra um na França.

É importante destacar que os cinco conglomerados estão em mais de 80% dos lares brasileiros e todos são privados. O único grupo que é do governo federal e que atinge uma parte da população é a EBC, a Empresa Brasileira de Comunicação, que não será analisada neste capítulo, uma vez que existem poucos dados sobre seu alcance no país. Mas a formação de redes no Brasil fere o parágrafo quinto do artigo 220 que assinala que "os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio"[20]? Como explicar o Decreto 5.371, de 17/02/2005?

> IX - Rede Local de Televisão: é o conjunto formado por uma estação geradora e seu Sistema de Retransmissão de Televisão, restrito à área territorial de um grupo de localidades pertencentes à mesma mesorregião geográfica de uma unidade da Federação, que veiculam a mesma programação básica;
> X - Rede Estadual de Televisão: é o conjunto de estações geradoras e respectivos Sistemas de Retransmissão de Televisão que veiculam a mesma programação básica dentro da área territorial de uma unidade da Federação;
> XI - Rede Regional de Televisão: é o conjunto de estações geradoras e respectivos Sistemas de Retransmissão de

[19] Dados disponíveis em Cabral (2025, p.3).
[20] Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

> Televisão que veiculam a mesma programação básica em mais de uma unidade da Federação, com abrangência em uma mesma macrorregião geográfica;
> XII - Rede Nacional de Televisão: é o conjunto de estações geradoras e respectivos Sistemas de Retransmissão de Televisão com abrangência nacional que veiculam a mesma programação básica.

É preciso compreender a legislação brasileira em relação à TV aberta e a lógica que vem sendo utilizada pelas grandes redes de televisão para que a sociedade possa reivindicar a democratização da mídia brasileira, entendendo o cenário brasileiro, as estratégias dos grupos e a importância da regulamentação. Os maiores grupos de TV aberta no Brasil são de empresários que se fortaleceram no Brasil. Mas, a Constituição de 1988, no parágrafo quinto do artigo 220, é direta em relação à proibição de monopólio e oligopólio da mídia, ou seja, à concentração da mídia (Cabral, 2023, p.42).

A TV aberta no Brasil só será democrática se a sociedade tiver conhecimento sobre o cenário e a legislação, reivindicando pela reformulação das políticas públicas, apropriação das novas tecnologias, diversidade de produtores capacitados e qualificados para acessar e exercer o controle sobre os meios de grande circulação, implementação de meios locais e comunitários e defesa da comunicação, da cultura e da informação como direitos de todos (Cabral, Cabral Filho, 2024).

Regionalização: estratégia que precisa ser entendida pela população

Com o aparecimento da televisão aberta no Brasil, nos anos 50, e seu desenvolvimento nos anos 60, os anos 70 facilitaram sua expansão e organização em redes. De acordo com Ortiz (1988), com a inauguração da Rede Nacional de Microondas da Embratel e com o sistema de transmissão via satélite, em 1968, o governo brasileiro proporcionou infraestrutura para a implantação das redes nacionais de televisão no

Brasil.

Ortiz (1988, p.118) explica que o lema utilizado nos anos 70 de "integração nacional do Brasil" acabou unindo os interesses dos empresários e dos militares. "Ambos os setores vêem vantagens em integrar o território nacional, mas enquanto os militares propõem a unificação política das consciências, os empresários sublinham o lado da integração do mercado". E isso resulta, nos anos 80, de acordo com Festa e Santoro (1991, p.180), no Brasil, grande número de emissoras de televisão, transmissão de dados, lançamento de satélites domésticos, emissoras em UHF, parabólicas, TV a cabo, TV por assinatura, entrada de equipamentos de telecomunicações e de radiodifusão por intermédio de corporações internacionais e formação de redes regionais de televisão.

Diante das transformações econômicas, políticas e tecnológicas, as redes nacionais de televisão passaram a consolidar parcerias com emissoras locais e grupos regionais que se formavam no Brasil. Entretanto, não se pode ignorar que as redes de televisão são desafios para a democratização da mídia, pois podem levar ao monopólio e/ou oligopólio da mídia, ferindo o artigo 220 da Constituição federal de 1988.

Além de formar redes, os grupos investem no processo de regionalização. A Globo, por exemplo, passou a assinar contratos com suas afiliadas, auxiliando-as com técnicas de formação de pessoal e de conteúdo, em nome da "programação de qualidade", além de assessoria e investimentos na infraestrutura dos departamentos de jornalismo e comercial. Em 2025 registram-se como principais grupos regionais do país: Rede Brasil Sul, que hoje só está no Rio Grande do Sul; Organizações Jaime Câmara, no Centro-Oeste; Rede Amazônica de Rádio e Televisão que atua em cinco dos sete Estados da Região Norte; Grupo Zahran, nos Estados Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e Grupo Verdes Mares (Nordeste).

A estratégia de regionalização da mídia se dá em chegar em cada local e abrir espaço na programação para que seja evidenciado, principalmente no espaço dos telejornais locais, o que está acontecendo e seja de interesse daquele lugar (Taveira, 2000). O grande problema, entretanto, é que as redes nacionais liberam apenas 10% da programação para o local. A RBS é exceção, uma vez que ocupa, em média, 14% da programação.

A estratégia de regionalização chama atenção para o poderio do grupo nacional sobre o regional e o local, pois 90% do conteúdo da programação é do nacional. Logo, como democratizar a comunicação onde não se detecta diversidade de conteúdo e reconhecimento da cultura local de cada lugar?

Francisco Fernandes (1998, p.20), em seus estudos sobre mídia regional, destaca que a regionalização é uma "aspiração do povo. O conteúdo da programação quanto mais regional será, mais representativo do anseio da comunidade, gerando novos conhecimentos e resgatando hábitos e costumes". Dentre os estudiosos sobre o tema, destacam-se: Taveira (2000), Bazi (1999), Cruz (1996), Scarduelli (1996), dentre outros.

Ao analisar a expansão das emissoras regionais, observa-se que os investimentos nos mercados local e regional são interessantes para elas e para o parceiro nacional, uma vez que a comunidade se sente ouvida, os pequenos e médios anunciantes ganham espaço na publicidade e a audiência pode aumentar. Entretanto, Caparelli (1982, p.94) chama atenção para a falta de autonomia das redes regionais de televisão em relação à programação, uma vez que "tais redes dependem basicamente dos programas gerados pelas redes nacionais, que transmitem em cadeia ou retransmitem posteriormente".

Apesar da pequena fatia na programação e no bolo publicitário, a televisão ainda é o chamariz para manutenção de poder dos empresários

de mídia no lugar onde estão. Não é à toa a relação com os políticos locais e os investimentos em outras áreas, muitas, inclusive fora da área comunicacional, entram na lista de empresas do grupo. Essa dependência do grupo nacional e a relação com os políticos são também dois grandes desafios à democratização da TV brasileira, pois, como trabalhar com conteúdos que sejam a favor da sociedade e sem influência de terceiros?

Mesmo que esses desafios sejam reais e prejudiciais para a sociedade, para as redes televisivas são interessantes, levando-as também a investirem mais na área tecnológica. O presidente da RBS, em 2021, Claudio Toigo Filho, chamava atenção para a digitalização, pois, para ele, isso auxiliaria na hiper-regionalização do conteúdo. "Mesmo na TV aberta, temos espaço de conteúdo hiper-regionalizado. E no futuro vamos poder segmentar ainda mais"[21]. E isso vem sendo bastante fomentado pelos grupos que apostam em todos os formatos possíveis proporcionados pela tecnologia digital.

A regionalização da mídia é uma estratégia vital para os conglomerados midiáticos, pois é a partir do contrato com afiliadas, em suas localidades e regiões, que seus tentáculos atingem a maioria dos municípios brasileiros. Esse alcance não favorece a valorização da cultura local. Apenas evitam que as comunidades tenham emissoras locais, como o canal da cidadania.

> O Canal da Cidadania faz parte do conjunto de canais públicos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD), e representa um passo importante no caminho da democratização da comunicação, da valorização da cultura local e da prestação de serviços públicos.

[21] Disponível em https://forbes.com.br/forbes-money/2021/08/tv-3-0-como-o-grupo-rbs-se-prepara-para-a-disrupcao-do-conteudo-na-era-digital

> A multiprogramação, possibilitada pela TV digital, permitirá que o Canal da Cidadania tenha no mínimo quatro faixas de conteúdo: do Poder Público municipal, do Poder Público estadual e as outras duas, de associações comunitárias, que ficarão responsáveis por veicular programação local[22].

Para democratizar a TV aberta brasileira em cada cidade e em cada uma das regiões brasileiras (Norte, Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste), é importante reivindicar a reformulação das políticas públicas, criando meios locais e comunitários, com o apoio do Estado, caso não permita que haja publicidade na programação (recurso financeiro que paga as despesas do veículo comunicacional). Além disso, como recomendam Cabral e Cabral Filho (2024), fazer com que a sociedade se aproprie das novas tecnologias, se capacitando para acessar e exercer o controle sobre os meios de grande circulação e em prol da defesa da comunicação, da cultura e da informação como direitos de todos (Cabral, Cabral Filho, 2024).

Internacionalização: estratégia que defenda a cultura brasileira em qualquer país

Com a liberdade dada pelo governo federal, as redes de televisão investem no local e no regional, conquistando o público e aumentando seu lucro. E isso também abre a possibilidade para investirem em outros países, fazendo parcerias com grupos internacionais. Esse processo de internacionalização, de acordo com Man Chan (1994), envolve a propriedade, estrutura, produção, distribuição e/ou conteúdo da mídia de um país que é influenciado por interesses, cultura e mercados da

[22] Disponível em https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/detalhe_tema/Radiodifusao_CanalCidadania.html

mídia estrangeira. E isso se dá tanto da perspectiva do país que importa quanto do que exporta (Cabral, 2023).

No Brasil, de acordo com Fadul (1998), o processo de internacionalização da mídia se fortaleceu nos anos 90, mesmo tendo iniciado nos anos 30. O grupo Diários e Emissoras Associadas foi o primeiro a entrar em outros países com a revista O Cruzeiro, lançada em 1928 e levada na década de 30 para a América Latina. Na área televisiva, a Globo, na década de 70, vendeu suas telenovelas para a América Latina, Europa e depois para o restante do mundo, levando a "cultura nacional", em busca de novos mercados.

Fadul (1998) também chama atenção para o grupo regional RBS que se consolidou, primeiramente, como local, depois regional e, finalmente, internacional com os investimentos e parcerias feitas no Mercosul. Parcerias que podem ser vistas como desafios para a democratização da televisão brasileira, uma vez que o outro lado do processo de internacionalização é o interesse de estrangeiros em se apropriarem do país como um pedaço de seu território e isso não pode ser ignorado pelo governo e nem pela sociedade civil. Pois, esses investimentos trazem outra cultura e outros interesses no país.

Para Moraes (1998, p.33), "revigorados por fusões, consórcios e alianças transnacionais, os conglomerados mediáticos não cessam de reformular suas ações". As estratégias regionais e as "mundiais procuram contabilizar produtos de aceitação indiferenciada com outros que visam à segmentação, à diversidade mercadológica e a peculiares locais". Caparelli e Lima (2004, p.17) verificaram que os grupos interferem "direta ou indiretamente na formulação das políticas públicas de comunicações, tanto em nível internacional como em nível nacional". Eles "passaram a fazer parte do cotidiano de populações em várias regiões do mundo, tenham elas consciência disso ou não".

A Rede Globo, em 1999, criou seu canal TV Globo Internacional,

tendo como público-alvo brasileiros e lusófonos no exterior. "A programação é transmitida 24 horas por dia e composta por noticiários em tempo real, esportes, novelas, minisséries, programações infantis e de variedades". Em 2022, registrava que "em Angola e Moçambique, além do canal internacional da Globo, o assinante pode assistir ao Globo ON, que exibe novelas, séries e comédias de grande sucesso". Conta com 500 mil assinantes em 114 países nos cinco continentes (Cabral, 2023, p.126).

Já a Record, em 2003, lançou o canal Record Internacional, voltado para os brasileiros que vivem no exterior e para os estrangeiros que apreciam a cultura brasileira (Cabral, 2023). Transmitindo para 150 países, na Europa, tem filiais em Portugal, Reino Unido e Espanha, sendo distribuído via satélite (Hispasat 1C, Astra 2, Eurobird 1 e Atlantic Bird 1) e chegando aos europeus através de operadoras de canais a cabo, DTH (Direct To Home) por satélite, e por IPTV. Na África, abrange todos os países via satélite (Intelsat 907 e Eutelsat W4), chegando aos lares africanos por meio de operadoras de canais a cabo e DTH (Direct To Home) por satélite, com filiais em Angola, Cabo Verde, Uganda, Madagascar e Moçambique – país em que possui a TV Miramar, que tem 10 emissoras, que também produzem programas locais (Cabral, 2023).

Já na Ásia e Oceania, o sinal do canal Record Internacional chega via satélite (Measat-3), distribuído por operadoras de canal por DTH (Direct To Home) por satélite, tendo sua filial no Japão. Nos Estados Unidos, se faz presente via satélite (Intelsat 806 e EchoStar, sendo distribuída pela Comcast e pela Dish Network) e a cabo no Canadá, via operadora Bell Canada Fibe TV, Canal 875 (Cabral, 2023).

A estratégia de internacionalização dos conglomerados brasileiros é muito interessante, conforme se pôde observar nas atuações da Rede Globo e da Record. Mas, que conteúdo a mídia passa para os brasileiros

e pessoas que apreciam a cultura brasileira em outros países? É urgente entender como o Brasil vem sendo retratado em outros países, pois, no mundo contemporâneo e na era digital, partidos de Direita vêm se organizando para tomar o poder, valorizando modelos ditatoriais e defendendo crenças que ameaçam os que lhes são "diferentes".

Para que haja democratização da TV aberta no Brasil, o processo de internacionalização adotado pelos conglomerados midiáticos precisa ser levado em consideração, uma vez que é preciso reformular as políticas públicas em prol dos brasileiros dentro e fora do Brasil, além de investir na população para que se aproprie das novas tecnologias, tendo conhecimento para encarar e desvendar qualquer desinformação, se qualificando para acessar e exercer o controle sobre os meios de grande circulação, implementando meios locais e defendendo a comunicação, a cultura e a informação como direitos de todos (Cabral, Cabral Filho, 2024).

Digitalização: estratégia que precisa de regulamentação em prol da sociedade

Além do investimento nos processos de regionalização e de internacionalização, as redes de televisão também investem na digitalização desde os anos 80. E a sociedade, junto com o Estado brasileiro, também deve olhar para as novas tecnologias visando o bem-estar da população. Como ignorar que o envio de sinal digital aos lares dos brasileiros, que teve início em 2003 com a implantação da TV digital aberta no Brasil, foi resultado de troca de interesses entre o Estado e os grupos de mídia, deixando de lado o interesse da sociedade? Como desviar o olhar dos investimentos em *streaming*, retransmitindo o conteúdo da TV aberta?

Bolaño e Brittos (2007, p.150), ao analisarem o processo de implantação da TV digital no Brasil, registraram que o Ministério das

Comunicações estabeleceu "um modelo de negócios flexível, podendo, por exemplo, em uma localidade haver alta definição e em outra não, ausência a ser compensada com maior quantidade de canais", privilegiando interesses de grupos privados e deixando de lado critérios públicos.

Em 2006, quando Lula assinou o Decreto 5820/2006, ignorou o Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD), criado por brasileiros, adaptando-o ao japonês, resultando no padrão nipo-brasileiro. Nesse modelo, aproveitou-se apenas o *middleware* Ginga, software base, produzido em conjunto pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). As demais inovações seriam do sistema japonês, o ISDB-T (Integrated Services Digital Broadcasting Terrestrial). E, mesmo com a expansão do modelo a outros países da América Latina, em 2025 verificam-se "4.191 municípios que não concluíram a migração para o sinal digital"[23], ou seja, mais de 75%.

No dia 30 de junho de 2025, o Ministério das Comunicações registrou a implantação da TV 3.0[24], também chamada de DTV+, a segunda geração do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre – SBTVD-T. A meta é fazer com que a nova televisão aberta gratuita integre os serviços de internet aos de transmissão de som e imagem, com publicidade personalizada, comércio eletrônico, vários ângulos de transmissão, além de legendas, audiodescrição, tradução em libras etc. "O Brasil será o primeiro país da América Latina e do BRICS a implantar a TV 3.0, reafirmando sua posição de liderança no

[23] Disponível em https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/digitaliza-brasil-1

[24] Foi regulamentada no Brasil com o Decreto nº 12.595, de 27 de agosto de 2025. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12595.htm

desenvolvimento da televisão digital"[25].

Para as redes de televisão, incluir, oficialmente, a internet em seus investimentos é importante para sua manutenção e crescimento no mercado midiático. Pois, não há como negar que os lucros das corporações ligadas à web são muito superiores e, com uma legislação brasileira que separa a área de radiodifusão da área de telecomunicações, a possibilidade de qualquer proximidade era quase nula. Com os avanços e investimentos do governo federal na TV aberta digital, as barreiras legais poderão ser quebradas. Não é à toa que hoje os conglomerados brasileiros estejam defendendo a regulamentação e regulação da internet no Brasil.

Mesmo com os impeditivos da legislação, desde os anos 2020, o foco dos investimentos dos conglomerados de TV aberta é voltado para o *streaming*, uma vez que os aparelhos portáveis, e o de televisão, vêm sendo bastante utilizados pelos brasileiros para conexão à web. Além disso, a era digital fez com que as principais redes de TV do Brasil investissem no *streaming*, mantendo seu público cativo e conquistando os que estavam apenas na internet[26]. Estratégia que mira nas tecnologias, no mercado e em seu público.

A Rede Globo é proprietária da maior plataforma de *streaming* do Brasil, a Globoplay, sendo líder no segmento nacional. A Rede Bandeirantes tem o BandPlay, um aplicativo que reúne a programação do grupo e permite assistir aos programas ao vivo e *on demand*. Já o SBT, em 2024, lançou o +SBT com conteúdo sob demanda, canais Fast e

[25] Governo planeja implantação da TV 3.0 com cronograma responsável e foco em inclusão digital. **Ministério das Comunicações**. 30/06/2025. Disponível em https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2025/junho/governo-planeja-implantacao-da-tv-3-0-com-cronograma-responsavel-e-foco-em-inclusao-digital

[26] De acordo com a PNAD Contínua (IBGE, 2024), a internet é utilizada em 92,5% dos domicílios permanentes, sendo o celular o equipamento mais usado para navegar na rede (91,9%).

oferta gratuita do conteúdo da TV aberta para o público. A Record investiu no PlayPlus, que oferece ao público projetos originais da rede e o conteúdo de suas emissoras de TV aberta, e que mudará o nome para RecordPlus. A RedeTV![27], com o RedeTV!GO, retransmite também a sua programação televisiva para os que brasileiros que têm dispositivos ligados à internet.

Diante de um cenário de convergência midiática e do avanço das novas tecnologias, é preciso olhar para a digitalização como uma estratégia que precisa de regulamentação em prol da sociedade. A pesquisa do IBGE (2024)[28] identificou que a internet está em mais de 90% dos lares brasileiros e que quase metade, dos que também têm acesso à TV aberta, está utilizando o serviço pago de *streaming*, além do grande número que usa o gratuito todos os dias e em qualquer horário.

Os conglomerados brasileiros, que concentram a TV aberta no Brasil, entenderam a lógica dos investimentos na era digital. Perceberam que é preciso uma nova regulamentação porque os grupos internacionais vêm lucrando bilhões de dólares com a web. Entretanto, nesse jogo ignoram o conteúdo que vem sendo trabalhado nas plataformas, onde mentiras são fabricadas, pessoas enganadas, crianças e jovens iludidas, desinformação e distorção de textos, imagens e vozes jorrados nas mentes das pessoas, resultando em medos, depressões, desilusões e mortes. Sem falar no controle e manipulação de dados e informações.

A sociedade não pode e nem deve se calar diante do panorama que vem se firmando no Brasil. É preciso estar atenta e reivindicar a

[27] Para entender melhor o conglomerado Rede TV! e a concentração da mídia no Brasil, consultar Cabral (2023).

[28] IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2023. **IBGE**, 2024. Disponível em <https://static.poder360.com.br/2024/08/pnad-acesso-internet-ibge-16ago2024.pdf>. Acesso em 11jun.2025.

democratização da mídia no país, pois a soberania brasileira não pode ser abalada por interesses econômicos de conglomerados internacionais e nem dos que são ou estão nas terras brasileiras. É preciso rever e reformular as políticas públicas, fazer com que a sociedade obtenha conhecimento e se aproprie das novas tecnologias, sendo capacitada e qualificada para acessar e exercer o controle sobre os meios de grande circulação, implementar meios locais e comunitários, usurfruindo da comunicação, da cultura e da informação como direitos de todos (Cabral, Cabral Filho, 2024).

Considerações finais

Os investimentos das cinco maiores redes de televisão aberta do Brasil resultaram na manutenção da TV aberta como o veículo de comunicação mais consumido no país. Nos anuários de pesquisa de mercado midiático, eles ainda aparecem em mais de 80% dos domicílios brasileiros, sendo que o aparelho de TV, que está presente nas salas da população, já ocupa o segundo lugar no acesso à internet no Brasil.

Diante deste quadro, é importante ressaltar que as emissoras de TV aberta são concessões públicas e regidas pela Constituição federal de 1988. É fundamental que a concentração da mídia seja revista pelo governo, pois a democratização é urgente! Durante o primeiro e segundo governos do Presidente Lula havia uma grande expectativa da sociedade em relação à democratização da mídia no país. Em 2025, no terceiro mandato de Lula, espera-se que esse tema volte para a pauta do governo. Pois, se o governo federal não tomar as rédeas, as maiores redes de televisão do Brasil continuarão controlando a mídia no país e o lucro se manterá como foco principal.

Cabe a cada brasileiro lutar em prol da democratização da TV aberta, entender o cenário, buscar conhecimento para reformular as políticas públicas em prol da sociedade, se apropriando das tecnologias,

capacitando-se e qualificando-se para acessar e exercer o controle sobre os meios de grande circulação. Além disso, precisa entender a importância de implementar meios locais e comunitários e defender a comunicação, a cultura e a informação como direitos de todos (Cabral, Cabral Filho, 2024).

A TV 3.0 chegou no Brasil. A era digital é uma realidade. O brasileiro é consumidor midiático. É hora de encarar os desafios para que a TV aberta no Brasil seja democratizada e democrática!

Referências

BOLAÑO, César Ricardo S., BRITTOS, Valério C. **A televisão brasileira na era digital**: exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes. São Paulo: Paulus, 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Planalto**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 jun.2025.

BRASIL. Decreto nº 4.901, de 26 de novembro de 2003. **Planalto**. Disponível em https://www. planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/O4901.htm. Acesso em: 30 jun.2025.

BRASIL. Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006. **Planalto**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Decreto/D5820.htm. Acesso em: 30 jun.2025.

BRASIL. Canal Cidadania. **Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**. Disponível em https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/detalhe_tema/Radiodifusao_CanalCidadania.html. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. Digitaliza Brasil. **Ministério das Comunicações**. Disponível em https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/digitaliza-brasil-1. Acesso em: 30 jun. 2025.

BUCCI, Eugênio. Televisão brasileira e ditadura militar: tudo a ver com o que está aí até hoje. **Rumores**, n.20, v.10, jul-dez.2016.

CABRAL, Eula D.T. **Cultura, Comunicação e Informação na era digital**. Rio de Janeiro: FCRB, 2025. Disponível em: https://epccbrasil.wixsite.com/epcc2/pesquisas. Acesso em: 30 jun.2025.

CABRAL, Eula D.T. **Concentração da mídia no Brasil**: radiodifusão e telecomunicações. Rio de Janeiro: Anagrama/Faperj, 2023.

CABRAL, Eula D.T. Políticas de Comunicação e de Cultura acessíveis à sociedade: o projeto EPCC. *In:* CABRAL, Eula D.T. (Org.). **Desafios das políticas de comunicação**. São Cristóvão: ULEPICC-Brasil, 2019. E-book. Disponível em: https://epccbrasil.wixsite.com/epcc2/pesquisas. Acesso em: 30 jun.2025.

CABRAL, Eula D.T; CABRAL FILHO, Adilson V. A importância da EPC para entender a mídia no Brasil. *In:* CABRAL, Eula D.T; CABRAL FILHO, Adilson V. (Org.). **Comunicação e cultura no Brasil**: diálogos com a Economia Política da Comunicação e da Cultura. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018. E-book. Disponível em https://epccbrasil.wixsite.com/epcc2/pesquisas. Acesso em: 30 jun.2025.

CABRAL, Eula D.T., CABRAL FILHO, Adilson V. Democratização da comunicação, da cultura e da informação no Brasil e o papel das rádios comunitárias. *In:* _____. (org) **Democratização da Cultura, da Comunicação e da Informação na era digital**. Divinópolis: Meus Ritmos Editora, 2024. E-book. Disponível em https://epccbrasil.wixsite.com/epcc2/pesquisas. Acesso em: 30 jun.2025.

CAPPARELLI, Sérgio; RAMOS, Murilo C.; SANTOS, Suzy. **A nova televisão no Brasil e na Argentina**. Porto Alegre: LPM, 1999.

CAPARELLI, Sérgio. **Televisão e capitalismo no Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 1982.

CAPARELLI, Sérgio, LIMA, Venício A. **Comunicação e televisão:** desafios da pós-globalização. São Paulo: Hacker, 2004.

FADUL, Anamaria. A internacionalização dos grupos de mídia no Brasil nos anos 90. **Comunicação e Sociedade**, São Bernardo do Campo, n. 29, p. 67-76, 1998.

FERNANDES, Francisco Assis Martins. A regionalização da mídia. **Acervo**, Taubaté, ano 2, n.2, p.19-21, 1998.

FESTA, Regina, SANTORO, Luiz Fernando. A terceira idade da TV: o local e o internacional. In: NOVAES, Adauto (org.). **Rede imaginária**: televisão e democracia. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 1991.

MATTOS, Sérgio. **A televisão no Brasil**: 50 anos de história (1950 a 2000). Salvador: Ianamá, 2000.

MORAES, Dênis de. **O Planeta Mídia**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Letra Livre, 1998.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

STRAUBHAAR, Joseph D. O declínio da influência americana na televisão brasileira. **Comunicação e Sociedade**, São Bernardo do Campo, n. 9, p.61-77, 1983.

TAVEIRA, Eula D. **Rede Amazônica de Rádio e Televisão e seu processo de regionalização (1968-1998)**. 2000. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2000.

As diferentes prosperidades segundo a IURD: sobre afinidades eletivas entre neopentecostalismo e o pensamento neoliberal

Vitor Vieira Ferreira

No dia 6 de junho de 2025, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou em uma coletiva pública realizada na Casa Brasil IBGE, situada no Palácio da Fazenda na cidade do Rio de Janeiro, os resultados preliminares do Censo de 2022 referentes ao cenário religioso do país. Até o momento da redação do presente texto, tais resultados correspondem ao referencial quantitativo mais recente sobre os processos de expansão e contração dos grupos religiosos no Brasil ao longo das últimas décadas. Se nos restringirmos à rubrica "evangélicos", os dados da pesquisa em questão nos apontam para um aumento de sua população, que atingiu uma cifra de 26,9%[1], o que equivale a um total de 47,4 milhões de brasileiros. Em perspectiva histórica mais ampla, o crescimento da população evangélica tem se mostrado uma constante desde o final do século passado: no Censo Demográfico de 1991 registrou-se um total de 9,0% deste segmento; no Censo Demográfico de 2000, 15,4%; e no Censo Demográfico de 2010, 22,2%[2].

[1] Conforme notícia divulgada pela Agência IBGE Notícias disponível em https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43593-censo-2022-catolicos-seguem-em-queda-evangelicos-e-sem-religiao-crescem-no-pais. Acesso em: 20 jun. 2025.

[2] Conforme dados disponíveis em https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=794. Acesso em: 20 jun. 2025.

Por outro lado, tais números também nos apontam para uma diminuição da taxa de crescimento desta população que se declara evangélica, de modo que não seria injustificado por ora pressupor que em algum momento a expansão do segmento encontrará seu platô. Em paralelo, há também de se observar que o crescimento da população evangélica no país não se vê desvinculado de um aumento do grau de penetração social das instituições religiosas evangélicas, tendo em vista a presença cada vez mais destacada de seus representantes nas esferas políticas e midiáticas. Mais especificamente com relação a esta primeira esfera, é inconteste que nos últimos anos membros de instituições religiosas fincaram suas raízes na política partidária nacional (vida a chamada "bancada da bíblia" e/ou a Frente Parlamentar Evangélica) e redefiniram nosso cenário político.

Não obstante, conquanto isto contribua para a manutenção do poder e do controle social destas instituições, o imbricamento de práticas políticas e práticas religiosas não conta necessariamente *a priori* com a aprovação da totalidade de seus fiéis. Quanto a isto, inclusive, há quem observe um processo de "desinstitucionalização religiosa no meio pentecostal e neopentecostal", como faz Duarte (2021) em seu estudo sobre os "desigrejados". Por sua vez, Ana Carolina Egangelista, diretora-executiva do Iser (Instituto de Estudos da Religião), em entrevista[3] à Folha de São Paulo, afirma haver "relatos e observação empírica" que nos apontam para um "um desgaste de um tipo de cristianismo entre os próprios evangélicos". Tal desgaste vai ao encontro da afirmação de Paul Freston, renomado sociólogo da religião com referenciados trabalhos sobre o pentecostalismo brasileiro, quando este (Freston, 2022, p. 69, tradução própria) sugere que o "teto protestante no Brasil

[3] Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2025/06/evangelicos-sao-269-da-populacao-e-ritmo-de-crescimento-diminui-catolicos-caem-para-menor-nivel.shtml. Acesso em: 20 jun. 2025.

provavelmente será alcançado dentro de duas ou três décadas" tendo em vista o dano causado à imagem do protestantismo por conta de "escândalos, liderança autoritária, promessas não cumpridas, uma imagem política negativa e uma capacidade limitada de produzir transformação social (ao contrário da transformação individual, na qual o pentecostalismo é muito bem-sucedido)".

Quaisquer que sejam as interpretações possíveis, fato é que os rumos a serem tomados pela população evangélica com suas instituições são um capítulo por ser escrito na história do Brasil, e por ora tais população e instituições constituem efetivamente uma fração bastante significativa da sociedade brasileira. No sentido de melhor compreendê-las e de promover uma apreciação crítica de suas práticas, o presente texto se propõe, em termos mais amplos, a investigar as afinidades eletivas entre o neopentecostalismo contemporâneo brasileiro, caracterizado por sua adoção e atitude prosélita da Teologia da Prosperidade, e o pensamento neoliberal. De modo mais específico, focamos aqui nossos olhares na Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e em algumas de suas práticas discursivas observáveis em dois de seus veículos de comunicação: seu jornal Folha Universal e a seção "Folha Universal" presente no site oficial da IURD. Nosso objetivo aqui é apresentar e descrever o procedimento discursivo de distinção entre diferentes tipos específicos de "prosperidade", procedimento este por nós identificado durante nosso exercício de levantamento e análise de dados. Nosso argumento é que esta distinção que se realiza discursivamente legitima aspectos da visão de mundo subjacente àquilo que chamaremos aqui de pensamento neoliberal.

Descritos estes objetivos, para além desta seção introdutória e da última, em que faremos nossas considerações finais, nosso texto se estrutura em três seções principais. Na seção seguinte, partindo dos pressupostos teóricos que nos permitem situar este trabalho no campo

da Economia Política da Comunicação, enumeraremos algumas das principais características do neopentecostalismo e da Teologia da Prosperidade. Na seção três, apresentaremos os procedimentos metodológicos adotados para a obtenção e tratamento dos dados a cuja análise, por último, será dedicada a quarta seção deste texto. Registre-se ainda que a pesquisa aqui apresentada é um desdobramento das reflexões desenvolvidas pelo autor em seu trabalho de doutoramento (Ferreira, 2021) junto ao Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal (PIPGLA) do Rio de Janeiro (UFRJ) e das atividades por ele realizadas ao longo dos anos de 2024 e 2025 na condição de pesquisador bolsista[4] do projeto "Cultura, Comunicação e Informação na era digital" (Cabral, 2021) e do grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultural (EPCC - CNPq/FCRB), sob orientação da professora Eula Dantas Taveira Cabral na Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB).

O fenômeno neopentecostal e a Teologia da Prosperidade

No que diz respeito à sua fundamentação teórica mais ampla, devemos afirmar que o presente trabalho se pretende filiado disciplinarmente ao campo da Economia Política da Comunicação (doravante EPC), não em virtude das vinculações institucionais de seu autor, mas de uma exigência teórica posta por nosso próprio objeto de estudo. Embora o campo não traga tradicionalmente como um de seus principais tópicos de interesse reflexões e análises de práticas religiosas, não é possível compreender a expansão do segmento evangélico na sociedade brasileira sem que se observem as políticas comunicacionais adotadas por suas instituições.

Quanto a isto, como bem pontua Cunha (2016, p. 147-8), é preciso que prestemos especial atenção aos seguintes fenômenos: "a

[4] Processo nº: 01550.000127/2024-41; Categoria da bolsa no PIPC: P3.

ampliação da presença das igrejas evangélicas, majoritariamente pentecostais, nas mídias tradicionais, e a extensa participação dos diferentes segmentos desse grupo nas mídias digitais", bem como "o crescimento do mercado da religião e o avanço do marketing religioso, que torna os cristãos um segmento de mercado, por meio da oferta de produtos e serviços especialmente desenhados para atender às suas necessidades religiosas". Por óbvio, as religiões sempre dispuseram de formas de comunicação por meio das quais seus dogmas são transmitidos e seus ritos são realizados. Em nosso tempo presente, torna-se necessário que nos questionemos sobre como as instituições religiosas se apropriam de veículos de comunicação que não têm como finalidade primeira colaborar para a manutenção destas instituições. Quanto a isto, há um sem-número de trabalhos acadêmicos que tratam das incursões midiáticas de segmentos religiosos, sobretudo evangélicos, e que, em que pese o excesso de generalização de nossa parte, trazem consigo o argumento mais geral de que rádio, televisão e, mais recentemente, as mídias digitais, atuam de múltiplas formas e em grande medida como instrumentos de evangelização e proselitismo. Expressões como "igreja eletrônica", "televangelismo", "telerreligião", "coronelismo eletrônico evangélico", "ativismo político digital evangélico" (Cunha, 2018), que figuram recorrentemente na literatura especializada, são expressivas deste argumento.

Nosso ponto de partida, portanto, é um movimento de reflexão que ponha em interface estudos sobre religião, sobre cultura e sobre comunicação a partir de um referencial teórico crítico que seja capaz de compreender estas áreas como formadoras de uma totalidade social. Isto significa dizer que nossa apreciação crítica do fenômeno neopentecostal não se dá em termos teológicos ou dogmáticos. De outro modo, ela se propõe a situá-lo na "totalidade das relações sociais que constituem as esferas econômica, política, social e cultural da vida" (Mosco, 2009, p. 3,

tradução própria), o que nos aproxima, portanto, da dimensão político-econômica que caracteriza os estudos em EPC.

Dito em outros termos, como se observa em proposta apresentada por Bolaño (2019), a EPC se define como "o estudo das relações de produção capitalistas relativas à estrutura dos sistemas de mediação social, tendo por pressuposto o desenvolvimento das forças produtivas" e que contribui para a "ampliação do ferramental crítico da economia política para a compreensão das estruturas de mediação social características do modo de produção capitalista". Neste sentido, a aproximação entre os campos dos estudos da religião e da EPC se justifica ainda pelo fato de que práticas sociais de natureza religiosa não se veem desvinculadas das condições sócio-históricas que as engendram e que determinam suas práticas comunicativas, sejam elas ritualísticas, institucionais, proselitistas etc. Mais do que isto, como já se sabe desde o clássico trabalho de Max Weber, "A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo" (1904), formações religiosas podem efetivamente contribuir para a reprodução e legitimação de um determinado sistema de produção. Postas de lado as discussões sobre os pontos de divergência entre os pensamentos sociológicos marxista e weberiano, subscrevemos aqui a tese clássica de que os "pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante" (Marx e Engels, [1932] 1998, p. 48). Disto decorre que produções discursivas passíveis de serem agrupadas sob a rubrica de "discursos religiosos", estejam eles vinculados em maior ou menor grau a instituições religiosas específicas, não somente atuam de forma mercadológica, no sentido de captar membros (cuja contribuição financeira sob a forma de dízimo garantirá a manutenção das igrejas e templos), como, repitamos, colaboram

também para a reprodução e a legitimação do sistema capitalista em sua fase atual.

A tese de que o fenômeno neopentecostal assume em alguma medida a função de reprodução ideológica do capitalismo contemporâneo não se mostra aqui inédita e um dos objetivos de nosso texto consiste precisamente em contribuir com trabalhos outros – tais como Bricalli (2024), Castelli (2025), Cazavechia e Toledo (2020), Dias e Romancini (2022), Medina e Cornelio (2021), , Pizzi (2021), para citar alguns – que, cada um a seu modo, se propuseram a refletir sobre pontos de convergência entre o neopentecostalismo e o neoliberalismo. Subjacente a estes trabalhos é o reconhecimento do papel de destaque assumido pela chamada Teologia da Prosperidade (doravante TP) no neopentecostalismo.

Adotando como referência a pesquisa de campo realizado por Ricardo Mariano durante a primeira metade dos anos 90 e que resultou no seminal "Neopentecostais –Sociologia do Novo Pentecostalismo no Brasil" (Mariano, [1999] 2005), nos referimos com os termos "evangélicos" ou "neopentecostalismo" à chamada terceira onda do pentecostalismo brasileiro. Esta, enumera o autor, conquanto traga consigo características das duas ondas anteriores " –antiecumenismo, líderes fortes, uso de meios de comunicação de massa, estímulo à expressividade emocional, participação na política partidária, pregação da cura divina" – apresenta ainda quatro aspectos fundamentais: a) uma "exacerbação da guerra espiritual contra o Diabo e seu séquito da anjos decaídos"; b) a "pregação enfática da Teologia da Prosperidade", c) uma "liberalização dos estereotipados usos e costumes de santidade"; e d) "o fato de elas se estruturarem empresarialmente" e agirem verdadeiramente como empresas, possuindo algumas fins lucrativos (Mariano, [1999] 2005, p. 36).

A pregação enfática da TP no contexto neopentecostal, prossegue o autor, pressupõe um rompimento realizado pelos neopentecostais "com a ideia da busca da salvação pelo ascetismo de rejeição do mundo", de modo que se vê plenamente rechaçada a "velha proposição pentecostal [...] de que a existência terrena do verdadeiro cristão seria dominada pela pobreza material e pelo sofrimento da carne" (Mariano, [1999] 2005, p. 44). Sob a perspectiva da TP, se vê ressignificado o sofrimento em vida, algo de que a figura de Jesus Cristo e sua crucificação são as representações simbólicas mais importantes no sistema religioso cristão. Como sugere Attanasi (2012, p. 5, tradução própria)

> As doutrinas da prosperidade — abrangendo a cura física, a prosperidade material e a salvação — são frequentemente sintetizadas a partir de uma compreensão específica do significado da morte de Jesus na cruz. De acordo com essa concepção, a doença e a pobreza seriam resquícios do domínio de Satanás sobre a terra. A morte de Cristo teria pago a pena pelo pecado humano, rompendo assim o poder de Satanás sobre o povo de Deus. Em decorrência desse sacrifício, os crentes teriam sido redimidos da pobreza, da doença e da morte eterna. Dessa maneira, a morte de Cristo (tanto em sua dimensão física quanto espiritual) garantiria aos fiéis o acesso à salvação, à presença do Espírito Santo na sua vida e ao direito à prosperidade e aos benefícios materiais.

A TP, portanto, promete àqueles que nela creem "prosperidade material, poder terreno, redenção da pobreza nesta vida", ao mesmo tempo em que considera que a pobreza tenha por causa a "falta de fé" (Mariano, [1999] 2005, p. 159) do fiel. Não se trata mais aqui de uma redenção após a morte, mas de uma ênfase quase que exclusiva no "retorno da fé nesta vida" (Mariano, [1999] 2005, p. 158) que torna explícito o indisfarçável apego dos neopentecostais ao mundo: "[o] que

interessa é o aqui e o agora. E, para isso, nada melhor do que ter Cristo no coração, meio infalível de alcançar a vitória sobre o Diabo e obter a retribuição divina agora e sempre" (Mariano, [1999] 2005, p. 44).

IURD e Folha Universal: delimitação do objeto e aspectos metodológicos

A justificativa para a escolha da IURD como objeto de análise nos remete à noção de totalidade, anteriormente mencionada quando discorremos sobre nossa filiação à EPC. Do ponto de vista intelectual e teórico é basilar a compreensão de que a realidade constitui um todo orgânico e de que os fenômenos sociais se imiscuem em suas diferentes dimensões econômica, política e cultural. Isto parece ter sido de algum modo compreendido por Edir Macedo, tendo em vista uma declarada pretensão totalizante de seus empreendimentos. Fundada em 1977 no Rio de Janeiro por Edir Macedo, a IURD é hoje a instituição religiosa de maior êxito social, midiático, econômico e político e ele hoje controla um complexo e orgânico corpo de instituições que compreende emissoras de TV, jornais, editoras e até mesmo um banco. Ao dizermos "declarada pretensão totalizante", nos referimos de forma mais específica ao "plano de poder" de Edir Macedo, tornado amplamente público através de seu livro, escrito em coautoria com Carlos Oliveira, de título "Plano de Poder - Deus, os cristãos e a política". Na obra, lê-se que seu objetivo é, em primeiro lugar, "contribuir para a conclusão de uma causa bíblica que expressa um desejo divino, que é o projeto de nação" e, em segundo, "colaborar para o amadurecimento político e democrático através do envolvimento de todo o povo cristão" (Macedo & Oliveira, 2014, s. p.). Para promover tal amadurecimento, a IURD adotou, como já observava Freston (1995, p. 131, tradução própria) no final do século passado, "uma estratégia de expansão diversificada", de modo a construir "uma relação com a sociedade que nenhum outro

grupo protestante anterior já construiu". Para tanto, em sua "disputa por espaços e por consolidação desses espaços" (Macedo e Oliveira, 2014, s.p.) observam-se fundamentalmente dois eixos centrais de atuação: o das incursões político-partidárias e o eixo das incursões midiáticas. Quanto ao primeiro, temos como uma de suas expressões de maior destaque a fundação em 2005 do Partido Republicano Brasileiro (inicialmente "Partido Municipalista Renovador" e hoje rebatizado novamente como "Republicanos"), que teve na figura do Bispo Marcelo Crivella – sobrinho de Edir Macedo - um de seus principais articuladores, e sobre a relação orgânica entre a IURD e o Republicanos a literatura acadêmica conta com diversos trabalhos, tais como Aires et al. (2017), Cerqueira (2021) e Oliveira (2018).

Com relação às suas incursões midiáticas, como destaca Cunha (2017, p. 207), a IURD se tornou na história recente de nosso país a "primeira denominação evangélica a ser proprietária de uma televisão com cobertura nacional", a Rede Record, que já desde o final da primeira década do século XXI e até a presente data figura como a segunda maior emissora de TV aberta no país, sendo superada somente pela Rede Globo. Embora a Rede Record figure hoje como o principal mecanismo midiático da IURD e entre ambas se observe uma clara vinculação institucional e, sobretudo, econômica, há também de se reconhecer o papel de destaque da Folha Universal (doravante FU) com vistas à consecução dos objetivos de Edir Macedo e seu plano de poder.

Com sua primeira edição em 15 de março de 1992, a FU é um jornal impresso semanal que conta com circulação em todo o território nacional e é distribuído gratuitamente na porta dos templos da IURD e por meio de indivíduos a ela filiados (embora também conte atualmente

com um programa de assinatura nas modalidades impressa e digital). Segundo a própria, como se lê em seu site[5], a FU

> [...] traz conteúdos para todos os públicos, com mensagens de fé, histórias de vida e reportagens sobre saúde, comportamento, família, trabalho, relacionamento, ações sociais realizadas pela Universal e o que acontece no Brasil e no mundo, sempre sob uma ótica completamente diferente: a da fé pautada na Palavra de Deus.

Nosso pressuposto central e relativamente evidente, portanto, é o de que a FU, na condição de jornal impresso oficial da IURD, reproduz em suas edições discursos com finalidades prosélitas, de conversão e evangelização e, em última instância, que se apresentam como alinhados à manutenção e ampliação do poder social, cultural, político e econômico da IURD. Daí decorrente, sem maiores surpresas, é a ideia de que a centralidade da TP para a IURD também haveria de engendrar materializações discursivas observáveis na FU alinhadas a seus pressupostos.

Em termos metodológicos, nosso trabalho se apresenta como uma pesquisa qualiquantitativa e nos propusemos inicialmente a identificar todas as ocorrências do termo "prosperidade" em edições da FU a partir de um recorte temporal a ser definido em etapa posterior, para então submetê-las a uma análise discursiva de natureza qualitativa. Dissemos "inicialmente", pois até muito recentemente a tarefa de identificar estratégias e padrões discursivos legitimadores da TP contava com um elemento facilitador do ponto de vista técnico. Até muito recentemente (ao menos até abril de 2025), encontravam-se disponíveis as versões integrais digitalizadas das edições da Folha Universal a partir de seu número 933 (que data de 21 a 27 de fevereiro de 2010) na página de um

[5] Disponível em: https://www.universal.org/noticias/post/seja-assinante-da-folha-universal/. Acesso em: 20 jun. 2025.

perfil ativo[6] da plataforma Calaméo (uma plataforma de publicação de revistas digitais, livros, catálogos, brochuras e documentos em geral). Tal página, sob uma perspectiva historiográfica, correspondia na prática a um rico acervo, que, uma vez submetido a uma apreciação rigorosa, poderia nos fazer melhor compreender a história da IURD, e, por extensão, do fenômeno neopentecostal brasileiro ao longo de uma década e meia.

Para nossa infelicidade, quando da redação deste artigo observamos que o perfil retirou de sua página todos os documentos referentes às edições da FU anteriores à edição de número 1.691, que data de 8 a 14 de setembro de 2024. Com isso, o acesso a um material textual de mais de uma década depende agora da decisão de membros da FU de disponibilizá-lo, caso demandados. No que diz respeito exclusivamente a nosso trabalho de pesquisa, ficamos restritos às edições de número 1.691 à de número 1.731, a mais recente considerada a data de redação deste texto. Embora isso represente uma extensa quantidade de páginas (cada edição conta com cerca de 30), a opção metodológica pela busca textual de ocorrências nestas edições para o termo "prosperidade" nos levou a uma pequena quantidade de edições (embora estas sejam, como veremos na seção seguinte, bastante significativas). Optamos, então, em paralelo, por analisar também páginas publicadas no site oficial da IURD[7] em sua seção "Notícias", considerada a proposta jornalística prevista por ambos.

Edições da FU e páginas da seção "Notícias" do site oficial da IURD constituem, portanto, os objetos discursivos a serem submetido a uma análise quantitativa prosseguida de uma análise qualitativa. Em virtude das circunstâncias expressas anteriormente, o recorte temporal

[6] O perfil pode ser acessado através do seguinte link: https://www.calameo.com/accounts/724797. Acesso em: 20 jun. 2025.
[7] Disponível em: https://www.universal.org/. Acesso em: 20 jun. 2025.

estipulado corresponde ao período de 8 de setembro de 2024 (data da edição mais antiga disponível) a 19 de junho (data da redação deste artigo). O procedimento metodológico foi a identificação de ocorrências do termo "prosperidade" através da ferramenta de busca avançada do Google, que nos permitiu especificar os domínios [www.calameo.com] e [https://www.universal.org/noticias/post] (que nos direciona exclusivamente para resultados relacionados à seção que selecionamos do site). Além de especificar o primeiro domínio, foi também necessário o uso de operadores booleanos nos termos da busca, que foram feitas a partir do input ["folha universal" AND "prosperidade" site: https://www.calameo.com/], de modo a termos resultados exclusivos do perfil supracitado na plataforma Calaméo.

Tratamento e análise dos dados: as distintas prosperidades e a legitimação neopentecostal do pensamento neoliberal

Se é possível falarmos em alguma discreta pretensão de originalidade subjacente a este trabalho, ela diz respeito à nossa tentativa de identificar na superfície discursiva dos *corpora* por nós analisados pressupostos já consolidados por trabalhos prévios e aqui apresentados nas seções anteriores: o da importância dos veículos de comunicação para as instituições religiosas e sua expansão ao longo das últimas décadas; o do papel central da TP como uma matriz de sentidos que orienta práticas confessionais e discursivas neopentecostais e mais particularmente aquelas realizadas sob a chancela da IURD; e o do imbricamento entre a TP e o neoliberalismo. Com isso, objetivamos, por um lado, de modo mais amplo expor as "evidências das contradições do sistema capitalista e a própria recomposição da participação dos setores sociais nos diversos processos de produção comunicacional [...] na chamada sociedade da informação" (Cabral e Cabral Filho, 2018, p. 14). Ao mesmo tempo em que, por outro, nos colocamos aqui na

condição de analista do discurso, cujo papel é "a proposta é a da construção de um dispositivo da interpretação" responsável por "colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras" (Orlandi, 1999, p. 59).

Para dar conta desta proposta, um mapeamento quantitativo que nos levasse apenas a uma cifra referente à quantidade de vezes que o termo "prosperidade" figura em edições da FU e em páginas da IURD seria insuficiente. Nesta nossa pesquisa, fizemos uso da ferramenta AntConc, um *software* gratuito para análise textual que tem como principal funcionalidade para nossos objetivos a KWIC (Key-Word-In-Context) Tool, que indica termos imediatamente anteriores ou posteriores (a quantidade é definida pelo usuário) de cada ocorrência do *input* de busca. Ao custo de alguns poucos cliques, a partir de documentos armazenados no dispositivo do usuário temos uma visualização das palavras inseridas em seus enunciados mais amplos, o que nos permite identificar padrões discursivos.

Quanto aos resultados de nosso levantamento, a quase totalidade das ocorrências do termo "prosperidade" nas edições da FU faziam menção ora às reuniões de segunda[8] que têm por título "Prosperidade com Deus" (acompanhado do texto "Direção para uma vida próspera, baseada na palavra de Deus"), ora à seção "Prosperidade na essência", que se encontra presente desde a primeira até a última edição dentre as disponíveis na plataforma Calaméo. Tratam-se, portanto, de nomes próprios que não exigem nestes contextos discursivos inserção em enunciados mais amplos. Em duas edições específicas, somente, o termo

[8] Em Castelli (2025) lê-se, dentre outros, um relato etnográfico sobre tais reuniões, produzido pelo autor.

"prosperidade" figura em um enunciado completo: na edição 1.710, que data de 19 a 25 de janeiro de 2025 e na edição 1.708 de 5 a 11 de janeiro de 2025. Quanto a esta última, lê-se em sua página 3 que a prosperidade é um "benefício pouco explorado sobre o perdão", de acordo com uma suposta neurocientista. Já na edição 1.710, a o termo prosperidade pode ser localizado na página 6, em uma transcrição de parte do salmo 73 da Bíblia: "... meus pés quase que se desviaram; pouco faltou para que escorregassem os meus passos. Pois eu tinha inveja dos néscios, quando via a prosperidade dos ímpios".

Quanto às páginas publicadas na seção "Notícias" do site oficial da IURD, os resultados do Google nos levaram a um quantitativo total de 109 páginas. Cada uma delas foi salva em formato PDF de forma automatizada através do *software* gratuito Weeny Free HTML to PDF Converter (o que nos poupou um árduo trabalho manual) para que pudessem ser submetidos ao AntConc. Estes 109 documentos, quando analisados pelo programa, apresentam 345 ocorrências do termo "prosperidade", visto haver repetições do termo em um mesmo documento.

Foi graças à KWIC (Key-Word-In-Context) Tool que pudemos identificar um padrão morfológico: as únicas ocorrências de qualificadores associados ao termo "prosperidade" foram "verdadeira", com 31 ocorrências e "com Deus" (8,99%), com 192 das 345 ocorrências no total (55,65%). Se acrescentarmos a isto o item lexical "Prosperidade na essência" é possível então compor o seguinte esquema semântico, do qual se depreende um procedimento discursivo de distinção:

Quadro 1: Esquema distintivo entre "prosperidades"

*[verdadeira **prosperidade**] / [**prosperidade** na essência] / [**prosperidade** com Deus]*
vs.
*[**prosperidade** dos ímpios]*
[falsa prosperidade] / [prosperidade aparente]* / [prosperidade sem Deus]**

Fonte: autor.

A identificação deste esquema (no qual asteriscos indicam itens lexicais virtualmente possíveis, com ocorrências não identificadas) nos permite ir além da afirmação de ser a IURD uma igreja neopentecostal que reafirma o princípio dogmático de que Deus provém a seus fieis saúde e prosperidade em vida na igual medida em que estes professam sua fé e se comprometem com os ritos e práticas institucionais da igreja (entenda-se: dízimo). O que está aqui em jogo é uma estratégia discursiva cara à manipulação, nos termos em que esta é compreendida por van Dijk (2012, p. 234 et seq.) e que opera no nível lexical da linguagem: a estratégia de "selecionar palavras positivas para Nós" e "palavras negativas para "Eles" (Van Dijk, 2012, p. 253).

Segundo o autor (Van Dijk, 2012), um dos maiores expoentes do campo, a manipulação, compreendida aqui em suas formas comunicativas ou simbólicas, é uma noção crucial para a Análise Crítica do Discurso porque se relaciona a um abuso discursivo de poder. Ela pressupõe o exercício de uma influência por meio do discurso no qual "os manipuladores fazem os outros acreditarem ou fazerem coisas que são do interesse do manipulador, e contra os interesses dos manipulados" (Van Dijk., 2012, p. 234). Distinta de um exercício de persuasão, via de regra a manipulação pressupõe um papel mais passivo por parte dos receptores, não estando estes em plenas condições de "entender as intenções reais ou de perceber todas as consequências das

crenças e ações defendidas pelo manipulador" (Van Dijk., 2012, p. 235). O que se torna ainda mais problemático quando observamos que a dominação que se exerce por meio da manipulação exige um acesso preferencial aos meios de comunicação.

Aplicadas ao nosso contexto, a distinção semântica que se estabelece entre uma prosperidade positiva versus uma prosperidade negativa evoca o não-dito de que a única prosperidade desejável é aquela obtida através da intermediação do templo religioso. Àqueles que apreendem este procedimento discursivo de distinção colocam-se exclusivamente três caminhos: "prosperar com Deus", "prosperar como ímpio" ou empobrecer. Neste contexto, o acesso a veículos de comunicação de ampla penetração social legitima e concede credibilidade aos discursos produzidos e reproduzidos pela IURD. Falarmos aqui em manipulação não corresponde a uma representação caricata do fiel, passivo e receptivo a todo tipo de controle e submissão. O que se trata aqui é de reconhecer a assimetria de poder entre um indivíduo que não raramente encontra-se em uma situação de adversidades as mais diversas – familiares, psíquicas, financeiras, de saúde etc. – e a titânica força do conglomerado de instituições midiáticas e políticas que têm em Edir Macedo seu controlador maior.

Não causa maiores surpresas, portanto, que a referência ao salmo 73 – que figura, como vimos anteriormente, como o contexto mais imediato do termo "prosperidade" em uma das edições da FU – seja tema de um vídeo de cerca de 37 minutos gravado por Edir Macedo com o título "Ele era profeta de Deus, mas invejava os ímpios... - Meditação Matinal 23/02/25" e disponibilizado em seu canal do YouTube[9], que no momento conta com 1,16 milhões de inscritos. Em resumo, o salmo 73 sugere ao fiel que a aparente prosperidade dos ímpios, que pode

[9] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4Df6A9JUUuo. Acesso em 20 de junho de 2025.

mesmo ser objeto de inveja, é transitória e que esta prosperidade não é maior do que a salvação eterna junto a Deus. Em definitivo, não temos aqui uma fundamentação bíblica que se aproxime da noção cara à TP de que Deus provê prosperidade a seus fiéis também (ou sobretudo) em vida; pelo contrário, a valoração positiva recai aqui precisamente sobre o *post-mortem*. E mesmo o próprio Macedo segue esta linha interpretativa em boa parte do vídeo: "é uma tristeza imensa saber que os ímpios vão perecer por toda a eternidade e os fiéis vão viver no gozo do descanso Divino por toda a eternidade".

Porém, já se encaminhando ao final do vídeo e em uma tentativa de síntese do salmo, Macedo afirma: "[...] esse Salmo 73 mostra a diferença entre aqueles que servem a Deus e aqueles que não servem, quer seja aqui neste mundo, quer seja no mundo vindouro e ali e aqui você tem consciência do que deve e do que não deve fazer, e isso é uma questão de escolha pessoal". Neste momento, o paralelismo sintático resultante do uso de "quer... quer..." revela uma equiparação implícita entre a atuação divina "neste mundo" e a atuação divina "no mundo vindouro", que, conforme nossa interpretação, mostra-se alinhada ao aqui já mencionado "indisfarçável apego dos neopentecostais ao mundo", nos termos de Mariano (Mariano, [1999] 2005, p. 44). Ademais, o mesmo procedimento de distinção entre as prosperidades que observamos no esquema acima se torna aqui explícito: aos que servem será provida a verdadeira prosperidade/a prosperidade na essência/a prosperidade com Deus e aos que não servem, por pressuposição, uma prosperidade falsa/uma prosperidade aparente/uma prosperidade sem Deus.

Acrescente-se aqui ainda o fato de que o ensinamento central do salmo (caso desejássemos escolher um que lhe sirva de síntese) é de que nos mantenhamos resilientes em situações de necessidade, pois há uma eternidade junto a Deus superior à prosperidade dos ímpios. A distinção

que aqui se pressupõe entre um "nós" (que servimos) versus um "eles" (que não servem) tem menor importância do que a reafirmação da promessa da vida eterna ao lado de Deus.

Macedo, seleciona discursivamente (independentemente do grau de consciência envolvido neste processo) a distinção este "nós que servimos" versus um "eles que não servem" em função do chamado à resiliência, mais próximo do ascetismo cristão tradicional e isto nos leva a uma reflexão sobre o que constitui este sujeito evangélico e a ele vemos associada uma noção de responsabilidade análoga àquela que se atribui ao sujeito neoliberal.

Como buscamos argumentar em outro momento (Ferreira, 2021), o termo "neoliberalismo" pode nos remeter a três acepções distintas: ao neoliberalismo "canônico", compreendido como um conjunto de autores e obras situados historicamente em um momento de questionamento das premissas do liberalismo clássico; às medidas e práticas político-econômicas apregoadas e postas em práticas por estes autores; e, por fim, ao que chamaremos de pensamento neoliberal, cuja análise pode ser descrita, em outros termos, como uma abordagem ideacional do neoliberalismo. Postular a existência de um pensamento neoliberal significa reconhecer a existência de "um conjunto de ideias, crenças e princípios que se disseminam por práticas cotidianas que, conquanto não lhes escape, não pertencem fundamentalmente às dimensões políticas e econômicas da sociedade" (Ferreira, 2021, p. 82). Sob esta perspectiva, alinhado àquilo que a literatura especializada vem propondo nas últimas décadas, o pensamento neoliberal pode ser compreendido como um projeto intelectual ("*intelectual project*") (Biebricher, 2018, p. 8), uma ordem de razão normativa ou racionalidade governamental ("*order of normative reason*", "*governing rationality*") (Brow, 2015, p. 30), uma nova forma de subjetividade

("*new form of subjectivity*") (Beistegui, 2018, p. 31) ou uma racionalidade ("*rationality*") (Dardot e Laval, 2016, p. 17).

Seja qual for a expressão adotada, compete ao neoliberalismo a produção de um sujeito que lhe seja correspondente e conforme sugere Michel Foucault em seu "O nascimento da biopolítica", obra seminal que inaugura uma tradição de pensamento crítico sobre o neoliberalismo com sua penetração ideacional em dimensões da vida social para além das político-econômicas (em termos foucaultianos, como uma "governamentalidade"), o sujeito neoliberal corresponde a uma versão atualizada do *homo oeconomicus* clássico que se compreende como um empresário de si mesmo e que tem no seu semelhante não mais um parceiro de trocas, mas um concorrente. A norma econômica da competição define o sujeito neoliberal, "impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros" (Dardot e Laval, 2016, p. 16). Em um ambiente de competição, sucessos e fracassos são vistos, "sob uma perspectiva do pensamento neoliberal, a partir das escolhas individuais feitas e como estas afetaram a forma como se deram os investimentos na capital humano de que se é portador" (Ferreira, 2019, p. 115). Com um Estado restrito ao papel de regulador e de mantenedor dos mercados, sendo posta de lado sua função de mitigação dos efeitos deletérios promovidos pelas contradições sociais inerentes ao sistema capitalista e com um mercado que não se julga responsável pela promoção mesma destas contradições, ou que advoga para si a capacidade de resolvê-las em alguma medida, o indivíduo circunscrito a seus limites mais personalistas passa a ser a razão última dos problemas do mundo social.

Transpondo estas reflexões a nosso objeto de estudo, na visão de mundo proposta pela TP "o fracasso pessoal é atribuído única e exclusivamente ao indivíduo de pouca fé, que não sabe exercer sua posse

de bênçãos, que não consegue associar a espiritualidade com benesses materiais, felicidade e boas condições de saúde, e que, portanto, não merece a salvação" (Lemos, 2017, p. 80). Embora não se espere que sistemas religiosos se proponham a consolidar teorias sociais desenvolvidas com o rigor conceitual e metodológico que se espera das ciências, a TP sugere que compreendamos a existência social dos seres humanos tão somente a partir de um eixo individual e de um eixo metafísico. Sobre este último, em particular, tomemos mais uma vez as palavras de Mariano ([1999] 2005, p. 113):

> Os neopentecostais creem que o que se passa no "mundo material" decorre da guerra travada entre as forças divinas e demoníacas no "mundo espiritual". Guerra, porém, que não está circunscrita apenas a Deus/anjos X Diabo/demônios. Os seres humanos, conscientes disso ou não, participam ativamente de uma ou de outra frente de batalha.

Daí também a afirmação de Castelli (2025, p. 8), ao argumentar que o Diabo se converte em um "bode expiatório, pois expia as mazelas sociais e individualiza o fracasso; o bem-estar resulta do mérito próprio, no caso a fé. Para os neopentecostais, uma vida próspera só pode ser atingida a partir de um esforço individual e de uma fé inabalável". Não se coloca, portanto, nem para o pensamento neoliberal e nem para a TP que os indivíduos têm suas vidas determinadas pelas circunstâncias sociohistóricas que os engendram e que estas circunstâncias são determinantes quanto à formação de suas subjetividades. Refratária, por princípio, a uma compreensão da realidade social que a compreenda como uma totalidade, a TP se alinha ao reducionismo individualista neoliberal e estabelece ser a moralidade um critério para se explicar contradições sociais e, por conseguinte, para que se vejam distinguidas entre si a "verdadeira prosperidade" / "prosperidade com Deus" / "prosperidade na essência" da "prosperidade dos ímpios". Ou seja, na

perspectiva da TP, a promessa "de que o mundo seria um *locus* de felicidade, prosperidade e abundância de vida para os cristãos" (Mariano, [1999] 2005, p. 149) só se pode ver concretizada na medida em que o fiel age de maneira moralmente compatível com o que se apregoa nas igrejas e templos – e que esteja em dia com suas contribuições dizimais.

Se a moralidade se converte na régua de distinção entre os indivíduos – e suas respectivas prosperidades, ou a ausência dela – podemos então observar mais um ponto de interseção entre o pensamento neoliberal e a TP: a legitimação da competição que, em uma concepção neoliberal, eleva-se a norma regente das relações interpessoais. Esta interseção se justifica pelo fato de a mencionada exacerbação da guerra espiritual ser uma característica central do fenômeno neopentecostal. Em um cenário contemporâneo de complexificação das identidades sociais, o reducionismo metafísico de um combate "a céu aberto" entre anjos e demônios representa uma ameaça em potencial ao anseio democrático de uma convivência civilizada e respeitosa com as distintas formas de alteridade. Pois se todo "outro" converte-se em "outro valorado moralmente de forma negativa", não resta outro princípio de sociabilidade que possa reger nossa relação com ele, senão o do conflito. Efetivamente, as "atuações de grupos religiosos em redes e articulações da sociedade civil" e a "participação das religiões na economia não só com o comércio interno de produtos das religiões, mas com o crescimento das ofertas de entretenimento religioso (turismo e lazer em torno da religião)" são legítimas do ponto de vista democrático. O questionamento que aqui se coloca, em especial tendo em vista os flertes com o autoritarismo e a violência experienciado no auge do movimento bolsonarista no Brasil – cujas relações com o segmento evangélico também já se mostram objetos de reflexão em trabalhos tais como Cunha (2023), Ferreira, (2020) e

Junior et al. (2021), é quanto aos riscos de um fundamentalismo neopentecostal que coloque em xeque os avanços civilizatórios a que chegamos nas últimas décadas, tendo em vista dadas a presença no debate público, a posse de grandes veículos de comunicação e a atuação político-partidária de instituições religiosas tais como a IURD.

Em síntese, podemos resumir nos termos seguintes o argumento central que buscamos desenvolver nas linhas anteriores. O procedimento discursivo que estabelece uma distinção entre, de um lado, os itens lexicais [verdadeira prosperidade] / [prosperidade na essência] / [prosperidade com Deus] e, do outro, [prosperidade dos ímpios] (acrescente-se a este os itens virtualmente possíveis [falsa prosperidade] / [prosperidade na aparência] / [prosperidade sem Deus]) opera de maneira análoga – e a ela se vê discursivamente associada – à distinção que a TP pressupõe haver entre o fiel valorado positivamente em termos morais e o indivíduo valorado negativamente em termos morais. Neste sentido, a [verdadeira prosperidade] / [prosperidade na essência] / [prosperidade com Deus] que a TP considera ser a este fiel cabida e por Deus provida se justifica exclusivamente pelas inclinações pessoais e individualizadas do fiel, se vendo assim reproduzida e legitimada a noção de responsabilidade que se atribui ao sujeito neoliberal.

Como já mencionado, a literatura acadêmica já dispõe de trabalhos que nos apontam para afinidades eletivas outras entre o neopentecostalismo e o neoliberalismo, tais como: a reprodução de discursos apologéticos do empreendedorismo, a já mencionada estruturação empresarial das igrejas, a mercantilização da fé com sua comodificação das experiências religiosas, a intepretação subjacente à TP do dízimo como um investimento financeiro em Deus (tal como qualquer outro no mercado), dentre outros. De nossa parte, pretendemos que esta pesquisa se junte a tais trabalhos, na medida em

que nos propusemos a investigar as estratégias por meio das quais os pressupostos da TP se fazem presentes na superfície textual de produções discursivas da IURD. Pois é precisamente por meio dos processos de apreensão por parte do leitor dos sentidos gerados por estas produções que a TP e o pensamento neoliberal se veem socialmente legitimados e se mantém como matrizes de sentido hegemônicas na sociedade contemporânea.

Considerações finais

Este texto se propôs a tratar dos temas do neopentecostalismo e da Teologia da Prosperidade, destacando algumas das principais características de cada um deles e tratando da imbricada relação de um com o outro. Em seguida, por conta de sua relevância para o neopentecostalismo brasileiro, selecionamos a IURD como uma instituição a ser analisada, mais especificamente considerando dois de seus veículos de comunicação: seu jornal Folha Universal e páginas publicadas em seu site oficial na seção "Notícias". Estabelecidos estes objetos e seus respectivos recortes temporais, nos propusemos a desenvolver uma pesquisa qualiquantitativa que consistiu de duas etapas: um levantamento quantitativo das ocorrências do termo "prosperidade" nos objetos de análise selecionados e o tratamento qualitativo destes dados a partir de uma análise discursiva feita com o auxílio da ferramenta AntConc. Como referenciais teóricos, registramos aqui nossa filiação disciplinar à Economia Política da Comunicação e nos apropriamos das noções de discurso manipulador e da estratégia de autoapresentação positiva e outra-apresentação negativa nos termos de Teun van Dijk (2012), renomado expoente da Análise Crítica do Discurso. Em nossa análise, argumentamos que o procedimento discursivo da distinção entre diferentes prosperidades

nos aponta para a noção de responsabilidade que se atribui ao indivíduo, conforme este é concebido pelo pensamento neoliberal.

Face às limitações de nosso trabalho, deliberadamente nos abstivemos de um detalhamento historiográfico no que diz respeito aos principais representantes e fundadores da Teologia da Prosperidade, no Brasil e nos Estados Unidos, bem como de um igual detalhamento no que diz respeito às outras ondas pentecostais em nosso país. Também não nos propusemos a tratar das questões aqui elencadas a partir de uma perspectiva teológica, o que nos levaria a uma discussão, por exemplo, sobre o quão válidos em termos dogmáticos são as premissas da TP com base em um estudo bíblico.

Devemos ainda tornar explícito que, não é intenção deste texto promover uma representação pejorativa deste ou daquele segmento religioso; não obstante este trabalho declaradamente se disponha a oferecer uma apreciação crítica do fenômeno neopentecostal, em consonância com uma proposta de "enfrentamento da formação de corporações que intensificam essa lógica [de exploração político-econômica vigente] no cenário contemporâneo" que se apresenta como "um norte a ser perseguido e aprimorado pelos estudos no campo da Economia Política da Comunicação" (Cabral e Cabral Filho, 2018, p. 17).

Referências

AIRES, Janaine S. F.; CÂMARA, Clara; DA SILVA, Marco A. R.; SANTOS, Suzy. Quando religião, política e mídia se confundem: as estratégias políticas e midiáticas do PRB, da Record e da Igreja Universal do Reino de Deus. **Revista Eletronica Internacional De Economia Política Da Informacão Da Comunicacão E Da Cultura**, v. 19, n. 2, p. 88–108, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/7040. Acesso em: 19 jun. 2025.

ATTANASI, K. Introduction: The Plurality of Prosperity Theologies and Pentecostalisms. *In:* ATTANASI, K. (Org.). **Pentecostalism & prosperity**:

the socio-economics of the global charismatic movement. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012.

BEISTEGUI, M. de. **The government of desire:** a genealogy of the liberal subject. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2018.

BIEBRICHER, T. **The political theory of neoliberalism**. Stanford, California: Stanford University Press, 2018.

BOLAÑO, C. R. S. **Conceitos da Economia Política da Comunicação**. 2019. (21m20s). Disponível em: https://www.dailymotion.com/video/x7mf5cm. Acesso em: 19 jun. 2025.

BRICALLI, I. L. **O espírito neoliberal entre o diabo e o dinheiro**: evangélicos, governamentalidades e lutas no Rio de Janeiro. São Paulo: Editora Dialética, 2024.

BROWN, W. **Undoing the demos**: neoliberalism's stealth revolution. New York: Zone Books, 2015
CABRAL, Eula D.T. C**ultura, Comunicação e Informação na era digital**. Rio de Janeiro: FCRB, 2021. Disponível em: https://epccbrasil.wixsite.com/epcc2/pesquisas. Acesso em: 30 jun.2025

CABRAL, E. D. T.; CABRAL FILHO, A. V. A importância da EPC para entender a mídia no Brasil. In: CABRAL, Eula D.T; CABRAL FILHO, Adilson V. (Org.). **Comunicação e cultura no Brasil**: diálogos com a Economia Política da Comunicação e da Cultura. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018. p.7-22. E-book. Disponível em https://epccbrasil.wixsite.com/epcc2/pesquisas. Acesso em: 19 jun. 2025.

CASTELLI, J. R. Teologia da Prosperidade e o culto ao deus mercado: uma análise institucionalista das práticas litúrgicas e políticas da IURD. *In:* XXX ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2025, Campina Grande (PB). **Anais** [...]. Campina Grande, 2025. Disponível em: https://enep.sep.org.br/uploads/1003_1741633864_CASTELL_2025I_TP_e_o_culto_ao_deus_mercado_identficado_pdf_ide.pdf. Acesso em: 19 jun. 2025.

CAZAVECHIA, W. R. & TOLEDO, C. de A. A. de. Neopentecostalismo e Neoliberalismo no Brasil. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, Marília SP, v. 5, n. 7, p. 53-69, dez./2020.

CERQUEIRA, C. Igreja como partido: a relação entre a Igreja Universal do Reino de Deus e o Republicanos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, n. 107, p. 1-20, 2020.

CUNHA, M. do N. Evangélicos e política no Brasil: o avanço dos fundamentalismos e a aliança com o bolsonarismo. **Revista Davar Polissêmica**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 87-105, 2023. Disponível em: https://revista.fbmg.edu.br/index.php/davar/article/view/139. Acesso em: 19 jun. 2025.

CUNHA, M. do N. Os processos de midiatização das religiões no Brasil e o ativismo político digital evangélico. **Revista FAMECOS**, v.26, n.1, p. 1-20, 2018. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/30691. Acesso em: 19 jun. 2025.

CUNHA, M. do N. **Do púlpito às mídias sociais.** Evangélicos na política e ativismo digital**.** Curitiba: Prismas, 2017.

CUNHA, M. do N. Religião e Política: ressonâncias do neoconservadorismo evangélico nas mídias brasileiras. **Perseu: História, Memória e Política**, v. 11, p. 147-168, 2016. Disponível em: https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/112. Acesso em: 19 jun. 2025.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal**.** Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, E. H.; ROMANCINI, R. Teologia da prosperidade 2.0: neoliberalismo, religião e comunicação digital no Dunamis Movement. **Revista Líbero**. Ano 25, n. 51, São Paulo, Brasil, maio/ago. p. 144-164, 2022.

DUARTE, J. da S. **A desinstitucionalização religiosa nas igrejas diante da nova realidade nas igrejas pentecostais e neopentecostais brasileiras: novos caminhos de uma quarta onda do pentecostalismo**. 2021. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasília, 2021. Disponível em: https://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9678?locale-attribute=es. Acesso em: 19 jun. 2025.

FERREIRA, M. L. Evangélicos e Extrema Direita no Brasil: um projeto de poder. **Revista Fim do Mundo**, nº 1, 2020. Disponível em:

https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/10204. Acesso em: 19 jun. 2025.

FERREIRA, V. V. **A primazia do eu:** pilar de sustentação simbólica do capitalismo neoliberal em tempos de Jair Bolsonaro. 2021. Tese (Dourado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021.

FRESTON, P. **The Future of Pentecostalism in Brazil**: The Limits to Growth. *In:* HEFNER, Robert W. Global Pentecostalism in the 21st century. Bloomington (Ind.): Indiana University Press, 2013.

FRESTON, P. Pentecostalism in Brazil: A Brief History. **Revista Religion**, 25, p. 119-133, 1995.

JUNIOR, P. G.; GOULART, M.; FRIAS, P. "Os humilhados serão exaltados": ressentimento e adesão evangélica ao bolsonarismo. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 23, n. 51, p. 547-579, 2021. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2021-5105. Acesso em: 19 jun. 2025.

LEMOS, C. S. Teologia da Prosperidade e sua expansão pelo mundo. **Revista Eletrônica Espaço Teológico**, v. 11, n. 20, p. 80-96, 2017. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/reveleteo/article/view/35992. Acesso em: 19 jun. 2025.

MACEDO, E.; OLIVEIRA, C. **Plano de Poder** - Deus, os cristãos e a política. Rio de Janeiro: Editora Thomas Nelson Brasil, 2014.

MARIANO, R. **Neopentecostais** - Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MEDINA, E.; CORNELIO, J. The prosperity ethic: Neoliberal Christianity and the rise of the new prosperity gospel in the Philippines. **Pneuma**, v. 43, n.1, p.72–93, 2021.

MOSCO, V. **The political economy of communication**. 2. ed., reprinted ed. Los Angeles, Calif.: SAGE Publ, 2010.

OLIVEIRA, I. C. V. de. **Dos púlpitos aos palanques**: a trajetória dos evangélicos na política institucional brasileira. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, 2018. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/17353. Acesso em: 19 jun. 2025.

ORLANDI, E. **Análise do discurso**: princípio e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

PIZZI, J. As religiões e o modus operandi neoliberal: A fé como produto à la carte. **Conjectura: Filos. Educ.**, Caxias do Sul, RS, v. 26, 2021.

VAN DIJK, T. **Discurso e poder**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

O Cedet e o ecossistema editorial da Nova Direita: Infraestrutura, estratégias e disputas simbólicas

Danielle Fernandes Rodrigues Furlan

Em maio de 2018, alguns meses antes de Jair Messias Bolsonaro ascender à presidência da República, o jornal online *Gazeta do Povo* publicou um artigo do colunista Francisco Escorsim, intitulado *As editoras em tempos de guerra cultural - II*. Tratava-se da continuação de uma coluna anterior, na qual o autor já discutia o contexto da chamada "guerra cultural" no Brasil. Desta vez, porém, Escorsim voltou seu olhar especificamente para o mercado editorial, buscando convencer seus leitores de que, embora uma "imensidão de autores e obras" tivesse sido ignorada ou mesmo rechaçada por ostentar o rótulo de 'direita', 'conservadora' ou 'liberal', existia ali um verdadeiro "universo de publicação" à espera — e que, segundo ele, começava a se consolidar.

Longe de representar um caso isolado, a coluna de Escorsim (2018) apontava para um fenômeno em curso no mercado editorial brasileiro desde o final da década de 1990, ganhando força sobretudo a partir de 2010. Intelectuais abertamente alinhados à chamada "nova direita" conquistaram espaço crescente na esfera pública nacional, destacando-se não apenas na imprensa tradicional e nas redes sociais, mas também no setor editorial (Puglia, 2018). Pereira e Saferstein (2024) observam que editoras e editores de livros encontraram, no Brasil e na Argentina — o que evidencia um processo que transcende as fronteiras nacionais —, um terreno especialmente fértil para difundir

produtos culturais alinhados às direitas, fomentando debates políticos contemporâneos. Nessa mesma linha, Nóbrega (2018) chama atenção para o espaço conquistado por esses atores no mercado editorial brasileiro, apontando para o possível surgimento de um novo gênero editorial.

Embora a literatura acadêmica sobre a nova direita no Brasil tenha se dedicado amplamente a investigar a formação de redes entre seus agentes, o engajamento juvenil e o uso estratégico das redes sociais para articular práticas, subjetividades e atores desse espectro político, a circulação de livros de direita ainda constitui um aspecto pouco explorado (Pereira e Saferstein, 2024). De modo semelhante, Nóbrega (2018) observa que, embora a face mais visível das disputas políticas contemporâneas esteja nas redes sociais, em sites, blogs, interações sociais e colunas de jornal, há outra dimensão — menos evidente e menos analisada, mas de fundamental importância — que se revela no próprio mercado editorial. Nesse sentido, o autor afirma:

> É necessário, portanto - ao se analisar o crescimento de um campo de discussões específico, como a da nova direita no Brasil -, atentar não só para ideias, textos, autores e contexto social, mas também para as editoras que viabilizam tais publicações. A posição que estas editoras ocupam no campo, suas trajetórias e os recursos que possuem indicam a sua capacidade de estabelecer estratégias que sejam mais ou menos exitosas. (Nóbrega, 2018, p. 75).

Diante desse cenário, este artigo tem por objetivo analisar o papel do Centro de Desenvolvimento Profissional e Tecnológico (Cedet) na consolidação de um ecossistema editorial da nova direita no Brasil. Para isso, mobiliza os aportes teóricos da Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC), partindo do projeto de pesquisa projeto "Cultura, Comunicação e Informação na era digital" (Cabral, 2021) e das contribuições de César Bolaño (2000; 2010; 2016), em

diálogo com a teoria dos campos culturais de Pierre Bourdieu (2006). O artigo busca examinar como o Cedet atua simultaneamente como infraestrutura técnica e comercial, ao oferecer soluções editoriais integradas, e como agente de legitimação simbólica, viabilizando a produção, circulação e consagração de obras alinhadas aos valores e discursos da nova direita, disputando posições no campo cultural brasileiro.

Para atingir esse objetivo, o artigo está estruturado em quatro seções principais, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção apresenta o referencial teórico de Bolaño e Bourdieu, que serve de base para compreender as relações entre cultura, economia e poder simbólico. Na sequência, traça-se um panorama do mercado editorial no Brasil, destacando suas principais características e os desafios recentes. A terceira seção aborda o contexto político e social que permitiu a emergência e o fortalecimento da nova direita, ressaltando o papel dos intelectuais e do mercado editorial na difusão de suas ideias. Por fim, a quarta seção é dedicada à análise do Cedet, investigando como essa empresa contribui para consolidar um ecossistema editorial da nova direita no Brasil, ao articular dimensões técnicas, comerciais e simbólicas que impulsionam determinados discursos e projetos políticos.

Indústria Cultural e campo cultural: fundamentos para entender a atuação editorial da nova direita

Para compreender o papel do Cedet na consolidação de um ecossistema editorial da nova direita no Brasil, este artigo mobiliza dois referenciais centrais: a perspectiva de César Bolaño (2000; 2010; 2016) sobre a Indústria Cultural e a análise de Pierre Bourdieu (2006) sobre o campo cultural. Enquanto Bolaño evidencia como a produção e circulação de bens culturais se subordinam às demandas do capital

monopolista, Bourdieu mostra as disputas simbólicas que estruturam o campo cultural. Juntos, esses aportes permitem articular as dimensões econômica, simbólica e política que atravessam e conformam o mercado editorial.

Bolaño (2000; 2010; 2016) define a Indústria Cultural como a forma capitalista de produzir e difundir bens culturais, marcada pela transformação da cultura em mercadoria no contexto do capitalismo monopolista. Esse processo ocorre mediante o trabalho cultural que reelabora elementos da cultura popular, criando uma classe especializada que faz a mediação entre cultura e capital. O conceito-chave é o de subsunção — tanto do trabalho cultural ao capital quanto da cultura popular à lógica econômica —, que viabiliza a massificação do popular e a hegemonia do capital, ainda que dependente do conhecimento tácito originado nas práticas populares.

Para Bolaño (2000; 2010; 2016), a Indústria Cultural cumpre uma dupla funcionalidade: a *função publicidade*, que atende aos interesses das empresas individuais em concorrência, ao promover seus produtos e estimular o consumo; e a *função propaganda*, que serve ao capital como um todo e ao Estado, consolidando valores e representações que sustentam a ordem social, servindo como peça central na construção da hegemonia. A isso se soma a *função programa*, que diz respeito à reprodução simbólica da vida cotidiana, moldando percepções e comportamentos em um contexto de autonomia restrita. Apesar de variações históricas e locais, Bolaño (2010) aponta que as condições gerais de funcionamento da Indústria Cultural permanecem estáveis, organizadas pela competição interna a cada setor. Empresas adotam estratégias de segmentação para equilibrar os interesses dos anunciantes e as demandas de audiências diversas, em um diálogo constante entre produção e consumo.

Conforme Bolaño (2016), a transformação dos sistemas de comunicação, sobretudo com a internet, intensificou essa lógica ao enfraquecer resistências locais à imposição de uma cultura globalizada. A internet potencializa o individualismo e a competição, ampliando padrões de consumo e mecanismos de criação de desejos herdados da antiga Indústria Cultural. Mesmo com a fragmentação das audiências, observa-se uma massificação global que concentra de forma inédita o capital nos campos da cultura, comunicação e informação.

Já Bourdieu (2006) oferece uma análise das disputas simbólicas no campo cultural, mostrando como o valor dos bens culturais é socialmente construído por meio do *capital simbólico* — isto é, prestígio, reconhecimento e legitimidade —, que só existe porque é coletivamente reconhecido. Esse capital possibilita a consagração de obras e autores, legitimando produções que não dependem apenas de qualidades intrínsecas, mas sobretudo de redes de relações entre criadores, instituições, leitores e mediadores. A eficácia dessas consagrações reside em o campo acumular e reproduzir energia social por meio de lutas simbólicas que extrapolam a oposição simplista entre o interesse comercial e o supostamente "desinteressado". Não raro, aliás, a legitimidade é reforçada precisamente pela negação ou pela dissimulação do interesse econômico.

Nesse sentido, os campos culturais funcionam como "*universos de crença*", pois dependem da convicção coletiva de que os bens culturais possuem um valor que transcende o mercado. É essa crença compartilhada que legitima os produtos, alimenta o desejo por eles e reforça distinções sociais. Embora as disputas sejam eminentemente simbólicas, produzem efeitos concretos ao definir quem detém o poder de estabelecer o que conta como cultura legítima. Nesse processo, como mostra Bourdieu, as posições ocupadas pelos agentes — editoras, autores, críticos e instituições — orientam suas estratégias e discursos:

os grupos dominantes tendem a preservar o status quo, enquanto os aspirantes a ascensão procuram desafiar as regras vigentes. O campo cultural, configura-se, assim, como um espaço de lutas simbólicas e políticas, no qual se confrontam interesses de manutenção e transformação.

Ao introduzir o conceito de *homologia estrutural*, Bourdieu revela ainda que esses campos — como o editorial, o teatral ou o das artes visuais — não estão isolados, mas espelham divisões internas da própria classe dominante. Ainda que cultura e economia possam parecer esferas distintas, estão profundamente entrelaçadas: escolhas estéticas e temáticas acabam por reproduzir hierarquias sociais sustentadas pelas instituições culturais. Desse modo, as obras e as práticas culturais não apenas disputam prestígio dentro do campo, mas também desempenham funções externas, vinculadas a lutas simbólicas entre frações da elite e entre diferentes classes sociais.

Cada posição ocupada nesse espaço carrega consigo valores e pressupostos compartilhados — a chamada *doxa* — que são tomados como naturais e raramente questionados. Essa cumplicidade simbólica se fortalece porque produtores e consumidores com trajetórias semelhantes compartilham disposições que fazem o sentido da obra parecer autêntico e legítimo. Trata-se de uma afinidade que muitas vezes opera de forma inconsciente, por meio do *habitus*, orientando preferências, alianças e estratégias quase intuitivamente. É nesse "*acordo miraculoso*" — na correspondência quase perfeita entre estruturas objetivas do campo (posições, regras, hierarquias) e estruturas incorporadas nos agentes (percepções, gostos, disposições) — que se revela a aparente espontaneidade. O que parece autêntico é, na realidade, profundamente condicionado pelas lógicas do campo, oferecendo uma liberdade moldada por fronteiras invisíveis.

Portanto, embora partam de perspectivas teóricas distintas, Bolaño e Bourdieu oferecem chaves interpretativas que podem ser articuladas para iluminar as múltiplas dimensões do mercado editorial. Bolaño evidencia como a cultura se integra ao capital monopolista, convertendo-se em mercadoria funcional à acumulação e à hegemonia, enquanto Bourdieu demonstra como as disputas simbólicas e a negação coletiva do interesse econômico sustentam essas dinâmicas. Dessa forma, o mercado editorial emerge como um espaço atravessado por tensões entre economia, símbolos e política, no qual não apenas se definem produtos culturais, mas também se legitimam visões de mundo e projetos político-ideológicos. Na próxima seção, será traçado um panorama desse setor no Brasil, contexto em que o Cedet se insere com suas particularidades e desafios.

O mercado editorial brasileiro: estrutura, crises e transformações

Um dos traços mais marcantes do mercado editorial brasileiro nas últimas décadas é sua crescente concentração. Em sintonia com tendências globais, o setor tem passado por sucessivas fusões e aquisições que consolidam grandes grupos e ampliam as disparidades entre editoras de diferentes portes (Silva, 2014; Nóbrega, 2021). A compra da Editora Objetiva pela Companhia das Letras, em 2015, seguida da incorporação das editoras Zahar, Brinque-Book e JBC (Redação PublishNews, 2018; Finotti, 2019; Porto, 2020; Redação PublishNews, 2022), exemplifica esse processo. Em 2018, a Penguin Random House — um dos maiores conglomerados editoriais do mundo, resultante da fusão entre Penguin e Random House — aumentou sua participação na Companhia das Letras de 45% para 70%, assumindo o controle acionário do grupo (Redação PublishNews, 2018).

Como observa Muniz Jr. (2008), essas operações avançam rapidamente e em múltiplos formatos, refletindo uma economia

marcada por especulação, fragilidade e transações milionárias. Nesse cenário, muitas editoras são absorvidas e transformadas em selos que mantêm, por vezes, certo grau de autonomia, enquanto outras buscam fortalecer-se criando seus próprios selos. Para o autor, compreender a dinâmica atual do setor exige considerar a estreita relação entre o capital financeiro — representado por bancos, fundos e operações especulativas — e o capital produtivo das empresas que efetivamente produzem e distribuem livros. No Brasil, essa influência do capital financeiro se evidencia, por exemplo, na composição societária da Companhia das Letras, que inclui entre seus sócios Fernando Roberto Moreira Salles, acionista do Itaú Unibanco por meio da E. Johnston Participações, detentora de 33% do banco (Carrança, 2025). Segundo a Forbes, Fernando é a sétima pessoa mais rica do país, com fortuna estimada em US$ 6,5 bilhões (Carrança, 2025).

Paralelamente à concentração e financeirização, o setor foi profundamente impactado pelas transformações tecnológicas e pela popularização da internet, que reconfiguraram toda a cadeia do livro. O surgimento de *e-books*, dispositivos *e-readers*, audiolivros e outras inovações remodelou as formas de produção, distribuição, acesso e consumo (Medeiros; Vieira; Nogami, 2014). Segundo Machado (2024), o número de leitores de *e-books* cresceu expressivamente nas últimas décadas, impulsionado pelo avanço tecnológico e pela difusão de dispositivos móveis. Desde o lançamento do primeiro leitor digital no Brasil, em 2007, os *e-books* consolidaram-se como alternativa prática e acessível, permitindo carregar centenas de títulos em um único aparelho. A popularização de tablets, smartphones e leitores dedicados foi fundamental para a expansão desse mercado.

Também se observa uma reconfiguração das formas de promoção e consagração simbólica. Um exemplo é o fenômeno do *BookTok*, comunidade literária do TikTok que, a partir de 2020, passou a

influenciar listas de mais vendidos e decisões editoriais no Brasil (Faria, 2024; Folha de Curitiba, 2025). Inicialmente restrito a vídeos curtos de leitores comentando ou dramatizando obras, o movimento ganhou força, conquistou espaços exclusivos em livrarias e passou a orientar campanhas de marketing (Faria, 2024; Folha de Curitiba, 2025). Esse fenômeno ilustra o que Muniz Jr. (2008) aponta sobre as transformações do setor diante das novas tecnologias e da convergência midiática. O livro deixa de ser um objeto isolado e passa a integrar um ecossistema que envolve redes sociais, eventos, produtos derivados e estratégias multimídia.

O avanço do *e-commerce* também transformou significativamente a circulação dos livros. Segundo a pesquisa "Panorama do Consumo de Livros", divulgada em 2025, 55% dos consumidores preferem comprar online, contra 39% que ainda optam pelas lojas físicas (Sobota, 2025). A Amazon lidera o mercado, seguida por Mercado Livre, Shopee, Livraria Leitura, Lojas Americanas e Estante Virtual (Sobota, 2025). Presente no Brasil desde 2012, a Amazon consolidou-se como hegemônica após a pandemia e a crise de redes tradicionais, como Livraria Cultura e Saraiva, combinando uma política de descontos agressivos com logística eficiente (Carrança, 2023). Diferentemente do modelo de consignação, em que editoras recebem apenas pelos exemplares vendidos, a Amazon compra diretamente os livros, ampliando seu poder de barganha e influência sobre preços (Carrança, 2023). Em resposta, o setor reivindica a Lei do Preço Fixo, que visa limitar os descontos a 10% no primeiro ano após o lançamento, buscando conter a pressão predatória sobre editoras e livrarias independentes (Carrança, 2023).

Não se pode esquecer, contudo, a forte dependência do setor em relação às compras governamentais, sobretudo via programas de aquisição de livros didáticos e literários para escolas públicas. Em 5 de

maio de 2025, editores de diversas regiões e entidades do livro divulgaram uma carta aberta questionando atrasos nesses programas, especialmente no PNLD Literário (Redação PublishNews, 2025). Além de apontarem a ausência de cronogramas claros, refletiram sobre os vícios do mercado e a dependência dessas vendas: "O que deveria ser um extra, um plus, acabou se transformando, ao longo das décadas e por inúmeros fatores — de ordem econômica e política — em uma das principais formas de sobrevivência nesse mercado" (Redação PublishNews, 2025). Também abordaram temas como democratização da leitura, necessidade de políticas públicas e exigências complexas dos editais. Esses fatores, somados às pressões do comércio digital e do capital financeiro, contribuem para um ambiente de insegurança e alta concentração.

Por fim, essas transformações não se limitam ao plano econômico e tecnológico: afetam também as condições de trabalho. Desde o declínio do modelo taylorista/fordista nos anos 1970 e a ascensão da acumulação flexível representada pelo toyotismo, discursos que exaltam "autonomia", "empreendedorismo" e "polivalência" passaram a moldar o mercado (Muniz Jr., 2008). No setor editorial, isso significa buscar profissionais capazes de acumular funções, operar em diferentes linguagens e absorver sozinhos o risco da instabilidade (Muniz Jr., 2008). Tradutores, revisores, diagramadores, ilustradores e editores enfrentam rotinas cada vez mais precarizadas, muitas vezes sem vínculo formal e com remunerações pressionadas, enquanto editoras reduzem quadros fixos e recorrem a freelancers e terceirizados (Muniz Jr., 2008).

Em suma, o panorama do mercado editorial brasileiro revela um campo que exemplifica as tensões entre economia, cultura e política. A concentração e a financeirização evidenciam a subsunção da produção cultural ao capital monopolista, como destaca Bolaño (2000; 2010; 2016), ao passo que as lutas por legitimidade e reconhecimento — cada

vez mais mediadas por algoritmos e estratégias digitais — continuam a reproduzir e disputar hierarquias sociais, naturalizando distinções culturais nos termos de Bourdieu (2006). Trata-se, em última instância, de um espaço onde se definem não apenas quais obras circulam, mas também quais visões de mundo ganham valor e legitimidade. A seguir, será analisado o contexto político, cultural e social que permitiu a emergência e o fortalecimento da nova direita no Brasil, destacando o papel dos intelectuais e do mercado editorial na difusão de suas ideias.

A nova direita no Brasil: formação, atores e redes de sustentação

A emergência da chamada "nova direita" no Brasil é um dos principais processos de reorganização do campo político nacional no século XXI. Segundo Rocha (2018), caracteriza-se pela articulação entre conservadorismo programático e radicalismo de mercado, voltada a romper com o pacto democrático de 1988. Essa articulação foi possível graças à convergência de diversos atores — movimentos sociais, partidos, empresários, grupos religiosos cristãos, intelectuais e militantes — que, embora heterogêneos, encontraram unidade na reformulação das pautas tradicionais da direita e na oposição ao PT e à esquerda em geral (Puglia, 2018; Rocha, 2018).

Chaloub e Perlatto (2016) apontam que esse fenômeno faz parte de uma tendência global das últimas décadas, impulsionada pela crise do Estado de Bem-Estar Social e pelo declínio do marxismo no campo teórico, especialmente após a queda do Muro de Berlim. Nóbrega (2018), por sua vez, destaca a fundação da Atlas Network, em 1982, como um marco na consolidação de uma rede internacional de think tanks dedicada a promover o liberalismo econômico na América Latina. No Brasil, esse movimento ganhou força com a criação do Instituto Liberal, em 1983, no Rio de Janeiro, seguido pelo Instituto de Estudos Empresariais, em 1984, em Porto Alegre. Posteriormente, organizações

como o Instituto Millenium, o Instituto Ludwig von Mises, o Instituto Liberdade, o Estudantes pela Liberdade e o Ordem Livre também desempenharam papel central na institucionalização da nova direita, difundindo materiais formativos e contribuindo para a formação de quadros universitários (Rocha, 2018; Nóbrega, 2018).

Na década de 2000, a região foi marcada pela ascensão de governos progressistas — como os de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, e Néstor Kirchner, em 2003 —, mas esse ciclo entrou em refluxo na virada da década (Nóbrega, 2018). No Brasil, as reformas sociais promovidas pelos governos petistas provocaram reações conservadoras, enquanto a dificuldade do PT em avançar em mudanças estruturais, somada aos escândalos de corrupção, enfraqueceu sua agenda e abriu espaço para a direita (Chaloub; Perlatto, 2016). A crescente polarização e a crise de representatividade partidária fortaleceram discursos antissistema (Chaloub; Perlatto, 2016; Pereira; Saferstein, 2024). Sem uma oposição partidária consolidada, novos atores ligados a movimentos emergentes de direita passaram a se apresentar como legítimos porta-vozes do descontentamento (Chaloub; Perlatto, 2016).

Nesse cenário, as manifestações de junho de 2013, inicialmente motivadas pelo aumento das tarifas de transporte, foram gradualmente apropriadas por setores da direita, que enxergaram nelas uma oportunidade para propagar suas pautas e ampliar sua visibilidade (Miskolci, 2021). Esse processo ganhou força durante as campanhas pelo impeachment de Dilma Rousseff, evidenciando a mobilização de atores que não exerciam tamanha influência na esfera pública havia décadas (Tatagiba, 2018; Messenberg, 2019; Pinto, 2019). Movimentos como o MBL, Vem Pra Rua e Revoltados Online, além de intelectuais e figuras públicas como Olavo de Carvalho, Felipe Moura Brasil, Rodrigo Constantino, Jair Bolsonaro e Marco Feliciano, ofereceram suporte

logístico e ideológico a essa mobilização, consolidando um novo protagonismo no debate público (Messenberg, 2019).

Como observa Rocha (2018), desde a redemocratização, muitos evitavam se declarar "de direita" devido à associação direta com o regime militar, preferindo o rótulo de "centro". Esse quadro começou a mudar no auge do lulismo, quando setores da nova direita passaram a disputar abertamente a esfera pública. Antes disso, porém, articulavam-se de forma descentralizada em fóruns digitais como o Orkut, que serviram como espaços de mobilização e circulação de discursos ausentes nos meios tradicionais. A percepção de uma "hegemonia cultural esquerdista" por parte desses atores impulsionou a formação de contrapúblicos digitais, fundamentais para consolidar redes de sociabilidade e identidades políticas (Rocha, 2018).

Essa visão sustenta uma narrativa recorrente entre seus intelectuais, segundo a qual os problemas do país decorreriam do predomínio da esquerda na política e no campo intelectual, com as universidades vistas como espaços de doutrinação (Chaloub; Perlatto, 2016). Já nos anos 1990, Olavo de Carvalho atribuía essa hegemonia à adoção da "estratégia gramsciana" pela intelectualidade brasileira (Puglia, 2018). A partir dessa interpretação de Gramsci, intelectuais de direita passaram a se posicionar como força contra-hegemônica, em defesa do liberalismo e de valores conservadores (Puglia, 2018).

Embora a presença de intelectuais de direita não seja um fenômeno novo no Brasil, a partir dos anos 2000 observa-se um notável crescimento de sua projeção pública (Puglia, 2018). Esse movimento foi impulsionado por transformações no mercado editorial, pela popularização da internet e por mudanças na grande imprensa (Chaloub; Perlatto, 2016). Nesse contexto, autores como Rodrigo Constantino, Luiz Felipe Pondé, Leandro Narloch e, especialmente, Olavo de Carvalho — reconhecido como a principal referência

intelectual e formativa do grupo — formularam conceitos que serviram de alicerce para a militância desse campo político (Chaloub; Perlatto, 2016; Puglia, 2018; Pereira; Saferstein, 2024). Além disso, Rosa et al. (2024) destacam a consolidação de um ecossistema articulado de produção e circulação de ideias vinculadas à nova direita, que engloba desde veículos de comunicação alternativos, como Brasil Sem Medo, Jovem Pan e Gazeta do Povo, até influenciadores digitais, como Ana Campagnolo e Ítalo Marsili, bem como eventos como a Conferência de Ação Política Conservadora (CPAC) e sua edição brasileira, o CPAC Brasil.

Dentro desse ecossistema, o mercado editorial desempenha um papel estratégico, ao ampliar o alcance dos discursos da nova direita e conferir legitimidade a seus autores (Nóbrega, 2018; Puglia, 2018; Pereira; Saferstein, 2024). Um exemplo expressivo da presença desse espectro político no setor editorial é a editora Record, que, no início da década de 2010, reconfigurou seu catálogo para incorporar obras alinhadas ao conservadorismo moral e ao liberalismo econômico (Nóbrega, 2018). Embora editoras como a É Realizações já publicassem títulos desse perfil, a guinada da Record representou um ponto de inflexão, dada sua condição de editora de grande porte e com décadas de atuação consolidada (Nóbrega, 2018). Um marco simbólico desse movimento foi o lançamento de *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota* (2013), de Olavo de Carvalho, que vendeu mais de 100 mil exemplares até 2015 — um número expressivo para os padrões do mercado editorial brasileiro (Borges, 2015; Nóbrega, 2018).

Outras editoras também seguiram essa direção. A Editora Leya, por exemplo, publicou a série dos "Guias Politicamente Incorretos", destacando-se Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil (2011), Guia Politicamente Incorreto da América Latina (2011) e Guia Politicamente Incorreto da História do Mundo (2013), todos de

Leandro Narloch, além do Guia Politicamente Incorreto da Filosofia (2012), de Luiz Felipe Pondé (Nóbrega, 2018). Também se destacam editoras como Edições de Janeiro, Três Editorial, LVM e Vide Editorial, assim como redes editoriais que ganharam força nesse nicho, a exemplo da Faro Editorial e do Cedet (Nóbrega, 2018; Rosa et al., 2024).

Assim, a nova direita consolidou uma infraestrutura comunicacional e cultural própria, em que livros, redes sociais, editoras e mídias alternativas atuam de forma articulada. Nesse ecossistema, o mercado editorial ocupa uma posição central, por não apenas ampliar o alcance e conferir legitimidade aos discursos conservadores, mas também por conectar diferentes atores que colaboram para fortalecer e difundir essas ideias. Um exemplo emblemático dessa engrenagem é o Centro de Desenvolvimento Profissional e Tecnológico (Cedet), que se firmou como um polo estruturador desse movimento — tema que será aprofundado na próxima seção. Em artigo publicado na Gazeta do Povo, Leonardo Desideri (2022) afirma que o mercado editorial foi um dos principais meios pelos quais a direita emergente conseguiu monetizar sua influência oriunda do ambiente digital, destacando o Cedet como o principal viabilizador desse processo. Já Sayuri (2021), em reportagem para o The Intercept Brasil, sintetiza o fenômeno da seguinte forma: "Se Olavo pariu a ninhada de influenciadores de extrema direita ao redor do bolsonarismo no governo, o Cedet foi um dos berços."

O Cedet como agente estruturador do ecossistema editorial da nova direita

O Centro de Desenvolvimento Profissional e Tecnológico (Cedet) foi fundado em julho de 1982, inicialmente com o objetivo de oferecer consultoria técnico-científica, desenvolvimento de recursos humanos e serviços nas áreas de administração, planejamento e tecnologia industrial (Sayuri, 2021). O empreendimento foi liderado

por Saul Gonçalves DÁ'vila, engenheiro químico e professor emérito da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), contando ainda com quatro sócios até 1986 (Gardenal, 2007; Sayuri, 2021). Após a saída desses, Saul incorporou à sociedade sua esposa, a bióloga Tiyoka Mori DÁ'vila (Sayuri, 2021).

A partir de 2009, o Cedet redirecionou sua atuação para o segmento editorial, passando a editar e imprimir livros sob a gestão do filho do casal, César Kyn DÁ'vila, e de sua esposa, Adelice Leite de Godoy DÁ'vila (Sayuri, 2021). Ambos engenheiros, César e Adelice já mantinham estreita ligação com o conservadorismo político-religioso: ele foi frequentador dos seminários de Olavo de Carvalho, enquanto ela integra o Observatório Interamericano de Biopolítica[1] (Sayuri, 2021). César possui ainda mestrado e doutorado em engenharia elétrica pela Unicamp, com especialização em sistemas de telecomunicações[2]. Em 2019, juntaram-se ao negócio Vinicius Belandrino Bardella, também engenheiro e ex-aluno de Olavo de Carvalho, e Deise Fabiana Ely, geógrafa, professora associada da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e esposa de Silvio Grimaldo, figura central do entorno olavista (Sayuri, 2021).

Essa composição societária revela não apenas o acúmulo de recursos simbólicos indispensáveis à legitimação de projetos culturais (Bourdieu, 2006), mas também indica que o ingresso do Cedet no setor editorial ocorreu estreitamente articulado a redes e valores alinhados à nova direita. As credenciais acadêmicas de figuras como César, com títulos de pós-graduação pela Unicamp, Saul como professor emérito da

[1] Organização católica ultraconservadora, contrária ao aborto e à agenda de gênero. Ver: GALLAS, A. K. C.; PEREZ, O. C. Cientificismo e negacionismo no ativismo antigênero do Observatório Interamericano de Biopolítica. Humanidades & Inovação, Palmas (TO), v. 11, n. 4, p. 11-21, 2024. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/8940.

[2] Informações disponíveis em: https://www.escavador.com/sobre/1874185/cesar-kyn-davila.

mesma instituição, e Deise como docente da UEL, funcionam como capital cultural que, ao se converter em capital simbólico, tende a conferir respeitabilidade intelectual ao empreendimento.

Segundo Sayuri (2021), a primeira sede editorial do Cedet foi instalada no bairro Barão Geraldo, em Campinas, área valorizada por concentrar importantes instituições de ensino e pesquisa, como a Unicamp. Em 2018, a empresa transferiu-se para o bairro Fazenda Santa Cândida, próxima ao principal campus da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)[3], e, no ano seguinte, fixou-se definitivamente em um complexo empresarial e logístico na Avenida Comendador Aladino Selmi, na Vila San Martin. Trata-se de um condomínio fechado, com segurança interna, formado por 21 módulos que variam de 1.740 a 36.540 metros quadrados[4].

Esses deslocamentos sugerem, de um lado, uma estratégia de instalar-se em regiões valorizadas, especialmente aquelas vinculadas à vida acadêmica. Ainda que atores conservadores frequentemente critiquem essas instituições por supostamente promoverem doutrinação ideológica, buscam nelas inserção e reconhecimento, conscientes do peso que tais espaços têm na disputa pela hegemonia cultural (Chaloub; Perlatto, 2016; Rocha, 2018; Puglia, 2018). Como observa Bourdieu (2006), agentes que pretendem transformar as hierarquias do campo cultural muitas vezes recorrem às próprias regras e ocupam posições já legitimadas, como forma de assegurar visibilidade e influência.

---

[3] Conforme o site oficial da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, o Campus I é o maior da instituição, com 783.414 m² de área total, incluindo 98.642 m² de área construída e diversas instalações acadêmicas, administrativas e esportivas. Disponível em: https://www.puc-campinas.edu.br/campus-i/.

[4] As informações foram extraídas do site da GR Properties, empresa responsável pelo condomínio GR 2 Campinas. Disponível em: https://grproperties.com.br/?empreendimento=gr-campinas-2.

Por outro lado, ao migrar para um condomínio empresarial capaz de comportar operações de grande porte, com infraestrutura logística e segurança interna, o Cedet revela a busca por condições favoráveis à expansão e profissionalização do negócio. Essa mudança também pode ser interpretada à luz das dinâmicas próprias da Indústria Cultural. Conforme destaca Bolaño (2000; 2010; 2016), ao se tornar mercadoria, a cultura se subordina às exigências do capital monopolista, que demanda escala, segmentação e ampla circulação. Além disso, esse deslocamento espacial produz efeitos no plano simbólico descrito por Bourdieu (2006), ao projetar uma imagem de competência e capacidade organizacional que pode potencializar sua inserção no mercado.

Dados da plataforma Econodata[5] indicam que o Cedet é uma Sociedade Empresarial Limitada, registrada sob o CNPJ 51.914.620/0001-77, com capital social de R$ 120 mil, faturamento anual estimado entre R$ 2 e 4,8 milhões e quadro funcional entre 21 e 50 empregados. A empresa ocupa os módulos 8 e 12 do condomínio da Vila San Martin. César e Adelice figuram como sócios-administradores, enquanto Vinicius e Deise aparecem como sócios — sendo Vinicius também responsável pela área técnica do site. Em 2020, o Cedet abriu uma filial em João Pessoa (PB), voltada ao varejo de livros, encerrada voluntariamente em setembro de 2023.

Além disso, os quatro sócios do Cedet controlam a Gráfica Guadalupe[6], fundada em 2008 para impressão de livros, revistas e outros periódicos. Desde fevereiro de 2024, César e Adelice figuram como

[5] As informações foram obtidas no site Econodata, plataforma online que reúne dados públicos de empresas extraídos de registros oficiais, como a Receita Federal. Disponível em: https://www.econodata.com.br/consulta-empresa/51914620000177-cedet-centro-de-desenvolvimento-profissional-e-tecnologico-ltda e https://www.econodata.com.br/consulta-empresa/51914620000258-cedet-centro-de-desenvolvimento-profissional-e-tecnologico-ltda.

[6] As informações foram obtidas no site Econodata. Disponível em: https://www.econodata.com.br/consulta-empresa/10475263000100-grafica-guadalupe-ltda e https://www.econodata.com.br/consulta-empresa/10475263000291-grafica-guadalupe-ltda.

sócios-administradores, tendo Deise e Vinicius no quadro societário, além de Alberio Ananias da Silva, ligado à empresa desde sua fundação[7]. A gráfica, inscrita no CNPJ 10.475.263/0001-00, com capital social de R$ 2,5 milhões e faturamento anual estimado entre R$ 30 e 50 milhões, emprega até 150 pessoas. Conta ainda com uma filial, inaugurada em abril de 2024, sob o CNPJ 10.475.263/0002-91. Tanto a matriz quanto a filial estão instaladas no mesmo condomínio empresarial do Cedet, ocupando o módulo 11.

No módulo 8, funciona ainda a Zoopion Agencia Literaria Ltda.[8], criada em 2021 e registrada formalmente para o agenciamento de profissionais nas áreas esportiva, cultural e artística. Porém, o site[9] e as redes sociais[10] vinculados à empresa pertencem à Calvariae Editorial, que atua como editora e livraria virtual voltada ao público católico, apresentada como parceria do Cedet. César e Adelice aparecem também como sócios-administradores da Zoopion, inscrita no CNPJ 44.282.722/0001-51, com capital social de R$ 100 mil e faturamento anual estimado entre R$ 10 e 20 milhões, empregando até 200 funcionários.

---

[7] Alguns sócios do Cedet também participam de outras sociedades empresárias, sem relação direta aparente com o Cedet. Alberio Ananias, por exemplo, é sócio-administrador da Supply B2B Ltda, dedicada ao varejo de equipamentos e suprimentos de informática (informações em: https://www.econodata.com.br/contato/alberio-ananias-da-silva-7bc2fc5bbd81f607b2c47f2d2031eaf9). Já Vinicius Bardella atua como sócio-administrador da Eletrike, empresa voltada ao varejo de material elétrico (informações em: https://www.econodata.com.br/contato/vinicius-belandrino-bardella-674bd8ccec006b30217eaf88f05e7143).

[8] As informações foram obtidas no site Econodata. Disponível em: https://www.econodata.com.br/consulta-empresa/44282722000151-ZOOPION-AGENCIA-LITERARIA-LTDA.

[9] Site Livraria Calvarie. Disponível em: https://livraria.calvariae.com.br/sobre-livraria-calvariae.

[10] Perfil Calvarie Editorial no Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/calvariaeeditorial/. Página Calvarie Editorial no Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/calvariaeeditorial.

Essa configuração societária e a concentração das operações no mesmo endereço indicam que o Cedet e seus sócios buscam ampliar o controle sobre diferentes etapas da cadeia editorial — da edição à impressão e distribuição. Ainda que, no caso da Zoopion, a natureza exata das atividades não esteja completamente esclarecida, a convergência societária e a co-localização no condomínio empresarial sugerem forte articulação entre esses negócios, alinhada às tendências de concentração observadas no mercado editorial brasileiro (Silva, 2014; Nóbrega, 2021). Essa estrutura oferece ao Cedet não só autonomia para escolher conteúdos sintonizados com os valores que defende, mas também reduz a dependência de agentes externos, criando condições favoráveis para sua expansão em um setor marcado por grandes conglomerados.

Em resposta à jornalista Juliana Sayuri (2021), o Cedet informou que a mudança no foco de atuação decorreu de dificuldades enfrentadas entre 2002 e 2006 nos setores de consultoria, treinamentos e assessoria técnica. Tais dificuldades teriam levado seus gestores a buscar alternativas mais próximas do consumidor final, reduzindo a dependência de grandes contratos corporativos. Alegaram ainda que a experiência acumulada na produção de apostilas, o crescimento do mercado de *e-books* e a expertise em automação e otimização de processos facilitaram a transição.

Essa justificativa empresarial, contudo, precisa ser lida à luz do contexto econômico da época. Em 2009, o Brasil vivia o segundo mandato de Lula, marcado pela resposta à crise financeira global de 2008 com políticas fiscais expansionistas, ampliação do crédito, investimentos públicos e programas de transferência de renda, o que aqueceu o consumo interno (Arantes; Lopreato, 2017; Sicsú, 2019). Esse ambiente dialoga com a expansão do setor editorial desde os anos 1990, caracterizada pelo aumento no número de títulos publicados e de

exemplares vendidos, pela abertura de grandes redes de livrarias, pela expansão do ensino superior, pelo maior poder de compra das classes médias e baixas e pelo crescimento das vendas online — embora também tenha ocorrido o fechamento de pequenas livrarias em razão do processo de concentração (Nóbrega, 2018).

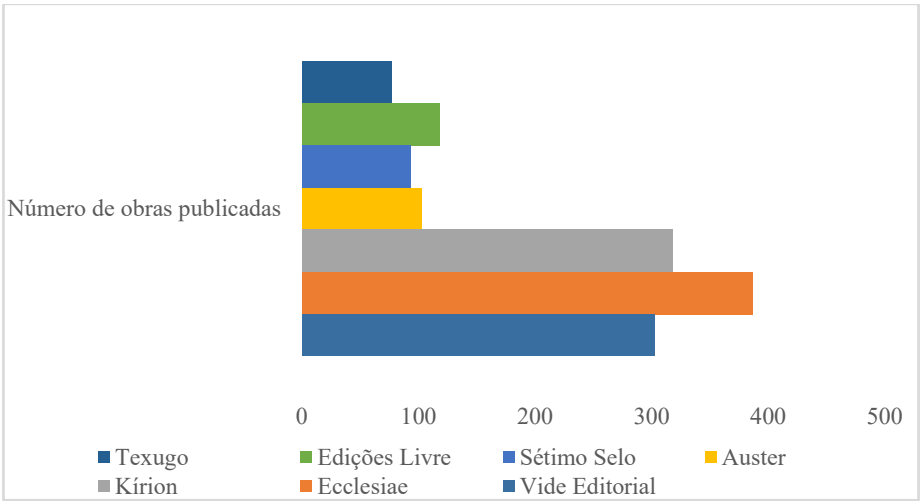
Para além da justificativa empresarial, outro enredo ajuda a explicar o ingresso do Cedet no mercado editorial. Segundo Francisco Escorsim (2018), por volta de 2008 e 2009, momento em que o rompimento entre Edson Filho, da É Realizações, e Olavo de Carvalho já era público, Silvio Grimaldo — aluno e assistente de Olavo — buscava uma nova editora para reeditar obras do filósofo e publicar um livro a partir de antigas aulas. Simultaneamente, César e Adelice cogitavam abrir uma editora, movidos por razões pessoais e pela ideia de um "propósito maior". Durante visita à casa de Olavo, nos Estados Unidos, Silvio e César decidiram unir esforços para criar uma editora que sustentasse o Curso Online de Filosofia e lançasse obras alinhadas à mesma orientação ideológica. Para garantir rentabilidade, planejaram também uma editora voltada ao público católico, considerado mais lucrativo.

Assim teriam nascido os primeiros selos vinculados ao Cedet: a Vide Editorial, que estreou em 2009 com *Marxismo e Descendência*, de Antônio Paim, e a Ecclesiae, que em março de 2010 lançou o curso *Introdução à Teologia*, do padre Paulo Ricardo, em DVD, CD e livro. Embora o relato de Escorsim (2018) tenha caráter subjetivo, oferece indícios de como a entrada do Cedet no setor editorial esteve intimamente ligada ao projeto olavista e ao fortalecimento do ecossistema intelectual e midiático da nova direita — em um contexto político-cultural já explorado na terceira seção deste artigo.

Para Escorsim (2018), se a Vide foi criada para intervir explicitamente na "guerra cultural", apoiando a militância liberal e

conservadora, a Ecclesiae diversificou o catálogo e alcançou públicos próprios. Já nos anos seguintes, acompanhando o processo de expansão da empresa, surgiram outros sete selos: Auster, Edições Livre, Kírion, Sétimo Selo, Mosaic, Texugo e Neomaker[11]. Até junho de 2025, a empresa contabilizava 1.399 obras publicadas por meio desses selos. A seguir, o gráfico[12] ilustra o volume de publicações de cada um deles:

Gráfico 1 – Volume de obras publicadas pelos selos editoriais do Cedet (2009-2025)



Fonte: Elaboração própria

Conforme revela o **Gráfico 1**, a Ecclesiae ocupa a liderança em número de obras publicadas, somando 387 títulos, seguida de perto pela Kírion (318) e pela Vide Editorial (303). Desde o início, Vide e Ecclesiae concretizaram a estratégia dual traçada por César e Grimaldo: enquanto a Vide se voltava para a intervenção direta na chamada "guerra cultural", a Ecclesiae garantia a sustentabilidade financeira do empreendimento ao direcionar-se ao público católico. O aspecto mais expressivo, no entanto, é o rápido avanço da Kírion. Criada apenas em 2017 para explorar o segmento educacional, ela conseguiu, em menos de

[11] Informações disponíveis em: https://www.cedet.com.br/editoras-proprias.php.

[12] **Os dados do gráfico foram levantados a partir das listas de obras, em catálogo e fora de catálogo, disponíveis nos sites oficiais de cada selo editorial, acessíveis pelo portal principal** https://cedet.com.br**.**

uma década, construir um catálogo que já rivaliza com o das editoras pioneiras do grupo.

Já selos como a Auster (2019), voltada a biografias, humor e autoajuda, e a Sétimo Selo (2021), dedicada a grandes nomes da literatura mundial, apresentam por ora um volume de publicações menor, o que é compatível com seu tempo mais recente de atuação. Da mesma forma, as Edições Livre (2022), focadas em livros católicos, literatura e clássicos do pensamento ocidental, e a Texugo (2023), destinada ao público infantil e infantojuvenil, ainda estão em fase inicial de formação de catálogo. Apesar disso, o número de obras já lançadas por essas duas editoras em tão curto intervalo evidencia um ritmo acelerado de crescimento, sugerindo que podem se consolidar como frentes estratégicas para o projeto editorial do Cedet nos próximos anos.

A Mosaic e a Neomaker, por sua vez, exemplificam a diversificação das atividades da empresa para além do livro tradicional. A Mosaic publica cadernos e quebra-cabeças, muitos ilustrados com personagens de HQs alinhadas à direita, como as da marca Super Prumo[13], além de imagens de monumentos, arte sacra e paisagens. Já a Neomaker atua no segmento de DIY (*Do It Yourself*) e planners, com capas que variam entre abstrações e símbolos religiosos. Essas iniciativas não apenas ampliam a atuação da empresa para diferentes nichos de mercado, mas também promovem a difusão de valores ligados ao campo conservador em formatos que vão além do meio impresso convencional.

Entre as publicações dos selos do Cedet, destacam-se obras e autores centrais para o campo da nova direita, como: *A Nova Era e a Revolução Cultural: Fritjof Capra e Antonio Gramsci* (2014), *O Jardim*

[13] Um dos títulos da Super Prumo é ***Destro***, cujo enredo acompanha a jornada de um "herói" que busca libertar o mundo do socialismo; na capa da primeira edição, o personagem aparece pisando sobre a cabeça de Karl Marx. Disponível em: https://www.superprumo.com/. Há também uma loja virtual gerenciada pelo Cedet que, além das HQs, vende camisetas e bottons, assim como revende livros. Disponível em: https://lojasuperprumo.com/.

das Aflições (2015) e *O Foro de São Paulo: A ascensão do comunismo latino-americano* (2022), de Olavo de Carvalho; *Feminismo: perversão e subversão* (2019), de Ana Campagnolo; *Jair Bolsonaro: O fenômeno ignorado* (2022), de Eduardo Bolsonaro e Mateus Colombo Mendes; *A opção pelo homeschooling* (2020), de Fausto Zamboni; *O que você precisa saber sobre aborto* (2018), de George Mazza; e *Terapia de Guerrilha* (2019), de Ítalo Marsili. O Cedet também traduziu autores como Adam Smith, Ludwig von Mises, G. K. Chesterton, Roger Scruton e Edmund Burke, além da série *The Politically Incorrect Guides*, lançada originalmente nos Estados Unidos pela Regnery Publishing[14].

Como destaca Muniz Jr. (2008), o cenário de crescente concentração no mercado editorial tem levado diversas editoras a adotar, como estratégia de fortalecimento, a criação de seus próprios selos. Nessa mesma linha, Nóbrega (2018) observa que, para mitigar riscos e explorar novos nichos, as editoras investem em uma atuação diversificada, criando ou adquirindo selos que operam como marcas voltadas a públicos específicos, com conteúdos e formas de consagração próprios. O caso do Cedet ilustra bem esse movimento: ao multiplicar seus selos, a empresa não apenas dilui seus riscos em diferentes segmentos do setor editorial, mas também reforça sua posição em um mercado altamente competitivo.

Além de atuar diretamente por meio dos seus próprios selos, o Cedet adotou uma estratégia complementar, baseada em parcerias com outras editoras. A empresa oferece uma gama de serviços técnicos que vai desde a impressão até a distribuição dos livros. De acordo com informações disponíveis no site da empresa[15], em 2023 mantinha acordos com mais de 90 editoras. Nesse modelo, a editora parceira

[14] Uma editora politicamente conservadora, sediada em Washington, D.C. Informações disponíveis em: https://www.regnery.com/our-story/.

[15] Informações disponíveis em: https://www.cedet.com.br/editoras-parceiras.php.

fornece os arquivos prontos para impressão, enquanto o Cedet se encarrega de imprimir e distribuir as obras. A cada venda, o sistema do Cedet registra na plataforma da editora parceira o royalty correspondente. Todo o restante — emissão de notas fiscais, cobranças, logística, acertos de consignação, visitas comerciais e demais etapas do processo — fica sob responsabilidade do Cedet.

A empresa também estruturou um programa específico para revendedores [16], que permite a livrarias e varejistas acessar títulos publicados tanto pelos seus próprios selos quanto pelas editoras parceiras. O programa oferece descontos sobre todo o catálogo, com percentuais que variam conforme a editora, e permite ao vendedor definir o preço final ao consumidor. Entre as condições estão: o pagamento faturado a partir da primeira compra, que deve ser feita à vista; o despacho em até 24 horas nos dias úteis, com frete gratuito dependendo do valor do pedido e da localidade; e o acesso antecipado a lançamentos e novidades.

Duas outras estratégias comerciais adotadas pelo Cedet merecem destaque: as parcerias de divulgação [17] e o gerenciamento de lojas e livrarias virtuais [18]. O programa de divulgação é voltado a influenciadores que produzam conteúdo sobre livros ou temas relacionados ao catálogo da empresa. Para participar, é necessário ter alcance e frequência nas redes sociais. Os influenciadores recebem gratuitamente exemplares com pequenos defeitos gráficos para divulgação e, em troca, devem resenhar e promover esses títulos em seus canais. Cada parceiro recebe ainda um cupom exclusivo que oferece 5% de desconto nas livrarias virtuais dos selos, o qual pode ser compartilhado com seu público. As vendas efetuadas com esse cupom

[16] Informações disponíveis em: https://cedet.com.br/novasrevendas/.
[17] Informações disponíveis em: https://www.cedet.com.br/parceria-divulgacao.php.
[18] Informações disponíveis em: https://www.cedet.com.br/livrarias-virtuais.php.

geram um crédito de 5% para o influenciador, que pode ser usado para adquirir novos livros ou cobrir o frete de exemplares recebidos.

Já a estratégia voltada para a implantação e o gerenciamento de livrarias e lojas virtuais destina-se a criadores de conteúdo com pelo menos 100 mil seguidores e alto engajamento nas redes. Nessa modalidade, o Cedet se responsabiliza integralmente — e sem custos — pela montagem, hospedagem, cadastro de produtos, gestão de estoque, processamento de pedidos e pagamentos, despacho das encomendas, atendimento ao cliente e monitoramento das vendas. Aos parceiros cabe adquirir o domínio e configurar o DNS para direcionar aos servidores do Cedet, selecionar os produtos que farão parte da loja, indicar quais itens devem ser incluídos na base de dados e cuidar da divulgação e promoção do espaço virtual. Nessas lojas podem ser vendidos não apenas livros, mas também brinquedos, jogos, camisetas, imagens religiosas, adesivos, materiais esportivos, artigos de cutelaria e itens de defesa pessoal.

Até 2021, a empresa já administrava mais de 70 livrarias virtuais, muitas delas associadas à imagem de figuras públicas ligadas à nova direita brasileira (Sayuri, 2021). Entre os nomes mais conhecidos estavam Olavo de Carvalho, Bernardo Pires Küster, Bene Barbosa, Silvio Grimaldo, Bruno Garschagen, Alexandre Costa, Rodrigo Constantino, Nikolas Ferreira e Eduardo Bolsonaro. Merecem destaque ainda Ana Campagnolo, Júlia Zanatta e Mariana Brito Garschagen — mulheres que, além de compartilharem esse alinhamento político, ocupam posição de destaque na difusão do antifeminismo no cenário brasileiro contemporâneo.

Conforme levantamento realizado por Sayuri (2021), com base em dados do Registro.br[19], até agosto de 2021 havia 81 domínios

[19] Serviço vinculado ao Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). Disponível em: https://registro.br/.

registrados sob o CNPJ do Cedet. Já em junho de 2025, uma nova consulta realizada no âmbito deste artigo identificou 131 domínios vinculados à empresa. Sayuri observa que não é incomum um mesmo CNPJ concentrar diversas editoras e livrarias, o que acaba por reforçar a concentração no mercado editorial brasileiro. Essa prática contribui não apenas para o crescimento comercial do Cedet, mas também para o fortalecimento e o espraiamento de seu projeto político-ideológico.

Nesse contexto, as estratégias do Cedet para firmar parcerias com influenciadores e gerenciar lojas virtuais exploram diretamente as transformações recentes do mercado editorial. Como discutido na segunda seção deste artigo, esse setor vem sendo profundamente reconfigurado pela digitalização dos formatos, pela consolidação do comércio eletrônico e pelo papel crescente das redes sociais na promoção e consagração de obras. Segundo Bolaño (2016), a internet intensifica dinâmicas individualistas e competitivas, ao mesmo tempo em que amplia práticas de consumo e estimula demandas moldadas pela lógica tradicional da Indústria Cultural. O Cedet não apenas acompanha essas tendências, mas as potencializa ao estruturar uma rede integrada de divulgação, comercialização e distribuição, capaz de articular diferentes etapas da cadeia editorial e fortalecer sua posição no mercado.

Sob a perspectiva de Bourdieu (2006), o modelo adotado pelo Cedet destaca-se como elemento central na conformação do ecossistema editorial da nova direita, ao mesmo tempo em que se conecta às dinâmicas mais amplas do campo cultural. Ao estruturar sua produção, distribuição e promoção em diálogo com figuras públicas desse espectro, a empresa reforça a legitimidade desses discursos e mobiliza o capital simbólico a eles vinculado. Suas redes próprias de circulação — por meio de livrarias virtuais, influenciadores e selos editoriais — ampliam a visibilidade de certos agentes e consolidam

habitus comuns entre públicos alinhados à mesma agenda. Configura-se, assim, uma disputa pela definição do valor cultural legítimo, em que o Cedet cria mecanismos que transcendem a mera divulgação, influindo diretamente sobre preferências, percepções e orientações políticas.

Considerações finais

Este artigo analisou como o Cedet tem desempenhado um papel central na consolidação de um ecossistema editorial da nova direita no Brasil, articulando a perspectiva da Economia Política da Comunicação e da Cultura de César Bolaño (2000; 2010; 2016) à teoria dos campos culturais de Pierre Bourdieu (2006). O estudo mostrou que o Cedet atua de forma integrada como infraestrutura técnica, plataforma comercial e operador simbólico, impulsionando a circulação, o consumo e a legitimação de obras alinhadas a um projeto político conservador-liberal que vem ganhando força e visibilidade no país.

Pela ótica de Bolaño, o Cedet exemplifica a subsunção da produção cultural às lógicas do capital monopolista, ao organizar-se por meio de segmentação de públicos, estratégias de massificação e controle de diferentes etapas do processo editorial — da edição à impressão, distribuição e comercialização. Essa dinâmica fica evidente em sua rede diversificada, que combina selos próprios, parcerias com editoras, sistemas estruturados de revenda, livrarias virtuais e acordos com influenciadores. A presença de seus títulos em múltiplos canais de venda e o investimento em produtos como cadernos, planners e quebra-cabeças reforçam um modelo de negócios orientado à expansão e à reprodução ampliada do capital.

Sob o enfoque de Bourdieu, fica claro que essa estrutura econômica não opera isolada do campo simbólico: ela está profundamente imbricada em disputas por reconhecimento, consagração e legitimidade cultural. O Cedet publica autores centrais

para a nova direita brasileira, como Olavo de Carvalho, Ana Campagnolo e Eduardo Bolsonaro, e traduz nomes consagrados do liberalismo e do conservadorismo, como Adam Smith, Ludwig von Mises, Roger Scruton e Edmund Burke. Ao mesmo tempo, gerencia livrarias virtuais associadas a influenciadores e figuras públicas desse espectro, construindo um circuito que não apenas amplia a visibilidade dessas ideias, mas também reforça seu próprio capital simbólico ao se vincular a nomes já reconhecidos.

Em um cenário caracterizado pela concentração do mercado editorial, pela expansão das plataformas globais e pela precarização do trabalho cultural, o estudo do Cedet oferece importantes pistas sobre como setores das direitas brasileiras têm articulado estratégias para ocupar o campo cultural. Ao mesmo tempo, evidencia a necessidade de compreender o mercado editorial não apenas como um setor econômico, mas como uma arena em que projetos políticos, concepções de mundo e práticas sociais disputam narrativas, memórias e os sentidos que moldam a vida coletiva.

Nesse contexto, a análise aqui desenvolvida busca abrir caminhos para pesquisas futuras capazes de aprofundar aspectos não contemplados por este trabalho, como a investigação da estrutura interna do Cedet, o exame das suas relações institucionais e uma análise mais detalhada dos seus aspectos econômicos e financeiros. Também se mostram promissoras investigações voltadas para os catálogos dos selos editoriais do grupo, considerando tanto as obras e os autores envolvidos quanto os conteúdos que difundem. Por fim, estudos que explorem o papel de outros agentes empresariais e intelectuais na conformação das disputas simbólicas que atravessam o Brasil contemporâneo poderão contribuir para um entendimento mais amplo e complexo desse fenômeno.

Referências

ARANTES, F.; LOPREATO, F. L. C. O novo consenso em macroeconomia no Brasil: a política fiscal do Plano Real ao segundo governo Lula. **Revista de Economia Contemporânea**, Juiz de Fora, v. 21, n. 3, p. 1-34, 2017.

BOLAÑO, C. R. S. **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec/Pólis, 2000.

BOLAÑO, C. R. S. Economia política da comunicação e da cultura: breve genealogia do campo e das taxonomias das indústrias culturais. In: BOLAÑO, C. R. S.; GOLIN, C.; BRITTOS, V. (org.). **Economia da arte e da cultura**. São Paulo: Itaú Cultural; São Leopoldo: Cepos/Unisinos; Porto Alegre: PPGCOM/UFRGS; São Cristóvão: Obscom/UFS, 2010. p. 33–50.

BOLAÑO, C. R. S. **Campo aberto**: para a crítica da epistemologia da comunicação. Aracaju: Edise, 2016.

BORGES, R. A direita brasileira que saiu do armário não para de vender livros. **El País**, 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/22/politica/1437521284_073825.html. Acesso em: 8 ago. 2024.

BOURDIEU, P. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. Porto Alegre: Zouk, 2006.

CABRAL, Eula D.T. C**ultura, Comunicação e Informação na era digital**. Rio de Janeiro: FCRB, 2021. Disponível em: https://epccbrasil.wixsite.com/epcc2/pesquisas. Acesso em: 30 jun.2025.

CARRANÇA, T. Como a Amazon dominou vendas de livros no Brasil em apenas 9 anos. **BBC News Brasil**, 2023. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4nwprveg0wo. Acesso em: 7 jun. 2025.

CARRANÇA, T. De onde vem a fortuna da família de Walter Salles, diretor de 'Ainda Estou Aqui'? **BBC News Brasil**, 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c93kq3p63z4o. Acesso em: 3 jun. 2025.

CHALOUB, J.; PERLATTO, F. A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política. **Insight Inteligência**, v. 72, p. 25–41, 2016.

DESIDERI, L. 15 plataformas digitais essenciais na ascensão da nova direita no Brasil. **Gazeta do Povo**, 2022. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/15-plataformas-digitais-essenciais-na-ascensao-da-nova-direita-no-brasil/. Acesso em: 4 jun. 2025.

ESCORSIM, F. As editoras em tempos de guerra cultural – II. **Gazeta do Povo**, 2018. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/francisco-escorsim/editoras-em-tempos-de-guerra-cultural-ii/. Acesso em: 4 jun. 2025.

FARIA, A. E. Como o BookTok alavanca o mercado editorial e atrai novos leitores. **Gama Revista**, 2024. Disponível em: https://gamarevista.uol.com.br/semana/que-livro-mudou-a-sua-vida/booktok-alavanca-o-mercado-editorial-atrai-novos-leitores-jovem-literatura-tiktok-livros/. Acesso em: 3 jun. 2025.

FINOTTI, I. Companhia das Letras compra Zahar e consolida seu domínio de mercado. **Folha de S.Paulo**, 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/10/companhia-das-letras-compra-zahar-e-consolida-seu-dominio-de-mercado.shtml. Acesso em: 10 maio 2025.

FOLHA DE CURITIBA. BookTok Impulsiona o Mercado Editorial Brasileiro: Comunidade do TikTok Alavanca Vendas e Redescobre Clássicos. **Folha de Curitiba**, 2025. Disponível em: https://folhadecuritiba.com.br/2025/06/23/booktok-impulsiona-o-mercado-editorial-brasileiro-comunidade-do-tiktok-alavanca-vendas-e-redescobre-classicos/. Acesso em: 24 jun. 2025.

GARDENAL, I. Saul DÁ'vila, da FEQ, recebe título de professor emérito. **Jornal da Unicamp**, 2007. Disponível em: https://unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/outubro2007/ju376pag9b.html. Acesso em: 24 jun. 2025.

MACHADO, B. Mercado de livros no Brasil é impulsionado por formatos digitais. **PublishNews**, 2024. Disponível em: https://www.publishnews.com.br/materias/2024/12/16/mercado-de-livros-no-brasil-e-impulsionado-por-formatos-digitais. Acesso em: 17 jun. 2025.

MEDEIROS, J.; VIEIRA, F. G. D.; NOGAMI, V. K. C. A Construção do Mercado Editorial Eletrônico no Brasil por meio de Práticas de Marketing. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 15, n.1, p. 152-173, 2014.

MESSENBERG, D. A direta que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. In: SOLANO, E.; ROCHA, C. **As direitas nas redes e nas ruas**: a crise política no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 175-216.

MISKOLCI, R. **Batalhas morais**: política identitária na esfera pública técnico-midiatizada. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MUNIZ Jr., J. S. Movimentos recentes das editoras de livros e a situação dos trabalhadores do setor. *In:* XXXI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2008, Natal. **Anais** [...]. Natal, 2008.

NÓBREGA, L. O mercado editorial e a Nova Direita brasileira. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 73-84, 2018.

NÓBREGA, L. O mercado editorial brasileiro durante a pandemia de Covid-19. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 19, n. 38, p. 117-141, 2021.

PEREIRA, T. A. C.; SAFERSTEIN, E. A nova direita e os livros: autores, editoras e best sellers de direita no Brasil e na Argentina. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, São Paulo, Brasil, v. 23, n. 48, p. 77–108, 2024.

PINTO, C. R. J. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). In: SOLANO, E.; ROCHA, C. **As direitas nas redes e nas ruas**: a crise política no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p.15-54.

PORTO, W. Companhia das Letras compra Brinque-Book e amplia investimento infantil. **Folha de S.Paulo**, 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/10/companhia-das-letras-compra-brinque-book-e-amplia-investimento-infantil.shtml. Acesso em: 23 maio 2025.

PUGLIA, L. S. Gramsci e os intelectuais de direita no Brasil contemporâneo. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 40-54, 2018.

REDAÇÃO PUBLISHNEWS. Penguin Random House assume controle da Companhia das Letras. **PublishNews**, 2018. Disponível em: https://www.publishnews.com.br/materias/2018/10/30/penguin-assume-controle-da-companhia-das-letras. Acesso em: 3 jun. 2025.

REDAÇÃO PUBLISHNEWS. Companhia das Letras adquire 70% do controle da editora de mangás JBC. **PublishNews**, 2022 Disponível em: https://www.publishnews.com.br/materias/2022/03/21/companhia-das-letras-adquire-70-do-controle-da-editora-de-mangas-jbc. Acesso em: 30 maio 2025.

REDAÇÃO PUBLISHNEWS. Profissionais do livro divulgam carta aberta: 'boa parte dos editores brasileiros vive por um fio'. **PublishNews**, 2025. Disponível em: https://www.publishnews.com.br/materias/2025/05/05/profissionais-do-livro-divulgam-carta-aberta-boa-parte-dos-editores-brasileiros-vive-por-um-fio. Acesso em: 7 jun. 2025.

ROCHA, C. **Menos Marx, mais Mises**: O liberalismo e a nova direita no Brasil. São Paulo: Todavia, 2021.

ROSA, P. O. et al. “Não parar, não precipitar, não retroceder”: a fabricação de um golpe de estado através de grupos de whatsapp bolsonaristas e conservadores. **InterSciencePlace**, v. 19, p. 814-842, 2024.

SAYURI, J. Livros, canivetes e anjos - A lucrativa máquina de vendas que financia Olavo de Carvalho e outras dezenas de figuras da extrema direita. **The Intercept Brasil**, 2021. Disponível em: https://theintercept.com/2021/08/28/cedet-vendas-sites-olavo-de-carvalhoextrema-direita/. Acesso em: 23 maio 2022.

SICSÚ, J. Governos Lula: a era do consumo? **Revista de Economia Política**, v. 39, n. 1, p. 128-151, 2019.

SILVA, I. A. A conformação do mercado editorial brasileiro a partir das últimas décadas do século XX e anos iniciais do século XXI: o caso do Grupo Abril. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 60, p. 78-94, 2014.

SOBOTA, G. Panorama do Consumo de Livros: consumidores preferem lojas virtuais, mas com preços iguais situação se inverte. **PublishNews**, 2025. Disponível em: https://www.publishnews.com.br/materias/2025/02/06/panorama-do-consumo-de-livros-consumidores-preferem-lojas-virtuais-mas-com-precos-iguais-situacao-se-inverte. Acesso em: 17 jun. 2025.

TATAGIBA, L. Os protestos e a crise brasileira. Um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). In: ALMEIDA, R.; TONIOL, R. **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos:** análises conjunturais. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

Museu do Índio ou Museu Nacional dos Povos Indígenas?

Francisco José Gonçalves Gomes

Entender o cenário brasileiro a partir do direito e da democratização da cultura no Brasil é um desafio nas pesquisas científicas. Assim, para compreender as mudanças que vêm ocorrendo no Museu Nacional dos Povos Indígenas, antigo Museu do Índio, a partir de pesquisas bibliográfica e documental, trabalha-se como base teórica a Economia Política da Comunicação e da Cultura que "leva a compreender o jogo empreendido pelos atores sociais e a atuacão da sociedade civil, fornecendo subsídios mais estruturados para uma melhor compreensão das reais capacidades da sociedade de poder dar as cartas e fazer valer suas necessidades" uma vez que afirma "a comunicacão e a cultura como direitos humanos em prol do interesse público" (Cabral, 2019, p.169). Leva-se também em consideração os estudos feitos a partir do projeto de pesquisa "Cultura, Comunicação e Informação na era digital" (Cabral, 2021).

Um museu de/para/sobre indígenas?

Legatário da antiga Sessão de Estudos (SE) do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e fruto de intrincadas relações no campo de um indigenismo de Estado em formação, o Museu do Índio (MI) seria instituído em 1953, "especificamente, contra o preconceito" (Ribeiro, 1997, p. 195). Em um exercício preditivo, é o próprio Darcy Ribeiro, seu idealizador maior, que assim prescreve, para além dos limites estritamente fundacionais, sua missão: "O Museu do índio, mantendo

a orientação que lhe foi originalmente traçada, de desmascarar os preconceitos mais correntes sôbre os índios, pela contraposição de fatos que patenteiem sua falsidade, prestará um serviço educativo de valor inestimável" (Ribeiro, 1962, p. 170).

Nascia, assim, aquele que hoje, jurisdicionado à Funai, e em privilegiada posição no regimento da Fundação, é o ente (exclusivamente) responsável "pela política de preservação e divulgação do patrimônio cultural dos povos indígenas no Brasil" [1]. Mais: a hodierna reestruturação da Funai, debate em curso no órgão indigenista[2], enseja (ou pode vir a ensejar) a transformação do Museu Nacional dos Povos Indígenas (MNPI)[3] em uma Diretoria de Políticas Culturais na Funai ainda em 2024, elevando o *status* do Museu assim, a um nível superior, insólito, na estrutura hierárquica do órgão, com todos os impactos orçamentários e discricionários que isso pode, em decorrência, engendrar.

No que se possa considerar a singularidade institucional do museu em questão e sua relevância no panteão museal da República, tomemos: a) em primeiro lugar, há que se ter em conta (já firmada) que, após o trágico incêndio do dia 02 de setembro de 2018 no Museu Nacional (MN), o MNPI passa a possuir, muito provavelmente, o mais significativo acervo etnográfico do Brasil; b) em segundo lugar, seus acervos, tanto o etnográfico e tanto mais o arquivístico, cresceram em proporção exponencial, muito especificamente, ao longo das três

[1] Vide FUNAI. Museu Nacional dos Povos Indígenas. *O Museu Nacional dos Povos Indígenas*.
[2] O atual processo de reestruturação da Funai, conduzido por sua Coordenação Geral de Gestão Estratégica (CGGE), tem previsão de conclusão para a transição entre 2024 e 2025.
[3] Originalmente chamado Museu do Índio (MI), a Instituição passa hoje por processo administrativo de revisão e atualização da sua nomenclatura oficial, visando adequar-se a um contexto de maior reconhecimento institucional da diversidade dos povos, em uma guinada pelo protagonismo indígena, com uma Direção indígena. Demanda das próprias organizações indígenas em recente articulação com a direção do Museu, caso aprovada por Ibram, Funai e Ministério dos Povos Indígenas (MPI), a proposta rebatiza a instituição como: Museu Nacional dos Povos Indígenas (MNPI). Doravante, assim me referirei a ele: MNPI.

últimas décadas, agregando inegável valor institucional e reposicionando, de forma paulatina, o Museu na estrutura política da própria Funai; c) em terceiro, e não menos importante, em um momento de profundas transformações profissionais, envolvendo uma já, consolidadamente, debatida *virada antropológica* no campo do patrimônio (Nogueira, 2014) e outra tecnológica, especialmente no que tange ao acúmulo inaudito dos arquivos e às demandas de acesso à informação, ao mesmo passo em que o Museu reforça o papel significante do acervo para si, a ele atribui significados peculiares. Essas representações, por sua vez, são dadas por agentes de seus quadros profissionais, atores sociais perfilados, profissionais de carreira do campo estatal indigenista inseridos no contexto profissional da política cultural brasileira, contexto esse de um mercado restrito, competitivo e politicamente intrincado.

É importante perceber que, precedendo a própria Funai à qual hoje pertence[4] e marcado por uma trajetória para lá de septuagenária, antes de quaisquer inimagináveis perspectivas de uma sua primeira gestão indígena na própria história, o Museu atravessou por e sobreviveu a momentos complicados no contexto da República, incluindo uma ditadura empresarial-militar de mais de duas décadas[5], cerca de 40 anos

[4] A Fundação Nacional do Índio, hoje Fundação Nacional dos Povos Indígenas, foi criada 14 anos depois do Museu, por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, sucedendo à extinção do SPI.

[5] Estou me referindo aqui, claro, ao período compreendido entre o golpe de 1964 até a redemocratização do País, na segunda metade dos anos 80. Essa classificação, considerando a ditadura, para além de militar, como um regime apoiado pelas elites econômicas ligadas ao grande empresariado, possibilita um entendimento mais maduro e consciente das disputas em jogo naquele momento, pois desloca a noção restrita de um controle político descolado de interesses de classe, para a compreensão de que as questões de fundo, econômicas, é que justamente levaram ao desfecho da conspiração em abril de 1964 e todo o desenvolvimento do regime nas décadas seguintes. Para além das repressões ao movimento sindical, o favorecimento de conglomerados e capitalistas apadrinhados e apadrinhantes foi prática comum a todo o período. Apenas para citar alguns: conglomerados de mídia como o Globo e a

(vigentes e famintos) de implantação do ideário neoliberal na gestão pública e, mais recentemente, a ascensão organizada de blocos de extrema direita ao poder, sendo diretamente alçados aos gabinetes institucionais, como o do próprio Museu, palco de administração militarizada sob coronel do exército nomeado já em 2019 no esteio da eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República[6]. É a ascensão de uma política museal francamente de direita, para bem além do liberalismo administrativo.

Uma museologia quase às inversas, em eventuais — senão constantes — flertes com uma estética fascista, então emergente, e muito evidente, no período, através das nomeações no MinC, na Fundação Palmares, ou na própria Funai.

Inadvertidamente, esse é, precisamente e contudo, o exato contexto que semeará os processos imanentes justo à gênese do seu oposto, de seu movimento de negação e de uma sua aparente (ou possível) derrocada: a *retomada*[7] indígena atual. Esse contexto e a dinâmica que engendra o momento histórico dessa transição possuem especial relevância para nosso estudo.

Ao passo em que se desconhece, proferidas ou referenciadas, quaisquer defesas públicas ou profecias pelo advento de uma gestão

---

família Marinho ou, antes mesmo, Assis Chateaubriand e Otávio Frias de Oliveira, do grupo Folha; banqueiros como Ângelo Calmon de Sá e Paulo Maluf; Henning Albert Boilesen, empresário que fazia questão de, como prémio por seu mecenato aos torturadores, comparecer presencialmente nas próprias sessões de tortura. Esses são apenas alguns dos muitos exemplos possíveis do porquê optamos aqui, com muita firmeza, denominarmos a ditadura instaurada em 64 como militar-empresarial.

[6] O coronel Giovani Souza Filho foi nomeado à Direção do Museu em 15 de outubro de 2019, pondo fim a quase três décadas de gestão de José Carlos Levinho. Após as eleições de 2022 é rapidamente exonerado (janeiro de 2023), dando lugar a uma interinidade de quase um ano. Esta, finda com a nomeação da primeira Diretora indígena da Instituição, Fernanda Kaingang, empossada ao cargo no dia 11 de dezembro de 2023.

[7] Prática corrente no movimento indígena, as retomadas são ações de recuperação de territórios, numa ascepção abrangente do termo, que buscam reforçar a demarcação de terras e recriar relações culturais e políticas essenciais para esses povos.

indígena no Museu até a primavera de 2022[8], compreender a dinâmica recente que compeliu à transição um vetusto MI para a proposição refundadora de um, possivelmente, renovado MNPI, passando de uma gestão civil-militar bolsonarista (que irônica — e sintomaticamente — "caíra de paraquedas"), a uma gestão por direção indígena, feminina em sua primeira edição, com lastro nos territórios e chancela interétnica, meticulosamente articulada por cada bioma brasileiro, ostentando reconhecimento público de muitas e grandes lideranças no movimento indígena, isso, essa tarefa, é um desafio fundamental e, no mínimo, desafiador, aos campos do patrimônio e da memória, importante ao campo do indigenismo de Estado e, tanto mais, urgente ao campo da política cultural.

Muito embora essa transição possa, em princípio e de visada, parecer muito natural no contexto das eleições de 2022 e da decorrente criação do propalado Ministério dos Povos Indígenas (MPI), há um longo hiato entre ela e o incômodo posto, no processamento desse instante republicano, no Museu: o delicado equilíbrio da manutenção, ou perda, de cargos, prerrogativas de Estado, inserção social e profissional, *status* político institucional, no Museu e fora dele, as (devidas) remunerações pecuniárias decorrentes do cargo, viagens a trabalho, micropoderes... tudo isso e mais coisas estavam, claro, em jogo.

Que interesses chancelaram a inscrição de determinado discurso autorizado de patrimônio (Smith, 2021) e um lugar de memória muito

[8] Lançado em 09 de agosto de 2022 pelo Sindicato dos Servidores Públicos do Rio de Janeiro (Sindisep-RJ) em parceria com a UFF e a UFBA, o chamado Projeto Retomadas é o primeiro meio pelo qual, registradamente, se articulam defesas abertas por uma gestão indígena no então Museu do Índio. O projeto consistia de seis *lives*, das quais apenas as cinco primeiras foram executadas. Nelas se discutia, em um clima de incerteza e enfrentamento à gestão bolsonarista, a necessidade de ocupação indígena do Museu enquanto ferramenta de Estado, formulação e execução de políticas culturais públicas para os povos indígenas. Contrariando o desprezo interno da equipe gestora do Museu então, o Projeto acaba alcançando um sucesso imprevisto: antes mesmo do findar das seis *lives*, o Sindisep-RJ divulga publicamente um total de sete candidaturas indígenas à Direção do Museu.

específico (Nora, 1993) ao Museu cuja memória social é, aqui, objeto? Mais: até que ponto o discurso oficial no antigo MI logrou obliterar sua natureza excludente no instante em que a própria excludência das Instituições era escancarada numa retomada democrática a nível nacional?

Um museu científico-cultural

Ao considerar os efeitos atomizados da "virada antropológica" (Nogueira, 2014), viralizada mundialmente por centros acadêmicos com os quais o Museu do Índio cultivou deliberadas e profundas redes de sociabilidades museológicas e acadêmicas durante a Sexta República, ou seja, o período compreendido entre a eleição, indireta, de Tancredo Neves, e a ascensão de Jair Bolsonaro ao poder. E é nesse período que podemos ter vaga noção, por dedução contextual, das práticas que caracterizaram a infiltração acadêmica no MI.

Pressionado pela crescente propagação do ideário liberal por sobre a administração pública, e compelido à busca de soluções criativas para lidar com o contexto, sobrevivendo institucionalmente, muitas vezes, a duras penas, não restou muito ao MI (e sua gestão), senão buscar parcerias executivas concretas, pelas quais se pudesse levar a cabo a efetivação de políticas públicas condizentes com o movimento, maior, da virada antropológica e com as necessidades engendradas pela outra virada, a tecnológica, ocorrida com o avanço dos meios digitais de captação de acervos, musealização e difusão.

Por outro lado, o respaldo do indigenismo estatal com prerrogativas orçamentárias e executivas conferidas ao Museu como Unidade Gestora da Funai oportunizou a atração de intelectuais em rede, com ligações institucionais aprofundadas e, não raro, consolidadas, nos grandes centros de pesquisa, sobretudo cariocas, interessados na expansão custeada de suas pesquisas e no envolvimento

profissional de seus orientandos, sobretudo junto ao, então nascente, Projeto Unesco - Projeto 914BRZ4019: "Salvaguarda do Patrimônio Linguístico e Cultural de Povos Indígenas Transfronteiriços e de Recente Contato na Amazônia Legal", que é fruto do Acordo de Cooperação Técnica firmado em 2015 entre a Funai e a ONU/Unesco.

Se, cria da técnica, em um momento de profundas transformações do campo museal, o projeto é, contudo, talvez, e sobretudo, fruto direto o ostensivo, das habilidades sociais e articulatórias do grupo então dirigente no MI, bem como das circunstâncias do período, este, institucional e profundamente marcado pela gestão de José Carlos Levinho, antropólogo de formação, feito, no governo FHC, por, dali decorrentes, 27 anos ininterruptos, gestor/diretor à frente do Museu do Índio (1992 -2019).

É ele, a figura que, captando o movimento que irradiava da política museal, em contexto de globalização, na transição para o novo milênio, propõe, com sua equipe, a criação dos programas de trabalho que engendrarão, com sucesso, o (dito) Projeto Unesco.

Implementado no Museu do Índio (MI) a partir de 2009 por uma articulação internacional inédita para a Instituição, até então, o Programa de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas (ProgDoc) possibilitou uma significativa ampliação dos acervos institucionais [9]. Instrumento de cooperação técnica internacional, arrojado, na Funai, à sua época, o Projeto 914BRZ4019, internamente chamado, Projeto Unesco, passaria por poucas alterações em seu texto ao longo de uma década e meia de sucessivas renovações.

Uma das mais significativas, foi a criação de dois subprogramas, que definiam duas linhas de atuação distintas, voltadas, respectivamente: a) para estudos geradores de aquisição de acervo em cultura material e; b) para uma, incisiva, penetração da linguística no campo de ação do

[9] Vide FUNAI. Museu Nacional dos Povos Indígenas. *O Museu do Índio e suas coleções*.

Museu: Prodocult (Programa de Documentação de Culturas Indígenas) e Prodoclin (Programa de Documentação de Línguas Indígenas).

Conformando uma política indigenista com ambições internacionalistas, diferenciada no rol da política cultural do Estado brasileiro e da política indigenista da Funai, o Museu buscava alargar seu enfoque de atuação, galgando importância na Fundação por meio de um acelerado processo de aquisição de acervos já qualificados em sua origem, amplo material para publicação e uma, muito inovadora, aliança, com o campo, específico, da linguística.

O Projeto é firmado sobre orçamento Federal que, sob a Unesco, é destinado ao Museu. Os mecanismos, mais simplificados, de descentralização e execução orçamentária passam pela publicação de editais de contratação elaborados pelo próprio Museu, e contrastam com a crescente complexificação burocrática do Estado, cada vez mais submissa à ótica neoliberal dos intelectuais da gestão pública.

Por esses editais, técnicos, definidos pelo gestor, selecionam candidatos com base em currículo e experiência de atuação na área. Cada contratado tem (em geral, com variações) nove meses, respeitado o exercício fiscal, para desenvolver o trabalho e entregar os produtos relacionados no edital. Embora os valores variem consideravelmente entre uma consultoria e outra, via de regra se concebia no Museu, por volta de 2024, que um consultor da Unesco, no MI, receba cerca de sessenta mil reais por entre quatro a seis produtos entregues.

Os produtos vão de glossários a catálogo de itens etnográficos, passando pela elaboração de gramáticas e *thesaurus* de cultura material. O pagamento é feito por produto entregue. Não há vínculo empregatício. Os acervos chegam pré-qualificados.

Há possibilidades de destinação de orçamento regular não executado no exercício ao orçamento do Projeto. A execução de diárias

e passagens, inclusive, é facilitada e conta com sistema próprio para emissão (UBO) à parte do SCDP (Sistema de Concessão de Diárias e Passagens) do Governo Federal.

Um Éden adâmico, executivo, que se torna corolário máximo de uma Direção que, ao momento do lançamento do Prodocult, já contava 19 anos ininterruptos de gestão.

Num contexto, já descrito, da consolidação do ideário neoliberal no Brasil, em que as instituições viam, na interseccionalidade, recurso legítimo de sobrevivência ante o desmonte promovido, táticas e estratégias de mediação entre o Museu e as universidades foram paulatinamente lubrificando o funcionamento de um engenho, arranjo pelo qual, sob custeio orçamentário e operacional executado no Museu do Índio, uma plêiade de acadêmicos de confiança têm acesso ao *direito* de significá-lo, sub-rogada, assim, a construção de seu próprio Lugar de Memória (Nora, 1993).

Estes, promovem o engajamento articulado de sua rede de orientandos em torno dos editais do Projeto Unesco, alocando-os diretamente nas pesquisas de campo, sendo remunerados e dotados da prerrogativa de seleção de "auxiliares indígenas" para contratação a baixo custo. Em troca, os pesquisadores em campo multiplicam, exponencialmente, o acervo do MI, com toda a qualificação técnica possível, e o respaldo institucionalizado das universidades envolvidas.

Em decorrência do crescimento exponencial dos acervos etnográfico e arquivístico que o fomento em torno do projeto promove, o Museu passa, então, a necessitar de urgente e crescente reforço, recorrente, recidivo, insaciável e prioritário, nas suas capacidades de armazenamento físico e/ou virtual, envolvendo a contratação de material e serviços especializados, bem como reformas, crônicas e, administrativamente, complexas, elaboradas. Fatalmente — e isso se aprofundará, com as futuras aposentadorias no quadro e a, decorrente,

escassez de servidores — tais fatores, levariam à exaustão finalística do museu, afetando as capacidades humanas, por uma questão de logística existencial, da conservação, do restauro, e do devido aproveitamento do acervo para o cumprimento das atribuições museais, da instituição, para com o público.

Tais capacidades, seria de se esperar, já não mais dariam conta do acelerado processo de acúmulo, e suas crescentes, e prementes, necessidades de processamento e difusão digital. Daí, maior aprofundamento das relações de dependência, seja da contratação terceirizada de apoio administrativo, corroendo o orçamento público pela complexificação da burocracia, seja das interconexões, em rede, com especialistas de confiança, oriundos dos núcleos de pesquisa nas universidades, com atuação "finalística" especializada, desonerando o Museu do Índio de sua atividade fim, em imensa medida.

Nesse contexto, ao corpo de "especialistas internos", sobretudo após a implementação do cargo de "indigenista especializado" no concurso de 2010[10], ficaria cada vez mais consagrado o papel de gerir a burocracia, consolidar relatórios de gestão, fiscalizar os contratos, etc. – operando indiretamente em favor da apropriação de uma memória alterna, delegada a outrem.

Ao mesmo tempo, no aproveitamento de um contexto que se desenhava em nível nacional, na Funai, o MI fortalecia suas relações com a presidência da Fundação sob Márcio Meira, contribuindo ativamente na construção de uma "nova Funai", propalada na (nova) reestruturação do órgão que culminou na portaria nº 1.733, de 27 de dezembro de 2012[11].

Pelo novo regimento, a Fundação atualizava sua concepção de

[10] Note-se que com a escassez de pessoal que se aprofundou ao longo dos anos a autofagia gerencial acabou se impondo - a última na lista elencada no Anexo I, conforme o Edital de 2010 (Instituto Cetro. Edital nº 01/2010).

[11] Revogada pela Portaria nº 666, de 17 de julho de 2017.

indigenismo, consolidando a extinção dos PINs e a criação dos cargos indigenistas. Estipulava uma Diretoria Colegiada e Comitês Regionais de gestão com representantes indígenas[12].

Conferia um estatuto especial ao Museu do Índio, na qualidade única de "órgão científico-cultural", colocando-o, senão em estrito ordenamento regimental, ao menos na prática das articulações, ao mesmo nível das Coordenações Gerais da Sede, em Brasília, ao passo que lhe fazia concessões especiais, mantendo "Diretor" aquilo que seria, pelo organograma, "Coordenador Geral". Aparentemente de pouca monta, esse detalhe foi apropriado pela, então, "direção" do Museu, que se manteve ativa por anos nas mais altas esferas da Funai, participando de reuniões da Diretoria Colegiada em pé de igualdade com as Diretorias de Proteção Territorial (DPT), de Promoção aos Direitos Sociais (DPDS) e de Administração e Gestão (Dages).

Tudo parecia funcionar bem. O arranjo permitia a orquestração entre as demandas de acúmulo documental, acelerado, conforme engendradas pela contemporaneidade de uma revolução quantitativa nos arquivos (Nora, 1993. p.15). Estimulava toda uma composição de redes que se entrenutriam por trocas simbólicas e concretas, legitimando sua própria política pública, específica, enquanto promoviam, tacitamente, o empoderamento de pares e filiados, com fundos de pesquisa e (pronta) execução orçamentária. Promovia-se ou apoiava-se atividades, eventos e agendas sociais "distintivas" nos meios museais, indigenistas, antropológicos, linguísticos etc.: exposições, publicações, seminários, por aí vai, como sói às melhores instituições culturais.

A estrutura era suportada por uma máquina pública enriquecida

[12] Distanciados pelo tempo e já sob o novo Regimento de 2017, podemos vislumbrar que, justamente a inovação em governança introduzida pelos Comitês Regionais de gestão foi completamente abandonada pela Fundação em menos de uma década.

por capital internacional, e esta, dedicada à execução administrativa das demandas arquitetadas pela academia e, em troca, contemplada com os sinais diacríticos da distinção intelectual: cargos e inserção em nichos sociais relevantes no campo cultural, criando uma economia de trocas muito peculiar e lucrativa (Bourdieu, 2008).

Contudo, inesperadamente, em meados de julho de 2016, grupo de indígenas ligado à aldeia Marakanã na cidade do Rio de Janeiro, ocupa o Museu do Índio no rescaldo maior do movimento Ocupa Funai (Pires, 2016), bem no momento em que, regionalmente, o Governo do Estado do Rio fazia, todo o possível, para desalojá-los das imediações do estádio homônimo, visando a construção de um estacionamento no local (TV Brasil, 2016).

Anos depois, apenas fragmentos de uma História não contada permeiam uma Memória sufocada por interesses de manutenção da ordem vigente: um *toreh*; uma suposta fogueira; pedidos de deposição do diretor; acionamento de um, então, juiz Witsel; articulação de enfrentamentos físicos com grupo indígena divergente e a triste, e documentada, degeneração em lutas corporais abertas (Vítor Videomaker, 2016).

Uma suposta defesa do acervo justificaria a violência empregada?

O patrimônio autorizado sufocava a divergência. O acontecimento passa a ser tabu institucional, assunto evitado nos corredores, fato desterrado da memória, destinado, como sói, ao esquecimento oficial. O episódio resulta em prisões, processos, inspeções do corpo de bombeiros e emissão de laudos acusando péssimas condições nas instalações: redes elétricas, rotas de fuga, segurança de acervos, enfim, uma série de problemas que demandaria o fechamento do museu ao público.

Infelizmente, ou não, a partir desse momento, a gestão capitaneada por José Carlos Levinho, vista, por muitos, como revolucionária, do

ponto de vista do acúmulo dos acervos e da elaboração técnica do seu processamento, inicia um declínio gradual e impiedoso, politicamente fúngico, cujos micélios vincam e processam, por toda a estrutura social da instituição, a derrocada de todo um modelo de gestão, apodrecendo os conceitos internos, e impulsionando a construção da imagem triste e interdita, já esboçada, parágrafos atrás.

O quadro, assim, envelhece, sem maiores renovações. As relações se desgastam, paulatinamente. Aposentadorias se sucedem, enquanto crescentes afastamentos médicos se acumulam, gradativamente, em um contexto psico-social que, evidenciando o adoecimento coletivo, revelará, futuramente, a profunda toxização do ambiente político, como um todo.

A Instituição teria de passar, como passa *ainda hoje*, por um longo e tortuoso processo de recomposição estrutural, obrigando-o (ou oportunizando-o) a relegar completamente a construção coletiva de um Lugar de Memória[13] e aprofundar sua dependência para com os aliados acadêmicos, ao mesmo passo em que toda a antiga equipe de especialistas de confiança paulatinamente se aposenta, criando vazios de poder depois de décadas e engendrando, claro, negociações e disputas territoriais por esses nichos.

Sem querer negar, aqui, as evidentes conquistas e avanços auferidos em década e meia, ininterrupta, de gestão, a seguinte década, no exercício, hegemônico e ininterrupto, do poder, demonstraria os limites de uma museologia liberal, com fachada social-democrata, em conter o avanço de um fascismo repaginado, no Brasil, sob o espectro do bolsonarismo, alçado às cabeças das

[13] Utilizaremos aqui maiúsculas para falarmos de Lugar de Memória. Pela centralidade que o conceito toma nas reflexões adiante apresentadas, penso útil dar destaque para que se compreenda que se fala de um amplo leque de mecanismos e dispositivos que, concatenados, dão suporte a uma construção social altamente complexa e intrincada, vincada por disputas no campo simbólico e concreto..

instituições brasileiras, e inclusive à da Funai, sob Marcelo Xavier.

É sob sua presidência, na Funai, que é nomeado, com a deposição de Levinho, em 2019, coronel reformado do Exército, que já havia passado pela Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Social (DPDS), da Fundação: Giovanni de Souza Filho. De formação, avançada, em ciências militares, e propalado especialista[14] em gestão administrativa. O período em que geriu o MI foi, em grande parte, e como seria de se esperar, na decorrência de seu histórico, marcado pela priorização dos fluxos administrativos, durante toda sua duração.

Paulatinamente, foi sendo reforçado um discurso interno que via, em um "finalístico" em declínio (em número de servidores e possibilidades de ação, cada vez, menos, livre, para cumprimento das próprias funções regimentais, na área fim), um nicho a submeter, grupo de hippies, talvez, irresponsáveis de humanas, sustentados pelo árduo trabalho das equipes de licitação e gestão contratual.

Temas de trabalho, como demarcação, retomadas, e mesmo expressões como "povos indígenas", passaram a ser "evitadas" dos documentos oficiais, por "aconselhamento" das chefias, diante de acordos firmados em reuniões semanais de coordenadores, conforme consolidado pela gestão do coronel.

Em um museu fechado por mais de dez anos, autofágico, autocentrado, onde era mais importante a manutenção do papel higiênico diário, da água mineral quotidiana, e da materialidade do existir, por si, alimentava-se a construção, com minúcias de fluxograma, de uma rotina interminável de expedição, infrutífera, de memorandos, requerimentos, gráficos, relatórios, despachos e formulários que, em última análise, eram, sobretudo, destinados ao funcionamento interno e à valorização, por um discurso ornamentado por informações

[14] Vide em: Nova equipe de diretores da Funai é formada de experiência e disposição. Funai, 2019.

floreadas, com tabelas técnicas e coloridas, das engrenagens endógenas de funcionamento da instituição. O domínio sobre a técnica burocrática se torna uma bandeira pela ocupação dos cargos diretivos, repartidos, politicamente, pelas mesmas figuras dos coordenadores e chefes de serviço que se mantiveram, desde Levinho, e por ele foram nomeados, com raríssimas exceções.

Ficou notório, sobretudo no início da transição, que os chefes, mantidos pelo coronel, cultivaram uma continuada e quotidiana relação com o ex-diretor, considerando-o mentor importante durante a passagem da gestão bolsonarista. Talvez, se pensasse, o que é muito razoável de se supor, que, passado o período Marcelo Xavier, o caminho "natural" das coisas fariam com que, novos ares, possibilitassem o retorno da equipe dos pupilos de terceira geração, deixados no MI por José Carlos Levinho, ao poder hegemônico, na instituição.

Gradativamente, se formam três grupos, muito claros, no contexto político, sob a gestão Giovani: a) o primeiro, evidentemente, era o corpo de coordenadores deixados por Levinho, que a ele pagavam reverência e, ocasionalmente, o poderiam acessar, visando a instrução de procedimentos por uma empiria política que não tinham, e pela qual o antigo diretor era amplamente conhecido; b) o grupo de especialistas em gestão administrativa, encabeçado pela chefia da Coordenação de Administração (Coad), empoderada pelo próprio diretor, em cujo *approaching*, sendo afeto ao campo estritamente administrativo, se via, plenamente, contemplado; e c) grupo de servidores ligado ao movimento sindical, que fazia aberta oposição à gestão, política, do órgão, no esteio dos movimentos antifa, eclodidos.

A Instituição permaneceria fechada ao público, mantendo seu quadro ciclicamente ocupado e significado em função da autofagia administrativa, completamente alijado dos povos indígenas e dos debates indigenistas, antropológicos ou historiográficos, museais ou patrimoniais.

O coronel, tocando o Museu do Índio (como quem toca uma boiada, diria velho ministro?), sem maiores preocupações com o campo museal ou demonstração, mínima, de maiores ambições indigenistas ou evidentes comprometimentos com o arrojo na preparação e instauração da política pública, meio que "em piloto automático", empoderando os servidores que a ele se prestavam, em pleno bolsonarismo, se mantém até o final da era do (outro) inominável, o da Funai, mesmo sob as fartas e duras críticas de indigenistas da Fundação (INA/INESC, 2022, p. 46)[15].

Deixa, contudo, nomeados, os mesmos coordenadores e chefes que havia herdado da gestão anterior. Ao final de seu mandato, estes passarão a gerir, interinamente, a máquina do MI, sob seu legado, e em memória do anterior.

Sob intensa crítica, sobretudo oriunda do núcleo sindical atuante que, então, o MI abriga, em ampla articulação direta e galvanizada com o movimento indígena, e junto a um grande número de fazedores profissionais das culturas indígenas, se intensificam as pressões pela sucessão diretiva, no rescaldo das eleições de 2022, revelando, muitos e profundos, paradoxos velados de representatividade étnica no Museu que, fechado ao público por quase década, de repente — e para a surpresa da intelectualidade museal carioca — passa a despertar o interesse de profissionais indígenas "especializados em cultura".

Estes, reivindicando o controle dos mecanismos de operação do patrimônio, até então exclusivos aos quadros de especialistas não-indígenas, desequilibram as forças endógenas. O debate transborda os

[15] A Indigenistas Associados (INA) se institui formalmente em 2017, no rescaldo da formação dos novos quadros indigenistas firmados a partir de 2010. É descrita em seu *website* oficial como" uma entidade civil sem fins lucrativos, de caráter temático e corporativo". Sem estatuto de sindicato, a instituição, ao longo da última década, passa a ocupar posição central no debate indigenista de Estado, sobretudo na capital da República e na sede do órgão, capilarizando-se paulatinamente pelas unidades regionais em um movimento de expansão bastante contemporâneo.

limites da autofagia, ameaçando o plantel hegemônico, então no poder.

De chofre, ali, se forma nó, saia justa, contrassenso insolúvel, sob percepção nítida e generalizada de debate, não raro inflamado, no qual a discussão, eminentemente política, se torna, para os detentores dos cargos, dor de cabeça e ameaça temerária.

Emerge, assim, uma grave — e cabalística? — crise de legitimidade no velho Museu do Índio (recém egresso do centenário de Darcy Ribeiro e, exatamente, em sua septuagésima efeméride institucional), enquanto os três grupos internos, já muito evidentes, se acotovelam, disputando o primeiro ano do novo governo.

Ampla gama de profissionais indígenas intensifica suas pretensões junto ao MI, alimentada das informações necessárias pelo grupo sindical, enquanto, externamente ao museu, é aquecida pelo próprio movimento indígena, passando a reivindicar os cargos e a gestão direta (a caneta signatária, quanta ousadia!) das políticas públicas de Estado e de Cultura, destinadas, através da Funai, e pelo MI, aos povos indígenas de todo o País.

No dia seguinte à simbólica escalada da rampa do Planalto por Raoni Metuktire, na histórica posse do terceiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva, pela primeira vez na longa história institucional do Museu do Índio, se inicia um processo publicização de sete (!) sucessivas candidaturas indígenas, oficializadas, à Direção do MI[16].

Dias sórdidos, de refrega, se arrastam, conduzindo a gestão interina a um fundo de poço inexecutivo, sorumbático e patético, enquanto o tempo costura a transição necessária à (possível) refundação de um museu incerto.

---

[16] Seguidas à candidatura da jurista indígena Fernanda Kaingang ao posto de Diretora do MI, lançada em 2 de janeiro de 2023, outras seis protocolaram proposta nos sistemas da Funai. Fernanda chegou a difundir publicamente seu "*Projeto Museu dos Povos Indígenas*", rubricado pela logomarca de uma miríade de instituições indígenas, indigenistas, culturais, etc. e difundido pelo Instituto Kaingang (INKA) para fins de debate público.

A escolha do nome da nova gestora passaria por uma trajetória política cheia de reviravoltas, e muitos desditos, no recôndito dos bastidores: nove meses de debates internos no movimento indígena e nas altas esferas da Funai e do indigenismo brasileiro. Nove meses de articulação intensa opondo redes, não raro, completamente antagônicas, de representação do patrimônio cultural.

Nomeada em publicação do Diário Oficial, em dezembro de 2023, assim, em meio à essa turbulenta conjuntura política, agravada por décadas de manutenção hegemônica de um local de privilégio sob, praticamente, um mesmo grupo sócio-profissional (e, muitas vezes, encruada disputa contra-hegemônica, com atuação de diferentes forças em nuances várias, através do tempo), Fernanda Jofej Kaingang se tornaria a primeira mulher indígena a dirigir a máquina pública MI, em seus mais de setenta anos de história, declarando, de saída, independência, autonomia, e uma virada em direção ao protagonismo indígena, real, desta vez, ao que tudo pareceria indicar, para bem além do mero discurso.

Considerações finais

A representatividade de uma primeira gestão indígena no Museu do Índio implica em uma série de expectativas das mais diversas, em distintos contextos e diferentes nichos sociais: dentro da Funai há um conjunto delas, nas complexas sinapses funcionais de uma instituição que herdou, seu próprio nascituro, de um contexto — e de um governo — militar; entre os povos indígenas em contexto urbano, ou nos territórios Brasil profundo adentro, há muitos outros, muito capilares e diversos; há casos de impacto direto, local ou regional, sobretudo no Rio de Janeiro, nas aldeias do Estado e da cidade; já entre profissionais indígenas atuando no campo da Cultura, disputando por espaço profissional, não só no Brasil, mas também fora dele, não só com não

indígenas, mas também entre si, há outro contexto, adverso e, quiçá, cobiçoso; na academia, e particularmente, nas universidades com maior histórico de aliança com o Museu, o contexto e o interesse com que se observa o deslinde desse primeiro mandato indígena é outro, ainda mais intrincado, talvez; pode-se pensar no impacto de um discurso por uma museologia oficial, do MI, incidindo, inclusive em termos orçamentários, nas aldeias Brasil afora, nos museus indígenas nos territórios... enfim.

O panorama é vasto, e suscita mais questões que as responde, ao certo. Na miríade de interesses em jogo, há uma mudança conceitual que permeia o debate de fundo, e se torna, para nós, central: a mudança do nome da instituição.

Processo em curso, a alteração da nomenclatura institucional de 'Museu do Índio 'para 'Museu Nacional dos Povos Indígenas 'sinaliza um caminho de compreensão de que há necessidade de real (e não apenas discursiva) inserção (protagônica) de representação para centenas de povos no Brasil, com culturas, línguas e universos, completamente, diferentes, para uma construção efetiva da política indígena e indigenista, de Estado, que a Instituição define e executa junto à Funai.

Longe de configurar, por si só, o fiel de qualquer balança, a proposta abre um debate em linhas simples que toca as ontologias do espaço público: reposicionar o Lugar de Memória Museu Nacional dos Povos Indígenas.

Readequar o planejamento, executivo, reposicionando as peças disponíveis, repensar o direcionamento, não só conceitual, mas, também, orçamentário, com vistas à consecução de metas institucionais pactuadas na Fundação, em triangulação com as demandas indígenas por políticas públicas de cultura em rede e as prioridades políticas da

nova gestão, configuram um cenário de inúmeras possibilidades, mas também de muitos conflitos e disputas.

Esse *tournant*, institucional, exigirá a reconfiguração de sua própria pertença em relação aos povos indígenas, em um contexto de profundas transformações na política indigenista brasileira com a criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e a posse da primeira presidência indígena na Funai. Há uma virada epistemológica em curso e, parece, um xeque foi anunciado às forças hegemônicas.

O tabuleiro é ocupado no rescaldo de uma reconstrução da Funai no MPI, em que se anuncia uma nova reestruturação do órgão, com Plano de Cargos e Salários submetido por medida provisória no primeiro semestre de 2024 e concurso público em andamento.

Implicando em orçamento, aquisição de pessoal e ampliação de capacidade executiva das unidades, as negociações em torno de uma nova Funai envolvem o Museu e desafiam sua primeira gestão indígena a reconhecer legados, e negociar posições — eventualmente, blindagens —, ao mesmo passo em que é compelida, pela própria cobrança dos parentes, de manter, sustentar, uma instituição, em crise (ou metástase, como diria certo, e velho, camarada de sindicato), minimamente, de pé.

Pertinente considerar a depreciação dos quadros, especificamente, na área de conservação e restauro no MI, frente ao avanço dos modelos de terceirização da área fim, para que se possa pensar em maneiras mais eficientes de envolver os povos indígenas nos processos de manutenção dos acervos, dada a especificidade dos conhecimentos indígenas na confecção de sua própria indumentária e autodesenvolvimento de tecnologias endógenas, mais ou menos, negociadas, na política institucional de aquisição, guarda e conservação dos acervos.

Ao mesmo tempo, os desafios de base são aprofundados a cada ATL, exigindo um reposicionamento da Funai como um todo e

demandando, do Museu, a profunda refundação de seu papel social e institucional.

Na contramão deste fluxo, são firmados, a meados de 2023, tanto o PPA 2024-2027 quanto seu decorrente, PEI (Plano Estratégico Institucional) da Funai[17]. Todos, negociados antes da nomeação da diretora indígena no Museu. De largada, tal fator compeliu, ao menos em parte, a gestão, indígena, a primeira no MI, a negociar, internamente, em 2024, num rol de prioridades, programas, projetos, metas definidas sem, sequer, sua participação — e sem os processos regulares de consulta aos povos que, por representação, defende.

Há uma miríade de obstáculos possíveis, que vão desde a inoperância dos protocolos administrativos, crescentemente complexos e restritivos, com agravamento das disputas intestinas (alternadamente, entre áreas meio e fim, ou entre os três blocos em atrito, envolvendo uma complexa, e engenhosa, arquitetura micropolítica), até limitações orçamentárias e programáticas em um contexto de fase final do Projeto Unesco e sucateamento quantitativo de pessoal, cada vez, mais evidente.

Se as gestões passadas deixam um legado muito evidente em termos de documentação e acervo e em *expertise* na execução de projetos de escopo internacional, é fundamental que se perceba que, a manutenção de, basicamente, um mesmo grupo, à frente do MI, por quase três décadas, acabou por causar acelerar deterioração dos pactos sócio-institucionais e da manutenção de sustentabilidade no conjunto das relações internas, alimentando um movimento contextual, evidente e eminentemente, catártico.

---

[17] Vide a apresentação do plano de "processos e negócios finalísticos" do Museu do Índio, junto à Coordenação de Gestão Estratégica (CGGE), da Funai. É a primeira da oficina, ocorrida na abertura do quarto trimestre de 2023, a 3 de outubro, quando o ano já se esvaía, sem solução quanto à interinidade no MI. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=zCQaslnCipI&t=2130s> Acesso em 11/02/2025.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp/Porto Alegre, 2008.

CABRAL, Eula D.T. Políticas de comunicação e de cultura acessíveis à sociedade: O projeto EPCC. In: **Desafios das políticas de comunicação**. São Cristóvão: ULEPICC-Brasil, 2019. Disponível em: https://epccbrasil.wixsite.com/epcc2/pesquisas. Acesso em: 30 jun.2025.

CABRAL, Eula D.T. **Cultura, Comunicação e Informação na era digital**. Rio de Janeiro: FCRB, 2021. Disponível em: https://epccbrasil.wixsite.com/epcc2/pesquisas. Acesso em: 30 jun.2025.

FUNAI. No Rio de Janeiro, presidenta da Funai reforça compromisso com o fortalecimento do "Museu do Índio". **Funai**. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/no-rio-de-janeiro-presidenta-da-funai-reforca-compromisso-com-o-fortalecimento-do-museu-do-indio. Acesso em: 10 set. 2024.

FUNAI. Semana de Alinhamento para o Planejamento Estratégico 2024-2027 - Dia 5. **Funai**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zCQaslnCipI HYPERLINK "https://www.youtube.com/watch?v=zCQaslnCipI&t=2130s"& HYPERLINK "https://www.youtube.com/watch?v=zCQaslnCipI&t=2130s"t=2130s. Acesso em: 11 fev. 2025.

FUNAI. Museu Nacional dos Povos Indígenas. O Museu Nacional dos Povos Indígenas. **Funai.** Disponível em: https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/museu-do-indio. Acesso em: 15 set. 2024.

FUNAI. Museu Nacional dos Povos Indígenas. O Museu do Índio e suas coleções. **Funai.** Disponível em: https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/assuntos/noticias/2016/o-museu-do-indio-e-suas-colecoes. Acesso em: 15 set. 2024.

FUNAI. Museu Nacional dos Povos Indígenas. Salvaguarda do Patrimônio Linguístico e Cultural de Povos Indígenas Transfronteiriços e de Recente Contato na Amazônia Legal. **Funai**. Disponível em: https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/assuntos/pesquisa/projetos-institucionais/linguas-e-culturas-na-amazonia-legal/salvaguarda-do-patrimonio-linguistico-e-cultural-de-povos-indigenas-transfronteiricos-e-de-recente-contato-na-amazonia-legal. Acesso em: 15 set. 2024.

FUNAI. Lei nº 5.371, de 05 de dezembro de 1967. **Diário Oficial da União**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=576664 HYPERLINK "https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=576664&filename=LegislacaoCitada%20PL%203571/2008"& HYPERLINK "https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=576664&filename=LegislacaoCitada%20PL%203571/2008"filename=LegislacaoCitada%20PL%203571/2008. Acesso em: 05 out. 2024.

FUNAI. Portaria nº 666, de 17 de julho de 2017. **Diário Oficial da União**. 2017. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19183136/do1-2017-07-19-portaria-n-666-de-17-de-julho-de-2017-19183102. Acesso em: 15 set. 2024.

FUNAI. Portaria nº 1.733, de 27 de dezembro de 2012. **Regimento interno da Fundação Nacional do Índio**. 2012. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/atos-normativos/arquivos/portaria-no-1-733-de-27-de-dezembro-de-2012.pdf/view. Acesso em: 15 set. 2024.

INA. **Indigenistas Associados**: Instituição dos servidores públicos da carreira indigenista. Disponível em: https://indigenistasassociadosorg.wordpress.com/. Acesso em: 15 set. 2024.

INA/INESC. **Fundação Anti-Indígena**: um retrato da Funai sob o governo Bolsonaro. Brasília, 2022. Disponível em: https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Fundacao-anti-indigena_Inesc_INA.pdf. Acesso em: 15 set. 2024.

INSTITUTO CETRO. Edital nº 01/2010. Concurso da Fundação Nacional do Índio. **Qconcursos**. 2010. Disponível em: https://www.qconcursos.com/questoes-de-concursos/concursos/funai-2010. Acesso em: 15 set. 2024.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE ANGRA DOS REIS (IEAR/UFF): Projeto Retomadas. 12 de agosto de 2022. **IEAR**. Disponível em: http://iear.uff.br/2022/08/12/projeto-retomadas-nessa-segunda-dia-15-08-as-20h-roda-de-conversa-com-fernanda-castro-diretora-do-museu-historico-nacional-mhn/. Acesso em: 6 out. 2024.

INSTITUTO KAINGANG. Projeto Museu dos Povos Indígenas. **INKA**, 2023. Disponível em: https://institutokaingang.org.br/2023/01/02/ongs-indigenas-e-pro-indigenas-apoiam-a-membro-do-inka-para-presidir-museu-do-indio-no-rj/. Acesso em: 15 set. 2024.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**, v. 10, 1993.

PIRES, Victor. 'Ocupa funai 'promove manifestação em várias regiões do país. **ISA**. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/ocupa-funai-promove-manifestacoes-em-varias-regioes-do-pais. 2016. Acesso em: 15 set. 2024.

RIBEIRO, Darcy. **A política indigenista brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura - Serviço de Informação Agrícola (SIA), 1962.

SMITH, Laurajane. Desafiando o discurso autorizado do patrimônio. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 21, n. 2, p. 140-154, 2021. Disponível em: https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/1957. Acesso em: 15 set. 2024.

TV BRASIL. Justiça ordena reintegração de posse do Museu do Índio, no Rio de Janeiro. **TV Brasil**. 20 de janeiro de 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ad2YWY66bHI. Acesso em: 6 set. 2023.

VITOR VIDEOMAKER. Funcionários da FUNAI agridem indígenas no Museu do Índio do Rio de Janeiro. 18 jul. 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mWm_Iv-JS_I HYPERLINK "https://www.youtube.com/watch?v=mWm_Iv-JS_I&t=72s"& HYPERLINK "https://www.youtube.com/watch?v=mWm_Iv-JS_I&t=72s"t=72s. Acesso em: 6 set. 2023.

Arquivo e arte contemporânea: a virada mnemônica nos 'Postcards from Brasil' de Gilvan Barreto

Denise Jorge Trindade

O uso de arquivos em diversas manifestações artísticas na contemporaneidade nos coloca diante de uma estética que resgata o passado através do uso de documentos, fotografias e testemunhos, utilizando materiais de instituições, arquivos pessoais ou até mesmo fictícios. Perguntamos aqui o quanto a presença dessas obras em instituições de arte permite, não somente apontar a crise de uma história da arte eurocêntrica e o fim de uma tradição, mas também evidenciar acontecimentos que além de contestarem o próprio conceito de arte, problematizam a história da arte imperial como diz A.Azoulay (2024).

A série de fotografias utilizadas em "Postcards From Brazil" de Gilvan Barreto (2016/2020) faz um mapeamento de regiões de beleza exuberante que foram cenários de crimes da ditadura. A partir de imagens de órgãos oficiais de turismo como revistas da época, Gilvan os recria como cartões postais, fazendo recortes, criando lacunas que revelam as atrocidades ocultadas, como o desaparecimento de pessoas nesses lugares, acentuando assim a presença da ausência, uma das propriedades da fotografia. Tais arquivos adquirem maior atualidade nesse momento onde na Casa da Morte (Petrópolis) retratada em um dos cartões será um Memorial sobre a crueldade da ditadura militar, assim como o Esma (Argentina), e outros lugares de memória da América Latina.

Percebe-se uma aproximação com a arte postal dos anos 70, porém agora em outro contexto, onde história, memória e arquivos adquirem uma força estética e política que configuram a atualidade, realizando assim como quer Selligman (2022) uma "virada mnemônica".

Comunicação, Arte e Hegemonia

A desestabilização de um modelo hegemônico de se pensar e ver a reativação de outras culturas, como a própria América Latina, e também a busca por arquivos, registros e documentos possibilitam indícios de outras histórias possíveis, de culturas veladas e sufocadas. Faz-se importante então perceber o caráter "arquival" presente na arte contemporânea em sua potência de reescrever a história sem reduzi-la ao modelo hegemônico historicista.

Destacamos aqui também a importância dos meios de comunicação e informação nesse deslocamento estético e suas consequentes transformações políticas, considerando seu importante papel na hegemonia das narrativas. Ao analisar a visão da Economia Política da Comunicação García Macías, Pascual y Rojas Ariz, Yuber (2020) propõem uma **revisão crítica da Economia Política da Comunicação (EPC),** sugerindo a **decolonialidade** como novo paradigma para compreender os meios de comunicação, especialmente na América Latina. A partir de uma perspectiva interdisciplinar (comunicação, sociologia, economia), os autores argumentam que a comunicação não pode ser analisada somente como fenômeno social: é também estruturada por relações econômicas e de poder, muitas vezes invisibilizadas pela epistemologia dominante de matriz eurocêntrica. Segundo os autores, a hegemonia opera por meio de discursos de desenvolvimento, consumo e identidade, impostos como universais.

> Con el advenimiento de la revolución comunicacional e informática y bajo el discurso anti globalización en el terreno

> económico y político, ya no basta seguir cuestionando el sentido del capital y sus formas de acumulación y perpetuación; es imperioso mirar más allá y cuestionar los modos de prevalencia del capitalismo, los métodos que ha utilizado a través del uso de los medios de comunicación y la comunicación misma; especialmente, hay que ver la propagación del discurso de desarrollo y la búsqueda de la superación del mal llamado subdesarrollo. (García Macías; Pascual; Rojas Ariz; Yuber, 2020 p.65)

Ao longo do século XX, o encontro entre arte e comunicação produziu reflexões e práticas culturais diversas. Nesse sentido, foi preciso questionar e também subverter o papel hegemónico dos meios de comunicação e sua importância cultural e histórica.

A arte postal se insere nesse contexto como uma prática artística constituída por uma rede de comunicação, que aproximou artistas de todas as partes do mundo por meio da troca de trabalhos e materiais que poderiam ganhar intervenções de cada destinatário alcançado.

Entre a década de 1970 e a metade da seguinte, em plena vigência das ditaduras militares em muitos países da América Latina, a Arte Postal, Arte Correio ou Mail Art assumia importante papel, enquanto processo de comunicação e crítica à repressão e à falta de liberdade, ou mesmo para enviar solidariedade aos artistas perseguidos ou presos pelos regimes de exceção. Circulando de maneira subversiva e à margem das instituições oficiais, essa tendência artística de natureza experimental e conceitual formalizou uma rede democrática e irrestrita de comunicação, numa época em que todas as formas de comunicação haviam sido interrompidas ou eram cerceadas, assegurando o envio e a troca de imagens, ideias e mensagens, entre artistas de todas as partes do mundo, muitos dos quais sequer se conheciam.

De maneira subversiva, a arte postal se opôs ao mercado de arte, e essa crítica pode ser realizada efetivamente através de um meio pelo qual

os trabalhos dos artistas circulavam independentemente da legitimação de museus e galerias: o correio.

Sobretudo, a arte que veiculava pelos correios só se completava, só se fazia "arte", quando estava nesse trânsito. Se, por ventura, se encontrava "parada", "engessada" no museu, não poderia desenvolver papel algum na vida do público.

Balizada nas ações e atitudes artísticas do Grupo Fluxus, no conceito de autonomia e no processo de mudança do paradigma estético, a arte postal imbuiu-se de forte conotação político-crítica, tanto ao contestar a repressão e as determinações do regime militar, quanto ao se opor às categorias artísticas tradicionais, ao mercado de arte e, consequentemente, aos valores estéticos sacralizados. Essa tendência artística surgia em uma época de grandes mudanças nos meios de comunicação de massa e de desenvolvimento de tecnologias, com implicações na cultura, no processo político e nas transformações sociais.

Fotografias: rastros, imagens e memória

Atualmente, principalmente os estudos decoloniais, apontam uma desconfiança da história considerada oficial e estimulam pesquisar outras "histórias" presentes em lacunas e em rastros de imagens, que se materializam em testemunhos e arquivos.

Segundo Azoulay (2024), torna-se possível contar uma história considerada por meio da potencialidade da fotografia. Para a autora "o arquivo fotográfico não é um repositório de imagens, mas um domínio no qual – para além da divisão imperial- podemos exercer nosso poder de desaprender a soberania diferencial e participar da geração do que está ali".

Consideramos também com Marcio Selligman Silva (2022), que a fotografia se tornou uma metáfora fundamental na arte

contemporânea e assim abriria espaço para revelar origens e narrativas alternativas à construídas pelos discursos coloniais principalmente por artistas que lidam com a memória e, principalmente com o esquecimento. Seja por seu caráter de escrita de luz , seja por suas relações com o trauma (como um flash),seja por seu caráter fantasmático (o retrato, por ex.).que lateraliza o aparecer e o desaparecer, a presença e ausência, o desejo de ver e o evanescer da imagem, entendemos que ao conferir vida, pelo uso deste dispositivo (os arquivos) à imagens destinadas ao desaparecimento, como álbuns fotográficos, cartões postais, entre outras, percebe-se que estes acentuam a intermitência entre memória e esquecimento em suas produções artísticas, colocando em cena outras narrativas.

A memória enquanto política nas artes visuais é extensivamente abordada por Andreas Huyssen (2014) que aponta que esta permite, em sua opacidade, escurecer um presente esquecido, apresentando locais de violência e espaços do esquecimento.

A rasura, o apagamento e a eliminação transformam-se nas manifestações materiais da própria estrutura da memória, deixando então vestígios.

“ Rasurar e apagar tornam-se uma metáfora da instabilidade da memória histórica. Lembrar significa ler vestígios; requer imaginação, atenção do olhar, construção” (Huyssen, 2014, p.68).

Andreas Huyssen (2014) aponta também transformações nos discursos da memória que se estabeleceu nos estudos políticos e culturais a partir dos anos 90 para contextos políticos como o dos desaparecidos na América Latina.

Nesse sentido, Selligman (2022) destaca a dificuldade da inscrição na memória cultural dos fatos violentos ocorridos na ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). O autor faz em seus textos uma análise

da precariedade dessas inscrições, que têm que enfrentar a ausência de ressonância na esfera pública.

Segundo ele, a questão dos desaparecidos políticos no Brasil, como consequência das ditaduras civil-militares (1964/1985) se coloca como algo de vital importância no atual momento da democracia brasileira.

"A ausência de imagens das torturas é parte do buraco negro da memória da violência da ditadura. A violência dos atos brutais do terrorismo de Estado acontecia ao mesmo tempo que a tentativa de se apagarem os seus rastros" (Selligman, 2022). Assim, nesse artigo, fotografias e arquivos aparecem como rastros para uma possível inscrição desse tempo obscuro.

Considerações sobre o conceito de arquivo

Em sua obra "A Arqueologia do Saber" (1969), Foucault introduziu o conceito de "arquivo" como parte de sua metodologia arqueológica para investigar as condições históricas que permitiram o surgimento de certos discursos e práticas.

O "arquivo", então, é o ponto de partida para uma análise arqueológica do saber — uma investigação das regras e práticas discursivas que constituem os campos do saber.
Arquivo seria um dispositivo que revela mesmo que por fragmentos um sistema de funcionamento e arranjo de ideias" (Foucault, 1969).

Assim, arquivo, para Foucault (1996, p. 169), é o sistema que transforma enunciados discursivos em acontecimentos e em coisas ou melhor um sistema de discursividade que estabelece uma conexão de certos discursos com outros certos discursos, excluindo todos os demais como um sistema de discursividade que seleciona o que vai ser conectado à história e o que vai ser dela excluído.

A palavra arquivo remete para a palavra grega *arkhé*, familiar no vocabulário filosófico. Essa palavra condensa um duplo significado,

quais sejam, o de começo e o de comando. A dificuldade teórica maior estaria em definir onde e quando começa o arquivo, por um lado, e quem comanda o arquivo, pelo outro. (Derrida, 1995, p. 11).

Com Derrida (1995) percebemos o início da desconstrução do conceito clássico de arquivo. Segundo o autor, o arquivo não diz respeito ao registro do passado somente, mas também aponta para um futuro. Assim sendo, é possível reescrever o passado, inscrever o passado no presente e abrir novas significações.

O arquivo no contexto contemporâneo, segundo ele, é um gesto que por ser lacunar abre espaço para o entendimento da obra como um fazer constante (Derrida, 1995, p.119). Empreender a leitura crítica do arquivo e propor sua desconstrução implica não somente articular uma nova interpretação do passado e da tradição, mas propor uma leitura diversa da concepção de história realizada de forma não linear, mas de fragmentos e palimpsestos.

Mais recentemente, dialogando com Ariella Azoulay (2024), percebemos que os arquivos adquirem outras importâncias, além do que quer Foucault, que aponta que a revisão da função dos documentos e dos arquivos considerando a mutação dos paradigmas da história ou da reescritura de Derrida (1995), para quem o ato de arquivar é sempre um ato político e seletivo, cheio de tensões entre o que se lembra e o que se esquece, o que se preserva e o que se perde.

Azoulay tem se dedicado nas últimas duas décadas a produzir o que alguns chamam de contra arquivos, formas desobedientes e emancipadas de dar a ver os acontecimentos políticos e públicos, assim oferecendo aos fatos históricos uma visibilidade diferente daquela que o letramento e o arquivo imperial nos deram. Ariella reconstrói o arquivo como uma tecnologia, destacando a violência constitutiva que ele exerce contra outras formas contemporâneas de envolvimento e manipulação de documentos.

O arquivo seria então massas ou pedaços de papel soltos, atribuindo papéis e lugares as pessoas para que elas se mantenham em seus lugares "certos".

Por meio do que ela classifica como história potencial, recusa essa violência fomentando e reclamando o poder dinâmico daqueles que nunca desistiram de lutar contra o imperialismo, contra a imposição da violência como um ato irreversível.

Através de exposições e documentários, ao lado de ensaios e críticas, o trabalho de Azoulay procura combater a normalização do estado de muitos de nós como espectadores da violência e potencializar as histórias que abandonamos no passado como se já estivessem superadas e concluídas.

Como apontamos anteriormente, a questão dos desaparecidos políticos no Brasil, como consequência das ditaduras civil-militares (1964/1985) se coloca como algo de vital importância no atual momento da democracia brasileira.

A Comissão Nacional da Verdade (novembro de 2011 a dezembro de 2014) não conseguiu totalmente a abertura dos arquivos dessa época. Apesar dos vários depoimentos de presos políticos sobre a tortura vivida, não houve a virada mnemônica (Selligman) no sentido de implementação de um estado calcado nos direitos humanos.

Ao contrário, percebe-se relações da Comissão da verdade com o recrudescimento da direita no país e a repotilização das Forças Armadas. Questionamos aqui a necessidade atual de repensar atos como a anistia que, de alguma maneira, permitiu recentemente a vitória de um presidente autoritário que elogiou um torturador em pleno congresso e nos colocou diante do negacionismo de fatos históricos.

Os trabalhos artísticos de Gilvan Barreto nos colocam frente a esses acontecimentos propondo, com seu olhar político e poético, outros lugares. Em Paraíso seu "quase filme em forma de livro",

vivenciamos marcas dessa violência onde as imagens como rasgos visuais, expõem o estado latente de se abrirem a novas feridas, como escrever "Cartas náuticas", uma ação performática registrada por fotografias, realizada pelo próprio corpo do artista ao nadar em mar aberto na praia Vermelha, na Urca, um bairro militar no Rio de Janeiro. Durante a pandemia, munido de um gps, ele reflete sobre os processos violentos de formação do Brasil produzindo textos e imagens com inscrições como "Mata dores", em uma caligrafia que se assemelha a um gráfico de eletrocardiograma. Esse trabalho foi realizado durante a pandemia da Covid-19, em 2021, quando as Forças Armadas conquistavam na justiça o direito de comemorar o golpe militar de 1964.

Também revisitando páginas infelizes de nossa história, na série "Postcards from Brasil" (2016), o artista se apropria de um banco de imagens de órgãos oficiais de turismo (divulgadas pela Embratur, que foi criada em 1966, para melhorar a imagem do regime militar no exterior), produzindo uma série de cartões postais inserindo no verso trechos do Relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Percebe-se aqui uma aproximação com a arte postal, porém agora em outro contexto, onde história, memória e arquivos adquirem uma força estética e política que configuram a atualidade.

Postcards from Brasil e a virada mnemônica ética

O caráter político da arte postal que aqui apontamos anteriormente é retomado em 2016 pelo artista Gilvan Barreto em sua série maravilhosa "Postcards From Brazil"[1].

O artista se apropria de um banco de imagens de arquivos como órgãos oficiais de turismo (divulgadas pela Embratur (criada em 1966) para melhorar a imagem do regime militar no exterior, na época,

[1] Disponibilizada em https://extrato.art/gilvanbarreto/postcards-brazil

produzindo uma série de cartões postais inserindo no verso trechos do Relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Assim, ele faz um mapeamento de regiões de beleza exuberante que foram cenários de crimes da ditadura. A partir de imagens dessas imagens dos órgãos oficiais, Gilvan faz recortes, criando lacunas que revelam as atrocidades ocultadas, como o desaparecimento de pessoas nesses lugares, acentuando assim a presença da ausência.

São 35 postais em que o artista apresenta paisagens, sendo as primeiras os cenários para crimes da ditadura militar brasileira, onde foram ocultados centenas de corpos de pessoas assassinadas.

No verso dos cartões postais o artista insere alguns trechos dos depoimentos da CNV.

Paralisada no apagar das luzes do governo anterior, em 30 de dezembro de 2022, a Comissão Especial sobre Mortos Desaparecidos Políticos será recriada pelo Governo Federal.

Figura 1: Cicatrizes da Paisagem

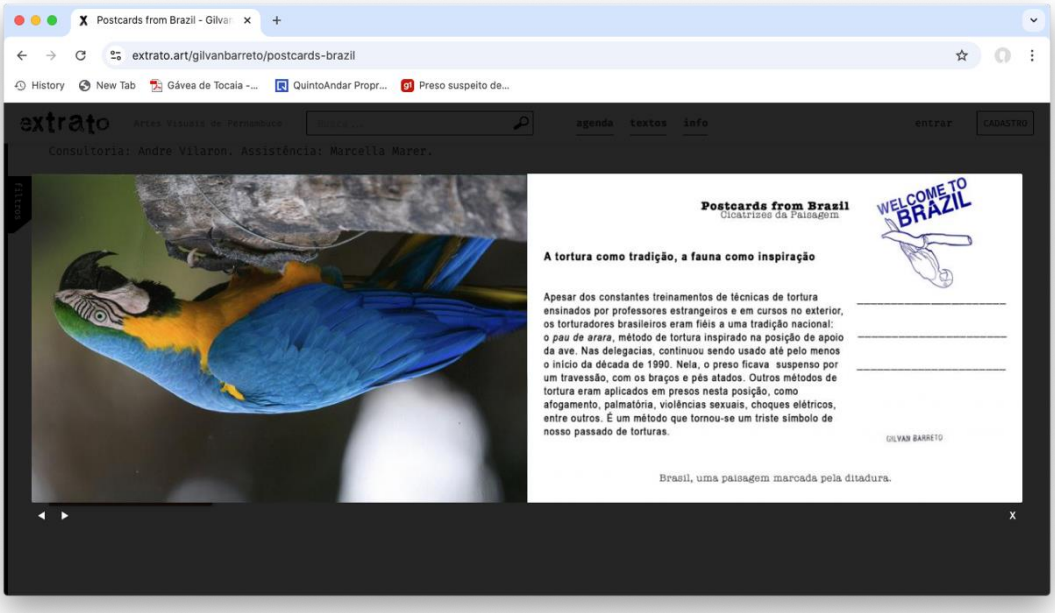


Fonte: Postcards From Brazil, 2016.

Em uma belíssima e imponente foto do Rio Araguaia, na Figura 1, vemos recortes, espaços vazios que remetem aos corpos desaparecidos, que o artista nomeia como "Cicatrizes da Paisagem" fazendo alusão ao que aconteceu durante o que se conhece como a Guerrilha do Araguaia, um conflito ocorrido na região amazônica, no sul do Pará entre o final

da década de 1960 e início de 1970, durante a ditadura militar brasileira. Em 2014, a Comissão Nacional da Verdade incluiu a Operação Araguaia em seu relatório final, responsabilizando o Estado por graves violações de direitos humanos. O caso é símbolo da violência e do autoritarismo da ditadura militar no Brasil. Até hoje, os corpos dos desaparecidos não foram localizados. O texto no verso do cartão é um trecho de um depoimento de uma das testemunhas da CNV, que relata que viu guerrilheiros mortos.

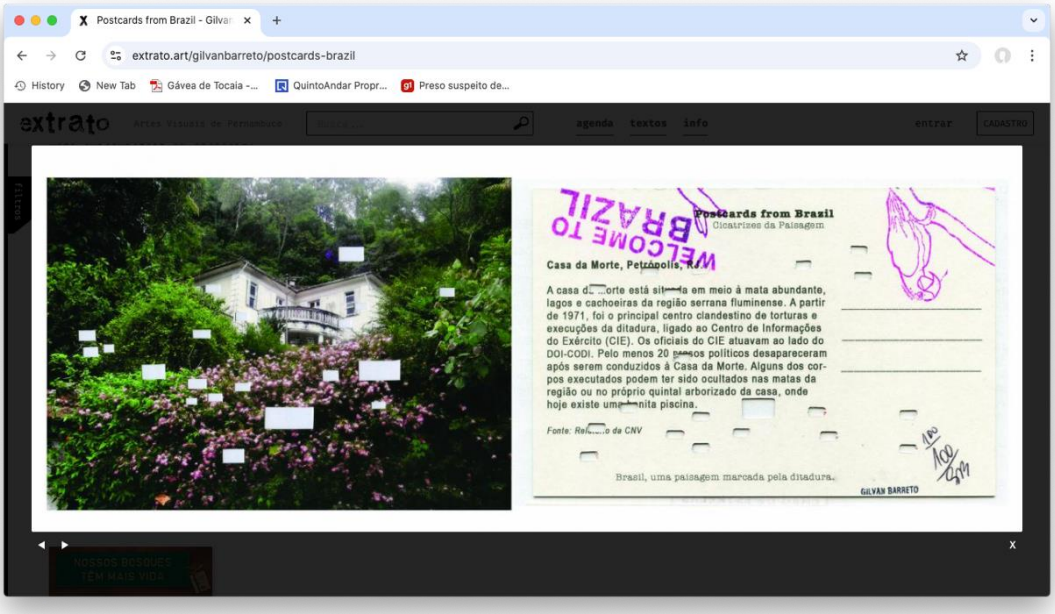
Figura 2: Pau de arara



Fonte: Postcards From Brazil, 2016.

Acentuando um outro contraste, na Figura 2, o artista se utiliza de uma imagem de uma arara de cores lindíssimas, símbolo de beleza tropical, fazendo alusão ao "pau de arara", método de tortura empregado por torturadores brasileiros inspirado na posição de apoio da ave.

Figura 3: Casa da Morte



Fonte: Postcards From Brazil, 2016.

Na foto de uma bela casa em Petrópolis, como se observa na Figura 3, situada em meio à mata abundante, os espaços vazios representam ou se apresentam como corpos desaparecidos, aludindo às histórias ainda ocultadas, que a por meio da arte se fazem presentes. Localizada na região do Caxambu, em Petrópolis, a "Casa da Morte" foi um centro clandestino mantido nos anos 1970 pelo Centro de Informações do Exército (CIE). Esses trabalhos adquirem maior força e atualidade nesse momento onde a Casa da Morte será, provavelmente, um Memorial sobre a crueldade da ditadura militar, assim como o Esma (Argentina).

Conclusão

Gostaria aqui de pensar em como esse trabalho artístico contribui para o que Selligman (2022) aponta como "virada mnemônica ética", ao materializar a violência dos atos brutais do terrorismo de Estado que aconteciam no Brasil, ao mesmo tempo que a tentativa de se apagarem os seus rastros, através do uso "desobediente", como aponta Azoulay

(2024) de fotos e também dos arquivos de depoimentos da Comissão Nacional da Verdade.

Os cartões postais de Gilvan Barreto revelam, em seus recortes, vazios que como cicatrizes expõem as fraturas dos acontecimentos cruéis e ocultos de um período. As imagens de grandiosidade e também exóticas, produzidas e veiculadas nos meios de comunicação visando ocultar tais atrocidades, são retiradas do contexto a que pertenciam revelando uma duplicidade de sentido. Acompanhadas no verso dos post-cards de textos da Comissão Nacional da Verdade, tais imagens adquirem outras significações, desestabilizando a narrativa hegemônica da história e, por meio de fragmentos e pedaços, produzem conhecimento que se convertem em processos históricos.

Referências

AZOULAY, Ariella Aisha. **História potencial**. Desaprender o imperialismo. São Paulo: Ubu editora, 2024.

BARRETO, Gilvan. **Paraíso**. Rio de Janeiro: Ed Cobogó, 2022.

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: **Obras. Escolhidas I**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p. 91-107.

GARCÍA MACÍAS, Pascual; ROJAS, Yuber Ariz. Economia política de la Comunicación e Decolonaliedad como nuevo paradigma. **Redmarka**, v.24, n.1, p. 53-69, 2020.

DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo**. Uma Impressão Freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

HUYSSEN, A. **Culturas do passado-presente**. Modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

SELLIGMANN, Marcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

RICOUER, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SCHLEDER, Liana. Arte Postal como processo. **Palíndromo**, v.8, n.15, p.20-41, 2016.

A memória de um tempo presente: O Memorial de Brumadinho

Larissa Gama Louback

A população brasileira é impactada diariamente por imagens e informações incompletas, outras falsas e poucas que contribuem com o bem-estar da sociedade. Os meios de comunicação transmitem o que interessa e as pessoas são impactadas em seus lugares. Para entender como os empresários não se afetam com a destruição ao meio ambiente e ao patrimônio cultural, resultando também na morte de brasileiros, neste artigo analisa-se a concepção do Memorial de Brumadinho, levando-se em consideração a Economia Política da Comunicação e da Cultura que possibilita o olhar "crítico e analítico", auxiliando "na análise e na compreensão do que vem acontecendo nos mercados midiático e cultural brasileiro, assim como a regulacão promovida pelo Estado, a partir da movimentacão entre os diversos setores da sociedade" (Cabral, 2019, p.169).

Entender a realidade brasileira diante de tragédias ambientais e qual mensagem é transmitida à sociedade, que vem sendo vítima de ambições empresariais, é algo que precisa ser trabalhado nas instituições de ensino, pesquisa e cultura, pois impacta a história e memória de um povo.

Maurice Halbwachs (1976) mostra em seus estudos que a memória não é um fenômeno individual, mas sim social. Para Halbwachs (1976), a memória coletiva é viva, dinâmica e prática, e,

portanto, está ligada à identidade de um grupo, sendo também seletiva, vez que os grupos lembram apenas aquilo que lhes faz sentido.

Para Amy Sodaro (2018), na obra "Seduzidos pela memória: musealização do mundo", existe uma excessiva valorização e institucionalização da memória, principalmente pelo mercado, quando museus e espaços se tornam palcos de episódios violentos, traumáticos e em estados de crise. Episódios "lamentáveis" se transformam em objeto de consumo, espetáculo e mercadoria monumentalizada como um ícone memorial que não lamenta, mas exalta a atuação de empresários na comunidade.

Para Pierre Nora (2012), em seu artigo "Entre memória e história: a problemática dos lugares", os lugares de memória surgem em contextos de crise quando a memória espontânea se perde. A transformação da memória coletiva deixa de ser orgânica para ser artificial, concentrada no presente. E, nesse ponto, é perfeitamente afim a noção de presentismo de François Hartog no artigo "Time and Heritage", isso porque tal conceito se refere à tendência de uma historicização imediata, consubstanciado num regime que é focado, por óbvio, no presente.

Assim, o passado passa a ser idealizado e serve como um suporte de legitimação do presente. Há, portanto, a instrumentalização do passado com uma reconstrução seletiva. Dessa forma, o patrimônio é reinterpretado para dialogar com as demandas contemporâneas. Não é à toa que, a partir de pesquisas bibliográfica e documental, a escolha pelo Memorial de Brumadinho, como objeto deste capítulo, não pode ser visto apenas como um patrimônio cultural que relembra a história de um povo, mas como símbolo de um desastre causado por uma mineradora que impactou o meio ambiente e estampa nos corredores do prédio construído: "Não vamos parar".

Tragédia ambiental e social

Como ignorar a ganância econômica de uma construtora, que deixou de lado o cuidado pelo meio ambiente e vidas das pessoas? Em 2019, o rompimento da Barragem Córrego do Feijão, em Brumadinho, Minas Gerais, foi considerada tragédia humanitária oriunda da atividade mineradora no Brasil, ocasionando a morte de 272 vítimas, sendo 242 mortes confirmadas e 21 pessoas desaparecidas. Às 12 horas e 28 minutos, a Barragem Córrego do Feijão, localizada no município de Brumadinho, em Minas Gerais, de propriedade da mineradora Vale S/A, se rompeu.

O Relatório de Análise de Acidente de Trabalho – Rompimento da Barragem B I da Vale S.A. em Brumadinho/MG em 25 de janeiro de 2019, elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, afirmou que a barragem possuía "entre barramento e rejeitos armazenados, aproximadamente 11.600.000 m^3 (...)". Desses, grande parte "desceu pelo vale do Ribeirão Ferro-Carvão e no seu caminho encontrou as barragens de contenção de sedimentos B IV e B IV-A, que também se romperam". Resultado: danos ambientais, sociais, culturais e econômicos. A Lei estadual, de Minas Gerais, número 23.590/2020, instituiu o dia 25 de janeiro como Dia de Luto em Memória das Vítimas do Rompimento da Barragem 1, da Mina do Córrego de Feijão. Mas, em que isso impactou na realidade da comunidade?

A questão é tormentosa desde sempre. Em 2020, a juíza Renata Nascimento Borges, da Comarca de Brumadinho, concedeu liminar à Vale a fim de proibir manifestações na entrada da cidade de Brumadinho e em frente às dependências da mineradora, inclusive com sanção de multa pelo descumprimento.

Nesse ponto, é importante observar que, para Laura de Mello e Souza, o sistema da justiça foi um contribuinte ou facilitador na manutenção do então sistema colonial. Isso porque, em Minas Gerais

mais do que em qualquer outro lugar , a coerção e o poder arbitrário eram presentes. Na época colonial no Brasil, a justiça na colônia era fortalecida pelas prisões, pela violência, castigos e inclusive, pena de morte e "afetava especialmente os pobres e destituídos de propriedade, confirmando assim o seu papel instrumentalizador" (Souza, 2004, p. 154).

Do Brasil Colônia ao Brasil do século XXI, o que mudou? Observa-se que, ainda hoje, formas de repressão a movimentos reivindicatórios continuam sendo feitas, afrontando os direitos constitucionais, impondo uma cortina de fumaça e camuflando o real desejo popular por uma responsabilização. Como analisar esta realidade no campo científico? A partir dos estudos na área da Economia Política da Comunicação e da Cultura é possível

> identificar problemas e teorias que concebem realidades persistentes dos entornos informativo e cultural; analisar a reconstrucão histórica, tornando compreensíveis as contraditórias condicões sociais, academicas e político-culturais; e promover a reflexão sobre o posicionamento e compromisso social da teoria com a prática dos movimentos sociais" (Cabral, 2019, p.169).

Do Termo ao Memorial

Nesse cenário, em maio de 2010, foi protocolada no Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) a solicitação da construção de um espaço reservado à memória das vítimas do rompimento da barragem, com a assinatura de, aproximadamente, 100 familiares. Em seguida, no mês de agosto, foi criada a Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos do Rompimento da Barragem Mina Córrego do Feijão Brumadinho (AVABRUM) para representação dos interesses do grupo e participação no procedimento, envolvendo a construção do espaço.

Em 2020, no mês de março, foram apresentados dois projetos pelo escritório Gustavo Penna Arquitetos e Associados que foram

submetidos à votação dos familiares. Entretanto, as obras de construção não avançaram, o que fez com que a AVABRUM tornasse pública a reivindicação, apontando a morosidade.

No ano de 2023 foi firmado um Termo de Compromisso entre a Vale S.A. e a AVABRUM, com a intervenção do Ministério Público de Minas Gerais, onde a Vale S.A. assumiu o compromisso de construção de um espaço que seria destinado a ser um "Memorial", com a finalidade de honrar e homenagear as vítimas do desastre. Além disso, preservar a memória da tragédia e das vítimas, promovendo esforços para a não repetição de desastres minerários, conservando o patrimônio histórico e artístico e promovendo a cultura por meio da construção e manutenção perene do Memorial de Brumadinho e de suas atividades.

A assinatura do Termo data de 4 de agosto de 2023, firmado na cidade de Belo Horizonte, e com validade de 99 (noventa e nove) anos. Segundo disposições, o Memorial seria mantido pela Fundação Memorial de Brumadinho que, na data da assinatura, estava em fase de constituição. A AVABRUM teria o papel de ser a co-instituidora. E, nesse ponto, é importante destacar que apenas os associados da associação foram ouvidos.

A responsabilidade financeira ficaria a cargo da Vale S.A. que, segundo laudo anexo ao dito Termo de compromisso, perfez o valor de R$224.368.114,66 (duzentos e vinte e quatro milhões, trezentos e sessenta e oito mil reais e sessenta e seis centavos), que foram pagos mediante entrada e cinco parcelas. O local escolhido para sediar o Memorial era de propriedade da Vale, cuja posse foi transferida para a Fundação. Também foi prevista a eleição do foro de Brumadinho para eventuais conflitos e questões a serem dirimidas.

O espaço Memorial de Brumadinho foi projeto pelo grupo Gustavo Penna Arquitetos Associados, o GPPA, composto por mais de 30 profissionais e que atua em projetos de média e grande complexidade.

O escritório é bastante conhecido no estado mineiro. O projeto foi elaborado por iniciativa do escritório e submetido, após a definição de dois projetos, à votação dos associados. Assim, os associados não fizeram uma espécie de plebiscito para definição do espaço, mas sim de referendo: optando em dois dos projetos apresentados.

Segundo o Grupo, a tarefa era complexa:

> A nossa tarefa face à realidade da dor das famílias nos coloca em uma posição de profunda humildade. A voz, a única voz, é a das testemunhas. A narrativa pertence a quem não pode mais falar e àqueles que ficaram no pesar. Não há consolo que possa ser materializado nessas circunstâncias (GPAA, 2025).

Para a ornamentação e representação das 272 vítimas, o projeto previu a plantação de 272 ipês amarelos que, segundo justificado pelo Grupo, a árvore é um símbolo do Brasil e sua cor é um contraponto aos tons terrosos da mineração. É uma forma de culto à memória. Nesse contexto, a árvore vem como uma representação da superação. Segundo o site oficial do Memorial[1], o espaço está localizado na Rua Hum, nº 100, Bairro Córrego do Feijão – Brumadinho, em Minas Gerais.

A estética do memorial é coadunante com alguns aspectos do desastre. Todo espaço é feito em tons terrosos, o que remete à lama que devastou toda a região, poluindo rios interestaduais e vitimando vidas, uma força potente que evidenciou a insuficiência humana.

O edifício de entrada, também chamado de "O Impacto", tem uma forma aparentemente, uma geometria retorcida – não segue uma estrutura linear, representando as estruturas em movimento, tal como a lama. O seu interior é escuro e a iluminação se dá por frestas de luz que representam a luz que penetra os espaços que foram invadidos pelos rejeitos. Há o contraste entre a luz natural e a luz do ambiente interno.

[1] Disponível em https://www.memorialbrumadinho.org.br/

Nesse espaço, há também um monumento de cristais iluminado que representa as "joias das famílias", assinalando a luz que faltou naquele dia 25 de janeiro. Há, também, áreas de permanência, com mesas e afins, com cantinas ainda dentro do espaço que se abre para a área externa.

O percurso abre as portas para o campo externo e vai em direção ao rompimento, uma grande linha que aponta o lugar do desastre. Nesse caminho, há uma estrutura também em tom terroso, cujas paredes abertas e cercadas pelos ipês em volta do jardim, contêm o nome das 272 vítimas e é chamado de "Espaço Memória". O espaço é inaugurado com a frase de Adélia Prado, professora, filósofa, romancista e poetisa mineira, "O que a memória ama fica eterno. Te amo com a memória, imperecível".

Chegando ao fim do corredor, há uma escultura suspensa que representa uma grande cabeça que jorra água, representando lágrimas. Essa escultura, que está acima desse corredor, forma uma espécie de véu no meio da passagem em que constam os nomes das vítimas. Ao final, a paisagem se revela. Ali está a superfície atingida e artificialmente tingida pela lama. O corredor é finalizado com um lago na parte de baixo que representa, segundo o projeto, a saudade.

No vídeo Memorial Brumadinho, projeto do arquiteto Gustavo Penna[2], a sociedade civil se manifesta em comentários. Muitos admiram a estrutura e elogiam o espaço. Entretanto, nesse espaço há comentários como os de @JoaoGabriel-iy4lm: "Por que não em nada sobre a Vale?", ou também, como o de @felipeprata8990: "Só trocaria o termo tragédia por crime, maior crime devido à ganância da Vale!". Por fim, @kamilaeustaquio7039, ponderou: "Não vejo isso com bons olhos, estranho submeter os familiares à esta lembrança, esse espaço com as

[2] Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=S5yIF3p3nxI

fresas lembra as pessoas que morreram enclausuradas nos alojamentos e nos vestiários. Se eu fosse familiar, não gostaria de lembrar disso".

Em resposta ao comentário supra, surge @johncavalcante6298 que se apresenta como familiar de uma das vítimas, e diz: "Eu como familiar de uma das vítimas te afirmo que a melhor maneira de comover e trazer a memória dessas pessoas, é com um memorial desses, nada apaga o ocorrido, e a dor e agonia maior foi a dos dias de angústia em que esperávamos o resgate dos corpos". Completa ainda: "Esse memorial vem pra lembrar de que tragédias como essa não devem ser esquecidas, e jamais devem ocorrer novamente".

Evidente a controvérsia, o espaço para rememorar o que muitos querem lembrar e o que muitos querem esquecer. E o paradoxo se mostra presente o tempo todo: a luz e a sombra, um caminho novo que aponta para o epicentro do desastre, a memória e o esquecimento.

Vê-se, assim, que o espaço pode ser enquadrado como de memória sensível, que enfatiza o sentimento de luto pela perda irreversível e brutal das famílias, uma noção assemelhada a "patrimônio difícil", que se faz presente nos cenários de catástrofes e que perpassados pela dor e sofrimento.

No artigo "De Minas às ruínas: o refazer da memória e da paisagem no pós-desastre de Brumadinho", de Leonardo Vilaça Dupin e Edilson Pereira, publicado no Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi (2022), os autores analisam criticamente a construção do "Memorial Brumadinho" como parte das ações de reparação após o rompimento da barragem em 2019. Aqui, há o questionamento de transformar o local da tragédia em um espaço de contemplação e memória que atende a necessidade das comunidades afetadas; bem como o questionamento de as mineradoras, ao financiarem memoriais oficiais, podem influenciar a percepção pública dos desastres que causaram.

Mas, antes de aprofundar a temática acerca das implicações do Memorial no cenário social, um conceito se faz relevante: Necropolítica. O conceito é de Achille Mbembe. Necro é um prefixo que faz referência à morte, ao cadáver; e, sendo seguida da palavra política, a expressão orienta a noção de que se trata do uso do poder político e social para determinação de quem deve viver, ou melhor, de quem deve morrer. De acordo com Ignacio (2020)[3], Achille Mbembe se inspirou no conceito do biopoder de Michel Foucault que,

> [...] refere aos "dispositivos" e tecnologias de poder que administram e controlam as populações por meio de técnicas, conhecimentos e instituições. Os biopoderes se ocupam da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade, dos costumes, etc., a medida em que essas se tornaram preocupações políticas.

Assim, se o biopoder é um poder que se exerce sobre a vida quase como uma gestão da vida, a necropolítica é poder de definir ou no mínimo permitir quem vai morrer.

No cenário das barragens de mineração, há também uma intrínseca relação com o conceito de racismo ambiental que, desde a década de 50/60, com a doutrina americana de Franklin Chavis, pode ser entendido como o impacto ambiental que sofre em maiores proporções as populações marginalizadas, traduzindo-se na ideia de que eles não se distribuem de maneira equivalente na sociedade.

Nesse contexto, é interessante observar o que o estudo "Racismo ambiental e justiça socioambiental nas cidades" (2022) mostra a existência de uma injustiça socioambiental, uma vez que os danos ao meio ambiente resultam impactos desiguais que atingem "pessoas de baixa renda, populações marginalizadas, grupos minoritários e vulnerabilizados".

[3] Disponível em https://www.politize.com.br/necropolitica-o-que-e/#quem-foi-foucault

Sob o ângulo do racismo ambiental, o Instituto Pólis (2022) assinala que isso se dá quando "as consequências das degradações ambientais se concentram em bairros e territórios periféricos, onde vivem famílias mais pobres e onde há maior concentração de pessoas negras, indígenas e quilombolas". Áreas que apontam os piores índices de poluição do ar e das águas, resultando em inundações e deslizamentos. "Complementa-se ao conceito de racismo ambiental a não presença da população negra na elaboração das políticas e nas lideranças de movimentos ecológicos, bem como a discriminação da aplicação das leis em territórios racializados".

No objeto deste estudo, fica claro que as barragens de mineração preferem ter em seu entorno as áreas mais pobres. De acordo com Rangel (2024)[4], o rompimento da barragem de Brumadinho escancarou essa realidade: 58,8% das mais de 270 vítimas fatais se declaravam como não brancos. Também, dos 70% dos desaparecidos se declaravam como não brancos e tinham renda média mensal abaixo de 2 salários minimos.

De acordo com Rosário (2023)[5], "83% dos municípios brasileiros com barragens de mineração em situação de alerta ou de emergência têm uma população majoritariamente negra". Esses números são resultado da pesquisa feita pela instituição Alma Preta que trabalhou com informações da Agência Nacional de Mineração (ANM) e os dados de cor e raça Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). "Para a geógrafa Fernanda Pinheiro da Silva, doutoranda em planejamento territorial pela UFABC, a localização dessas barragens de mineração, além da falta de segurança, revelam as engrenagens do racismo".

---

[4] Disponível em https://esginsights.com.br/populacao-mais-pobre-e-a-maior-vitima-da-crise-ambiental/

[5] Disponível em https://www.terra.com.br/nos/negros-sao-maioria-em-municipios-com-barragens-de-mineracao-em-alerta-no-brasil,7992e29f5a0cd93c61c516517edf1930inwt13j6.html

Dessa forma, evidencia-se que a estrutura das barragens aponta para vítimas bem estabelecidas: as mais vulneráveis. Além disso, na ótica do biopoder e da necropolítica é o estado e o mercado, sob a lógica do capital, autorizando e legitimando o infortúnio e a morte de muitos.

Em verdade, a construção de um memorial pode apontar para um evento único e pontual. Entretanto, as tragédias com as barragens de mineração dão conta de ser um evento cujos riscos se assumem e que não são eventos isolados, vide o caso de Mariana e também, o estado de alerta constante sob a barragem da cidade de Congonhas, em Minas Gerais, cujo mapa da destruição aponta drásticos resultados.

A barragem de rejeitos Casa de Pedra (método a jusante), que fica na superfície da cidade de Congonhas, é um risco latente já noticiado amplamente pela imprensa, o que mostra que o quadro vigente na sociedade mineira não é apenas uma ocasião do passado, mas do presente e do futuro. (Estados e Cidades, 2021). Ainda, a cidade possui um importante patrimônio histórico: o Santuário Bom Jesus do Matozinhos, com notáveis esculturas do Aleijadinho, cuja perda seria irreparável também historicamente, já que é patrimônio cultural da humanidade.

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)[6], o Santuário do Bom Jesus de Matozinhos, localizado em Congonhas (MG), é um conjunto edificado com

> uma igreja, com interior em estilo rococó, adro murado e escadaria externa monumental decorada com estátuas dos 12 profetas em pedra sabão, além de seis capelas dispostas lado a lado no aclive frontal ao templo, denominadas Passos, ilustrando a Via Crucis de Jesus Cristo. Sua inspiração é fortemente relacionada a exemplares portugueses como a Igreja de Bom Jesus do Monte (Braga) e ao Santuário de Nossa Senhora dos Remédios (Lamego), ambos em

[6] Disponível em http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/46

> Portugal. As 66 esculturas de madeira policromada em tamanho natural, abrigadas nas seis capelas que reúnem os sete grupos de Passos da 8 Paixão de Cristo, compõem um dos mais completos grupos escultóricos de imagens sacras no mundo, sendo, sem dúvida, uma das obras-primas de Francisco Antônio Lisboa, o Aleijadinho, que deixou para a Humanidade uma obra de grande expressão e originalidade.

O IPHAN aponta o Santuário com bom estado de conservação, "representando uma realização artística única e exemplo excepcional da arquitetura brasileira do século XVIII". Ressalta que "apesar do processo de transformação ocorrido com o crescimento urbano da cidade de Congonhas, decorrente do intenso processo de mineração de ferro, o Santuário mantém-se intacto e se constitui, até os dias atuais, em ícone da arte sacra e religiosidade no Brasil". Mas, até quando?

Dos 20 desastres de barragens de rejeitos no mundo, verificou-se que sete foram no Brasil, todos em Minas Gerais, sendo que o desastre de Mariana é considerado o de maior impacto ambiental mundialmente. A atualidade produziu assim, um novo desclassificado, na noção de desclassificação da exploração aurífera, de Laura de Mello Souza (2004), mas ainda penetrada pela mineração: o patrimônio cultural.

O Memorial aparenta uma linha de memória domesticada ou produzida que atende muito mais ao interesse da mineradora do que um local de rememoração ao luto. A mobilização em torno da institucionalização de um monumento sensível é totalmente legítima e as ações por parte de mineradora se acompanhadas de real mitigação de danos, revelariam uma postura de mudança de perspectiva, minimizando os ônus que são, de forma desigual, distribuídos na sociedade.

O caminho do Memorial que, ao seu fim, aponta para uma barragem de mineração é contraditório. Ali, há um retrato real: a

mineração continua. E continuará. Vitimando, dizimando... Quantos outros memoriais serão necessários?

Cabe aos pesquisadores da área de Economia Política da Comunicação e da Cultura não perderem de vista os conteúdos trabalhados na mídia em prol dos empresários. Como pontuaram Adilson Cabral Filho e Eula Cabral (2018, p.14),

> a Economia Política da Comunicação não tem outro papel, como paradigma focado na produção de análises críticas estruturais, que não o de se contrapor firmemente à lógica de mercado, expondo evidências das contradições do sistema capitalista e a própria recomposição da participação dos setores sociais nos diversos processos de produção comunicacional, compreendendo a atual dinâmica de circulação de mercadorias e redefinição dos mercados na chamada sociedade da informação.

Referências

CABRAL, Eula D.T. Políticas de Comunicação e de Cultura acessíveis à sociedade: o projeto EPCC. *In:* CABRAL, Eula D.T. (Org.). **Desafios das políticas de comunicação**. São Cristóvão: ULEPICC-Brasil, 2019. Disponível em https://epccbrasil.wixsite.com/epcc2/pesquisas. Acesso em: 18 abr. 2025.

CABRAL, Eula D.T; CABRAL FILHO, Adilson V. A importância da EPC para entender a mídia no Brasil. *In:* CABRAL, Eula D.T; CABRAL FILHO, Adilson V. (Org.). **Comunicação e cultura no Brasil**: diálogos com a Economia Política da Comunicação e da Cultura. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018. p.7 a 22. Disponível em https://epccbrasil.wixsite.com/epcc2/pesquisas. Acesso em: 18 abr. 2025.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Relatório sobre o desastre da barragem do Rio Doce**. Brasília: CNDH, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/old/cndh/relatorios/RelatriodaBarragemdoRioDoce_FINAL_APROVADO.pdf. Acesso em: 18 abr. 2025.

DUPIN, Leonardo Vilaça; PEREIRA, Edilson. De Minas às ruínas: o refazer da memória e da paisagem no pós-desastre de Brumadinho. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v.17, n.3, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/zzyPqnfjyYvKSdnZx6C3YCK/?lang=pt. Acesso em: 26 maio 2025.

GPAA. Gustavo Penna Arquitetos Associados. Memorial Brumadinho. Disponível em https://www.gustavopenna.com.br/memorialbrumadinho. Acesso em 30 jun.2025.

HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Berlin; New York: De Gruyter Mouton, 1976.

HARTOG, François. Time and Heritage. **Museum**, n. 3, 2005. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000140957

IGNACIO, Julia. Necropolítica: explicamos o conceito de Achille Mbembe! **Politize!**, 30 jul. 2020. Disponível em: https://www.politize.com.br/necropolitica-o-que-e/#quem-foi-foucault. Acesso em: 29 jun. 2025.

INSTITUTO PÓLIS. Racismo ambiental e justiça socioambiental nas cidades. São Paulo: **Instituto Pólis**, jul. 2022. Disponível em: https://polis.org.br/estudos/racismo-ambiental/. Acesso em: 29 jun. 2025.

IPHAN. Santuário do Bom Jesus de Matozinhos - Congonhas (MG). **Iphan**. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/46. Acesso em 13 jun 2025.

MEMORIAL de Brumadinho. Fundação Memorial de Brumadinho. Disponível em https://www.memorialbrumadinho.org.br/. Acesso em 12: jun 2025.

MEMORIAL Brumadinho. Projeto do arquiteto Gustavo Penna. **YouTube**. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=S5yIF3p3nxI. Acesso em: 13 jun 2025.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v.10, 2012. Disponível em https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101. Acesso em: 13 jun 2025.

RANGEL, Natália. População mais pobre é a maior vítima da crise ambiental. **ESG Insights**, 21 fev. 2024. Disponível em: https://esginsights.com.br/populacao-mais-pobre-e-a-maior-vitima-da-crise-ambiental/. Acesso em: 29 jun. 2025.

RODRIGUES, Marcelo A. **Direito ambiental esquematizado**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

ROSÁRIO, Fernanda. Negros são maioria em municípios com barragens de mineração em alerta no Brasil. **Terra**, 28 abr. 2023. Disponível em: https://www.terra.com.br/nos/negros-sao-maioria-em-municipios-com-barragens-de-mineracao-em-alerta-no-brasil,7992e29f5a0cd93c61c516517edf1930inwt13j6.html. Acesso em: 29 jun. 2025.

SANTOS, Maria Luzenira de Lima et al. O uso do conhecimento tradicional associado à biodiversidade por populações indígenas e locais: desafios à proteção jurídica no Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 17, n. 1, p. e20220115, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/zzyPqnfjyYvKSdnZx6C3YCK/. Acesso em 13 jun. 2025.

SODARO, A. **exhibiting atrocity**: memorial museums and the politics of past violence. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 2018.

SOUZA, L. de M. **Desclassificados do ouro:** a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

PARTE 4

PERFIL-I: Perspectivas Filosóficas em Informação

O desenvolvimento irracional das forças produtivas e a alienação do tempo livre pelo capitalismo de plataforma

Marco Schneider
Arthur Coelho Bezerra
Ana Regina Rêgo

Em 30 de julho de 2024, o presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, afirmou que, se Inteligência Artificial gera desemprego, não pode ser considerada inteligente.[1] Sem recorrer ao jargão filosófico, Lula sintetizou aquilo que pode ser considerado a diferença essencial entre, de um lado, o par racionalidade técnica e razão instrumental, e, de outro, a razão dialética.

Racionalidade técnica e razão instrumental (Adorno e Horkheimer, 1985; Marcuse, 1973), designam respectivamente um tipo de racionalidade centrada na eficiência dos meios empregados para se atingir determinado fim, sem atenção para a possível irracionalidade desse fim, e uma noção de razão calcada na dominação. Mais especificamente, ambas as expressões designam a (ir)racionalidade geral do capitalismo, que subordina tudo, da técnica à estética, ao fim último da reprodução ampliada do capital, custe o que custar, incluindo dezenas de milhões de vidas humanas nas duas grandes guerras imperialistas do século XX e a devastação ambiental em curso.

[1] Fala de Lula na abertura da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, aludindo ao Plano Brasileiro de Inteligência Artificial. Citação de memória de uma das autorias, presente na cerimônia.

Já a razão dialética (Marcuse, 1941) atinge sua culminância na ética, mais precisamente numa vida ética (Hegel, 2010). Essa eticidade só é possível em um Estado provido de boas leis e numa época em que a autoconsciência humana da liberdade terá atingido um patamar sem retorno, no qual liberdade individual e coletiva estariam reconciliadas, após milênios de opressão.

Não cabe aqui discutir se a Prússia da época de Hegel teria atingido esse patamar, tampouco se Hegel jamais chegou a acreditar nisso. O que importa desse arrazoado para o desenvolvimento do argumento aqui proposto – a respeito de um desenvolvimento irracional das forças produtivas em curso – é chamar a atenção, com Hegel, que não há razão sem liberdade, nem liberdade sem razão. Pois razão sem liberdade é mera razão instrumental e liberdade sem razão é mero arbítrio.

Na formulação de Marx e Engels (2010), numa nova dobra da razão dialética, a liberdade do próximo não deve ser vista como limite para a liberdade de cada um, pois isso só expressa uma sociedade de sujeitos egoístas lançados uns contra os outros, cada qual aparecendo como obstáculo para o exercício da liberdade dos demais. Pelo contrário, a liberdade alheia precisa tornar-se condição para o exercício da liberdade de cada um, o que pressupõe liberdade individual para todas as pessoas.

Além disso, a noção de liberdade precisa ser pensada em termos negativos e positivos. O primeiro sentido significa não haver impedimento para o seu exercício. O segundo, haver condições para ele. Assim, tanto em termos negativos quanto positivos, se razão e liberdade forem privilégios de poucos, permanecemos sob o jugo do arbítrio e da razão instrumental.

Já a racionalidade técnica não se opõe obrigatoriamente à vida ética, podendo mesmo ser uma condição para ela, se concordarmos com

a tese geral de Marx sobre a necessidade do desenvolvimento das forças produtivas (que envolvem o desenvolvimento tecnológico) para que uma sociedade livre, próspera e igualitária seja viável.

Por que então a racionalidade técnica, da qual depende o desenvolvimento das forças produtivas, apresenta-se ao mesmo tempo como condição e obstáculo para a efetivação da vida ética, de uma boa vida para todas as pessoas? Por sua subordinação à razão instrumental, que é a razão da dominação do capital. Ou, nos termos mais didáticos de Robert Kurz (1998) em entrevista à revista Isto É:

> Kurz – As máquinas poupam tempo, elas trabalham por você. Então, por que depois que inventaram as máquinas as pessoas têm que trabalhar mais do que antes da existência das máquinas?
> ISTO É – Por quê?
> Kurz – Porque na economia moderna, o tempo economizado pelas máquinas não é utilizado em benefício das pessoas que produzem. É usado em mais produção. É um objetivo próprio desse sistema econômico. A economia de tempo resulta ou em mais trabalho ou em desemprego. E hoje esse modelo chegou a um limite por causa da microeletrônica. [...] As potencialidades da microeletrônica e das forças produtivas deveriam ser usadas para dar às pessoas mais ócio, mais tempo de lazer, mas com um padrão de vida bom. Isso é tecnicamente possível.

Acerca dos desdobramentos contemporâneos dessa contradição apontada há quarenta anos por Kurz entre tempo de trabalho e tempo livre – modulação moderna da velha contradição entre desenvolvimento das forças produtivas e perpetuação de relações de produção (propriedade e comando) arcaicas –, apresentamos, a seguir, algumas reflexões sobre o que vem sendo chamado, entre outras expressões correlatas em busca de consolidação conceitual, capitalismo de plataforma (Srnicek, 2017).

Para entender melhor esse cenário, no qual se trabalha cada vez mais e se ocupa a maior parte do tempo produzindo dados para o capital, seja no tempo de trabalho, seja no tempo livre, é também necessário atualizar a reflexão sobre a dimensão política do tempo. Isso é fundamental para que se possa vislumbrar com realismo cenários menos opressivos e irracionais, pois sem vislumbres dessa natureza, a crítica tende ao imobilismo ou mesmo ao niilismo (Bloch, 2022).

Por essas razões, iremos explorar contradições entre tempo livre ou de trabalho, tempo alienado ou autônomo, tempo vazio ou pleno de conteúdo, tempo linear ou disruptivo, tempo infernal ou messiânico: tempos que costuram assincronamente diversos passados e futuros em cada presente.

Metodologicamente, trata-se de um exercício ensaístico, calcado em pesquisa teórica, de cunho bibliográfico, em diálogo com Marx, Adorno, Horkheimer, Marcuse, Gramsci, Bloch, Benjamin, Heller, Debord, Harvey, Rosa e Crary.

Sobre a aceleração digital e o roubo do tempo na era digital

Fugit irreparabile tempus, adágio que aparece na obra do aclamado poeta romano Virgílio, falecido 19 anos antes da era cristã, entrou para a história na forma de um provérbio popular: *Tempus fugit*, ou "o tempo voa". Na ampulheta do capital, no entanto, a areia que simboliza a passagem do tempo não apenas foge: ela é sequestrada, expropriada dos trabalhadores e convertida em valor.

Quando José Mujica afirma[2] que as coisas que compramos no mundo capitalista não são pagas com dinheiro, mas com o tempo de vida que tivemos que gastar para ter esse dinheiro, o que um dos mais lúcidos expoentes do pensamento progressista latino-americano faz é

[2] Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=FpfsXQKG8vY&t=77s

encapsular, em linguagem clara, a essência da teoria do valor-trabalho, fundamento da economia política clássica. Desde Adam Smith (1983), reconhece-se que o trabalho é a substância do valor, a medida imanente da riqueza das nações. Contudo, é em Karl Marx (2017) que essa intuição atinge sua radicalidade crítica: o valor de uma mercadoria está relacionado à cristalização do *trabalho médio socialmente necessário* para produzi-la — um *quantum* de tempo humano objetivado sob condições históricas determinadas.

Marx vai além ao decifrar o cerne da exploração capitalista, em que o detentor de capital paga pelo tempo necessário à reprodução da vida do trabalhador (o salário), mas apropria-se do tempo excedente, ou seja, do mais-trabalho não pago que gera o *mais-valor*, este a verdadeira fonte da acumulação. Em português claro, portanto, o capital vive do roubo sistêmico do tempo alheio. E como nos lembra Mujica, "a única coisa que você não pode comprar é a vida. A vida se gasta"[3].

São duas as modalidades fundamentais dessa expropriação do tempo de vida do trabalhador, segundo Marx: o *mais-valor absoluto* e o *mais-valor relativo*. O primeiro é a forma mais bruta de extração: prolonga-se a jornada de trabalho para além do tempo necessário, espremendo do proletário horas adicionais de trabalho não pago. Essa foi a tática primordial da acumulação primitiva e da Revolução Industrial, quando crianças e operários dormiam entre máquinas, sob o ritmo desgastante posteriormente consolidado no taylorismo. Já o mais-valor relativo é mais sutil – e também mais perverso. Aqui, não se expande a jornada, mas se intensifica a produtividade, reduzindo o tempo médio socialmente necessário para produzir os bens que sustentam a classe trabalhadora, o que é feito mediante a introdução de

[3] Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=FpfsXQKG8vY&t=77s Acesso em 1º de julho de 2025

máquinas, da automação de processos e de demais inovações tecnológicas que barateiam o custo de subsistência do trabalhador, permitindo que este reproduza sua força de trabalho em menos tempo.

No modo de produção capitalista, portanto, o desenvolvimento tecnológico obedece à regra de ouro da valorização do valor, da aceleração da rotação do capital. Como Marx (2011a, p. 119) sintetiza nos *Grundrisse*: "Economia de tempo, a isto se reduz afinal toda a economia", ideia desenvolvida em sua obra magna nos seguintes termos:

> O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou do trabalhador. Se este consome seu tempo disponível para si mesmo, ele furta o capitalista (Marx, 2017, p. 307).

No século XIX, Marx (2011a) já estava atento aos sistemas de transporte e comunicação como mecanismos vitais para encurtar o tempo de circulação das mercadorias. Ferrovias, telégrafos e navios a vapor permitem a "anulação do espaço pelo tempo" (*Vernichtung des Raumes durch die Zeit*), acelerando a metamorfose do capital de dinheiro em mercadoria e de volta em dinheiro (D-M-D').

> [...] na medida em que a própria circulação cria custos, requer trabalho excedente, ela mesma aparece incluída no processo de produção. Sob essa ótica, a circulação aparece como momento do processo de produção imediato. Na produção orientada imediatamente ao uso e que só troca o excedente, os custos de circulação aparecem exclusivamente para o excedente, não para o produto principal. Quanto mais a produção se baseia no valor de troca e, em consequência, na troca, tanto mais importantes se tornam para ela as condições físicas da troca – meios de comunicação e transporte. É da natureza do capital mover-se para além de todas as barreiras espaciais. A criação das condições físicas da

> troca – de meios de comunicação e transporte – devém uma necessidade para o capital em uma dimensão totalmente diferente – a anulação do espaço pelo tempo (Marx, 2011a, p. 432).

Na era digital, essa anulação atinge um paroxismo, uma vez que a internet reduz o tempo de circulação a *quase zero*, realizando o que Marx prenunciou nas *Teorias sobre a Mais-Valia*:

> Se o tempo de circulação do capital fosse reduzido a zero, se os diversos estágios de sua transformação se efetuassem na realidade com a rapidez do pensamento, também estaríamos diante das condições mais extremas de repetição do processo produtivo, ou seja, da maior quantidade de processos de valorização do capital em um período determinado de tempo (Marx *apud* Rosdolsky, 2001, p. 282).

As mercadorias digitais — músicas, filmes, software — exemplificam esse salto. Sua reprodução e distribuição custam quase nada, eliminando barreiras materiais. Plataformas como Spotify ou Netflix, por exemplo, operam em uma lógica de estoques infinitos de bens digitais, disponíveis *on demand*, em que o custo marginal de cada cópia adicional, bem como de seu transporte até o consumidor, tende a zero.

Mas se, para o capital, a aceleração digital é um êxtase de valorização, para a classe trabalhadora revela-se um pesadelo de intensificação laboral. A promessa de uma sociedade em que as máquinas automatizadas reduziriam o volume de trabalho dos seres humanos, tão cara aos utopistas do século XX, desmancha no ar perante a realidade da uberização. O estudo Plataformização e Precarização do Trabalho de Motoristas e Entregadores no Brasil, publicado em 2024 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), aponta que, entre 2012 e 2015, cerca de 400 mil motoristas autônomos no setor de transporte de passageiros (não incluídos os mototaxistas) possuíam

rendimento médio em torno de R$ 3.100,00. Em 2022, quando o total de ocupados nessa categoria chegou a quase 1 milhão, o rendimento médio caiu para R$ 2.400,00. Inversamente, a proporção de trabalhadores com jornadas entre 49 e 60 horas semanais (superior, portanto, ao máximo de 44 horas semanais estipulado pela legislação trabalhista vigente no Brasil) passou de 21,8% do total de motoristas em 2012 para 27,3% em 2022 (Carvalho; Nogueira, 2024). Entregadores de aplicativo, motoristas da Uber, freelancers digitais, todos vivem sob o jugo de uma subsunção do trabalho ao algoritmo, onde o controle é mais difuso, mas não menos brutal.

Outro ponto a considerar é o processo em curso que César Bolaño (2008) denomina de *subsunção do trabalho intelectual*, em que plataformas capturam a criatividade humana (seja em posts, vídeos e outras criações) e a convertem em *data commodities*. Facebook, TikTok e YouTube são fábricas de *mais-valor cognitivo*, onde a vasta maioria dos usuários produz, de graça, o conteúdo que será monetizado por anúncios. Helena Martins (2022), por sua vez, fala em *"subsunção vigiada"*, em referência ao rastreamento de nossas interações, catalogadas e vendidas como insumos para aprimorar a publicidade programática.

É fato que a tecnologia poderia libertar o tempo humano, reduzindo a jornada de trabalho a poucas horas, como acreditava Keynes (1963). Mas, sob a égide do capitalismo, o avanço tecnológico traz a reboque o avanço da exploração, transformando cada segundo em uma unidade de valorização do valor. Nesse sentido, as lutas de classes da era digital, assim como na alvorada do capitalismo industrial, se configuram como uma luta pelo *tempo de vida*, no polo antagônico à precarização que prolonga a vida laboral, em oposição aos algoritmos

que colonizam o ócio e contra "a aceleração tecnológica que aniquila o tempo livre" (Bezerra, 2024, p. 15).

Entre a compressão, a aceleração e a apropriação do tempo

Diante do cenário acima exposto, vale convocar Harvey (2008) que procurou demonstrar que, desde meados do século XX, assistimos a uma intensa fase de compressão do tempo-espaço. Essa dinâmica permeia as relações de produção capitalistas, em que esforços de aniquilação do espaço por meio do tempo tornaram-se vetores centrais para acelerar o retorno sobre o investimento e manter alta a taxa de exploração.

Nesse contexto, a tecnologia não atua como simples instrumento neutro, mas como força que reconfigura o próprio ritmo da existência. Harvey (2008) ilustra essa realidade ao observar que, à medida que o mundo encolhe em uma "aldeia global" e os horizontes temporais se reduzem a um ponto em que só existe o presente estendido, como na visada de Hartog (2014), surge o que Deleuze e Guattari (2011) denominam de mundo do esquizofrênico – em que o capitalismo produz subjetividades esquizofrênicas –, no qual a experiência cotidiana torna-se marcada por uma urgência permanente e pela impossibilidade de um lugar e um tempo certo para tudo. Essa aceleração, longe de liberar o tempo livre, coloniza-o: o "agora" se impõe de forma espetacular, em que cada instante se configura como uma potencial oportunidade de produção ou consumo, impedindo qualquer dissenso ou pausa reflexiva. Para Harvey (2008, p. 240) a palavra compressão é "[...] como uma palavra que pode descrever a história do capitalismo caracterizada pela aceleração do ritmo de vida, superando as barreiras

espaciais de tal forma que o mundo parece desabar sobre nós (tradução nossa)".[4]

Hartmut Rosa (2013), sociólogo alemão, também nos oferece um marco conceitual para compreender que o processo de modernização vai muito além de meros avanços técnicos e se encarna numa dinâmica que reconfigura a própria experiência do tempo. O autor inicia sua análise enfatizando que experiências subjetivas, ao se revestirem de um sentido de urgência, tornam-se sintomas de uma transformação estrutural. Para ele, essa percepção tem aumentado nas últimas décadas, acarretando no argumento de que a revolução digital e os processos de globalização equivalem a mais uma onda de aceleração social, que converge para uma identificação da denominada revolução digital como um agente catalisador de aceleração social, capaz de intensificar a percepção de escassez temporal à medida que nos exige realizar mais atividades num mesmo intervalo de vida.

Essa aceleração não se confunde com um simples ganho de eficiência, mas configura uma lógica expansiva em que "*technological acceleration*" e "*acceleration of the pace of life*" formam um ciclo autoalimentado. Para Rosa (2003, p. 10),

> A aceleração tecnológica, que está frequentemente ligada à introdução de novas tecnologias (como a máquina a vapor, a ferrovia, o automóvel, o telégrafo, o computador, a Internet), quase inevitavelmente provoca toda uma série de mudanças nas práticas sociais, nas estruturas de comunicação e nas formas de vida correspondentes. (Tradução nossa).[5]

---

[4]. [...] as a word that can describe the history of capitalism as characterized by 'speed-up in the pace of life, while so overcoming spatial barriers that the world seems to collapse inward upon us'.

[5] "[...] technological acceleration, which is frequently connected to the introduction of new technologies (like the steam engine, the railway, the automobile, the telegraph, the computer,

O paradoxo central — e ao mesmo tempo o motor invisível dessa dinâmica — reside no fato de que, apesar de cada inovação técnica reduzir o tempo necessário para executar tarefas, o volume total de atividades cresce em ritmo ainda mais rápido, gerando uma escassez de tempo que não é vencida pela simples aceleração tecnológica.

Para Rosa, o modelo de aceleração social do tempo se desdobra em três frentes, a saber: 1. aceleração tecnológica; 2. aceleração das transformações sociais; e 3. Aceleração do ritmo de vida. Temos assim, consecutivamente, uma redução drástica dos tempos de transporte, comunicação e produção; agregada ao rápido declínio das estruturas estáveis (como família e carreira) para ciclos de vida cada vez mais curtos; e que provocam uma sensação de urgência e de que o presente se contrai, obrigando-nos a fazer mais em menos tempo.

É exatamente na confluência dessas três esferas que o "roubo do tempo" se torna político: não basta que haja máquinas mais rápidas, mas que esta velocidade seja canalizada pela lógica competitiva do capital. Em suma, Rosa (2013) explica, como dito, que o tempo livre diminui paulatinamente apesar da aceleração tecnológica porque a quantidade de atividade em si aumentou mais rápido do que a taxa de aceleração tecnológica correspondente. Ou seja, a promessa de tempo liberado pela automação esbarra numa expansão contínua da própria demanda por trabalho — formal, cognitivo ou emocional — que invade também o que antes se considerava ócio.

Rosa (2013) propõe assim que reconheçamos essa inexorabilidade da aceleração como elemento constitutivo da modernidade tardia. Para ele, a modernidade tardia nada mais é do que uma sociedade moderna acelerada (e dessincronizada). A "dessincronização" aqui alude ao fato de que, na esteira da digitalização, diferentes ritmos de vida deixam de

---

the Internet), almost inevitably brings about a whole range of changes in social practices, communication structures, and corresponding forms of life".

se entrelaçar organicamente: enquanto as plataformas nos impõem um "tempo do agora" contínuo, não há mais janelas sociais de pausa coletiva ou ritmos cíclicos que permitam respiro — tudo vira fluxo incessante de dados, decisões e estímulos.

Em última instância, Rosa (2013) nos convida a pensar o tempo não como mero recurso a ser gerido, mas como dimensão da existência social e política que tem sido apropriada por uma lógica de valor que mede tudo em frações de segundo. A crítica à aceleração digital, portanto, não consiste em rejeitar a tecnologia, mas em interrogar a quem serve essa velocidade e como podemos reapropriar nossos ritmos de vida. Para tanto, suas categorias analíticas — aceleração tecnológica, social e do ritmo de vida — fornecem instrumentos para mapear os pontos de inflexão onde ainda é possível intervir, desacelerar consciências e reinventar temporalidades que não se limitem ao imperativo do capital.

É diante da aceleração do tempo e da respectiva apropriação pelo capital, que Crary (2016) constata que as estruturas capitalistas buscam sistematicamente eliminar a necessidade do sono, transformando-o em um problema a ser "resolvido" por técnicas, substâncias e dispositivos que ampliem o tempo de vigília. Ele apresenta, por exemplo, experimentos militares financiados pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, que visam criar indivíduos capazes de passar longos períodos sem dormir — o "soldado sem sono" — numa demonstração emblemática de como inovações originalmente concebidas para a guerra são rapidamente assimiladas pelo mercado (Crary, 2016). A partir disso, Crary deduz que o mesmo impulso que busca suprimir o sono para fins bélicos pode ser direcionado, num horizonte próximo, ao trabalhador ou ao consumidor, submetendo-os a um estado de atenção e produtividade permanentemente ativado.

Essa lógica de supressão do sono articula-se à transformação do tempo em recurso econômico: num mundo 24/7, o tempo cronológico perde sua demarcação material, cedendo lugar a uma "alucinação da presença" — um estado de permanente disponibilidade e operação ininterrupta, que coloniza não apenas o espaço de trabalho, mas também o tempo livre e o próprio corpo (Crary, 2016). A consequência é a erosão das fronteiras entre esfera pública e privada, entre tempo de trabalho e não-trabalho, num processo de comodificação de toda a experiência humana.

Nesse cenário, para resistir à lógica do "tempo do agora" e ao esvaziamento do tempo livre, é preciso questionar não apenas os usos particulares das tecnologias digitais, mas a própria forma como o capital se apropria do tempo como valor. Somente reconhecendo que "tempo é vida" e que sua expropriação constitui, hoje, a principal fronteira da luta de classes, poderemos imaginar estratégias coletivas – do sindicalismo à regulamentação de plataformas, passando pela retomada de ritmos de trabalho sustentáveis – que recriem brechas para a experiência de temporalidades não mercantis, recuperando a capacidade de esperar, refletir e agir fora da urgência imposta pelo relógio do capital.

É nesse sentido que Srnicek e Williams (2015) em *Inventing the Future*, trazem um contraponto estratégico às análises que denunciam apenas os efeitos predatórios da tecnologia. Para eles, a automação não é um destino inevitável traçado pelas leis do mercado, mas sim uma oportunidade política que, se orientada por um projeto coletivo de esquerda, pode finalmente redistribuir o tempo de vida e libertar o indivíduo da tirania da jornada de trabalho estendida. Nesse sentido, lembram que a onda de automação tem criado possibilidades para eliminar permanentemente grandes áreas de trabalho aborrecido e degradante. Essa afirmação sinaliza que a tecnologia hoje disponível – seja na forma de robôs avançados, algoritmos de *machine learning* ou

sistemas de logística autônoma – tem potencial para substituir massivamente as formas mais alienantes e repetitivas de trabalho.

Porém, longe de ser uma garantia de lazer ou ócio, essa substituição, se não for acompanhada por uma política deliberada de redução da jornada e de estabelecimento de uma renda básica, corre o risco de aprofundar a precarização: novos cortes de pessoal, intensificação das tarefas remanescentes e uma transferência ainda maior de valor do trabalho humano para o capital.

É exatamente aí que reside a dimensão emancipatória do programa que Srnicek e Williams (2015) propõem, ou seja, que ao invés de aceitar passivamente os ganhos de produtividade como lucro exclusivo dos acionistas, a esquerda acelere e oriente o processo de automação para extrair, desse mesmo movimento, uma maior autonomia temporal para todos. Assim, o "tempo livre" deixa de ser mera ilusão e passa a figurar como componente central de uma nova hegemonia – o que os autores chamam de "*post-work consensus*". Trata-se, portanto, de transformar a promessa de um futuro sem trabalho penoso em demanda política organizada, capaz de forçar governos e corporações a partilharem o tempo liberado pela tecnologia.

Tempo do agora, tempo messiânico, não-sincronicidade[6] e tempo espetacular

Em O Cotidiano e a História, Agnes Heller (2004) correlaciona as duas dimensões do tempo que compõem o título desse seu livro com duas tendências correspondentes do pensamento. O pensamento cotidiano tende a ser imediatista, prático, disperso, condicionado por hierarquias sociais heterônomas, sem que disso se dê conta, preocupado

[6] As noções de tempo do agora, de Benjamin, e não-sicronicidade, de Bloch, que iremos trabalhar a seguir, não tem relação com as noções de dessincronização e tempo do agora, de Rosa.

que está com problemas que se impõem: alimentar-se, vestir-se, ir ao trabalho, trabalhar, pagar contas, cuidar dos filhos, socializar e entreter-se na medida do possível. Já a suspensão da cotidianidade, que conecta de modo mais ou menos consciente o cotidiano à história, abstrai momentaneamente dessas urgências, quando possível, e dedica-se a pensamentos e ações de ordem científica, artística, ética, política, que hão de incidir no cotidiano. E na história.

Embora isso não seja evidente à primeira vista, não se trata de dimensões separadas da vida, mas integradas, mutuamente determinantes, já que não é possível alimentar-se sem a produção de alimentos, nem se vestir sem a produção de vestimentas, atividades que envolvem, em sociedades complexas, questões de propriedade, divisão do trabalho, tecnologia, logística etc., que escapam às preocupações cotidianas de quem trabalha, se alimenta, se veste, cuida da vida e paga contas. Assim como não é possível atuar em políticas públicas, ciência, arte, filosofia sem comer e se vestir, cuidar da vida e pagar contas, ainda que outros se ocupem da produção e distribuição do alimento e do vestuário.

A divisão social do trabalho não favorece que todas as pessoas, no seu tempo de trabalho e mesmo em seu tempo livre, dediquem o mesmo tempo de atenção a questões de uma ou outra ordem. Questões atinentes à suspensão da cotidianidade – como pesquisa científica, crítica cultural, debates legislativos, políticas econômicas, de saúde, segurança ou educação – são questões cotidianas de trabalho para trabalhadores intelectuais, embora afetem a vida de todas as pessoas que, quando não são trabalhadoras intelectuais, a elas dedicam-se inevitavelmente no seu tempo livre. Afinal, o certo e o errado, o factível e o fantasioso, o proibido e o permissível, o feio e o bonito são dualidades que obrigatoriamente ocupam o enredo de filmes e telenovelas, papos de bar, missas, conversas de salão e tretas nas mídias sociais.

Como bem lembra Gramsci (1982), todas as pessoas são intelectuais, pois possuem intelecto. A divisão do trabalho entre intelectual e braçal, com suas diversas especificidades, hierarquias e relações, pouco ou nada tem a ver com as características biológicas das pessoas, mas com determinações sócio históricas, carregadas de contingências.

Isso, porém, não significa que ambas as ordens possam ou devam ser isoladas uma da outra pelo pensamento de um corpo humano que, tendo podido alimentar-se, vestir-se, estudar e pagar as contas, nelas concentre sua atenção de modo integrado, operando o que Heller chama de suspensão da cotidianidade.

Essa atenção concentrada, por sua vez, pode ser de um tipo mais concreto ou abstrato, mais dialético ou positivista. O pensamento positivista, quando otimista e honesto, expressa um olhar para a história e a vida cotidiana calcado numa crença ética e epistemológica que só enxerga um emaranhado mais ou menos aleatório de macro causalidades lineares e micro decisões racionais de um ponto de vista egoísta, que tendem ao progresso, desde que mantida a ordem, a não ser quando seu liberalismo econômico é confrontado. Quando pessimista (e desonesto?), como em sua versão neoliberal, só vê uma luta (neohobbesiana e pseudodarwinista) de todos contra todos, que no limite divide a humanidade entre vencedores e perdedores, *winners or losers*, jargão tão popular nos Estados Unidos da América. Essa última visão subestima a potência de consciência racional crítica (não estritamente egoísta) e de ação transformadora dos pobres, que permanecem subordinados à hierarquia social da divisão do trabalho estabelecida ao pensamento cotidiano pelo capitalismo.

Já o pensamento dialético concentra sua visão da história na história das lutas de classes como o *Ubergreifendes Moment* – momento fundamental, que não é a única variável a considerar, mas é uma variável

central e incontornável para qualquer conhecimento sério da história, em termos éticos, políticos e epistemológicos. Da abstração filosófica hegeliana seminal do senhor e do escravo (Hegel, 2024) às elaborações mais sociológica, historiográfica e empiricamente sofisticadas da tradição marxista. Para essa tradição, no que ela tem de melhor, é na potência de suspensão da cotidianidade – recorrendo à terminologia de Heller – no pensamento, nos afetos e na ação dos de baixo na hierarquia social estabelecida que reside a esperança concreta (Bloch, 2005) de um progresso ética e politicamente possível, embora não inevitável. Ela é realisticamente concebível em um horizonte histórico temporalmente próximo em termos de gerações graças à intensificação da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção e propriedade arcaicas sobreviventes. Essa integração disruptiva de objetividade e subjetividade dos de baixo na história é o que significa a noção de catarse gramsciana (Heller, 2004), integração tornada práxis das correntes quente (ética, passional) e fria (analítica, científica) do marxismo, nos termos de Bloch (2005). Em termos temporais, ela pode ser bem ilustrada pelas noções de tempo do agora (*Jetztzeit*) e tempo messiânico, formuladas por Walter Benjamin (1940), das quais trataremos logo adiante.

Em uma de suas mais célebres e certeiras formulações, Marx sentenciou sobre o peso que o passado exerce sobre o presente:

> Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. (2011b, p. 25)

Contudo, é igualmente certeiro afirmar que as gerações passadas não legaram aos vivos apenas pesadelos, mas também sonhos bons,

ciência, valores, arte, técnica e esperança, irrevogavelmente vã ou potencialmente realista e inspiradora em novos contextos históricos. Sem recusar a verdade da formulação marxiana, esta é a tese central de Bloch, em seu Princípio Esperança (2005).

Um tal progresso ético-político possível, pensado em termos temporais, confronta as noções de *Cronos* (tempo linear) e *Kairós* (tempo qualitativamente diferenciado, carregado de sentido). É o que faz Benjamin (1940), ao sócio historicizar Cronos como o cotidiano reificado capitalista e carregar *Kairós* de um sentido específico: o tempo do agora (*Jetztzeit*), um tempo/momento qualitativo transistórico possível, que já emergiu diversas vezes na história (da luta de classes), sempre sinalizando o tempo messiânico.

Diferentemente do tempo linear e vazio de sentido do relógio, o tempo do agora refere-se a momentos que se destacam dessa sequência previsível e banal, quando sonhos e projetos emancipadores do passado, que apontavam para o futuro, ganham corpo no presente, através de imagens, palavras e ações condutores de mudanças radicais na vida social. Um exemplo eloquente de Benjamin é a própria Revolução Francesa, ou, mais especificamente, o momento quando de toda Paris, sem que tenha sido combinado, atira-se nos relógios das torres, como que para aniquilar o tempo do *Ancien Régime* e inaugurar um novo, de igualdade, liberdade e fraternidade:

> A consciência de explodir o *continuum* da história é peculiar às classes revolucionárias no momento de sua ação. [...] No entanto, na Revolução de Julho, ocorreu um incidente que fez justiça a essa consciência. Durante a noite das primeiras escaramuças, descobriu-se que as torres do relógio foram

> alvejadas independente e simultaneamente em vários pontos de Paris. (Benjamin, 1940, tese XV, tradução nossa)[7]

No léxico conceitual de Bloch, os tempos do agora seriam aqueles nos quais a função utópica presente na utopia concreta, não fantasiosa, que atravessa todas as épocas e culturas, emerge de um modo disruptivo em dada *Ungleichzeitigkeit*, não-sincronicidade (2009). Função utópica é tudo aquilo que na realidade objetiva e subjetiva busca sua *enteléquia*, seu ponto de perfeição. Não-sincronicidade é a existência coetânea de ideias, aspirações e valores oriundos de tempos históricos distintos.

A função utópica normalmente realiza-se nos excedentes culturais (tudo o que transcende, na cultura de uma época, à função precípua da ideologia de legitimar a dominação de classes vigente: os grandes momentos da arte, da filosofia, da ciência) e ações emancipatórias, mais ou menos eficazes, cujos registros a memória histórica da presente conserva ou ignora.

Quando ignorados ou esquecidos, essas ações e registros podem e devem ser recuperados em estudos arqueológicos, antropológicos, literários, filosóficos, desenvolvidos nessa chave interpretativa, por justiça a quem os gerou e porque sua lembrança desafia o tempo da mercadoria, convocando novos tempos do agora. É de certo modo o que Benjamin (1940) chama de "escovar a história a contrapelo".

Excedentes culturais tornam-se práxis no tempo do agora quando utopias legítimas, mas fantasiosas, do passado, que sobrevivem na não-sincronicidade da memória cultural de um povo (na religião, em lendas, fábulas, na cultura oral laica), convertem-se em utopias concretas, articulando-se à consciência mais avançada do presente, tornando-se

---

[7] The consciousness of exploding the continuum of history is peculiar to the revolutionary classes in the moment of their action. [...] Yet in the July Revolution an incident took place which did justice to this consciousness. During the evening of the first skirmishes, it turned out that the clock-towers were shot at independently and simultaneously in several places in Paris. (Benjamin, 1940, tese XV).

exequíveis. Sua figura maior em termos temporais é expressão na alegoria do tempo messiânico de Benjamin, um tempo de vida boa para todas as pessoas desse mundo (não de outro), sendo que o messias é o sujeito revolucionário coletivo. (Löwy, 2020).

O cotidiano moderno é marcado por uma forma peculiar de divisão entre tempo de trabalho e tempo livre. O tempo de trabalho é o tempo da mercadoria e o tempo livre tende crescentemente a sê-lo também, no que Adorno e Horkheimer chamaram de colonização do tempo livre pelo capital mediante a ocupação desse tempo pela indústria cultural, cuja tendência dominante seria, empregando a linguagem de Bloch, a integração corruptora da função utópica latente no consumo induzido de mercadorias materiais e simbólicas predominantemente falseadoras e proteladoras de uma satisfação legítima das necessidades humanas, individuais e, sobretudo, coletivas. É o que Debord irá chamar de tempo espetacular:

> O tempo da produção, o tempo-mercadoria, é uma acumulação infinita de espaços equivalentes. [...] É o tempo desvalorizado, a inversão completa do tempo como "campo de desenvolvimento humano". [...] O tempo geral do não desenvolvimento humano existe também sob o aspecto complementar de um tempo consumível que regressa à vida quotidiana da sociedade, a partir desta produção determinada, como um tempo pseudocíclico. [...] O tempo pseudocíclico é um tempo que foi transformado pela indústria. O tempo que tem a sua base na produção de mercadorias é ele próprio uma mercadoria consumível [...] O tempo pseudocíclico consumível é o tempo espetacular, ao mesmo tempo como tempo de consumo das imagens, no sentido restrito, e como imagem do consume do tempo em toda a sua extensão. (Debord, sem data)

Ou seja, o elemento conservador ou reacionário de uma dada não-sincronicidade atua no sentido de bloquear a emergência do tempo do agora, consequentemente do tempo messiânico (tempo de justiça, paz,

regozijo com a vida) mediante a reificação que solapa a suspensão da cotidianidade – no último milênio recorrendo à alienação religiosa, no último século (e até hoje), à indústria cultural e, a partir da última década, à convergência do que há de pior na estrutura da vida cotidiana com a economia política das novas teologias do sucesso e das mídias sociais: ultraindividualismo, irracionalismo e dispersão, compondo novas encarnações digitais do tempo espetacular, na busca por engajamento máximo, que gera o arsenal de dados necessário ao perfilamento que refina e torna mais eficazes a publicidade e a propaganda customizadas de massa, programáticas.

Douglas Kellner (2001), tratando principalmente de cinema e TV, chamou a atenção para a dialética atuante na "cultura da mídia", que não seria pura mistificação ideológica, mas, sem deixar em grande medida de sê-lo, é também reflexo e expressão das lutas de classes, das conquistas culturais e econômicas dos oprimidos, com todas as suas efetivas particularidades de gênero, nacionalidade e étnico raciais. Essa perspectiva, cara ao Estudos Culturais em sua origem, não ignora a correlação de forças atuante nesses reflexos e expressões. Porque os grupos mais ricos têm mais voz, embora jamais tenham conseguido transformar a cultura em monólogo do capital.

Atualmente, tomando por objeto não somente o cinema e a TV, mas principalmente as mídias sociais, há que se escrutinar a correlação de forças entre as diversas classes e frações de classe em confronto, com todo o seu cortejo de particularidades relevantes, em suas expressões estéticas e discursivas. Um escrutínio dessa natureza, que operacionalize a noção de não-sincronicidade, pode revelar potenciais revolucionários onde menos se espera, assim como ajudar a compreender a cooptação dessas potências por forças conservadoras ou reacionárias. É o que fez Bloch (1991) em seu estudo sobre o nazismo. Por exemplo, ao esclarecer que a proposta nazista de um terceiro *Reich* foi uma apropriação

deturpada, mas propagandisticamente eficiente, de uma utopia medieval de um terceiro evangelho, ainda presente na cultura popular alemã da era do taylorismo. Algo metodologicamente parecido pode ser feito em recortes regionais, nacionais e internacionais, dada a crescente ubiquidade das mídias sociais dos Estados Unidos em quase todo o mundo.

Considerações finais

Tempo histórico e tempo cotidiano são a expressão temporal da dialética entre universal (abstrato ou concreto) e particulares/singulares. Em outras palavras, tomando por base o *Zeitgest* moderno e desconsiderando as variantes niilistas, as alternativas que temos são uma concepção da história como universal abstrato, na perspectiva linear de ordem e progresso, com bolor positivista, ou da história como universal concreto, em uma perspectiva materialista, dialética, não linear. História das lutas de classes, com suas derrotas e momentos do tempo do agora, antecipando e sinalizando o tempo messiânico num presente adensado, como lampejos do futuro que se reconcilia com excedentes culturais do passado, devido ao que há de potencialmente revolucionário na não-sincronicidade, fator acionado pela agência consciente de uma *práxis* coletiva efetiva.

Retomando as falas de Lula e Mujica, só podemos considerar irracional o desenvolvimento de forças produtivas cuja socialização gera desemprego e não tempo livre.

O capitalismo de plataforma, erigindo-se sobre a mais espetacular alienação do tempo livre, é mais uma nova expressão do velho par racionalidade técnica e razão instrumental. A dança desse par, acelerada, descompassada, desengonçada e truculenta, é regida pelo ritmo e pela velocidade do desenvolvimento das forças produtivas de ponta hoje. Estas são as tecnologias digitais de monitoramento e mineração de

dados, produção de metadados que perfilam populações, venda desses perfis em leilões de publicidade e propaganda programáticas. O palco é a desregulação trabalhista, o cenário é composto de *data centers* e destruição ambiental, e a letra da música é uma variação ao infinito de propagação ideológica de pseudo-meritocracias (inclusive com teor religioso) e niilismo social.

O tempo espetacular das mídias sociais tende a minar a preservação, o resgate e a emergência de excedentes culturais. Tende a favorecer o que há de mais reacionário na não-sincronicidade contemporânea, e, com isso, solapar a disrupção de tempos do agora, capazes de ativar potências emancipatórias concretas não-síncronas espalhadas por aí. Porém, assim como o tempo messiânico não é uma fatalidade, a perpetuação do "progresso" capitalista tampouco o é.

Nem os intelectuais críticos que trabalham na suspensão da cotidianidade, nem os trabalhadores imersos na praticidade do cotidiano, separados, detêm a senha para a emergência de um tempo do agora (os intelectuais da conservação nem estão ocupados com isso, ou estão ocupados em impedir essa emergência). Entretanto, na tradição do iluminismo suprassumida por Marx e Gramsci, entre outros, o diálogo entre intelectuais críticos e trabalhadores em geral permanece o método geral incontornável para a redação dessa senha.

Há, portanto, em política e ciência social crítica, que se debruçar a cada momento cotidiano de suspensão da cotidianidade no escrutínio dos elementos utópicos concretos presentes na não-sincronicidade de cada espaço social acessível, sem devaneios utópicos abstratos, visando a elaboração de senhas que ativem o tempo do agora possível e necessário, que não seja (ainda) para a atualização do tempo messiânico, mas para uma urgente e eficaz interrupção de tantas catástrofes em curso, bem como de catástrofes ainda maiores que se afiguram no horizonte do ano de 2025, o nosso tempo presente.

Referências

ADORNO, Theodor W. HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BENJAMIN, Walter. **On the Concept of History**. Disponível em: https://www.marxists.org/reference/archive/benjamin/1940/history.htm. Acesso em: 15 jun 2025.

BEZERRA, Arthur Coelho. **Miséria da informação:** dilemas éticos da era digital. Rio de Janeiro: Garamond, 2024.

BOLAÑO, C. R. S. Sobre intelecto geral, capital, comunicação e conhecimento: uma leitura dos *Grundrisse*. **Revista de Economia,** v. 34, n. especial, p. 35-49, 2008.

BLOCH, Ernst. **Heritage of our times**. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 1991.

BLOCH, Ernst. **O Princípio Esperança**. Vol.1. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contraponto, 2005.

CARVALHO, Sandro Sacchet de; NOGUEIRA, Mauro Oddo. Plataformização e Precarização do Trabalho de Motoristas e Entregadores no Brasil. *In:* **77ª edição do Boletim Mercado de Trabalho. IPEA**, 2024. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/13644/12/BMT_77_PDRT_A1.pdf Acesso em 1º de julho de 2025

CRARY, Jonathan. **24/7 Capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: UBU, 2016.

DEBORD, Guy. O Tempo Espetacular. In: **A Sociedade do Espetáculo, capítulo VI**. https://guy-debord.blogspot.com/2009/06/guy-debord-o-tempo-espectacular.html. Acesso em 08 jul 25.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo:** capitalismo e esquizofrenia. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Horizonte: Autêntica, 2014

HARVEY, David. **The Condition of Postmodernity:** An Enquiry into the Origins of Cultural Change. Oxford: Blackwell, 1990.

HEGEL, G.W.F. **A Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HEGEL, G.W.F. **Filosofia do Direito**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2010.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia** – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: Edusc, 2001.

KEYNES, John Maynard. Economic Possibilities For Our Grandchildren. *In:* **Essays in Persuasion.** New York: W.W Nortan & Co, 1963.

KURZ, Robert. **Mataram o lazer.** O filósofo alemão Robert Kurz propõe que o tempo economizado pelo aumento da produtividade finalmente se transforme em qualidade de vida. Entrevista à revista Isto É, em 25.11.1998. Disponível em: http://www.obeco-online.org/rkurzentrevistas5.htm. Acesso em 19 jun 25.

LÖWY, Michel. Tempo Messiânico e Historicidade Revolucionária em Walter Benjamin. Rev. **Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, 2020, p. 2069-2089.

MARCUSE, Herbert. **O Homem Unidimensional**: A Ideologia da Sociedade Industrial. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MARCUSE, Herbert. **Reason and Revolution.** Hegel and the rise of social theory. London: Routledge & Kegan Paul Ltd, 1941.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARTINS, Helena. A vigilância no capitalismo contemporâneo: olhar desde a economia política da comunicação. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, v. 25, p. 1–19, 2022.

ROSA, Hartmut. **Social Acceleration**: A New Theory of Modernity. New York: Columbia University Press, 2013.

ROSA, Harmut. Social Acceleration: Ethical and Political Consequences of a Desynchronized High-Speed Societ. **Constellations**, v. 10, n. 1, 2003. Disponível em: < https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-8675.00309>. Acesso em 02 jul 2025.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx.** Rio de Janeiro: EDUERJ / Contraponto, 2001.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações.** Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1a ed., 1983.

SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

SRNICEK, Nick; WILLIAMS, Alex. **Inventing the Future**: Postcapitalism and a World Without Work. London: Verso, 2015.

SPIGA, Deborah. O Instante Revolucionário da Jetztzeit. **Aufklärung**, João Pessoa, v.8 , n.1. p.59-74, 2021.

Hieróglifos sociotécnicos: a construção de invisibilidades no capitalismo de plataforma

Bianca da Costa Maia Lopes

> O valor converte, antes, todo produto do trabalho num hieróglifo social. Mais tarde, os homens tentam decifrar o sentido desse hieróglifo, desvelar o segredo de seu próprio produto social, pois a determinação dos objetos de uso como valores é seu produto social tanto quanto a linguagem. (Karl Marx, 2013, p. 123-124).

Em célebre passagem do capítulo I d'*O capital*, Marx recorre ao termo fetiche para visibilizar as relações humanas por trás das relações entre as coisas, atentando para "o caráter fetichista da mercadoria e seu segredo" (Marx, 2013, p. 121). Esse caráter enigmático ou místico do produto do trabalho, tão logo assume a forma mercadoria, aparece para os homens como se esta tivesse força autônoma ou vida própria, uma espécie de poder quase mágico capaz de obnubilar as relações sociais de produção através do atributo do valor. Metaforicamente, Marx utiliza a expressão "hieróglifo social" para descrever a forma críptica como o valor da mercadoria se apresenta na sociedade capitalista, uma vez que este não é intrínseco a ela; porém, manifesta-se através de construção social codificada. O hieróglifo marxiano conexo à mercadoria e seu valor, oculta, então, o segredo da exploração do trabalho pelo capital, sua mistificação pela mediação do trabalho assalariado (aparentemente)

livre. Ao encobrir o trabalho humano, o fetiche da mercadoria a reifica e invisibiliza a relação social por trás de sua produção.

No transcurso de um século, na década de 1970, o filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto alertou sobre a exigência de denunciar o que chamou de "lado secreto" da tecnologia (Vieira Pinto, 2005, p. 44), em referência a discursos acríticos tocantes ao endeusamento tecnológico, de forma a salientar o condão oculto da ideologia e da conservação dos interesses dominantes do saber. Fruto do acúmulo histórico de saberes e práticas sociais ao longo de diversas sociedades informacionais, os feitos tecnológicos deste jovem século têm exposto a humanidade a renovadas preocupações decorrentes dos efeitos diversos que as tecnologias digitais exercem sobre a existência humana, por certo, modificando significativamente a capacidade de transformar o mundo material a partir das intenções do projeto humano (Vieira Pinto, 2005), ora ocultadas, ora desveladas, de acordo com os fins interessados.

Não é mero acaso que o capital invente e reinvente, no folhear dos tempos, mecanismos para se perpetuar tanto como sistema econômico, quanto modelo ideológico dominante. Um traço recorrente e comum a tais mecanismos é a ocultação ou a dissimulação da realidade com o fito de mascarar a desigualdade e as contradições estruturais do capitalismo, conduzindo à falsa consciência e à alienação dos indivíduos. Diante dessa lógica de invisibilização do poder hegemônico, recorre-se ao pensamento de Vieira Pinto para desvelar as relações sociais de produção e os interesses de classe que orientam a tecnologia, a fim de compreender o processo de construção de invisibilidades sociais no capitalismo digital das plataformas contemporâneas.

Fantasmagoricamente arquitetadas, tais invisibilidades se coadunam ao *laissez-faire* neoliberal e abarcam uma série de mecanismos, como o fetichismo tecnológico, a mediação e a opacidade algorítmicas, cujos efeitos se intensificam diante de sua interpenetração.

Combinados, impactam sobremaneira a apropriação da informação e, em última análise, a própria percepção da realidade circundante. Pelo exercício do pensar crítico, em primeiro lugar, interpreta-se que a tecnologia enreda o uso socialmente alienado que o capitalismo faz desta. Em seguida, sustenta-se que essa engrenagem é incrementada pelo arranjo financeiro-matemático que assumem as tecnologias digitais no capitalismo de plataforma (Srnicek, 2017), sendo clivada pela infraestrutura algorítmica das plataformas digitais controladas pelas gigantescas corporações tecnológicas, as chamadas *big techs*. Um exemplo disto é a robusta infraestrutura física e técnica de *datacenters* que tais empresas possuem, cuja expansão é disputada globalmente em nome dos recursos computacionais necessários para sustentar a camada algorítmica de suas plataformas[1] (Hawkins; Lehdonvirta; Boxi, 2025), enquanto a materialidade dessa infraestrutura é deliberadamente invisibilizada.

Os três mecanismos supramencionados são examinados pela perspectiva crítica, a fim de compreendê-los, complementarmente, na condição de componentes constitutivos da invisibilização sociotécnica empreendida pelo capital, dando azo à expressão "hieróglifos sociotécnicos", inspirada na metáfora marxiana. Para tanto, parte-se da associação do fetichismo feita por Marx, com lastro na religião, à mercadoria, incorporando-o criticamente às tecnologias digitais para

[1] O mapeamento da distribuição global de *datacenters* e provedores de nuvem revela profundas assimetrias geopolíticas do poder computacional, especialmente disputado diante dos avanços da inteligência artificial (IA) e concentrado nas mãos de poucos países, como Estados Unidos e China, e grandes corporações, como as norte-americanas Amazon, Google e Microsoft, e as chinesas Tencent, Alibaba e Huawei (Hawkins; Lehdonvirta; Boxi, 2025). Contudo, tanto esse mapeamento de *datacenters* quanto os massivos impactos ambientais que geram para o funcionamento dessa infraestrutura material são invisibilizados, como no caso do excessivo consumo energético e hídrico que despendem.

revelar o lado secreto das tecnologias digitais e visibilizar a ideologia dataísta (Van Dijck, 2014) que por detrás dessas se manifesta.

Como objetivo principal, este capítulo busca compreender de que maneira o capitalismo plataformizado, orientado por seus interesses históricos e econômicos atuais, ostenta novos aparatos para ocultar as mediações que separam a realidade vivenciada pelo capital daquela experimentada pelo trabalho, afetando a apropriação e o uso da informação no ambiente digital. Uma leitura possível mostra que o fetichismo tecnológico, particularmente, relacionado à camada algorítmica das plataformas digitais, serve ao ocultamento da mediação humana, acarretando, como um de seus principais impactos, a opacidade algorítmica. Por seu turno, tal opacidade contribui para a perenização do fetiche que paira sobre os algoritmos, retroalimentando o imbricamento desses três mecanismos. À vista disso, assume-se que os componentes da tríade fetichismo, mediação e opacidade se condicionam mutuamente, de tal forma que a sua superposição nessa engrenagem tecnomercadológica "encarnada" pelos algoritmos consolida os chamados "hieróglifos sociotécnicos" do capitalismo de plataforma, endossando o processo de ideologização da tecnologia, no sentido de falsa consciência.

Sob a penumbra neoliberal, o capitalismo de plataforma

É inconteste que as tecnologias digitais multiplicaram a potencialidade dos graus de liberdade com que as pessoas interagem entre si e com o mundo material, ampliando a flexibilidade e capacidade de difusão da informação. Por outro lado, como já bastante observado em relação à internet (Moretzsohn, 2017; Lopes; Bezerra, 2019), apesar das pretensões libertárias propaladas quanto à horizontalidade do fluxo informacional, a apropriação dessas tecnologias pelo capitalismo financeiro como armas globais de domínio e espoliação econômica

reverbera os projetos ideológicos de quem detém o poder econômico e político.

Em um mundo de agenciamento algorítmico e estrutura digital (Braman, 2020), associadas às finanças, as tecnologias digitais induzem a formas de vida expressivas do deslocamento da dominância no controle social, outrora exercido por mecanismos visíveis estatais, para o *ethos* liberal e opaco em que persiste uma "codificação generalizada da existência" (Sodré, 2021, p. 41). Com propósito, o deslocamento de questões informacionais rumo à economia e ao mercado salienta a comoditização da informação (González de Gómez, 2012), haja vista a transformação dos dados pessoais e comportamentais dos indivíduos em um tipo de recurso relevante e estratégico para a reprodução da lógica de acumulação do capital no século XXI, posto que tais dados treinam algoritmos e conferem vantagem competitiva no mercado digital. De fato, a organização do sistema produtivo consolida a sua hegemonia justamente pelo imbricamento entre financeirização e tecnologia, como enfatiza Sodré (2021).

Nos contornos do projeto neoliberal, o mercado digital de dados passa a depender da intermediação de plataformas digitais detentoras de infraestruturas tecnológicas robustas para o funcionamento de uma economia de escala liderada pelas megacorporações proprietárias de tais plataformas. A codificação algorítmica permite, então, a apropriação da vida humana com base na formação e extração de valor econômico e estratégico dos dados digitais circulados na internet para fins lucrativos (Couldry; Mejias, 2018). Não por acaso, a partir da teoria marxiana, Couldry e Mejias defendem que o dado consiste em novo objeto passível de fetichização nas relações econômicas contemporâneas.

A financeirização da economia impacta diretamente o modelo de negócios das plataformas digitais, que buscam rentabilizar dados como ativos financeiros. A exploração econômica de dados digitais representa

hoje um negócio global bilionário: na ordem de quintilhões de bytes de dados diários, em 2020, o mercado global de dados foi avaliado em cerca de 270 bilhões de dólares em 2022 e com previsão de quase triplicar até 2030 (Matos, 2024). De tal sorte, a hegemonia do capitalismo financeiro – refletido por perspectivas diversas que o qualificam como digital (Schiller, 2000), de plataforma (Srnicek, 2017), de vigilância (Zuboff, 2020) ou de dados (Morozov, 2018) – combina-se à infraestrutura digital baseada em algoritmos fornecida por corporações tecnológicas que não apenas controlam as inovações técnicas, mas extraem, coletam e vendem quantidades de dados sem precedentes, dominando a maior fatia do mercado digital sob a forma monopolística do fluxo informacional (Artigo 19, 2024).

Com efeito, trata-se de uma nova ordem sociotécnica movida pelo enorme fluxo informacional desse grande volume de dados – o *big data* – cuja coleta massiva, combinada à capacidade de processamento sofisticado e célere por algoritmos e inteligência artificial, permite a identificação e análise de comportamentos de usuários para os fins de produção, circulação e consumo de mercadorias (Valente, 2021). Tal ordem, que não se furta de também ser socioeconômica, é influenciada pelo paradigma da "dataficação" e mineração da vida, segundo Van Dijck (2014). Para o autor, tal paradigma se fundamenta sobre as suposições ideológicas do dataísmo, isto é, apoiando-se na crença quanto à neutralidade e objetividade da quantificação e rastreamento dos dados e na aceitação acrítica e descontextualizada das premissas ideológicas e comerciais relacionadas à "dataficação". Nesse sentido, frisa-se que a conversão generalizada de ações e comportamentos em dados digitais quantificáveis e rastreáveis não deve ser dissociada do papel ideológico que ocultam, inclusive, considerando-se os propósitos de vigilância.

Na configuração de um capitalismo voltado à exploração econômica dos dados, destaca-se a abordagem dos modelos de negócio das plataformas digitais por Srnicek (2017), dentre outros autores, para quem essas se caracterizam como provedoras da infraestrutura básica de mediação entre grupos específicos no mercado digital, apontando para a amplitude do fenômeno da plataformização da vida e sua marca no sistema produtivo. Poell, Nieborg e Van Dijck (2020) definem a plataformização como:

> [...] a penetração de infraestruturas, processos econômicos e estruturas governamentais das plataformas digitais em diferentes setores econômicos e esferas da vida. Ela também envolve a reorganização de práticas e imaginários culturais em torno dessas plataformas (Poell; Nieborg; Van Dijck, 2020, p. 2).

Nessa direção, mais do que meras facilitadoras desinteressadas, Valente (2021) atenta para o papel ativo de mediação exercido pelas plataformas digitais, posto que são comandadas por empresas proprietárias que detêm a infraestrutura tecnológica e econômica do capitalismo contemporâneo, com vistas a controlar os fluxos de informações, interações e transações no ecossistema que modela e estabelecer as regras do jogo. No capitalismo plataformizado, portanto, a ideia de fetichismo da mercadoria se desdobra para uma espécie de fetichismo dos dados, cujo cerne tecnológico reside nos algoritmos e sua crença como neutros, tendo como foco a mediação dos fluxos informacionais e o lastro ideológico dataísta. Contudo, o olhar crítico para a questão possibilita desconstruir as invisibilidades hieroglíficas do capital. Nesse sentido, Bezerra (2024) recobra a materialidade dos dados digitais e a sua necessária desnaturalização:

> Ora, o dado digital não é um recurso natural que pode ser extraído do solo, da água ou do ar (embora seja armazenado

> na "nuvem"), e sim um produto da atividade humana, forjado na interação dos indivíduos com dispositivos digitais conectados em rede (o que inclui a navegação na internet, mas não se restringe a isso). Esse dado não é propriamente *dado* (no sentido de entregue, presenteado); antes, o dado é *alienado* de seu produtor e apropriado pela big tech (Bezerra, 2024, p. 59-60).

Adicionalmente, Fuchs (2017) repisa que a invisibilização da arquitetura das plataformas digitais encobre as relações de exploração de trabalho e dados, assim como a vigilância por detrás de seu funcionamento baseado em algoritmos, supostamente neutro e meramente técnico. De modo algum, tais relações se constituem naturalmente, porém, se escoram concretamente em contextos política e economicamente construídos.

O lado secreto da tecnologia e o fetichismo tecnológico

Nas veredas da perspectiva teórico-crítica acerca da tecnologia, é notável a atualidade do pensamento do filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto a respeito do desenvolvimento científico e tecnológico da humanidade, haja em vista as quase 1.500 páginas que compõem sua densa obra "O conceito de tecnologia", produzida há mais cinco décadas. O filósofo explora o conceito de tecnologia em sua dimensão político-ideológica e sob a lente analítica dialético-materialista. Situadas no campo marxista, suas reflexões sobre a tecnologia facultam o acercamento epistemológico ao cerne da técnica, a percepção do significado de seu papel ideológico e a compreensão da razão das grandes transformações produtivas experimentadas ao longo do processo histórico. Pavimentam, assim, um caminho possível para pensar a tecnologia fora dos contornos da lógica formal – do dualismo apocalíptico ou integrado, nos termos de Umberto Eco –, articulando

visões complementares de um mesmo processo pela compreensão dialética.

Dentre as distintas possibilidades de acepções para o termo tecnologia, Vieira Pinto (2005) apresenta quatro significados centrais para tal. Particularmente, interessa evidenciar o significado da tecnologia como ideologização da técnica, acepção que perpassa estruturalmente todos os demais significados e à qual o autor dedica mais atenção: "a possibilidade de metamorfose da técnica em mitologia, ou seja, em uma espécie definida de ideologia social, decorre da falta de esclarecimento crítico sobre a natureza da tecnologia" (Vieira Pinto, 2005, p. 290).

A consciência crítica possibilita compreender a natureza dialética do processo produtivo, protagonizado tão somente pelo ser humano. Nessa toada, é preciso voltar um passo atrás para apreender a técnica como um produto exclusivo do homem, o animal técnico, porquanto intrínseca à faculdade biológica humana de projetar, graças ao desenvolvimento evolutivo de seu sistema nervoso lhe conferir a possibilidade de pensar ideias abstratas, assim, projetando-se por meio do trabalho efetivo de transformação da realidade material.

A essência do projeto, distintivamente humano, consiste no "modo de ser do homem que se propõe criar novas condições de existência para si" (Vieira Pinto, 2005, p. 54). Significa dizer que a capacidade de projetar possibilita a criação de objetos transformados em instrumentos diferenciados daquilo concebido pela natureza, entendendo-se por transformar a ação humana de produzir meios que interfiram no mundo objetivo, que o adaptem ao homem. Logo, o ato de produzir corresponde à transformação da natureza em si em natureza racionalizada; por isto, à técnica.

A conversão do potencial criativo do homem em produto consiste em processo de mediação da relação humana com o mundo físico e

social; a técnica é "mediação na obtenção de uma finalidade humana consciente" (Vieira Pinto, 2005, p. 175). Quer dizer, muito embora o projeto seja engendrado no plano do pensamento, a técnica precisa ser concretizada no plano objetivo, ou seja, carece da impressão material daquilo o que se concebe subjetivamente sobre a realidade. De mais a mais, é na condição de ser tecnificador e, por conseguinte, social, que o homem projeta a sua capacidade de criação, de modo que o ato da produção técnica sintetiza, pela lógica dialética, a solução da contradição original do ser humano com a natureza. A apreensão da relação homem-natureza caminha *pari passu* ao modo pelo qual o homem se organiza para produzir sua vida material. Todo o fazer social está intrinsecamente associado à transformação humana da natureza.

Partindo dessa leitura antropomórfica, resta clara a técnica como forma que adjetiva um modo de ação humana, ou melhor, como qualificadora do ato humano que define a sua própria existência, o ato de produzir. Sustentado tal caráter adjetivo, Vieira Pinto alerta, contudo, que a dinâmica de substancialização da técnica pode aduzir, por equívoco, à mera coisificação de seu estado de ideia no plano da abstração. Em outras palavras, ao pensar a técnica como coisa em si, enquanto ser, esta se conformaria à categoria de entidade abstrata, incorrendo-se numa sorte de "engano da hipostatização da técnica" (Vieira Pinto, 2005, p. 177) – tal qual a crítica marxiana quanto à hipostatização da economia. No limite, esse predicado hipostasiador levaria a atribuir à técnica, de forma ingênua, a faculdade de exercer efeitos por si mesma sobre a realidade humana – como uma força autônoma –, sob o véu do fetichismo.

Convém destacar que tal predicado não decorre de fortuita casualidade, porém, acomoda o manifesto aspecto ideologizante da técnica consubstanciado por seu exercício social, ponto este acentuado pelo autor ao expor o "inevitável caráter ideológico da tecnologia"

(Vieira Pinto, 2005, p. 321). Nesse sentido, desvela-se que o processo de entificação da técnica se coaduna ao viés ideológico pela progressiva desconexão de suas bases materiais. Pelo feitiço da alienação, a tecnologia é apartada de suas causas e relações temporais, forjando-lhe um aspecto transcendental de divindade.

> Temos de denunciar o lado secreto, maligno do endeusamento da tecnologia, aquele que visa unicamente a fortalecer ideologicamente os interesses dos criadores do saber atual, a fim de conservá-lo no papel de instrumento de domínio e espoliação econômica da maior parte da humanidade [...] (Vieira Pinto, 2005, p. 44)

Nesse sentido, o engendro da tecnologia como espécie de fenômeno de ordem sobrenatural ostenta o condão oculto da ideologia. Se a fenomenalização da tecnologia acompanha um "estado de espírito de embasbacamento" (Vieira Pinto, 2005, p. 36) do homem face aos resultados de suas próprias técnicas produtivas, isso ocorre em razão da alienação entre criador e criatura, produtor e produto de seu trabalho, exortando tal estado de espanto, maravilhamento, entusiasmo, euforia, perplexidade etc.

> O homem maravilha-se diante do que é produto seu porque, em virtude do distanciamento do mundo, causado pela perda habitual da prática de transformação material da realidade, e da impossibilidade de usar os resultados do trabalho executado, perdeu a noção de ser o autor de suas obras, as quais por isso lhe parecem estranhas (Vieira Pinto, 2005, p. 35).

O maravilhamento do homem com suas obras tem por raiz a constatação do grau de avanço que alcança sobre o domínio da natureza. Se outrora aquele se pasmava com esta, o cerne de sua admiração se translada para a criação de novos processos e objetos naturais, isto é, "o conjunto dos objetos e procedimentos artificiais que nos cercam"

(Vieira Pinto, 2005, p. 38), transferindo-se a função cosmogônica da natureza para o homem. Historicamente situada, a capacidade de se maravilhar é determinada acima de tudo pelo desenvolvimento das forças produtivas que, por meio da ciência e do progresso das técnicas, solucionam a contradição original do homem em oposição à natureza.

Em vista disso, tal estado de espírito espelha a referida desconexão da tecnologia à produção, por óbvio, humana, dado que o caráter intrínseco da técnica ao homem reforça não poder ser aquela alheia a esse. Isto é, assim como o fetichismo da mercadoria marxiano encobre a exploração do trabalho humano nas relações do modo de produção capitalista, o fetichismo da tecnologia oculta o caráter humano da técnica, como se houvesse uma espécie de lógica funcional autônoma da tecnologia que fosse alheia às suas determinações históricas, econômicas e culturais.

Desprovido de fundamentação histórica e social, o olhar voltado unicamente ao desenvolvimento do produto tecnológico fortalece a perspectiva acrítica da tecnologia enquanto entidade natural, dotada de lei interna própria, em detrimento de sua assimilação como produto do invento humano. O maravilhamento do homem diante de sua obra expressa, assim, a ideologização da técnica, traduzindo-se pelo esforço para conformar a tecnologia em limites místicos de uma ideologia social, de forma a sustentar a crença no suposto poder demiúrgico da tecnologia.

Sob o véu do fetichismo tecnológico, no contexto do capitalismo de plataforma, os algoritmos são apresentados como se fossem neutros e automáticos, ocultando as relações de poder e os interesses econômicos que se manifestam nos processos informacionais mediados pelas plataformas digitais. Diante disso, a mediação da informação por algoritmos que filtram, classificam e hierarquizam os fluxos

informacionais reforça a manifestação do fetichismo tecnológico nessas plataformas.

A mediação algorítmica como biombo ideológico

De acordo com Vieira Pinto (2005, p. 399), "a natureza de mediação, inerente a toda técnica, tem-se prestado a servir de biombo para a ocultação das estruturas de exploração [...]". O exercício crítico de refletir a mediação da informação não deve, na mesma linha, se esquivar de abordar a correlação entre aquilo que é o cerne da mediação e a dinâmica de encobrimento das estruturas do poder dominante.

Avesso ao pensamento hegemônico referente à mediação da informação, Almeida Júnior (2009) concebe esta de forma incompatível às ideias de neutralidade e imparcialidade, uma vez que tanto o seu processo quanto a atuação dos agentes mediadores resultam da dinâmica relação dos sujeitos com o mundo. Esse aspecto relacional da mediação da informação, considerada, em sua essência, uma ação de interferência voltada à apropriação da informação – seja de forma implícita ou explícita –, aponta para a sua constituição como processo histórico-social. Nesse sentido, o autor atenta para o compromisso crítico, que não deixa de ser orientado pela ética, de reconhecê-la, explicitá-la e torná-la consciente, a fim de que seja possível mitigar possíveis problemas que dela decorrem.

Gomes (2020) problematiza as dimensões dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. Em especial, salienta a condição de processo dialético que lhe é atribuída pela importância da dimensão dialógica, a qual sustenta a própria ação mediadora. Segundo a autora, quando articuladas tais dimensões, a mediação consciente da informação alcançaria a sua dimensão política.

> Ao alcançar a sua dimensão política, a mediação da informação proporciona condições à tomada de consciência

> por parte de todos que fazem acontecer essa ação, uma consciência da condição de sujeitos políticos que, ao abandonarem a máscara da neutralidade, acabam assumindo a condição de protagonistas sociais e o compromisso com a construção do processo humanizador do mundo (Gomes, 2020, p. 17-18).

Bezerra (2024) aborda o caráter objetivo e subjetivo da mediação das tecnologias digitais, atentando, respectivamente, para a mediação dos dispositivos eletrônicos e dos meios de transmissão e para a mediação algorítmica da informação, enfatizando a condição implícita ou subjetiva dos algoritmos "em relação às práticas de organização, classificação e disponibilização da informação" (Bezerra, 2024, p. 65-66). Tal qual a informação, que está "imersa em ideologias e em nenhuma hipótese se apresenta desnuda de interesses, sejam econômicos, políticos, culturais etc." (Almeida Júnior, 2009, p. 93), o mesmo pode ser dito a respeito de algoritmos quanto ao processo mediador que operam.

Em especial, Bezerra (2017) salienta a transição das formas de mediação da informação estabelecidas no século passado para as inovações ocorridas nas redes digitais no século atual, cujas práticas denotam o deslocamento da centralidade de editores e produtores para um perfil de mediação marcado pelo uso de algoritmos. Nessa direção, o autor propõe o termo "novo regime global de mediação da informação" (Bezerra, 2017, p. 68) para contemplar as novas mudanças no campo da mediação trazidas por grandes corporações tecnológicas, como Google e Meta, quanto ao monitoramento, categorização e filtragem de grande volume de dados disponibilizados por usuários em suas plataformas digitais, a fim de promover a constante personalização de sua navegação.

Um ponto observado na transição entre a intermediação humana e a que é automatizada por algoritmos é o mascaramento desta forma de

mediação pelo adjetivo "tecnológica", como se por detrás das fórmulas matemáticas algorítmicas inexistisse a interferência de uma rede de engenheiros e especialistas de carne e osso a serviço dos grandes acionistas dessas empresas, seja no Vale do Silício ou em Shenzhen, dedicados a tratar da personalização da experiência dos usuários de suas plataformas digitais. Decerto, essa ação não é algo natural, porém, fruto de interesses e interessados que agem nesse processo. A mediação da informação que ocorre no cenário das redes digitais é eminentemente artificial, sendo exacerbada pelo fenômeno da plataformização da vida (Poell; Nieborg; Van Dijck, 2020), com lastro nos modelos de negócio opaco das corporações que controlam as plataformas digitais.

Em outras palavras, muito embora automatizada por algoritmos, a atividade de mediação envolve processos projetados e mantidos por humanos ou organizações com fins econômicos específicos. Seus impactos sociotécnicos e políticos advêm da organização, classificação, priorização e distribuição da informação nos ambientes digitais, de tal modo que a mediação algorítmica se constitui como parte da infraestrutura de controle da informação, moldada pelas lógicas de acumulação capitalista, extração de valor e vigilância de dados.

A mediação algorítmica é considerada, assim, por parte expressiva da literatura como uma das facetas da mediação da informação – a princípio, relacionada à interferência humana –, ao passo que algoritmos de aprendizado de máquina utilizados para sistemas de recomendação, por exemplo, influenciam diretamente o acesso, o uso e a apropriação da informação pelos usuários no ambiente digital (Rangel; Martins, 2024).

Nesse sentido, diferentes autores apontam o papel determinante da mediação por algoritmos. Van Dijck (2013) entende que as plataformas digitais correspondem a infraestruturas de mediação da informação, destacando o seu papel na estruturação dos fluxos

informacionais: "as plataformas funcionam como novos tipos de intermediários de informação, moldando não apenas o acesso, mas também a visibilidade e a priorização do conteúdo" (Van Dijck, 2013, p. 32, tradução nossa). De modo semelhante, Fuchs (2021, p. 120, tradução nossa) percebe a atuação das plataformas como "[...] intermediários corporativos que medeiam algoritmicamente a visibilidade e a disseminação de conteúdo gerado pelo usuário, impulsionados por imperativos comerciais". Bucher (2018) destaca a invisibilidade da ação dos algoritmos na filtragem, curadoria e priorização da informação, atentando para a ausência de neutralidade ao determinarem o que se torna visível e como a informação flui. Em vista disso, tem-se que a mediação via algoritmos afeta diretamente a seleção de informações consideradas de maior relevância para os indivíduos – logo, a apropriação da informação –, impactando como estes procuram informações, percebem o conhecimento e se compreendem pelo discurso público (Gillespie, 2018).

Bezerra e Almeida (2020) argumentam que a mediação algorítmica da informação na internet refere-se ao processo que decide quais informações serão acessíveis e quais permanecerão invisíveis, operando conforme os interesses econômicos das empresas que controlam as plataformas digitais. Segundo os autores, "a mediação algorítmica retira do público o direito à crítica e à contestação sobre o que lhe é apresentado, criando um ambiente informacional governado por interesses comerciais **mascarados de neutralidade técnica**" (Bezerra; Almeida, 2020, p. 75, grifos nossos). A filtragem da informação via algoritmos junto às práticas de mineração de dados dos usuários das plataformas, através de técnicas de aprendizado de máquina (*machine learning*), forjam uma nova forma de acumulação capitalista.

Em meio a isso, a disseminação da crença de que técnicas de aprendizado de máquina podem resolver por si só problemas de

comunicação traz à tona o fetiche tecnológico sob roupagens cada vez mais renovadas, haja vista a ideologia solucionista (Morozov, 2018) associada aos avanços neoliberais e identificada nos discursos provenientes do Vale do Silício, assim como uma variedade de determinismos tecnológicos ingenuamente propalados.

Sobretudo, no capitalismo de plataforma, tudo se passa como se os algoritmos tanto "escolhessem" o que esconder de nós através da mediação (Van Dijck, 2013; Fuchs, 2021), como também se escondessem propriamente de nós pelas vias da opacidade (Pasquale, 2015; O'Neil, 2020). Em face disso, a opacidade pode ser percebida como um dos principais impactos gerados pela mediação algorítmica, de tal sorte que o caráter implícito da mediação respalda duas dimensões do caráter opaco dos algoritmos, uma epistêmica e, outra, comercial ou corporativa.

A opacidade algorítmica como projeto político-epistêmico

Se há cerca de dez anos atrás a opacidade já estava no cerne das preocupações sobre algoritmos entre acadêmicos jurídicos e cientistas sociais (Burrell, 2016), seu debate hoje parece estar cada vez mais espraiado por uma pluralidade de saberes e segmentos da sociedade. A opacidade algorítmica consiste em um mecanismo de deliberada invisibilização do funcionamento dos algoritmos, conjugando aspectos complementares que, em grande medida, se aproximam por uma dimensão epistêmica relacionada à compreensão dos processos matemáticos pelos quais funcionam os algoritmos. Adicionalmente, percebe-se uma outra dimensão vinculada ao caráter comercial, corporativo e/ou legal das decisões de ocultar, uma espécie de barreira jurídica da opacidade, haja vista a própria complexidade dos modelos de negócio das corporações tecnológicas que controlam o funcionamento dos algoritmos.

Embora a tipologia de opacidade apresentada por Burrell (2016) seja bastante recorrente na literatura, cabe tecer breves considerações sobre ela. Em busca de compreender as razões que motivam a opacidade, a autora enumera três formas de opacidade: intencional, seja corporativa ou estatal; não alfabetizada, ou como iliteracia técnica; e intrínseca. A primeira categoria abarca a opacidade como um movimento deliberado de proteção industrial e comercial, segundo a autora, em que o funcionamento do sistema algorítmico é propositalmente ocultado daqueles que são afetados por sua operação. Ao enfatizar a intencionalidade apenas nesta categoria, é possível entender que as demais formas de opacidade tipificadas prescindem de carga intencional, o que não corresponde à realidade. Em maior ou menor grau, cabe lembrar que as nuances da opacidade se vinculam à intencionalidade de determinados interessados, não se manifestando fortuitamente. Quanto à segunda categoria, trata da acepção da opacidade pela chave da acessibilidade e da inteligibilidade relativas ao funcionamento dos sistemas algorítmicos, envolvendo tanto barreiras técnicas como cognitivas que dificultam a sua compreensão pelos usuários, haja vista os graus de complexidade matemática e computacional envolvidos. O funcionamento do sistema é opaco porque é codificado por aqueles que detêm o conhecimento técnico especializado para entender como ele funciona. A última categoria apresentada também se relaciona ao aspecto técnico, referindo-se à forma pela qual algoritmos de aprendizado de máquina operam quanto à escala e à complexidade, uma vez que tais algoritmos não raro são opacos mesmo para os seus próprios desenvolvedores.

De modo geral, a opacidade diz respeito à seletiva e evitável complexidade e inacessibilidade dos sistemas algorítmicos das plataformas digitais representada pela metafórica caixa preta, mencionada por Frank Pasquale (2015) há cerca de uma década para

problematizar o que chamou de "algoritmos secretos que controlam dinheiro e informações" (Pasquale, 2015, n.p.). Diz-se do seu uso opaco, suas regras complexas e sua legibilidade restrita a um público especializado como uma combinação estratégica de opacidades praticadas pelo setor financeiro e companhias tecnológicas para consolidar seu poder e riqueza, sendo marcadas pela ausência de monitoramento e de regulação.

Em especial, Pasquale (2015) não chega a propor uma tipologia em termos formais como faz Jenna Burrell, mas descreve três formas específicas pelas quais a opacidade dos algoritmos pode se manifestar no capitalismo de plataforma, a partir de estratégias adotadas por corporações dos setores financeiro e tecnológico: o sigilo real, o sigilo legal e a ofuscação. A combinação deliberada entre as duas primeiras formas de sigilo é mencionada no caso das corporações tecnológicas, interessadas em garantir que pessoas externas à empresa não compreendam fatos técnicos e legais fundamentais sobre si, horizonte em que o autor contextua o sigilo como um poderoso negócio. Já quanto à ofuscação, envolve a prática da divulgação de informações quando o sigilo é comprometido para embaçar a sua compreensão, contribuindo para o aumento da complexidade. Nesse sentido, o sigilo real e a ofuscação se aproximam em maior medida da dimensão epistêmica da opacidade algorítmica, muito embora o aspecto jurídico-normativo da opacidade também se relacione ao grau de visibilidade daquilo que se dá a conhecer ou não.

Desse modo, a partir dos olhares de Burrell e Pasquale, duas dimensões principais da opacidade algorítmica podem ser identificadas. Pelo viés epistêmico, destaca-se a complexidade estrutural, matemática e computacional relacionada à barreira técnica dos algoritmos, em especial, os algoritmos de aprendizado de máquina, envolvendo, ainda, o aspecto cognitivo referente à literacia algorítmica: não se compreende

o sentido e os critérios que respaldam a tomada de decisão algorítmica como consequência da complexidade técnica. Já pelo viés corporativo ou comercial, a intencionalidade da opacidade é justificada em razão de questões de negócio ou institucionais. Ambos os vieses tendem a se imbricar e se reforçar mutuamente, agravando os riscos sociais e democráticos atinentes à falta de transparência relacionada ao código, ao funcionamento e à responsabilização pelas decisões dos algoritmos.

Um ponto interessante é que a fórmula da opacidade no capitalismo plataformizado guarda relação direta com a visibilidade para produzir invisibilidades, como observa Bruno (2015):

> A camada algorítmica alimenta-se da visibilidade de nossas ações, informações e corpos e ao mesmo tempo intervém naquilo que vemos (selecionando, por exemplo, o que cada um deve ver preferencialmente, sugerindo trajetos, cliques, links, likes, alertas etc.). Enquanto se alimenta de nossa visibilidade e nos oferta um mundo visível personalizado, a camada algorítmica é praticamente invisível (Bruno, 2015, p. 118).

Cabe ainda ressalvar o proveito do discurso da transparência, considerada antípoda da opacidade, para fins políticos ou demagógicos, como em momentos em que as *big techs* se utilizam do discurso técnico para justificar decisões políticas ou empresariais opacas. Por vezes, a distância entre o discurso da transparência e a sua prática pode beirar o cinismo, como na ocasião do escândalo envolvendo a empresa de consultoria *Cambridge Analytica* e o Facebook, plataforma hoje controlada pela megacorporação tecnológica Meta, que autorizou a coleta de dados pessoais de milhões de seus usuários sem consentimento para fins de manipulação política nos Estados Unidos e Reino Unido, em 2016. À época presidente do Facebook, Mark Zuckerberg defendia publicamente a transparência como um dos valores essenciais de sua

corporação, à medida que tomava decisões políticas cada vez mais afastadas do olhar de todos (Gillespie, *apud* Gorwa; Ash, 2020).

Quase uma década após, em 2025, a Meta anunciou a alteração de seu programa de checagem de fatos (Aos Fatos, 2025), tendo flexibilizado as diretrizes para a curadoria e moderação de conteúdo em suas plataformas segundo critérios opacos, alterando a forma de funcionamento de seus algoritmos. A decisão implicou a faculdade da liberdade de expressão de usuários ao bel-prazer da empresa, passando a deliberar sobre as vozes permitidas ou silenciadas sem qualquer vestígio de transparência. Nesse caso, o viés ideológico reproduzido pelos algoritmos materializa a permeabilidade (mediação) entre o diáfano e o opaco (opacidade), influenciando a construção de invisibilidades.

Quanto a isso, dentre as dinâmicas de invisibilização que reforçam a opacidade das plataformas digitais é possível citar a falta de explicabilidade das decisões algorítmicas em nome da razão técnica, a manutenção da complexidade como estratégia de poder e a adoção de medidas de transparência que não elucidam, de fato, a metafórica caixa preta da opacidade.

Desvelando os hieróglifos sociotécnicos

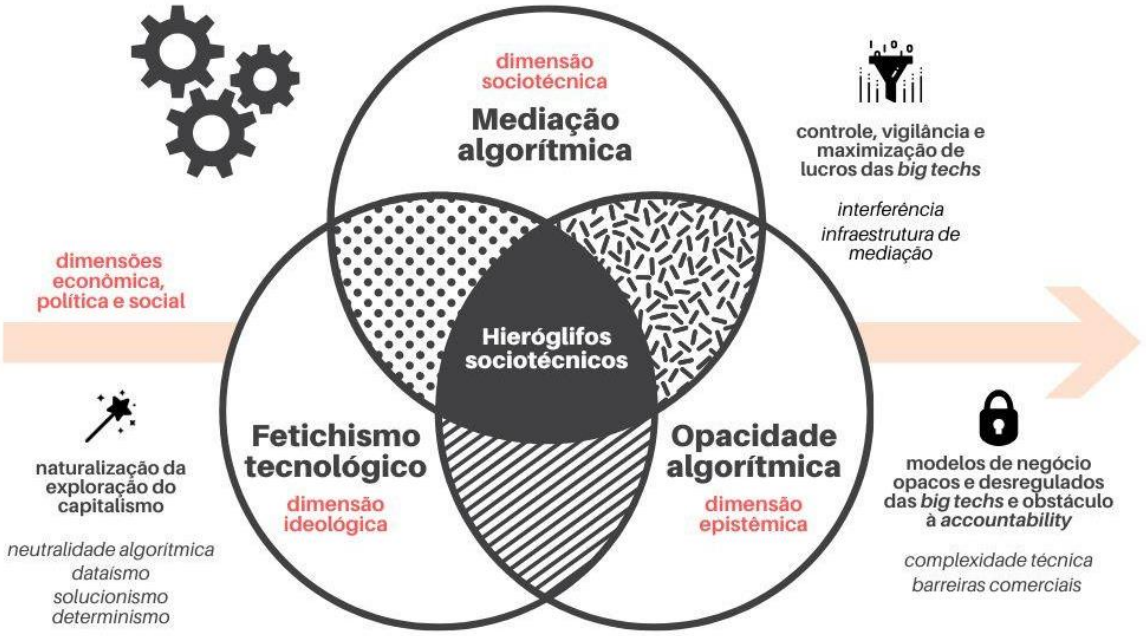
O avanço das tecnologias digitais e a sofisticação da lógica do capitalismo de plataforma têm incrementado certos mecanismos de construção de invisibilidades do capital, como a fetichização da tecnologia, a mediação e a opacidade algorítmicas. A partir da análise crítica tecida sobre o chamado lado secreto das tecnologias, em particular, com ênfase sobre os algoritmos que sustentam as plataformas digitais, a abordagem conjunta dessa tríade de mecanismos justificou-se na medida em que se complementam e se conectam estruturalmente, forjando uma engrenagem amparada pelas dimensões sociotécnica,

ideológica e epistêmica que permite desvelar os chamados hieróglifos sociotécnicos (Figura 1).

Embora seja atribuída uma tônica para identificar a dimensão de cada um desses mecanismos, é necessário reconhecer que todos são atravessados em maior ou menor grau pela ideologização da tecnologia e pela equivocada ideia de neutralidade. Além disso, igualmente, os três mecanismos são condicionados pelas dimensões econômica, política e social no capitalismo de plataforma.

A tríade analítica proposta na intenção de desvelar os hieróglifos sociotécnicos evidencia como a informação é estruturada, manipulada e invisibilizada no espaço digital plataformizado segundo as três dimensões apresentadas, a fim de compreender como cada um desses mecanismos se articula em relação à produção, circulação e controle da informação, mostrando diferentes máscaras do poder e da dominação.

Figura 1 – Esquema visual da construção de invisibilidades sociotécnicas no capitalismo de plataforma



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Pela ótica do fetichismo tecnológico, oculta-se a natureza humana dos algoritmos que, alienados de sua construção social – logo, humana

–, são tratados como entidades autônomas e místicas que entregam resultados técnicos imparciais, porque automatizados. Tal percepção acrítica, desconectada das bases de produção e reificada aduz a falsa ideia de neutralidade, naturalizando a mediação da informação e favorecendo a invisibilização de interesses econômicos e políticos que moldam a lógica de exploração capitalista.

Por sua vez, a partir da mediação algorítmica, observou-se que a interferência humana consiste em elemento central de decisões algorítmicas intencionalmente engenhadas, parciais e evitáveis. A tônica que recai sobre a sua dimensão sociotécnica expõe o controle técnico, a infraestrutura de mediação e a vigilância operados principalmente pelas *big techs* com base em seus interesses econômicos e comerciais.

Já pela opacidade algorítmica, o ocultamento dos códigos desenvolvidos e dos mecanismos decisionais dos algoritmos, mantidos por complexas regras e restritos a especialistas, afasta a capacidade de compreensão e contestação dessas decisões pelo amplo público. A combinação entre os vieses técnico e comercial ou corporativo da opacidade, associados à dimensão epistêmica, contribui para um cenário de assimetria de poder em que o poder descontrolado e desregulado das plataformas digitais representa grave risco à integridade da informação e, no limite, à integridade do processo democrático.

O lado secreto da tecnologia condiz à alienação social produzida pelo capitalismo, em última instância. Sob essa perspectiva, enquanto os hieróglifos sociais dizem respeito ao valor da mercadoria, ocultando a exploração do trabalho humano, os nomeados hieróglifos sociotécnicos encobrem, no contexto do capitalismo de plataforma, a naturalização da exploração do capital por *big techs* através da mediação sociotécnica, cujo cerne corresponde aos dados processados por operações algorítmicas opacas e modelos de negócios desregulados. Em especial, a construção das invisibilidades sociotécnicas no capitalismo

plataformizado é incrementada pela ideologia dataísta no cenário neoliberal, produzindo novas formas invisíveis do que é visível e material. Portanto, é crucial o exame crítico da lógica algorítmica que sustenta as plataformas digitais a partir da compreensão das nuances da ideologização da tecnologia.

De encontro à falsa consciência, cabe revelar o engenhoso truque da tecnologia, cujo cerne é a ocultação da mediação do homem; é a ilusão de que o progresso tecnológico se desconecta de suas bases materiais e não obedece às rédeas humanas para a obtenção de uma finalidade intencional. Sobretudo, a partir do mascaramento da mediação humana, o truque tecnológico potencializa não apenas a opacidade da informação, porém, obnubila o próprio poder informacional.

A tradução dos hieróglifos sociotécnicos mencionados pela chave da economia política da informação mostra-se um caminho profícuo para tornar explícitas as prerrogativas ocultas do capitalismo de plataforma. Convém que tal caminho seja pavimentado por novos estudos e análises futuras que possam aprofundar o debate sobre a governança das invisibilidades no capitalismo de plataforma como uma condição estrutural, a qual permite que o poder informacional opere por meio de apagamento, despolitização e tecnificação da vida social e econômica.

Referências

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, 2009.

AOS FATOS. Tudo sobre as novas políticas de checagem e moderação da Meta. **Aos Fatos**, 14/01/2025. Disponível em: https://www.aosfatos.org/noticias/tudo-sobre-novas-politicas-checagem-moderacao-meta/. Acesso em: 10 jun. 2025.

ARTIGO 19. Domando as big techs: protegendo a liberdade de expressão por meio da desagregação de serviços, de mercados abertos, da concorrência e do empoderamento de usuários. 2024. **Artigo19**. Disponível em: https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2025/04/Domando_BigTechFinal.pdf. Acesso em: 7 fev. 2025.

BEZERRA, Arthur C. **Miséria da informação:** dilemas éticos da era digital. Rio de Janeiro: Garamond, 2024.

BEZERRA, Arthur C. Vigilância e cultura algorítmica no novo regime global de mediação da informação. **Perspectivas em ciência da Informação**, v. 22, n. 4, p. 68-81, 2017.

BEZERRA, Arthur C.; ALMEIDA, Marco Antonio. Rage against the machine learning: a critical approach to the algorithmic mediation of information. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 14, n. 2, p. 6-23, 2020.

BRUNO, Fernanda. Cidade, Algoritmo, Visão. In: RENA, Alemar; BAMBOZZI, Lucas; RENA, Natacha (orgs.). **Cidade Eletronika – Tecnopolíticas do comum: Artes, Urbanismo e Democracia.** Disponível em http://www.editora.fluxos.org/LivrosPDFDownload/Rena_Bambozzi_Rena_ELTNK_Cidade_Baixa.pdf. Acesso em: 12 ago. 2020.

BUCHER, Taina. **If...Then:** Algorithmic Power and Politics. Oxford: Oxford University Press, 2018.

BURRELL, Jenna. How the machine 'thinks': Understanding opacity in machine learning algorithms. **Big Data & Society**, v. 3, n. 1, p. 1-12, 2016.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises. Data colonialism: rethinking big data's relation to the contemporary subject. **Televisionand New Media**, v.20, n. 4, 2018. Disponível em: https://abrir.link/sIBwp. Acesso em: 28 maio 2024.

FUCHS, Christian. **Social Media:** A Critical Introduction**.** London: Sage, 2021.

GILLESPIE, Tarleton. A relevância dos algoritmos. **Parágrafo**, v. 6, n. 1, p. 95-121, 2018.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade**: Estudos, v. 30, n. 4, p. 1-23, 2020.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria. Nélida. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, 2012.

GORWA, Robert; ASH, Timothy Garton. Democratic transparency in the platform society. **Social media and democracy: The state of the field and prospects for reform**. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

HAWKINS, Zoe; LEHDONVIRTA, Vili;, BOXI, Wu. AI Compute Sovereignty: Infrastructure Control Across Territories, Cloud Providers, and Accelerators. **SSRN Electronic Journal**, 2025. Disponível em: https://ssrn.com/abstract=5312977. Acesso em: 23 jun. 2025.

LOPES, Bianca da Costa Maia; BEZERRA, Arthur C. Entre hiperinformação e desinformação: o "fio de ariadne" para a preservação da informação na web. **Liinc em revista**, v. 15, n. 1, 2019.

MARX, Karl. **O Capital:** Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATOS, M. G. P. Economia de Dados: conceituações, sistemas de mensuração e políticas no Brasil. Nota Técnica 5. (Coord.) DANTAS, M.; CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. **Rede de Pesquisa em Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais** (RedeSist), 2024. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/grupos/redesist/SITE/PROJETOS/22/NT5%20Econdados%20M%20MATOS.pdf. Acesso em: 14 ago. 2024.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. "Uma legião de imbecis": hiperinformação, alienação e o fetichismo da tecnologia libertária|"A legion of imbeciles": hyperinformation, alienation, and the fetishism of libertarian technology. **Liinc em revista**, v. 13, n. 2, 2017.

MOROZOV, Evgeny. **Big tech:** a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

PASQUALE, Frank. **The Black Box Society:** The Secret Algorithms That Control Money and Information. Harvard University Press, 2015.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização. **Revista Fronteiras**, v. 22, n. 1, 2020.

RANGEL, Tayná Ladislau; MARTINS, Gracy Kelli. Mediação da informação e mediação algorítmica: relações e aproximações. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2024, Vitória. **Anais** [...] Vitória: UFES, 2024. Disponível em: https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/view/2499. Acesso em: 15 jun. 2025.

SCHILLER, Dan. **Digital capitalism:** Networking the global market system. Cambridge: MIT Press, 2000.

SODRÉ, Muniz. **A sociedade incivil:** mídia, iliberalismo e finanças. Editora Vozes, 2021.

SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

VALENTE, Jonas. **Das plataformas online aos monopólios digitais**: tecnologia, informação e poder. São Paulo: Dialética, 2021.

VAN DIJCK, José. Dataficação, dataísmo e dataveillance: Big Data entre o paradigma científico e a ideologia. **Vigilância & Sociedade**, v. 12, n. 2, p. 197-208, 2014. Disponível em: https://cts2017blog.files.wordpress.com/2017/04/dataficacao-dataismo-dataveillance-van-dijck.pdf. Acesso em: 07 ago. 2024.

VAN DIJCK, José. **The Culture of Connectivity: A Critical History of Social Media.** Oxford University Press, 2013.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia.** vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

The viral engine of disinformation: antivax and Bolsonarist mobilization and the threat to democracy in Brazil

Camilla Machuy

On January 8, 2023, Brazil witnessed an unprecedented attack on its democratic institutions, as thousands of far-right supporters of ex-President Jair Bolsonaro stormed the National Congress, Supreme Federal Court, and presidential palace in Brasília. Observers immediately drew parallels with the January 6, 2021 insurrection at the U.S. Capitol, Brazil's own "Jan. 6" moment, as told by The Washington Post[1]. The similarities were striking: in both cases, a defeated far-right president refused to accept electoral loss and "gave oxygen to radicalized, conspiracy-theory-guided supporters" (THE WASHINGTON POST, 2023) who had lost the ability to discern truth from falsehood. Driven by months of online election denialism and extremist propaganda, these devotees translated digital falsehoods and rage into real-world violence. The Brasília riots, like the Capitol assault two years prior, exemplify how digital disinformation and radicalization can erupt into tangible threats against democracy (FOLHA DE S. PAULO, 2023; G1, 2023; THE GUARDIAN, 2023).

[1] THE WASHINGTON POST. *Brazilian officials knew of protest, thought they could contain it*. The Washington Post, 9 jan. 2023. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/2023/01/09/brazil-riot-telegram-organizers/. Acesso em: 18 jun. 2025.

This violent attempt to overthrow the constitutional order was especially alarming in a country that only recently emerged from a two-decade-long military dictatorship (1964-1985). Brazil's transition to democracy remains fragile and the insurrection of January 8 reopened wounds that had never fully healed. The explicit presence of military symbols, calls for intervention and nostalgia for authoritarian rule showed that the democratic consensus built since the 1988 Constitution is still contested. Historians Lilia Schwarcz and Heloisa Starling once noted that

> with so many institutional ruptures, the Brazilian Republic remains a project still under construction. Marked by attempts at modernization that failed to break with the authoritarian legacy of slavery and oligarchies, Brazilian democracy is constantly put to the test. Its moments of openness are interrupted by coups, and its promises of inclusion are frequently frustrated by chronic social inequality (Schwarcz; Starling, 2015, p. 540).

The riots of January 8th demonstrate that the circulation of disinformation is far from being a purely digital phenomenon. It infiltrates the public sphere, shapes collective behavior and can end in violent outcomes. At the heart of this crisis lies the concept of *information integrity*, which refers to the conditions under which information is produced, disseminated and trusted. When information integrity is compromised through manipulation, distortion, or the systematic discrediting of authoritative sources, public discourse becomes fragmented and the foundation of a shared reality begins to erode.

The term was initially developed in technical domains, especially in corporate data governance, where it referred to the accuracy, consistency and security of information within structured systems such as databases and information infrastructure. In this early context,

integrity was considered a technical safeguard that ensured information would not be altered or corrupted during storage, processing or transmission. (Becker 1983; Date 1977). Over time, however, as digital technologies became more embedded in social, political and economic life, the term's meaning began to shift (Santos, 2024; Yadav; Wanless; Lai, 2024). According to the United Nations Development Programme (UNDP, 2023), information integrity today refers to the accuracy, consistency and reliability of information content, processes and systems that support a healthy information ecosystem. Citizens must have access to trustworthy, balanced and complete information about current events, public policies, and political actors to participate in democratic life and make informed decisions.

> Information integrity is borrowed from corporate systems, where it refers to information security and data protection within enterprises. Applied more broadly, information integrity is determined by the accuracy, consistency, and reliability of the information content, processes and systems to maintain a healthy information ecosystem. It requires citizen access to trustworthy, balanced and complete information on current affairs, government actions, political actors and other elements relevant to their political perceptions and decision-making. (UNPD, 2023, p. 10)

Machado (2022) also observes that the notion of information integrity moved from being a technical feature of systems to becoming a normative requirement of the public sphere. For him, information integrity is not a complementary value in a democracy but a condition for its sustainability. When false or manipulated information circulates without restriction, the public's capacity to deliberate, decide and hold authorities accountable is severely compromised.

Both authors stress that the erosion of information integrity is not simply a technological failure but a social and political one. It arises in

environments where truth is undermined, trust in institutions is shaken, and effective measures are not taken to limit the power of manipulative communicative actors. As a result, the term has come to encompass broader concerns such as epistemic injustice, unequal access to reliable information, and algorithmic control over the flow of content. Machado (2022) argues, "information integrity should be understood as a condition for the sustainability of democracy," because when falsehoods contaminate the information ecosystem, "the public's capacity to deliberate and decide is compromised" (Machado, 2022, p. 197).

In that sense, the events of January 8 were not merely an outburst of political dissatisfaction. They were the culmination of a long process of informational degradation, in which facts lost ground to belief, institutions lost legitimacy to coordinated networks of disinformation, and democracy was rendered vulnerable by the erosion of shared reality. This erosion is not accidental: as Recuero (2024) highlights, *disinformation* operates as a complex, strategic system designed to manipulate public perception, shift social consensus, and normalize narratives that would otherwise remain fringe or implausible. According to Recuero (2024):

> Disinformation is perhaps one of the most frequently used and least consensual concepts in contemporary discourse. What we call disinformation today, whether in the media, academia, or even everyday communication, is in fact a highly complex and difficult-to-define phenomenon. Sometimes, disinformation refers to an object, a lie; other times, it refers to complex operations aimed at manipulating society; and still other times, we understand it as an epistemic crisis. And disinformation can be all of these things (Recuero, 2024, p. 20).

In Brazil, the systematic use of digital platforms to disseminate false narratives has consolidated what Schneider (2022) calls *Desinformação Digital em Rede* (Digital Networked Disinformation - DDR). According to him: "a process marked by the massive, accelerated and coordinated circulation of false or misleading content in digital environments, articulated by a heterogeneous set of actors who operate, not always consciously or intentionally, to discredit the democratic order and promote extremist agendas" (Schneider, 2022, p. 34).

This dynamic reflects the operation of a broader and more structured logic of power that extends beyond the content of specific falsehoods or the intentions of individual users. The disinformation observed in the lead-up to January 8th constitutes what can be described as a systemic and politically motivated configuration of discursive, technological, and institutional forces aimed at undermining the foundations of democratic deliberation. A regime, in other words.

The notion of *regime* in this context draws from the work of Frohmann (1995), who conceptualized *regimes of information* as historically and politically situated systems that define what counts as legitimate knowledge. González de Gómez (2002) and Braman (2004) further developed this idea by showing how information policy is used to structure power relations and shape social order. Applying this framework to disinformation, one can observe the emergence of a *regime of disinformation* that strategically produces and circulates falsehoods not as noise, but as a form of governance.

Bezerra (2023) contributes to this perspective by highlighting how disinformation in Brazil has become a method of political mobilization. It is not just a means to mislead. Still, it is a strategy to reshape the terms of public debate, delegitimize institutional authority, and normalize radical agendas that would otherwise remain socially unacceptable.

> All these contradictions are linked to a defining historical development: the advent of a new regime of information in the twenty-first century, in which innovative forms of information production, circulation, and consumption are dialectically subordinated to the old social relations of the capitalist mode of production, now metamorphosed into its digital version. The main stage of this new regime of information is the internet, a decentralized digital network developed within the United States military during the Cold War, which enables the circulation of information between wireless electronic devices and began to be used, from the 1970s onward, by American universities and research centers for the purposes of scientific communication. At the twilight of the twentieth century, this new technology became the convergence point of an old abstract entity that assumes mystical traits in capitalist society: the market (Bezerra, 2023, p. 2).

Morozov (2011) warns that authoritarian actors can adapt digital tools to subvert democratic expectations, co-opting platforms designed for openness and connectivity to foster surveillance, polarization and propaganda. Also, Zuboff (2019) notes in her analysis of surveillance capitalism that contemporary information systems are no longer neutral infrastructures. They are designed to predict, guide, and monetize human behavior. In such environments, disinformation does not simply emerge; it is incentivized, amplified, and in some cases, deliberately cultivated by political and economic actors who benefit from social division and epistemic destabilization. The Brazilian case illustrates this inversion well. In the weeks preceding January 8, the same technologies that once promised to democratize information were repurposed to coordinate the physical assault on democratic institutions. The regime of disinformation that made January 8 possible is not limited to Bolsonaro's supporters or to any single platform. It is embedded in a broader communicative ecosystem that rewards outrage,

punishes nuance and turns the erosion of trust into a strategic asset: a viral engine of disinformation.

To fully understand the events of January 8, it is essential to place them within a broader historical and informational context beyond Brazil's immediate political crisis. The attack on democratic institutions was not simply the result of partisan discontent or isolated extremism. It resulted from a complex interaction between conspiracy theories, digital communication systems, and a growing erosion of public trust.

As noted by Uscinski (2019), conspiracy theories are not rare or marginal phenomena. Instead, they play a central role in shaping political narratives, especially in moments of institutional instability. These narratives thrive in environments where traditional authorities (such as science, journalism, and government) are delegitimized, and where alternative explanations offer a sense of order and belonging.

> Conspiracy theories produce alternative facts and ways of knowing. This puts them at odds with the establishment. As such, conspiracy theorists and the establishment don't simply offer competing ideas; they must necessarily fight it out for supremacy. This battle for hearts and minds by the establishment seems at times like a conspiracy in and of itself, but it is what establishments must at times do when challenged. Or, they would not really have a claim to be "the establishment" (Uscinski, 2019, p. 109).

In Brazil, this environment was reinforced by the behavior of former President Jair Bolsonaro, who consistently questioned scientific consensus and dismissed the importance of vaccination. At the height of the COVID-19 pandemic, Bolsonaro even claimed that receiving a vaccine "could turn someone into a crocodile" (AFP, 2020; France24, 2020; Folha de São Paulo, 2020; G1; 2020), a statement that became emblematic of how fringe beliefs can gain legitimacy when voiced by public leaders.

This type of discourse connects with a much older phenomenon. The anti-vaccine movement is not new. According to Larsson (2020), opposition to vaccines dates to at least the 19th century, when arguments about individual freedom, distrust of medical science, and fear of contamination were already used to resist smallpox immunization campaigns. In the United Kingdom, Durbach (2005) showed how vaccine resistance was linked to broader social grievances, such as class inequality and the role of the state in everyday life. In more recent years, Kata (2012) examined how the rise of social media has accelerated the spread of anti-vaccine narratives, creating closed environments where misinformation is shared and reinforced.

The Brazilian case reflects many of these patterns. During the pandemic, a strong anti-vaccine discourse gained visibility on Telegram, often overlapping with the political agenda of Bolsonaro supporters. As the present study shows, anti-vaccine groups on the platform did not remain confined to public health debates. Over time, they became active in spreading electoral denialism, anti-democratic messages, and calls to action. These findings suggest that conspiracy-driven communities can function as dormant cells that become politically activated in moments of crisis. This convergence between Bolsonarism and anti-vaccine activism deserves special attention. Both movements share similar tactics, including distrust in institutions, emotional appeals to freedom and individual rights, and the systematic dissemination of misleading or false information.

From this theoretical foundation, this study turns to its empirical corpus: over 500,000 messages posted in 205 public Telegram groups, collected between October 30, 2022, to January 9, 2023. Telegram was selected as the key site for observation due to its architecture, which allows users to locate new groups and trace message origins easily. Its features differ sharply from more private and encrypted platforms like

WhatsApp. These affordances facilitate radical content discovery and reinforce the so-called "rabbit hole effect" (Govers et al., 2023), whereby exposure to one conspiratorial narrative leads to immersion in a broader network of extremism.

To explore these patterns, the study employs a combined methodology of Exploratory Data Analysis (EDA) and qualitative discourse analysis. This approach enables the identification of temporal peaks, discursive shifts, and symbolic turning points that only gain full meaning through contextual interpretation. While EDA brings forward measurable indicators such as message volume and engagement trends, qualitative analysis uncovers the underlying narratives and persuasive strategies that animate these metrics. Together, these methods reveal how data-driven inquiry, grounded in critical theory, can elucidate the sociotechnical dynamics that contributed to Brazil's most significant democratic rupture in recent history.

Methodology

To investigate how the far-right reorganized and operated digitally after the 2022 electoral defeat in Brazil, a database was built through the automated collection of over 500,000 messages posted in 205 public Telegram groups. The messages were scraped between October 30, 2022, and January 9, 2023, from the runoff election to the day after the attacks on Brazil's three branches of government in Brasília. Data was collected using an open-source tool to extract information from Telegram groups and channels. This tool, TelegramScrap, gathers and organizes data such as message content, author, number of views and reactions, comments, and shared links. It offers a deeper understanding of how information circulates within these groups.

> TelegramScrap offers a solution for extracting, organizing, and analyzing data from Telegram channels and groups, meeting the growing demand for tools that navigate digital platforms. Integrating intuitive features, the tool bridges the gap between raw data availability and actionable insights. It empowers researchers, journalists, and analysts to explore complex digital behaviours, track disinformation campaigns, and investigate thematic patterns in online communities (Silva, 2024, p. 32).

The methodology combined Exploratory Data Analysis (EDA) with Natural Language Processing (NLP) techniques, enabling quantitative assessments of group usage and qualitative analysis of content and discursive patterns. EDA is a crucial process in studies dealing with large datasets, as it helps identify patterns and trends (Tukey, 1977). It enabled the identification of message volume, peak activity periods, engagement levels, and message distribution over time. NLP techniques explored textual recurrences, frequent terms, word relationships, and mobilisation strategies used in the messages. This process involved initial database inspection, cleaning of inconsistent data, and the application of graphical visualizations and descriptive statistics to understand the dataset better. As Wickham and Grolemund (2019, p. 81) explain that:

> EDA is not a process with a fixed set of rules. More than anything, it's a state of mind. In the early stages, you should feel free to investigate every idea that occurs to you. Some of those ideas will work out, and others will lead to dead ends. As your exploration continues, you'll home in on a few particularly productive areas that you'll eventually write up and communicate to others.

Natural Language Processing (NLP) is a set of computational techniques designed to analyze, manipulate, and automatically generate texts. As Grus (2021) describes, these techniques allow for the

extraction of linguistic patterns and the modeling of discourse across large text corpora.

> NLP is also significant for scientific, economic, social, and cultural reasons. The field is rapidly growing as its theories and methods are applied across various language technologies. For this reason, a broad audience must have practical knowledge of NLP. [...] In academia, it encompasses areas from computational humanities and corpus linguistics to computer science and artificial intelligence. For many in academia, NLP is known as "computational linguistics" (Bird, Klein, Loper, 2009, p. x)

Additionally, the dataset included structured information (such as dates, views, and reactions) and more complex unstructured textual data, requiring tools capable of handling semi-structured databases. This mixed approach was essential to understanding the functioning of the groups and the mechanisms of digital political articulation observed during the period. Bigrams, or pairs of words frequently appearing together, such as "military intervention" or "electoral fraud", were generated. These combinations helped reveal the main narratives shared in the groups and how the messages reinforced ideas of institutional rupture.

Data Ethics

This research followed both Brazilian and international ethical standards to ensure the responsible handling of personal data. It followed the principles of Brazil's *Lei Geral de Proteção de Dados*, (General Data Protection Law) and the guidance of *the Autoridade Nacional de Proteção de Dados* (National Data Protection Authority) which recommends safeguards such as anonymization, pseudonymization and proportional legal protections in academic research. These principles align closely with the European Union's

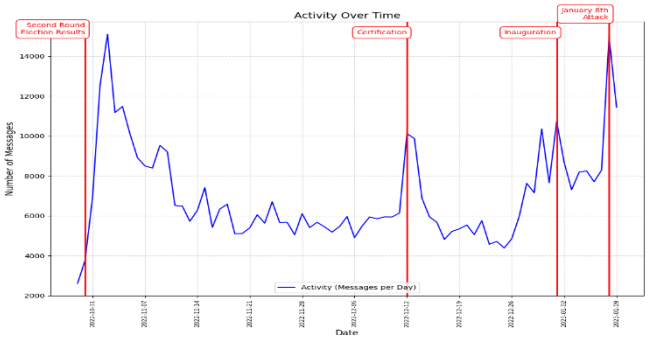
General Data Protection Regulation (GDPR), particularly regarding data minimization, purpose limitation, and ethical use of data for scientific purposes. The study also drew upon global frameworks including the OECD Privacy Guidelines, the Belmont Report and the Association of Internet Researchers (AoIR) Guidelines.

> For studies and research conducted across all fields of knowledge, data controllers must adopt necessary and appropriate protective measures to mitigate risks to the subjects of personal data, such as anonymization and pseudonymization. In addition, legal safeguards appropriate and proportionate to the risks involved must also be implemented (Vargas et al., 2023, 16).

Findings

The data analysis reveals patterns of interaction and concentrated activity within the groups investigated. These patterns, however, only make sense when contextualized within the political landscape that influenced these dynamics. The period under study is linked to the end of the 2022 presidential elections and the cycle of digital mobilization that culminated in the January 8, 2023 attacks. In this section, the focus is on showing how group activity mirrored the main political events.

Figure 1 – Evolution of the 5 most common bigrams in the Bolsonarism category



Source: Data collected and analyzed by the author

The temporal analysis, represented in the visualization above, reveals four distinct peaks of digital activity, which guided the analytical sections of this research. These peaks coincide with key political events: the result of the second round of the presidential elections (October 30, 2022), Lula's certification (December 12, 2022), the presidential inauguration (January 1, 2023), and the January 8 coup attacks (January 8, 2023). The significant increase in message volume during these moments highlights the direct relationship between these political milestones and the intensification of digital mobilization within the analyzed groups.

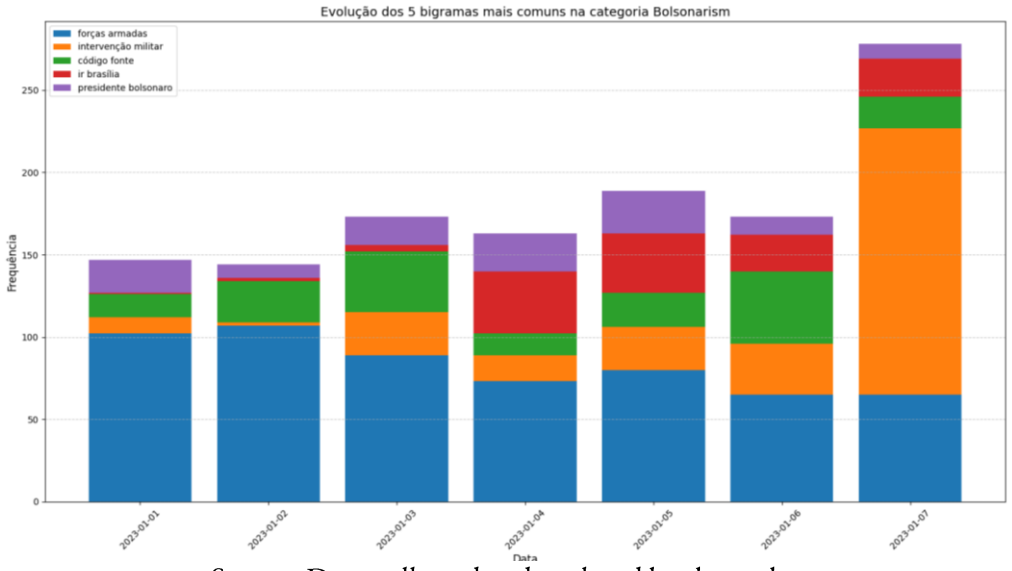
The first peak of activity occurs immediately after the announcement of the election's second-round result on October 30, 2022, reflecting an immediate response and a strong wave of digital mobilization aimed at contesting the electoral process. The peak message volume, however, is recorded on November 2, the date that marked the beginning of pro-Bolsonaro encampments in front of military barracks. It is important to note that, according to the Federal Police report that indicted Jair Bolsonaro and 36 members of his administration for attempting a coup d'état, November 1 was marked by intense mobilization seeking supposed evidence of fraud in electronic voting machines. During the post-election period, allies of the then-president and military personnel linked to the government conducted inspections of the source code of the voting machines. Although no irregularities were found, these actions were instrumentalized to support false narratives in far-right media outlets and in the Telegram groups analyzed. These narratives fueled conspiracy theories about the electoral system and served as a basis for anti-democratic demonstrations (Brasil, 2024).

Following this initial spike in messages, a gradual decline in activity is observed, which then rises significantly on the eve of Lula's

certification in December, revealing a new wave of contestation. This pattern repeats around the inauguration in January, when message volume rises again, indicating that the groups closely followed key moments in the transition of power. The final and most alarming peak occurs in the days surrounding the January 8 attacks, reinforcing the correlation between political events and intensified mobilization within these digital spaces.

Given the enormous volume of messages, it was necessary to classify the 205 groups into thematic clusters to enable a more accurate analysis of their discursive dynamics. Six categories were initially established: Antivax, Anti-woke and Gender, Bolsonarism, General Conspiracies, NWO and Globalism, and Revisionism and Hate Speech. This paper focuses specifically on the relationship between the Bolsonarism and Antivax groups. These two categories were selected due to their central role in the post-electoral mobilization process and their recurring presence among the dataset's most active and influential groups.

Figure 2 – Evolution of the 5 most common bigrams in the Bolsonarism category

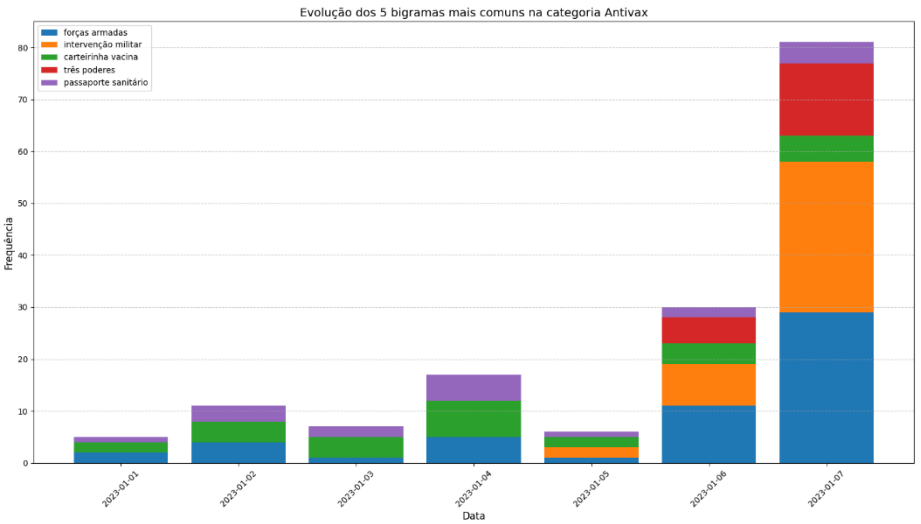


Source: Data collected and analyzed by the author

As shown in Figure 2, the Bolsonarism category is particularly revealing. The term "forças armadas" (armed forces) appears consistently among the most frequent bigrams, alongside expressions such as “intervenção military” (military intervention), “código fonte” (source code), “ir brasília” (go to Brasília), and “presidente bolsonaro ’(President Bolsonaro). This pattern indicates that, even in the days leading up to the January 8 attacks, Bolsonarist groups maintained the expectation of an outcome favourable to their agenda, believing that the military would play a central role in possibly overturning the election results.

The demand for military intervention refers to Brazil's past under a military dictatorship that lasted from 1964 to 1985, when the country was not a democracy. Many Bolsonaro supporters see that time in a positive light and ask the armed forces to step in and stop the democratic process. The term "código fonte" (source code) is linked to false claims that Brazil's electronic voting machines, which have been used safely since the 1990s, can be hacked or manipulated. These ideas helped spread the conspiracy theory that the 2022 election was stolen, even though there is no reliable evidence and many independent institutions confirmed the results.

Figure 3 – Evolution of the 5 most common bigrams in the Antivax category



Source: Data collected and analyzed by the author

In the Antivax category (Figure 3), the rhetoric of military intervention gradually incorporated and gained strength in the days before January 8. This is evidenced by the emergence of "forças armadas" (armed forces) and "intervenção militar" (military intervention) among the top bigrams, alongside more typical health-related terms such as "carteirinha vacina" (vaccination card), "passaporte sanitário" (vaccine passport), and "três poderes" (three branches of government). The vaccination card and vaccine passport were documents given by Brazil's Ministry of Health to people who got the COVID-19 vaccine. During the pandemic, they often needed to enter restaurants, airports and public buildings. Some groups saw these rules as a threat and started spreading conspiracy theories. The phrase "three branches of government" refers to Brazil's executive, legislative and judicial powers. Their headquarters are all in Brasília, the capital of Brazil, called Praça dos Três Poderes (Three Powers Plaza). This was the central location of the attacks on January 8, when far-right protesters invaded government buildings. These messages show how a group that started by talking about vaccines slowly became more political. Their ideas began to match the messages of pro-Bolsonaro groups. This shows how different conspiracy communities can unite and help spread far-right ideas online.

Conclusion

At the heart of this study lies the theoretical proposition that disinformation in contemporary Brazil cannot be treated merely as isolated episodes of falsehood, nor reduced to individual ignorance or algorithmic accidents. Instead, as argued by Frohmann (1995), Braman (2004), and González de Gómez (2002), we are facing a regime of information: a historically and politically situated configuration that determines what counts as legitimate knowledge and who gets to

produce, circulate, and validate it. By extending this framework to disinformation, the research situates the phenomenon within a systemic arrangement of discursive, technological, and institutional forces that operate to destabilize democratic deliberation. In this regime, disinformation is not noise but strategy; it is not a flaw in communication, but a mode of political action.

This regime is not neutral. It operates in close connection with the erosion of information integrity, a concept that, as Machado (2022) notes, has moved from technical data governance to a normative condition for democratic sustainability. As the UNDP (2023) the degradation of information integrity is a political issue. It emerges when governments, platforms and social actors fail to uphold the right to trustworthy, plural, and verifiable information. This study's empirical evidence shows how such erosion materialized in Telegram groups where antivaccine and Bolsonarist discourses converged. Initially mobilized around public health denialism, these groups morphed into vectors of electoral conspiracy and anti-democratic insurrection.

The articulation between these groups was not incidental. It followed discernible patterns of discursive escalation, emotional appeals to sovereignty and freedom, and the strategic appropriation of nationalist and militarist symbols. Such dynamics suggest that disinformation is not simply a content issue, but an infrastructural one. Telegram's public architecture (accessible and minimally moderated) provided an ideal environment for these communities to reinforce and radicalize each other. This supports Schneider's (2022) notion of *Desinformação Digital em Rede*, in which networks of falsehood operate collectively to mislead and mobilize.

One must consider the political economy of information to understand why these mechanisms flourish. As César Bolaño (2000) argue, digital platforms are not passive intermediaries but central actors

in a capitalist system of symbolic production. Their profit models rely on engagement, acceleration, and emotional polarization, precisely the affordances that allow disinformation to thrive. As Castells (2010) also suggests, we live in a network society where power is exercised through institutions and communication flows controlled by private infrastructures. In such a context, the circulation of lies is not accidental; it is functional to the logic of accumulation and control.

The democratic consequences are profound. Disinformation corrodes electoral processes and the very conditions of public reason. As Fraser (1990) warned, the public sphere is never equally accessible to all. When algorithmic systems and corporate platforms amplify certain voices while suppressing others, they reproduce structural inequalities in access to truth and participation. For Zuboff (2019), this constitutes a surveillance capitalism that monetizes human experience at the expense of autonomy and deliberation. Morozov (2011) further notes that digital tools, heralded initially as instruments of emancipation, have been co-opted into surveillance, censorship, and authoritarian coordination infrastructures.

The case of January 8 in Brazil stands as a warning. The democratic rupture was not sudden. It was the outcome of a long process of informational decay, of the normalization of anti-systemic narratives, and of the failure to regulate an ecosystem where outrage is rewarded and complexity punished. Recognizing disinformation as a regime compels us to move beyond fact-checking or media literacy as isolated solutions. It demands robust public policies, platform accountability, and above all, the reaffirmation of information integrity as a democratic value.

As Nina Santos (2024) argues, "information integrity is not an abstract value; it is the material condition of political participation". If democracy is to survive in the age of digital manipulation, we must treat

information not merely as a commodity or a data point, but as a collective good: shared, protected and grounded in the right to know and be known truthfully.

References

AFP. Bolsonaro diz que vacina contra a Covid pode transformar pessoa em "jacaré". **Agence France-Presse**, 17 dez. 2020. Disponível em: https://www.afp.com/pt/noticiacompleta/bolsonaro-diz-que-vacina-contra-covid-pode-transformar-pessoa-em-jacare . Acesso em: 18 jun. 2025.

ALONSO, Angela; MISCHE, Ann. Changing repertoires and partisan ambivalence in the new Brazilian protests. **Bulletin of Latin American Research**, v. 35, n. 2, p. 239–255, 2016.

BECKER, H. B. **Information Integrity**: A Structure for Its Definition and Management. New York: McGraw-Hill, 1983.

BENKLER, Yochai; FARIS, Robert; ROBERTS, Hal. **Network propaganda**: Manipulation, disinformation and radicalization. New York: Oxford University Press, 2018.

BEZERRA, Arthur C.. **Miséria da informação**: dilemas éticos da era digital. Rio de Janeiro: Garamond, 2024.

BIRD, Steven; KLEIN, Ewan; LOPER, Edward. **Natural language processing with Python**. Sebastopol: O'Reilly Media, 2009.

BOLAÑO, César. **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: Paulus, 2000.

BRAMAN, Sandra. Information, society and the political economy of policy. **Telecommunications Policy**, v. 28, n. 9–10, p. 695–709, 2004.

CASARÕES, Guilherme; MAGALHÃES, David. The hydroxychloroquine alliance: How far-right leaders and alt-science preachers came together to promote a miracle drug. **Revista de Administração Pública**, v. 55, n. 1, p. 183–203, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0034-761220200556.

CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso**: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

DATE, C. J. **An introduction to database systems**. New Delhi: Pearson Education India, 1997.

DUNT, Ian. **Brexit**: What the hell happens now? London: Canbury Press, 2016.

FOLHA DE S. PAULO. 'Se virar jacaré, é problema de você': Bolsonaro volta a criticar vacina. **Folha de S. Paulo**, 17 dez. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/12/se-virar-jacare-e-problema-de-voce-bolsonaro-volta-a-criticar-vacina.shtml . Acesso em: 18 jun. 2025.

FOLHA DE S. PAULO. Invasão golpista de 8 de janeiro foi ataque à democracia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 jan. 2023. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 15 jun. 2025.

FRANCE24. Bolsonaro says Covid vaccine could turn people into 'crocodiles'. **France24**, 18 dez. 2020. Disponível em: https://www.france24.com/en/live-news/20201218-bolsonaro-says-covid-vaccine-could-turn-people-into-crocodiles . Acesso em: 18 jun. 2025.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE: CANADIAN ASSOCIATION

FORMIN FORMATION, 23., 1995. **Anais** [...]. Edmonton, Alberta: CAIS/ACSI, 1995. Disponível em: https://www.academia.edu/14044809/Taking_information_policy_beyond_information_science_applying_the_actor_network_theory Acesso em: 8 mar. 2025.

FUKS, Mario; RIBEIRO, Eduardo; BORBA, Juliano. From antipetismo to generalized antipartisanship: The impact of rejection of political parties on the 2018. **Brazilian Political Science Review**, v. 15, n. 1, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1981-3821202100010003.

G1. Bolsonaro diz que não tomará vacina contra a Covid e volta a criticar imunizantes. **G1**, 17 dez. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/12/17/bolsonaro-diz-que-nao-tomara-vacina-contra-a-covid-e-volta-a-criticar-imunizantes.ghtml . Acesso em: 18 jun. 2025.

G1. Terrorismo em Brasília: o dia em que bolsonaristas criminosos depredaram Planalto, Congresso e STF. 08 jan. 2023. **G1**. Disponível em: https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/o-dia-em-que-bolsonaristas-invadiram-o-congresso-o-planalto-e-o-stf-como-isso-aconteceu-e-quais-as-consequencias.ghtml. Acesso em: 18 jun. 2025.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A dimensão política da informação: regimes de informação e o campo da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 2, p. 26–38, 2002.

GOVERS, Jarod et al. Down the rabbit hole: Detecting online extremism, radicalisation, and politicised hate speech. **ACM Computing Surveys**, v. 55, n. 14s, p. 1–35, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1145/3583067.

MACHADO, Eliane. Integridade da informação: condição para a sustentabilidade da democracia. **Informação & Sociedade**, v. 32, n. 1, p. 193–202, 2022.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. Rio de Janeiro: UBU, 2018.

NOBRE, Marcos. **Limites da democracia**: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2022.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior**: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta, 2019.

RECUERO, Raquel. **A rede da desinformação**: teoria e método de uma pesquisa. Porto Alegre: Sulina, 2024.

RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe; VINHAS, Otávio. Discursive strategies for disinformation on WhatsApp and Twitter during the 2018 Brazilian presidential election. **First Monday**, v. 26, n. 1, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.5210/fm.v26i1.10551.

REGO, Ana Regina. **A seta do tempo**: plataformas, inteligência artificial e desinformação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2025.

ROCHA, Camila; SOLANO, Esther; MEDEIROS, Jonas. **The Bolsonaro paradox**: the public sphere and right-wing counterpublicity in contemporary Brazil. Cham: Springer, 2021.

SANTOS, Nina. Por que precisamos discutir a chamada "integridade da informação"? **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 06 fev. 2024. Disponível em: https://diplomatique.org.br/integridade-da-informacao/. Acesso em: 18 jun. 2025.

SCHNEIDER, Marco. **A era da desinformação**: pós-verdade, fake news e outras armadilhas. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Ergon Cugler de Moraes. **TelegramScrap**: A comprehensive tool for scraping Telegram data. arXiv preprint, 2024. Disponível em: https://arxiv.org/abs/2412.16786.

THE GUARDIAN. Jair Bolsonaro supporters storm Brazil's Congress, Supreme Court and presidential palace. **The Guardian**, London, 08 jan. 2023. Disponível em: https://www.theguardian.com. Acesso em: 15 jun. 2025.

THE WASHINGTON POST. Brazilian officials knew of protest, thought they could contain it. **The Washington Post**, 9 jan. 2023. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/2023/01/09/brazil-riot-telegram-organizers/. Acesso em: 18 jun. 2025.

TUCKEY, John W. **Exploratory data analysis**. Reading, MA: Addison-Wesley Publishing Company, 1977. Disponível em: https://doi.org/10.1002/bimj.4710230408.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Information integrity**: Forging a pathway to truth, resilience and trust. New York: UNDP, 2023.

VARGAS, Andressa Girotto et al. **Guia orientativo**: tratamento de dados pessoais para fins acadêmicos e para a realização de estudos e pesquisas. Brasília: Autor, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/anpd/pt-br/centrais-de-conteudo/materiais-educativos-e-publicacoes/web-guia-anpd-tratamento-de-dados-para-fins-academicos.pdf.

WICKHAM, Hadley; GROLEMUND, Garrett. **R for data science**. São Paulo: Alta Books Editora, 2019.

WYLIE, Christopher. **Mindf*ck**: Cambridge Analytica and the plot to break America. New York: Random House, 2019.

YADAV, K.; WANLESS, A.; LAI, S. Multilateral Efforts on Information Integrity: Why A Clear Definition is Needed. [S. l.], 2024. **Preprint**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/385746511_Multilateral_Efforts_on_Information_Integrity_Why_A_Clear_Definition_is_Needed. Acesso em: 18 jun. 2025.

ZUBOFF, Shoshana. A era do capitalismo de vigilância. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

Behind the cloud, the ground: dialectical frameworks for the political economy of information and communication

Monique Figueira
Bruna Távora

This chapter aims to present two schemes for dialectical analysis that resulted from recent research focusing on information disorder on land use, further developed here to contribute to the field of political economy of information, communication and culture (in Portuguese, economia política da informação, comunicação e cultura, EPICC). Our studies argue that the theme, when approached from a systemic perspective, not only entails socio-environmental issues, but helps to reflect on various contemporary research problems in our area.

Metaphorized by the fallacy of the digital cloud, the algorithmic world is often presented as immaterial, neutral and apolitical, an abstraction that hides its grounding structure, constituted in a deeply physical, extractive and political basis. This has been demonstrated by approaches such as data colonialism (Faustino; Lippold, 2023), the environmental costs of emerging infrastructure (Crawford, 2021) and even by the ideological affinity of big tech's CEOs smirking at the inauguration of the far-right President Donald Trump.

Seeking to analyze this complex scenario, our chapter develops two visual schemes that can function as theoretical and methodological tools for the field to consider the information regime in its totality, at

least as much as possible, and the intersections between the logical types of social disorder.

In the first section, we present the six spheres of totality, as modelled by Figueira (2023), drawing on David Harvey's (2022) synthesis of Karl Marx's work. By integrating technology, nature, social relations, reproduction of life, mental conceptions, and the State, the model helps to situate the digital as an organic part of the capital's metabolism, highlighting the intertwined operation of informational infrastructures, political discourses, mental conceptions, and cultural practices in the production and expansion of capitalist hegemony. The model offers a lens for articulating phenomena in a systematic way, avoiding technical, disciplinary, or discursive reductionism.

In our conceptualization, nature is taken as a prior logical type, thus, constituting the most fundamental hierarchical level of reality. Nature provides the physical matter and spatial context in which actual social relations unfold, thus an indispensable foundation for life itself. Having Anthony Wilden (2001) as a conceptual reference, the logical types explain how material systems are organized in reality, from minerals to social systems.

In the second section, we present a model for analyzing the so-called information disorder applied to land use. Following the conceptual framework proposed by Wardle and Derakhshan (2017), which differentiates disinformation, malinformation and misinformation, our study investigates the intertwinement between information, communication, land and socio-environmental conflicts. After coding the data, our systemic and dialectical analysis led to critically expanding the original framework. The diagram was, then, enriched by new categories, with the aim of clarifying nuances in the mediations of informational disorder on land use conflicts in the Brazilian case.

Inaccurate simplifications without intention to harm (*misinformation)*, intentional errors (*disinformation)* and hate speeches *(malinformation)* are interposed in the informational disorder regarding land use in Brazil. The epistemological reflection on the dialectical method of coding and its empirical result offered clues about new phenomena not contemplated by the initial framework; the systemic articulation made it possible to observe intersections beyond the original categories.

This proposal reinforces the bridge between dialectical theory of information and the political economy of information, communication and culture. In our studies, we share with Manoel Bastos (2020) the interest in recognizing the totality of information/communication processes in their main foundations, in order to avoid observations of isolated and contingent aspects. The researches of our subfield are taken as historical and geographical phenomena of the infocommunicational form, its functions and logical contradictions, dialectical expression of changes and permanences of a long-term systemic reality. The broad field of communication and information serves as a mediation between the social and productive spheres, embodying a symbolic character that is always material, a perspective we believe can benefit from the reflections and methods presented below.

Totality as a method
Cybernetics: the science of totality and unity of material processes

> The particular theoretical problems raised by cybernetics, since they involve a constant correlation with the informational process, which in humanity, through representational abstraction, defines the vital mode of relating to reality, so rapidly ascend to a plane of high abstraction that it is entirely reasonable to state that this

> recent science, even more than the classical doctrines of physics and biology, leads thought to investigate its own nature and, in result, penetrates the field of epistemology.
>
> (Pinto, 2005b, p. 19, our translation)

In Western epistemologies, reverence for the natural world, when existent, is frequently vague or abstract, considering the defense of "saving nature" in a generic way, as if it were something external. Meanwhile, the animist or multispecies worldview, in reference to the epistemology of traditional communities (Levis et al., 2024; Ogar et al., 2020) respects the integral power of nature, where every living being, whether human or not, every natural element and every inanimate object has a vital essence (Krenak, 2019; Santos, 2015). Such practices transcend religiosity by taking root in the environment and permeating socio-environmental relations, with evidence of their contributions to the ecological conservation of biomes such as the Amazon and to the advancement of global scientific knowledge.

Through the lens of dialectical materialism, the holistic perspective interconnects all things, dissolving the Cartesian dichotomy between subject and object. Respect for nature is manifested in local entities: this mountain I see carries history and information, this real land where I walk on feeds me, this river, this ecosystem right here, not just any other in the world. The land and the environment have never been just soil, territory or resource: they are, above all, food for the soul, an interface between living matter and social imaginaries, which are inescapable spheres of human reality.

Against the fallacy of the digital cloud, let us turn our heads to the ground like the Krenak people:

> The noun *krenak* consists of two terms: one is the particle *kre*, which means head, the other, *nak*, means earth. *Krenak* is the heritage we received from our ancestors, from our memories of origin, which identifies us as "head on earth",

> as humanity that cannot conceive itself without this connection, without this deep communion with the earth. (Krenak, 2019, p. 32, our translation)

Álvaro Vieira Pinto, who we call AVP, also turns his head to the earth: in *The concept of technology,* he portrays "a world seen from the bottom up" (Freitas, 2005, p. 1). Despite its greatness and relevance, AVP's legacy has not yet received due attention, not even in his own country. A philosopher of underdevelopment, called *professor* by Paulo Freire, the greatest Brazilian educator and a revolutionary, Vieira Pinto wrote, in the 1970s, a comprehensive compendium on technology, with a dialectical method, combining Marxism, dependency theory and second-order cybernetics.

Cybernetics encompasses both natural and constructed self-regulating systems in an interdisciplinary way. AVP considers cybernetics to be the science of totality, integrating all fields of knowledge as an "expansion of the rational representation of reality" (Pinto, 2005b, p. 17, our translation). However, with the advancement of computing, first-order cybernetics ended up reduced to the scope of machines. In AVP's legacy, second-order cybernetics gains an organic, critical and historical inflection when integrated into the sovereignty of peoples in their totality, encompassing the materiality of consciousness and technological development. Among the fundamental principles of this approach, there is no neutral knowledge nor autonomous technical system.

For AVP, the complex issues and relationships between humanity and machines are satisfactorily stated by dialectical logic. Dialectical thinking is distinguished by its analysis of subjects through the lens of historical and geographical development, as highlighted by Harvey (2005). The cybernetic constructions reveal histories and geographies of subjects and objects, thus, AVP states that "we are witnesses, so there

is nothing enigmatic or unknown. They are a product of technological development, they represent a basis of productive technique in our time, and, as could not be otherwise, their origin is an imprint of human rationality" (Pinto, 2005a, p. 379, our translation). We add another step back: human rationality is an imprint of the long lineage of biological, environmental evolutions and sociocultural strategies to confront entropy, precariousness and chaos. Reason is the organization of our insurmountable animality.

Milton Santos (2006, p. 39) defined geographic knowledge in a way close to our materialist perspective on information science and social communication: an inseparable set of object systems and action systems that constitute the space. There is no action without communicated information; each configuration of reality (in)forms the next possible movement. Technology mediates the interaction between society and the environment, which unites space and time in a single flow, since we can only separate them in abstraction.

The analysis of technical creations and interventions ends up hiding a theory of time and also a theory of space (Ibidem, p. 33), dealing not only with history but also with geography, in line with dialectical materialism. Each phenomenon, previously a mere point in space-time, comes to life, because there is no event without an actor. The complexity of the totality can only be conceived if classified into categories that organize infinite events in a finite scheme of similarities (Ibidem, p. 95). The event or phenomenon is recognized as a synonym for action, "a movement of society that commands it, through the diversified use of labor and information" (Ibidem).

In the next section, we propose a scheme consistent with Marx, AVP, Wilden and Santos to contemplate the distinct dimensions or logical types that can be identified between society, technology and the environment. In a scenario marked by neoliberalism, precarious labor,

environmental degradation, climate crises, hyper fragmentation of objects and technology fetishism, the adoption of a systemic perspective becomes necessary to capture the totality of mediations.

2.2 The six spheres of totality

> Technology discloses man 's mode of dealing with Nature, the process of production by which he sustains his life, and thereby also lays bare the mode of formation of his social relations, and of the mental conceptions that flow from them. [...] The latter method is the only materialist, and therefore the only scientific one. The defect of the abstract materialism of natural science, which excludes the historical process, can be seen from the abstract and ideological conceptions of its spokesmen, wherever they venture beyond their own speciality (Marx in Capital, volume I, 2013)

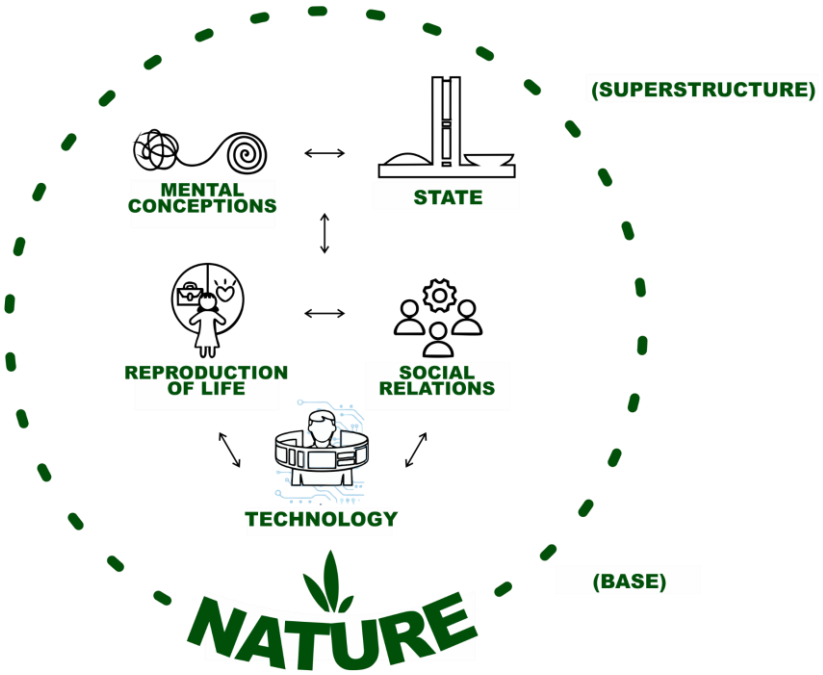
This section develops the scheme for the six spheres of totality that was originally presented in Figueira's (2023) thesis on the land information regime, a tangle of violence, dispossession, precarious and falsified data that has legitimized the hegemonic form of land use in Brazilian history. The chapters that made up the thesis had been prepared as independent articles throughout the study and sought to jointly support the configuration of this complex regime. At the end of the research, Harvey (2022) helped to situate the chapters, which were already finished and ended up fitting, not coincidentally, into the author's generalization about dialectical materialism.

Based on Marx's legacy, Harvey (2022) enumerates six spheres of social totality, intertwined and ever-evolving — in the order they appeared as each chapter of the thesis, since there is no correct sequence or levels of importance: the labor process and reproduction of the labor force (summarized as reproduction of life), social relations (class, race, gender, etc.), mental conceptions, technology, relationship with nature, and administrative structure of the State. Initially, Harvey warns about

the risk of excessive reductionism, but takes it as a valid exercise because he considers the best theories are the simplest, not simplistic ones.

We generally agree with the author's scheme, except for the relationship with nature. Rather than a mere isolatable sphere, the ecosystem is a non-negotiable premise of all life, which is why an image (below) was created to help visualize this composition, in which nature is adjusted to express its primordial position, prior to others. In any case, Harvey's panorama is pertinent in the arduous attempt to account for the totality.

Figure 1 - The six spheres of totality



Source: Figueira (2023)

Harvey describes society as a totality composed of these six distinctive moments or spheres of activity. He uses the analogy of the human body, which has many interconnected functions, to illustrate how these elements make up society, a broad and integrated scope essential to political economy. György Lukács (2003, p. 21) noted that one of the great merits of his work "*History and class consciousness*" was

to restore the category of totality to "the central methodological position that it always occupied in Marx's work". In this intellectual lineage, Marco Schneider (2022) traces back to Hegel, emphasizing that the perspective of totality offers a more reliable path to truth, the only possible foundation for producing knowledge based on reality, without fragmentation.

Harvey (2022) comments on the epigraph of this section, noting that Marx states that technology "lays bare", that is, technology reveals humanity's relationship with nature, rather than saying that technology "determines" anything. This distinction suggests that a careful analysis of technology inevitably leads to discussions of other elements. For instance, technology shapes the labor process and influences how we conceptualize the natural world. Harvey (Ibidem) mentions how the development of telescopes and microscopes dramatically transformed ideas about the universe and disease, illustrating how technology can redefine perception. Similarly, the Apollo missions of the late 1960s, which produced the first images of Earth from space, fundamentally altered our mental conceptions of the planet.

According to Harvey (2022), the central idea of Marx's historical materialism is that analysis can begin with any of the several key elements of society, but, as the analysis expands, it becomes clear that each element is in dialectical interaction with all others. Considering those six distinctive aspects which constitute the totality of society — technology, relationship to nature, reproduction of labor, mental conceptions of the world, structure of the state, and social relations —, historical materialism insists on not treating any single element as the sole determining factor. Instead, we must observe the continuous and dynamic interaction among multiple spheres, recognizing that significant changes in one element will likely impact the others.

Let us take, as an illustrative case, Figueira's (2023) thesis on the land information regime, which was the original motivation for representing and articulating the six spheres.

Figueira (2023) coined the concept of *land information regime* to describe and analyze the historical and geographical imbroglio of colonial occupation in Brazil, which has resulted in low-quality and non-interoperable official data on land use, scattered across different public and private systems. Our territory has been repeatedly appropriated through successive rounds of legalized land grabbing (Prieto, 2020), undermining the integrity of information and sidestepping broader discussions in our field about quality, transparency, and veracity. As a result, not even the Brazilian State has a clear understanding of who owns the nation's land — a critical gap to national sovereignty. Seeking to address this problem in its totality, the research initially focused on official government data. However, this administrative perspective ultimately became the final chapter, as it was necessary to first examine the many interconnected phenomena that have been shaping the issue.

Before the heuristic investigation, the initial research regarded land property titles as technical devices, which they are indeed. However, if, as Pinto (2005a) suggests, everything human is technical, this observation would contribute little to the analysis. More importantly, it became necessary to recognize that property titles are simultaneously legal expressions (superstructure) of hegemonic and systemic relations of production (base). Therefore, fully understanding them required examining the various intersections among the six spheres.

In the sequence of Figueira's (2023) thesis, the first sphere addressed was the **reproduction of life**, recovering the four main fictitious commodities: land, labor, money, and information, as

proposed by Karl Polanyi (1980) and Bob Jessop (2007). The second sphere, focused on **social relations**, linked the property-owning class — represented by the ruralist caucus, the largest parliamentary coalition in the country — to global financial sectors. The third sphere explored the **mental conceptions** of popular culture through Jorge Amado's[1] novel *The Violent Land*, which connects so-called progress with the expropriation of common lands and the illegalities in official data. The fourth sphere, **technology**, analyzed a public consultation in the Senate on "criminalizing social movements that invade properties", highlighting a government platform that was promoting statements in violation of the Constitution. The fifth sphere, **nature**, the premise of reality, connected Indigenous cosmology with second-order cybernetics to present a counter-hegemonic epistemology. Only in the final chapter the research returned to the initial question, examining the **State** and the myriad of precarious land records, both a cause and a consequence of the preceding phenomena.

In short, Harvey (2022) rejects reductionist perspectives and argues that Marx insists on the consideration of all elements in relation to one another. Harvey criticizes the tendency in social theory to focus on a single dominant sphere as the "silver bullet" or primary driver of historical change, as well as, we add, the inclination to confine each sphere to specific academic domains. This does not prevent that, at certain historical moments, one element can be constrained by another or temporarily gain prominence and influence the others. Ultimately, the methodological exercise seeks out the main categories within the totality of mediations, observing the dialectical interactions both within and between each sphere.

[1] Jorge Amado (1912–2001) was a novelist and Communist Party member internationally known for his vivid portrayals of Brazilian culture and society. Elected as a federal deputy in 1946, he was instrumental in advancing cultural rights, and his work reveals the intersections of symbolic production, political struggle, and media circulation.

For our field, this approach enables us to move beyond deterministic and reductionist perspectives, whether those focusing solely on ideological narratives, suggesting that history moves unidirectionally, or those adopting an economistic view, in which representations of reality are seen as irrelevant in the face of powerful productive structures. It is not capricious consciousness that creates social beings, but rather the opposite, and dialectically so. Consciousness is produced by social beings, shaped by dynamic relations that precede it and exist independently of its will, yet which can themselves become the object of conscious attention and rational intervention.

Dialectic as a method
Logical types and tensions between categories

In the beginning was the Word
(Gospel of John)

Studies in the broad field of communication and information are constantly evolving. Frequently, concepts are formulated "in the heat of the moment" to explain contemporary society, increasingly governed by algorithmic logic. Terms such as disinformation, information integrity, post-truth, culture wars, and infodemic are among the categories used to shed light on the informational disorder which is characteristic of 21st-century capitalism. While these definitions are useful for codifying social complexity and fostering debate, they can also lead to hasty analysis that lack the theoretical reflection necessary to integrate the totality of the phenomenon, with its mediations and contradictory determinations.

We adopted the general categories defined by Wardle and Derakhshan (2017) to examine land use, seeking examples of

information disorder within our case study, specifically, the presence of misinformation, disinformation, and malinformation as described by the authors. However, when attempting to operationalize these categories, we quickly encountered limitations, porous boundaries, and hybrid phenomena. Consequently, we developed a new visual representation focused on land use (topic 3.2), which does not aim to rigidly separate these types, but to better understand their intersections and overlaps.

In general, analytical categories adhere to formal logic and provide a snapshot of phenomena. While useful for structuring the analysis of reality, they may also constrain the scope of possible knowledge, risking the creation of dogmatic or unidimensional perspectives that suppress contradictions and multiple internal and external dynamics of the processes under investigation (Bakhtin, 1997; Wilden, 2001; Konder, 2009). A purely formal description tends to obscure the underlying determinations of reality, elements that are essential for science, not only to explain the world, but also to inform and enhance its transformation.

Despite the limitations of formalism, apprehending reality demands recoursing to names and logical types, as defined by Wilden (2001). According to the author, all knowledge is mediated by systems of codification, what he calls logical types and orders of communication, through which experience is translated into concepts and categories. In the biblical passage cited in the epigraph, the foundational role of the logos is presented as a creative and ordering force in the world. Naming phenomena, therefore, is not merely a descriptive act, but a process of making them emerge as intelligible reality, an indispensable condition for any critical intervention. In this sense, naming offers a provisional order for chaos, enabling us to recognize, differentiate, and partially represent its main phenomena. What enhances the quality and

interpretive power of analysis is not the abandonment of concepts and categories, but rather a critical and dialectical engagement with them, attentive to their limits, mediations, and the multiple orders of reality to be represented (Wilden, 2001).

Wilden (2001) observes that dialectical logic apprehends reality and organizes knowledge by defining logical types, which should not be treated as fixed or immutable categories. On the contrary, within an adaptive biosocial ecosystem, codification requires recognizing the multidimensionality of reality in constant transformation, as matter is always in(formed) and "continuously reorganized" (Ibidem, p. 129).

Wilden observes reality as composed of multiple subsystems and logical types that are dynamically and contradictorily bonded, forming a complex set of biological, psychological, social, political, and economic determinations. The author highlights the adaptive nature of the bonds and hierarchies between logical types, characterized by relative "semiotic freedom" (Wilden, 2001), that is, the capacity of living, open, and self-regulating systems to generate responses that are not pre-determined and to transform themselves. The more complex the system, the greater the variety of information its individuals can encode and utilize.

Thus, the dialectical codification of reality articulates the movement of mediations and contestations, recognizing the incompleteness inherent in both social facts and the concepts and logical types employed to analyze them. The systemic approach rejects the rigidity of classical logic's principles — such as the axioms of identity and non-contradiction (Ibidem, p. 176) — by affirming the complexity and internal contradictions that characterize conceptual systems.

The multidimensional approach to information enables us to apprehend cellular, ecosystemic, and socioeconomic levels in interaction. Larissa Ormay (2015) contends that constructing models

capable of representing these orders of complexity is extremely challenging and requires a logical leap: from analytical logic, unidimensional and focused on stable entities, to dialectical logic, which operates with hierarchies, processes, and contradictions. Dialectical logic, therefore, constitutes a higher logical type; it subsumes formal logic, while the opposite does not apply.

The epistemological premise of dialectics, and its relevance for research in the political economy of information and communication, lies in a continuous effort to challenge hegemonically produced and disseminated appearances. These appearances arise from explanations rooted in formal logic, which tend to be uniform, non-contradictory, unidimensional, and unidirectional, as exemplified by the mathematical theory of communication, a paradigm in the field. The aim is to establish dialectical codifications capable of apprehending logical types in their systemic dynamics and internal contradictions. This approach aligns with the core of dialectical logic, since concerned with movement, change, and mediation, and affirms the complexity and internal contradictions of conceptual systems, rather than reducing them to static identities or linear progressions.

Questioning the conceptual limitations of logical types provides a way to operationalize dialectical coding, a complex task, but one that offers a fruitful path for holistic analysis. This approach is not confined to any specific case study; on the contrary, it offers certain premises and methodological support for analyzing information disorder across other cases. Our new synthesis is not definitive, continuously challenging its boundaries will be essential for advancing comprehension. As Adorno and Horkheimer (1985, p. 197) state in Dialectic of Enlightenment: "classification is the condition of knowledge, not knowledge itself, and knowledge, in turn, destroys classification". From this perspective, the next

section proposes a new representation and codification of the phenomenon of information disorder applied to the context of land use.

The diagram of information disorder on land use

> We are threatened with suffering from three directions: from our own body, from the external world, and from our relations to other men. [...] There is another, more energetic and radical procedure, which sees reality as the only enemy—the source of all suffering—and with which one cannot live; thus, all relations with it must be cut off if one wishes to be happy in any sense. (Adapted from Sigmund Freud, Civilization and Its Discontents, 1930).

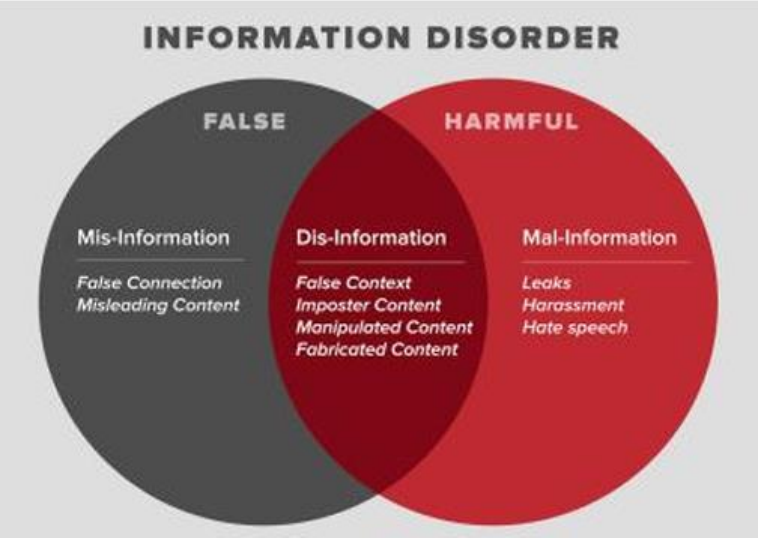
One of the most prominent topics today, disinformation is the subject of intense conceptual discussions in the field of communication and information. Due to a changing scenario, marked by the usefulness of information for wars and the expansion of capitalist accumulation, disagreements in the understanding of information disorder express the complexity *per se,* which, as argued here, benefits from a study with a dialectical approach.

Our research on information disorder regarding land use started from the initial framework proposed by Wardle and Derakhshan (2017). In the report commissioned by the European Union, Wardle and Derakhshan made recommendations for dealing with the recent information conflicts seen in elections, wars, public health and other social spheres. They conceptualized the context as information disorder and, to explain it, defined and distinguished three forms: misinformation, disinformation and malinformation.

Misinformation refers to incorrect or incomplete data, as well as the creation of false connections between factual content with no intention to harm. *Disinformation*, widely discussed, concerns false

information deliberately created and disseminated to cause harm or confusion. Ultimately, *malinformation* is the use of partially true information, shared in a malicious and violent way, as occurring with hate speech or harassment. The authors created a diagram to better understand the topic, which later inspired us to apply it in the case of controversies over land use.

Figure 2 - Diagram of information disorder



Source: Wardle in Derakhshan (2017)

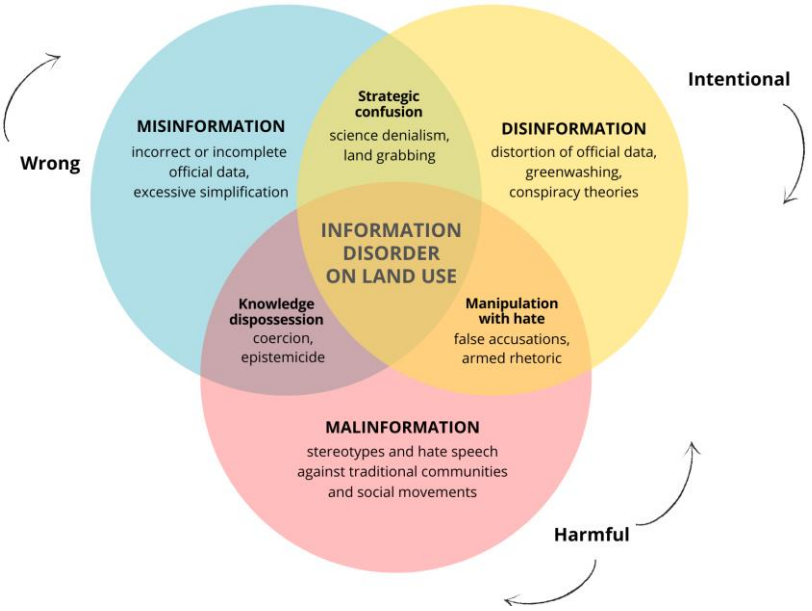
Based on previous evidence about various information disorder strategies (Figueira, 2023; Távora, 2024; Budó, 2018; Rajão et al., 2020, 2022; Santos et al., 2019), we adopted the conceptual framework above with the aim of codifying the discourses and informational strategies of Brazilian agribusiness through the analysis of documents and communication products (Conselho do Agro, 2018) of its institutional expression, the Agricultural Parliamentary Front (in Portuguese, Frente Parlamentar de Agropecuária, FPA). The Congress 'rural caucus is the most powerful political coalition of federal deputies and senators, acting through intense lobbying on public policies.

We began the analysis by seeking correspondences between the data collected and the conceptual framework proposed by the authors.

However, given the complexity of the object, isolated logical types proved insufficient to capture the dynamics of the observed reality. The discourses mobilized by the FPA often eluded classification or fit into more than one category, requiring a dialectical coding that moved between categories and their formal distinctions. Rather than focusing solely on what differentiated misinformation, disinformation, and malinformation, we examined how these forms combined, which led to the identification of three new logical types that enriches the interpretation.

Infocommunication strategies that combine malinformation and misinformation were categorized as *dispossession of knowledge*; the simultaneous use of malinformation and disinformation was categorized as *manipulation with hate*; while the interaction between misinformation and disinformation was categorized as *strategic confusion*. The recategorization resulted in the following Venn diagram, where overlapping circles show the similarities and differences between the three main shapes:

Figure 3 - Forms and content of information disorder about land in Brazil



Source: Prepared by the authors

In the category of **manipulation with hate** (malinformation + disinformation), we coded infocommunication strategies in which the FPA addresses agrarian reform policies and advocates for the Time Limit Trick, a legal framework designed to alter regulations for the demarcation of Indigenous territories. On one hand, malinformation was associated with the incitement of violence and the use of pro-gun rhetoric against social movements, such as the Landless Workers ' Movement (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST), left-wing groups, and Indigenous representatives.

On the other hand, the same arguments employed disinformation by framing political organization and mobilization, such as the Free Land Camp (*Acampamento Terra Livre, ATL)*[2], as acts of disorder, terrorism, or financial opportunism, thereby distorting their objectives to delegitimize them in the public opinion. This hateful manipulation is used to defend so-called "legal certainty" of property rights, while simultaneously spreading populist claims that these measures would benefit small rural producers and Indigenous communities, who are allegedly manipulated by the left.

In the category of **strategic confusion** (misinformation + disinformation), we coded infocommunication practices that are foundational to the country's formation, such as poor-quality land data and the legalization of land grabbing. According to the original typology, it would be naive to consider these inaccuracies as unintentional. In contemporary ruralism, the FPA updates the notion of "modernization" through digitalization, exemplified by the Rural Environmental Registry (Cadastro Ambiental Rural, CAR), which is

[2] A national mobilization organized annually by the Association of Indigenous People from Brazil (*Articulação dos Povos Indígenas do Brasil,* APIB), bringing together Indigenous peoples from across the country to defend their rights and demand the demarcation of territories.

promoted as a simple solution to the longstanding issue of land regularization. However, a digital land dispute is underway (Packer, 2021). Strategic confusion is used to support bills that rely on scientific and climate denialism, justify the dismantling of the Environmental Licensing Law, promote a biased view of regulation, or present digitalization as an overly simplistic environmental solution.

Finally, in the category of **dispossession of knowledge** (misinformation + malinformation), we coded infocommunication strategies in which the ruralist class combines misinformation, such as disregard for the quality of land data, with malinformation, creating stereotypes and devaluing traditional knowledge about land use from Indigenous, Quilombola[3] and other peoples. This results in negative discourse against traditional communities and socio-territorial movements. Such intimidation, combined with coercion, silencing and epistemicide, promotes the genocide of popular political leaders, leading to the destruction of territories and their associated knowledge.

A typical case in Brazilian historiography is the representation of the peasantry and traditional peoples as *"Jeca Tatu"*,[4] a figure depicted as lazy and backward. While land grabbing and genocide ensured physical elimination in the legal and political spheres, in the cultural sphere, racism and stereotypes shaped the social degradation and gradual annihilation of these groups 'knowledge.

Informational disorder can be understood as a complex linguistic artifact (Rossi-Landi, 1985), combining discourses, narratives, distortion of official data, hate speech, and other elements to

[3] Quilombolas are Afro-Brazilian communities formed through resistance against colonialism and slavery. Like Indigenous peoples in Brazil, they have secured constitutional rights to land, cultural autonomy, and collective identity recognition.

[4] Jeca Tatu is a fictional character created by Brazilian writer Monteiro Lobato in the early 20th century. He became a symbol of the rural poor and was widely used to reinforce negative stereotypes about traditional communities.

delegitimize traditional communities and naturalize the advance of rural and private interests over land. Linguistic artifacts do not arise from isolated or accidental acts of communication; rather, they are the product of symbolic labor and serve the function of social expression, providing infocommunicational structure to collective experiences. Within the dynamics of the capitalist system, linguistic artifacts are organically bonded to the context of class struggle and subsumed under the logic of the commodity (Ibidem). In this regard, informational disorder surrounding land use is produced by the ruling class as a deliberate artifact, forming part of a project led by rural elites connected to global value chains, aimed at undermining popular sovereignty and well-being.

Informational disorder on land use is both a cause and a consequence of the historical conflicts over land use in Brazil, as well as its subsumption to the expansion of capitalist accumulation frontiers. Seemingly disparate elements — such as legislation, official databases, misinformation, hate speech, and scientific denialism — are interconnected and operate together to produce a disorder serving hegemonic interests.

Final considerations

We undertook some dialectical efforts, particularly by reintroducing recent research outputs as inputs for this new line of argumentation. Thus, dialectics is present not only in the relationship between theory and practice, or between the order intended by the study and the chaotic reality that resists conceptual capture, but also in the relational and procedural nature of scientific knowledge itself. We have developed two distinct theoretical and epistemological schemes based on empirical study objects. Following the legacy of second-order cybernetics, infocommunicational phenomena are conceived as living,

contradictory, and transformable instances, traversed by class struggles, disputes over meaning, and the production/consumption of material reality.

Section 2 presented a diagram of totality that schematically outlined holistic complexity in a simple way, seeking to overcome fragmented, deterministic, or functionalist approaches. The integration among the six spheres comprises organic expressions of a dynamic, contradictory, and historically/geographically determined system. Rather than treating data as neutral or communication as a technique of virtual mediation, this framework reveals the material, institutional, and ideological embedding of any information, whether analog or digital.

When researching land tenure records using the method of totality, we found the disorder of precarious or even illegal data becoming official, economic and political manipulation, denialism, and epistemicide. The analysis helped diagnose systemic pathologies and contradictions in the forms of information and communication about and within the territory, where distinctions between logical levels are intentionally blurred. Official falsifications, such as the legalization of land grabbing involving millions of hectares, were institutionalized in public and private registries and databases. At the root of disinformation (deliberate manipulation of information) and malinformation (hate speech) lies misinformation (selective, incomplete, or incorrect information, with blurry lines to define intentionality).

Section 3 addressed informational disorder through a dialectical lens, recognizing the limits of identity, conformity, and homogeneity, as claimed by formal logic. Drawing on Wilden's (2001) reflections on logical types and hierarchies that structure our forms of knowledge, the expansion of initial concepts and the proposal of new categories

broaden the understanding of the phenomenon. Inspired by Wilden's dialectical codification of reality, we began with the conceptual framework of Wardle and Derakhshan (2017) and expanded upon. When examining our case study, we found that the initial categories were insufficient; rather than adapting reality to fit these categories, we proposed new ones to better analyze informational disorder related to land use.

Structural and structuring conflicts over the territory involve not only economic and political dimensions, but also informational and communicational ones, where knowledge production can either obscure or illuminate national reality and future projects. The land issue, in all its multidimensionality, is still perceived as distant from information and communication studies, remaining at the margins of our critical theorization. However, the digital is real. The computer is made of copper, gold, quartz, silicon, and so on; it exists because of natural minerals and the human brain, traverses bodies and territorialities, mediates them, and resignifies their processes. Regardless of specific cases, the expectation is that the epistemological movement undertaken here can contribute to systemic approaches or to the study of informational disorder in other research objects.

References

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética dEsclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BAKHTIN, Mikhail. Observações sobre a epistemologia das ciências humanas. *In:* **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1997.

BUDÓ, Marília. Mortes no campo e a operação greenwashing do 'agro.' Inviabilização de danos sociais massivos no Brasil. **InSURgência**: Revista de Direitos e Movimentos Sociais, v. 3, n. 2, p. 163–207, 2018.

CONSELHO DO AGRO. **O Futuro é Agro**: Plano de Estado 2018 - 2030. CNA, 2018. Disponível em: https://www.cnabrasil.org.br/assets/arquivos/plano_de_estado_completo_21x28cm_web.pdf. Acesso em: 17 jun. 2025.

CRAWFORD, K. **Atlas of AI**: Power, Politics, and the Planetary Costs of Artificial Intelligence. New Haven, Yale University Press, 2021.

FAUSTINO, M.; LIPPOLD, L. **Colonialismo digital**: por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Boitempo, 2024.

FREITAS, Marcos Cezar. Prefácio. In: PINTO, Álvaro V. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

FIGUEIRA, Monique. **Tudo que desmancha no ar é sólido**: a luta de classes no regime de informacão fundiário brasileiro. Tese (Doutorado em Ciencia da Informacão) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2023.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. Anti-Capitalist Chronicles: Marx's Historical Materialism. **Democracy at Work**, Nova Iorque, 6 out. 2022. Disponível em: https://www.democracyatwork.info/acc_marxs_historical_materialism. Acesso em: 19 fev. 2025.

JESSOP, Bob. Knowledge as a Fictitious Commodity: Insights and Limits of a Polanyian Perspective. *In:* BUĞRA Ayşe; AĞARTAN, Kaan (ed.). **Reading Karl Polanyi for the Twenty-First Century**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KONDER, Leandro. **O marxismo na batalha das ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LEVIS, Carolina; REZENDE, Justino S.; BARRETO, João Paulo L.; BARRETO, Silvio S.; BANIWA, Francy; SATERÉ-MAWÉ, Clarinda; ZUKER, Fábio; ALENCAR, Ane; MUGGE, Miquéias; MORAES, Rodrigo S. de; FUENTES, Agustín; HIROTA, Marina; FAUSTO, Carlos; BIEHL, João.

Indigenizing conservation science for a sustainable Amazon. **Science**, v. 386, p. 1229–1232, 2024.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da Economia Política - Livro I: o processo de producão do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

OGAR, Edwin; et al. Science must embrace traditional and Indigenous Knowledge to Solve Our Biodiversity Crisis. **One Earth**, Cambridge, v. 3, n. 1, p. 162-165, 2020.

ORMAY, Larissa. Anthony Wilden e a dialética da informação. **RACIn**, Revista Analisando em Ciência da Informação, v. 3, n. 2, 19-33, 2015.

PACKER, Larissa. Regularização fundiária e ambiental de mercado para um cerceamento financeiro das terras e bens comuns no sul global. In: CPT Nacional (ed.). **Conflitos no campo**: Brasil 2020. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno, 2021.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia** – Volume I. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia** – Volume II. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005b.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PRIETO, Gustavo. Nacional por usurpacão: a grilagem de terras como fundamento da formação territorial brasileira. In: OLIVEIRA, Ariovaldo (ed.). **A grilagem de terras na formação territorial brasileira**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

RAJÃO, Raoni, et al. The risk of fake controversies for Brazilian environmental policies. **Biological Conservation**, v. 266, 109447.

ROSSI-LANDI, Ferruccio. **A linguagem como trabalho e como mercado**: uma teoria da produção e da alienação linguística. São Paulo: Difel, 1985.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emocão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Antônio Bispo. **Quilombos, modos e significados**. Instituto de Inclusão no Ensino Superior, Brasília, 2015.

SANTOS, A., SILVA, D. MACIEL, K. A campanha publicitária "Agro é tech, agro é pop, agro é tudo", da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, v. 21, n. 1, p. 46–61, 2019.

SCHNEIDER, Marco. **A era da desinformação**: pós-verdade, fake news e outras armadilhas. Rio de Janeiro: Garamond, 2022.

TÁVORA, Bruna; RANGEL, Marcelo; GONÇALVES, Antônio. Entre a cova e o berço: Modos de significação e trabalho na Roça do Futuro. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 183–206, 2024.

WARDLE, C.; Derakhshan, H. **Information disorder**: Toward an interdisciplinary framework for research. Council of Europe, 2017.

WILDEN, Anthony. Comunicação. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 2001. v. 34, Comunicação-Cognição.

Cultura em disputa: políticas culturais no Brasil sob o olhar da integridade da informação

Priscila Seixas da Costa
Pedro Henrique Conceição dos Santos

Em 12 de maio de 2016, por meio da Medida Provisória nº 726 (Brasil, 2016a), o ex-presidente interino na época, Michel Temer, estabeleceu que o Ministério da Cultura (MinC) seria extinto. Após reações de diversos setores da população, a pasta foi reativada através da Medida Provisória n° 728 (Brasil, 2016b). Durante o período de um ano, foram três mudanças de liderança do ministério (O Globo, 2017). Esse clima de instabilidade repercutiu negativamente o imaginário sobre o papel da Cultura enquanto ministério.

A partir da editoria do setor de Estatísticas Sociais (2019), em matéria publicada pelo site Agência IBGE Notícias, houve uma movimentação de R$226 bilhões no setor cultural no ano de 2017. Esse dado demonstra como se trata de uma área econômica importante para o desenvolvimento do país, responsável por uma fatia considerável do giro financeiro. Ainda que seja geradora de empregos, a Cultura sofreu um duro golpe através do seu novo rebaixamento de status, sofrido no ano de 2019, no governo do ex-presidente, Jair Bolsonaro, que revogou sua posição ministerial. Através da Medida Provisório nº 870 (Brasil, 2019), órgãos e secretarias do antigo MinC foram incorporados ao Ministério da Cidadania.

Esse processo de enfraquecimento e de consolidação da extinção ministerial é um projeto político orientado para escamotear qualquer possibilidade de uma visão mais estruturada sobre a Cultura. Vale lembrar que a Cultura é um setor que, entre outros aspectos, promove a reflexão a partir da arte, que visa alterar a realidade social — característica que, provavelmente, motivou as ações de forças conservadoras em combatê-la. Nesse sentido, é uma área estratégica por carregar o impacto afetivo e estético. Assim, valorizar ou deslegitimar o setor é uma ação refletida e pensada, com objetivos bem definidos. Acreditamos nisso através da narrativa criada a partir da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Lei Rouanet.

No entanto, após esse período, durante os anos de 2020 e 2021, é possível observar que com o processo de midiatização de uma suposta narrativa de corrupção que estava inserida no contexto da Lei Rouanet, o setor começou a ocupar um local de destaque nas discussões. Considerando o contexto pandêmico[1], profissionais do setor cultural sofreram com perdas significativas, uma vez que não era possível produzir cultura de maneira mais generalizada. Com tal posição de destaque e diante da miserabilidade de seus profissionais, foram pensadas estratégias para oferecer um impulso para a área: a Lei Aldir Blanc (LAB) (Brasil, 2020; Brasil, 2022b) e a Lei Paulo Gustavo (LPG) (Brasil, 2022a).

Desse modo, nossa investigação tem como objetivo principal a análise crítica dos processos de desinformação e disputa simbólica em torno das políticas culturais no Brasil, tendo como foco a CPI da Lei

[1] Entre os anos de 2020 e 2023 o mundo foi assolado pela pandemia de COVID-19, doença causada pelo coronavírus. Durante esse período, inúmeras pessoas em diversos países viveram em isolamento social com o medo da morte pela doença que até 20 de junho de 2025 causa mais de 7 milhões de mortes, segundo dados do painel de COVID-19 da Organização Mundial de Saúde (OMS), disponível em: https://data.who.int/dashboards/covid19/deaths?n=c. Acesso em 20 jun. 2025.

Rouanet e a reconfiguração do setor a partir das Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo. Nossa hipótese é centrada na percepção de que é necessário perceber as contradições presentes entre uma narrativa que visa prejudicar o setor cultural, ainda que, materialmente, trata-se de um lugar político que possui seus próprios mecanismos e transparência, ocupando lugar estratégico nas disputas pelo poder.

Os conflitos e controvérsias que ocorreram com a Lei Rouanet na última década foram fruto de um projeto bem elaborado, a partir do reconhecimento de uma suposta diminuição da atuação do Estado em diversos setores – entre eles, a Cultura –, na lógica neoliberal de uma política de Estado mínimo. No entanto, o próprio mecanismo dá margem a inúmeras críticas que foram levantadas nesse momento. Dentro de uma perspectiva mais ampla, percebemos possíveis caminhos para seu aprimoramento.

Sendo assim, o texto articula fundamentos da Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura para compreender a cultura como território estratégico de soberania e disputa. Ao atualizar o debate com os desdobramentos recentes do campo cultural, argumenta-se que a atual situação da cultura se insere na discussão da integridade da informação, principalmente para entender os conflitos ideológicos na política contemporânea brasileira no setor.

O que é a Lei Rouanet?

Criada em 1991, durante o governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello, a Lei Rouanet (Brasil, 1991) foi renomeada para Lei Federal de Incentivo à Cultura durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022). Ela é uma reforma da Lei Sarney (Brasil, 1986), o primeiro mecanismo legal em nível federal para incentivo à Cultura, um mecanismo de fomento da produção cultural brasileira. O diferencial da Lei Rouanet se dá através da possibilidade de

direcionamento de valores cobrados no Imposto de Renda devido em recurso para financiamento de projetos culturais. Através desse procedimento, empresas e indivíduos poderiam incentivar uma série de ações culturais.

Com o incentivo fiscal, os patrocinadores podem veicular suas marcas em materiais de divulgação, físicos e virtuais. O destaque nos processos da Comunicação e Divulgação é importante, uma vez que o incentivo gera um retorno sobre a imagem da marca, como incentivadora do setor cultural. Por essa razão, os recursos financeiros das patrocinadoras são alocados, recorrentemente, a projetos que possuem possibilidades de retorno, seja na qualidade da imagem empresarial (responsabilidade social, por exemplo), quanto na repercussão (grandes eventos geram mais burburinho, por exemplo).

Portanto, há um jogo de interesses sobre as áreas do setor cultural, em que os desejos do patrocinador precisam ser atendidos. No entanto, é importante ressaltar: para coibir ações culturais em que o foco seja apenas a divulgação do patrocínio, existe um teto para a porcentagem de investimento em Comunicação e Divulgação de projetos (que não pode ultrapassar 20% do total do projeto).

São três as principais modalidades de aquisição de recursos que são estabelecidas pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), ou simplesmente Lei Roaunet: 1) o Fundo Nacional da Cultura (FNC); 2) os Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart); 3) Incentivo a projetos culturais através da prática de mecenato. Esta última é responsável pela maior parte dos incentivos fiscais e garante boa parte dos projetos viabilizados e, portanto, entram no jogo da lógica acima comentada. Escolhemos discutir sobre o viés dos Incentivos Fiscais através de projetos diante do cenário caótico de desinformação sobre a Lei Rouanet a partir dos valores que artistas e outras pessoas

reconhecidamente da área cultural supostamente receberam através do mecanismo legal de incentivo.

As informações fornecidas pelos proponentes de projetos culturais podem ser acessadas através do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (SALIC)[2]. No site, quem pensa e escreve o projeto deve observar pontos importantes como objetivos, plano de comunicação, justificativa, cronograma, orçamento, entre outros. Assim, todo o processo de submissão de uma ideia é organizado previamente e seu orçamento é dividido em rubricas – nomes/denominações que indicam itens, membros da equipe ou prestadores de serviço integrantes do projeto – que servem como controle, uma vez que cada uma delas se refere a um valor previamente definido pela própria plataforma. Desse modo, existe um rigoroso controle e fiscalização sobre a parte financeira do projeto, um ponto importante para as discussões que iremos propor neste artigo.

Seu funcionamento é criticado por Bolaño, Mota e Moura (2012), uma vez que, segundo os autores, a Lei Rouanet é uma política neoliberal diante da lógica apresentada até aqui, em que empresas são beneficiadas através de isenções fiscais e sua imagem fica atrelada ao produto cultural. Além disso, boa parte dos recursos está concentrada na região Sudeste, o que impede uma distribuição democrática desses valores. A principal consequência desse funcionamento é a desresponsabilização do Estado na produção cultural brasileira, o que pode levar a desigualdades no acesso a recursos.

Com a sistematização do setor cultural promovida pelo presidente Luiz Inácio "Lula" da Silva em seu primeiro e segundo mandatos (2003-2010), a Cultura ganhou mais espaço e relevância política. Em 2010 foi sancionada a lei nº 12.343 que instituiu o Plano

---

[2] SALIC. Disponível em: https://salic.cultura.gov.br/autenticacao/index/index. Acesso em: 26 fev. 2024.

Nacional de Cultura (PNC) e o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) (Brasil, 2010). Esse foi o resultado de inúmeras ações pensadas ao longo dos anos e resultou em outras iniciativas, como o Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura nos governos que o sucederam da ex-presidente Dilma Rousseff (2011-2016).

Com o suceder dos anos, houve um processo de escrutínio da Lei Rouanet, vista como um mecanismo legal, porém corrupto. Forças políticas conservadoras acusaram que o legado deixado pelos governos ditos de esquerda transformou o setor cultural em uma área vinculada a um lado político específico. O senso comum construído era de que os artistas ganhavam muito dinheiro e que esses valores não eram justificados. Tais recursos serviam para controlar suas ações em relação aos ditos "governos de esquerda" e, dessa forma, eles apenas reproduziriam o ponto de vista político deles. Importante destacar que a Lei Rouanet foi, dessa forma, considerada um mecanismo que, supostamente, favorecia apenas um grupo da população, notadamente pessoas que estão vinculadas aos partidos políticos de esquerda — não raro, a Lei Rouanet é chamada de "lei da esquerda" por seus adversários. Vamos compreender melhor esse conflito a partir do olhar da ética.

Ética e cotidiano: pensando sobre a Cultura

Se levarmos em consideração que o ponto de vista kantiano (Kant, 2008) sobre a ética é universal e "considera que o valor moral é ação praticada em respeito ao dever, não pela satisfação pessoal, ainda que altruísta e com consequências aparentemente desfavoráveis" (Costa, 2023, p. 73-74), conseguimos compreender que são necessários sacrifícios em nome de um bem maior. Em nome da ética, assumimos papéis conflitantes no cotidiano.

Nas palavras de Sánchez Vázquez (2017):

> Nas relações cotidianas, entre os indivíduos, surgem continuamente problemas como estes: Devo cumprir a promessa *x* que fiz ontem ao meu amigo Y, embora hoje perceba que o cumprimento me causará certos prejuízos? [...] Com respeito aos crimes cometidos pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, os soldados executaram, cumprindo ordens militares, podem ser moralmente condenados? [...] Podemos considerar bom o homem que se mostra caridoso com o mendigo que bate à sua porta e, durante o dia — como patrão —, explora impiedosamente os operários e os empregados da sua empresa? (Sánchez Vázquez, 2017, p. 15)

Como podemos observar, o filósofo espanhol radicado no México trouxe situações que entram em choque com os valores moralmente aceitos na sociedade diante das interferências dos contextos de cada uma das questões a serem analisadas, ainda mais nas relações cotidianas em que o imediato não nos permite reflexões mais profundas.

Por cotidiano, entendemos, a partir de Heller (2016), um espaço onde as pessoas podem construir o mundo, criando relações sociais a partir de processos de significação. Ao afirmar que é algo "construído", a filósofa húngara aponta para o aspecto de não naturalidade do cotidiano, por ser um lugar que envolve processos de aprendizagem e reprodução de normas e valores. Nos habituamos a desenvolver uma série de atividades rotineiras, que engendram determinados comportamentos e, dessa forma, podemos manter a estabilidade de nossas vidas. Ao mesmo tempo, é um local de conflito, justamente por conta de situações complexas vividas nessa esfera de vida.

> A vida cotidiana é uma arena de conflito e contradição, na qual as pessoas confrontam as estruturas sociais e políticas que moldam suas vidas ao mesmo tempo em que tentam construir suas identidades e projetos pessoais. É um espaço no qual as forças de integração e fragmentação, de

> dominação e resistência, de opressão e emancipação estão em constante interação (Heller, 2016, p. 15).

Ainda, para a filósofa, no cotidiano são formados "juízos ultrageneralizadores", que são valores confirmados diante da prática da vida, surgem do pensamento imediato. Ou melhor: "são ideias que surgem primeiramente através da vida cotidiana" e "são aquelas que permeiam o pensamento dos indivíduos" (Costa, 2023, p. 106), uma vez que eles são facilmente acessíveis. Em contraponto a este pensamento imediato, Heller (2016) sugere a "suspensão do cotidiano" que se baseia no pensamento crítico e é o processo reflexivo sobre a vida cotidiana.

Temos aqui um ponto importante que separa a esfera do cotidiano, em que o senso comum promove ideias generalizadas, e a capacidade crítica de análise a partir de um repertório que leva em consideração inúmeros fatores: a reflexão. Ao contrário da moral que é o conjunto de valores de uma dada sociedade,

> A ética é teoria, investigação ou explicação de um tipo de experiência humana ou forma de comportamento dos homens, o da moral, considerado porém na sua totalidade, diversidade e variedade. O que nela se afirme sobre a natureza ou fundamento das normas morais deve valer para a moral da sociedade grega, ou para a moral que vigora de fato numa comunidade humana moderna. É isso que assegura o seu caráter teórico e evita sua redução a uma disciplina normativa ou pragmática. O valor da ética como teoria está naquilo que explica, e não no fato de prescrever ou recomendar com vistas à ação em situações concretas. (Sánchez Vázquez, 2017, p. 21)

Para um processo reflexivo, assim como ocorre com o pensamento sobre a ética, é preciso buscar ponderar sobre diferentes perspectivas, analisando, principalmente, sobre os contextos de produção daquele conhecimento ou informação. Quando acionamos os conceitos de "ética" e "cotidiano" para refletir sobre a política na Cultura hoje,

percebemos que há a necessidade de buscar a fundo o que está por trás das informações veiculadas na mídia desde a época da CPI da Lei Rouanet, que abordaremos logo a seguir.

Não podemos, simplesmente, acreditar que uma informação veiculada massivamente é de fato uma verdade absoluta. Nos estudos da Ciência da Informação, é desenvolvido o conceito de Competência Crítica em Informação. Segundo Brisola, Schneider e Silva Júnior (2017), uma notícia, para ter credibilidade e ser usada eticamente, precisa ser avaliada, por estarmos em uma contemporaneidade em que existem diferentes formas de manipulação de informações, ainda mais na escala do atual *Big Data*, em que os dados circulam de maneira massiva e sem controle. Assim, a Competência Crítica em Informação é essa capacidade de questionar e analisar as relações sociais estabelecidas no meio informacional, compreendendo a importância do conhecimento e do poder, buscando uma sociedade mais justa[3].

Em meio a circulação massiva de dados e informações, cada vez mais é necessário pensar na Competência Crítica em Informação. Conforme indicado em Costa (2023):

> O entendimento da necessidade da competência crítica se relaciona com a proliferação de informação manipulada, conhecida genérica e popularmente como *fake news*, que ganhou destaque na última campanha eleitoral no Brasil (2018), sendo comum o uso nas discussões acerca de notícias divulgadas nas redes sociais. O compartilhamento de informações através de grupos de WhatsApp e Facebook foi terreno fértil para proliferação de conteúdo. (Costa, 2023, p. 75)

[3] Inclusive, é importante mencionar que o qualificativo "crítico" está relacionado aos estudos críticos. Segundo Fuchs (2009, p. 245), um estudo crítico é aquele que permite a solidariedade entre quem pesquisa com quem é vítima da opressão e luta em busca da dissolução da dominação existente.

Assim, além da Competência Crítica em Informação, é necessário acionar o conceito de Integridade da Informação. Este conceito é essencial para compreender como a desinformação se consolidou como estratégia utilizada para integrar conflitos no cotidiano, incluindo o ataque às políticas culturais brasileiras.

A "integridade da informação" vem sendo um tema desenvolvido desde 2023. Segundo Mazzeto, Santos e Ferreira (2025, p. 14), a Organização das Nações Unidas (ONU) fez uma publicação sobre o tema apontando para a questão crítica da integridade da informação em plataformas digitais para incentivar a formulação de políticas mais consistentes. A integridade da informação visa, então, "proteger os direitos fundamentais de acesso à informação e de liberdade de expressão, a fim de defendê-la das crescentes ameaças expressas por desinformação, notícias falsas e discurso de ódio" (Mazzeto, Santos e Ferreira, 2025, p. 14).

Diante desse cenário, é necessário pensar sobre os processos mobilizadores de deslegitimação do setor cultural. Na pesquisa já mencionada (Costa, 2023), buscou-se compreender o processo de midiatização da Lei Rouanet, principalmente através da repercussão negativa proporcionada através da CPI da Lei Rouanet. Ao falar da "última campanha eleitoral no Brasil (2018)", um dos argumentos que sustentou os discursos para eleição do candidato que virou presidente foi justamente a suposta corrupção exercida através do setor cultural. A seguir, veremos de forma mais detida sobre as formas de deslegitimação exercidas contra a Lei de Incentivo à Cultura por meio da CPI da Lei Rouanet, principalmente através de comentários dos parlamentares que protocolaram a CPI.

CPI da Lei Rouanet: deslegitimação do setor cultural

Em 2016, foi instaurada a CPI da Lei Rouanet, considerada como um importante ponto de disseminação de desinformação sobre a Lei de Incentivo à Cultura. Em reportagem para o portal de notícia da Câmara dos deputados, Macedo e Cesar (2016) informam sobre o protocolo sobre o requerimento para abertura de uma CPI "para investigar possíveis irregularidades na concessão de incentivos fiscais por meio da Lei Rouanet (Lei 8313/91)" (Macedo e Cesar, 2016). Ainda sobre a reportagem,

> Os deputados argumentam que a lei seria uma forma de "terceirizar" um repasse de recursos federais. Eles contestam os critérios usados para a seleção dos projetos no Ministério da Cultura, o que, segundo afirmam, causam "estranhamento", com a aprovação de valores altíssimos para pequenos projetos ou repasses que parecem patrocínio privado com dinheiro público. (Macedo e Cesar, 2016)

Vejamos essa primeira informação. Como argumentamos anteriormente, a Lei Rouanet, desde sua fundação, tem como um de seus mecanismos o Incentivo Fiscal que é derivado do Imposto de Renda devido. É importante frisar que o questionamento feito por parlamentares diz respeito apenas ao mecanismo do dinheiro incentivado a projetos. Desconsiderar, por exemplo, o Fundo Nacional de Cultura (FNC), é não enxergar o mecanismo legal em sua totalidade.

O argumento dos deputados de que a lei é uma "terceirização" de recursos federais precisa ser contextualizada, criticada e repensada. Como apontamos no início de nossa discussão, a Lei Rouanet foi criada em um momento histórico peculiar, em que o ideal neoliberal imperava. Tal lógica permeia toda a construção do mecanismo, em que o Estado não tem domínio pelo dinheiro que é repassado das empresas nos projetos culturais incentivados. Quando ela é criticada, passaram-se cerca de 15 anos desde sua criação. Apesar de ser uma ponderação

importante, uma vez que a lei acaba parecendo "patrocínio privado com dinheiro público", até que ponto ela pode ser realmente prejudicial diante dos "valores altíssimos para pequenos projetos"?

A argumentação da "valores altos" de determinados projetos desconsidera o projeto em si e é um ataque direto a certas personalidades que possuem grande repercussão midiática. Isso fica explícito em outro momento da mesma matéria citada:

> "Nos últimos anos, principalmente quando o PT estava no poder, apenas aqueles artistas rotulados como petistas é que estavam tendo acesso e direito a esses benefícios. Então, alguns artistas, como a cantora Cláudia Leite, não podem pegar quase R$6 milhões dos cofres públicos para financiar o show; o Luan Santana, quase R$4,8 milhões; e por aí vai", argumenta o deputado [Alberto Fraga]. (Macedo e Cesar, 2016)

Tal comentário feito por um parlamentar de um partido que fazia oposição ao governo da época, diz respeito à tentativa de vincular a Lei Rouanet a um partido político e uma determinada época. Como vimos, a lei foi criada em 1991, pelo ex-presidente Fernando Collor de Mello, que era de outro partido político. Além disso, o período indicado pelo parlamentar " –nos últimos anos, principalmente quando o PT estava no poder" – não condiz com a totalidade da realidade da lei, que vigorou também em outros mandatos, respectivamente: Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1993-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002).

Apontamos, em momentos que precedem essa seção, sobre as tentativas de sistematização e democratização do setor cultural empreendidas, principalmente, durante o primeiro e segundo mandatos do presidente Luiz Inácio "Lula" da Silva. No entanto, a Lei Rouanet ainda era acessada por poucas pessoas. Esse ponto de contradição foi utilizado para levantar um discurso contra o aparato legal para captação

de recursos incentivados. Porém, é possível perceber um direcionamento para a questão do lugar político que supostamente a Lei Rouanet estaria posicionada.

Observando outra parte do trecho citado na reportagem, percebemos que é indicado que um artista "pega" o dinheiro "para um show": "alguns artistas, como a cantora Cláudia Leite, não pode pegar quase R$6 milhões dos cofres públicos para financiar o show; o Luan Santana, quase R$4,8 milhões". Precisamos, novamente, contextualizar os pontos discriminados pelo parlamentar em questão. Em primeiro lugar, não é um "artista que pega". Esse tipo de afirmação leva ao entendimento que o dinheiro é acessado única e exclusivamente pelo artista. Na verdade, esses grandes espetáculos são financiados por empresas de grande porte que tem o intuito de ganhar visibilidade. Tais projetos culturais envolvem diversas equipes, como de Produção, Comunicação, a parte Técnica de Som, entre tantas outras que compõem um quadro orçamentário elevado.

Ainda que sejam artistas consagradas e que conseguem atrair um grande público, é importante buscar meio de não deslegitimar uma legislação tão importante quando a Lei de Incentivo à Cultura, principalmente no que diz respeito a como o setor, através dos recursos que entram, consegue movimentar a economia e emprega inúmeros profissionais. Por essa razão, acreditamos estar lidando com "duas Leis Rouanet", concordando com a reflexão de Lima (2016):

> A CPI da Lei Rouanet evidenciou uma disputa por hegemonia na arena cultural brasileira, que envolve interesses políticos, econômicos e simbólicos de diferentes grupos. De um lado, estão aqueles que defendem a valorização da cultura nacional e a democratização do acesso aos recursos públicos. De outro, estão aqueles que temem a perda de sua posição de poder e privilégios na indústria cultural e utilizam a retórica do combate à corrupção para

> deslegitimar os projetos culturais de seus adversários (Lima, 2016).

Até esse momento, se tratava do início da CPI que foi marcada por inúmeras acusações, transformando artistas e produtores culturais em figuras corruptas. O debate público sobre a CPI da Lei Rouanet ficou centrado na questão ética e política da responsabilidade fiscal de recursos públicos em projetos culturais. Ainda que os dados dos projetos possam ser acessados publicamente, a transparência dos processos também foi questionada. As acusações também chegaram à iniciativa privada, acusada de ter se beneficiado de maneira indevida através da Lei de Incentivo à Cultura. Vale lembrar que, ainda assim, outros setores da sociedade defenderam esse instrumento legal, ainda que fossem necessárias mudanças para garantir a democratização ao seu acesso, ampliando medidas de transparência e fomentando ações de controle mais eficientes para evitar situações de possível corrupção.

Ao final do processo da CPI, agora em nova reportagem do portal da Câmara de Deputados, Thaty e Triboli (2017) apontam que a lei não seria revogada, mas houve a sugestão de indiciamento dos investigados. Além disso, o "texto também propõe a melhoria dos mecanismos de controle para evitar novos desvios; a recuperação do Fundo Nacional de Cultura; e medidas para descentralizar a aplicação dos recursos destinados ao setor" (Thaty e Triboli, 2017). Apesar do processo da CPI da Lei Rouanet ter sido importante para colocar em questão mudanças estruturais necessárias, houve a construção de uma forte opinião contrária ao mecanismo legal, atrelada não somente aos fatos dos aspectos contraditórios da legislação, mas a aspectos políticos, a partir de discursos que auxiliaram no processo de desinformação.

Ainda, mesmo com esse processo de repercussão negativa sobre a Lei Rouanet, a cultura foi reposicionada, ocupando um lugar de destaque na mídia e na opinião pública. Ao ocupar tal lugar de

centralidade, houve um processo de retomada do setor cultural que culminaria, em 2023, na restituição do caráter ministerial da pasta. Vejamos na seção a seguir os desdobramentos pós-2022.

Reconfiguração do setor cultural: retomada e desdobramentos pós-2022

Após os intensos anos de 2019, 2020 e 2021, com o processo de escamoteamento da Cultura no Brasil, em que houve embates políticos e simbólicos que minaram a credibilidade da Lei Rouanet e dos profissionais da área diante do debate público a partir da CPI da Lei Rouanet, o campo vivenciou um processo de reconfiguração diante de duas propostas de investimentos públicos. Foram formuladas duas grandes leis emergenciais. A primeira foi a Lei Aldir Blanc, conhecida inicialmente como "ações emergenciais destinadas ao setor cultural" na redação da lei (Brasil, 2020). Veremos como esta e as outras respostas institucionais diante da crise sanitária provocada pela COVID-19 deu um "respiro" de sobrevivência que representou um esforço de reestruturação do setor cultural frente ao processo de desmonte e deslegitimação sofrido nos anos anteriores.

A LAB 1 — referente às "ações emergenciais destinadas ao setor cultural" — foi responsável por um repasse inédito de recursos federais diretamente a estados e municípios que, conforme o segundo artigo de sua proposição, era no montante de R$3 bilhões. Esse valor foi repassado para todo território brasileiro, através de editais específicos, promovendo uma distribuição descentralizada de recursos que beneficiaram inúmeros artistas e espaços culturais locais. Apesar de sua formulação ter sido durante o governo de Jair Messias Bolsonaro, o projeto de lei foi encabeçado por Benedita da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), e outros vinte deputados (Gama, 2020).

Posteriormente, no ano de 2022, a lei seria incorporada como política pública federal de investimento no setor cultural. A Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (Brasil, 2022b) — LAB 2 — significou uma nova tentativa de descentralização de recursos federais através de um investimento direto da União em estados e municípios. Como estipulado pelo parágrafo 5º do artigo 6º, a programação é de investimentos no valor de R$ 3 bilhões, a partir do ano de 2023. No entanto, em 2025, houve a tentativa de corte de 84% dos repasses públicos pelo Congresso, mas o governo federal garantiu o pagamento integral do fomento (Gobbi, 2025). Tal movimentação demonstra que, mesmo com toda a repercussão a partir da CPI da Lei Rouanet até os investimentos históricos que garantiram a fruição cultural no Brasil, a disputa continua. Isso demarca o lugar de conflito que a cultura ocupa no cenário político brasileiro.

Também em 2022, a Lei Complementar nº 195 (Brasil, 2022a) — comumente chamada de Lei Paulo Gustavo, em homenagem ao humorista brasileiro vítima da COVID-19 — representou o maior repasse da história na área cultural: um total de R$3,862 bilhões. Assim como a LAB, a LPG foi um repasse para incentivar estados e municípios na produção cultural local, em diversas linhas de fomento, principalmente do setor audiovisual, área artístico-cultural que Paulo Gustavo ganhou muita repercussão com sua obra "Minha mãe é uma peça". Assim, a LPG consolidou investimentos importantes que significaram um impulso para o reestabelecimento da Cultura como setor crucial no desenvolvimento do país. Em 2023, a Cultura volta a se tornar uma pasta ministerial com o terceiro mandato de Lula.

Levando em consideração a Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura, todo o processo de desinformação desencadeou uma grande disputa simbólica em torno da Lei Rouanet, principalmente após a repercussão da CPI da Lei Rouanet que caiu no

debate público. A CPI da Lei Rouanet assim como os desdobramentos subsequentes — revogação de status ministerial da pasta da Cultura, seguindo dos investimentos da LAB 1, LAB 2 e LPG, com a reestruturação da Cultura como pasta ministerial e posterior tentativa de desmonte da LAB 2 — indicam os atravessamentos que o processo de midiatização pode causar tanto na formulação da opinião pública quanto de políticas públicas no setor cultural. Todos esses acontecimentos demonstram, materialmente, como o setor cultural assume um papel de centralidade nas discussões sociais brasileiras e permanece em disputa, sendo um campo ainda permeado por desigualdades quanto ao processo de democratização e quanto ao acesso aos recursos, mesmo com as novas políticas públicas instituídas recentemente.

Assim como afirmado por Herscovici (2003), quando a Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura ainda era um tema incipiente, existe um embate que impede a potência da democratização. Por mais que as tecnologias de informação e comunicação pareçam garantir a ampliação de espaços democráticos, o discurso presente no liberalismo impede a implementação de tal projeto (Herscovici, 2003, p. 14). Isso fica evidente através da mobilização discursiva contrária a Lei Rouanet que se utilizou de embasamento baseado em desinformação, construindo uma opinião forte e contrária ao dispositivo legal, ao invés de promover uma discussão que levasse à reflexão sobre as contradições presentes na própria legislação, ainda que, posteriormente, fossem sugeridas outras políticas públicas que tinham como objetivo "reparar" parte dos problemas atrelados à Lei Rouanet (principalmente a distribuição de recursos de maneira mais ampla e descentralizada).

Considerações finais

No programa do Domingão do Faustão do dia 09 de dezembro de 2018, a atriz Fernanda Montenegro afirmou: "Nós não somos corruptos" (Almeida Jr., 2018). Seu discurso emocionado durante o quadro "Melhores do Ano" veio em um momento crucial em que forças conservadoras estavam massacrando a classe artística, com repercussão em amplos setores da opinião pública. A mesma classe artística que sofreu com os efeitos da pandemia e, ainda assim, se desdobrou para continuar agindo para entreter e ocupar as mentes através da arte e da cultura.

Ao longo deste capítulo, buscamos observar a questão ética e política presente na discussão sobre a CPI da Lei Rouanet. Apresentamos informações importantes sobre a própria legislação, reflexões sobre a ética e o cotidiano, finalizando nosso percurso apresentando algumas informações sobre a criação da CPI da Lei Rouanet. Devemos lembrar que não se trata de quem está certo ou errado, mas como é necessário complexificar as posições defendidas.

A Lei Rouanet é um mecanismo importante que gira a roda econômica do setor cultural. Porém, a produção discursiva construída ao longo dos anos que antecederam o processo da CPI deslegitimou o lugar ocupado pela Cultura. Trata-se de uma legislação criada nos anos 1990 que precisa de um refinamento, afinal, existem pontos que precisam ser repensados. É necessário ampliar o acesso aos recursos, uma vez que esse acesso é garantido através de projetos. Para enviar os projetos, é necessário um conhecimento básico sobre como submeter e adequar a ideia ao padrão estabelecido.

Para além da Lei Rouanet, novas políticas públicas foram elaboradas com o intuito de correção de certas discrepâncias existentes na Lei Rouanet. Tanto a LAB 1, quanto a LAB 2 e a LPG foram formulações pertinentes para descentralização dos recursos públicos no

setor cultural. Ainda assim, significam apenas um passo para uma plena democratização da cultura, direito essencial a toda a população. Entretanto, como percebemos através da tentativa de desmobilização da LAB 2 através de um corte orçamentário, a disputa ainda não se encerrou.

Logo, são necessárias certas competências críticas em informação para compreender e refletir sobre os discursos produzidos, buscando estabelecer diálogos e apresentando os contextos das falas proferidas. O movimento dialógico de ouvir o contraditório e promover uma reflexão mais profunda está presente na busca dialética para transformar as relações sociais estabelecidas. Para a formulação de políticas públicas mais democráticas, é necessário a mobilização da sociedade como um todo para a compreensão das necessidades locais, sendo um passo a ser analisado em outras oportunidades. A disputa na Cultura permanece, outro assunto que será aprofundado em pesquisas futuras.

Referências

ALMEIDA JR., A. de. Fernanda Montenegro desabafa sobre Lei Rouanet: "Não somos corruptos". **Metrópoles**, *[S. l.]*, 09 dez. 2018. Disponível em: https://www.metropoles.com/entretenimento/televisao/fernanda-montenegro-desabafa-sobre-lei-rouanet-nao-somos-corruptos. Acesso em: 27 fev. 2024.

BOLAÑO, C.; MOTA, J.; MOURA, F. Leis de incentivo à cultura via renúncia fiscal no Brasil. In: CALABRE, L. (org.). **Políticas culturais**: pesquisa e formação. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2012.

BRASIL. Lei nº 7.505, de 2 julho de 1986. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. **Planalto**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7505.htm. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. **Planalto**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. **Planalto**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm. Acesso em: 27 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. **Planalto**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14017.htm. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022a. Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para não contabilizar na meta de resultado primário as transferências federais aos demais entes da Federação para enfrentamento das consequências sociais e econômicas no setor cultural decorrentes de calamidades públicas ou pandemias; e altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para atribuir outras fontes de recursos ao Fundo Nacional da Cultura (FNC). **Planalto**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp195.htm. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022b. Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. **Planalto**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14399.htm. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. Medida provisória nº 726, de 12 de maio de 2016a. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. **Planalto.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv726.htm. Acesso em: 27 fev. 2024.

BRASIL. Medida provisória nº 728, de 23 de maio de 2016b. Revoga dispositivos da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, restabelece dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e cria as Secretarias Especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Planalto**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv728.htm. Acesso em: 27 fev. 2024.

BRASIL. Medida provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. **Planalto**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm. Acesso em: 27 fev. 2024.

BRISOLA, A. C.; SCHNEIDER, M. A. F.; SILVA JÚNIOR, J. F. Competência crítica em informação, ética intercultural da informação e cidadania global na era digital: fundamentos e complementaridades. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Unesp, 2017. p. 1-16. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/105022. Acesso em: 23 fev. 2022.

COSTA, Priscila Seixas da. **Midiatização da Lei Rouanet e extinção do Ministério da Cultura**: impactos da transição política no Brasil no período 2016-2022. 2023. Tese (Doutorado em Mídia e Cotidiano), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

ESTATÍSTICAS SOCIAIS. SIIC 2007-2018: Setor cultural ocupa 5,2 milhões de pessoas em 2018, tendo movimentado R$ 226 bilhões no ano anterior. **Agência IBGE Notícias**, *[S. l.]*, 05 dez. 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26235-siic-2007-2018-setor-cultural-ocupa-5-2-milhoes-de-pessoas-em-2018-tendo-movimentado-r-226-bilhoes-no-ano-anterior. Acesso em: 27 fev. 2024.

GAMA, D. Ponto a ponto: entende a nova lei emergencial de apoio a trabalhadores da cultura. **Brasil de Fato**, Salvador, 09 jul. 2020. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/07/09/ponto-a-ponto-entenda-a-nova-lei-emergencial-de-apoio-a-trabalhadores-da-cultura/. Acesso em: 20 jun. 2025.

GOBBI, N. Após corte de 84% na Aldir Blanc no Congresso, governo diz que R$ 3 bilhões previstos serão pagos integralmente em 2025. **O Globo**, [*S. l.*], 21

mar. 2025. Disponível em: https://oglobo.globo.com/cultura/noticia/2025/03/21/apos-corte-de-84percent-na-aldir-blanc-no-congresso-governo-diz-que-r-3-bilhoes-previstos-serao-pagos-integralmente-em-2025.ghtml. Acesso em: 20 jun. 2025.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HERSCOVICI, A. A Economia Política da Informação, da Cultura e da Comunicação: questões metodológicas e epistemológicas. Uma apresentação geral. **Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, v. 5, n. 3, p. 5-14, 2003.

KANT, I. **A metafísica dos costumes**. São Paulo: Edipro, 2008.

LIMA, M. J. B. de. A disputa por hegemonia na arena cultural: a CPI da Lei Rouanet. **Revista Observatório Itaú Cultural**, n. 27, p. 49-59, 2016.

MACEDO, I.; CESAR, L. Deputados entram com pedido de criação da CPI da Lei Rouanet. **Agência Câmara de Notícia**, Brasília, 30 mai. 2016. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/489191-deputados-entram-com-pedido-de-criacao-da-cpi-da-lei-rouanet/. Acesso em: 27 fev. 2024.

MAZZETO, A. C. E.; SANTOS, C. A.; FERREIRA, M. F. Letramento político, competência em informação e integridade da informação no Legislativo: reflexões iniciais a partir do Programa Estágio-Visita na Câmara dos Deputados em Brasília. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, v. 9, n. 1, p. e38148, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/38148. Acesso em: 20 jun. 2025.

O GLOBO. MinC: um ministério à deriva em meio a tempestades do governo Temer. **O Globo**, 16 jun. 2017. Disponível em: https://oglobo.globo.com/cultura/minc-um-ministerio-deriva-em-meio-tempestades-do-governo-temer-21485901. Acesso em: 27 fev. 2024.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. **Ética**. 37. ed. São Paulo: Loyola, 2017.

THATY, M.; TRIBOLI, P. Relatório final da CPI da Lei Rouanet sugere indiciamento de investigados. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 27 abr. 2017. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/512743-relatorio-final-da-cpi-da-lei-rouanet-sugere-indiciamento-de-investigados/. Acesso em: 27 fev. 2024.

PARTE 5

PEIC: Políticas e Economia da Informação e da Comunicação

Deus, mídia e família, não necessariamente nesta ordem:

a parentela na estratégia de conquista, manutenção de capitais midiáticos e as relações informais da família Cunha Pereira com o Estado

Suzy dos Santos
André Kron Zapani

Uma moça loira, à frente de uma casinha de madeira rústica, daquelas típicas das colônias alemãs no sul do Brasil, diz o texto com semblante indignado:

> Num Brasil onde vozes que se posicionam são silenciadas e a cultura do cancelamento é aplicada e a liberdade é atacada, fica até difícil saber por qual fonte de informação devemos confiar e nos informar. Por isso, eu escolho a Gazeta do Povo, um jornal conservador que defende a liberdade, os valores da família, da vida e os princípios que você não encontra em nenhum outro jornal. A verdade incomoda. E a Gazeta do Povo tem um compromisso sério com os fatos. Lá você encontra colunistas que não têm medo de se posicionar, como Alexandre Garcia, Nikolas Ferreira, Rodrigo Constantino, Cristina Graeml e muito mais... (Gazeta, 2025, online[1]).

Trata-se Jenifer Milbratz, *influencer* conservadora de Pomerode, em Santa Catarina, e o anúncio foi divulgado em meados de 2025 nas redes sociais e nos intervalos comerciais dos veículos do Grupo

[1] Disponível em: https://www.facebook.com/gazetadopovo/videos/1772763656960602

Paranaense de Comunicação – GRPCOM. A moça ganhou visibilidade nas redes sociais elaborando, junto ao seu marido, Cleiton Stainzack, conteúdos com narrativas de extrema direita, tais como "como fazer um bebê alemão", "Famílias se fortalecem com mulheres que amassam o pão e cultivam amor, não com feministas que amassam princípios e espalham ruínas"[2] ou apresentando suas "regras" que impediriam morar em Santa Catarina pessoas identificadas com "cultura woke, ideologia de gênero e assistencialismo estatal" (Pontes, 2025). A visibilidade dos vídeos familiares resultou em parcerias comerciais para anúncios da loja Havan e, entre outros, para referendar o alinhamento conservador do jornal paranaense. Nas últimas décadas, a Gazeta do Povo mudou seu status de "jornal local/regional" para se apresentar como "o jornal mais lido do país no mês das eleições", de 2018 (Pozzobon, 2018). Para entender como se estruturam os vínculos clientelares e de compadrio que orientam a produção de sentido, determinar as relações de parentela e os laços da família Cunha Pereira se configura num exercício fértil para a compreensão dos processos econômico-políticos do ambiente midiático nacional.

A discussão do conceito de parentela, fenômeno que ultrapassa as questões consanguíneas familiares da vida privada, vai além do seu caráter pedagógico, protetivo e educacional. Ela determina comportamentos, fomenta desigualdades socioeconômicos, cria e delimita subcampos de interesse, conquista, transfere e expande capitais simbólicos e mantém relações de dominância e poder.

Oliveira (2000, 2012) faz análises imprescindíveis para entendermos as relações de parentesco e seus arranjos de interesses privados, tanto na sociedade política quanto em instituições da sociedade civil, entre elas o campo midiático. Sobrenomes como Mussi, Takayama, Sperafico, Carli, Petrelli e Massa, entre outras dezenas, são algumas das parentelas dominantes e tradicionais do Paraná que povoam essa zona de interconexões.

[2] Disponível em: https://www.instagram.com/jenifermilbratz/

A parentela é um conceito que tem sua pertinência nas estratégias utilizadas por personagens dos campos midiático e político, ela é gestora das relações informais de clientelismo e patrimonialismo que envolvem as práticas comunicacionais e os interesses assimétricos com as estruturas de estado, envolvendo proprietários e diretores de emissoras de radiodifusão, verbas e instituições públicas, jornalistas e atores da política local, estadual e federal.

A opção pelos Cunha Pereira se deveu por ser uma família da classe dominante tradicional, bem como pelo protagonismo na radiodifusão comercial paranaense, pelo histórico no campo midiático, pela articulação da parentela com as estruturas do Estado e as amizades políticas de Francisco Cunha Pereira e seus herdeiros.

Parentela e suas interpretações

Segundo Zapani (2021), a família, desde o período colonial, possui uma importante característica de solidariedade[3] tanto para os chefes patriarcais quanto para os seus componentes, tendo em vista que as famílias conjugais e as extensas numericamente tinham uma proteção econômica amparando possíveis negócio inviáveis feitos pelos seus integrantes. Da mesma forma, no viés político, essa solidariedade se fez presente internamente e foi importante, garantindo um laço de lealdade dos chefes locais com seus integrantes familiais.

À discussão sobre estrutura da família, Daniel Bertaux a considera o principal canal de transmissão de aspectos culturais e de identidades. O sociólogo desenvolveu o conceito de antroponomia que significa a formação do ser humano de acordo com a sua classe social em que nasceu e a família é o lugar principal da produção desse fenômeno. Sendo assim, as "relações de solidariedade entre membros do mesmo

[3] União consciente ou não entre indivíduos e grupos em contato uns com os outros, que os faz aderir fortemente uns aos outros (Willians,1961 apud Cardoso et al, 2006).

grupo de linhagem [famílias], de uma mesma linhagem, podem ser utilizadas para a conquista de vantagens sociais". (Bertaux, 1979, p.145).

Ampliando a discussão, entender relações parentais é também compreender de forma genérica a formação societária e seus valores, além de ser crucial para entendermos a nossa realidade brasileira. No entanto, dilatamos a interpretação do conceito familiar, trazendo a tese de Katia Mattoso (1988) à discussão, na qual considera a parentela um arranjo social de solidariedade familial muito mais flexível para o certame político atual. Nessas relações internas encontram-se não só os vínculos genealógicos formais e sanguíneos de pais, avós, filhos e sobrinhos, mas também os vínculos ilegítimos como os filhos "fora do matrimônio", os por afinidade, irmãos de consideração, afilhados, filhos de afilhados, vínculos espirituais, agregados e até os casos da relação de uma determinada pessoa se considerar parente mesmo sem o reconhecimento de parentesco de outrem. Nesse conceito, as relações consanguíneas não constituem razões exclusivas de parentesco, laços de apadrinhamento, proximidade e lealdade são fatores importantes para a formação solidária de um grupo familial. É a partir da parentela e toda sua flacidez organizacional que se consegue entender a cultura dos favores em diversas instâncias do Estado, formando uma rede de interesses assimétricos.

As relações parentais são recursos preciosos para compreendermos a eficiência, o escamoteamento e a dinâmica das relações sobrepostas de clientelismo e patrimonialismo. Ricardo Costa de Oliveira (2000,2007,2012) faz análises fundamentais para entendermos as relações de parentesco e seus arranjos de interesses privados utilizando as estruturas do Estado (executivo, legislativo, judiciário, Ministério Público, tribunais de conta, conselhos de estatais e cartórios) e da sociedade civil (mídia, reitorias e clubes de futebol) para a reprodução dos seus capitais e a manutenção de seu *status quo.* Inclusive considera

que as famílias das elites somente conseguem construir seus patrimônios material e intangível com a conivências dessas mesmas estruturas estatais. Utilizando-se da metodologia genealógica, biográfica individual e prosopográfica[4] e da observação de casos empíricos ele interpreta os longos períodos de dominância dos parentescos tradicionais e periféricos no escopo político regional, tendo como delimitação espacial o estado paranaense.

Outro aspecto relevante na leitura da parentela é entendermos a posição da mulher e o matrimônio nessa rede de poder. "Cherchez la femme" é uma chave investigatória que deve sempre utilizada ao estudarmos genealogia de parentelas - quem é a mulher, qual sua origem, quais seus antecessores, qual seus capitais hereditários? Os casamentos são estratégias para garantia de prestígio, de acumulação de capital e consolidação de uma lógica na ordem política. As mulheres podem ter papel decisivo na trajetória de vida de personagens outsiders ou em ascensão social e política (Canêdo, 2011; Oliveira, 2016), mesmo tendo elas uma participação ainda diminuta na política latino-americana (Panke, 2016).

Estratos importantes da parentela que merecem observação são os afilhados, filhos de afilhados, agregados, amigos próximos e os de relação sanguínea de níveis mais distantes. Ações "degeneradas e informais" de clientelismo, patrimonialismo, nepotismo e corrupção proporcionaram no transcurso da historiografia nacional grande destaque nas relações políticas e sociais envolvendo esses grupos. Esse estamento em prol da continuidade de poder e dominância é visível quando relacionamos os afilhados e "amigos de longa data".

As conexões de parentela mais importantes são aquelas que

[4] Cf. Stone "[...] é a investigação das características comuns de um grupo de atores por meio de um estudo coletivo de suas vidas" (2011, p.115).

interseccionam campos de poder díspares, formando uma rede dotada de capitais múltiplos, ampla área de atuação sincronizada e complementar e de expressiva troca de favores e interesses.

Nota-se, assim, que os poderes simbólicos das parentelas (os integrantes de laços sanguíneos, agregados, amigos e afilhados) são esgarçados em diversos campos do poder (midiático, cartórios, executivo, judiciário, legislativo, autarquias, estatais, escritórios de representação, instituições financeiras e empresariais), formando complexas teias de relacionamento e de sustentação, caracterizando-se por clientelismo, patrimonialismo, nepotismo e corrupção.

A parentela no sistema midiático brasileiro

Empresas do ramo das comunicações são dependentes do sistema político nas questões de fomento; a parentela e as relações espúrias de patrimonialismo e clientelismo são estruturas indissociáveis para a sustentação do sistema coronelismo eletrônico (Santos, 2006; Aires; Santos, 2017; Zapani, 2021). A fim de dar materialidade a esses argumentos, será estudada a família tradicional paranaense Cunha Pereira que tem suas origens e lugares de fala na elite monárquica.

Tomaremos por base o curitibano Francisco Cunha Pererira Filho a fim de iniciar a análise da trajetória dessa extensa parentela que tem/teve seus integrantes espalhados por diversas regiões do país. Francisco iniciou sua vida profissional pendulando entre o campo acadêmico e jurídico, onde especializou-se em Direito Criminal e teve como cliente o ex-governador Moises Lupion [5]; foi presidente do Instituto dos Advogados do Paraná e Integrante da Comissão de Ética e Disciplina da OAB/PR.

[5] O patrimônio de Lupion o creditava como um dos homens mais ricos da América do Sul nas décadas de 1930 a 1950. O relatório de auditoria dos bens de suas diversas empresas está disponível em VAZ (1986).

Sua inserção no campo da comunicação vem a acontecer em 1962, quando comprou, em sociedade com o banqueiro Edmundo Lemanski, o terceiro jornal paranaense mais vendido à época - Gazeta do Povo.

Sete anos depois, ampliou a sociedade adquirindo a TV Paranaense, Canal 12, que mais à frente passou a ser afiliada da Rede Globo, tendo Roberto Marinho se filiando ao quadro societário (1976). Este episódio foi decisivo para o crescimento empresarial e para a projeção de poder das famílias societárias Cunha Pererira - Lemanski no estado. Nas palavras de Edmundo Lemanki, "quando nós pegamos a [programação da Rede] Globo, ficamos sócios deles, aí nossos problemas acabaram. Aí, sobrou dinheiro, sobrou tudo... O [nosso] sucesso é por causa dessa parceria, com certeza." (Dalpícolo, 2010, p. 130). Nos anos seguintes, Francisco expandiu ainda mais seu poder midiático vindo a adquirir outras emissoras de rádio e televisão, algumas em processos pouco transparentes, como foi o caso da atual TV Londrina[6], onde os vendedores "foram pressionados pelo alto comando de Brasília, com o apoio do governador Ney Braga e outros políticos, para liberar a transferência da concessão da emissora aos sócios Gazeta do Povo e a Roberto Marinho." (Costa, 2015b, p.301).

Os amigos e sócios Francisco e Edmundo faleceram em 2009 e 2010, respectivamente, transferindo a presidência e a direção das empresas do GRPCOM (figura 1) para seus filhos (no caso de Francisco, Ana Amélia e Guilherme, e de Edmundo, Mariano).

[6] Para entender a conturbada a trajetória de vendas da TV Coroados, ver capítulo 4 do livro *Televisão e Política – uma história dos canais e redes de TV no Paraná (1954-1985),* de Osmani Costa (2015a), obra referência para interpretarmos a formação dos arranjos político-midiático paranaenses.

Figura 1 – Formação atual do Grupo Paranaense de Comunicação



Fonte: site GRPCOM (jul.2022)

Quadro 1 – Concessões de Rádio e TV GRPCOM e Sócios

Cidade	Geradora	Retransmissoras	Razão Social	Sócios
Cascavel	TV	16 municípios	TV OESTE DO PARANA LTDA	Elizabeth Lemanski Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga
Curitiba	FM	-	RADIO CONTINENTAL DE CURITIBA LTDA (Mundo Livre FM)	Chuckwise Holding LTDA (Representado por Cristina Maria Cunha Pereira) Dike Holding LTDA (Representado por Guilherme Doring da Cunha Pereira) Efecepene Holding LTDA (Representado por Teresinha Doring Cunha Pereira) Guilherme Doring da Cunha Pereira Lemanski Participacoes Ltda. (Representado por Maria Elsa de Almeida Passos Mariano) Spes Holding LTDA (Representado por Ana Amelia Cunha Pereira Filizola)
Curitiba	FM	-	RADIO INTERCONTINENTAL LTDA (98FM)	Francisco Ricardo Cunha Pereira Filizola Marco Antonio Broglio Lemanski
Curitiba	TV	35 municípios	SOCIEDADE RADIO EMISSORA PARANAENSE SA	Ana Amelia Cunha Pereira Filizola Mariano Lemanski
Foz do Iguaçu	TV	16 municípios	TV CATARATAS LTDA	Maria Elsa de Almeida Passos Pedro Bernardo Camargo da Veiga
Guarapuava	TV	-	TV OESTE DO PARANA LTDA	Elizabeth Lemanski Paulo Bernardo Cunha Pereira da Veiga
Londrina	TV	33 municípios	SOCIEDADE RADIO EMISSORA PARANAENSE SA	Ana Amelia Cunha Pereira Filizola Mariano Lemanski
Londrina	FM (2 outorgas)	-	RADIO PAIQUERE LTDA – EPP/ SISTEMA PARANAENSE DE COMUNICACAO LTDA	Judite da Conceicao Spinosa Ricardo Spinosa
Maringá	TV	25 municípios	TELEVISAO CULTURA DE MARINGA LIMITADA/TV CATARATAS	Tv Cataratas LTDA (Representado por Maria Elsa de Almeida Passos) Maria Elsa de Almeida Passos (Viúva Mariano Lemanski) Pedro Bernardo Camargo da Veiga
Maringá	FM	-	RADIO CULTURA DE MARINGA LTDA	Ana Amelia Cunha Pereira Filizola Chuckwise Holding LTDA (Representado por Cristina Maria Cunha Pereira) Dike Holding LTDA (Representado por Guilherme Doring da Cunha Pereira) Efecepene Holding LTDA (Representado por Teresinha Doring Cunha Pereira) Lemanski Participacoes Ltda. (Representado por Maria Elsa de Almeida Passos) Mariano Lemanski Spes Holding LTDA (Representado por Ana Amelia Cunha Pereira Filizola)
Paranavaí	TV	12 Municípios	RADIO E TELEVISAO IMAGEM LTDA	Marco Antonio Broglio Lemanski Ricardo Filizola
Ponta Grossa	TV	-	TV ESPLANADA DO PARANA LTDA	Marco Antonio Broglio Lemanski Radio e Televisao Imagem LTDA (Representado por Ricardo Filizola) Ricardo Filizola

Fonte: Receita Federal/Anatel

Ainda durante sua presença no campo midiático, transitou por entidades representantes da classe patronal, sendo o primeiro secretário da Associação Profissional das Empresas de Radiodifusão do Estado do Paraná e fundador e vice-presidente da Associação dos Proprietários de Jornais e Revistas do Paraná.

O *habitus* de classe do "Doutor" Francisco pode ser observado durante alguns episódios de vida. Sua inserção no estamento burocrático tem pertencimento quando Zapani (2021) observou que as suas parcerias societárias, a atuação e acumulação de capital acadêmico, os espaços e as posições ocupadas nas instituições de representação de classe, nas amizades consolidadas com personagens políticos e, inclusive, nos locais de lazer mais sofisticados e restritos aos "homens bons" curitibanos. Suas relações de dominância se originaram de uma típica genealogia que advém de uma clássica família tradicional e dominante que por meio das relações de amizade, de interesses em comum e de laços consanguíneos criaram uma rede de poder esgarçada.

Francisco Cunha Pererira Filho é o primeiro de quatro filhos do casal Francisco Cunha Pereira e Julia (Julinda) do Amaral Ferreira, sobrenomes que trazem consigo extensa trajetória histórica que permeia alguns espaços de representação econômica e política e posições de destaque na sociedade paranaense e nacional, entre eles parentes que foram vereadores, prefeitos, juízes, secretários, deputados, reitores, membros de tribunais de conta, banqueiros, industriais, latifundiários, militares, presidentes de clubes, ministros de Estado e clérigos[7].

Até agora foi estudada de forma mais incisiva as relações familiais (consanguíneas) de Francisco Cunha Pereira. Adiante será

[7] Para conhecer as relações genealógicas em níveis mais remotos e os espaços de poder dos membros familiais de Franco Cunha Pereira Filho, ler Zapani (2021, p.251-265).

abordada a parentela do nosso protagonista, bem como a rede de poder e as relações de conveniência.

Francisco tinha representatividade pública no Estado, ele recebia gente de todos os campos, além disso, toda a matéria, antes de ser publicada nos jornais do grupo, tinha que passar pelo seu aval[8]. Sendo assim, sem muita ilação, a hipótese de ter havido seletividade de enquadramento e de apagamento noticioso com relação a personagens da política local e às instituições de Estado tende à comprovação, como foi explorado em Zapani (op.cit.).

Anunciantes sempre foram e continuam sendo elos vitais para a manutenção da saúde financeira de uma empresa midiática em qualquer plataforma, o que não seria diferente com o GRPCOM na sua trajetória de vida. Nesse ínterim, era inviável divulgar qualquer notícia desfavorável cujos personagens fossem instituições como supermercados Condor, Unimed, farmácias Nissei, Boticário ou até mesmo de imobiliárias em razão do volumoso caderno de classificados do final da década de 1990.

A Associação dos Jornais Diários e Revistas do Estado do Paraná, instituição que tinha na sua composição os empresários Paulo Pimentel (ex-governador e ex-proprietário de grupo midiático homônimo), Francisco Cunha Pereira, Roberto Barroso, Milanez, tinha forte influência regional. Por meio do seu presidente, o jornalista Abdo Kudri, fazia forte pressão junto aos governos estaduais de Ney Braga, Álvaro Dias, José Richa, Roberto Requião e Jaime Lerner para aumentar os investimentos publicitários nos jornais associados

[8] Por ocasião das eleições estaduais de 2002, certame que Roberto Requião (figura de desagrado de Francisco) foi eleito governador, o volume de matérias avolumou-se a ponto de ter oito jornalistas para cobrir a editoria de Política e a inclusão de um "censor" para ajudar na filtragem das matérias, pois "Dr." Francisco não daria conta em razão do excesso de material.(Zapani, 2021).

(incluindo a Gazeta do Povo) em troca de enquadramento midiático favorável, ou o contrário a seus adversários. Cabe destacar que o periódico de Cunha Pereira, tido como um veículo historicamente alinhado com os governos (exceto segundo mandato de Requião), foi um dos principais jornais de circulação na capital paranaense e tinha grande influência na formação da opinião pública local. Trazendo alguns números para exemplificar a importância da verba publicitária, para os jornais

> Incluindo a Gazeta do Povo, as empresas do grupo de Ana Amélia e Guilherme Cunha Pereira faturaram mais de R$ 60 milhões com publicidade, entre 2003 e 2014. [...] Entre os anos de 1995 e 2002, durante as gestões do ex-governador Jaime Lerner, as empresas da família Cunha Pereira receberam do governo estadual em ações de publicidade R$ 78.043.284,00. (Parana Oeste, 2017)

Os esquecimentos e apagamentos noticiosos tendenciosos são tão importantes quanto às publicadas de forma parcial. Neste ínterim, segundo Zapani "o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso era personagem de um "pacto de não agressão" feito de forma tácita segundo intenção do jornal" (2021, p. 268). Da mesma forma, a direção de redação dava instruções para não dar visibilidade ao então governador paranaense Roberto Requião que, coincidentemente, durante seu mandato retaliou e cortou verbas publicitárias ao periódico.

Outro caso envolvendo Francisco, teve a participação do deputado estadual Aníbal Kury[9] - foi o processo de criação sequencial

[9] Em trinta e dois anos de carreira política, foram nove mandatos, quatorze vezes primeiro secretário e cinco vezes presidente da ALEP. Segundo o relatório final da Comissão Estadual da Verdade, "foi acusado de ter praticado ilícitos como abuso de poder político e econômico, 'tráfico de influência', 'corrupção', 'enriquecimento ilícito' [...], apropriação fraudulenta e grilagem 'de extensas áreas de terra no Paraná". (GALINDO, 2019).

de diversas cidades no estado paranaense (de 1960 a 1990), tais como Umuarama, Carambeí, Altônia, Fazenda Rio Grande, Doutor Ulysses e Pinhais. Essa prática kurysta recorrente foi decisiva para a montagem da atual geopolítica estadual e para a manutenção e ampliação de seu poder

> O ex-deputado estadual Aníbal Khury, falecido em 1999, teve papel decisivo para "montar" a atual geografia política paranaense. Ele desempenhou papel importante na articulação da criação de 88 municípios paranaenses, de acordo com a diretoria legislativa da Assembleia. Ou seja, 22% das 399 cidades paranaenses nasceram sob as bênçãos de Khury. [...] A maior parte dos municípios cuja criação teve o dedo de Khury (71) foram fundados na década de 60. Outros 12 foram emancipados na década de 1990. (Deda, 2007)

De acordo com Zapani (op.cit.), a Gazeta do Povo fez cobertura favorável à decisão política da criação desses municípios, omitindo as mazelas que surgiriam com essa prática que foi liderada pelo experiente parlamentar de influência e interferência na distribuição de verbas, nomeações, substituições, contratações, reformas e desmandos envolvendo patrimonialismo e clientelismo em relações público-privadas mútuas e espúrias entre a comunicação e a política. Produzir novos domicílios eleitorais não foi a única medida para a perpetuação de Kury e de seus aliados, foi necessário ampliar publicamente essa decisão, onde seria acertada e benéfica para a população emancipada. Cabe lembrar que a RPC à época (hoje GRPCOM) era o principal grupo midiático do estado, líder em audiência e tiragem de jornais, uma voz com grande hegemonia regional e vivente de uma realidade de redes sociais e vozes alternativas ainda incipientes

Outro caso envolvendo Francisco, ocorreu com Antônio Casemiro Belinati[10]. Integrante de família dominante e tradicional do norte paranaense, "um dos políticos mais poderosos do Paraná e talvez o mais poderoso da história de Londrina" (Silveira, 2004, p.11), é tio de Antônio Belinati, vereador, deputado federal, atual prefeito reeleito da cidade (2016-2019; 2020 -), e marido de Emília Belinati, deputada estadual (1991-1995), diretora da Sanepar (que substituiu seu filho na direção comercial, deputado estadual Antonio Carlos Belinati Filho) e vice-governadora nas gestões de Jaime Lerner (1995-2002).

Em 1998, durante o terceiro mandato de Belinati frente à Prefeitura de Londrina, foram vendidas 45% das ações da Sercomtel (empresa de telefonia municipal) à Companhia Paranaense de Eletricidade (Copel) por R$ 186 milhões (quase o orçamento anual equivalente do município) mediante a assinatura do prefeito e do governador (de quem a esposa de Belinati, Emília, era vice). De acordo com o Ministério Público, todo o dinheiro da venda foi repassado para contratação de empresas, a partir de licitações fraudadas pela Autarquia do Meio Ambiente (AMA) e pela Companhia Municipal de Urbanização (Comurb). O destino desse dinheiro, ainda segundo as investigações do MP, teria sido o financiamento de campanha eleitoral como dos deputados José Janene e Antônio Belinati Filho e o enriquecimento do próprio prefeito e de seus familiares. Este episódio, tido como um dos maiores escândalos de corrupção em Londrina que teve repercussão nacional, ficou conhecido como o caso

[10] O político foi locutor da Rádio Londrina, apresentador da TV Coroados, vereador mais votado em 1968, deputado estadual (1971-1974;1983-1986; 1987-1990; 1995-1998), deputado federal (1975-1977) e único prefeito de Londrina por três mandatos (1977-1982; 1989-1992;1997-2000)

"AMA- Comurb"[11] e Antônio foi cassado em seguida, em junho de 2000.

Qual a relevância desse episódio para o contexto analítico dos Cunha Pereira? Incialmente é interessante demarcar que Antônio Belinati, político de poder e de família tradicional, era amigo pessoal do "doutor" Francisco e visitava com frequentava a casa do empresário e a redação em Curitiba. Um exemplo da proximidade de ambos e da interferência de Francisco na publicação das notícias ocorreu em um sábado de dezembro de 1999, após o fechamento diário do Jornal de Londrina. A chefia de redação local recebeu uma ligação de Curitiba determinando que a matéria referente à pesquisa encomendada pela revista *Isto É* que demonstrava 89% de aprovação popular por Belinati deveria sair ainda na tiragem daquele dia. Determinação cumprida, inclusive sendo manchete do jornal.

O escândalo AMA-Comurb teve grande reverberação perante a opinião pública, surgindo inclusive movimentos organizados da sociedade civil (representantes de docentes universitários, da OAB, da Sociedade Rural, de associação de moradores, de sindicatos patronais e de trabalhadores, entre outros) a fim de combater a corrupção e defender a ética através da mobilização popular e a participação intensa do MP. Todavia, perante esse cenário de consternação popular ante ao executivo local, a Rede Paranaense de Comunicação silenciou-se ou amenizou as diversas denúncias que vinham surgindo, diferente de outros veículos de comunicação que avançavam na pauta dos desvios municipais e davam luz aos fatos.

O comportamento parcimonioso da Rede Paranaense perante as acusações que estavam sendo feitas em favor do prefeito foi

[11] Para aprofundar em detalhes nesse caso, ver a importante obra do jornalista Fábio Silveira, *Imprensa e política – o caso Belinati.* (SILVEIRA, 2004).

criticado pelo jornalista Luciano Paschoal, à época apresentador e editor do jornal local da TV Coroados (emissora pertencente à Rede). O profissional se manifestou em longa mensagem e destacou diversos pontos, entre eles - as matérias produzidas pela emissora referentes ao caso eram editadas e enviadas para Curitiba que vetava ou reeditava favoravelmente ao mandante londrinense e que essa prática "era de conhecimento de Francisco Cunha Pereira", pois ele quem ditava o que seria pautado no telejornal matinal e naturalmente o material passaria por ele para análise.

Depois de muitas críticas, o grupo midiático não teve como sustentar sua postura inerte perante essas denúncias da terceira gestão Belinati e iniciou a divulgação noticiosa da crise somente no dia da cassação do prefeito pela Câmara de Vereadores. No entanto, essa posição de silenciamento frente aos graves fatos que vinham ocorrendo em Londrina motivou o envio de um dossiê ao departamento de jornalismo da Rede Globo, no Rio de Janeiro, pelo Sindicato de Jornalistas do Paraná que fez com que a Rede Paranaense sofresse em 2000 uma intervenção da Rede Globo de Televisão, afastando e substituindo seu diretor de jornalismo, Marcos Batista.

Interessante salientar que Marcos Batista era casado com Rita de Cássia Baptista, à época assessora de Emília Belinati, vice-governadora, esposa de Antônio Belinati, prefeito de Londrina, amigo de Francisco Cunha Pereira, patrão de Batista.

Por fim, esse episódio típico de associação do emprego de patrimonialismo e clientelismo, movimentou recursos públicos publicitários para seus afiliados parentais:

> ainda que sem números ou dados empíricos, com base em informações dos bastidores da imprensa, é que a Prefeitura de Londrina movimentava, durante o período

> Belinati, grandes volumes de verbas publicitárias, os quais representavam uma parcela nada desprezível do mercado, principalmente através da Sercomtel, a empresa de telefonia municipal. (Silveira, 2004, p.166).

Extrema direita como solução da crise neoliberal: Deus, Pátria e, como sempre, família

Pensar a economia política da comunicação nas democracias iliberais passa pela análise da especificidade do modelo de negócio dos sistemas de comunicação. A premissa de que empresas privadas de comunicação se sustentariam a partir do comércio de publicidade mostrou-se um tanto mitológica em diversos contextos. Vimos, no ocaso do Século XX, uma crise sem precedentes tanto nos cenários políticos quanto nos ambientes midiáticos nacionais. Similar ao que ocorreu em alguns países europeus quando da derrocada dos modelos público-estatais de radiodifusão (Roudakova, 2017; Sperling, 2014; Ahmed, 2004), a queda do investimento público nos sistemas nacionais de mídia, assim como as re-regulamentações operadas para permitir a expansão do capital internacional no setor, através das chamadas "novas tecnologias" e do processo de digitalização, abalaram as lógicas estruturais de funcionamento das empresas de radiodifusão em distintos países.

Aos poucos, o sistema midiático global tem se tornado cada vez mais dependente do sistema político não apenas na radiodifusão ou nas empresas locais. Tomemos, como exemplo casos de grande porte como os da Cambridge Analytica, o Facebook e as eleições de 2016 nos EUA, ou, ainda, toda a sorte de formatação algorítmica que levou as chamadas Big Techs a a atuarem eminentemente como ferramentas de propaganda política. Neste contexto, entendemos que os ambientes de intersecção entre os sistemas político e midiático nacionais, em particular nas democracias iliberais, encontraram na extrema direita, em

particular no discurso de ódio, uma ferramenta para a solução da crise neoliberal baseada em três pilares (Aires; Santos, 2025; Aires, Fernandes; Santos, 2024):

- A fragilidade dos meios locais de comunicação frente aos competidores internacionais, cada vez mais concentrados;
- A fragilidade das elites conservadoras frente ao avanço dos setores progressistas nos espaços políticos nacionais, como ocorreu na América Latina no início do Século XXI; e, por fim,
- O resgate do discurso populista religioso como mecanismo de falseamento da representação.

A contradição central das democracias iliberais se estabelece na dificuldade em Avançar os processos e instituições democráticas simultaneamente à acomodação de elites historicamente clientelistas/patrimonialistas, como é o caso do Brasil. Neste contexto, a fé se mostra um elemento potente de resgate dos laços afetivos, de retomada das esperanças num ambiente de redução drástica dos papeis sociais do Estado.

No Brasil, vimos nas últimas décadas o cenário midiático religioso tornar-se central em todos os segmentos culturais, na música, na televisão, nas plataformas, no cinema etc (AIRES, SANTOS, 2024). O estado do Paraná foi palco de intensas movimentações políticas, midiáticas e religiosas. No bojo do lema de campanha do ex-presidente Jair Bolsonaro, em 2018, vieram também as novas redes católicas de mídia, como a Evangelizar é Preciso e Pai Eterno. Dois segmentos conservadores católicos que mais investiram na reestruturação das narrativas midiáticas foram a Opus Dei e a TFP. As relações de Olavo de Carvalho, colunista de diversos jornais brasileiros nos anos 1990s e início dos 2000, e a TFP são bastante exploradas. No entanto, a figura

de Carlos Alberto di Franco, também colunista de diversos jornais impressos e online brasileiros, como organizador da estratégia de expansão midiática da Opus Dei é pouco discutida.

A atuação da prelazia ultraconservadora Opus Dei no campo do jornalismo, se estrutura a partir da criação de um curso de pós-graduação, o Master Jornalismo – Gestão de Empresas de Comunicação, no início dos anos 2000, e, posteriormente o curso Estratégias Digitais para Empresas de Mídia, organizados em parceria com o ISE Business Institute, conveniado à Opus Dei. Segundo o Observatório da Imprensa, que elaborou diversos textos sobre o investimento na formação de jornalistas conservadores para o mercado brasileiro, desde 1997 (Magalhães, 2006). A iniciativa latino-americana da Opus Dei se encontra com a família Cunha Pereira a partir da morte e sucessão de Francisco Cunha Pereira Filho, em 2009.

A mudança de uma direção de base governista-discreta para uma base de extrema-direita é operada a partir da gestão de Guilherme Doring da Cunha Pereira. Segundo Alexandro Ribeiro (2024, p. 79):

> Já em 1998, uma das principais reformas gráficas e editoriais do jornal é empreendida sob a tutela de pesquisadores que vieram da Universidade de Navarra, na Espanha, após convencimento dos filhos ao dono do jornal, à época, Francisco Cunha Pereira Filho. A Universidade de Navarra é criada na década de 1950 justamente por Josemaria Escrivá, fundador também da Opus Dei em Madri, em 1928.

Segundo Martins (2018), Guilherme Doring da Cunha Pereira é numerário da Opus Dei. Numerários são membros da sociedade que se dedicam à formação de fiéis. A radicalização conservadora do grupo, em particular da Gazeta do Povo, é defendida pelo gestor como uma estratégia comercial "A gente percebeu que isso é uma riqueza também do ponto de vista estratégico, e montou toda uma estratégia em que o

posicionamento [conservador] adquiriu status especial. Ele é um direcionador estratégico muito importante" (Martins, 2018).

Assim, a partir do direcionamento estratégico, o jornal Gazeta do Povo deixou de ser impresso e migrou para o ambiente digital com o reforço financeiro dos agentes econômicos que se atrelaram tanto ao golpe que possibilitou o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Roussef, em 2016, quanto à campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, tornado-se uma espécie de porta-voz da extrema direita brasileira. As relações entre a Cunha Pereira e Carlos Alberto di Franco não se reduzem ao espectro da proximidade religiosa. Duas empresas educativas os integram. Além de dirigir os programas de cursos de pós-graduação em jornalismo vinculados à Opus Dei, Di Franco figura no quadro societário de uma empresa do ramo de educação privada superior em pós-graduação e extensão, o Centro de Extensão Universitária, registrado sob o CNPJ 03.488.576/0001-38, criado em 20 de outubro de 1999. Já o presidente do GRPCOM, figura como um dos sócios da Faculdade Bela Vista, registrada sob o CNPJ 43.717.729/0001-96, 22 de julho de 2021. O primeiro indício de vínculo entre as duas empresas e o projeto de formação de jornalistas da Opus Dei se encontra nos dados de registro e contato das empresas. O contato registrado para ambos CNPJs na Receita Federal é: ESTER.RIOS@ISE.ORG.BR. Naturalmente, Guilherme Doring Cunha Pereira figura como professor em diversas turmas no site do curso, bem como é um dos entrevistados de destaque no canal de Youtube de Di Franco.

As relações da família Cunha Pereira demonstram, num emaranhado de empresas, relações de afeto, relações de fé e, especialmente, família, a organicidade de um projeto de articulações complexas que, concentrado no domínio de narrativas a partir de redes de comunicação, uniu os interesses políticos da extrema direita à

precariedade da sobrevivência local de um sistema midiático economicamente frágil.

Considerações finais, parentela é coronelismo eletrônico

O sistema midiático brasileiro e sua complexa rede de favorecimentos e interesses mútuos, aliado a sua capilaridade social e a sua reiterada busca por espaços de poder e vantagens político-econômicas abarca diversas formas de análise, metodologias e campos de conhecimento. Uma dessas perspectivas analíticas que trazemos de forma pioneira para a área da pesquisa da comunicação é o conceito de família e parentela, tomando essa como forma precípua.

A parentela tem sua pertinência nas estratégias utilizadas por personagens dos campos midiático e político, ela é base de construção e fomento das relações assiméticas de clientelismo e patrimonialismo que envolvem as práticas comunicacionais e os interesses interconexos com a sociedade política. Atuam como *players* nessa imbricada relação proprietários e diretores de emissoras de radiodifusão, apresentadores e locutores, jornalistas e atores da política local, estadual e federal visando, quase sempre, verbas estatais de rubricas publicitárias, aluguel de espaço nas programações das emissoras e contratação de serviços de suas empresas, além do voto.

A parentela é o principal mecanismo da estruturação das relações de compadrio e filhotismo que estruturam o sistema Coronelismo Eletrônico como um sistema de interseccional entre os sistemas político e midiático nacional (KRON, 2021; SANTOS, 2006). É a partir da parentela e de toda a sua flacidez organizacional que se consegue entender a cultura de favores, do clientelismo e do patrimonialismo em diversas instâncias de Estado, formando uma densa rede social e política de interesses. Desta forma, consideramos que a parentela é peça essencial na reprodução sistêmica do Coronelismo Eletrônico, um dos eixos basilares da sua sustentação e resiliência.

A parentela de Francisco Cunha Pereira Filho é um estudo de caso que confirma a hipótese da importância desse conceito para propormos uma epistemologia alternativa ao campo midiático. Aliado ao seu passado familiar tradicional que o dotou de capitais que facilitaram sua introdução no campo midiático paranaense, a sua parentela lhe permitiu não só manter, mas expandir sua influência, patrimônio empresarial e seu poder simbólico por diversos espaços de disputa.

Por fim, podemos entender a parentela como uma estratégia legitimada pelas informalidades e pelas relações não consanguíneas que perpassam por diversas áreas de conhecimento e locus de poder que encontra campo fértil no sistema midiático brasileiro.

Referências

AHMED, S. **The cultural politics of emotion**. New York: Routledge, 2004.

AIRES, Janine.; SANTOS, Suzy. **Sempre foi pela família**: mídias e políticas no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X, 2017.

_____. **As 14 Estações de Cristo.** Rio de Janeiro: Rebuliço, 2024.

_____. **A novela da regulação.** Rio de Janeiro: Mimeo, 2025.

BERTAUX, Daniel. **Destinos Pessoais e Estrutura de Classe:** para uma crítica da antroponomia política. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CANÊDO, Letícia. Um capital político multiplicado no trabalho genealógico. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 8, n. 15, p. 55–75, 2011.

CARDOSO, Fernando Henrique et al. **Estrutura de poder e econômica:** 1889 - 1930. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, v.8, 2006.

COSTA, Osmani. **Televisão e política**: uma história dos canais e redes de TV no Paraná (1954-1985). Londrina: Eduel, 2015a.

_____. Paulo Pimentel: construção e fim do primeiro grande grupo de comunicação do Sul do Brasil. *In:* 10º ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA. **Anais** [...].Porta Alegre: UFRGS, 2015b. Disponível em: encurtador.com.br/nIJV2 Acesso em: 12 jul. 2020

DALPÍCOLO, Sandro. **Uma nova luz na sala** – Histórias da TV Paranaense. Curitiba: Arowak, 2010.

DEDA, R. Aníbal Khury criou 88 cidades do estado. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 2007. Disponível em: encurtador.com.br/hDLMV. Acesso em: 2 jan. 2021.

DI FRANCO, Carlos Alberto. Entrevista com o presidente do jornal Gazeta do Povo, Guilherme Döring Cunha Pereira. 02 jun. 2021. **Carlos Alberto Difranco**. Disponível em https://carlosalbertodifranco.com.br/jornalismo/entrevista-com-guilherme-doring.html. Acesso em: mai. 2025.

FONTES, Giulia. Quem são os aliados de Beto Richa que também foram presos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 2019. Disponível em: encurtador.com.br/lNZ27. Acesso em: 15 fev. 2022.

GALINDO, Rogério. Vinte anos sem o "buraco negro" da política paranaense. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 2019. Disponível em: encurtador.com.br/fgmrw. Acesso em: 2 jan. 2021.

KELLNER, Douglas. **American horror show:** Election 2016 and the ascent of Donald J. Trump. Boston: Sense Publishers, 2017.

MARTINS, Rafael Moro. Como a Gazeta do Povo, do Paraná, deu uma guinada à direita e virou porta-voz do Brasil de Bolsonaro. **Intercept**. 09 dez. 2018. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2018/12/09/gazeta-do-povo-guinada-direita-bolsonaro/. Acesso em: 21 ago. 2025.

MAGALHÃES, Luiz Antônio. Opus Dei investe na formação de jornalistas. **Observatório da Imprensa**. 17 fev. 2006. Disponível em: https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/opus-dei-investe-na-formacao-de-jornalistas/. Acesso em 21 ago. 2025.

MATTOSO, Kátia. **Família e sociedade na Bahia do século XIX**. São Paulo: Currupio,1988.

MORAIS, Esmael. Amigo de viagens de Beto Richa é preso na 3ª fase da Operação Quadro Negro. **Blog do Esmael,** 16 set. 2017. Disponível em: encurtador.com.br/bimJP/. Acesso em: 15 fev. 2020.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O Silêncio dos vencedores**: classe dominante e Estado no Paraná (1853-1930). 2000. Tese (Doutorado em Sociologia) UNICAMP, Campinas, 2000.

_____. Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007. **Sociologias**, v. 18, p. 150–169, 2007.

_____. **Na teia do nepotismo – sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil**. Curitiba: Insight, 2012.

_____. Sem mulheres não há nepotismo. "Chechez la femme" e principalmente "cherchez la famille". Mulheres, famílias e genealogias emergentes. In: OLIVEIRA et al (Ed.). **Nepotismo, parentesco e mulheres**. 2 ed. Curitiba: Urbi et Orbi, p. 13–34, 2016.

PANKE, Luciana. **Campanhas eleitorais para mulheres**: desafios e tendências. Curitiba: Ed. UFPR, 2016.

PARANA OESTE. Sem dinheiro do Petrolão, Gazeta do Povo diminui edição impressa e aposta em blogs. **Paraná Oeste**, 2017. Disponível em: encurtador.com.br/louK6. Acesso em: 26 dez. 2020.

PEREIRA, Fernando Marcelino. Traços genealógicos nas denúncias de corrupção no segundo governo Beto Richa (2014-2018). **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, v. 4, n. 1, p. 331–360, 2018.

PINHEIRO MACHADO, R., & VARGAS MAIA, T. **The rise of the radical right in the global south**. London: Routledge, 2023.

PONTES, Sofia. Quem é o casal que postou vídeo com "regras" para morar em SC. **G1**. 17 jul. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2025/07/19/quem-e-casal-alvo-apuracao-xenofobia.ghtml. Acesso em: jul. 2025.

PORTO, Mauro. **Mirrors of whiteness:** Media, middle-class resentment, and the rise of the far right in Brazil. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2023.

POZZOBON, Beatriz. Gazeta do Povo foi o jornais mais lido do país no mês das eleições. **Gazeta do Povo**. 23 nov. 2018. Disponível em https://www.gazetadopovo.com.br/economia/gazeta-do-povo-foi-o-jornal-mais-lido-do-pais-no-mes-das-eleicoes-5yiwf8ipzr51ek3ygoecwunyb/. Acesso em: jun. 2025.

RIBEIRO, Alexandro Teixeira. **Arauto da miséria:** poder familiar e elementos do discurso do Estado neoliberal nos editoriais sobre reforma previdenciária da Gazeta do Povo. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/86519. Acesso em: 23 mai. 2025.

ROUDAKOVA, Natalia. **Losing Pravda**: ethics and press in Post-Truth Russia. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

SANTINI, R. M.; SALLES, D., & TUCCI, G. When machine behavior targets future voters: The use of social bots to test narratives for political campaigns in Brazil. **International Journal of Communication**, 15, p. 1220–1243, 2021. Disponível em: https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/14803. Acesso em jul. 2025.

SANTOS, Suzy dos. E-Sucupira: o Coronelismo Eletrônico como herança do Coronelismo nas comunicações brasileiras. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, v. 7, 2006.

SPERLING, Valerie. **Sex, politics & Putin:** Political legitimacy in Russia. New York: Oxford University Press, 2014.

SILVEIRA, Fábio. **Imprensa e Política** – o caso Belinati. Londrina: Edições Humanidades, 2004.

SPONHOLZ, L. (2020). O papel dos discursos de ódio (online) na ascensão da extrema direita: Um aporte teórico. **Confluências**: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, *22*(3), 220-243. Disponível em: https://doi.org/10.22409/conflu.v22i3.47124. Acesso em: jul. 2025.

STONE, L. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 39, p. 115–137, jun. 2011.

VAZ, Raul. **Lupion** - a verdade. Curitiba: Paratodos, 1986.

VICTOR, Fábio. O caminho que levou Curitiba a virar a Capital da Direita. **Folha de S. Paulo.** 07 out. 2023. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2023/10/o-caminho-que-levou-curitiba-a-virar-a-capital-da-direita.shtml. Acesso em: ago. 2025.

ZAPANI, Andre Kron. **Coronelismo eletrônico** – estado, mídia e parentela em querelas (nada) rastaqueras. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/71447. Acesso em: 15 out. 2022

Sentidos da democratização da comunicação na atualidade: desafios regulatórios do ecossistema digital

Chalini Torquato

Quando estudiosos na década de 1990 cunharam o termo Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTICs) para entender a evolução do mercado convergente de informática, radiodifusão e telefonia, achavam que a complexidade das redes de internet, digitalização de formatos e dispositivos móveis interativos era grande o suficiente para uma terminologia nova. Entretanto, talvez não fossem capazes de dimensionar o nível de integração social nas mais diversas atividades e vivências cotidianas, consolidando ecossistemas digitais, e o quanto as tecnologias emergentes tensionariam não apenas conceitos, que se tornam obsoletos de forma cada vez mais acelerada, mas também práticas sociais, como educacionais, políticas, ambientais, mercadológicas e legislativas, por exemplo.

De fato, a magnitude dos desafios trazidos pelos mercados fragmentados, conteúdos hipersegmentados e práticas pouco transparentes no mercado de dados, algoritmos e desinformação, se aprofunda velozmente. Dinâmicas virtuais, ainda não plenamente conhecidas academicamente, a exemplo de desinformação, *deepfakes, fake news, cyberbullyng,* potencializados pelo uso de inteligência artificial (IA), fortalecimento de posturas extremistas e discurso de ódio, impactando, inclusive, resultados eleitorais, perseguição a minorias identitárias e outros grupos vulneráveis, fortalecimento de mercados criminosos operando às sombras da web, já são bastante noticiadas e sentidas, alimentando a insegurança social diante das ameaças

cotidianas a direitos cidadãos. Para além disso, nunca se consumiu tanto conteúdo por telas, como aquele oferecido pelos serviços de *streaming*, sendo um mercado cada vez mais consolidado na América Latina, promissor para as empresas estrangeiras que o operam, mas ainda sem textos legais e contrapartidas fiscais claramente estabelecidos.

Esses exemplos fazem parte do panorama crítico que se procura desenhar, num exercício de diálogo com estudo apresentado em Torquato (2024), para dar seguimento proposta no presente capítulo que é refletir sobre como pensar sentidos de se debater a democratização da comunicação na contemporaneidade. Para isso, busca-se trazer uma compreensão aproximada de tensionamentos impostos na atualidade, especialmente tendo em conta a experiência latino-americana, para entender a presença de algoritmos, robôs, discursos de ódio nas redes, inteligência artificial e mercado de streaming. Em seguida, é apresentando um levantamento sobre esforços regulatórios, seus debates e limites repressivos, para em seguida se debater um formato mais propositivo de regulação, a partir de formatos coletivamente inclusivos.

Sentidos tensionados: novos desafios para debater a democratização da mídia

Oriundas de pesquisa de doutorado, as seis dimensões apresentadas em Torquato (2024) para pensar o conceito de comunicação democrática davam conta de um cenário já cronicamente problemático em países latino-americanos. Dentre elas estavam: a *normativa/ideológica*, que idealiza valores como cidadania e igualdade, mas pode ser utópica e incoerente na prática; a *processual*, que enfatiza seu caráter dinâmico e contínuo; a *ativista*, ligada ao engajamento cívico e às mobilizações sociais; a *contextual*, que defende a adaptação de modelos de mídia ao contexto histórico, político e cultural local; a

regulamentar, que reconhece a necessidade de normas e da atuação conjunta entre Estado e sociedade civil para superar desigualdades; e a *global*, que trata da comunicação como um fenômeno transnacional, impactado por mercados e desafios mundiais. Pensar no quanto esses valores ainda são pertinentes nos dias de hoje pressupõe conhecer alguns dos principais tensionamentos de direitos de cidadania na atualidade.

Bots, algoritmos de desinformação e efeito bolha

Um relatório divulgado em 2025 pela Imperva[1], constatou que o tráfego automatizado de robôs (*bots*) ultrapassou pela primeira vez o trafego humano na internet. A presença cada vez maior deles na internet, impulsionada pelo desenvolvimento de IAs e outros tipos de *Large Language Model* (LLM) – criados para interação e geração de conteúdo amparadas pela base de dados disponível *online* –, tem reforçado o temor de a presença de informações criadas por humanos se torne cada vez mais marginal. Boa parte do material produzido por esse tipo de modelo pode ser funcional e inofensiva, como *chatbots* de atendimento ao público. Entretanto, a maioria atua de forma dissimulada e pode ser usada para publicações e interações falsas automáticas, visando raspagem de dados, espalhamento de para notícias falsas e *deepfakes* (Santini, 2022). Os bots maliciosos, ou "*bad bots*", produzem conteúdos cada vez mais difíceis de detectar, ameaçando diversos setores.

A empresa de pesquisas F5 Labs[2] realizou um levantamento em 2024 no qual constata que mais da metade das solicitações de conteúdo da *web* tem se tornado automatizada, à medida que o uso de *scrapers*[3] LLM se intensifica. Além disso, mais de um terço das tentativas de login

[1] Disponível aqui.
[2] Disponível aqui.
[3] Refere-se ao processo de raspar conteúdo da internet com intuito de treinar LLM.

no setor de tecnologia são provenientes de tentativas de invasão de conta (33,5%). Os setores mais visados para ataques no ambiente virtual foram hospedagem e saúde, com 44,6% e 32,6% do tráfego de *bots*, respectivamente, seguidos de comércio eletrônico, com 22,7% dos casos (F5 Networks, 2025). Juntamente aos exércitos de trolls e perfis falsos, os *bots* também operam uma prática chamada *astroturfing*, que consiste em orquestrar e simular dinâmicas virtuais falsas.

Embora os bots sejam um fenômeno significativo e o número de pesquisas sobre eles tenha aumentado, Santini (2022) afirma que pouco se sabe ainda sobre suas estratégias de atuação, quem representam, como são programados, coordenados, camuflados, como servem a governos e empresas, o grau de influência que exercem nos usuários e o grau de seus impactos diante da opinião pública dentro e fora da internet. Essas ações orquestradas estão cada vez mais eficientes em termos de hiper-segmentação, leitura e condução de cenários e a principal matéria prima para coleta de informações é o uso cruzado de *big data*, mineração de dados, inteligência artificial, automação e perfis falsos em redes sociais (Santini, 2022).

Por conta disso, esses algoritmos podem ser usados para uma variedade de propósitos políticos de desinformação, sendo potencialmente capazes de inflar o número de seguidores de políticos e de curtidas em uma publicação, assim como manipular *rankings* de notícias ou atacar adversários. Marie Santini (2022) aponta como formas de desinformação a censura seletiva, como a remoção de determinados conteúdos de plataformas, deixando apenas aqueles com viés conveniente; a manipulação de rankings de busca, para que determinadas notícias ou fontes de desinformação tenham maior notoriedade nos mecanismos de busca; manipulação e sequestro de *Tranding Topics* e *Hashtags*, ocupação de fóruns de discussão para servirem como pontos focais de desinformação; hackear, deturpar e

vazar seletivamente informações sensíveis, principalmente de contas de e-mail, para prejudicar pessoas e reputações; introdução direta de desinformação nas plataformas, sequestrando perfis reais de forma a espalhar organicamente a desinformação.

A motivação financeira, lícita ou ilícita, é um ponto essencial para perceber o problema de como a desinformação se sustenta, promovendo campanhas políticas, ideológicas ou de concorrência desleal, pois é a indústria de publicidade online (chamadas *ad-tech*), conforme identifica Marie Santini (2022), que tem viabilizado economicamente a desinformação no mundo. A chamada mídia ou publicidade programática é um processo de distribuição automatizada de anúncios em plataformas digitais, mediante a coleta de dados de comportamento online do usuário, ou seja, o que ele pesquisa, compra, curte, compartilha, percebendo suas predisposições de consumo. De tal modo, cada vez que ele abre um site, um leilão automatizado de publicidade ocorre para definir quais serão os anúncios exibidos. Essa automação faz com que os anúncios possam ser veiculados em sites de conteúdo impróprio ou falso, sem que a marca muitas vezes sequer tome ciência (Santini, 2022).

A lógica de funcionamento dos algoritmos é nociva também ao acomodar posicionamentos por conta da exibição de conteúdos de reforço e não confrontação crítica de ideias, o chamado "efeito bolha". Desse modo, a distorção dessa realidade favorável ao próprio posicionamento, no consumo contínuo, é passível de fortalecer polarização e extremismos políticos, enfraquecendo o debate público e se conformando como um aspecto preocupante do ponto de vista democrático.

Discurso de ódio e práticas extremas

Outro ponto de debate crucial no contexto dos extremismos alimentados pela lógica de mercado algorítmica são os discursos de ódio e o estímulo condutas perturbadoras, especialmente entre jovens. Em abril de 2025 um manifesto[4] intitulado "Internet sem regulação mata" foi lançado por juristas, ex-ministros, políticos e ativistas pedindo a urgente criação de regras para as redes sociais e plataformas digitais no Brasil. A base foi a notícia de que uma menina de oito anos morreu ao ser desafiada por conteúdos de internet a inalar desodorante aerossol (Lima, Cunha, 2025).

Esse caso se tornou simbólico no que se refere condutas de violência, aliciamento, discursos de ódio e outras práticas radicais ou criminosas incentivadas por conteúdos virtuais. Em pesquisa realizada em 2023 o Instituto *Think Twice* constatou a massificação da exposição a conteúdos discriminatórios, perturbadores e de humilhação nas redes sociais, uma vez que 84,3% dos jovens pesquisados já haviam entrado em contato com eles, sendo que 26,4% deles afirmaram que assistir vídeos violentos de alguma forma os motivaram a atacar verbal ou fisicamente outras pessoas (Helena, 2024). Na ausência de restrições, os algoritmos tendem a entregar conteúdos percebidos como de interesse potencial deste público jovem, e de acordo com a pesquisa, eles são predominantemente discriminatórios com incitação *cyberbullying* contra mulheres e outras minorias, além de apelos explícitos à sexo e violência, em outros casos incitando abertamente ataques em escolas.[5]

---

[4] Para acessar o manifesto.

[5] De uma amostragem de 1.200 vídeos recomendados pelo TikTok, rede pesquisada, 220 deles (18,3%) incitaram violência, sendo 33 (15%) configuraram casos de *cyberbullying* contra mulheres, 30 (13,7%) apresentaram conteúdo discriminatório e 157 (71,3%) fizeram apelos explícitos à violência, em alguns casos incitando abertamente a violência em escolas (Helena, 2024).

Num levantamento mais recente, a ChildFund Brasil, em 2025, constatou também dados alarmantes sobre a exposição de crianças e adolescentes a violência sexual pela internet, pois 54% dos entrevistados afirmaram já ter sofrido violência sexual no ambiente virtual, como a exposição a material de caráter pedófilo e pornográfico (Gallacci, 2025). Embora seja possível fazer denúncias nas plataformas, mas muitas vezes, elas são apenas para moderação e não geram punições para quem compartilha. Outro exemplo de conteúdo ameaçador de direitos está no levantamento do Observatório da Indústria da Desinformação e Violência de Gênero nas Plataformas Digitais, parceria do NetLab-UFRJ com o Ministério das Mulheres em 2024, que identificou 137 canais com conteúdo misógino no YouTube, onde juntos somam 3,9 bilhões de visualizações, 105 mil vídeos publicados e uma média de 152 mil inscritos (Santini et. al., 2024). Esse tipo de material, denominado por pesquisadoras como "machosfera", tem consolidado com o passar dos anos. No que se refere a discursos misóginos, o número de denúncias aumentou de oito mil em 2021 para mais de 28 mil em 2022, mas ele também tem se elevado em relação a intolerância religiosa, racismo e xenofobia (Denúncias de crimes..., 2023).

A agressão a pessoas negras também é pratica alimentada por discursos agressivos nesses ambientes virtuais. Elas costumam se caracterizar por meio de xingamentos, nomes pejorativos ou desumanização, sendo que mulheres negras acabam concentrando 60% dos casos de racismo, como aponta o levantamento realizado, entre os anos de 2010 e 2022, pela UFBA junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e JusBrasil (Máximo, 2023). No caso de injúria racial e racismo, no Brasil existem leis que podem ser aplicadas aos ambientes virtuais e, com isso, as ofensas, quando judicializadas, se tornam passíveis de punição.

No entanto, em termos de efeitos sociais em larga escala, a exposição a esse tipo de conteúdo perturbador e discriminatório é preocupante não apenas pela agressão aos indivíduos sujeitados a ela diretamente, mas também pelo efeito coletivo da cotidiana naturalização e dessensibilização desse tipo de violência direcionada para os grupos vulneráveis. Vale perceber que quando os discursos se radicalizam para agressões discriminatórias, especialmente aquelas praticadas por grupos com orientações neofascistas, são as chamadas minorias vulneráveis que estão na linha de frente como alvo principal.

De tal maneira, cabe observar o potencial de escalonamento de problemas sociais alarmantes como os aqui apresentados, especialmente quando consideramos a lógica algorítmica que se alimenta de conteúdos cada vez mais impactantes, já que são eles que geram mais curtidas e interações. A recomendação dessas informações, muito vagamente monitorada por condutas éticas das plataformas, tem como efeito o reforço de valores de ódio na sociedade e por isso, as plataformas precisam ser responsabilizadas, de modo mais formalmente institucional sobre sua moderação.

Inteligência artificial e impasses éticos

Um dos elementos mais desafiadores para o cenário da comunicação e seus impactos nas democracias, como já mencionado aqui, é o desenvolvimento acelerado das Inteligências Artificiais (IAs). O avanço das tecnologias de linguagem LLM têm trazido efeitos práticos concretos e prognósticos cujas dimensões ainda não são possíveis de serem mensurados com exatidão. Por um lado, sabemos que a automação de funcionalidades computacionais tem oferecido diversas possibilidades sociais coletivas, especialmente quando disponibilizadas gratuitamente ao público. É possível destacar, por exemplo, o uso de IA para agilizar e oferecer maior precisão em diagnósticos na área de saúde,

assim como na execução de tarefas rotineiras em escritórios, universidades e repartições públicas. Pode também aumentar a eficiência no ensino, na precisão em pesquisas acadêmicas e de mercado, análises de risco financeiro, aumentar a eficiência na detecção e combate a fraudes ou aprimorar e agilizar o atendimento ao público em diversos segmentos coletivos. Porém, justamente por se tratar de uma ferramenta com tamanho potencial de impulsionamento de produtividade e impactos coletivos, como já pudemos observar na atuação fraudulenta associada à algoritmos, é indispensável que sua aplicação nas mais diversas áreas de interesse público seja monitorada com atenção.

Dentre os dilemas éticos apontados pela aplicação da inteligência artificial podemos mencionar a *transparência e a explicabilidade* dos processos relativos ao trajeto reflexivo da máquina, para que possa ser compreendido, aprendido ou mesmo fiscalizado por humanos (Teixeira, 2021). Existe a preocupação em monitorar a qualidade da informação utilizada para agilizar decisões judiciais ou diagnósticos de saúde, por exemplo, cobrando transparência das empresas e desenvolvedores sobre como suas automações funcionam, além de ser preciso haver aparatos normativos claros para atribuição de responsabilidades, no caso de eventuais danos. Uma maneira de fazer esse acompanhamento, segundo Teixeira (2021), seria via uso de *softwares* e algoritmos de código-fonte aberto e também de processos institucionais de auditoria, avaliação e acompanhamento frequente das decisões adotadas em ações conjuntas de Estado, universidades e coletivos ativistas de cultura tecnológica.

Outro aspecto essencial para o debate da IA é o *viés de dados e de discriminação algorítmica*, ou seja, a capacidade de o rastreamento de informações em grandes bancos de dados, quantitativamente preconceituosos, refletir informações que reforcem valores discriminatórios. É o caso do viés de neutralidade masculina e branca

em dados médicos, por exemplo, considerados universais para todos os humanos, ou do racismo algorítmico em automações de vigilância, segurança pública, concessão de crédito e recrutamento para emprego (Silva, 2022). Paralelamente a essas discussões, é preocupante também o impacto social da *substituição de empregos* por máquinas. Em janeiro de 2024, um relatório divulgado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) informou que 40% dos empregos em todo o mundo serão afetados pela IA (Ghaouri, 2024). Por conta disso, o FMI orienta que economias avançadas priorizem a integração da IA ao trabalho, mas com uma regulamentação robusta para isso, dada a capacidade de esta tecnologia afetar empregos mais altamente qualificados, e que países emergentes, como o Brasil invistam em distribuição de recursos e ensino para mitigar a tendência de acentuação de desigualdades.

Essa gama de questões sensíveis se acentua ainda mais com a consolidação das versões generativas dessa tecnologia (GenAI), ou seja, aquelas com a capacidade de criar conteúdo novo, como textos, vídeos, imagens e até mesmo música e códigos, sendo diferentes, portanto, da IA preditiva, baseada na análise de dados pré-existentes. As IAs generativas tem como diferencial a capacidade mais aprofundada de aprender, sendo, portanto, capazes de gerar materiais originais e autônomos, além de serem mais eficiente na análise e previsão de cenários (IA Generativa..., 2025). De tal modo, à medida que esses aprimoramentos tecnológicos forem integrados à sistemas autônomos, surgem questões relativas ao nível de descartabilidade do componente humano. Se torna, então, essencial o debate público e a criação de regras para mitigar essa autonomia, como a criação de processos de complementação ou híbridos, em que haja a complementação pelo monitoramento humano, algo que exige um ambiente regulatório robusto e eficiente.

Mercado Streaming e vácuo regulatório

A necessidade de um ambiente regulatório consistente é cada vez mais observada também no setor de *streaming*, especialmente quando é observado um descompasso entre o destaque econômico do território nacional, especialmente como mercado consumidor, e a ausência regras claras para operadores da área. A pesquisa *Streaming Global* do *Finder* de 2021 já apontava o Brasil como o segundo país que mais consome vídeo sob demanda no mundo. Ao menos 65% dos adultos tinham acesso a este serviço, superando a média global de 56% (Na América Latina..., 2024). Com o aumento do valor das assinaturas, dados de pesquisa do SERASA (2024) indicam que os brasileiros começam a apresentar receio de endividamento (63% se preocupam com esse aumento e 51% afirmam que precisam compartilhar a assinatura), mas ainda assim serviços de *streaming* permanecem fazendo parte do orçamento de 79% da população, se consagrando como relevante nos hábitos de consumo.

O setor se consolida de tal forma que impacta de forma cada vez mais direta o tradicional setor de TV com programação linear. De acordo com dados da *Kantar Ibope Media*, as plataformas de vídeo online alcançaram em janeiro de 2025 uma audiência de 33,9% diante de 66,1% da TV tradicional, isso considerando a radiodifusão aberta (57,9%) e os serviços de televisão por assinatura (8,2%) (Martins, 2025). Como resposta a essa concorrência, ela tenta se adaptar, desenvolvendo uma proposta que tem sido chamada de TV 3.0, ou seja, um formato mais customizável para o usuário espectador (Soares, 2025).

Ela enfrenta, contudo, dificuldades em concorrer com um serviço que atua lucrando de forma expressiva em um vácuo regulatório. Exemplo disso são os dados divulgados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) sobre o ano de 2023, em que o mercado

de *video on demand* (VoD) faturou US$ 1,95 bilhão com público brasileiro (Estudo do Senado..., 2025), um valor que tem sido direcionado ao exterior sem compromisso com reinvestimento no país. Em abril de 2025, o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional divulgou um relatório de suas ponderações acerca da regulamentação deste setor. Ele chama atenção para o crescimento acelerado de plataformas como Netflix, Amazon Prime Video e Disney+ no mercado nacional, num cenário de concorrência desleal com outros meios mais tradicionais, como a TV por assinatura, que tem leis obrigando a contribuir para o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). Essa disparidade tem levado a evasão de receitas e, por isso, dentre suas recomendações está o aumento da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine), que hoje tem o limite de 3% da receita bruta das empresas, para 6% (Conselho discute..., 2025). A Conselheira Sonia Santana afirmou:

> A regulamentação do VoD no Brasil não é apenas uma necessidade econômica e cultural, mas uma questão estratégica para o fortalecimento da soberania audiovisual do país. A ausência de uma legislação específica permite que as big techs explorem o mercado brasileiro sem oferecer contrapartidas adequadas, resultando em um cenário de concentração de receitas no exterior e subvalorização das produções nacionais (Conselho discute..., 2025, s/p).

No que se refere, então, a defesa do conteúdo nacional, dados da Agência Nacional do Cinema (Ancine), informam que 86% do conteúdo dessas plataformas é de origem estrangeira, enquanto o audiovisual brasileiro representa apenas 14% desse espaço (Na América Latina..., 2024). A proteção de conteúdo nacional mediante a exploração de grandes empresas, é uma prática recorrente nas legislações já existentes sobre este setor na Europa. Interessante observar que, no

caso do Brasil, uma iniciativa do Ministério da Cultura (MinC) procura responder a esse cenário também com a criação, em 2025, de uma Plataforma Pública de Acesso e Difusão de Conteúdos Audiovisuais Brasileiros Sob Demanda, ainda sem nome definido, mas com amplo interesse dos produtores nacionais que enviaram seus materiais para o edital de licenciamento de 405 obras a serem disponibilizadas gratuitamente ao público.

Para além desses temas, têm sido apontados como desafios para regulamentação do setor nacional de *streaming* também a definição de regras para uma audiência auditável, algo presente nos meios tradicionais e que dialogam com a transparência necessária ao público e mercado anunciante, além de direito de propriedade intelectual sobre obras apropriadas e modificadas, especialmente em plataformas de conteúdos produzidos pelos usuários, como no Youtube e TikTok e, também a defesa do direito patrimonial que estabeleça parâmetros de como ocorrerão os lucros sore a exploração comercial de um produto audiovisual entre produtoras e plataformas (Rodrigues, 2025). A importância econômica do setor para a geração de receita, oportunidades de emprego e renda para a indústria do audiovisual nacional tem sido comprovada consistentemente ao longo dos anos, se tratando de uma oportunidade relevante para faturamento, desenvolvimento e promoção internacional da cultura brasileira.

Regulação: percalços de uma solução possível

Os elementos apresentados na seção anterior compõem um breve panorama em que é possível observar parte das consequências, atuais ou potenciais, da lógica de mercado operando sem regras claras. Se a crescente abundância de possibilidades entusiasma investidores, é importante perceber o impacto social agregado, uma vez que o aprofundamento das desigualdades são outra consequência dessas

dinâmicas. Helena Sousa (2011) chama atenção para o fato de que tais impulsos tecnológicos consistem em inovações guiadas essencialmente por aquilo que as ferramentas digitais permitem, e não por uma clara noção do que é necessário ou desejado em âmbito de sociedade, valores coletivistas ou por preceitos éticos sobre os impactos de sua utilização.

Quando levamos em conta o caráter global que constitui esses fenômenos, como já apontava Mattelart (2005), percebemos que a conta das consequências de mercados com estruturas de concentração e competitividade cada vez mais acentuadas tem sido paga pelos mercados de países tidos como "subdesenvolvidos" ou "em desenvolvimento". O crescimento acelerado das gigantes do mercado, vinculado a ideia de um capitalismo mundial integrado, vem exigindo, dentre outros aspectos, o desmantelamento de políticas públicas, pressionando os Estados em sua soberania.

> Findo o imperialismo cultural, viva a globalização! A ideologia da globalização se asseptiza, entra na natureza das coisas, extrapolando para todo o globo uma visão de mundo própria dos grupos sociais integrados a seus benefícios. Apagou-se a interrogação sobre as novas modalidades da hegemonia cultural e do exercício da violência simbólica. Desse modo, está aberto o caminho para a crença no não-sentido das políticas públicas que buscam subtrair à livre troca o direito dos povos à diversidade cultural. (Mattelart, 2005, p. 106).

Por décadas o discurso neoliberal pregou, portanto, a ausência regulatória como meio de promover a liberdade do fluxo internacional de informações. Para além disso, a velocidade das inovações tecnológicas torna constantemente obsoletas as legislações vigentes para proteção de direitos de cidadania, agravando esse problema mundialmente, embora com impactos diferentes em países periféricos (Torquato, 2024). Marc Raboy (2005) entende que as soluções para esses impactos fazem sentido se pensadas em âmbito global, via códigos internacionais

regulando atividades comerciais da mídia, colocando limites para concentração no setor, observando o interesse público das diversas nações, como acesso equitativo e o financiamento institucional de mídias públicas, alternativas e sem fins lucrativos.

A discussão em âmbito internacional poderia ser uma retomada histórica fundamental para questionar a liberdade ilimitada das *Big Techs*. Empresas como Google, Amazon, Meta, Microsoft e Apple, por exemplo, têm seus ativos muito mais valorizados do que qualquer outra empresa do mundo, apresentando níveis de investimento capital e político bastante substanciais, o que torna cada vez mais impraticável a concorrência de empresas nacionais com seus serviços. O modelo de negócio dessas gigantes de tecnologia e inovação se baseia no acesso irrestrito, assim como processamento, armazenamento e análise, a dados de usuários (*big data*), o que é uma fonte inesgotável de monetização e oportunidades de investimento.

Se diversos especialistas e investidores do setor entendem a importância da intervenção regulatória, o *lobby* dessas empresas para que ele não aconteça é pesado, dado seu poder econômico sem precedentes. O nível de rentabilidade e poder político que a exploração de dados pessoais, de modo indiscriminado, tem gerado a essas empresas acentua a preocupação com o direito à privacidade dos usuários. A coleta desses dados frequentemente acontece sem transparência ou consentimento explícito, levantando questões éticas sobre vigilância, manipulação e também o que tem sido chamada de colonização digital, ou seja, quando essas informações são utilizadas para influenciar comportamentos e decisões, ameaçando a autonomia individual, a democracia e a soberania de países (Rodrigues, 2025).

Chiarini et. al (2023) elenca as tentativas legislativas como a União Europeia que aprovou o *Digital Markets Act*, os Estados Unidos,

a *Platform Competition and Opportunity Act* e *Ending Platform Monopolies Act*, e o Japão a *Act on Improving Transparency and Fairness of Digital Platforms*. O que essas legislações têm em comum são regras para constranger práticas abusivas frequentes no mercado das plataformas, como seu poder de "*gatekeeper*", que seria o controle sobre como os usuários usam as plataformas, e de "*self-preferencing*", que seria as vantagens na visualização preferencial de seus próprios conteúdos.

Especificamente sobre a proteção de direitos de privacidade em meio físico ou digital, no Brasil existe a Lei Geral de Proteção de Dados, LGPD (Lei n. 13.709/2018 e alterada pela Lei 13.853/2019), mas que precisa que haja auditoria constante sobre seu cumprimento, uma vez que ainda apresenta algumas brechas permissivas, e o Marco Civil da Internet (Lei n. 12.967/2014) como referência de princípios, direitos e deveres no uso do ambiente virtual. Existem, ainda em debate, também, o projeto de lei nº 2.630/2020 (das *fake News*) e o PL n. 2.768/2022 voltado ao funcionamento de mercados de plataformas digitais.

Na União Europeia a Lei de Serviços Digitais (DAS), de 2022, exige das plataformas que sejam transparentes sobre como seus algoritmos funcionam, no sentido de prevenir manipulações de informações e notícias. Já no que se refere ao mercado de *streaming*, a UE já trabalha na sua terceira versão de regulamentação desse serviço, uma vez que sua primeira legislação para o setor data de 1989, quando a Diretiva de Serviços de Mídia Audiovisual (AVMSD) foi criada. Uma das referências que a experiência europeia nos traz é o princípio da "neutralidade tecnológica" que compreende os serviços audiovisuais a despeito da plataforma de sua transmissão. "Essa adaptação permitiu que a diretiva, originalmente focada em televisão, passasse a abarcar os serviços de VoD, como Netflix e Amazon Prime, compreendendo o

crescente papel desses *players* na indústria audiovisual local." (Fernandes; Tinen, 2025, s/p).

No que se refere a produção nacional, a diretiva exige que ao menos 30% do material dos catálogos seja europeu, mas trazendo também o princípio da "proeminência de conteúdo", ou seja, a obrigatoriedade de assegurar destaque equitativo na divulgação dele ao público (Fernandes; Tinen, 2025). A contrapartida para a exploração desse serviço em território europeu também é definida de modo que as empresas são obrigadas a contribuir tanto diretamente para a produção de conteúdo, no financiamento de novas produções, como indiretamente com o pagamento de taxas para fundos de apoio a produção audiovisual local.

No caso do Brasil, o mercado de *streaming* passa por tentativas de regulamentação como o PL 2.331/2022, que prevê a incidência da Condecine sobre a receita bruta das plataformas, além de estabelecer cotas mínimas de exibição de conteúdos nacionais. No momento, a cota proposta seria de 5%, o que é bem abaixo do praticado, como vimos, em países europeus. Outro projeto é o PL 8.889/2017, que também busca incidir a Condecine, estabelecer cotas nacionais, com alíquotas que variam entre 1% a 6% sobre a receita das plataformas (Fernandes; Tinem, 2025).

Já no que se refere especificamente a Inteligência Artificial, dentre as referências internacionais legislativas de maior destaque está também a da União Europeia, pioneira com uma lei que classifica sistemas de inteligência artificial por nível de risco. Pela Lei da IA (Regulamento/UE 2024/1689)[6] existe, portanto, o "risco inaceitável" que é quando a tecnologia manipula os usuários de forma cognitivo-comportamental, algo estritamente proibido por ela. Há ainda a

[6] Disponível aqui.

exigência que as IAs generativas especifiquem se um conteúdo foi gerado por IA e quais dados foram usados para seu treinamento, respeitando direitos autorais. Além disso, essa legislação proíbe o uso de IA para vigilância em massa e manipulação social.

No caso do Brasil, o Projeto de Lei 2.338/2023, que estabelece diretrizes regulatórias para a IA, está em fase de aprovação entre Câmara dos Deputados e Senado. Dentre os pontos de destaque desse projeto está o princípio na centralidade na pessoa humana, respeitando seus direitos, igualdade, não discriminação e proteção de dados pessoais. Para além disso, este projeto também adota a classificação de riscos, estabelecendo requisitos rigorosos de supervisão humana, explicação das decisões automatizadas, responsabilização de desenvolvedores, além de criar o Sistema Nacional de Regulação e Governança de Inteligência Artificial (SIA), coordenado pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), para supervisionar a implementação da lei e garantir a conformidade com as diretrizes estabelecidas (BRASIL, 2023).

No que se refere a regulamentação das redes sociais, por sua vez, é interessante observar o quanto essa pauta tem ganhado a aprovação da opinião pública. Uma pesquisa realizada pelo IPESPE (2024), constatou que 70% da população brasileira é favorável à regulação de redes sociais, enquanto apenas 27% é contrária. Quando questionada sobre qual a ideia síntese mais associada à democracia, a amostragem estudada indica valores como a liberdade (40%), seguida de igualdade (22%) e de direitos (19%). O levantamento divulgado pela Nexus Pesquisa e Inteligência de Dados em janeiro de 2025 também confirma esse favoritismo, sendo que desta vez, seis em cada dez brasileiros defendem a regulação das redes sociais. Desses favoráveis, o equivalente a 29% do total condicionou sua defesa a uma regulação que não limitasse a liberdade de expressão das pessoas no ambiente virtual, enquanto outra parcela em valor quase idêntico, 28% do total, considera que

alguma restrição à liberdade é defensável para a eficiência dessa regulação (Nexus, 2025). de acordo com o pesquisador marcelo tokarski, essa defesa poderia ser ainda maior. "ou seja, na prática, os números mostram o forte efeito que a narrativa dos opositores, de que a regulação fere a liberdade de expressão, tem sobre importante parcela da população, reduzindo drasticamente o apoio à imposição de regras às redes sociais" (Nexus, 2025, s/p).

> A discussão sobre a regulação das redes sociais é um tema que divide a esquerda, favorável, e a direita, contrária. Por enquanto, podemos dizer que a narrativa da direita, de que qualquer regulação pode limitar a liberdade de expressão das pessoas, tem ocupado mais espaço no debate, convencendo a maioria da opinião pública. Para se mudar esse quadro, os defensores da regulação precisam encontrar meios de explicar para as pessoas que a regulação não pretende limitar a liberdade de expressão, mas sim combater conteúdos discriminatórios, falsos ou que contenham desinformação, o que é bem diferente (Nexus, 2025, s/p).

É notório nos dados da pesquisa que se torna crescente mediante a opinião pública a sensação de insegurança nesses ambientes assim como os efeitos alarmantes da perseguição de grupos vulneráveis. Mas é importante perceber a tática de retorno ao argumento de que regulação seria uma ameaça à liberdade de expressão como forma de permitir discursos extremos e práticas abusivas. Agora, com os problemas advindos das redes sociais, essa pauta retorna, mas, como visto, ainda lutando contra esse argumento agora apropriado pelo discurso conservador.

Regulação propositiva: democratização como capacitação e construção coletiva

Se os meios de comunicação são reconhecidos como atores centrais na mediação entre os cidadãos nas sociedades contemporâneas

e na promoção da liberdade de expressão, é essencial considerar com a devida atenção os impactos de sua exploração comercial sem restrições claras. O que aparentemente funciona às margens de leis defasadas, ou mesmo na ausência delas, especialmente em países periféricos, como vimos, está longe de ser inofensivo e já está apresentando violações relevantes de direitos.

Se existe uma prerrogativa internacional para a defesa da liberdade de expressão, de livre circulação de ideias, é possível perceber que está perdendo força diante da opinião pública a ideia de que esse exercício está acima de qualquer regra. Como afirma Emily Berman (2008), em contextos em que os valores democráticos não estão dados como consolidados, e os direitos sociais ainda não estão plenamente garantidos, o exercício de liberdade de expressão de empresas precisa ser monitorado por uma legislação incisiva. É praxe internacional, portanto, um Estado mais atuante em regulação, sendo até mesmo invasiva quando a situação é estruturalmente caótica ou desequilibrada (Mendel, Salomon, 2011; Sousa, 2011). A liberdade de indivíduos numa sociedade deve ser, portanto, uma conquista própria de processos de democratização e, não alheia a ela, por isso, precisa estar atrelada a dinâmicas de construção de normas e valores coletivistas.

Raboy (2005) traz o argumento de que no século XX desenvolve-se uma noção de que os meios de comunicação desempenham um papel fundamental na democratização das sociedades, ao criarem uma esfera pública por meio da qual os cidadãos poderiam tomar parte dos assuntos cívicos, no fortalecimento da identidade nacional e cultural, na promoção de expressões criativos e do diálogo. Por conta disso, afirma o autor:

> Em quase todos os setores nos quais a mídia era vista como essencial para esses valores, alguma forma de intervenção governamental era profundamente necessária para capacitar

> e facilitar o papel da mídia. Tão logo a produção da mídia começa a requerer maior grau de organização e mais recursos do que possam ser gerados em base artesanal, alguma forma de regulamentação estrutural foi profundamente necessária para assegurar que a mídia atendesse a um padrão mínimo de responsabilidade social (Raboy, 2005, p. 183).

De tal maneira, essa forma de estabelecer a limites normativos já tem sido feito, em maior ou menor, grau no âmbito internacional, como vimos. Vale ressaltar, porém, que para além de ações legislativas de inibição ou constrangimento de práticas nocivas, é indispensável se pensar também numa normatividade mais propositiva, ou seja, que convide a sociedade ao diálogo, e forme cidadãos capazes de participar da construção coletiva de valores sociais. Uma regulação propositiva pode ser vista, então, como um processo de mediação entre os interesses das empresas privadas e da sociedade civil, sendo dirigida pela legitimidade do Estado, mais no sentido da formulação coletiva de um modelo desejável à cidadania, como é comumente pensado, do que no estabelecimento de instrumentos de controle, somente.

Essa perspectiva vai ao encontro de Marc Raboy (2005) sobre o debate sobre mídia e democratização ter um foco duplo: o de democratização da mídia, como valor positivo em si mesmo, e o da ampliação do papel da mídia no processo de democratização das sociedades. Dialoga também com Cees Hamelink (1995) e sua reflexão sobre a necessidade de se pensar na democratização da mídia como parte de um debate mundial em que valores normativos precisam ser estabelecidos coletivamente. Neste sentido, a consolidação de regras para os setores midiáticos precisaria estar atrelada ao fomento de um "auto-empoderamento" dos cidadãos, ou seja, sua capacitação, via aumento de suas potencialidades de participação, com acesso a conhecimento, recursos, infraestruturas, capazes de habilita-lo para a participação cívica no debate público.

Esses elementos partem do pressuposto que a base da democracia é o cidadão livre e autônomo, capaz de desenvolver e contribuir socialmente, muito além do que reduzi-la a processos eleitorais. Como afirma Philip Lee (1995, p. 3): "Um pré-requisito da democracia, portanto, é a democratização da comunicação, que por sua vez requer o empoderamento do indivíduo." Portanto, um elemento chave para essa conquista é a educação do cidadão, ensinado a pensar democraticamente, questionando, acolhendo diferentes pontos de vista, tolerando diferentes valores e formas de alteridade.

Relegar esse papel educativo à uma mídia direcionada a interesses comerciais, portanto, é um risco permanente, pois ela tem continuamente servido de reforço de valores políticos liberais atualizados, ainda associados ao consumo, individualismo e valorização de sistemas culturais de manutenção de um *status quo*. Persiste, portanto, uma aparência de democracia nos sistemas existentes, especialmente quando eles parecem acolher as alteridades, em alguma medida, na criação fictícia de uma sociedade global. Existiria, porém, uma retórica de inclusão facilitada pelo acesso às versões gratuitas que vendem nossos dados, informações e preferências a anunciantes conscientes do quanto essa atenção gratuita é um mercado emergente para seus produtos, atualizando velhas formas de concentração de riqueza e influência política ao redor do mundo.

Considerações finais: quais os sentidos de se debater a democratização da comunicação?

Inovações tecnológicas constituem parte primordial da engrenagem de estímulo a consumo dentro dos mercados midiáticos. Amparados nesta lógica e num cenário que se prova consistentemente lucrativo, investimentos cada vez mais intensos enxergam o próximo avanço como a possibilidade de liderar o mercado internacional. Prova

disso é a disputa geopolítica pelo domínio do desenvolvimento das IAs por países como Estados Unidos e China, por exemplo. Dados coletivos, coletados de maneira obscura, tem orientado uma quantidade bastante massiva de informações sobre investimento e isso estimula o aprimoramento dessas tecnologias de forma integrada, com algoritmos mais avançados e códigos de programação sofisticados.

A configuração do mercado internacional prova a cada ano a máxima da concentração de lucros, somando às mãos de gigantes controladas por bilionários globais, o poder de captura institucional que se tornou tão simbolicamente visível na participação de seus líderes na cerimônia de posse do segundo mandato de Donald Trump como presidente dos EUA. As informações apresentadas aqui, e dispostas em diversos noticiários, dão conta do quanto o mercado não tem qualquer compromisso com os impactos sociais de avanços tecnológicos geram ao acentuar a desigualdade geopolítica entre os povos. Eles não são acompanhados de uma conscientização coletiva ou de um debate público consistente o que, especialmente em ambientes regulatórios cronicamente problemáticos. É notável observar que UE e outras potências têm conseguido se blindar legalmente, uma realidade que não existe em países periféricos, como os da América Latina. Trata-se de um território que tem se provado lucrativo para investimentos, oferecendo pouquíssimas restrições ou contrapartidas legais, padece, como sabemos, de dilemas estruturais crônicos. É interessante, inclusive, observar a mudança significativa de postura de empresas nacionais de comunicação, que historicamente se colocavam contrárias a regulação de Estado, agora defendendo-a no intuito de evitar maiores prejuízos mediante a concorrência desleal com grandes corporações internacionais.

É nesse cenário de disputas de lucratividade tão acentuada, que parece leviano esperar que códigos éticos de conduta sejam o suficiente

para constranger práticas ameaçadoras a regimes democráticos, especialmente os mais frágeis, assim como a responsabilização de desenvolvedoras com tecnologias tão inovadoras quanto as inteligências artificiais. O desenvolvimento de tecnologias responsáveis para a sociedade só é possível se acompanhado do monitoramento coletivo dos agentes interessados, assim como pelo engajamento cívico. Esse tipo de proposta pode ser possível via articulação de políticas construtivas, como aqui chamamos de regulação propositiva, no sentido de criar processos de educação dos cidadãos para os novos ecossistemas digitais e tecnologias emergentes, formando para desenvolvimento, programação, e também formação crítica, para que seja célula de monitoramento ativo dessas dinâmicas. Exemplo disso é que as pesquisas sobre discursos de ódio aqui apresentadas foram essencialmente realizadas por iniciativas da sociedade civil, algo que deveria ser institucionalmente realizado pelo Estado ou por agências reguladoras criadas por ele.

No que se refere aos sentidos deste debate, é possível perceber nesse breve levantamento de atualização, indícios que apontam a permanência das dimensões apresentadas em Torquato (2024). É notável o quanto a dimensão *normativa/ideológica* tem sido usada em diversos discursos defensores de regras para orientar mídia no sentido de defender sistemas e valores democráticos. O caráter *processual* também se faz presente, mostrando a continuidade dessa dinâmica, tensionada constantemente pela atualização tecnológica provocadora de desigualdades e desestruturação. O caráter *ativista* se faz presente justamente pelo imperativo de uma sociedade civil potencializada para uma defesa real dos direitos civis, políticos e sociais. Já as dimensões *contextual* e *regulamentar* também se mantêm, especialmente, no levantamento apresentado, a partir da observação de que regulação midiática para proteger a cidadania do mercado das plataformas, é

privilégio de países que ainda conseguem ter soberania para tal. E, por fim, a dimensão *global*, também se faz presente nos argumentos sobre o quanto os problemas estão postos mundialmente, ainda que em perspectivas acentuadamente díspares, em função dos territórios de exploração que países periféricos ainda representam nessa geopolítica.

Vislumbrar possibilidades de democratização de setores de mídia e, por conseguinte, da sociedade, requer um debate que ao mesmo tempo seja global e local, considerando particularidades, mas também numa frente internacional de resistência, especialmente para amparar aqueles cuja soberania regulatória encontra-se tão ameaçada.

Referências

BRASIL. **Projeto de Lei nº 2.338, de 2023**. Estabelece princípios, direitos e deveres para o uso da inteligência artificial no Brasil. Brasília, Senado Federal, 2023. Disponível em: https://tinyurl.com/4m6ysvte. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. NA AMÉRICA Latina, o Brasil lidera o consumo de streaming, mas enfrenta desafios de representatividade de conteúdo nacional. **Ministério da Cultura**. 15 out 2024. Disponível em: https://tinyurl.com/5npub5vu. Acesso em: 27.abr 25.

CHIARINI, T.; ROCHA, D. C. O. V.; PRADO, L. C.T. Regulação de mercados mediados por plataformas digitais no Brasil. **IPEA**. 21 ago 23. Disponível em: https://tinyurl.com/rn5rj3ca . Acesso em: 17 mai 2023.

CONSELHO DISCUTE regulamentação do streaming para fortalecer audiovisual. **Agência Câmara de Notícias**. 07 abr. 2025. Disponível em: https://tinyurl.com/ev899m92. Acesso em: 27.abr 25.

DENÚNCIAS DE CRIMES envolvendo discurso de ódio nas redes sociais triplicaram nos últimos 6 anos, aponta levantamento. **Jornal Nacional**. 1 mai 2023. Disponível em https://tinyurl.com/4f58vxrv. Acesso em: 25.abr 2025.

ESTUDO DO SENADO aponta atraso da regulação do streaming no Brasil. **Congresso em Foco**. 02 mar 2025. Disponível em: https://tinyurl.com/y7swt763. Acesso em: 27.abr 25.

F5 NETWORKS. Generative AI is rewriting the rules for automated traffic. F5, [s.l.], 28 mar. 2025. Disponível em: https://tinyurl.com/ynb8fcms Acesso em: 26 abr. 2025.

FERNANDES, M. R.; TINEN, P. Streaming no Brasil: Regulamentar não é censurar, é valorizar nosso cinema. **Mídia Ninja**. 22 abr 25, Disponível em: https://tinyurl.com/345h2jpk. Acesso em: 17 mai 2023.

GALLACCI, Fábio. ChildFund Brasil apresenta, na Alesp, pesquisa sobre riscos da internet para crianças e adolescentes. **Alesp Notícias**. 16 mai 2025. Disponível em: https://tinyurl.com/frsk295y. Acesso em: 16 mai 2025.

GHAOURI, O. Inteligência Artificial vai afetar 40% dos empregos em todo o mundo. **Rádio Agência**. 17 jan 2024. Disponível em: https://tinyurl.com/yeze497y. Acesso em: 26.abr 25.

HAMELINK, Cees, J. The democratic ideal and its enemies. In LEE, Philip (org.). **The democratization of communication**. University of Wales Press, 1995.

HELENA, Tory. Qual o impacto de conteúdos violentos nas redes sociais para as juventudes? **Educação e Território**. 1 mar 2024. Disponível em: https://tinyurl.com/3ebmb9an . Acesso em: 25.abr 2025.

IA generativa: impactos, aplicações e ética na transformação digital. Próximo Nível/ Embratel. 21 mar 2025. Disponível em: https://proximonivel.embratel.com.br/o-que-e-ia-generativa/. Acesso em: 26.abr 25.

IPESPE – Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas. **A democracia que temos e a democracia que queremos**. Dez. 2024. Disponível em: https://tinyurl.com/566zs4u6. Acesso em: 26 abr. 2025.

LEE, Philip. Introduction: The illusion of democracy. In LEE, Philip (org.). **The democratization of communication.** University of Wales Press, 1995.

LIMA, Kevin; CUNHA, Marcela. Juristas e ex-ministros lançam manifesto que pede regras para redes sociais. **Portal G1**, 24 abr 2025. Disponível em https://tinyurl.com/5dc9enr3. Acesso em: 25.abr 25.

MARTINS, M. É passada a hora de se regular os serviços de streaming de vídeo no Brasil. **Teletime**. 07 mar 2025. Disponível em: https://tinyurl.com/5h5pt9h6. Acesso em: 27.abr 25.

MATTELART, A. **Diversidade cultural e mundialização**. São Paulo: Parábola, 2005.

MAXIMO, Wellton. Mulheres concentram 60% de casos de racismo pela internet no Brasil. **Agência Brasil**. 23 out 2023. Disponível em: https://tinyurl.com/kknpeaxm. Acesso em: 25.abr 2025.

MENDEL, T.; SALOMON, E. Liberdade de expressão e regulação da radiodifusão. **Debates** CI, Unesco, n.8, 2011.

NEXUS – Pesquisa e Inteligência de Dados. 6 em cada 10 apoiam a regulamentação das redes sociais. **Nexus**, jan 2025. Disponível em: https://tinyurl.com/2xmab8sj Acesso em: 26 abr. 2025

PET Sistemas de Informação. **A teoria da internet morta:** estamos cercados por bots. UFSM - PET Sistemas de Informação, 7 mar. 2025. Disponível em: https://tinyurl.com/57s7hu9u Acesso em: 26 abr. 2025.

RABOY, M. Mídia e Democratizacão na Sociedade da Informacão. *In:* MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. **Direitos à Comunicacão na Sociedade da Informacão**. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.

RELATÓRIO da Imperva 2025 sobre bots maliciosos aponta que o tráfego automatizado superou o humano. **Crypto ID**, 22 abr. 2025. Disponível em: https://tinyurl.com/4bamkrdy Acesso em: 26 abr. 2025

RODRIGUES, Leo. MinC quer streaming público e regulação de plataformas em 2025. **Agência Brasil**. 29 jan 2025. Disponível em: https://tinyurl.com/ebfhck6w . Acesso em: 27.abr 25.

SANTINI, Marie. Máquinas de Opinião: Propaganda Computacional, Contágio e Desinformação nas Redes Sociais. In SALDANHA, G.; CASTRO, P. C.; PIMENTA, R. M. **Ciência da Informação**: Sociedade, Crítica e Inovação (Coleção PPGCI - 50 Anos). Rio de janeiro: IBICT, 2022. Disponível em: https://tinyurl.com/2bsma6na. Acesso em: 26 mar. 2025.

SANTINI, R. M.; SALLES, D.; BELIN, L; BELISÁRIO, A; MATTOS, B; MEDEIROS, S G.; MELLO, D; GRAEL, F; SEADE, R; BORGES, A; MURAKAMI, L; CARDOSO, R; DAU, E; LOUREIRO, F; YONESHIGUE, B; CARMO, V.; MAIA, F. **"Aprenda a evitar 'esse tipo' de mulher":** estratégias discursivas e monetização da misoginia no YouTube. Rio de Janeiro:

NetLab (UFRJ), dez 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/55vkw3cu>. Acesso em: 25.abr 2025.

SERASA. **Serviços de streaming de filmes e séries já fazem parte do orçamento de 79% dos brasileiros.** 15 ago 2024. Disponível em: https://tinyurl.com/3zcyh7ac. Acesso em: 27.abr 25.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico**: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2022.

SOARES, Amauri. Não dá para ter só uma parte do mercado regulado, diz diretor da Globo sobre os serviços de streaming e IA. Entrevistador: Mauricio Stycer**. Folha de São Paulo.** 27.abr.2025. Disponível em: https://tinyurl.com/3k94z7tz. Acesso em: 27.abr 25.

SOUSA, Helena. Regular para a liberdade: o caso português. **Derecho a Comunicar**. N.1 Enero -Abril 2011.

STAIN VELASCO, Jose Luis. Los Medios em la democracia y adversidades. *In:* **Democracia y medios de comunicación**. México: UNAM-Instituto de Investigaciones Jurídicas, 2005.

TORQUATO, Chalini. **Democratização da Comunicação**: o desafio de pensar uma mídia que fortaleça a cidadania. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2024. Disponível em: https://tinyurl.com/4a6393k2. Acesso em 19 mai 2025.

TEIXEIRA, L. B. Transparência algorítmica em soluções utilizadas por governos mundo afora, e o contexto Brasil. **Revista de Tecnologia Aplicada**, v.10, n.2, mai-ago 2021, p. 3-11. Disponível em https://tinyurl.com/24acyj6n. Acesso em: 26.abr 25.

Mais que um eletrodoméstico, um centro de poder: apontamentos metodológicos para a análise do papel político da televisão aberta no Brasil[1]

Janaine Aires

Qualquer pesquisa dedicada a observar a televisão brasileira a partir de uma perspectiva nacional enfrenta desafios imensos, considerando-se o vasto volume de produção e a extensão continental do país. Contudo, tais desafios não devem ser vistos como insuperáveis, pois sem enfrentá-los, perderíamos a compreensão da centralidade política e cultural que a televisão aberta ainda ocupa.

Itania Maria Gomes (2014) sugere que o não reconhecimento da produção televisiva como patrimônio cultural nacional pode ser explicado pelo contexto paradoxal do surgimento da televisão no Brasil, pela falta de legitimidade da TV entre as elites intelectuais e pela fragilidade de sua aceitação acadêmica. Apesar de sua importância cultural, econômica e política, a televisão brasileira não obteve o devido reconhecimento cultural.

O estudo da televisão no Brasil é caracterizado por conflitos conceituais que refletem questões de classe e desigualdades regionais,

[1] Trata-se da versão ampliada e revista do trabalho apresentado no DT 8 – Estudos interdisciplinares | GP Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

além de uma significativa invisibilidade como objeto de estudo nos fenômenos políticos recentes. Contudo, essa realidade contraria a importância social, política e cultural da televisão no país. Mesmo que seja considerado antiquado admitir que se assiste e estuda televisão aberta, esse é um passo essencial.

Um indicador dessa invisibilidade é encontrado nos Anais da Compós, a principal associação de programas de pós-graduação em comunicação. Na última década, os estudos que investigaram as intersecções entre política e televisão aberta perderam espaço para as pesquisas sobre as relações entre política e redes sociais. Ao analisar a produção apresentada entre 2009 e 2019 nos Grupos de Trabalho "Comunicação e Política" e "Estudos de Televisão", identificamos que, durante toda a década, o tema teve um papel secundário na agenda de debates: apenas 7 dos 200 artigos apresentados nos dois GTs adotaram objetos de estudo relacionados a essa interface, representando apenas 3,5% do total.

Nos últimos cinco anos, essa tendência se intensificou: apenas um artigo abordou diretamente essa interface, refletindo sobre a cobertura de escândalos políticos pelo Jornal Nacional em 2018 (Fernandes, Chagas e Oliveira, 2018). Esses dados revelam uma lacuna preocupante: como explicar a escassez de investigações sobre a televisão aberta e a política na agenda de pesquisas de comunicação brasileiras? Não é possível negligenciar o papel político, simbólico e cultural da televisão aberta no Brasil em nenhum momento histórico.

Embora as principais emissoras brasileiras estejam concentradas no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, a televisão aberta é composta por diferentes camadas de produção e recepção. Existem numerosos exemplos de experiências televisivas bem-sucedidas que, apesar de longevas e de alcance significativo, permanecem academicamente desconhecidas. A tendência é que essas experiências sejam ainda mais

negligenciadas com a migração das pesquisas para o *streaming*, as narrativas transmidiáticas e as novas formas de consumo, agora globais, móveis e portáteis.

Enfrentamos um desafio deontológico ao retomarmos a discussão sobre o lugar da televisão aberta na ecologia audiovisual brasileira. É importante ressaltar que não buscamos desqualificar a guinada temática dos debates na última década, nem superestimar o papel da radiodifusão aberta. Nosso objetivo é defender a televisão aberta como um meio estético e político central, que inclusive alimenta estratégias comunicacionais digitais aparentemente distantes do cotidiano das inúmeras emissoras de televisão. A premissa é que, mesmo com a migração em termos de audiência, o cotidiano nacional ainda é profundamente influenciado pela produção da radiodifusão mais capilar.

Neste capítulo, pretendemos discutir aspectos metodológicos sobre a televisão aberta brasileira e seus impactos políticos, destacando a importância de refletir sobre a estrutura e sua associação ao debate sobre conteúdo em análises que de fato possam contemplar as dimensões nacionais. Nosso percurso inicial discute as relações indissociáveis entre comunicação e política, refletindo sobre os desafios práticos para o monitoramento. Também abordamos as dicotomias conceituais que precisam ser superadas na análise da televisão aberta no Brasil. Em seguida, analisamos o caráter multidimensional da produção e da linguagem televisiva, refletindo sobre os gêneros, as formas e os formatos da produção televisiva e política no país. Nossa proposta teórico-metodológica, apresentada ao longo das seções deste artigo, transita entre referenciais e instrumentos de análise da comunicação política, das políticas de comunicação e da economia política da comunicação.

A consubstancialidade da comunicação e da política

É fundamental considerar que a estrutura acadêmica brasileira imprime contornos na agenda de investigação sobre o tema. Porém, a conjuntura política também impõe desafios à agenda de debates, muitas vezes exigindo uma prioridade de reflexões. Antes de avançarmos aqui, cabe destacar a compreensão abrangente sobre a política que nos orienta neste trabalho. Entendemos a política para além das questões eleitorais e partidárias. Ao analisar as inter-relações entre comunicação e política nas pesquisas de comunicação no Brasil, entre às décadas de 1970 e 1990, Sérgio Capparelli (1997) identificou que o arranjo dado aos dois termos reflete momentos históricos diferentes e que a hegemonia de um ou de outro arranjo sinalizaria prioridades dentro do campo de estudos.

Sob seu ponto de vista, podem ser identificadas três tendências gerais: comunicação política; comunicação e política; e políticas de comunicação. No primeiro caso, a política surge como um atributo da comunicação, ou seja, como seu conteúdo. No segundo tipo de arranjo, sugere-se que a comunicação e a política caminhariam paralelamente, como *campos sociais* de mútua dependência; O terceiro, por sua vez, transforma a comunicação em objeto de uma prática que se encontra fora dela (Capparrelli, 1997, p. 148).

Nos três arranjos hegemônicos citados, a comunicação e a política jamais podem ser entendidas de forma independente. Por isso, Capparelli entende que metodologicamente o ideal seria confrontar os resultados da análise das políticas de comunicação amparando-se também nos produtos com suas formas socialmente determinadas de recepção, uma vez que "fixar-se apenas em um dos eixos é perder de vista o movimento dialético da singularidade ao geral, do geral à singularidade" (idem, 1997, p. 148). Como ele, entendemos que a partir de um contexto dinâmico e não estático, a relação entre ambas é de fusão.

A primeira tendência verificada entre os anos 1970 e 1980 não dissociava a política e a comunicação, observando cada uma a partir de suas dimensões institucionais. O contexto da ditadura civil-militar para a qual a comunicação, especialmente a radiodifusão, teve papel central em sua manutenção, colaborou enormemente para a constituição desta característica. A segunda, a partir dos 1980 e hegemônica nos anos 1990, marcada pela reabertura política, reconhece a consubstancialidade de ambas e o posicionamento engajado passa a caracterizar esta área. A consubstancialidade entre a comunicação e a política se estendia ao pesquisador, à política e à pesquisa, por isso, o debate pressupunha também posição de engajamento em torno da luta pela democratização da comunicação. Ainda segundo o estudo de Capparelli (1997), a partir de 1989, após a intensa mobilização em torno do capítulo da Comunicação Social na Constituinte de 1988, esta área perde terreno paulatinamente para a Economia Política da Comunicação. Esta realidade se acelera com o debate sobre a convergência das telecomunicações e da comunicação.

Diferentes variáveis complexificam ainda mais o contexto de análise sobre as relações entre comunicação e política que temos hoje. No começo desta década, como citamos, verifica-se um direcionamento do foco das investigações para as relações entre internet e política (Aldé; Bastos Santos; Chagas, 2013). O debate sobre o papel político da radiodifusão se fragiliza. É preciso considerar também a paulatina redução da disputa em torno do horário gratuito eleitoral, cada vez menos determinante na disputa partidária; os novos modelos de consumo televisivo e a influência algorítmica na pauta e na formulação de formas de sociabilidade, de inteligibilidade e, sobretudo, de valores.

Porém, uma pergunta que comumente se apresenta quando analisamos o fenômeno dos programas populares como espaços políticos, por exemplo, busca saber o que move milhares de pessoas a

depositar confiança e lealdade a personagens como apresentadores de televisão associados a condutas antiéticas de apuração e de duvidosa credibilidade pela crítica especializada. A resposta que comumente se oferece aponta para a existência de um tipo de consciência, compartilhada entre parcela significativa da audiência televisiva no Brasil, resultante do esvaziamento político, da não educação para a defesa de direitos e da redução da cidadania ao exercício do voto.

Tomamos de empréstimo dos estudos das Políticas de Comunicação e da Economia Política da Comunicação, o conceito de sistema de coronelismo Eletrônico (Santos, 2015; Aires e Santos, 2017) que nos auxilia a entender a característica notória da facilidade de acesso dos interesses políticos à programação televisiva e radiofônica brasileira. Observar a televisão aberta no Brasil a partir das relações clientelares também nos parece coerente como estratégia para contemplar os aparatos de construção discursivos e ideológicos da política e sua dinâmica de circulação.

Entendemos clientelismo como "relações informais de intercâmbio recíproco e mutuamente benéfico de favores entre dois sujeitos, baseadas em uma amizade instrumental, desigualdade, diferença de poder e controle de recursos" (Cruz, 2004, p. 127). Ter a dimensão do papel que a mídia ocupa no âmbito das redes clientelares (se estas mostram uma estrutura particular ou se estão unidas a contextos institucionais mais amplos) e quais são os intercâmbios promovidos (o grau de reciprocidade, a evolução dos intercâmbios e o grau em que os atores decidem moderar sua conduta reconhecendo elementos sociais e morais) (Cruz, 2004, p. 127), apresenta-se como um passo fundamental.

No entanto, é preciso reconhecer o papel simbólico desempenhado pelo rádio e pela televisão no Brasil. Analisar as relações clientelares que possam existir entre nossa radiodifusão e seu público

apenas observando-a como mais um dos pilares da dominação oligárquica é um erro. É fato que a televisão aberta tem um papel central no reforço e na perpetuação do domínio das elites políticas tradicionais no Brasil. No entanto, os laços afetivos que cimentam estes pilares são por vezes negligenciados. Javier Auyero destaca que preocupar-se com o caráter antidemocrático do intercâmbio de votos por favores, por exemplo, reduz a nossa capacidade de dar conta de um elemento essencial: ainda que nem sempre cooperativamente construídas, estas redes clientelares resultam de outras redes preexistentes e representações culturais compartilhadas e se constituem como elementos centrais na vida diária de pessoas que vivem em situação de extrema privação material (Auyero, 2001, p.29).

Como tática para mitigar a situação de privação material e muitas vezes afetiva, o clientelismo também favorece o estabelecimento de uma rede política voltada à resolução de problemas centrada na figura de um mediador. A televisão no Brasil é reconhecida neste espaço de mediação (Guareschi, Dias e Hartmann, 2007). Freire Filho (2009) observa esta característica como basilar para interpretarmos a força que programas de auditório ainda representam na cultura brasileira. O que se denomina como filantropia televisiva tem impacto direto nos formatos audiovisuais adotados, sobretudo na narrativa política de esvaziamento do Estado. Na conjuntura de uma sociedade atravessada pelas lógicas midiáticas, os meios de comunicação são espaços privilegiados na acumulação deste capital social. Por isso, na análise sobre os vínculos entre televisão aberta e política no Brasil, não podemos desconsiderar a quantidade acumulada de capital social para o exercício político midiático. Em resumo, entendemos que a televisão brasileira é reconhecida como determinante mediadora na rede de resolução de problemas sociais, constituindo-se assim como um dos círculos de forma

irregular, de trabalho simbólico, que transformam relações de poder em formas de cuidado.

Fragilidades e dicotomias conceituais

Por outro lado, a ausência de uma tradição de transparência é empecilho para diferentes áreas de pesquisa e, na comunicação, esta característica também se faz presente, apesar de uma aparente facilidade no acesso, já que poderíamos mergulhar nesse universo com um simples toque em nossos controles remotos. Estudar a televisão aberta no Brasil não é uma tarefa nada simples e ainda mais no que se refere à diversidade de interações com a política brasileira. A falta de transparência nos dados que mecanismos públicos de controle da radiodifusão deveriam se ocupar é de elevado grau. São frágeis e insuficientes as informações sobre propriedade, sobre fundação e sobre o alcance das emissoras em todo o país (Santos, 2015, Aires e Santos, 2017).

Associa-se a isso a dificuldade no levantamento de informações e de acompanhamento da programação. Muito embora, a veiculação de conteúdos em redes sociais e a transmissão simultânea em diferentes plataformas possam colaborar, é fato que a cultura digital não alcançou parte significativa de nossas empresas de televisão. O caráter voluntário de disponibilização do conteúdo nestas redes pelas empresas também altera o que se veicula. Portanto, o conteúdo que se analisa ali nem sempre reproduz com fidedignidade o que foi veiculado nas telas da TV [2]. Contraditoriamente, a ausência de um registro público do

[2] É grave este apagamento simbólico da televisão aberta no Brasil. Trata-se de mais uma expressão da fragilidade dos mecanismos de preservação da memória nacional. É inegável a importância do rádio e da televisão na história do país, mas não existem critérios públicos que resguardem, conservem e organizem este tipo de produção. A ausência de registros públicos dificulta não somente a possibilidade de pesquisar o conteúdo exibido de fato, mas também a aplicação de políticas públicas de controle social dos meios de comunicação, propiciando inúmeras violações de direitos humanos e outros episódios de desrespeito ao já obsoleto marco

conteúdo veiculado pelas emissoras a torna ainda mais secreta. A televisão aberta é bastante vista, mas pouco vigiada.

Há de se considerar também a expressiva quantidade de informações que são restritas e resguardadas para preservar interesses comerciais e, neste caso, não se trata de exclusividade brasileira necessariamente. No entanto, completa-se essa caixa-preta com uma dimensão fundamentalmente nacional: as complexas redes de associação partidária, religiosa e política, o arrendamento ilegal, a lavagem de dinheiro e a sonegação de impostos aos quais os negócios de mídia estão vinculados no Brasil favorecem uma cultura de ocultação de dados essenciais para a pesquisa sobre nossa estrutura midiática.

Tal marginalidade das análises sobre a televisão, como sugerem Jesus Martín-Barbero e Germán Rey (2004), reproduz de um lado o papel rígido e reduzido que parte da crítica deposita à televisão, entendendo-a como espaço da incultura e, de outro, um também nocivo encantamento que inviabiliza a reflexão crítica. É estratégica e indispensável, a denúncia da cumplicidade da televisão sobre sua capacidade e sua contribuição nas diferentes formas de manipulação do poder, bem como os seus mais sórdidos interesses mercantis. No entanto, segundo os autores, é fundamental reconhecer o lugar estratégico que a televisão ocupa nas dinâmicas da cultura cotidiana das maiorias, na transformação da sensibilidade, nos modos de construir imaginários e identidades (Martín-Barbero; Rey, 2004, p.26). Elencamos cinco variáveis que colaboram para a consolidação do cenário de relativa marginalidade da televisão aberta que estamos apontando neste trabalho, a saber: 1) A *escassa tradição de reflexão sobre*

---

regulatório da área, o Código Brasileiro de Telecomunicações de 1963. Cabe citar também que realidade não se aplica por completo a tv por assinatura que, em virtude das regras estabelecidas pela 12.485 de 2011, devem manter atualizadas a relação de identificação dos profissionais envolvidos em suas produções, bem como dados de sua programação, mesmo que também não existam arquivos audiovisuais compartilhados.

a realidade brasileira; 2.) A *importação de lógicas regulatórias de modelos estrangeiros; 3) A concentração regional da produção acadêmica no Brasil; 4) A análise fragmentada da produção; e 5) A ausência de efetivo monitoramento.*

Conforme destaca Muniz Sodré, é corrente a incorporação acrítica de formulações estrangeiras para a interpretação sobre especificidades locais (Sodré, 2010) especialmente, no que se refere à linguagem televisiva. A segunda se apresenta especialmente na importação de lógicas regulatórias de modelos estrangeiros, que configura uma relação ímpar de dependência (Brittos e Bolaño, 2007) na radiodifusão brasileira e a fragilidade na constituição de nosso mercado de comunicação. Essa lógica de dependência fomenta também a adoção de critérios regulatórios que não dialogam com os fenômenos locais. Esta importação implica na utopia de construir em nosso país modelos regulatórios comunicacionais adequados para realidades europeias, por exemplo, mas que não são possíveis no âmbito da produção televisiva brasileira.

De certa forma, também observamos uma relação desta característica com as noções contraditórias de *qualidade televisiva* (Pujadas, 2013). Aparentemente neutro, este conceito é, segundo Eva Pujadas (2013), um espaço de disputa acadêmica, política e profissional, que compreende quatro grandes temas: 1) um conjunto mais ou menos complexo da regulamentação televisiva; 2) condições estruturais nas quais podem emergir determinadas práticas de qualidade; 3) a qualidade da programação, do ponto de vista horizontal e vertical; e 4) a qualidade das cadeias televisivas (2013, pp.237-239). Ao apontar a invisibilidade da televisão aberta na produção acadêmica mais recente, também acreditamos existir uma noção de "qualidade de objeto de pesquisa" que recuse produtos televisivos mais populares como *SuperPop*, de Luciana

Gimenez, da RedeTV! Pânico na TV, extinto da Band; e mesmo *Boa Noite com Alexandre Frota*, da Rede Brasil como objetos de estudo da política, embora estejam diretamente ligados a ela.

Em estudo sobre as mídias regionais do Brasil, Pâmela Pinto (2017) critica a existência de um olhar pejorativo sobre a mídia regional. Enquadrar-se-ia a mídia produzida fora do eixo Rio – São Paulo como inferior e não-competitiva, de modo a consolidar uma visão dicotômica entre as produções nacionais e locais. A primeira observada sobre critérios industriais e a segunda como representação artesanal do fazer comunicativo. A autora sugere um deslocamento metodológico que contemple o nacional de modo mais simétrico e diverso, associando estratégias de análise *superlocais* e regionais. Concordamos com a autora, quando esta associa esta característica à acentuada assimetria em que se classificam como representantes do nacional, experiências de comunicação concentradas na região sudeste (Pinto, 2017).

A principal consequência disto é um olhar dicotomizado sobre o fenômeno televisivo em que as formulações conceituais podem ser observadas sob dois lados diametralmente opostos. Um bom exemplo é a oposição largamente difundida entre "jornalismo de referência" *versus*" jornalismo sensacionalista", criticada por Márcia Franz Amaral, para quem esta dicotomia é inoperante (Amaral, 2003; 2006). O mesmo na oposição entre populismo e neopopulismo. Entre jornalismo e entretenimento. Padrão Globo de jornalismo e a "inexistência" de outros padrões de produção. Telejornal versus programa etc.

No entanto, apontamos mais duas variáveis que colaboram para este cenário, a primeira vista pode-se entender como um fenômeno natural, dada as dificuldades práticas para o estudo da televisão no Brasil que citamos anteriormente. Analisa-se a televisão aberta a partir dos fragmentos de sua linguagem. A maior parte dos exercícios de pesquisa analisam quadros e programas específicos. São diminutas as pesquisas

comparativas entre programas e mesmo análises mais completas do fluxo televisivo.

Em tempos de televisão por demanda, dispositivos móveis e segmentação pode parecer obsoleto propor uma estrutura metodológica que contemple em maior ou menor medida o olhar sobre o fluxo televisivo (Williams, 2015). No entanto, quando apontamos a interface entre televisão aberta e política esta é uma tarefa alicerçadora. O diálogo entre quadros, blocos e programas é crucial para a identificação do discurso político, que sob nenhuma hipótese está encarcerado na produção jornalística.

Por um olhar menos taxonômico dos gêneros, formas e formatos da televisão brasileira

A retomada de uma obra quase cinco décadas depois de lançada pela primeira vez é sintomática, especialmente quando falamos de reflexões sobre as tecnologias. Televisão de Raymond Williams (2015), inicialmente lançado em 1965, colabora para uma percepção mais complexa sobre uma máquina que já adotou diferentes formatos, mas está muito longe de se tornar obsoleta, conforme destaca o trecho abaixo de Itania Gomes e Elton Antunes:

> Williams ajudou a formatar a perspectiva de uma crítica cultural que busca recuperar a complexa rede de relações sociais, políticas, econômicas, que é pré-requisito para a produção do trabalho. Os estudos culturais reconhecem que as relações entre cultura e tecnologia são relações de poder, em especial quando se trata de tecnologias da comunicação. Mas a ênfase nos processos de produção de sentido na cultura permite rejeitar a abordagem tecnologicamente determinista, com seu duplo desdobramento – seja certo pensamento tecnofóbico, seja o mito da revolução tecnológica – e observar as apropriações cotidianas das tecnologias. Entretanto, se o destaque dado ao modo como

> produzimos sentido em nossas práticas da vida cotidiana leva a considerar a diversidade de apropriações, o procedimento de examinar tais práticas do ponto de vista da sua articulação com as relações de poder serve de antídoto contra qualquer populismo, político ou cultural. (Antunes; Gomes, 2019, p.14).

Observa-se que, para Williams, a narrativa é enunciada para além dos seus fragmentos, mas como uma relação social que se estabelece especialmente através da justaposição de unidades que se encaixam mutuamente de modo rítmico e fortemente articulado, entrelaçando gêneros, formas e formatos. Incorporada no contexto familiar, a narrativa televisiva se elabora nesta relação de encadeamento. Tal perspectiva permanece importante também para compreendermos a fase de transição e a incorporação de novos atores no processo de produção audiovisual. A natureza desta relação social que se engendra a partir da linguagem audiovisual e seus formatos é multidimensional e deve ser pensada considerando a articulação de diferentes camadas e linguagens.

Desta forma, tentamos demonstrar a importância de articular um olhar sobre este encadeamento narrativo próprio da produção televisiva. A narrativa política se desvela nessa relação constante de sequenciamento. Um olhar sobre o fluxo nos permite analisar de modo mais equilibrado os aparatos de produção discursiva e ideológica e concomitantemente, reconhecer "que quando analisamos as brechas, as gretas por onde circula o discurso político mais formalizado e regularizado estamos vendo de que maneira o poder se traveste nessa espécie de zona liberada onde, mesmo quando não fala o aparato, sempre fala o sistema" (Capparelli, 1997, p. 162).

Por fim, elegemos como última variável, refletir sobre certa tradição intelectual de não acompanhamento da programação televisiva. A larga tradição de pesquisa sobre o jornalismo impresso em

contraste com a baixa cultura de consumo e circulação deste tipo de conteúdo no país é indicativa de uma tradição de pesquisa que secundariza a produção televisiva. O monitoramento de mídia está em sua maioria sob cuidados de setores comerciais de radioescuta/*clipping* de empresas privadas e de setores de movimentos sociais que lutam em prol do combate a violações de direitos humanos. Observa-se que nestes casos o monitoramento é focado na busca de conteúdo de interesse comercial e de outro lado o foco busca identificar as inúmeras violações pontualmente.

Por outro lado, Ancine se apoia no modelo classificatório e regionalmente concentrado. A análise da programação da TV aberta (2017) foi elaborada considerando cinco grandes emissoras e a programação de São Paulo e através das informações de catálogo, ou seja, há uma grave concentração regional, assimétrica e dos gêneros analisados sem monitoramento direto do conteúdo. Como falar do audiovisual sem analisá-lo? Assim, concluiu-se neste relatório que cerca de 21% de todo o conteúdo veiculado no Brasil é do gênero religioso, classificado a partir do formato de Igreja Eletrônica, já obsoleto para definir as entidades religiosas que atuam midiaticamente. Do ponto de vista da formulação de políticas públicas tal aspecto é preocupante.

Entendemos que sem assistir, não se pode criticar. Por isso, cabe associar o acompanhamento despretensioso do telespectador ao olhar mais sistemático do pesquisador como um duplo exercício. Isso colaboraria de um lado com uma ruptura com os transplantes teórico-metodológicos que aplicam conceitos elaborados a partir de análises de objetos de estudo midiáticos, como jornais impressos, por exemplo, e de outro auxiliaria a identificar a complexidade das relações políticas no seio de nossa programação. Habituar-se à dinâmica cultural da produção televisiva nacional pode resultar também em um tratamento dos programas populares, por exemplo, como objetos de estudo de

qualidade e não exóticos. Esta medida pode auxiliar na investigação da complexidade das relações sociais que atravessam o cotidiano da televisão no país e na ruptura das dicotomias conceituais que a nosso ver são prejudiciais, conforme argumentamos até aqui.

Apontamentos finais

Concluímos que a análise dos gêneros, formas e formatos da televisão brasileira deve transcender uma abordagem meramente taxonômica, adotando uma perspectiva que reconheça a complexidade e a multidimensionalidade da produção audiovisual. A obra de Raymond Williams (2015), reexaminada quase cinco décadas após seu lançamento, destaca a importância de entender a narrativa televisiva como uma relação social intrinsecamente articulada, que integra múltiplas camadas e linguagens.

Para compreender plenamente o impacto político e cultural da televisão no Brasil, é essencial abandonar o distanciamento teórico-metodológico e engajar-se no acompanhamento direto da programação televisiva. Isso não apenas enriquece a crítica acadêmica, mas também contribui para a identificação das nuances das relações sociais e políticas refletidas na TV aberta, rompendo com dicotomias conceituais que limitam nossa compreensão do meio. Assim, propomos uma articulação entre o olhar atento do pesquisador e a vivência cotidiana do telespectador, como um passo fundamental para aprofundar a análise crítica da televisão brasileira em suas múltiplas dimensões.

A análise crítica da televisão aberta no Brasil enfrenta desafios significativos devido à falta de transparência e ao acesso limitado a dados essenciais, como propriedade, fundação e alcance das emissoras. Essa opacidade, combinada com a dependência de lógicas regulatórias estrangeiras e a concentração regional da produção acadêmica, resulta em uma marginalização do estudo da televisão como um fenômeno

cultural e político. A ausência de um monitoramento eficaz do conteúdo veiculado agrava a situação, perpetuando uma visão fragmentada e dicotômica do fenômeno televisivo. Para superar esses obstáculos, é fundamental adotar uma abordagem que valorize o estudo do fluxo televisivo como um todo, reconhecendo a importância das interações entre diferentes programas e quadros na construção de discursos políticos. Tal perspectiva permite uma compreensão mais profunda das complexas relações de poder que permeiam a televisão brasileira, desafiando dicotomias conceituais e promovendo uma análise mais equilibrada e abrangente do meio.

Referências

AIRES, Janaine; SANTOS, Suzy dos. **Sempre foi pela família**: mídias e políticas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2017

ALDÉ, Alessandra; CHAGAS, Viktor; SANTOS, João Guilherme. Teses e dissertações defendidas no Brasil (1992-2012): um mapa da pesquisa em comunicação e política. **Revista Compolitic**a, v. 3, p. 8-43, 2013.

AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo popular**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

AMARAL, Márcia . Sensacionalismo, inoperância explicativa. **Revista de Biblioteconomia e Comunicação**, Porto Alegre, v. 9, p. 133-146, 2003.

ANCINE. **TV Aberta – Informe Anual 2016** (01/01/2016 a 31/12/2016). Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual, 2017. Disponível em: https://oca.ancine.gov.br/sites/default/files/repositorio/pdf/informe_tvaberta_2016.pdf. Acesso em: 1 abr. 2020.

ANTUNES, Elton; GOMES, Itania Maria Mota. Repensar a comunicação com Raymond Williams: estrutura de sentimento, tecnocultura e paisagens afetivas. **Revista Galáxia**, Especial 1 - Comunicação e Historicidades, p. 8-21, 2019.

AUYERO, Javier. **La política de los pobres**: las prácticas clientelistas Del peronismo. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 2001.

BOLAÑO, César; BRITTOS, Valério Cruz. Economia Política e indústrias culturais. *In:* **A televisão brasileira na era digital**: exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes. São Paulo: Paulus, 2007

CAPPARRELLI, Sérgio. Das políticas de Comunicação a comunicação política. I COLÓQUIO BRASIL – ITÁLIA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 1997, Santos. **Anais** [...]. Santos, 1997.

COULDRY, Nick. **Media Rituals**: A critical approach. Routledge: London and New York, 2003.

CRUZ, Jorge M. A. Que es clientelismo? Algunas claves para comprender a política em los países em vías de consolidación democrática. **Revista Estudios Sociales**, v. XII, n.24, p. 123-142, 2004.

CUNHA, Christina. "Televisão para salvar": religião, mídia e democracia no Brasil contemporâneo. **Revista Antropolítica**, n. 42, Niterói, p.199-235, 2017.

FERNANDES, Carla Montuori; CHAGAS, Genira Correia; OLIVEIRA, Luiz Ademir de. Diálogos inconvenientes no palácio do Jaburu: a midiatização do escândalo político no Jornal Nacional. *In:* XXVII ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2018, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/arquivos_2018/trabalhos_arquivo_WIU3WJ2S33XT4VUCVG2M_27_6448_20_02_2018_11_29_01.pdf > Acesso em: 1 abr. 2020.

FREIRE FILHO, João (org.). **A TV em Transição**: Tendências de Programação no Brasil e no Mundo. Porto Alegre: Sulina, 2009.

GOMES, Itania Maria Mota. Constrangimentos históricos para constituição de uma política pública de conservação e acesso ao acervo televisivo no Brasil. **Revista Eco-Pós** (Online), v. 17, p. 1-13, 2014.

GUARESCHI, Pedrinho; DIAS, Giordano L.; HARTMANN, Mariane R. Assistencialismo midiático: uma nova estratégia de legitimação. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 16, p. 1-18, janeiro/junho 2007.

MARTÍN-BARBERO, Jésus; REY, German. **Os exercícios do ver**: hegemonia audiovisual e ficção televisiva. São Paulo: Senac, 2004.

PINTO, Pâmela. **Brasil e as suas midias regionais**: estudo dos mercados das regiões Norte e Sul. Rio de Janeiro: Luminária Acadêmica, 2017

PUJADAS, Eva. A qualidade televisiva além de um conceito politicamente correto – conteúdo e perspectivas envolvidas. **Revista Matrizes**, São Paulo, ano 7, n. 2, p. 235-248, 2013..

SANTOS, Suzy dos. **Convergência divergente**: a tv aberta na contramão global. João Pessoa: Xeroca!, 2015.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e politica. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. **O monopólio da fala**: função e linguagem da televisão no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2010.

WILLIAMS, Raymond. **Televisão**: tecnologia e forma cultural. Boitempo: São Paulo e Belo Horizonte: Puc, 2015.

Da Economia Política da Comunicação à Economia Política do Jornalismo: precursores, escolas e pesquisas do subcampo no Brasil

Pedro Aguiar

Em 2019, a entidade acadêmica de referência na Economia Política da Comunicação (EPC) no país, então chamada ULEPICC-Brasil (atual EPTIC), promoveu uma reclivagem de seus grupos de trabalho, aceitando propostas de formação de novos núcleos que articulassem interfaces da pesquisa crítica com outros campos e subcampos. Entre os novos GTs, sugeriu-se um para se dedicar à chamada Economia Política do Jornalismo, uma interseção entre a EPC e os estudos em Jornalismo. Na ocasião, houve quem se opusesse veementemente à criação do grupo, argumentando que "não há aí uma lógica de acumulação capitalista assim tão específica, tão distinta, que justifique debater os processos de produção e consumo do que se pode entender por jornalismo", que seria, no máximo, um "momento do processo geral de produção e consumo do debordiano espetáculo comunicativo".

Pois foi o espetáculo de desdém que terminou em fiasco. Passados seis anos e três congressos bienais da entidade, o GT de Economia Política do Jornalismo tem reunido trabalhos de diferentes instituições, conferindo organicidade ao que naquele momento era incipiente, mas hoje já avança em direção à maturidade, formando um subcampo multidisciplinar e rigorosamente subscrito ao pensamento crítico.

Este capítulo busca traçar um panorama dos estudos brasileiros de Economia Política do Jornalismo, particularmente da fase anterior ao seu recente processo de institucionalização, e discutir uma agenda de pesquisas dentro da tradição da crítica da economia política.

Definições de EPC e EPJ

Segundo Brittos e Kalikoske (2014, p. 119-120), a Economia Política da Comunicação é uma "interdisciplina" que analisa "fenômenos específicos, gerados no ambiente comunicacional, considerando especialmente as cadeias de valor dos diversos setores da área, demarcada por relações e disputas de poder". Embora delineiem um histórico completo da constituição da EPC no mundo e no Brasil, os autores não incluem, em sua definição, os interesses e objetos de estudo que a interdisciplina prioriza.

Sob o risco de errar a definição (mas à falta de uma direta e sucinta), considera-se aqui que a Economia Política da Comunicação é uma corrente teórico-metodológica caracterizada pela aplicação do materialismo histórico-dialético e das categorias conceituais e analíticas da *crítica da economia política* – nascida com as obras de Karl Marx e Friedrich Engels e toda a bicentenária tradição filosófica e política que dela descende – aos estudos da comunicação de massa. Entre tais categorias estão as relações sociais de produção, as classes sociais, a dicotomia entre capital e trabalho (concreto ou abstrato), propriedade, mercadoria, valor de uso, valor de troca, mais-valia (ou, em traduções mais recentes, mais-valor), meios de produção, base e superestrutura, circulação, exploração, alienação, tempo de trabalho socialmente necessário e a perspectiva da totalidade. Incluem-se ainda outros processos historicamente determinados, como mercantilização, subsunção do trabalho, acumulação primitiva de capital, imperialismo e dependência. Trata-se de examinar os processos comunicativos pelo que

têm de aspecto material, especialmente de produção de valor e de como são usados para exercer poder real, não apenas simbólico, sobre as sociedades. Em termos vulgares, a Economia Política da Comunicação se preocupa muito em "dar nomes aos bois", isto é, identificar os detentores dos meios de produção nas indústrias midiáticas (e, em menor frequência, das telecomunicações) em questões de classe social, história, genealogia, origem de capital, relações institucionais e outros critérios que desnudam as formas pelas quais a mídia produz valor e exerce poder.

Cabe ressalvar, como faz Figueiredo (2020, p. 108), que a Economia Política da Comunicação não deve ser confundida com a Economia de Mídia (em inglês, *Media Economics*), outro subcampo que, embora também eleja aspectos econômicos para analisar os processos de comunicação, desvincula-se da crítica e da imperiosa indissociação entre produção e poder, ou seja, da concepção de que *toda economia é política*. A Economia de Mídia, com seus métodos quantitativos e suas categorias normativas, é mais próxima da matriz epistemológica positivista e de posições ideológicas liberais. Um exemplo de trabalho brasileiro nessa linha é o estudo de Dines (2009[1974]) sobre a indústria de papel-jornal (ou papel de imprensa), estratégica para a sustentabilidade da mídia impressa e, no caso do Brasil, absolutamente dependente do capital estrangeiro.

Apesar de nada nessas definições, nem em outras, delimitar o meio específico em que se deve dar a comunicação digna de exame, a vertente majoritária da EPC no Brasil padece de um vício de origem: a obsessão pela radiodifusão, pelo audiovisual, pela televisão. Sem desconsiderar a relevância que a TV e o rádio têm num país de desigualdade socioeconômica extrema, analfabetismo funcional predominante e formação social histórica colonial e escravista (em que durante séculos o letramento foi vedado a amplas camadas da população), percebe-se que

esta miopia temática elege um único suporte tecnológico como objeto preferido, chegando ao ponto de, frequentemente, tomar "comunicação" como sinédoque da radiodifusão.

Na prática da pesquisa, o "radiodifusiocentrismo" da EPC brasileira ofusca outros temas igualmente ricos para os processos comunicativos. Entre eles, está o jornalismo, a mais antiga profissão de comunicação, datando do século XVI[1], e a primeira a se constituir como disciplina acadêmica, no final do século XIX na América do Norte e na Europa, e em meados do século XX no Brasil e na América Latina. O Jornalismo, como campo (por isso com inicial maiúscula), precede a Comunicação como "área" (uma jabuticaba, como chama o dito popular às idiossincrasias brasileiras). E a EPC, no sentido inverso, retorna ao jornalismo como objeto por meio da chamada Economia Política do Jornalismo (EPJ).

Os poucos autores brasileiros que já se aventuraram a definir a EPJ fizeram-no como "uma nova área especializada de estudo, na intersecção entre Economia Política da Comunicação e estudos de jornalismo" (Franciscato, 2013), e como preocupada com "o modo pelo qual a empresa jornalística assimila a lógica empresarial, desde o processo de trabalho na redação até a produção da mensagem" (Daros, 2022, p. 15).

Assim como a EPC usa categorias marxianas (já elencadas) e marxistas (como hegemonia, de Gramsci, e a teoria da dependência, de

[1] O autor defende, como já teve oportunidade de argumentar (Aguiar, 2018, p. 42-44), que o jornalismo precede a imprensa. Enquanto os jornais só passaram a existir no início do século XVII na bacia do Reno, nos Países Baixos e no norte da Itália, o jornalismo, como atividade socialmente constituída e economicamente necessária, já era exercido pelo menos desde 1536, com o aparecimento dos primeiros *avvisi* em Veneza, das redes de noticiaristas e novidadeiros (*minutanti* em italiano, *nouvellistes* em francês, *Novellisten* em alemão, *newsmongers* e *intelligencers* em inglês) e dos boletins manuscritos (*newsletters*, em inglês, termo que sobrevive até hoje no ambiente digital), como os *Fuggerzeitungen*, de uma das maiores famílias mercantis da Europa. Nesse argumento, apoia-se na observação de Habermas (2014, p. 117, nota).

Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra), a EPJ faz o mesmo em relação às instituições, aos processos jornalísticos e às questões de produção e poder que envolvem a produção: a imprensa, veículos jornalísticos, agências de notícias e assessorias de imprensa; a cadeia de suprimentos da mídia impressa, as formas de financiamento, relações com anunciantes, com assinantes e com a distribuição; os fatores econômicos que incidem sobre a reportagem, as coberturas e as decisões editoriais; a empregabilidade de jornalistas e a precarização da profissão; a liberdade de imprensa e a (ausência de) regulação do jornalismo, inclusive em relação à necessidade de formação específica (obrigatoriedade do diploma em Jornalismo).

Neste sentido, o que se trata como economia política do jornalismo aqui são os estudos críticos às relações de produção engendradas pelo capital na imprensa e nas demais atividades jornalísticas calcados nas categorias da crítica da economia política já mencionados, e não apenas aqueles subscritos a uma certa genealogia de orientações e citações.

Breve histórico da tradição em EPJ no Brasil

Uma revisão de literatura extremamente competente sobre a EPJ no Brasil já foi feita por Daros (2022). Nela, o autor restringe as contribuições de EPJ estritamente ao estudo do "empreendimento jornalístico" sob a tradição da teoria crítica. Entretanto, o exame de Daros, em que pese seu detalhamento, deteve-se em casos paradigmáticos, sem pretender dar conta de todo o subcampo.

Se nos permitirmos a ousadia, é possível afirmar que a própria corrente da Economia Política da Comunicação no Brasil começa com a economia política do jornalismo (aqui em minúsculas por ser apenas a descrição da abordagem, não ainda uma escola de pensamento com nome próprio), já que as primeiras reflexões de ordem crítica em relação

às indústrias de mídia no país concentraram-se sobre o negócio da imprensa diária, estritamente jornalística, antes do entretenimento, da radiodifusão e das demais manifestações das indústrias culturais. Esse tipo de abordagem encontrava precursores, certamente não marxistas, em trabalhos ainda da primeira metade do século XX. Era o caso de Barbosa Lima Sobrinho (1923), que versava sobre a relação entre o jornalismo e a burguesia industrial, a necessidade de nacionalização da imprensa e a regulação do setor – que, naquele mesmo ano, ganhara um marco legal autoritário com o decreto 4.743 de Artur Bernardes, apelidada de "lei infame".

Uma obra hoje esquecida, mas que, em seu tempo, rompeu com parâmetros dominantes de abordagem do jornalismo, é *Imprensa e Desenvolvimento Econômico*, de Luís Ferreira Lima, editada da transcrição de uma palestra proferida na Câmara Municipal de Santos em 5 de julho de 1961, na prefeitura do petebista José Gomes. Jornalista profissional e quadro do PCB em São Paulo, Ferreira Lima trabalhava no jornal *O Diário* (1936-1967) do grupo Diários Associados na cidade portuária, onde o partido era forte entre os estivadores. Seu opúsculo antecipa vários temas que viriam a ser privilegiados pela EPJ: jornalismo e classes sociais, o desenvolvimento da imprensa no capitalismo dependente e a continuidade da estrutura colonial da economia brasileira (para a locupletação de certos donos de jornais), citando Guerreiro Ramos, Celso Furtado, Caio Prado Jr. e Juarez Bahia, sofisticados intelectuais da época.

> As relações de classe da imprensa, determinadas pela publicidade como meio de sustentação dos jornais, determinam, por sua vez, o modo de comportamento do periodismo em relação aos problemas da infraestrutura nacional. Com efeito, os jornais e revistas (assim como o rádio e a televisão) fazem parte tanto da infra quanto da superestrutura do País. Na verdade, o artigo e a reportagem,

> a notícia e o editorial (assim como os programas de rádio e de televisão) são bens de consumo cada dia maior, situando desta forma a imprensa como meio e instrumento de produção. (Lima, 1961, p. 18).

Ainda que seja difícil estabelecer um ponto inicial para as reflexões de economia política do jornalismo no país, é inegável a contribuição de Nelson Werneck Sodré em seu *História da Imprensa no Brasil* (primeira edição: 1966). Nele, de forma que pode ser problematizada hoje, à luz das complexidades desenvolvidas ao longo das décadas, o autor elabora uma interpelação da imprensa como "simples parafuso de engrenagem maior, [...] do capitalismo monopolista". Começando pelo postulado de que "a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista" (Werneck Sodré, 2011, p. 13), toda a argumentação do autor no volumoso compêndio que produziu se fundamenta na crítica da economia política da imprensa brasileira, incluindo o levantamento pormenorizado dos proprietários de jornais e suas relações com o capital privado nacional e estrangeiro.

Provavelmente um dos argumentos mais fortes para considerar Werneck Sodré um precursor da EPJ é o fato de ele, nominalmente, reivindicar a economia política como referencial teórico e como método analítico. Entretanto, já de início, Werneck Sodré se escuda das acusações de economicismo e maniqueísmo que de fato lhe impingiram depois:

> [...] há, ainda, um traço ostensivo, que comprova a estreita ligação entre o desenvolvimento da imprensa e o desenvolvimento da sociedade capitalista, aquele acompanhando a este numa ligação dialética e não simplesmente mecânica. A ligação dialética é facilmente perceptível pela constatação da influência que a difusão impressa exerce sobre o comportamento das massas e dos indivíduos. [...] É interessante verificar o paralelismo entre o esforço técnico de produção, na imprensa, e o progresso dos

> meios de comunicação e de transporte, afetando o problema fundamental da grande imprensa, que é o do volume e espaço geográfico em que a notícia, ou a informação, ou a doutrinação têm oportunidade. (Werneck Sodré, 2011, p. 13-14)

A obra de Werneck Sodré teve impacto imediato no então nascente corpo de pesquisadores que se formava nas primeiras universidades que tinham o Jornalismo como habilitação dos cursos polivalentes de "Comunicação Social" (o termo, adotado apenas nos países de matriz latina e católica, foi criado pelo decreto papal *Inter mirifica*, emitido por Paulo VI para o Concílio Vaticano II, em 4 de dezembro de 1963). Um dos que a leram e citaram já nos anos seguintes foi Theodoro de Barros, que fizera a transição de editor da *Última Hora* para professor de Jornalismo da Universidade Federal Fluminense. Em tese de livre docência defendida em 1975, discutiu a influência da ciência da administração capitalista para o jornalismo, abordando a questão do fordismo nas redações (um ponto de polêmica até hoje na EPJ). Três anos depois, na tese de titularidade, Barros (1978) aprofundou a análise do modelo de negócio de impressos, tomando como estudo de caso a gestão da *Última Hora* e sua Rede Nacional de jornais (1959 a 1964) para a modernização da imprensa brasileira, para além dos celebrados *Diário Carioca* e *Jornal do Brasil*. Hoje pouco conhecido, Barros deixou contribuições inestimáveis para a economia política do jornalismo numa perspectiva instrumental.

> Jornal político em suas origens, *Última Hora* marcaria o surgimento de uma imprensa popular que era, até então, inexistente no país, mais pela tradição dos grandes jornais, cada um voltado para camadas específicas das classes sociais cujos interesses representavam, do que por causa dos métodos antiquados de produção e das deficiências das comunicações. [...] Sem dispor de equipamentos industriais

> que fossem de capacidade igual aos de seus principais concorrentes, pelo menos, o jornal adotou, por força de suas próprias limitações, estratégias empresariais inéditas na imprensa brasileira. (Barros, 1978, p. 9-10)

Não deixa de ser notável que as reflexões mais críticas sobre a imprensa brasileira, frequentemente de matriz epistemológica marxista, tenham florescido justamente no período da ditadura militar, violentamente anticomunista. É possível inferir que a repressão tenha catalisado o efeito oposto, estimulando a unificação de tendências distintas a despeito de divergências menores, que sobressairiam só mais tarde, já no período democrático.

Muito do que unia os trabalhos citados era um afã de apropriação da teoria crítica da Escola de Frankfurt para a realidade brasileira, fazendo as devidas adaptações contextuais. É esse o caso de trabalhos produzidos por pesquisadores ligados à Universidade de São Paulo (USP), entre os quais Daros (2022) identifica os mais antigos que podem ser considerados pioneiros da EPJ: Cremilda Medina (1978), Ciro Marcondes Filho (1989[1986]) e Gisela Taschner (1987; 1992). A linha de continuidade traçada por Daros (2022, p. 5-7) propõe que, enquanto Medina concebeu a proposição da notícia como mercadoria, Marcondes Filho elaborou-a como uma teoria robusta, mediando "a recepção das ideias da tradição crítica alemã no campo do jornalismo" que, por fim, Taschner poria à prova empiricamente em seu exame da economia política dos jornais populares (contrastando a mesma *Última Hora* com seu concorrente à direita no mercado paulista, *Notícias Populares*) e, depois, do Grupo Folha (analisando a fundo não apenas os jornais, mas as demais empresas do grupo, como a Impres, a Lithographica Ypiranga e a Agência Folhas, antecessora da Folhapress).

Se essa linhagem chegou a constituir uma "escola paulistana" de EPJ é tema passível de debate. Mas é fato que rebentos desses pioneiros

continuam produtivos até hoje. Por exemplo: o Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT), grupo de pesquisas coordenado por Roseli Figaro na ECA/USP, embora não reivindique a tradição da economia política, desponta nos estudos críticos do trabalho jornalístico e dos novos arranjos produtivos na mídia.

O agrupamento em "escolas" não significa, de forma alguma, um alinhamento automático, nem que apenas títulos integralmente dedicados à EPJ sejam considerados no levantamento. A exemplo de Werneck Sodré, também Abramo (2003[1988]) fez valiosas considerações sobre as relações de produção entabuladas pela imprensa mediante o financiamento desta pelo capital privado por meio da publicidade. Para ele, é na necessidade econômico-política de poder que reside a causa da "manipulação" dos fatos em favor dos interesses da classe burguesa. Resume o autor, com distanciamento crítico em relação a ambas explicações, que ele trata como reducionistas:

> A discussão que pode ser feita, portanto, é a que possa nos levar a compreender *por que os empresários da comunicação manipulam e distorcem a realidade*. Uma das explicações para essa questão procura situar a raiz da resposta no campo econômico. E há duas vertentes para a explicação economicista do fenômeno. A primeira desloca para a figura do *anunciante* a responsabilidade última e maior pelo produto final da comunicação: segundo essa vertente, é por imposição – direta ou indireta – desse anunciante (privado ou estatal) que o empresário se vê obrigado a manipular e distorcer. A segunda vertente centra a explicação na *ambição de lucro* do próprio empresário de comunicação: ele distorce e manipula para agradar seus consumidores e, assim, vender mais material de comunicação e aumentar seus lucros: a responsabilidade é do próprio empresário de comunicação, mas a motivação é econômica. (Abramo, 2003, p. 42-43; grifos do original).

A transição política da redemocratização, a longa abertura "lenta, gradual e segura" de 1979-1985, abriu espaço nas universidades para um retorno das pesquisas de matriz marxista sem receio de perseguição (pelo menos não oficial). Obviamente, não bastava tal adesão para caracterizar um estudo como EPJ. Por exemplo: embora seja representante de uma refinada tradição de pensamento marxista, a obra de Adelmo Genro Filho não se subscreve à economia política, já que dialoga mais com reflexões de ordem ontológica, tributárias da tradição lukacsiana, aplicadas ao jornalismo.

Com a virada pós-moderna das décadas de 1980 e 1990, a economia política perdeu espaço nas prioridades de pesquisa acadêmica em favor de reflexões de caráter filosófico e viés culturalista (como os estudos culturais e pós-coloniais, emprestados da crítica literária), preocupados com questões de natureza simbólica, sobretudo linguística e de representação. Por mais de uma década, não se produziu trabalho substancial de investigação econômica marxista do jornalismo *stricto sensu*, na prática constituindo um hiato na trajetória da EPJ. No entanto, o mesmo período viu deslanchar a Economia Política da Comunicação no Brasil, que, ao passo em que se institucionalizava (com a criação de GTs específicos nos congressos da área, de grupos de pesquisa nos programas de pós-graduação, tais como o PEIC na FABICO/UFRGS, em 1995, o CEPOS, em 2001 na Unisinos e depois unificado com o OBSCOM da UFS, e do capítulo brasileiro da ULEPICC, em 2004), também se afastava do jornalismo como objeto de interesse.

O marco do retorno da crítica à economia política na pesquisa em Jornalismo é a tese de Virgínia Pradelina Fonseca (2008), que se debruça sobre as reconfigurações dos conglomerados de imprensa na fase do capitalismo avançado, com estudo de caso no grupo RBS. Com inúmeros méritos, a autora também demonstra liberalidades

epistemológicas, oscilando entre uma leitura marxista ortodoxa do contexto histórico e o empréstimo de teorias liberais, como a hipótese dos "capitães de indústria" de Fernando Henrique Cardoso, para descrever os proprietários de jornais brasileiros (Fonseca, 2008, p. 107)[2]. Também situa a imprensa dentro do conceito frankfurtiano de "indústria cultural", uma opção menos defensável que dissolve na dimensão simbólica a real produção de valor da informação dentro do sistema capitalista, em termos absolutos, nada abstratos.

Segue-se a ela a tese de doutorado de Viktor Chagas (2013) sobre a economia política das bancas de jornal – ou, melhor dizendo, da distribuição de publicações impressas periódicas, tomando a etapa da circulação da mercadoria como foco –, algo praticamente ímpar na EPJ. Embora desde 2017 o autor tenha dado uma guinada em seus interesses, cortando laços com o Jornalismo, os aportes da pesquisa são duradouros.

Outra aplicação incomum se fez nos trabalhos de mestrado (Aguiar, 2014) e doutorado (Aguiar, 2018; 2022) deste autor, em que os referenciais da EPC – sobretudo estrangeiros – foram aproveitados para o exame de um segmento menos estudado do jornalismo: o das agências de notícias.

Quase simultaneamente, o marco fundador da moderna EPJ teve lugar na forma de um evento acadêmico: o Seminário Internacional de Economia Política do Jornalismo, realizado em 30 e 31 de maio de 2012 em Teresina e organizado pelo grupo COMUM, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), coordenado pela professora Jacqueline Dourado. Desse evento derivou uma série de três livros-coletânea, dois em português e um em inglês (Dourado, 2013; 2016), com participação de luminares da EPC, como Vincent Mosco. O grupo articulado em

[2] Também Medina (1978) já tinha mobilizado as interpretações de Cardoso, seu colega de USP, mas em outro momento, muito antes do exercício da presidência e da guinada neoliberal do sociólogo.

torno do evento e do COMUM (fundado em 2010) é o primeiro a reivindicar a EPJ nominalmente como um subcampo e a produzir publicações orientadas para a análise econômico-política do jornalismo. Com certa liberdade, pode-se até falar em uma "escola de Teresina" da EPJ, na qual se insere, com destaque, o trabalho de Samária Araújo de Andrade (2015), talvez o mais completo até hoje sobre as transformações das rotinas produtivas no jornalismo sob o impacto da financeirização.

Embora seja mais adequado falar de Economia Política do Jornalismo no Brasil a partir desse ponto como uma corrente institucionalizada, não se pode descartar as contribuições precedentes. No prefácio do primeiro volume da coletânea *Economia Política do Jornalismo* (Dourado, 2013), Bolaño compara a EPC brasileira a uma árvore "cujo maior jardineiro deveria ser o autor deste prefácio, o orientador de Jacqueline, meu grande parceiro e amigo, Valério Brittos". A EPJ, afirma, seria um ramo dessa árvore. De fato, Bolaño e Brittos (2006) publicaram antes uma das proposições que podem ser consideradas constituintes da EPJ no país: a dissociação entre jornalismo e imprensa, entendendo o primeiro como práxis e o segundo como estrutura produtiva.

> O jornalismo é um produto histórico, resultado de influências econômicas, políticas, tecnológicas e sociais. Sendo assim, tem sido alterado através do tempo, como produto transversal, adequável às várias mídias, o que o fez passar do impresso para o rádio, depois para a TV e agora para a internet, não esquecendo o jornalismo cinematográfico, para não falar em todo o cinema documentário. A mídia impressa, especificamente, passou, ao longo do tempo, de eminentemente política a empresarial, centrando-se mais na cobertura dos fatos cotidianos e menos interessada no chamado artigo de fundo, voltando-se para públicos mais focados. Mais recentemente,

> as empresas jornalísticas buscam formas de rentabilização heterodoxas, centradas na distribuição de outras mercadorias, como revistas, vídeos, livros, CDs, DVDs, coleções de selos, brinquedos ou moedas. A situação pode parecer esdrúxula, mas encontra uma explicação simples e clara na teoria do ciclo de vida dos produtos, aplicada aos bens culturais (Salaün, 1989): a imprensa é uma indústria velha, em fase de declínio, dominada pela distribuição, que se vale do controle que tem sobre as redes capilarizadas de venda direta ao público para comportar-se muitas vezes mais como capital comercial do que industrial. (Bolaño; Brittos, 2006, p. 4).

Para além das "escolas" mais ou menos articuladas e institucionalizadas, deve-se considerar a produção de pesquisadores independentes (Rodrigues, 2012; Braga, Aguiar e Bergamaschi, 2014; Mick e Kamradt, 2017) ou vinculados aos grupos de EPC preexistentes. Por exemplo, Fernandes (2019), do PEIC, articulou o conceito marxiano de intelectual coletivo com o gramsciano de intelectual orgânico para analisar o papel do jornal *O Globo* em dois momentos de ruptura institucional da política brasileira: os golpes de 1964 e 2016.

Recentemente, Bellan (2024) empreendeu notável esforço intelectual de conciliar o legado de Adelmo Genro Filho em sua herança de Lukács com a dimensão do trabalho no jornalismo. Nessa toada, defende uma "práxis noticiosa" fundamentada no "valor de uso das notícias em detrimento do seu valor de troca" (Bellan, 2024, p. 100). Mais ainda: demonstra de forma cabal e didática a especificidade do jornalismo – aquela mesma que tentaram negar quando da criação do GT de EPJ – como dualmente submetido a condições de produção e capaz de intervir na realidade objetiva (Bellan, 2014, p. 168-169).

Entretanto, vícios permanecem: dos 36 capítulos nos dois volumes das coletâneas *Economia Política do Jornalismo* da UFPI (Dourado, 2013; 2016), 18 têm foco em televisão, radiodifusão e

audiovisual, evidenciando a desproporção persistente desse setor na EPC, mesmo dentro do recorte jornalístico. A mínima atenção dada ao meio impresso, ao jornalismo online, às assessorias de imprensa e às agências de notícias ainda é sintoma da pouca diversidade que a EPJ institucionalizada no Brasil abarca e que precisa ampliar para se consolidar como um subcampo com diálogos interdisciplinares e interinstitucionais.

Ainda assim, nos últimos anos, as evidências de amadurecimento da EPJ se avolumam. Além das reuniões regulares do GT temático na antiga ULEPICC-Brasil desde 2020, em 2024 a Rede Trabalho e Identidade no Jornalismo (RETIJ) organizou uma sessão coordenada dedicada aos estudos do subcampo no congresso anual da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) em Belém do Pará. Estas iniciativas mostram que, em pouco mais de dez anos, o subcampo conseguiu ocupar espaços e instigar novas gerações de pesquisadores.

Agenda de pesquisas atual e futura para a EPJ no Brasil

Nesse momento de crescimento do subcampo, o que pode fortalecer a Economia Política do Jornalismo é a conformação de um programa ou uma agenda de pesquisas coerente metodológica e epistemologicamente, tanto com a tradição da EPC quanto com a dos estudos em Jornalismo. Isso significa, entre outros aspectos norteadores, tanto não se desviar do foco nas atividades estritamente jornalísticas, e não genericamente de comunicação, quanto mobilizar os conceitos e as categorias de análise particulares do materialismo dialético. Com o quadro teórico-metodológico fornecido pela EPC, é ampla a gama de possíveis aplicações da perspectiva crítica ao estudo das estruturas e das relações produtivas do jornalismo como um dos campos e uma das atividades socioeconômicas de comunicação (ainda que se possa contestar a ideia de "comunicação como área").

Mesmo com um corpus limitado, já existem formulações para subdividir a produção da EPJ em categorias. Tomando emprestada a taxonomia proposta por Sonia Serra (por sua vez, adaptada da elaborada por seu orientador de doutorado, Peter Golding, e por Graham Murdock), Daros (2022, p. 17) estende para a EPJ a ramificação em três vertentes: crítica, instrumental e liberal. Segundo o autor, na vertente crítica da EPJ, "a produção das notícias é explicada a partir dos condicionantes da estrutura econômica, ao mesmo tempo em que leva em conta o trabalho dos jornalistas nas redações e como as representações presentes nas mensagens dizem respeito à materialidade da produção e do seu consumo" (Daros, 2022, p. 17).

Num levantamento sistemático em três bases de dados, Figueiredo (2020) identificou cinco grupos de "artigos que analisam o jornalismo a partir do marxismo": 1) O trabalho do Jornalista; 2) Jornalistas e Identidades Laborais e Profissionais; 3) Modelos de Negócios e Estrutura de Mercado; 4) Marxismo e Jornalismo; 5) Coberturas específicas ou temáticas. Desses, apenas os três primeiros são identificados com EPC, sendo o terceiro mais propriamente derivado da tradição brasileira da EPJ.

Há uma tendência de aproximação entre a economia política do jornalismo e os estudos críticos da imprensa (jornais e revistas): por características materiais, o meio impresso é aquele em que a lógica industrial da produção mais se torna evidente e, portanto, as categorias de análise da economia política *stricto sensu* alcançam aplicabilidade mais direta ou permitem analogias com poucas adaptações. A necessidade da impressão, do parque gráfico como instalação industrial, das rotativas e outras peças de maquinário como bens de produção, do papel e da tinta como matérias-primas (no Brasil, majoritariamente importada) e da circulação da mercadoria (o jornal e a revista) impõem à própria redação um ritmo de produção com tempo demarcado, linha

de montagem, especialização de tarefas e padronização do produto final, características típicas do fordismo.

Mesmo em outros suportes tecnológicos, como a televisão, o rádio e as plataformas digitais, constrangimentos impostos pelas rotinas de produção se fazem presentes e são fatores de forte incidência, o que faz deles rico tema de análise para a EPJ.

Além destes, uma potencial agenda de pesquisas interessada na crítica da economia política do jornalismo no século XXI pode incluir os seguintes tópicos:

a) as rotinas e as lógicas de produção e consumo das organizações jornalísticas;
b) a cadeia de valor e de suprimentos das empresas jornalísticas, como o fornecimento de papel, de equipamentos, de espaço físico (renda da terra), e os pagamentos a plataformas digitais por hospedagem ou impulsionamento de conteúdo;
c) as formas de extração de mais-valia sobre a exploração do trabalho jornalístico e a subsunção do trabalho jornalístico ao capital, especialmente na fase de automação;
d) as atividades-fim e as atividades-meio do jornalismo como estrutura da indústria (como em Aguiar, 2023);
e) a interpretação das rotinas de produção jornalística pelos modelos de gestão, notavelmente taylorismo, fordismo, toyotismo e pós-fordismo, jamais por uma teleologia celebratória, senão crítica;
f) a crise da imprensa, como meio, suporte e estrutura produtiva, em contraste com o que seria uma crise da profissão jornalística em si;
g) novos modelos de negócio para o jornalismo, incluindo os arranjos laborais, os novos suportes para publicação, as estratégias de circulação e as formas de financiamento que fogem ao trinômio venda avulsa-assinaturas-publicidade;

h) a precarização e a superexploração do trabalho jornalístico, especialmente sob a ótica da plataformização, sobre a qual pesa a financeirização;
i) o ingresso de capital oriundo de outros setores econômicos alheios à mídia nas empresas da própria mídia, em particular as controladoras de veículos jornalísticos, assim como a tendência de fechamento de jornais (ou de suas edições impressas) como consequência da migração de anunciantes para o ambiente digital e da pressão de sócios pelo corte de custos para aumentar o percentual de lucros e dividendos;
j) e a interação com o Estado, regulação, legislação e políticas públicas para o jornalismo (como, por exemplo, a distribuição de verbas publicitárias estatais e a taxação de plataformas digitais com reversão de parte do montante arrecadado para constituir um fundo de incentivo ao jornalismo, tanto empresarial quanto autônomo, como orienta a proposta sindical internacional, da FIJ).

Finalmente, uma forma bastante evidente de como o jornalismo pode ser encarado pela produção de valor intrínseco, direto, e não de forma simbólica e indireta, é o chamado "jornalismo estruturado" (em inglês, *structured journalism* ou *structured news*), do qual deriva o "noticiário legível por máquinas" (*machine-readable news*), ambas inovações ligadas à alimentação de banco de dados digitais usados por sistemas operados por inteligência artificial. Trata-se de uma modalidade recente (da década de 2020) do jornalismo que dispensa o elemento humano na recepção – e, portanto, não se refere a dimensões culturais. O potencial que modalidades cada vez mais avançadas na subsunção do trabalho ao capital oferecem a estudos da EPJ é ainda incalculável. Aos pesquisadores do subcampo cabe acompanhar o desenvolvimento do jornalismo nas condições materiais vigentes e, no espírito da décima-primeira tese, intervir para transformá-las.

Conclusão

É fato que, num primeiro momento, a tendência majoritária da pesquisa em jornalismo no Brasil voltava-se para os aspectos político-econômicos da imprensa, ainda que não se identificasse com o materialismo histórico-dialético. É isso que provam os exemplos citados, que vão além de Barbosa Lima Sobrinho, Ferreira Lima e Werneck Sodré. No estágio pré-industrial da imprensa brasileira, as reflexões preocupadas com a cadeia produtiva, com a modernização das técnicas e com a necessidade de regulação estavam na ordem do dia, mesmo entre representantes da burguesia e da oligarquia agrária que sustentava vários dos grandes jornais do país.

Só mais tarde, já no final do século XX, é que ganharam proeminência as reflexões de ordem filosófica, linguística e cultural sobre o jornalismo, hoje predominantes nos círculos acadêmicos. Nenhuma delas, em si, precisa antagonizar a ótica marxista, preocupada com a tensão entre capital e trabalho no seio da atividade jornalística, mas também com a filosofia da práxis e o imperativo da emancipação humana. Entretanto, a prática política acadêmica, lamentavelmente, cria oposições artificiais.

Nesse sentido, não deixa de ser curioso que a EPJ nasça como subcampo num momento histórico em que o jornalismo em si é dito como estando "em crise" e que se questione a autonomia do Jornalismo como disciplina, inclusive entre pesquisadores do próprio campo.

Por fim, volta-se a enfatizar que a constituição e a identificação do subcampo se dão de forma orgânica, não necessariamente tributárias de uma ou outra instituição, menos ainda de uma genealogia de orientações e de citações. Sem desconsiderar aportes teóricos relevantes que venham de ramos divergentes da EPC, pode-se considerar que a Economia Política do Jornalismo cresce a olhos vistos e já caminha com

as próprias pernas. Da mesma forma, os pesquisadores do subcampo demonstraram resiliência e perseverança para comprovar, por meio de ações e não de discurso, que os negacionistas de sua existência estavam equivocados. Não é necessário rezar pelo evangelho de Marcos para constatar a especificidade do subcampo e, condizente com a passagem bíblica, conferir a César o que é de César, a Nelson o que é de Nelson e, à Economia Política do Jornalismo, o merecido reconhecimento.

Referências

ABRAMO, Perseu. **Padrões de Manipulação na Grande Imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

AGUIAR, Pedro. **Agências de Notícias do Sul Global**: jornalismo, Estado e circulação da informação nas periferias do sistema-mundo. 2018. 464 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/8868

AGUIAR, Pedro. Atividades-meio do jornalismo: proposta de uma taxonomia econômica para prestadores de serviços às redações. 21º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 2023, Brasília. **Anais** [...]. Brasília, 2023.

AGUIAR, Pedro. Marx explica a Reuters: economia política das agências de notícias. *In:* SILVA JR., José Afonso. ESPERIDIÃO, Maria Cleidejane. AGUIAR, Pedro (orgs). **Agências de Notícias**: perspectivas contemporâneas. Recife: EdUFPE, 2014.

AGUIAR, Pedro. Economia política das agências de notícias: noções estruturantes e metodologia de pesquisa. *In:* MARQUES, Rodrigo Moreno; BASTOS, Manoel Dourado (orgs.). **Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**: confrontando as barbáries do capital no século XXI. São Cristóvão (SE): ULEPICC-Brasil, 2022, p. 245-263.

ANDRADE, Samária Araújo de. **Jornalismo em mutação**: estudo sobre a produção de conteúdo na fase do capitalismo avançado. Teresina: EdUFPI, 2015.

BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre. **O Problema da Imprensa.** Rio de Janeiro: Álvaro Pinto Editor (Anuário do Brasil), 1923.

BARROS, Theodoro de. **A contribuição da ciência da administração no desenvolvimento do jornal-empresa.** 52 fl. Tese (livre docência). Niterói, UFF, 1975.

BARROS, Theodoro de**. Última Hora e a renovação da imprensa brasileira.** 130 fl. Tese (concurso público para professor titular). Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1978.

BELLAN, Rafael. **Jornalismo, Trabalho e Marxismo**. Vitória: EdUFES, 2024.

BOLAÑO, Cesar; BRITTOS, Valério. Digitalização, flexibilidade e reordenação dos processos jornalísticos. **e-Compós**, v. 7, 2006.

BRAGA, Adriana; AGUIAR, Leonel; BERGAMASCHI, Mara. O chão de fábrica da notícia: contribuições para uma economia política da práxis jornalística. Intercom: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 111-131, 2014.

BRITTOS, Valério; KALIKOSKE, Andrés. Economia política da comunicação. *In:* CITELLI, Adilson; BERGER, Christa; BACCEGA, Maria; LOPES, Maria; FRANÇA, Vera (orgs.). **Dicionário de comunicação**: escolas, teorias e autores. São Paulo: Contexto, 2014.

CHAGAS, Viktor. **Extra! Extra!** Os jornaleiros e as bancas de jornais como espaço de disputas pelo controle da distribuição da imprensa e da economia política dos meios. 307 fl. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Rio de Janeiro, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas, 2013.

CHAGAS, Viktor. Uma alternativa para escapar à tabloidização ou uma forma de tabloidização alternativa? O mercado brasileiro de jornais populares e a economia política da imprensa escrita. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 22. Brasília, 2017, p. 7-48.

DAROS, Otávio. Economia política do jornalismo no Brasil. **Tríade**: Comunicação, Cultura e Mídia, Sorocaba, SP, v. 10, n. 23, 2022.

DINES, Alberto. **O Papel do Jornal e a Profissão de Jornalista.** 9ª ed. São Paulo: Summus, 2009.

DOURADO, Jacqueline; MOSCO, Vincent; LOPES, Denise; TEIXEIRA, Juliana; MARQUES, Renan (orgs.). **Political Economy of Journalism**: new (and old) logics of production and consumption. Teresina: EdUFPI, 2018.

DOURADO, Jacqueline (org.). **Economia Política do Jornalismo**, v. 1: campo, objeto, convergências e regionalismo. Teresina: EdUFPI, 2013.

DOURADO, Jacqueline; LOPES, Denise; MARQUES, Renan (orgs.). **Economia Política do Jornalismo**, v. 2: tendências, perspectivas e desenvolvimento regional. Teresina: EdUFPI, 2016.

FERNANDES, Rosângela. **A História se "Repete" com o Auxílio da Imprensa?** A estratégia de O Globo em busca de consensos para os golpes de 1964 e de 2016. 198 fl. Dissertação (mestrado em Comunicação). Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

FIGUEIREDO, Carlos. Jornalismo, Marxismo e Economia Política da Comunicação: um Mapeamento em Periódicos Brasileiros de Comunicação e Informação no Século XXI**. EPTIC**, São Cristóvão, v. 22, n. 3, p. 103–121, 2020.

FONSECA, Virgínia Pradelina. **Indústria de notícias**: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. Possibilidades da Economia Política do Jornalismo nas Interfaces entre Estudos sobre Jornalismo e Economia Política da Comunicação. *In:* DOURADO, Jacqueline (org.). **Economia Política do Jornalismo**, v. 1: campo, objeto, convergências e regionalismo. Teresina: EdUFPI, 2013, p. 23-48.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. São Paulo: EdUNESP, 2014.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O Capital da Notícia**: jornalismo como produção social da segunda natureza. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1989.

MEDINA, Cremilda. **Notícia**: um produto à venda. Jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Summus, 1978.

MICK, Jacques; KAMRADT, João. **O Fim da Notícia**: a monopolização da mídia e o trabalho dos jornalistas. Florianópolis: Insular, 2017.

RODRIGUES, Camila. Indústria de jornais diários no Brasil. **REBELA**: Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos, v. 1, n. 3, fev./2012. p. 436-470.

TASCHNER, Gisela. **Do jornalismo político à indústria cultural**. São Paulo: Summus, 1987.

TASCHNER, Gisela. **Folhas ao Vento**: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WERNECK SODRÉ, Nelson. **História da Imprensa no Brasil**. 5ª ed. Porto Alegre: EdiPUC-RS; São Paulo: Intercom, 2011.

Desinformação:
múltiplos aspectos de um conceito em disputa

Rosangela de Jesus Fernandes

Apesar de o tema da desinformação em seus diversos aspectos não se constituir em fenômeno novo, a reflexão no Campo da comunicação sobre suas consequências ganhou força nos últimos anos. A ampliação da circulação de informações falsas ou manipuladas, potencializada pela popularização das redes sociais e o investimento feito por forças políticas para transformar essa prática em tática de disputa de hegemonia em grande escala, acendeu o alerta para a necessidade de estudar o tema. Ao longo da história, a mentira tem sido artifício utilizado nos confrontos entre inimigos. A divulgação de informações sem lastro na verdade ou distorcidas propositalmente e com potencial de causar danos pode ser identificada mais fortemente em períodos de guerra e também nos processos eleitorais.

No Brasil, são inúmeros os exemplos de momentos decisivos para a democracia que foram impactados por essa prática. A deposição do presidente João Goulart em 1964 é um deles. Entre as informações falsas acionadas para criar consenso entre a população para a implementação do golpe civil-militar que mergulhou o país na ditadura, estão as afirmações de que João Goulart era comunista e de que planejava pôr fim a propriedade privada (Leal, 2021). A campanha pelo reestabelecimento de eleições diretas, conhecida por *Diretas Já*, em 1983, também foi marcada por manipulação, especialmente pela tentativa de apagamento pela mídia da força do movimento popular,

como foi assumido pelo Grupo Globo anos depois (2015). Outro exemplo diz respeito às eleições presidenciais de 1989 impactadas pela associação jamais comprovada de integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT) com os sequestradores do empresário Abílio Diniz [1]. Recentemente, as disputas políticas passaram a registrar a desinformação em proporções inéditas. O fenômeno das *fake news* é apontado como responsável pela eleição de líderes da extrema direita e triunfos conservadores em decisões cruciais em diversos países. Além do Brasil, com a vitória de Jair Bolsonaro em 2018, Wardle e Derkarshian (2017) consideram que a participação popular no processo eleitoral que levou Donald Trump à presidência dos EUA (2016), assim como a votação do Reino Unido pelo Brexit (2016), são eventos que alertam para o potencial ameaçador das campanhas de desinformação. O cenário - que envolve investimentos milionários e ilícitos na criação de conteúdo, na divulgação em redes sociais com patrocínios vultuosos, na criação de rede de apoio e de disparo em massa por aplicativos de mensagens - tem se mostrado uma ameaça concreta à democracia e despertado a atenção de especialistas de diversas áreas, especialmente após a reeleição de Donald Trump e do avanço das forças de extrema direita em outros países.

Diante desse quadro, o presente artigo procura contribuir com a discussão conceitual sobre desinformação, considerando as diferentes perspectivas a respeito do tema, hoje em disputa. O estudo aborda aspectos como a intencionalidade na produção e disseminação da desinformação, o autoengano, o negacionismo e o conspiracionismo, incluindo sua forma atualizada: o novo conspiracionismo.

Para além do debate teórico, buscando identificar evidências que ajudem a refletir sobre a relevância da temática no Campo da

[1] Disponível em: https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/sequestro-do-empresario-abilio-diniz-agitou-campanha-presidencial-em-1989-15745169

comunicação, o presente artigo apresenta o mapeamento inédito realizado no âmbito da produção da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação (Compós), no período de 20 anos. Examinamos 2.968 artigos publicados nos anais dos congressos observando o momento em que a desinformação emergiu como tópico de pesquisa, os enfoques adotados e os tipos de mídia analisados pelos pesquisadores.

Desinformação: conceito em disputa

Não são apenas as versões dos fatos que estão em disputa. O próprio conceito de desinformação é objeto de discussão, diferentes compreensões e aplicações. Não há consenso sobre a definição e nem mesmo sobre a melhor forma de nomear e classificar o fenômeno. O debate intenso não encontra justificativa no ineditismo do tema. A circulação de informações inverídicas ou distorcidas não é novidade. No entanto, diante da velocidade e ubiquidade alcançadas pela comunicação na contemporaneidade, esse tem se revelado um problema global e de grandes proporções.

Um dos principais desafios na definição do conceito que abranja informações enganosas que circulam amplamente no ecossistema informacional reside nas múltiplas formas que a questão apresenta. Recentemente, o termo *fake news* se popularizou, no entanto, a expressão se mostra limitada para abordar assunto tão complexo. De fato, estritamente, *fake news* se refere a notícias falsas. A associação de algo inverídico como a noção de notícia subverte a lógica tão cara ao jornalismo. O rótulo de falso atrelado à informação é tema relevante, no entanto, nosso estudo, a exemplo de diversos anteriores (Intervozes, 2019; Brisola e Bezerra, 2018; Wardle e Derakhshan, 2017; Fallis, 2015), se concentra em analisar termo mais amplo: a desinformação. Entre os vários entraves para a definição da desinformação, estão alguns

fundamentais, antes mesmo de qualquer aprofundamento do tema. Entre eles, questiona-se: desinformação é informação? Desinformação é sempre uma inverdade? Ela é absolutamente falsa? Ela se refere a um ato intencional?

Em busca de um diagnóstico sobre a questão, Brisola e Bezerra (2018) ressaltam que se trata de um "complexo de ações":

> Desinformação envolve informação descontextualizada, fragmentada, manipulada, retirada de sua historicidade, tendenciosa, que apaga a realidade, distorce, subtrai, rotula ou confunde. A desinformação não é necessariamente falsa; muitas vezes, trata-se de distorções ou partes da verdade (Brisola e Bezerra, 2018, p. 3319).

A análise realizada pelos autores indica a multiplicidade de formas com que a questão se apresenta e chama atenção para uma dificuldade central: não implica em simplesmente identificar se o fato é verdadeiro ou não, mas levar em conta o cenário, suas relações, a forma como ele é apresentado, a análise do contexto em que se insere. É importante considerar ainda que o elemento desinformante pode estar em fragmentos reinterpretados, em detalhes de texto, de imagem, de opiniões. Uma complexidade que revela a fragilidade do receptor diante do tema.

Para além das redes sociais, a mídia tradicional nos fornece exemplos diários desse caleidoscópio caótico do avesso da informação. Tome-se como exemplo a televisão: basta zapear pelos programas jornalísticos para identificar a aplicação prática de diferentes aspectos relativos à desinformação aqui elencados. O telespectador, sem realizar análise crítica da programação, estará exposto, por exemplo, à distorção e apagamento da realidade; a rótulos tendenciosos e manipulados; ao sensacionalismo que distorce a mensagem; à supressão de informações e dados necessários para a compreensão dos fatos; a fragmentos

descolados do contexto que impedem a leitura da realidade e dos jogos de interesse em que ela está imersa. O enquadramento da notícia, a edição de imagens, a linguagem, o tom da locução, o viés opinativo dos apresentadores, os gestos e expressões são alguns dos aspectos que podem influenciar na compreensão da informação e produzir a desinformação. E esse não é um fenômeno novo, ao contrário, é inerente ao meio.

Antes de avançar na análise desses aspectos, voltemos à definição do termo com uma pergunta crucial: desinformação é informação? Don Fallis (2015, p. 404) adota como parâmetro o que considera uma característica central da informação: a representação do mundo. A partir dessa perspectiva, o autor considera fundamental entender que a desinformação é um tipo de informação e ressalta outras duas características: a desinformação é informação enganosa não acidental.

O engano causado pela desinformação é considerado pelo autor como um perigo pela capacidade de criar informações falsas, mentiras. Fallis não se refere ao efeito final da disseminação de desinformação, mas a seu cerne e à sua potencialidade de levar ao engano. Credível ou não, eficaz ou não, a elaboração e divulgação de informação enganosa se constituem em desinformação, ainda que ninguém seja iludido, que o objetivo não seja alcançado.

Há também que se ponderar sobre o que é considerado sucesso nesse caso. Uma informação manipulada pode não convencer totalmente a quem a recebe e ser vista com desconfiança. Ainda assim, seria capaz de inocular a dúvida em relação ao tema, o que já poderia ser considerado um resultado exitoso. A instauração da incerteza via insinuações é, por exemplo, uma característica do chamado *novo conspiracionismo* que, como abordaremos adiante, substitui a explicação exaustiva por insinuações (Muirhead e Rosemblum, 2019, p. 16). Há ainda que se considerar que a informação enganosa encontra seu efeito,

não raramente, por atravessar o cotidiano de múltiplas formas. Ao propagar uma inverdade em diferentes ambientes -, por exemplo, aplicativos de mensagens, sites, redes sociais, televisão e rádio - reforça-se a percepção de veracidade ou, ao menos, constrói-se a sensação de que há algo a ser considerado naquela informação.

Em relação à terceira característica, Fallis (2015) ressalta que o engano não se dá de forma acidental e não deve ser confundido com inverdades que têm objetivos diferentes da manipulação, como o humor que não tem a pretensão de se passar por real. O autor orienta que a estratégia de identificação da desinformação deve ter como foco principal a intenção de enganar.

Intencionalidade

Uma característica chave na pesquisa sobre desinformação é a intencionalidade. No mundo conectado, o compartilhamento de conteúdo é uma prática diária. A facilidade de dialogar por aplicativos de mensagens de forma instantânea e sem custo estimula o desejo de levar à rede de contatos o que se descobre sobre determinado assunto, que nem sempre corresponde à informação verdadeira. Em outros tempos, não tão distantes, para avisar aos familiares sobre uma novidade era necessário o contato presencial, a ligação telefônica ou a redação e o envio postal de uma carta. Ações que podiam levar horas ou dias para se concretizar e envolver custos. A nova configuração tecnológica permite repassar adiante o que é considerado importante em poucos segundos, sem que a distância se constitua em barreira e de forma gratuita. O ciclo das informações falsas pode ser, e habitualmente é, originado em estruturas profissionais com objetivos escusos, mas seu espraiamento é potencializado por parcela significativa de agentes que contribuem com etapas desse processo frequentemente sem consciência de se tratar de informação falsa ou manipulada e ainda, sem ter propósito de causar

dano. Ao contrário, a intenção e a ansiedade de alertar para riscos iminentes ou de compartilhar uma boa notícia podem estimular a divulgação de tais conteúdos. Assim, o indivíduo se sente como pertencente a um grupo, como ator e fonte de informação de certa forma privilegiada.

No estudo "*Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making*", Wardle e Derakhshan (2017) propõem uma estrutura conceitual para análise da desordem informacional na qual estamos submersos na contemporaneidade em que a intenção e a veracidade da informação ganham destaque. Estes são os parâmetros principais propostos na investigação que utiliza três classificações distintas.

> *Misinformation* [termo sem equivalência em português que pode ser traduzido como informação equivocada] é quando informações falsas são compartilhadas, mas sem intenção de prejudicar. Desinformação é quando informações falsas são conscientemente compartilhadas para causar danos. A má informação ocorre quando informações genuínas são compartilhadas para causar danos, muitas vezes por movendo informações projetadas para permanecer privadas na esfera pública (Wardle e Derakhshan, 2017, p. 5, tradução nossa)[2].

Wardle e Derakhshan classificam o discurso de ódio como má informação, considerando que as pessoas se tornam alvo de ataques por sua história pessoal e suas vinculações que passam a ser manipuladas para causar danos.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) tem se debruçado sobre o tema e desenvolvido

[2] "Mis-information is when false information is shared, but no harm is meant. Dis-information is when false information is knowingly shared to cause harm. Mal-information is when genuine information is shared to cause harm, often by moving information designed to stay private into the public sphere".

iniciativas visando instrumentalizar jornalistas para que se posicionem no enfrentamento da crise da informação. O órgão da ONU considera que "o século 21 transformou a informação em armamento em uma escala sem precedentes" (Ireton e Posetti, 2019, p. 16). A UNESCO, no manual de "Jornalismo, *Fake News* e Desinformação", aprofunda a discussão apresentando sete tipos de desinformação ou *misinformation*: 1) Sátira ou paródia, com potencial de enganar, ainda que sem intenção; 2) Conexão falsa, com manchetes ou imagens que não condizem com o conteúdo; 3) Conteúdo enganoso, uso de informação enganosa; 4) Contexto falso, conteúdos verdadeiros fora de contexto; 5) Conteúdo impostor, com imitação de sites, logotipos e assinaturas; 6) Conteúdo manipulado, informação manipulada para prejudicar; 7) Conteúdo fabricado, totalmente falso e projetado para causar dano (Ireton e Posetti, p.50).

Os estudos sobre disseminação de desinformação, em grande parte, têm como foco o ambiente virtual. Alguns dos tópicos remetem mais propriamente à comunicação digital. No entanto, elas se adéquam também à reflexão sobre a comunicação praticada nos veículos tradicionais: jornais, rádios e TVs. Especialmente o falso contexto, o conteúdo manipulado e até mesmo a falsa conexão podem ser identificados em veículos da mídia hegemônica.

Nesse sentido, vale ressaltar o aspecto da veracidade contido na desinformação. A popularização do termo *fake news* contribuiu para a associação da desinformação com a mentira. No entanto, a utilização de informações que não são totalmente inverídicas, mas apresentadas fora de contexto, manipuladas, falsamente conectadas, tem um enorme potencial de causar dano. Schauer e Zeckhauser (2009 apud Fallis, 2015), alertam que o engano por meio de informações verdadeiras pode ser mais perigoso do que o que se utiliza de informações totalmente inverídicas. No mesmo sentido, Don Fallis (2015, p. 417) considera que

"se você não disser nada falso, será mais difícil provar que você estava tentando enganar alguém. Portanto, aqueles que desejam enganar alguém têm um incentivo para se apegar à verdade, se puderem, ao mesmo tempo que ainda enganam" (tradução nossa)[3].

Do ponto de vista do cidadão que é alvo da desinformação, perceber a manipulação sutil exige mais tempo de verificação e, principalmente, maior sensibilidade e repertório de conhecimento contextualizado do que identificar algo absolutamente falso. Sobretudo quando a estratégia de utilização de fatos para enganar encontra amparo em veículos que por sua natureza são, aos olhos da população, portadores de credibilidade, como os veículos de comunicação pertencentes aos maiores grupos do setor. Esses são, muitas vezes, referências como fonte de informação segura e confiável, utilizada para checagem de algo que circula no ambiente virtual e que é visto com desconfiança. Assim, a responsabilidade da mídia tradicional deveria ser percebida como ainda mais importante.

Deve-se ressaltar, no entanto, que a conceituação de desinformação como informação inverídica é habitualmente empregada. O *Oxford Dictionary* apresenta a seguinte definição: "informações falsas fornecidas deliberadamente, especialmente por organizações governamentais" [4] . O *Webster Dictionary* define desinformação como: "informações falsas espalhadas de forma deliberada e muitas vezes encoberta (como por meio de boatos) para

[3] "if you do not actually say anything false, it is more difficult to prove that you were trying to mislead anyone. Therefore, would-be deceivers have an incentive to stick to the truth, if they can, while still deceiving".

[4] "false information that is given deliberately, especially by government organizations". Disponível em: https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/american_english/disinformation#:~:text=disinformation-,noun,very%20plausible%20piece%20of%20disinformation . Acesso em: 7 nov. 2023.

influenciar a opinião pública ou obscurecer a verdade"[5]. As duas trazem referência à intenção de desinformar, tema já abordado anteriormente.

Autoengano

Em "A Era da Desinformação", Marco Schneider (2022, p. 78) analisa os conceitos de desinformação e destaca que "há principalmente ambiguidades, imprecisões, usos diferenciados dos mesmos termos e, enfim, ausência de um acordo na literatura especializada, até onde pude verificar". O autor recorre a Thomas Froehlich (2017) para aprofundar a reflexão sobre o papel do autoengano nesse contexto. Schneider considera que "o autoengano que ignora evidências que o contrariam é um fator central da crise contemporânea da verdade" (Schneider, 2022, p. 85).

O autoengano é objeto de estudo da psicologia apontado como um entorpecimento em relação à realidade e motivado por necessidade de segurança (Goleman, 1985). A fuga como estratégia para atenuar angústias e sofrimentos diante dos fatos. A referência ao autoengano no comportamento de massas é realizada em momentos históricos em que líderes conquistaram apoio de parcelas significativas da população com argumentações baseadas em mentiras. Hannah Arendt (1999) considera que parte significativa da sociedade alemã incorreu no autoengano ao sustentar o apoio às teorias nazistas de Adolf Hitler.

Mas, voltemos à Froehlich. O que sustenta o autor? Froehlich (2017) entende que existem duas vertentes de autoengano. A primeira tem uma motivação, um objetivo concreto, como obter ganhos políticos ou sociais, o que ele classifica como *autoengano motivado* (Froehlich,

[5] Texto original: "false information deliberately and often covertly spread (as by the planting of rumors) in order to influence public opinion or obscure the truth". Disponível em: https://www.merriam-webster.com/dictionary/disinformation#:~:text=disinformation%20%E2%80%A2%20%5Cdis%2Din%2D,opinion%20or%20obscure%20the%20truth acesso em 07 nov. 2023.

2017, n. p.). Nas recentes disputas políticas no Brasil, temos acompanhado diversos exemplos desta modalidade do autoengano, em que há negação da realidade, apesar de não faltarem provas de como ela se apresenta, diante da intenção política de seguir uma linha de *narrativa* (expressão adotada pela extrema direita) que mobilize seus seguidores e garanta repercussão de suas teorias, ainda que sem fundamento. Durante o período da pandemia da Covid-19, pudemos observar atores sociais que propagaram pontos de vista contrários ao que era comprovado cientificamente fazendo deles bandeiras de luta política. No *autoengano motivado*, a defesa de teorias conspiratórias ou negacionistas (como veremos adiante) tem objetivos concretos: angariar seguidores e votos; enfraquecer inimigos ou fortalecer aliados políticos, abrindo possibilidade de recompensas imediatas ou a longo prazo.

Froehlich acredita que há também pessoas que buscam o viés de confirmação, deixam de lado fatos e dados que não desejam que sejam verdadeiros, com objetivo de evitar a consciência sobre algo que ameace a sua felicidade e bem-estar, neste caso sem obter ganhos concretos ao crer em falsas informações, o que se constituiria em *autoengano imotivado*. O autor se refere à pesquisa realizada na Carnegie Mellon University que indica que muitas pessoas evitam informações desconfortantes, ainda que essas possam ajudar à tomada de decisões importantes (Rea e Shilo, 2017 apud Froehlich, 2017). É possível inferir que quanto maior a polarização, como se constatou recentemente no Brasil, maior a possibilidade de incorrer no *autoengano imotivado*, considerando o alto custo emocional de assumir uma mudança de posição em conjuntura de opiniões radicalizadas.

Negacionismo

As ondas de desinformação adquirem, através do tempo, múltiplas configurações e acionam novos conceitos. Ou ressuscitam

antigos, conforme o caso. O negacionismo é um deles. Não pretendemos nos aprofundar no tema, que por sua complexidade demandaria tempo e espaço não disponíveis e desvirtuaria o caminho a ser seguido, mas consideramos necessário fazer considerações pontuais a esse respeito no âmbito de seu papel na desinformação.

O termo negacionismo tem origem no uso feito pelo historiador francês Henry Rousso para se "referir àqueles que negavam o holocausto promovido pela Alemanha nazista na Segunda Guerra Mundial" (Morel, 2021, p. 3). A corrente negacionista, inspirada em Roubert Faurisson, alega que as câmaras de gás nunca existiram ou tinham objetivo de higienizar os confinados nos campos de concentração. As mortes do Holocausto teriam sido causadas pela desnutrição após a viagem dos prisioneiros e não configurariam genocídio. A intenção de classificar tais posições como revisionismo histórico é repudiada pelos pesquisadores que entendem que essa é uma estratégia de revestir de credibilidade os que buscam negar crimes hediondos comprovados historicamente.

O uso instrumentalizado do passado é uma arma poderosa e eficaz na construção de uma sociedade brutalizada, violenta e incapaz de reconhecer e se responsabilizar pelo outro. O negacionismo é parte de um processo de tentativa de fascistização das relações sociais, da forma como compreendemos o mundo e de como tentamos ressignificar o passado tentando "regenerar" e "limpar" o presente de um "passado indesejado" (Schurster, Gherman e Ferreiro-Vazques, 2022, p. 31).

Schuster, Gherman e Ferreiro-Vazques consideram que o esquecimento ou a negação do passado podem buscar uma "forma superficial de cura" com risco de se transformar "numa 'mentira coletiva'" (Schurster, Gherman e Ferreiro-Vazques, 2022, p. 37). Onde quer que prospere, o negacionismo articula um campo político-intelectual ancorado a uma estratégia com fins políticos e econômicos

normalmente de alcance internacional. Prática evidente no negacionismo climático, que contesta os impactos da atividade humana sobre o meio ambiente, incluindo a relação entre o aquecimento global, o desmatamento e a queima de combustíveis fósseis.

No caso brasileiro, Ana Paula M. Morel (2021) destaca os vínculos políticos e a diversidade dos tipos de negacionismo, como o racial (ancorado no mito da democracia racial), o científico (em que os movimentos antivacina e terraplanistas seriam expoentes) e o histórico (marcado pela negação do Golpe de 1964).

Defensores da ditadura civil-militar implantada no Brasil (1964-1981) - desconsiderando fartas evidências, testemunhos e documentação - contestam que houve prisões arbitrárias, torturas, assassinatos. Se dedicam assim à tentativa de violar a história constituindo uma narrativa que busca criar imagem heroica das Forças Armadas, apresentando-as como dedicadas a preservar a democracia. Tal teoria negacionista ganhou espaço com a ascensão da extrema direita e se transformou em discurso oficial durante o mandato do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro[6]. Com tal amparo, tornou-se explícito e foi levado às ruas por grupos que passaram a reivindicar assumidamente a volta do regime militar. Em manifestações públicas, esses conservadores acionaram uma memória ilusória sobre os governos da ditadura e defenderam que a volta ao poder dos militares - que seriam idôneos e incorruptíveis - resolveria os problemas do Brasil.

Na concepção de Morel (2021), as teorias negacionistas surgem, em muitos casos, produzidas e disseminadas por pessoas e grupos com interesses concretos em seu espraiamento: os *negacionistas profissionais* financiados para tal prática. Em busca de benefícios econômicos ou

[6] Jair Bolsonaro afirmou, em várias ocasiões, que o período de governo militar no Brasil não foi ditatorial, inclusive em 2019, já como presidente. Disponivel em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-03/para-bolsonaro-nao-houve-ditadura-no-brasil . Acesso em: 4 nov. 2023.

políticos, dissimulam suas conexões empresariais e/ou partidárias, investem na criação de argumentos que sustentem as teses que confrontam a realidade e na ampla disseminação das mesmas, conquistando adeptos na população. Estratégia facilitada pela conexão em rede. Morel considera que os *profissionais* são os principais responsáveis pelo sucesso das teorias conspiratórias, porém a engrenagem conspiracionista conta com apoio mais amplo por parte daqueles que não são beneficiados diretamente, mas se sentem recompensados por se integrarem ao mecanismo.

> O conforto emocional possibilitado por compartilhar narrativas e notícias que, mesmo que irreais, desqualificam valores opostos aos seus. Elas favorecem o combate contra grupos tidos como inimigos (chineses, feministas, comunistas e gays, para usar alguns exemplos comuns) ao mesmo tempo em que reforçam os valores de determinado grupo, ao qual dão uma sensação de pertencimento. Nesse emaranhado, não podemos subestimar o crescimento das religiões neopentecostais e sua relação com o crescimento do negacionismo (Morel, 2021, p. 6).

Ao abordar a desinformação pautada no negacionismo científico, torna-se necessário registrar que a modalidade ganhou força nos últimos anos com a pandemia da Covid-19. O movimento antivacina, ignorando pesquisas de instituições internacionalmente reconhecidas, se empenhou na construção de discurso com apelos pretensamente técnicos para contestar a gravidade e potencial letal do novo coronavírus, a eficácia das vacinas e, além disso, estimular alternativas como o tratamento precoce, sem validação científica. Um quadro agravado no Brasil pelo fato desse ter se tornado o discurso reverberado cotidianamente pelo então presidente da República Jair Bolsonaro. O negacionismo, não raramente, encontra apoio e complementariedade

em teorias conspiratórias: mais uma forma de desinformação recorrente.

Conspiracionismo e novo conspiracionismo

Assim como no negacionismo, as teorias conspiratórias nos apontam um universo amplo e intrincado que exigiria maior profundidade na abordagem. Diante das limitações do presente artigo, mas considerando a importância do conspiracionismo no ecossistema de desinformação, optamos por pontuar apenas alguns aspectos referentes ao conceito que contribuirão com a reflexão aqui proposta.

O acionamento de teorias conspiratórias como ferramenta de disputa de hegemonia é uma prática conhecida. A revelação de algo que se configura como uma realidade até então desconhecida, ao alcance apenas dos que têm acesso à informação privilegiada e que inverte a visão que vinha sendo adotada como única pela maioria, é estimulante e mobilizadora. Swami e Furnham (2014, p. 220), definem as teorias conspiratórias da seguinte forma: "as teorias da conspiração podem ser descritas como um subconjunto de falsas verdades em que se acredita que a causa final do evento seja alcançada por uma trama de várias pessoas trabalhando juntas por um objetivo específico geralmente ilegal e secreto" (tradução nossa)[7].

Bessi, Coletto, Davidescu, Scala, Caldarelli e Quattrociocchi (2015, p. 2) ressaltam como características marcantes desse tipo de retórica a simplificação e acionamento da desconfiança: "narrativas fundamentadas em teorias da conspiração tendem a reduzir a

[7] "conspiracy theories are a subset of false beliefs in which the ultimate cause of an event is believed to be due to a plot by multiple actors working together with a clear goal in mind, often unlawfully and in secret"

complexidade da realidade e são capazes de conter a incerteza que geram" (tradução nossa)[8].

Estudos recentes apontam que a simplificação é distintiva de um novo tipo de conspiracionismo. Em *A lot of people are saying: the new conspiracism and the assault on democracy*, Muirhead e Rosenblum (2019) destacam a originalidade das conspirações contemporâneas que se caracterizam por dispensar hipóteses complexas, provas, explicações ou mesmo qualquer teoria. As teorias conspiratórias atuais têm como base a afirmação de ideias triviais: "para os novos conspiracionistas, toda a energia é direcionada para a repetição e a afirmação. A repetição é o oxigênio do novo conspiracionismo e, às vezes parece todo o seu propósito" (Muirhead e Rosenblum, 2019, p. 32, tradução nossa)[9]. Dessa forma, as características das redes sociais - com a concisão dos textos, a prevalência da imagem e a capacidade de viralização - as constituem como ambiente perfeito para esse conspiracionismo desprovido de teorias e evidências.

Os autores destacam a tendência à insinuação, que se apresenta por meio de perguntas que seriam capazes de desvelar segredos por fim nunca revelados. Tais insinuações não são respondidas e servem somente para substituir as explicações aprofundadas a respeito de questões sociais complexas. De fato, a peculiaridade da simplicidade se opõe ao fardo da explicação. A questão principal é que o funcionamento da democracia depende da verificação dos fatos e do diálogo racional acerca das questões sociais. Essa estratégia traz reflexos múltiplos: "As consequências das acusações incessantes de conspirações secretas e conspiradores nefastos são políticas, mas, ao mesmo tempo elas nos

[8] "Narratives grounded on conspiracy theories tend to reduce the complexity of reality and are able to contain the uncertainty they generate"

[9] "For the new conspiracists, all the energy is directed at repetition and affirmation. Repetition is the new conspiracism's oxygen and, it sometimes seems, its whole purpose"

afetam pessoal e individualmente"[10] (Muirhead e Rosenblum, 2019, p. 9, tradução nossa). Como resultado, há a desorientação (individual e coletiva) causada por acusações que aprofundam o limite do absurdo buscando provocar raiva e paralisia dos opositores. Outro efeito é a deslegitimação das instituições e a destruição dos próprios fundamentos da democracia. Como nos indicam Muirhead e Rosemblum.

> A nova conspiração esgota a sensação de que o governo democrático é legítimo sem fornecer qualquer padrão alternativo. Opera ao nível das atitudes e emoções dos cidadãos, insistindo que os elementos definidores da ordem política não são dignos de apoio"(Muirhead; Rosemblum, 2019, p. 33, tradução nossa)[11].

Perspectiva em diálogo com Bessi et al. (2015, p. 2, tradução nossa) que consideram e as teorias conspiratórias "são capazes de criar um clima de desengajamento da sociedade convencional e de práticas oficialmente recomendadas"[12].

O governo do ex-presidente Jair Bolsonaro é rico em exemplos da exploração do novo conspiracionismo. A prática de lançar acusações sem provas, levantar suspeitas, fazer insinuações e realizar ataques de forma infindável, desorientando seus opositores, foi a tônica de seu mandato. Quadro que se tornou mais explícito durante o período da pandemia da Covid-19. O então presidente deu voz a teorias

[10] "The consequences of incessant charges of secret plots and nefarious plotters are political, but at the same time they affect us personally and individually"

[11] "The new conspiracism drains the sense that democratic government is legitimate without supplying any alternative standard. It operates at the level of citizens' attitudes and emotions, insisting that the defining elements of political order are not worthy of support"

[12] "They are able to create a climate of disengagement from mainstream society and from officially recommended practice"

conspiratórias, entre elas, a de que o novo coronavírus foi criado na China como estratégia de disputa comercial[13].

No campo político-eleitoral, teorias conspiratórias também tiveram espaço garantido no discurso presidencial. A descredibilização das urnas eletrônicas com a suspeita de manipulação de resultados, o que nunca foi comprovado, foi a principal delas. O presidente foi alvo de inquérito da Polícia Federal por atacar a lisura do processo eleitoral em transmissão simultânea ao vivo na TV Brasil e no *Youtube*, em julho de 2021. O inquérito concluiu que o presidente e os demais participantes da transmissão agiram: "com dolo, consciência e livre vontade, na produção e divulgação, por diversos meios, de narrativas sabidamente não verídicas ou sem qualquer lastro concreto"[14]. O documento aponta que o propósito foi de "promover mais adesão de apoiadores e outros difusores aos interesses dessa organização". Ações que, como observado por Muirhead e Rosemblum (2019), corroem o processo democrático.

Desinformação como objeto no Campo

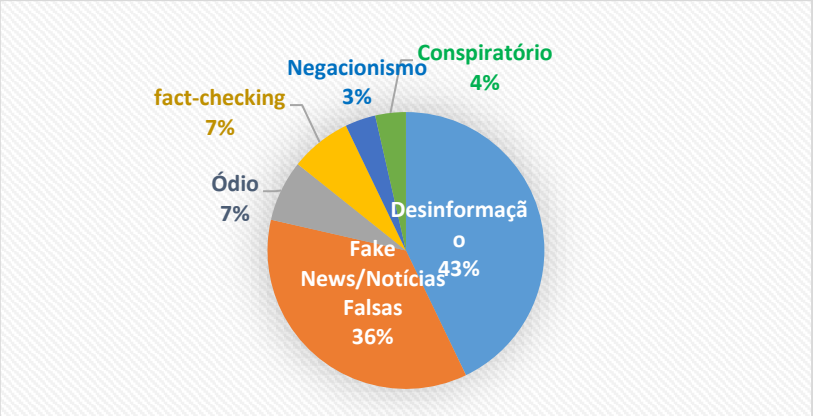
Considerando os impactos profundos da desinformação na contemporaneidade, buscamos identificar sinais da dimensão dos estudos sobre o tema no Campo comunicacional. Tomamos como exemplo para análise no presente artigo as pesquisas apresentadas nos congressos anuais da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação (Compós) nas últimas duas décadas. O levantamento, que

[13] Disponível em: https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/saude/bolsonaro-volta-a-insinuar-que-china-tem-culpa-por-pandemia,cb85bfb18eade1bfde10ba706541587baqf1qdp9.html . Acesso em 6 nov. 2023.

[14] Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-promoveu-desinformacao-defendeu-teorias-da-conspiracao-em-live-sobre-urnas-diz-pf-1-25322344>. Acesso em: 18 out. 2023.

observou os títulos dos estudos publicados nos anais de 2002 a 2022, identificou que apenas a partir de 2018 foram apresentadas pesquisas sobre o assunto. A busca foi realizada manualmente com análise com palavras referentes a diversos enfoques de desinformação: *fake*, falso/a, negacionismo, teorias conspiratórias/conspiracionismo, ódio, desinformação. Constam dos anais dessas duas décadas 2.968 trabalhos apresentados nos Grupos de Trabalho (GTs) e destes, 27 abordaram temas relacionados à desinformação, sendo seis em 2022; sete em 2021; seis em 2020; seis em 2019; e dois em 2018. Entre as palavras identificadas, 12 continham o termo desinformação; 10 *fake news* ou notícias falsas; duas *fact-checking*; duas ódio, uma conspiratório e uma negacionismo. Um dos títulos incluía dois termos simultaneamente (*fake news* e *fact-checking*).

Gráfico 1 - Análise de trabalhos apresentados nos GTs da Compós com palavras com referência à desinformação (2002-2022)

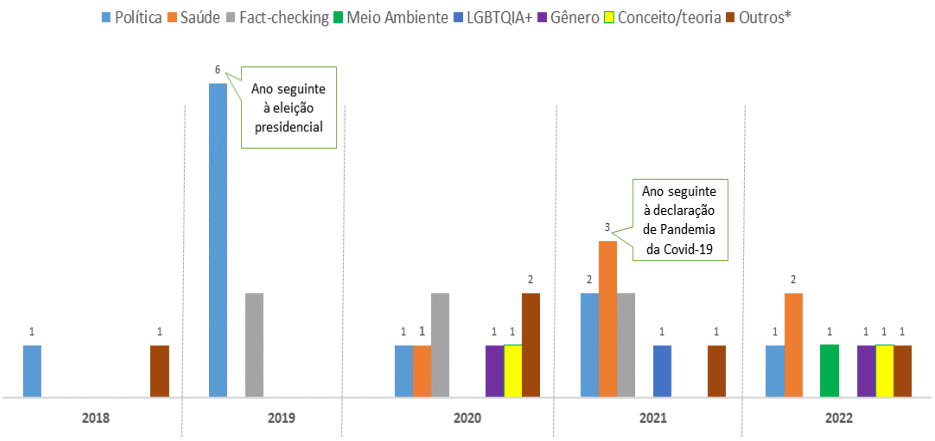


Fonte: elaboração própria com base nos anais da Compós.

Ao refinar a análise por meio da avaliação dos resumos, e quando necessário dos textos integrais, observamos que a temática mais frequente abordada pelos estudos foi a política, com 11 ocorrências; seguida de saúde e *fact-checking*, cada um com seis ocorrências; gênero e conceito/teoria com duas cada; e meio-ambiente e LGBTQIAP+ com

uma cada. Houve ainda cinco ocorrências de temas classificados como outros, incluindo *deep fake*, jornalismo, relações sociais.

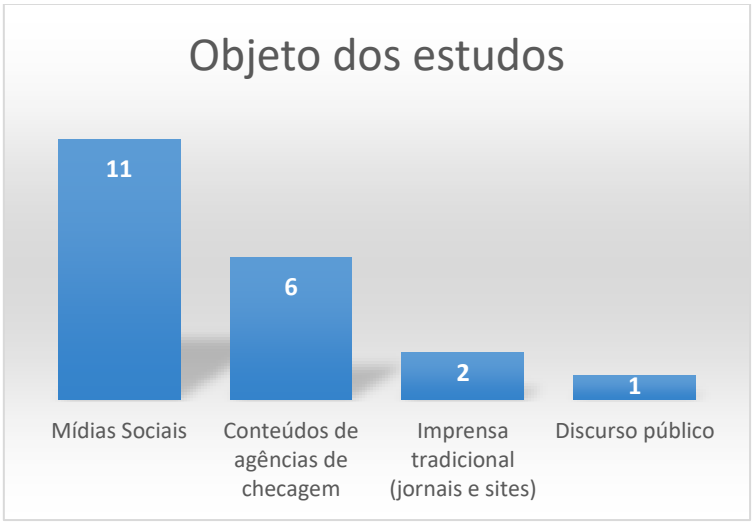
Gráfico 2 - Análise de trabalhos apresentados nos GTs da Compós com classificação temática dentro de desinformação (2002-2022)



Fonte: elaboração própria com base nos anais da Compós

Quanto aos objetos dos estudos, identificamos que 11 analisam redes sociais, como *Youtube, Twitter, Facebook* e *Instagram*. Seis elegeram materiais de agência de checagem, enquanto apenas duas pesquisas têm como alvo a imprensa tradicional, abrangendo jornais e sites. Não foram encontradas pesquisas sobre televisão e rádio.

Gráfico 3 - Análise do objeto dos trabalhos apresentados nos GTs da Compós (2002-2022)



Fonte: elaboração própria com base nos anais da Compós

Considerações finais

No presente estudo - sem a pretensão de esgotar um tema que se revela amplo, em mutação e alvo de interpretações diversas - buscamos realizar discussão conceitual que visa contribuir para o aprofundamento da reflexão sobre o fenômeno da desinformação, que tem se amplificado com consequências marcantes sobre a vida contemporânea e sobre as disputas de sentido na sociedade.

O percurso metodológico consistiu na revisão bibliográfica, ressaltando visões complementares sobre a temática. Discutimos diferentes aspectos que indicam que a desinformação é mais complexa e abrangente do que as *fake news*, podendo ser identificada também em textos e imagens que não são classificados como falsos, o que torna seu enfrentamento mais desafiador. Alguns estudos aqui elencados apontam para a possibilidade da característica desinformativa estar presente em detalhes, na descontextualização ou na manipulação. Da mesma forma, chama atenção a intencionalidade da prática como determinante para sua classificação, assim como o envolvimento dos disseminadores da desinformação que podem incorrer no autoengano motivado ou imotivado. Destaca-se ainda a sua ancoragem em outros fenômenos como o negacionismo e o novo conspiracionismo. Abordamos, de forma complementar, a presença da prática desinformativa para além das redes sociais e os interesses envolvidos na disseminação da desinformação, relacionando essa prática aos objetivos com que é utilizada na contemporaneidade, particularmente no Brasil.

O levantamento sobre a abordagem no Campo da comunicação, através de mapeamento realizado nos anais dos congressos da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação (Compós) durante duas décadas indicou o quão recente é a incidência do estudo da temática e a baixa frequência do enfoque relacionado à mídia tradicional.

Como apontamentos para pesquisas futuras, entendemos que as discussões aqui realizadas indicam a necessidade de aprofundar o levantamento do estado da arte, realizando pesquisas em outras fontes de destaque como os anais da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolítica) e da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom).

Da mesma forma, consideramos que torna-se necessário ampliar a reflexão sobre como a desinformação se espraia para além das redes sociais, se revestindo de credibilidade na mídia tradicional; seu acionamento pelas forças de extrema direita que fazem desta uma ferramenta potente na disputa hegemônica; suas consequências no abalo do Estado Democrático de Direito e, por fim, a contribuição possível dos pesquisadores do Campo da comunicação em criar mecanismos de inibição de tal prática, considerando que este se apresenta como compromisso importante dos que defendem a democracia.

Referências

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BESSI, Alexandre; COLETTO, Mauro; DAVIDESCU, George Alexandro; SCALA, Antonio; CALDARELLI, Guido; QUATTROCIOCCHI, Walter. Science vs conspiracy: Collective narratives in the age of misinformation. **PLoS One**, v. 10, n. 2, p. 1-17, 2015.

BRISOLA, Anna; BEZERRA, Arthur C. Desinformação e circulação de "*fake news*": distinções, diagnóstico e reação. XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2018. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102819. Acesso em: 12 mar. 2023.

FALLIS, Don. What is Disinformation? **Library Trends**, v. 63, n. 3, p. 401-426, 2015.

FROEHLICH, Thomas J. A not-so-brief account of current information ethics: the ethics of ignorance, missing information, misinformation, disinformation and other forms of deception or incompetence. **Textos Universitaris de Biblioteconomia i Documentació**, n. 39, dez. 2017. Disponível em: http://bid.ub.edu/en/39/froehlich.htm. Acesso em: 30 mai. 2023.

GOLEMAN, Daniel. **Vital Lies, simple truths:** the psychology of self-deception. London: Bloomsbury, 1985

INTERVOZES. Desinformação: ameaça ao direito à comunicação muito além das *fake news*. **Intervozes**, jul. 2019. Disponível em: https://intervozes.org.br/publicacoes/desinformacao-ameaca-ao-direito-a-comunicacaomuito-alem-das-fake-news/. Acesso em: 20 mai. 2023.

IRETON, Cherilyn; POSETTI, Julie. Jornalismo, *fake news* e desinformação: manual para educação e treinamento em jornalismo. UNESCO, 2019. **Unesco**. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368647/PDF/368647por.pdf.multi. Acesso em: 4 jun. 2023.

JORNAL NACIONAL. Confira algumas das reportagens que marcaram a segunda década da TV Globo. **Globoplay**, 21 de abril de 2015. Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/4126410/. Acesso em: 15 out. 2023.

LEAL, Bruno. Historiador explica que não havia risco de "golpe comunista" em 1964. **Café História**. 2021. Disponível em: https://www.cafehistoria.com.br/historiador-explica-que-nao-havia-risco-de-golpe-comunista-em-1964/. Acesso em: 13 mai. 2023.

MOREL, Ana Paula Massadar. Negacionismo da Covid-19 e educação popular em saúde: para além da necropolítica**. Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, p. 1-14, 2021.

MUIRHEAD, Russel; ROSENBLUM, Nancy. **A lot of people are saying:** the new conspiracism and the assault on democracy. New Jersey: Princeton University Press, 2019.

SCHNEIDER, Marco. **A era da desinformação:** pós-verdade, *fake News* e outras armadilhas. Rio de Janeiro. Garamond, 2022.

SCHURSTER, Karl; GHERMAN, Michel; FERREIRO-VÁZQUEZ, Óscar. (Org). **Negacionismo:** a construção social do fascismo no tempo presente. Recife: EdUPE, 2022.

SWAMI, V.; FURNHAM, A. Political paranoia and conspiracy theories. *In:* J. Prooijen & P. Lange (Eds.). **Power, Politics, and Paranoia**: Why People are Suspicious of their Leaders. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

WARDLE, Claire.; DERAKHSHAN, Houssein. Information Disorder: Toward an Interdisciplinary Framework for Research and Policymaking. Council of Europe, 2017. **First draft news**. Disponível em: https://firstdraftnews.org/glossary-items/pdf-wardle-c-derakshan-h-2017-information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research-and-policy-making-council-of-europe/. Acesso em 12 mar. 2023.

Representação e representatividade no ecossistema midiático contemporâneo: problemas conceituais e políticos[1]

Luanda Dias Schramm
Eduardo Klein Kohl

Nas últimas décadas, a emergência e a circulação de discursos identitários no ecossistema midiático têm produzido rearranjos importantes na forma como diferentes grupos sociais demandam reconhecimento e visibilidade. A presença de identidades sociais historicamente marginalizadas em posições de destaque — especialmente no campo da mídia audiovisual corporativa — tornou-se um dos aspectos centrais das disputas simbólicas atuais[2]. A crescente reivindicação por representatividade, motivada pela histórica sub-representação de grupos racializados, sexualmente dissidentes, ou de gênero, e impulsionada por movimentos sociais e lutas por reconhecimento, vem sendo frequentemente apropriada por estratégias de mercado que incorporam pautas identitárias sem, contudo, modificar as estruturas materiais ou simbólicas de exclusão que as motivam.

A resposta da mídia corporativa a essa demanda é marcada por estratégias de apropriação e neutralização simbólica, como a

[1] Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no X Encontro Nacional da Ulepicc Brasil - UFS, São Cristóvão - SE, de 27 a 30 de novembro de 2024. Agradecemos aos participantes do GT8 - Estudos críticos de identidade, gênero e raça - pelo debate.
[2] Ver, por exemplo: Lopes e Almeida (2021).

tokenização, o *pinkwashing* ou o *queerbaiting*, que operam sob a lógica da indústria cultural. Esses mecanismos, mais voltados à captação da atenção e à reprodução de lógicas mercadológicas do que à transformação estrutural das desigualdades, podem dar aparência de diversidade e pluralidade, ao mesmo tempo em que reforçam categorias essencialistas e relações de poder naturalizadas.

Nesse contexto, o termo "identitarismo" emerge como uma categoria ambivalente de acusação: à esquerda, é utilizado para criticar a fragmentação das lutas emancipatórias; à direita, serve como retórica reacionária diante da ascensão de sujeitos subalternizados ao espaço público. O identitarismo revela-se uma armadilha conceitual e política, quando dissociado de projetos coletivos e estruturais de transformação social.

Esse fenômeno impõe desafios teóricos e políticos relevantes, tanto ao campo da Economia Política da Comunicação (EPC), quanto às teorias da representação e da democracia. O conceito de representação, em suas múltiplas dimensões — política, simbólica, descritiva e sobretudo midiática — é fundamental para compreender os impasses contemporâneos das lutas por reconhecimento. Em um contexto de midiatização generalizada da vida pública, os meios de comunicação operam não apenas como transmissores de informação, mas como agentes políticos que participam da mediação entre representantes e representados, como agentes do cultivo de concepções de realidade, e como fonte principal de modelos identificatórios. Mais do que demandar visibilidade, os grupos subalternizados enfrentam o desafio de disputar as formas e os sentidos da própria representação no interior de sistemas democráticos mediados e desiguais.

A partir de uma abordagem crítica e genealógica do conceito de representação política, o texto explora como as disputas semânticas em torno das categorias de identidade, representação e reconhecimento

impactam a representatividade midiática, tensionando as limitações de uma política fundada exclusivamente na visibilidade ou na interpelabilidade identitária, especialmente quando desvinculada da crítica às desigualdades estruturais e às formas de dominação simbólica naturalizadas. O capítulo mobiliza referenciais dos estudos críticos da mídia, da teoria política e dos estudos culturais para compreender como a lógica cultural do capitalismo tardio reconfigura as formas de subjetivação política, incorporando demandas por diversidade sem necessariamente promover redistribuição material ou transformação das hierarquias sociais. A pesquisa busca contribuir para o debate sobre os limites e potencialidades das políticas de identidade no contexto de uma esfera pública midiatizada e marcada pela lógica da mercantilização da diferença.

Para avaliar os dilemas que emergem da representação política de identidades sociais minoritárias em posições de destaque no ecossistema midiático contemporâneo, é necessário fazer um breve percurso pela história do conceito de representação, para entender como os múltiplos sentidos associados a esse termo impactam a representação política e, por extensão, a representatividade midiática.

Representação política e representatividade midiática

No mundo ocidental, desde o pós-II GM, a ideia de democracia representativa tem sido a única forma legítima de exercício do poder político. No ideário democrático liberal, a representação política aparece como uma variante da democracia direta, adaptada à sociedades complexas, diante da explosão demográfica e ampliação das franquias eleitorais que impossibilitam o exercício da democracia direta.

O governo representativo, porém, se instituiu como uma alternativa conscientemente escolhida ao autogoverno popular (Manin, 1997). Segundo Manin, a ideia comum de que a natureza não

democrática do governo representativo reside na restrição das franquias eleitorais, que foram gradualmente ampliadas ao longo dos séculos 19 e 20, ofusca a percepção de que, independentemente dessas restrições, havia também uma série de arranjos e circunstâncias que assegurariam que os eleitos seriam de um nível social mais elevado do que o eleitorado. O governo representativo foi instituído com a plena consciência de que os representantes eleitos seriam e deveriam ser cidadãos distintos, socialmente diferentes daqueles que os elegeram. (Manin, 1997:94)

Embora o conceito de representação política tenha se ligado à ideia de democracia, as instituições e práticas que incorporam algum tipo de representação existem em qualquer sociedade numerosa e articulada e nada têm a ver, em princípio, com a ideia de autogoverno popular. "A história do conceito e da prática da representação tem pouco a ver com democracia ou liberdade." (Pitkin, 1967:2) O fenômeno da representação transcende os limites do governo representativo e antecede o conceito moderno de representação como agir em nome de alguém; e, mesmo quando a palavra passou gradualmente a significar agência, nem o conceito nem as instituições às quais se aplicava eram ligados a eleições ou democracia, nem era uma questão de direito.

Em *The concept of representation*, Pitkin (1967) propõe compreender como o conceito de representação entrou no campo da agência e da atividade política, por meio de uma análise etimológica sociopolítica do conceito. A autora pressupõe que os vários usos de uma família singular de palavras são relacionados. Sua abordagem consiste em pensar o que a representação é, pelo que a representação significa (Pitkin, 1967, p. 225). O sentido da representação não se encontra apenas na história do governo representativo, mas também na representação artística, como um ator representa um personagem no palco, ou na produção de representações em um contrato legal. Pitkin

analisa os múltiplos significados que se anexaram ao termo representação e chama atenção para contextos não políticos no estudo da representação, tentando mostrar que a polissemia da palavra *representar* impacta os usos da noção de representação política.

Em termos gerais, representar significa reproduzir em um meio diferente, e pode assumir um sentido artístico ou teatral (ser imagem de / atuar como), designar uma relação de significação (ser indício de alguma coisa), ou de substituição (simbolizar), e ainda assumir um sentido jurídico (agir como procurador). Em todos esses usos subjaz a ideia de 'tornar presente', tornar presente algo que, no entanto, encontra-se ausente.

O termo representar é de origem latina, embora em latim seu significado original não denote agência, governo ou quaisquer instituições que pudessem constituir-se em exemplos de representação política. A palavra *representare* significava 'tornar presente 'ou 'apresentar novamente 'e, no latim clássico, seu uso era quase inteiramente reservado para objetos inanimados não tinha a menor relação com pessoas representando outras pessoas, ou com o Estado. Segundo a autora, na língua francesa, o desenvolvimento do termo foi semelhante ao latim, em que a palavra *répresenter* era usada para imagens e objetos inanimados que encarnam abstrações, antes de vir a significar algo como uma pessoa agindo por outras. Na língua inglesa, a mesma sequência de desenvolvimento, a partir da palavra *represent*, no final do século 14, que significava "trazer a própria pessoa, ou outra pessoa, à presença de alguém", "simbolizar ou encarnar completamente", "trazer à mente". O adjetivo 'representativo 'significa "que serve para representar, figurar, retratar ou delinear". Ao mesmo tempo, surgiu o substantivo 'representação', que significa "imagem, figura ou pintura". O sentido de 'atuar para 'só foi aparecer depois do século 15. A língua

alemã tem três palavras comumente traduzidas por *represent* em inglês: *vertreten*, *darstellen*, *repräsentieren*.

> *Repräsentieren* é mais formal e possui conotações mais elevadas, relativas ao bem comum, bem do Estado, etc. *Darstellen* significa 'retratar 'ou colocar algo no lugar de', enquanto *vertreten* significa 'atuar como agente para alguém', num sentido mais próximo de *repräsentieren*, embora com conotações de interesses privados, egoístas. (Cf. Pitkin, 1967:241-252; 2006:18-20).

O uso do termo representar no sentido de agência se tornou comum para designar a atuação de cavaleiros e burgueses no parlamento inglês. No início, o comparecimento ao parlamento era visto como um dever e respondia às necessidades e conveniências do rei (Pitkin, 1967, p. 244). Só gradualmente essa forma de representação começou a ser usada como forma de defender interesses locais e de controle sobre o poder do rei.

O reconhecimento gradual de que o membro poderia promover o interesse de sua comunidade, além de comprometê-la com o pagamento de tributos fez com que os cavaleiros e burgueses que iam ao parlamento começassem a ser vistos como servidores ou agentes de suas comunidades. Eles eram pagos pela comunidade e, quando retornavam, podiam ser solicitados a prestar contas do que haviam feito no parlamento. Entre os séculos 14 e 17 houve o desenvolvimento gradual da ação unificada de cavaleiros e burgueses no parlamento: eles descobriram que tinham queixas comuns, e começaram a apresentar petições comuns, em vez de apresentar apenas petições separadas. "Essa ação conjunta avançou passo a passo com uma consciência de si mesmos como um corpo único", e a evidência etimológica sugere que toda a família de termos parece ter sido aplicada primeiramente ao parlamento como um todo, ou aos 'comuns' como grupo (Pitkin, 2006, p. 22-27).

> A palavra representação sofreu uma mudança gradual de concepção e valoração até que no século 17 o direito de eleger um membro do parlamento tornou-se um dos sagrados e tradicionais 'Direitos do Ingleses', transformado em um dos 'Direitos do Homem 'pelas revoluções francesa e americana. Então a representação passou a significar participação popular, ligada à ideia de autogoverno, e incorporada às nossas instituições (Pitkin, 1967:3).

A politização da ideia de representação parece ter ocorrido, conforme a análise de Pitkin, contra o pano de fundo de uma expansão geral e da fluidez nessa região conceitual, que possibilitou a transição do antigo 'pôr-se no lugar de outros', pela via da substituição, para algo como 'atuar para outros'. De forma análoga, o conceito de representação designa, também, o uso dos variados sistemas significantes disponíveis para "falar por" ou "falar sobre" categorias ou grupos sociais, no campo de batalha simbólico das artes e das indústrias da cultura.

Pitkin reconhece em Hobbes o primeiro exame da ideia de representação na teoria política. No Leviatã, Hobbes define a representação em termos de autorização, especialmente nos termos dos aspectos formais da agência legal: um representante é alguém que recebe autoridade para agir por outro, que fica então vinculado pela ação do representante como se tivesse sido a sua própria. Hobbes salienta o caráter constitutivo da representação: Uma multidão de homens se torna uma pessoa quando é representada por um só homem ou pessoa, de maneira que tal seja feito com o consentimento de cada um dos que constituem a multidão. Porque é a unidade do representante, e não a unidade do representado, que faz a pessoa ser una. (Hobbes, 2008, p. 141)

Hobbes questiona o suposto direito divino dos reis ao conceber a representação como delegação dos poderes individuais ao soberano,

como meio de garantir a manutenção da paz e a segurança dos súditos. Porém, sua definição de representação como simples autorização pode ser interpretada como se defendesse a irresponsabilidade do soberano em relação aos súditos. O soberano não precisa prestar contas de seus atos, pois nada o obriga em relação aos representados, eles é que, por meio de um contrato entre si, se submetem à sua obrigação. O contrato não é feito entre representantes e representados, mas entre os representados, portanto, a eles cabe a responsabilidade pelos atos do soberano. Como o direito de portar a pessoa de todos é conferido ao que é tornado soberano mediante um pacto celebrado apenas entre cada um e cada um, e não entre o soberano e cada um dos outros, não pode haver quebra do pacto por parte do soberano; conseqüentemente nenhum dos súditos pode liberar-se da sujeição, sob qualquer pretexto de que o soberano transgrediu seus direitos. É evidente que quem é tornado soberano não faz antecipadamente nenhum pacto com seus súditos (Hobbes, 2008, p.150-151).

Para Pitkin, a autorização é um importante indício de representação. Hobbes propõe uma visão verdadeira, porém parcial, da representação, que a define nos termos de uma transação que tem lugar antes da representação começar (Pitkin,1967, p.39). Pitkin, porém, considera simultaneamente a plausibilidade e a inadequação da ideia de autorização. Não há representação sem autoridade para submeter a outros. Contudo, a despeito da ampla aceitação da visão hobbesiana de que representar é ser autorizado a agir em nome de outros, existem outros usos e definições de representação que não são compreensíveis do ponto de vista da autorização. A ideia de autorização enfatiza apenas a capacidade de submeter outros, não sua obrigação de agir em conformidade a alguma norma exterior ou agir de acordo com considerações específicas. Conforme Pitkin, a ideia de autorização parece explicar alguns usos dos substantivos 'representação 'e

'representante', e do verbo 'representar', mas não dá conta de outras palavras da mesma família: "It cannot tell us what 'misrepresenting 'or 'misrepresentation 'might be, nor can explain the noum 'representativeness 'or the adjective 'representative 'where is more or less synonymous with 'typical'". (Pitkin, 1967, p. 48-49)

Pitkin apresenta duas visões formalistas, que concebem a representação em termos de arranjos formais que a precedem e iniciam (autorização), e arranjos formais diametralmente opostos que a seguem e a completam *(accountability)*. Na perspectiva da representação como autorização, o momento crucial é a eleição: a delegação da autoridade dos eleitores ao representante eleito, que inicia a representação. A periodicidade eleitoral, por sua vez, é o critério fundamental da ideia de *accountability*, em que a eleição é o momento de sancionar ou não o governo anterior. A *accountability* consiste em um mecanismo formal para garantir a responsividade dos representantes, ou seja, para torná-los sensíveis aos interesses dos eleitores. É um mecanismo de controle sobre os representantes eleitos que, no desenho institucional, assegura o 'bom funcionamento 'do sistema. A *accountability* significa a disponibilidade para prestar contas das decisões tomadas de modo livre, portanto pressupõe que a autonomia dos representantes se submete aos representados, por meio do processo eleitoral com revalidação periódica. A eleição consiste em um critério definidor externo à atividade de representar. A *accountability* é complementar à autorização e igualmente formalista, ou seja, desprovida de conteúdo substantivo.

Além dos aspectos formais que caracterizam o fenômeno da representação política, Pitkin também analisa o conteúdo substantivo da representação. A substancialidade da representação política diz respeito ao tipo de relação que se estabelece entre o representante e aqueles em nome de quem ele age. Se representação significa somente o

direito formal de agir em nome de outros, renovável a intervalos periódicos, "então não pode haver algo como representar bem ou mal" (Pitkin, 1967, p.55). As visões formalistas definem o representante como alguém que foi eleito (autorização), ou que está submetido à eleição (*accountability*), mas não iluminam o que acontece durante a representação. Pitkin segue dois caminhos na análise substantiva da representação: quem é o representante? O que faz o representante? Esses dois caminhos correspondem a dois sentidos diferentes atribuídos ao termo 'representativo'.

A questão sobre quem é o representante é definida nos termos da ideia de representação descritiva: pela similaridade ou espelhamento de características; ou da representação simbólica: pelo uso de símbolos para construir uma imagem de unidade. Enquanto a representação simbólica exerce uma função integradora, a ideia de representação descritiva pressupõe que o corpo de representantes deveria consistir numa amostragem do eleitorado, ou da estrutura social, de modo que contenha membros dos grupos sociais na proporção em que são encontrados na sociedade.

Efetuar uma representação descritiva e criar um símbolo são formas de representação que denotam alguma atividade, não apenas no sentido formalista, mas substancial. Pitkin reconhece a relevância da representação descritiva e simbólica para a vida política, ainda que sejam visões parciais, que não se aplicam a outros aspectos da representação (autorização e *accountability*), nem à compreensão da representação como ação política, como agir em lugar de outros (Pitkin, 1967, p.89).

Para Pitkin, tal concepção considera o ato de representar simplesmente como uma forma de substituir ou "pôr-se por", em vez de pensá-lo como uma atividade. Nesse caso a representatividade consiste na posse de atributos específicos, e, nessa ótica, uma amostragem aleatória, ou sorteio, seria um método mais efetivo de selecionar

representantes, do que a eleição. A autora concebe a representação descritiva uma noção ingênua, que supõe que a similaridade entre representante e representado seja coextensiva à defesa dos interesses dos representados.

A definição descritiva da representação se sustenta na ideia de representatividade, em que representativo é entendido como sinônimo de mediano ou típico, enquanto a compreensão de representativo como seletivo orienta uma concepção elitista da representação, em que cabe aos melhores a capacidade de detectar e realizar o bem comum, e fundamenta a defesa da independência dos representantes. O sentido substantivo da atuação do representante é analisado nos termos da controvérsia entre 'mandato 'e 'independência'. Nesse sentido, a questão que se coloca é se um representante deve fazer o que os eleitores querem, ou o que ele acha melhor? Nesse debate, Pitkin retoma Hamilton, Jay e Madison, autores que apresentam, nos artigos Federalistas, o governo representativo como um 'substituto para o encontro pessoal dos cidadãos', que pode assegurar o 'bem público 'sem a distração de vários interesses particulares conflitantes (Pitkin, 2006, p.35). Nesse sentido, a representação "não apenas torna possível uma grande república, mas é também um meio de trazer conflitos sociais perigosos para um fórum central único, no qual podem ser controlados e tornados inofensivos pelo equilíbrio" (Pitkin, 2006, p.37). A defesa da ideia de 'mandato 'também é feita por autores como James Mill, para quem os interesses dos representantes devem ser identificados com os da comunidade; e John Stuart Mill, que afirma a importância de todos os governados terem voz no governo, "porque é difícil esperar que aqueles que não têm voz não sejam injustamente preteridos por aqueles que têm". Para Pitkin, em todas as formas de liberalismo existe, no final, algo como "um interesse público objetivo, que deve de alguma maneira

incluir e abarcar o verdadeiro interesse próprio de longo alcance de cada um" (Pitkin, 2006, p.40).

Pitkin retoma o debate entre os autores que postulam o representante como delegado que conduz o mandato de um eleitorado que ele defende, e os autores que pensam que o representante deve atuar como um 'fiduciário', que faz avaliações independentes sobre a coisa certa a fazer sob as circunstâncias políticas. O que constitui o representante é, para alguns autores, o fato de que ele é autorizado a agir por um conjunto de instituições oficiais que circunscrevem o grupo representado.

Burke, um dos primeiros defensores da independência dos representantes afirma que o governo é um 'fiduciário', deve defender não os interesses de seu distrito particular, mas o interesse da nação como um todo. Sob esse ponto de vista, os governantes compõem uma 'aristocracia natural', são naturalmente virtuosos e sábios, o que faz da Câmara dos Comuns a 'clara imagem dos sentimentos da nação'. Burke também distingue entre o chama de representação virtual e efetiva. A representação efetiva significa ter voz, de fato, na escolha do representante, enquanto a virtual significa "uma comunhão de interesses e uma simpatia de sentimentos e desejos entre aqueles que agem em nome de uma imagem qualquer do povo" (Pitkin, 2006, p.32). Outros enfocam a demanda de que um legítimo representante deve ser responsável ou prestar contas diante daqueles que representa, para que o representante não aja apenas em função de seus interesses particulares.

Pitkin argumenta que esse é um debate mal colocado, e adota uma posição conciliatória, reconhecendo a plausibilidade de ambas perspectivas: os representantes devem fazer o que querem os representados e devem poder decidir livremente o que fazer. Assim, o representante deve ter liberdade para decidir como agir diante de circunstâncias cambiantes, ou não há representação. Mas o

representante não pode permanecer alheio aos anseios de seus constituintes, ou também não há representação, pois aqueles que estão ausentes não se farão, de algum modo, presentes.

Pitkin defende a representação como algo que envolve tanto a autorização como a *accountability* e argumenta que todas essas conceitualizações aparentemente divergentes são na verdade aspectos diversos de um complexo conjunto de instituições e práticas representativas. A *accountability* ocorre durante todo o mandato, embora se cristalize na eleição. Trata-se de um processo político, não meramente técnico, e um importante indicador da qualidade da representação política. Pitkin discute algumas dificuldades de se estudar empiricamente a representação política. O representante moderno, diz a autora, age no interior de uma rede elaborada de pressões, demandas e obrigações, e há consideráveis desacordos entre legisladores sobre a maneira mais adequada de desempenhar seu papel. Os constituintes não são um grupo organizado com interesse identificável que possa ser defendido pelo representante, os interesses locais e nacionais nem sempre são conciliáveis. Além disso, o eleitor que deve ser representado não é o cidadão "racional, informado e politicamente ativo" que a fórmula parece requerer (Pitkin, 1967, p. 215-219).

A midiatização da política transformou os modos de representação ao deslocar os focos tradicionais da deliberação e da disputa política para o campo simbólico da visibilidade midiática. As imagens, narrativas e performances mediadas tornam-se elementos centrais na formação da legitimidade política e na definição do que é representável. Como destaca Bernard Manin (1997), em democracias de audiência, os eleitores escolhem representantes não por sua filiação a programas ou partidos, mas por qualidades pessoais comunicadas por meio dos meios de massa. Isso altera profundamente a dinâmica representativa e acentua a centralidade da mídia como arena política.

A percepção de ‘crise da representação ’também reflete o esvaziamento da categoria de classe social na luta política contemporânea, caracterizada pela pluralização de identidades, a partir dos movimentos sociais dos anos 1960 impulsionados pelo feminismo. Porém, a questão de classe, embora não seja mais a principal categoria identitária de pertencimento, não deixou de ser relevante, e atravessa as demais categorias que se articulam na atualidade. A questão da organização do mundo material permanece estruturando as práticas por meio das quais as pessoas se posicionam e mobilizam pertencimentos.

Não obstante, a luta por reconhecimento tornou-se, no final do século 20, a forma paradigmática de conflito político, em vez da luta por redistribuição (Fraser, 2006). Nas demandas por "reconhecimento da diferença", a identidade de grupo suplanta o interesse de classe como meio principal da mobilização política (Fraser, 2006, p. 231). Teóricos do reconhecimento como Honneth (2003) atribuem primazia ao sentimento de injustiça individual sobre as desigualdades estruturais efetivas, além de ignorar a desigualdade que não é percebida como injustiça, bem como as formas de dominação simbólica que se caracterizam pela inconsciência da relação de poder por parte dos grupos dominados (Schramm, 2014).

No desdobramento dos debates com Honneth, Fraser desenvolve um argumento que articula três dimensões centrais da justiça social: redistribuição, reconhecimento e representação. Sua abordagem busca superar as limitações de teorias que privilegiam apenas uma dessas dimensões, propondo uma estrutura integrada para analisar e combater injustiças. Ao defender a primazia da luta por justiça econômica, visando corrigir desigualdades materiais derivadas da estrutura de classes, Fraser critica abordagens que ignoram como a exploração econômica está entrelaçada com outras formas de opressão, como injustiças culturais e simbólicas, como discriminação de gênero, raça,

sexualidade ou etnia. Ao mesmo tempo, a autora rejeita políticas identitárias que negligenciem a economia, defende um reconhecimento que não reifique identidades, mas que promova igualdade de status.

Posteriormente, Fraser acrescenta a dimensão da representação, destacando a necessidade de justiça na esfera política. Questiona quem tem voz nas decisões e como estruturas institucionais podem excluir certos grupos. "A questão da representação surge quando as fronteiras do debate político são postas em questão: quem está incluído e quem está excluído? sem justiça representativa, nem a redistribuição nem o reconhecimento podem ser alcançados de forma legítima" (Fraser, 2009, p.16)

As estratégias de reconhecimento isolado, desvinculadas da redistribuição, compõem a lógica do "neoliberalismo progressista" (Fraser, 2018) — uma forma de hegemonia político-cultural que combina a valorização da diversidade simbólica com a manutenção das desigualdades estruturais promovidas pelo neoliberalismo. Essa fusão entre agendas emancipatórias e imperativos de mercado transforma a política identitária em um dispositivo funcional à reprodução da ordem dominante.

Nessa lógica, demandas legítimas por reconhecimento simbólico são capturadas por elites que mantém intocados os fundamentos econômicos da desigualdade, neutralizando o potencial transformador das lutas sociais. Frente a isso, a articulação entre reconhecimento e redistribuição torna-se não apenas desejável, mas imprescindível para o fortalecimento da democracia e a reinvenção da política emancipatória.

Entre as contribuições centrais para a crítica contemporânea às políticas identitárias e ao regime neoliberal de governamentalidade, destaca-se a obra de Wendy Brown (2006), *Regulating Aversion: Tolerance in the Age of Identity and Empire*. A autora argumenta que o discurso da tolerância, amplamente promovido pelas democracias

liberais ocidentais, funciona menos como um princípio normativo de respeito à diferença e mais como uma tecnologia de poder que opera simultaneamente nos planos político, moral e imperial. Em vez de promover igualdade ou justiça, a tolerância atua como um dispositivo de regulação das diferenças, mascarando relações assimétricas de dominação e convertendo conflitos políticos em problemas de convívio moral.

Segundo Brown, o apelo à tolerância desloca o foco das lutas por redistribuição e reconhecimento para um plano de gestão afetiva das diferenças culturais, raciais, sexuais e religiosas. A tolerância, nesse sentido, deixa de ser uma virtude democrática emancipadora e se torna uma prática regulatória: ela classifica, marca e posiciona os sujeitos dentro de uma hierarquia simbólica que distingue os que "toleram" dos que são "tolerados". Essa assimetria performa um gesto de superioridade moral, uma vez que o poder de tolerar é exercido por sujeitos supostamente civilizados, laicos e liberais, enquanto os tolerados são associados a comunidades tradicionalistas, desviantes ou problemáticas.

Além disso, Brown demonstra como o discurso da tolerância se articula com o projeto imperial estadunidense, sobretudo no pós-11 de setembro. A retórica da defesa dos valores ocidentais — como a liberdade de expressão, os direitos das mulheres ou a pluralidade religiosa — tem sido mobilizada para justificar intervenções militares e políticas externas que perpetuam lógicas coloniais sob a roupagem de uma missão civilizatória. Assim, a tolerância converte-se em um instrumento de legitimação do imperialismo contemporâneo, ao apresentar a dominação como um imperativo moral e humanitário.

Ao problematizar o enquadramento das políticas identitárias no paradigma da tolerância, Brown alerta para os riscos de uma despolitização das demandas por reconhecimento. Ao invés de desafiar as estruturas de poder que sustentam a marginalização, essas demandas

acabam por ser absorvidas na lógica neoliberal, na qual a diversidade é celebrada como valor cultural, mas esvaziada de sua dimensão contestatória. A diferença é, então, transformada em performance a ser tolerada, consumida ou administrada, sem que haja mudanças significativas nas relações sociais que a produzem como desigualdade.

A análise de Wendy Brown, nesse sentido, fornece uma crítica contundente à ideia de que o multiculturalismo liberal e a valorização da diversidade identitária representam avanços democráticos em si mesmos. Pelo contrário, ela demonstra que tais discursos podem operar como formas sutis e eficazes de reprodução da dominação, ocultando os antagonismos sociais sob a aparência de convivência pacífica. Ao situar a tolerância como uma prática regulatória que articula neoliberalismo, política identitária e imperialismo, Brown contribui para um diagnóstico crítico das formas contemporâneas de governo da diferença — e de seus limites para a realização de uma política verdadeiramente emancipadora.

A compreensão da identidade como uma construção relacional, histórica e contingente é fundamental para evitar os riscos de essencialização e reificação presentes em certas abordagens identitárias. Stuart Hall (2006) argumenta que as identidades culturais não são dadas, mas construídas por meio de processos discursivos, marcados por disputas de poder e pela historicidade das posições subjetivas. A identidade, nesse sentido, é um ponto de sutura entre discursos e práticas, sempre inacabada e em constante articulação. Essa perspectiva permite problematizar as representações midiáticas que pretendem oferecer imagens fixas ou autênticas dos sujeitos subalternizados, ignorando sua pluralidade e suas contradições internas.

Já Asad Haider (2019), ao criticar o identitarismo contemporâneo, alerta para o risco de se converter a identidade em fundamento exclusivo da política, promovendo uma lógica de

reconhecimento individualista, incompatível com a construção de alianças coletivas. Para Haider, as políticas baseadas exclusivamente na identidade tendem a substituir a solidariedade política por mecanismos de inclusão simbólica, que frequentemente ignoram as condições materiais e estruturais da desigualdade. Assim, tanto Hall quanto Haider contribuem para uma abordagem crítica da representação identitária, que recusa tanto a fixidez essencialista quanto a captura neoliberal da diferença.

Haider critica o que chama de "armadilha da identidade", argumentando que o identitarismo liberal foi cooptado pelo neoliberalismo, tornando-se uma ferramenta que dilui lutas radicais, em vez de fortalecê-las. Os movimentos identitários, ao se tornarem institucionalizados, passaram a ignorar a exploração econômica e a luta de classes, focando apenas na representação simbólica. ele rejeita a falsa dicotomia entre política racial e luta de classes, lembrando que figuras como Martin Luther King Jr. e os Panteras Negras uniram antirracismo e anticapitalismo. o neoliberalismo, porém, separou essas lutas. "A política identitária não é inerentemente progressista. tornou-se uma ferramenta para gerenciar o status quo, não para desafiá-lo" (Haider, 2019, p.45) Ele não rejeita as lutas identitárias, mas alerta que, sem a crítica ao capitalismo, elas podem se tornar vazias ou até reacionárias.

Haider argumenta que a diversidade midiática pode ser usada para mascarar injustiças estruturais, como quando empresas de mídia promovem 'inclusão 'em campanhas publicitárias, mas não combatem a precariedade laboral ou a concentração da propriedade dos meios. Aumentar a presença de minorias nas telas também não resolve problemas como o acesso desigual à produção midiática, como a permanência de estereótipos que persistem mesmo em narrativas 'diversas 'ou 'inclusivas'. Corporações de mídia transformam

demandas por representação em mercadoria, o que despolitiza as lutas, transformando-as em consumo.

Na proposta de Haider, a solução é uma promover uma coalizão anticapitalista que una raça, gênero e classe. O que só seria possível pela adoção de um universalismo radical, em que seria necessário unir demandas por representação a lutas por democratização dos meios, condições trabalhistas justas e narrativas anticapitalistas, que liguem o racismo e o sexismo à exploração de classe. "A representação identitária só é progressista quando vinculada a um projeto de transformação social. Do contrário, é só mais uma forma de marketing" (Haider, 2019, p. 78). A representatividade, nesse sentido, não é inerentemente ruim, mas deve ser criticada quando vira distração de lutas por redistribuição (mais CEOs negros não significam o fim do racismo), ou quando reproduz lógicas neoliberais (streaming com catálogo 'diverso', mas algoritmos que silenciam vozes dissidentes).

Outra autora que alerta para os riscos da estratégia identitária é Aysen Candas (2020), argumentando que a estratégia populista de esquerda, ao adotar um estilo emocional e identitário, incorre em um oportunismo míope, incapaz de enfrentar de modo eficaz a ascensão do populismo de direita. Tal abordagem, ao invés de contrapor-se às formas regressivas de dominação carismática e tradicional, pode inadvertidamente reforçá-las. A autora sustenta que a esquerda, ao aderir a uma política de mobilização afetiva centrada em identidades, perde a oportunidade histórica de apresentar alternativas programáticas e universalizáveis às crises contemporâneas.

> Em suma, a estratégia populista de esquerda pode ser reduzida ao seu oportunismo, mas seu oportunismo é cego e míope, e está, em última instância, não apenas destinado a falhar diante da estratégia populista de direita, mas também ajuda os populistas de direita a consolidar a política de estilo emocional e o princípio de liderança afetivo-identitário e

> formas de dominação tradicional e carismática como as novas regras. (Candas, 2020, p.13)

Essa crítica converge com a advertência de Audre Lorde (2019 [1980]), segundo a qual o problema não está nas diferenças em si, mas na recusa em reconhecê-las e examiná-las criticamente [3] . A supervalorização de identidades essencializadas, dissociadas de seus contextos históricos e estruturais, conduz a impasses políticos, obscurecendo tanto as alianças possíveis quanto formas concretas de opressão compartilhada. Ao insistir em uma política fundada em afetos identitários, a esquerda corre o risco de reproduzir a lógica fragmentária e emocional que alimenta as direitas autoritárias.

A mídia corporativa permanece sendo um agente privilegiado do processo de cultivo de concepções de realidade social, além de mediadora do nosso acesso aos acontecimentos da esfera política. Os meios de comunicação de massa desempenham importante papel em regimes democráticos, não como meros transmissores de informação, mas como agentes do processo político, para alguns autores substituindo instituições políticas tradicionais como os partidos políticos, ao oferecer ao público interpretações autorizadas dos eventos (Manin, 1997; Aldé, 2004). Neste sentido, os meios de comunicação integram o sistema representativo mais amplo, não apenas como mediadores da opinião pública, mas como formadores de visões de mundo, valores e agendas, participando ativamente da construção do consenso social.

A emergência das redes sociais e plataformas digitais, contudo, transformou significativamente os modos de enunciação e visibilidade das identidades políticas. Nesse novo ecossistema comunicacional, surgem oportunidades inéditas para a auto-representação de sujeitos

[3]" Certainly there are very real differences between us of race, age, and sex. But it is not those differences between us that are separating us. It is rather our refusal to recognize those differences, and to examine the distortions which result from our misnaming them and their effects upon human behavior and expectation." (Lorde, 2019 p.115).

historicamente silenciados, que agora podem disputar os sentidos de sua identidade e construir formas alternativas de reconhecimento. No entanto, essa abertura é tensionada pela lógica algorítmica que organiza a circulação de discursos nas plataformas, frequentemente guiada por critérios de engajamento, emocionalidade e rentabilidade, o que pode favorecer a espetacularização da diferença e a reiteração de estereótipos.

A representatividade identitária nos meios digitais está sujeita a uma dinâmica ambígua: ao mesmo tempo em que amplia o acesso à fala pública, também promove a fragmentação da esfera pública e a captura das lutas identitárias por lógicas neoliberais. Performances de identidade ganham centralidade como moeda simbólica em mercados de atenção, muitas vezes desvinculadas de projetos coletivos de transformação social. A lógica do "influencer" substitui a do militante, e a visibilidade individual tende a sobrepor-se à ação política coletiva, dificultando a articulação de solidariedades duradouras entre grupos subalternizados.

É nesse sentido que autores como Nancy Fraser (2018) alertam para o risco de despolitização das lutas por reconhecimento no interior do neoliberalismo tardio. A visibilidade digital, quando não articulada a processos de redistribuição material e transformação institucional, pode converter-se em mais um vetor da precarização subjetiva e política das identidades dissidentes. A centralidade das mídias tradicionais e das plataformas digitais como agentes políticos e instâncias representativas impõe a necessidade de reavaliar criticamente as estratégias de reconhecimento, evitando a armadilha do identitarismo despolitizado. Para além da visibilidade, é preciso vincular as práticas de representação a transformações estruturais concretas.

Perspectiva social, presença política e mediações simbólicas

Iris Young propõe unificar os aspectos discernidos na análise de Pitkin em uma concepção de representação como um processo diferenciado e mediado no espaço e no tempo, para lidar com um dos principais problemas da representação política nas democracias de massa, que é a questão da manutenção dos vínculos entre representantes e representados. Na qualidade de um relacionamento prolongado entre os eleitores e seus agentes, a representação oscila entre momentos de autorização e de prestação de contas: é um ciclo de antecipação e retomada entre os eleitores e o representante, no qual seus discursos e ações devem carregar vestígios de um momento ao outro (Young, 2000; 2006, p.151).

Para Young, conceber a representação como um relacionamento diferenciado entre atores plurais dissolve o paradoxo posto pela situação na qual uma só pessoa representa as experiências e opiniões de muitas outras. Contra a pretensão universalista, a autora afirma que não há uma específica vontade do povo que possa ser representada. Uma vez que o eleitorado é internamente diferenciado, o representante não se põe por ou se reporta a uma opinião ou interesse compartilhado por todos os eleitores que ele deva expressar e defender (Young, 2006, p.149). O mesmo se aplica à representação midiática, que raramente capta a complexidade dos grupos sociais que supõe representar.

A autora defende que devemos avaliar o processo de representação de acordo com o caráter do relacionamento entre os representantes e os eleitores: "O representante inevitavelmente irá se afastar dos eleitores, mas também deve estar de alguma forma conectado a eles, assim como os eleitores devem estar conectados entre si." Os sistemas de representação não são suficientemente democráticos, segundo Young, não porque os representantes não se pautam pela vontade dos eleitores,

mas por causa da perda de conexão entre eles. A conexão e a manutenção desses vínculos representativos dependem em grande medida dos fluxos de informação nas sociedades midiatizadas. A ruptura dessas conexões, acentuada por estruturas de exclusão e por fluxos assimétricos de informação, compromete a legitimidade dos sistemas representativos. Nesse sentido, o papel da mídia torna-se crucial: ela não apenas informa, mas molda a percepção dos vínculos entre representantes e seus públicos.

Young (2000) distingue três modos gerais pelos quais uma pessoa pode ser representada: interesses, opiniões e perspectivas. Em cada uma das modalidades uma pessoa pode ser representada de diversas maneiras. Uma pessoa pode representar politicamente os interesses ou as opiniões de outras, mas não uma perspectiva social diferente da sua própria. A pessoalidade da experiência comum não é representável, ou passível de delegação. A noção de perspectiva social é especialmente relevante para grupos historicamente oprimidos e evita o problema de atribuir opiniões ou interesses comuns a todos os membros desses grupos. A perspectiva social pressupõe que pessoas diferentemente posicionadas têm diferentes experiências, histórias e compreensões sociais, derivadas daquele posicionamento. Young afirma que a inclusão de perspectivas sociais marginalizadas promoveria um acréscimo de conhecimentos, vivências e pontos vista na discussão pública, com impacto na política eleitoral e em outras esferas de debate. A presença desses grupos na esfera pública ampliaria a diversidade epistêmica e política do debate democrático.

Atualmente, a percepção da não efetivação das promessas da *accountability* tem motivado o surgimento de perspectivas que promovem a revalorização da representação descritiva (Phillips, 1995; Williams, 1997; Young, 2000, 1990). Considerando a ausência, no debate público, de grupos que representam clivagens sociais

importantes, Anne Phillips (1995) defende a ideia de uma "política de presença", em contraposição aos modelos dominantes formalistas de representação política (autorização e *accountability*) que, segundo a autora, enfatizam o que ela denomina "política de ideias", uma visão normativa da representação eleitoral ligada a noção de interesses, em que a identidade do representante é considerada irrelevante. O representante é visto como intermediário técnico, cuja identidade não é importante.

A ineficácia da defesa dos interesses de grupos minoritários reivindica a presença dos integrantes desses grupos no debate público. Anne Phillips ressalta que a presença tem um efeito simbólico, que independe do resultado das políticas adotadas. A presença manifesta e atribui valor às diferenças. A defesa da política de presença se justifica também pela distribuição mais equitativa do poder político entre os grupos, além de ser uma espécie de reparação de injustiças e um remédio para a exclusão histórica.

Phillips apresenta duas objeções à 'política de ideias', que indicam a necessidade de presença política: o caráter constitutivo da representação política e a concentração de poder político em determinados grupos. O representante ajuda a formar interesses, estes não estão dados de antemão. Os representados também são constituídos no processo de representação. A concentração da vocação política em determinados grupos também é efeito de exclusões sistemáticas, que produzem a apatia e a 'falta de interesse'. Tais objeções, porém, não eliminam a importância da política de ideias, antes solicitam a intensificação do diálogo entre representantes e representados para reduzir essas assimetrias. Os interesses não são dados fixos, nem meros reflexos das clivagens sociais, nem somente construídos na esfera privada, eles são definidos (constituídos) na relação entre representantes e representados. A política de presença, nesse sentido, consiste em um

passo importante para o aprimoramento dessa relação, mas não é a única solução. Antes, é uma medida que se opõe à inércia das desigualdades.

> A política de presença insiste que a justiça democrática exige mais do que a igualdade de direitos ou oportunidades; exige também que os grupos historicamente excluídos tenham uma presença real nos espaços de decisão política. não se trata apenas do que é dito em nome deles, mas de quem está lá para dizer. (Phillips, 1995, p.5)

Phillips adverte que as crenças e prioridades políticas das pessoas não refletem simplesmente necessidades pessoais ou condições materiais. Algumas críticas à representação especial de grupos incidem sobre a suposição de que um grupo qualquer teria um conjunto de atributos e interesses comuns que poderia, em tese, ser representado.

Young admite a validade de algumas críticas à lógica identitária: "numa versão dessa crítica, nenhum representante único poderia falar por qualquer grupo, já que os indivíduos que o compõem têm relacionamentos por demais entrecruzados". Para Young, entretanto, as demandas por representação especial de grupos marginalizados não parecem ser afetadas por essas críticas, pois "no contexto das disputas práticas muitos acreditam que tais medidas são a melhor forma de dar voz a muitas questões, análises e posições injustamente excluídas". (Young, 2006, p.81-120).

Young afirma que tais práticas representativas diferenciadas são um importante instrumento de inclusão política. As objeções à representação de grupos, segundo a autora, partem de 'mal-entendidos ' sobre a natureza da representação em seu sentido mais geral: "muitos dos discursos sobre a representação assumem implicitamente que a pessoa que representa se põe numa relação de substituição ou identidade com os muitos representados". Contra a concepção de representação como substituição, partindo da contribuição de Pitkin, Young propõe

conceituar a representação como "um relacionamento diferenciado entre atores políticos engajados num processo que se estende no espaço e no tempo" (Young, 2006, p.141-142). A primazia conferida à representação proporcional de mulheres e minorias étnicas e raciais, em relação à representação de classe, se justifica na medida em que seus defensores se preocupam com a "construção de uma nova agenda política, com a articulação de vozes previamente silenciadas, e o desenvolvimento de novas tarefas e prioridades". À medida que forem incorporadas à agenda política, essas demandas perdem em parte sua urgência, como se deu com a questão de classe (Phillips, 1995, p.174-175).

Nesse sentido, a importância da presença política reside nas maneiras em que ela pode transformar a agenda pública, pela modificação da composição das elites políticas. Phillips defende um tipo de relação entre política de presença e política de ideias, em que a presença busca complementar a representação de ideias, mas não elimina a necessidade de manter o diálogo entre propostas. Tal relação é marcada pela tensão de compatibilizar diferentes mecanismos de *accountability*.

A política de presença enfrenta desafios práticos e conceituais. Em contextos marcados por desigualdades estruturais e por identidades múltiplas e interseccionais, a definição de quais grupos merecem representação especial, e de quais marcadores identitários devem ser priorizados, torna-se um dilema político permanente. Além disso, como lembra Young (2006:140), a própria tentativa de representar grupos pode resultar em processos de essencialização e exclusão interna, congelando identidades que são historicamente móveis e politicamente disputadas.

A representação descritiva, ao buscar correspondência entre as características sociais dos eleitos e da população, orienta políticas como

as cotas eleitorais, que têm se mostrado instrumentos relevantes de ampliação da diversidade política. No entanto, esses arranjos institucionais não esgotam o problema: há grupos cujas perspectivas dificilmente encontrarão espelhamento direto no parlamento ou na mídia, como as múltiplas etnias indígenas ou grupos interseccionais marcados por múltiplas exclusões. Nesses casos, o diálogo intergrupal, o reconhecimento mútuo e a construção de alianças políticas tornam-se caminhos centrais para o fortalecimento da representação democrática. Essas dificuldades indicam que não há solução meramente técnica, ou teórica, tais definições e atribuições de relevância a pertencimentos, bem como a própria formação de identidades coletivas, são questões decididas ou articuladas na própria dinâmica da luta política.

Dessa forma, para articular a análise da representação política às dinâmicas de representatividade midiática, é necessário compreender os meios de comunicação como arenas de disputa e como instituições com poder político efetivo. A busca por reconhecimento simbólico deve, portanto, ser acompanhada de demandas por *accountability*, redistribuição e transformação institucional, sob pena de a representação se reduzir a uma performance vazia e capturada pelas lógicas do mercado.

A análise aqui desenvolvida demonstra que as noções de representação e representatividade precisam ser resgatadas em sua complexidade histórica, política e simbólica para enfrentar os desafios contemporâneos das democracias midiatizadas. A simples inserção de sujeitos subalternizados na mídia ou na política institucional, sem questionamento das estruturas que organizam a exclusão, pode converter-se em uma forma de despolitização das lutas sociais.

Assim, retomar o potencial emancipador da representação exige não apenas pluralizar vozes e corpos visíveis, mas reconstruir os vínculos representativos com base em justiça redistributiva, responsabilidade

coletiva e participação ampliada. Em um cenário de crise democrática e captura simbólica, pensar criticamente a representação — política e midiática — é um passo fundamental para reinventarmos os termos da ação coletiva.

Refletir criticamente sobre os limites das políticas identitárias centradas na visibilidade individual e sobre o papel da mídia como parte constitutiva do sistema representativo contemporâneo com base nos aportes teóricos de autores como Hanna Pitkin, Iris Marion Young, Anne Phillips, Nancy Fraser, Wendy Brown, Stuart Hall e Asad Haider nos permitiu explorar alguns dos modos pelos quais a representação se articula à construção de pertencimentos, à produção de hegemonia e à formação do consenso social. Sem mediações coletivas, responsabilização política e transformação das estruturas institucionais, a representação corre o risco de se reduzir a uma performance esvaziada de conteúdo emancipatório. Os problemas teóricos que advêm do uso histórico das noções de identidade e representação impõem desafios práticos quanto ao papel dos conglomerados midiáticos na despolitização das reivindicações políticas contemporâneas. A política identitária, elemento central na luta política emancipatória e revolucionária, quando entendida como demanda individual por reconhecimento, enfraquece a possibilidade de auto-organização coletiva, mas é fundamental para qualificar a representatividade midiática e a visibilidade política de grupos socialmente marginalizados.

Referências

BROWN, Wendy. **Regulating Aversion**: Tolerance in the Age of Identity and Empire. Princeton: Princeton Press, 2006.

CANDAS, Aysen. Estratégia populista de esquerda como identitarismo afetivo. Uma oportunidade perdida em um momento crítico no qual medidas/ políticas

substantivas, racionais, não afetivas e programáticas de esquerda são necessidades imediatas – e generalizáveis. (Trad. Adriana P. Matos.) **Dissonância**: Revista de Teoria Crítica, v. 3 n. 2., p. 438-462, 2019.

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. Texto originalmente publicado na **American Affairs**, v. 1, n. 4, p. 46-64, 2017. Tradução de Paulo S. C. Neves.

_____. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era 'pós socialista'. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14-15, p.1-382, 2006.

_____. **Scales of justice** – Reimagining Political Space in a Globalizing world. New York: Columbia University Press, 2009.

_____ . **Justice Interrupts** – critical reflections on the 'postsocialist' condition. New York: Routledge, 1997.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade** - raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2019.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Londres: DP&A, 2006.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Editora Ática, 1997.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e sexo: mulheres redefinindo a diferença. In: LORDE, Audre. **Irmã Outsider: Ensaios e conferências**. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 141–154.

PHILLIPS, Anne. De uma política de idéias a uma política de presença. **Estudos Feministas,** v.1, ano 9, 2001.

_____. **The Politics of Presence**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

PITKIN, Hanna. Representação: palavras, instituições e ideias. **Lua Nova** – Revista de cultura e política, São Paulo, n.67, p. 15-47, 2006.

_____. **The concept of Representation**. University of California Press, 1967.

SCHRAMM, Luanda D. Reconhecimento, justiça e despolitização da teoria política contemporânea: uma crítica a Rawls e a Honneth. **Aracê – Direito Humanos em Revist**a, v.1, n.1, 2014.

LOPES, Ivonete da S.; ALMEIDA, Verbena C. (Orgs.). **Subversão epistêmica:** Gênero e raça na Economia Política da Comunicação. Natal, RN: Editora Xeroca!, 2021.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua** Nova – Revista de cultura e política, São Paulo: n. 67, p. 139-190, 2006.

_____. **Justice and the Politics of Difference**. Princeton: Princeton Press, 1990.

AUTORES DA OBRA

ADILSON VAZ CABRAL FILHO
Líder do grupo de pesquisa EMERGE - Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência, da Universidade Federal Fluminense. Tem pós-doutorado em Comunicação na Universidade Carlos III de Madrid e é Doutor e Mestre em Comunicação Social pela UMESP. Professor Titular e coordenador do PPGMC da UFF. Cientista do Nosso Estado pela FAPERJ. Lattes: http://lattes.cnpq.br/1787526384833274

AKEMI NITAHARA
Membro do grupo de pesquisa EMERGE - Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutoranda em Mídia e Cotidiano pelo Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC) da UFF. Lattes: http://lattes.cnpq.br/9972620795769930.

ANA REGINA RÊGO
Pesquisadora do grupo de pesquisa Perspectivas Filosóficas em Informação (Perfil-i) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Doutora em Comunicação pela UMESP. Pós-Doutorado em Comunicação e Cultura pela ECO-UFRJ e em História Contemporânea na Universidad de Sevilla. Professora da UFPI. Lattes: http://lattes.cnpq.br/3007129823835577

ANDRÉ KRON ZAPANI
Membro do grupo de pesquisa Políticas e Economia da Informação e da Comunicação (PEIC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná e Mestre em Comunicação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Lattes: http://lattes.cnpq.br/6665367683220396

ARTHUR COELHO BEZERRA
Pesquisador do Perspectivas Filosóficas em Informação (Perfil-i), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Doutor em Ciências Humanas pela UFRJ. Pesquisador titular do Ibict. Bolsista CNPq de produtividade e da Faperj - Cientista do Nosso Estado. Lattes: http://lattes.cnpq.br/1359214991662158

BIANCA DA COSTA MAIA LOPES
Membro do Perspectivas Filosóficas em Informação (Perfil-i), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Doutora e Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do Ibict. Lattes: http://lattes.cnpq.br/4727745657367721

BRUNA TÁVORA
Membro do Perspectivas Filosóficas em Informação (Perfil-i), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Doutora em Comunicação e Cultura pela ECO/UFRJ e Mestre em Comunicação e Sociedade pelo PPGCOM/UFS. Pós-doutorado em Ciência da Informação pelo IBICT. Lattes: ttp://lattes.cnpq.br/5364811894174834

CAMILLA MACHUY
Membro do Perspectivas Filosóficas em Informação (Perfil-i), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do Ibict. Mestre em Comunicação pelo PPGMC-UFF. Lattes: http://lattes.cnpq.br/3505601084443892

CHALINI TORQUATO
Pesquisadora do grupo de pesquisa Políticas e Economia da Informação e da Comunicação (PEIC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora e Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas pelo PósCom (UFBA). Professora na Escola de Comunicação ECO/UFRJ. Lattes: http://lattes.cnpq.br/2809165635300769

CINTIA AUGUSTINHA DOS SANTOS FREIRE
Membro do grupo de pesquisa EMERGE - Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutoranda em Mídia e Cotidiano pelo Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC) da UFF. Lattes: http://lattes.cnpq.br/1020253101147476

CINTHYA PIRES OLIVEIRA
Pesquisadora do grupo de pesquisa EMERGE - Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora e Mestre em Mídia e Cotidiano pelo Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC) da UFF. Lattes: http://lattes.cnpq.br/7777707018533646

DANIELLE FERNANDES RODRIGUES FURLANI
Membro do grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC) da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Bolsista do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na área da Cultura da FCRB. Lattes: http://lattes.cnpq.br/6115838176308650

DENISE JORGE TRINDADE
Pesquisadora do grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC) da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Doutora em Mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Lattes: http://lattes.cnpq.br/5648434936074740

EDUARDO KLEIN KOHL
Membro do grupo de pesquisa Políticas e Economia da Informação e da Comunicação (PEIC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduando em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda - na UFRJ. Lattes: http://lattes.cnpq.br/8537101667205656

EULA DANTAS TAVEIRA CABRAL
Líder do grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC) da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Pós-Doutorado em Comunicação pela UERJ. Doutora e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Professora do Programa de Pós-graduação em Memória e Acervos (PPGMA) da FCRB. Lattes: http://lattes.cnpq.br/1180749525319069

FRANCISCO JOSE GONÇALVES GOMES
Membro do grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC) da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Indigenista do Museu Nacional dos Povos Indígenas. Mestrando em Memória e Acervos no PPGMA da FCRB. Lattes: http://lattes.cnpq.br/7360663815255423

GILBERTO SCOFIELD JR.
Membro do grupo de pesquisa EMERGE - Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutorando em Mídia e Cotidiano do PPGMC da UFF. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Mídias Criativas da ECO-UFRJ. Lattes: http://lattes.cnpq.br/7104583037113942

GUSTAVO REQUIÃO CORREA DE MONLEVAD
Membro do grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação (EPC) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Doutorando em Comunicação Social pela PUC-Rio. Mestre em Comunicação Social pela UFRJ. Lattes: http://lattes.cnpq.br/0234379141231150

JADER C. DAMASCENO DE OLIVEIRA
Membro do grupo de pesquisa EMERGE - Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutorando em Mídia e Cotidiano pelo Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC) da UFF. Mestre em Comunicação pelo PPGCOM (UFPI). Lattes: http://lattes.cnpq.br/2450207510333047

JANAINE AIRES
Pesquisadora do grupo de pesquisa Políticas e Economia da Informação e da Comunicação (PEIC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora e Mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Professora na Escola de Comunicação ECO/UFRJ. Lattes: http://lattes.cnpq.br/4051151886203077

LARISSA GAMA LOUBACK
Membro do grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC) da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Mestranda em Memória e Acervos no PPGMA da FCRB. Especialista em Direito Constitucional Aplicado. Lattes: http://lattes.cnpq.br/5072365485958706

LARISSA MORAIS
Pesquisadora do grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação (EPC) da PUC-Rio. Doutora em Comunicação pela UFF e Mestre em Comunicação pela PUC-Rio. Pós-doutorado em Comunicação na Universidade do Minho e na PUC-Rio. Professora do curso de Comunicação e do PPGMC (UFF). Lattes: http://lattes.cnpq.br/4724094981271574

LARISSA SOUZA ROSA FARINAZZO
Membro do grupo de pesquisa EMERGE - Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutoranda em Mídia e Cotidiano pelo Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC) da UFF. Lattes: http://lattes.cnpq.br/7454307207863305

LUANA MATOS DO NASCIMENTO
Membro do grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação (EPC), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Doutoranda em Comunicação Social na PUC-Rio. Mestre em Mídia e Cotidiano pelo Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC) da UFF. Lattes: http://lattes.cnpq.br/2810017407883559

LUANDA DIAS SCHRAMM
Membro do grupo de pesquisa Políticas e Economia da Informação e da Comunicação (PEIC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Ciência Política pela Universidade de Brasília - UnB. Mestre em Comunicação pela UFF. Professora na Escola de Comunicação ECO/UFRJ. Lattes: http://lattes.cnpq.br/8043243256627350

MARCO SCHNEIDER
Coordenador do grupo de pesquisa Perspectivas Filosóficas em Informação (Perfil-i) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Doutor em Ciências da Comunicação pela ECA-USP. Mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Pós-doutorado em Estudos Culturais pela UFRJ. Pesquisador titular do Ibict. Professor de Comunicação da UFF. Cientista do nosso Estado (Faperj). Lattes: http://lattes.cnpq.br/6589062304969432

MONIQUE FIGUEIRA
Membro do grupo de pesquisa Perspectivas Filosóficas em Informação (Perfil-i) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Doutora e Mestre em Ciência da Informação pelo PPGCI do Ibict. Pesquisadora-bolsista em Combate à desinformação no Ibict. Lattes: http://lattes.cnpq.br/3623123777997024

PATRÍCIA MAURÍCIO
Líder do grupo de pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Doutora e Mestre em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUC-Rio. Atuou como jornalista em emissoras nacionais de rádio e televisão e em redações de jornal impresso. Lattes: http://lattes.cnpq.br/7931949460933230

PEDRO AGUIAR
Pesquisador do grupo de pesquisa Políticas e Economia da Informação e da Comunicação (PEIC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em Comunicação pela UERJ e Mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Professora do curso de Comunicação da Universidade Federal Fluminense. Lattes: http://lattes.cnpq.br/7490814386220321

PEDRO HENRIQUE CONCEIÇÃO DOS SANTOS
Membro do grupo de pesquisa Perspectivas Filosóficas em Informação (Perfil-i) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Doutor em Mídia e Cotidiano pelo PPGMC (UFF) e Mestre em Comunicação pelo PPGCOM (UFF). Pesquisadora-bolsista no Ibict. Lattes: http://lattes.cnpq.br/0528643662217396

PRISCILA SEIXAS DA COSTA
Membro do grupo de pesquisa Perspectivas Filosóficas em Informação (Perfil-i) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Doutora em Mídia e Cotidiano pelo PPGMC (UFF) e Mestre em Estudos Contemporâneos das Artes (UFF). Preside o Instituto Burburinho Cultural. Lattes: http://lattes.cnpq.br/4735708121365158

RAQUEL DE QUEIROZ ALMEIDA
Membro do grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação (EPC) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Doutora em Comunicação Social pela PUC-Rio. Mestre em Divulgação Científica e Cultural pela Unicamp. Lattes: http://lattes.cnpq.br/8170620272432008

ROSANGELA DE JESUS FERNANDES
Membro do grupo de pesquisa Políticas e Economia da Informação e da Comunicação (PEIC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora e Mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Fundadora da ONG CRIAR Brasil - Centro de Imprensa, Assessoria e Rádio. Lattes: http://lattes.cnpq.br/8317717020660215

SUZY DOS SANTOS
Líder do grupo de pesquisa Políticas e Economia da Informação e da Comunicação (PEIC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia e Mestre em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora da Escola e do Programa de Pós-Graduação de Comunicação da UFRJ. Lattes: http://lattes.cnpq.br/3210035960599086

VITOR VIEIRA FERREIRA
Membro do grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC) da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Doutor em Mestre em Interdisciplinar Lingüística Aplicada pela UFRJ. Bolsista do PIPC da FCRB. Lattes: http://lattes.cnpq.br/3146324624605192

EDITORA Meus Ritmos

1° edição OUTUBRO de 2025
Tipografia Garamond Pro

A obra, Economia Política da Cultura, da Comunicação e da Informação oferece ao leitor análises críticas e analíticas, em escritas acadêmicas claras e fundamentadas em investigações científicas que trazem à tona políticas comunicacionais, informacionais e culturais, regulação, regulamentação e democratização da comunicação, da cultura e da informação. Reúne 35 pesquisadores e oferece ao leitor 29 artigos, organizados em cinco partes, analisando o cenário midiático brasileiro e a importância do direito e da democratização das áreas cultural, comunicacional e informacional. Textos resultantes de pesquisas científicas, em português e em inglês, feitas pelos membros de cinco grupos de pesquisa: EMERGE (CNPq/UFF), EPC (CNPq/PUC-Rio), EPCC (CNPq/FCRB), PEIC (CNPq/UFRJ) e Perfil-i (CNPq/IBICT). Capítulos que foram revisados pelos líderes dos grupos de pesquisa, verificando o teor e contribuição de cada pesquisa, e passaram pelo crivo do Comitê Científico e Editorial, formado por investigadores científicos nacionais e internacionais que são especialistas e referências nas áreas abordadas.

EDITORA
MeusRitmos